



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE ANGOLA
Centro de Estudos e Investigação Científica

RELATÓRIO SOCIAL DE ANGOLA 2016

**ANGOLA
CATHOLIC
UNIVERSITY**
press VERITAS VITA

TÍTULO

Relatório Social de Angola 2016

AUTOR

Universidade Católica de Angola

EDITOR

Universidade Católica de Angola
Rua Pedro de Castro Van-Dúnem, 24,
Bairro Palanca, C.P. 2064 Luanda
Web site: www.ucan.edu
Email: info@ucan.edu

PRÉ-IMPRESSÃO

LeYa, SA

CAPA

LeYa, SA

IMPRESSÃO E ACABAMENTOS

Multitipo

LUANDA, FEVEREIRO DE 2018 • 1.ª EDIÇÃO

1.ª TIRAGEM (1000 exemplares)

Registado na Biblioteca Nacional de Angola sob o n.º 8241/2018

**CENTRO DE ESTUDOS E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA
DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE ANGOLA (CEIC / UCAN)**

PATRONO – D. MANUEL IMBAMBA

REITOR – Pe. Vicente Cacuchi

DIRECTOR – Alves da Rocha

RELATÓRIO SOCIAL DE ANGOLA 2016

COORDENAÇÃO – Nelson Pestana

EQUIPA DE REDACÇÃO

Adriano Gomes
Cláudio Fortuna
Eduardo Sassa
Esperança Tchili
Gilson Lázaro
Guilherme dos Santos
Indira Monteiro
José Lumango
Margareth Nangacovie
Mateus Agostinho
Nelson Pestana
Oswaldo Silva
Sérgio Calundungo

COM A COLABORAÇÃO DO CHRISTIAN MICHELSEN INSTITUTE

Aslak Orre
Eyolf Jul-Larsen
Inge Tvedten
Iselin Strønen

PESQUISA E RECOLHA DE INFORMAÇÃO

Cláudio Fortuna
José Lumango

INVESTIGADORES PERMANENTES

Alves da Rocha
Carlos Vaz
Cláudio Fortuna
Francisco Paulo
Nelson Pestana
Oswaldo Silva
Precioso Domingos
Regina Santos
Víssolela Gomes

INVESTIGADORES COLABORADORES

Albertina Delgado
Carlos Leite
Carlos Pinto
Eduardo Sassa
Fernando Pacheco
Gilson Lázaro
José Oliveira
Luís Bonfim
Marco Paulo
Margareth Nangacovie

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Afonso Romão
Evadia Kuyota
Lúcia Couto
Margarida Teixeira

LISTA DE ACRÓNIMOS	9
INTRODUÇÃO	13
1. Participação dos cidadãos na gestão das políticas públicas	15
1.1 Introdução	15
1.2 A sucessão presidencial e a estabilidade política do país	18
1.3 A corrupção endémica como imagem de marca do regime	21
1.3.1 O “caso Manuel Vicente”	21
1.3.2 A nomeação de Isabel dos Santos pelo PR como normalidade de Estado	23
1.3.2.1 Impugnação judicial do Acto Administrativo de nomeação de Isabel dos Santos ao cargo de PCA da SONANGOL, E.P.	23
1.3.2.2 Intimação do Tribunal Supremo a JES	24
1.3.2.3 Empresária afasta saída voluntária da SONANGOL, E.P.	25
1.3.2.4 Governo Provincial de Luanda (GPL) proíbe manifestação contra a nomeação de Isabel dos Santos	26
1.3.2.5 Acção judicial contra o GPL por violação do direito de manifestação	28
1.4 Controlo autoritário do espaço público como meio hegemónico do poder	29
1.4.1 Parcialidade dos Órgãos de Comunicação Públicos e o novo Pacote Legislativo da Comunicação Social	29
1.4.2 Relevância social dos “Debates Livres” da TV Zimbo	30
1.4.3 Participação, direitos fundamentais dos cidadãos e liberdades públicas: liberdade de manifestação e de expressão	32
1.4.4 Politização das igrejas cristãs e repúdio da religião islâmica	35
1.5 Guetização da vida social como meio de controlo hegemónico	35
1.5.1 Várias famílias tiveram as suas casas demolidas pela segunda vez	36
1.5.2 O “caso Rufino”	36
1.5.3 Forças Armadas Angolanas (FAA) <i>versus</i> cidadãos dos bairros Walale e adjacentes	37
1.6 O registo eleitoral como parte integrante das eleições gerais de 2017	37
1.6.1 Tribunal Constitucional define o papel do MAT no Processo de Registo Eleitoral (Acórdão n.º 412/16)	39
1.6.2 Consequências possíveis da realização do registo eleitoral pelo MAT	41
1.6.2.1 Consequências jurídicas	41
1.6.2.2 Consequências políticas	41
1.7 Lei de Amnistia em Angola e o desfecho do “caso 15 + 2”	42

2. Compromisso com a saúde	48
2.1 Introdução	48
2.2 Quadro epidemiológico	50
2.2.1 Malária	53
2.2.1.1 Contexto mundial e africano	53
2.2.1.2 Prevalência e mortalidade	56
2.2.1.3 Prevenção e tratamento	63
2.2.2 Infecções respiratórias agudas graves (IRA) na população de 5 e mais anos	66
2.2.3 Doenças respiratórias agudas (DRA) (pneumonia grave) em menores de 5 anos	68
2.2.4 Febre tifóide	69
2.3 Indicadores-chave da saúde	72
2.3.1 Mortalidade materna	72
2.3.2 Mortalidade infantil	75
2.4 Saúde curativa	77
2.4.1 Infra-estruturas hospitalares	77
2.4.2 Recursos humanos	80
2.4.3 O caso de Luanda	81
2.5 Despesa com a saúde	83
2.5.1 Na perspectiva do OGE	83
2.5.2 Despesa <i>per capita</i>	84
2.5.3 Distribuição da despesa por áreas de actividade da saúde	85
2.5.4 Distribuição da despesa por programas de saúde	86
3. Compromisso com a educação	89
3.1 Introdução	89
3.2 Cobertura escolar	91
3.2.1 Cobertura escolar na educação pré-escolar	94
3.2.1.1 Cobertura escolar na classe de iniciação	98
3.3 Cobertura docente	100
3.4. Infra-estrutura escolar	103
3.5. Rendimento escolar	107
3.6 Despesa com a educação	111
3.6.1 Na perspectiva do OGE	111
3.6.2 Despesa <i>per capita</i> (estimativa)	111
3.6.3 Distribuição da despesa por níveis de ensino	113

4. Água e Saneamento Básico	114
4.1 Introdução	114
4.2 Quadro global de acesso à água	115
4.2.1 Agregados familiares com acesso à água potável	115
4.3 Programa Água para Todos (PAT)	118
4.3.1 Caracterização geral do PAT	118
4.3.2 Execução anual dos PAs e PSAs – 2007 a 2016	119
4.3.3 Cobertura anual do PAT	121
4.3.4 Cobertura acumulada do PAT	122
4.4 Fonte de Abastecimento de água para beber	123
4.5 Custo de água	126
4.6 Quadro global de saneamento básico	127
4.6.1 Saneamento do meio (resíduos sólidos)	130
4.6.2 Co-participação dos cidadãos e cidadãs nos custos de saneamento	132
4.7 Implicações sociais de água e saneamento	134
4.7.1 Água e saneamento básico no OGE	136
5. Assistência Social	138
5.1 Introdução	138
5.2 Acção social	138
5.2.1 Programa de apoio social (PAS)	140
5.2.2 Programa de reforço da capacidade institucional	141
5.2.3 A linha de assistência à pessoa idosa	142
5.2.4 Os deslocados e repatriados angolanos no exterior do País	143
5.2.5 Outras actividades desenvolvidas	143
5.2.6 Legislação elaborada	144
5.3 A situação social da pessoa com deficiência	145
5.3.1 Programas e projectos desenvolvidos pelo MINARS	146
5.3.1.1 Programa de apoio social	146
5.3.2 Outras acções para a integração social da pessoa com deficiência	147
5.3.3 Parceiros	148
6. Recursos naturais e sua importância para as comunidades rurais	150
6.1 Introdução	150
6.2 Conceito e tipos de recursos naturais	151

6.3 Biodiversidade	153
6.4 Comunidades e gestão dos recursos naturais	153
6.5 Recursos naturais e conflitos	157
6.5.1 Falta de “voz” dos camponeses	168
6.6 Importância das organizações e instituições camponesas	169
6.7 Gestão da terra e de outros recursos naturais comuns	171
6.8 Análise organizacional e institucional a nível de província e município	175
7. Actores da sociedade civil	181
7.1 O papel das instituições da sociedade civil	181
7.2 Contexto de mudança das Organizações da Sociedade Civil (OSC)	182
7.2.1 As mudanças ao nível das instituições do Estado	183
7.2.2 A influência dos meios de comunicação e das novas tecnologias	184
7.3 Aumento da participação cidadã através dos movimentos sociais e do voluntariado	186
7.3.1 Incremento da denúncia social ante as situações de desigualdade, injustiça e desenvolvimento sustentável	188
7.4 Aumento das desigualdades sociais e das assimetrias regionais	190
7.5 Uma sociedade civil cada vez mais plural e multifacetada	191
7.6 Surgimento de novos desafios sociais	192
7.7 Fortalecimento institucional das Organizações da Sociedade Civil (OSC)	193
7.8 Desafios das Organizações da Sociedade Civil (OSC)	196
7.8.1 O desafio do estabelecimento de relações de colaboração com os sectores públicos, privados e entre as OSC	197
7.8.2 O desafio da confiança	198
7.8.3 O desafio da inovação	199
8. Monografia do Município de Kalandula	200
8.1 Introdução	200
8.2 Características geográficas, administrativas e demográficas	200
8.3 Condições sociais dos agregados familiares	204
8.3.1 Características dos agregados familiares	206
8.3.2 Dinâmicas internas dos agregados familiares	207
8.4 Aspectos socioeconómicos e questões de género	211
8.4.1 Papéis sociais e relações de género	212
8.4.2 Aspectos socioeconómicos e relações de género	214
8.4.2.1 Emprego e renda	214

8.4.3 Condicionantes na alimentação dos agregados familiares	217
8.4.4 Condicionantes dos agregados familiares no acesso à água potável	218
8.4.5 Acesso à educação e questões de género	219
8.4.6 Acesso à saúde e questões de género	224
8.4.7 Registo civil	227
8.5 Produção agrícola e principais culturas	228
8.5.1 Contexto socioeconómico	228
8.5.2 Propriedade da terra e espaço cultivado	229
8.5.3 Ciclos de produção e tipos de culturas	231
8.5.4 Trocas comerciais e sobrevivência	231
8.5.5 Acesso à terra e pobreza	232
8.6 Saúde	237
8.7 Educação	242
8.7.1 Gestão da rede escolar	244
8.7.2 Cobertura escolar	244
8.7.3 Matrículas	246
8.7.4 Rendimento e abandono escolar	248
8.7.5 Corpo docente	250
8.7.6 Despesa com a educação	253
8.8 Acção social das Igrejas	256
8.9 Autoridades tradicionais	257
8.10 Os “mamarrachos” do desenvolvimento	259
8.10.1 O frigorífico quente do Mercado Municipal	261
8.10.2 O turismo e as Quedas de Kalandula	261
8.10.3 Serviços de cidadania	264
8.10.4 Serviços para o desenvolvimento humano	266
8.10.5 Energia eléctrica	268
8.10.6 Obras públicas (construção de estradas)	269
CONCLUSÃO	272
APÊNDICE – Resumos dos principais factos sociais e políticos de 2016	276
BIBLIOGRAFIA	301

LISTA DE ACRÓNIMOS

ACC – Associação Construindo Comunidades
ACORD – Agência de Cooperação e Pesquisa para o Desenvolvimento
ADPP – Ajuda de Desenvolvimento de povo para povo
ADRA – Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente
AI – Amnistia Internacional
AIN – Ajuda da Igreja Noruega
AID – Ajuda da Igreja Dinamarca
AJAFDA – Associação Juvenil de Apoio às Famílias Desfavorecidas de Angola
AJAPRAZ – Associação dos Jovens Provenientes da República da Zâmbia
ANDA – Associação Nacional dos Deficientes de Angola
ANGOP – Agência Angolana de Notícias
APN – Ajuda Popular da Noruega
APROSOC – Apoio à Protecção Social
AIDI – Atenção Integrada às Doenças da Infância
BD – Bloco Democrático
BPC – Banco de Poupança e Crédito
BUE – Balcão Único do Empreendedor
CACs – Conselho de Auscultação e Concertação Social
CAF – Chefe de Agregado Familiar
CASA-CE – Convergência Ampla de Salvação de Angola-Coligação Eleitoral
CDB – Convénio sobre a Diversidade Biológica
CEAST – Conferência Episcopal de Angola e S. Tomé
CICA – Conselho das Igrejas Cristãs em Angola
CMA – Cimeira Mundial da Alimentação
CNCS – Conselho Nacional de Comunicação Social
CNE – Comissão Nacional Eleitoral
CNR – Conselho Nacional de Refugiados
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CRA – Constituição da República de Angola
CSA – Comité de Segurança Alimentar Mundial
DDT – Diclorodifeniltricloroetano
DNR – Departamento Nacional de Refugiados
DNSP – Direcção Nacional de Saúde Pública

DTN – Doenças Tropicais Negligenciadas
DW – Development Workshop
EDA – Estação de Desenvolvimento Agrícola
ENCAFÉ – Empresa Estatal de Café
ERCA – Entidade Reguladora da Comunicação Social Angolana
ETA – Estações de Tratamento de Água
FAA – Forças Armadas Angolanas
FED – Fundo Europeu de Desenvolvimento
FLM – Federação Luterana Mundial
FSDEA – Fundo Soberano de Angola
GEF – Fundo Ambiental Global
GRECIMA – Gabinete de Revitalização e Execução da Comunicação Institucional e Marketing da Administração
GPEL – Gabinete Provincial de Educação de Luanda
GPL – Governo Provincial de Luanda
GTA – Grupo de Trabalho do APROSOC
IBEP – Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População 2008-2009
IDA – Instituto de Desenvolvimento Agrário
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IERA – Igreja Evangélica Reformada de Angola
IIMS – Inquérito de Indicadores Múltiplos de Saúde
INE – Instituto Nacional de Estatística
JES – José Eduardo dos Santos
LAC – Luanda Antena Comercial
LARDEF – Liga de Apoio a Reintegração dos Deficientes
LBSE – Lei de Bases do Sistema de Educação
LERCA – Lei sobre a Entidade Reguladora da Comunicação Social Angolana
LWINI – Fundação Lwini – Fundo de Solidariedade Social
MAS – Municipalização da Acção Social
MAT – Ministério da Administração do Território
MED – Ministério da Educação
MINARS – Ministério da Assistência e Reinserção Social
MINFAMU – Ministério da Família e Promoção da Mulher
MINFIN – Ministério da Finanças

MINPET – Ministérios dos Petróleos
MINSA – Ministério da Saúde
MIREX – Ministério das Relações Exteriores
MPDT – Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial
MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola
MPTSS – Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social
MTI – Mosquiteiro Tratado com Insecticida
MTILD – Mosquiteiro Tratado com Insecticida de Longa Duração
OCADEC – Organização Cristã de Apoio ao Desenvolvimento Comunitário
OCPLP – Organização Cooperativista dos Países de Língua Portuguesa
OGE – Orçamento Geral do Estado
OMA – Organização da Mulher Angolana
ONU – Organização das Nações Unidas
ONG – Organizações Não Governamentais
ODA – Organizações de Desenvolvimento de Área
ODM – Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
ODS – Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
OIT – Organização Internacional do Trabalho
PA – Pontos de Água
PAT – Programa Água para Todos
PAS – Programa de Apoio Social
PCA – Presidente do Conselho de Administração
PCD – Pessoas com Deficiência
PCS – Prestação de Cuidados de Saúde
PDTC – Pólo de Desenvolvimento Turístico de Calandula
PIB – Produto Interno Bruto
PIDESC – Pacto Internacional de Direitos Económicos, Sociais e Culturais
PIRAN – Projecto Integrado Resiliência Angola Namíbia
PMIDRCP – Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017
PNDE – Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação 2017-2030
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROPAC – Plataforma Sub-Regional das Organizações Camponesas da África Central

PSA – Pequenos Sistemas de Água
RDC – República Democrática do Congo
REGUSAP – Regulação do Sistema de Atendimento Primário
RETESA – Reabilitação de Terras e Gestão de Áreas de Pastagem nos Sistemas de Produção Agro-Pastoris dos Pequenos Produtores do Sudoeste de Angola
SADC – Southern Africa Development Community
SANTOLIC – Saneamento Total Liderado pelas Comunidades
SIMPROF – Sindicato Nacional dos Professores
SIGAS – Sistema de Gestão da Acção Social
SNS – Sistema Nacional de Saúde
SONANGOL – Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola, E.P
TC – Tribunal Constitucional
TCA (ou ACT) – Tratamento Combinado à Base da Artemisinina
TCUL – Transportes Colectivos Urbanos de Luanda
TDR – Teste de Diagnóstico Rápido
TIP – Tratamento Intermitente de Preventivo
TPA – Televisão Pública de Angola
UEE – Unidade Económica Estatal
UNACA – Confederação das Associações de Camponeses e Cooperativas Agro-Pecuárias de Angola
UNDRIP – Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNITA – União para a Independência Total de Angola
UNTA-CS – União Nacional dos Trabalhadores Angolanos - Confederação Sindical
USAID – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
VOA – Voice of America (Voz da América)
ZEE – Zona Económica Especial

O *Relatório Social de Angola 2016* faz um balanço analítico do que mais relevante ocorreu no sector social, no ano em apreço, a partir da avaliação do comportamento dos seus indicadores-chave.

O primeiro capítulo aborda os principais assuntos de interesse público que polarizaram as intervenções dos cidadãos no espaço público nacional, havendo a consciência de que outros espaços de participação de menor relevância não são levados em consideração, até porque nem sempre representam uma acção política, no sentido aristotélico do termo, porque não representam a defesa do interesse geral, resvalando para a defesa de interesses corporativos ou de grupo.

O segundo capítulo procura traçar o perfil sanitário angolano em 2016, através de uma abordagem das doenças de notificação obrigatória, dos indicadores-chave da saúde, bem como da saúde preventiva e curativa. O seu propósito é indicar onde, quanto e a quem afecta determinada enfermidade, com vista a avaliar até que ponto as estratégias adoptadas diminuiram ou controlaram a ocorrência de determinada doença, para além de fornecer subsídios para se decidir quais as medidas de prevenção e controle mais adequadas.

O terceiro capítulo tem como foco a avaliação do comportamento dos principais indicadores educacionais em 2016, com o propósito de determinar o grau do insucesso no alcance das metas internas previstas no âmbito das políticas públicas para a educação, assim como no incumprimento dos objectivos mundiais relativos à garantia da igualdade de oportunidades no acesso ao ensino de qualidade. Com efeito, em virtude da inacessibilidade de informações estatísticas oficiais sobre o ensino superior, ensinos primário e secundário desagregados, a exposição enfoca, exclusivamente, a educação pré-escolar e o ensino geral, destacando, no interior das diferentes secções, os seguintes itens: cobertura escolar, corpo docente, infra-estrutura e rendimento escolar.

O quarto capítulo analisa a problemática de água e saneamento básico no país, numa perspectiva macro, focando-nos em 6 pontos: acesso à água potável, Programa Água para Todos (PAT), fontes de abastecimento de água, saneamento básico, implicações sociais de água e saneamento e água e saneamento no OGE, com base na informação recolhida fundamentalmente de fontes oficiais.

O quinto capítulo apresenta as acções realizadas pelo Ministério da Assistência e Reinserção Social (MINARS) no âmbito da materialização da política nacional de assistência social, ainda em fase de construção. Mas fazemos um enfoque no trabalho de assistência social realizado pelas áreas da acção social e de assistência à pessoa com deficiência.

O sexto capítulo analisa os tipos de recursos naturais e a gestão que é feita pelas comunidades locais, a segurança da biodiversidade no País, seguida por uma avaliação dos impactos negativos e dos conflitos que podem resultar na perda de direitos de acesso e de usufruto desses recursos por parte das comunidades rurais, bem como a falta de “voz” e representação política. São igualmente elencadas as actividades levadas a cabo pelas organizações e instituições, assim como aspectos de governação relacionados com esta temática.

O sétimo capítulo aborda a problemática dos actores da sociedade civil e das mudanças que estão a produzidas na sociedade angolana nos últimos anos, que afectaram de maneira actualização dessas organizações sociais.

O oitavo capítulo, a habitual monografia que encerra o conteúdo temático do *Relatório Social* analisa a situação social, política e económica do Município de Kalandula, designadamente dez bairros divididos entre o asfalto e as aldeias interligadas por “picadas” de terra batida, localizados na província de Malanje, que se situa no noroeste de Angola.

Como última secção e na condição de conteúdo extra-temático, inclui-se um Apêndice, em que se relatam os factos e acontecimentos sociais e políticos de maior destaque no curso de 2016.

1. PARTICIPAÇÃO DOS CIDADÃOS NA GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

1.1 Introdução

A participação dos cidadãos, nomeadamente na formação, gestão e avaliação das políticas públicas, é feita através da sua acção no espaço público, quer directamente, quer por meio de organizações representativas. O espaço público é assim definido pelo campo de intervenção e de expressão da liberdade e criatividade dos cidadãos, para o qual contribui a troca de ideias, quer em espaços limitados a grupos de opinião, quer através dos *media*. Historicamente, foi a difusão da imprensa escrita, a partir do século XVIII (no caso de Angola, a partir do século XIX) que jogou um papel relevante, não apenas na difusão de novos valores políticos e sociais, mas também na criação do espírito urbano. Este papel, que os jornais desenvolviam, como difusores de novos valores ligados à cidade e a urbanidade dos espíritos, é agora desenvolvido pelos novos *media*.

O espaço público é uma esfera intermédia entre o espaço doméstico (da vida particular) e o do domínio da razão de Estado (Habermas), submetidos à intimidade e reserva e ao secretismo e arbitrário, respectivamente. O espaço público seria, pois a mediação entre estes dois domínios e o lugar de interacção entre a sociedade civil e o Estado. O espaço público é então a esfera de intervenção de todos os cidadãos interessados na gestão da *res publica* que nasceu do impulso da burguesia ascendente (representando um incremento do seu próprio poder de classe), apoiado pelo desenvolvimento da publicidade e da opinião pública que se forma progressivamente nos salões, cafés, clubes, academias, sociedades de cultura e nos jornais.

O espaço público, que não se confunde com o lugar físico, constituído por um local frequentado livremente por todas as pessoas (ruas, praças, parques, pátios, espaços verdes, praias, etc.), é “um espaço virtuoso da cidadania, intrinsecamente portador de virtudes de troca interpessoal” que se constitui no “espaço da crítica social”. É neste sentido que se pretende perceber a interacção dos diversos actores políticos e sociais do espaço público angolano.

A opinião pública, entendida como “a opinião do outro na sociedade” (Rousseau), como “o espírito da sociedade” (Necker) ou como “falsa consciência” colectiva que dissimula os interesses da burguesia (Marx), tem um papel relevante nas sociedades abertas, mas não necessariamente em países fechados, como é o caso de Angola, onde a pressão dos jornais e da opinião dos cidadãos não demove o poder. No entanto, para fins de legitimação, nomeadamente externa, o poder compõe e normalmente instrumentaliza a opinião pública.

Neste sentido, a opinião pública foi envolvida no debate que ocorreu por altura da aprovação da Lei do Registo Eleitoral Oficioso (Lei 8/15, de 15 de Junho). Esta lei, de iniciativa do Titular do Poder Executivo, deu lugar à polémica sobre a sua constitucionalidade, pois a Constituição da República de Angola (CRA) diz que “o registo eleitoral é oficioso, obrigatório e permanente nos termos da lei” (artigo 107.º, 2, CRA) e que “os processos eleitorais são organizados por órgãos de administração eleitoral independentes, cuja estrutura, funcionamento, composição e competência são definidas por lei” (artigo 107.º, 1, CRA).

No entanto, embora parecesse líquido, incontrovertido que a administração eleitoral é competência de uma autoridade administrativa independente, que no caso de Angola, é a Comissão Nacional Eleitoral (CNE), a maioria da Assembleia Nacional aprovou essa lei que atribuiu a competência do registo eleitoral; um acto vital dos processos eleitorais, a uma entidade política, o Ministério da Administração do Território (MAT), o que deu lugar à contestação por parte dos partidos da oposição (parlamentar e extraparlamentar) e a um debate sobre a constitucionalidade dessa mesma lei. Essa interpretação divergente, entre maioria de governo e oposição, sobre a constitucionalidade da LREO, quanto à natureza do registo eleitoral e, conseqüentemente, quanto ao órgão legítimo para a sua execução, dividiu também a sociedade civil que se manifestou, sobretudo através dos *media* e das redes sociais. A diversidade de interesses da sociedade civil é razão da sua própria definição como “agregação heterogénea de individualidades independentes, cuja principal qualidade consiste em pertencer à sociedade e de estar apenas ao serviço dos seus ideais” (Paquot).

O desafio que persiste é o de perceber o funcionamento do espaço público num país considerado como não-livre. Na realidade, o facto de Angola ser considerada um país fechado, não-livre, não será capricho dos organizadores dos diversos índices que procuram medir a liberdade no mundo, na medida em que são vários os índices que assim o fazem: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Índice de Competitividade, Doing Business, Liberdade Económica, Transparência Internacional, Índice Mo Ibrahim, Índice de Liberdade da Freedom House, Índice de Terrorismo Global ou mesmo classificações de agências de notação, como a Standard & Poor, a Moody's e a Fitch.

A liberdade dos cidadãos e as possibilidades de participação são também condicionadas pelo fraco desenvolvimento social, sendo evidente que a crise económica que assola o país tem reflexos na acção cívica e na vida associativa dos cidadãos. A fraca posição de Angola no IDH é também relevante da pouca disponibilidade dos cidadãos para actividades que não estejam estritamente ligadas à procura de meios materiais que lhes garantam a sua sobrevivência, fortemente ameaçada pela penúria, pela inclemência da seca e agravada pela doença, pois o país foi assolado, a partir do primeiro trimestre do ano, por uma epidemia de febre-amarela e um agravamento do surto endémico da malária, num país com fracas instituições de saúde e um governo inoperante, debilmente reactivo a este tipo de situações, que em algumas províncias, como o Cunene, foi ainda mais grave devido a persistente estiagem. Neste contexto, a vida espiritual pode resumir-se quase exclusivamente à prática religiosa e de crença salvista.

O ano de 2016 foi particularmente marcado pelas actividades de antecâmara das eleições gerais marcadas para 2017. Este facto foi o suficientemente bastante para influenciar o comportamento dos actores políticos e sociais, na sua intervenção no espaço público que nesse período tende a ser menos controlado pelo poder. Esta maior abertura do poder à sociedade, na procura de agradar a um maior número de eleitores, buscou evitar que a crítica social se transformasse em desafeição política e retirada de apoio partidário, num momento decisivo para a sua manutenção. É um momento tendente a uma maior disposição de intervenção dos cidadãos, quer activa, quer reactiva, em relação ao anúncio das políticas e das escolhas para o futuro próximo. E, no caso de sociedades fechadas, como é o caso de Angola, é também o momento de agudização da surda luta pelo poder.

Ao longo de 2016, o poder estabelecido procurou consolidar o controlo total exercido sobre a sociedade, investindo por *vis absoluta* contra a liberdade dos cidadãos, nos campos religioso, da liberdade de imprensa, de associação livre e de outros direitos fundamentais dos cidadãos, nomeadamente de reunião e manifestação. A estrutura de controlo da sociedade, por parte do poder autoritário, torna-se mais maleável e, por um lado, deixa um maior lastro de liberdade à “classe emergente”, “média e média-alta”, que são as camadas sociais mais exigentes em matéria de liberdade; dispondo também de maior influência social, por outro lado, estreita e restringe as liberdades das “classes baixas”, nomeadamente no acesso à informação e discussão dos assuntos da *civitas*, particularmente através da regulação discriminatória da comunicação social.

E, embora se assista à tolerância de programas de debate de ideias, num canal privado (propriedade de uma facção do grupo hegemónico de poder), de sinal fechado, transmitido através de cabo, cuja subscrição mensal, para o cabaz básico, se aproxima do salário mínimo nacional, também se verifica um maior controlo da comunicação pública pela aprovação de uma nova Lei da Comunicação Social que pretende controlar até a Internet; assiste-se a um maior controlo directivo dos órgãos públicos de comunicação social e à formatação de um pseudo-debate para desinformar, inculcar representações tautológicas e baralhar a compreensão das questões fundamentais da *res publica*.

Perante a violação constante de direitos constitucionais dos cidadãos, margens reivindicativas da juventude, nomeadamente ligada ao movimento *hip-hop* e professores universitários, autodesignada “revú”, e um conjunto de notáveis se mobilizaram, procurando fazer funcionar o Estado de Direito, recorrendo, quer ao apelo à manifestação na rua, quer ao sistema de justiça. Conscientes dos seus direitos, procuram fazer funcionar o Estado de Direito.

Este capítulo aborda as questões que polarizaram a intervenção mais relevante dos cidadãos no espaço público nacional, havendo a consciência de que outros espaços de participação de menor relevância não são levados em consideração, até porque nem sempre representam uma acção política, no sentido aristotélico do termo, porque não representam a defesa do interesse geral, quedando-se ao nível da defesa de interesses corporativos ou de grupo.

A primeira questão que assume papel central pela sua intrínseca ligação à estabilidade política do país e, por isto, a vida de toda a *civitas*, atraindo a opinião pública, em geral, é a ideia e a necessidade de sucessão do Presidente da República. Sobre esta questão as opiniões dividiram-se, *grosso modo*, em dois grupos: os que vaticinavam uma sucessão dinástica e os que eram de opinião que poderia haver uma sucessão democrática.

A segunda questão foi a da corrupção, particularmente avivada pela revelação de escândalos de apropriação indevida de altos valores do erário público, por titulares de altos cargos públicos, nomeadamente o Vice-Presidente da República.

A terceira refere-se ao controlo autoritário exercido pelo poder em relação ao espaço público, quer através da manipulação da comunicação social, nomeadamente pública, quer através do controlo dos espaços de liberdade, da denegação de direitos fundamentais (liberdades de expressão, reunião e manifestação), investindo no espaço religioso, da liberdade de imprensa, da associação livre e de outros direitos fundamentais dos cidadãos, nomeadamente de reunião e manifestação.

1.2 A sucessão presidencial e a estabilidade política do País

Um dos grandes temas do ano, ligado à participação política dos cidadãos, foi o da sucessão presidencial, pois o actual Presidente da República regista 38 anos ininterruptos no poder. Este é um tema que desperta um vivo interesse, quer da opinião pública nacional, quer internacional. O *Relatório Social de Angola 2015* apontava para uma sucessão presidencial dinástica, em função do jogo político que o cenário apresentava, devido a uma cada vez maior polarização da política no Presidente da República, a quem era (é) rendido um largo culto da personalidade e a promoção despuddorada de um seu familiar em linha directa, tido como seu delfim, escolhido para lhe suceder, tornou-se evidente.

Em Maio de 2016, José Eduardo dos Santos (JES), numa reunião do *Bureau* Político do partido no poder, de forma inesperada, anunciou que terminaria a sua carreira política em 2018. Este anúncio de abandono da “vida política activa” suscitou análises em diversos sentidos e foi até considerado um “erro estratégico”, provocando inquietações diversas entre os militantes do seu partido e de membros da sua *entourage*. Duas coisas pareciam ser certas: JES seria o cabeça de lista do seu partido, para as eleições gerais de Agosto de 2017, mas mostrava-se disposto a sair da cena política antes de terminar o novo mandato (2017-2022). Especulações fundadas apontavam então para uma continuidade temporária e uma sucessão a meio do mandato, através do filho que, tendo sido já nomeado Presidente do Fundo Soberano de Angola, seria indicado como segundo da lista ou através de um membro da cúpula do seu partido, escolhido por si.

Este “escolhido” poderia ser João Lourenço ou Fernando da Piedade Dias dos Santos. João Lourenço, porque ao ser nomeado, em princípios de 2016, Ministro da Defesa, indiciava uma recuperação política deste antigo Secretário-Geral do MPLA, depois de uma longa travessia do

deserto, na política nacional, por ter denunciado publicamente a falta de cumprimento da palavra dada por JES de se retirar da corrida presidencial em 2003.

A rivalizar com esta reaparição de João Lourenço, que fez dele putativo sucessor, alguns órgãos de imprensa davam como certa a sucessão de JES por Fernando da Piedade Dias dos Santos, o Presidente da Assembleia Nacional. Nesta altura, já somente uma opinião residual apontava Manuel Vicente, o actual Vice-Presidente da República, como o possível sucessor. Este tinha sido, em 2012, imposto aos *apparatchiks* do partido, pelo próprio Presidente da República, com o argumento de que se tratava de um tecnocrata de sucesso que tinha administrado com brilhantismo a poderosa Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola (SONANGOL, E.P.), a maior empresa do país, aquela que concentrava quase que exclusivamente a riqueza nacional, fortemente dependente da monoprodução do petróleo. A sua aura de delfim começou a declinar quando JES, ao ser questionado sobre a sua sucessão, não se referiu sequer ao seu Vice-Presidente da República, apresentando-o na continuidade, dizendo que estava a fazer ensaios com várias pessoas.

Alguns comentaristas consideram que este foi ilidido da sucessão devido a um mal-estar que se criou, a partir de 2014, com a revelação dos seus interesses privados e de actos de gestão da SONANGOL, E.P. ou de corrupção de agentes estrangeiros que o teriam beneficiado pessoalmente, nomeadamente em Portugal, onde a imprensa fez manchete de vários processos onde o Vice-Presidente da República era arguido por corrupção activa, incluindo de um procurador público. E, consoante JES dava sinais de que não o tinha como uma das escolhas das “várias pessoas”, mais se revela a oposição latente ao seu falso delfim, que passou a ser desqualificado por falta de aceitação na sua base eleitoral e nas próprias hostes do partido no poder, por falta de carisma e por uma aparente oposição dos militares (“os generais”), sendo agora apontado como um mau e venal gestor, que teria levado a SONANGOL, E.P. à falência técnica, como revelava um relatório interno da petrolífera, produzido pelo seu sucessor e que estranhamente vazou para a imprensa nacional e internacional.

Tudo indicava, pois, para uma sucessão dinástica, fosse familiar, como na República Democrática do Congo, Gabão e outros países africanos, através do seu próprio filho, que seria segundo da lista e posteriormente, beneficiaria da sucessão, quando o pai renunciasse a seu favor, a meio do mandado, fosse partidária, através de um “escolhido”.

O modelo de sucessão dinástica *vis sanguinis*, em Dezembro de 2016, deu lugar definitivo a uma sucessão partidária simbólica, ao ser anunciada a dita decisão do Bureau Político do partido no poder, que colocava João Lourenço como cabeça de lista, seguido, em segundo e terceiro lugares, respectivamente, de Bornito de Sousa e de Fernando da Piedade Dias dos Santos. Este anúncio não foi imediatamente tomado como definitivo e até houve quem tentasse ainda uma recuperação da situação, sendo o fracasso programado do primeiro comício liderado por João Lourenço, a 10 de Dezembro de 2016, um indício da existência de manobras para que o líder voltasse atrás. Estas hesitações, cogitações e corredores foram associados ao mando personalista de direcção do Estado e do partido-Estado.

A escolha do actual modelo de sucessão, segundo alguns comentaristas, teria sido resultado da resistência interna da massa militante ao desiderato de o seu Presidente concretizar uma sucessão dinástica biológica. Esta resistência quase silenciosa e muito subterrânea terá promovido a diluição da vontade do líder máximo de fazer-se suceder pelo seu próprio filho. Outros, explicam esta fórmula pelo facto de JES se encontrar pressionado pelo seu débil estado de saúde que não lhe dá tempo, nem oportunidade, de se candidatar mais uma vez e ainda exercer meio mandato presidencial para somente então se retirar da “vida política activa”, como ele próprio havia anunciado.

Nestas condições, JES viu-se pressionado a anunciar a sua retirada da corrida eleitoral de 2017 e impôs ao conclave do seu partido a sua escolha pessoal dos dois primeiros candidatos da lista, pois a ratificação dos candidatos pela massa militante foi feita apenas em relação aos demais nomes dessa lista. Qualquer que seja a situação, com maior ou menor participação dos militantes ou das estruturas representativas, a verdade é que os principais candidatos foram indigitados pelo líder máximo e apenas confirmados pelo seu partido (um grupo político onde não se debatem os temas de forma aberta e democrática), como a sua própria propaganda explica a sucessão.

Assim, apesar da ascensão de José Filomeno dos Santos a Presidente do Conselho de Administração (PCA) do Fundo Soberano de Angola (FSDEA) e de Isabel dos Santos a PCA da SONANGOL, E.P., que por hipótese estariam em condições de controlar a economia nacional, apesar das nomeações de jovens turcos, por indicação destes, a sucessão dinástica biológica foi abandonada por manifesta falta de tempo, em relação ao calendário e boletim de saúde do Chefe, manifestando-se essa intenção como tardia, pois o delfim mesmo assim carecia de ter um maior controlo do poder (sobretudo político, já que não tinha perfil militante, como aconteceu em outros países onde o modelo foi implementado com relativo êxito), bem como maior visibilidade social que as acções de governo que o FSA desenvolveu, nomeadamente na área da educação, não foram capazes de dar.

O anúncio da retirada da corrida eleitoral por parte de JES foi motivo de regozijo da oposição política, da sociedade civil e também da comunidade internacional, pelo facto de este permanecer no poder há 38 anos. No entanto, perante a escolha do seu sucessor e da reafirmação da continuidade do regime, compreenderam que este abandono do poder não significaria uma transição para a democracia, mas apenas uma sucessão a partido único, no interior do mesmo regime, pois o candidato escolhido não é visto como um reformista do partido-Estado. É tão-somente um simples continuador das políticas do seu antecessor. Para uns, esta sucessão não é “uma transição”, é até “*uma sucessão hipotética*”, porque “*nas tiranias, o alfa e ómega é o tirano. Só ele poderá confirmar com o seu afastamento. Mesmo que fale, nas palavras do homem não acredito*”, dizia Domingos da Cruz.¹

¹ Entrevista concedida à Voz da América (Voice of America – VOA), “Angola Fala Só”. Disponível em: <https://www.voportugues.com/a/angola-fala-so-domingos-da-cruz-nao-ha-transicao-ha-sucesso/3638918.html>. Acesso: 25/12/2016. O autor desta entrevista, que evocou a poetisa moçambicana Sónia Sultuante, acrescentava querer “*calar a [sua] minha boca/ para não ter vergonha da [sua] minha alma. Mas o tirano não pára de falar. O déspota não tem vergonha porque não sabe o que é a vergonha!*”.

Para outros, esta sucessão já estava inscrita no sentido lógico dos últimos actos do Chefe de Estado, pois a nomeação do escolhido para Ministro da Defesa, depois de uma longa travessia do deserto, em plano político secundário, indiciava que havia uma “preparação” da sucessão nesse sentido, passando este a principal escolha do chefe. Esta percepção geral parece ter sido confirmada pelas declarações do candidato, em entrevista à TPA, após a sua indicação, quando afirmou que já estava a ser preparado e que já era conhecido pelo povo. O que levou a oposição política a ver nesta indicação um acto de continuidade, não representando nada de novo para o país, mas tão-somente a continuação da máquina anterior, que se encontra em falência e descrédito perante a população.

1.3 A corrupção endémica como imagem de marca do regime

No país, a corrupção não é uma figura abstracta e revela-se em todas as suas manifestações concretas: saque financeiro, favoritismo, nepotismo, compadrio, “kambismo”, abuso ou apropriação de bem social – justificadas pela ideia de que o país vive um período de acumulação primitiva por parte do grupo hegemónico de poder, que permitirá um posterior desenvolvimento económico inclusivo, impulsionado por esse grupo e integrando o conjunto dos cidadãos nos processos produtivos. Mas, apesar da tentativa de “normalização” da corrupção, através de um discurso de justificação que procura apresentá-la como sendo inerente à actual fase de desenvolvimento do país, há um discurso de repúdio da grande corrupção e uma reacção aos “escândalos” que são revelados, tendo sido, ao longo do ano de 2016, diversos os casos de corrupção apresentados e discutidos no espaço público. Dentre estes salientamos aqueles que mais tinta fizeram correr e mais ruído produziram: o caso de Manuel Vicente, pelo seu putativo envolvimento em crimes de corrupção activa, branqueamento de capitais, obstrução de justiça, em Portugal, e o da nomeação, pelo Presidente da República, de Isabel dos Santos para o cargo de PCA da empresa pública dos petróleos, a SONANGOL, E.P.

1.3.1 O “caso Manuel Vicente”

No início do ano de 2016, Manuel Vicente foi investigado pelo Ministério Público de Portugal pelo “crime de corrupção activa, branqueamento de capitais, obstrução de justiça”² por ter supostamente pago cerca 637 mil euros a um procurador, por intermédio do seu advogado, para que este arquivasse os vários processos que corriam na justiça portuguesa contra si e suas empresas. A sua reacção foi a de declarar falsas e atentatórias ao seu bom nome as informações veiculadas pela imprensa de todo o mundo (salvo a imprensa controlada pelo poder) sobre o seu suposto envolvimento em factos que estariam a ser objecto dessa investigação, depois de

² Com ele foram também acusados um procurador, um advogado e outro indivíduo, no âmbito da dita “Operação Fizz”. Ver Processo n.º 333/14-9TELSB – Despacho de Arquivamento e Acusação do Ministério Público de Portugal, assinado pelas competentes Magistradas, as Procuradoras Dra. Inês Bonina e Dra. Patrícia Barão, assinado no dia 16 de Fevereiro de 2017.

em outras ocasiões já ter sido citado como estando envolvido em vários processos, tendo também sido ilibado em outros.

Esta questão, no país, coloca-se mais como política e ético-moral, do que como jurídica, pois a Constituição proíbe expressamente a extradição de cidadãos nacionais para efeitos de acusação, julgamento ou condenação judicial por uma autoridade estrangeira (artigo 70.º, 1, CRA), por outro lado porque, sendo Manuel Vicente investido no cargo de vice-Presidente, goza de regime homólogo ao do Presidente da República; está protegido por uma blindagem legal e não responde pelos actos de que é acusado, durante o exercício das suas funções, ou seja, *“não é responsável pelos actos praticados no exercício das suas funções, salvo no caso de suborno, traição à Pátria e pela prática de crimes definidos pela presente Constituição como imprescritíveis e insusceptíveis de amnistia.”*³

Nestes casos, o vice-Presidente da República, a quem se aplica regime constitucional homólogo ao do Presidente da República, apenas pode ser julgado ou pela Assembleia Nacional ou pelo Tribunal Supremo (artigo 129.º, 1, alíneas a), b) e e)). Na Assembleia Nacional, a iniciativa processual tem que ser proposta por um terço dos deputados em efectividade de funções (artigo 129.º, 5, alínea b), CRA) e a deliberação aprovada por maioria de dois terços dos Deputados em efectividade de funções. Em relação aos crimes estranhos ao exercício das suas funções, podem ser julgados, cinco anos após o término do mandato (artigos 127.º, 3 e 131.º, 4, CRA).

Por isso, a prática das autoridades judiciais nacionais é manifestamente a de ignorar as cartas rogatórias dos seus homólogos estrangeiros sempre que estão implicados dirigentes do Estado. Estes beneficiam não somente de um sistema jurídico que está de tal forma orquestrado que lhes proporciona uma blindagem legal contra o seu próprio sistema judicial, como da cumplicidade política dos regentes da justiça do país. Mas isto não significa que não possa haver consequências na esfera jurídica ou económica do vice-Presidente ou de outros titulares de cargos públicos, no futuro, uma vez abandonados os cargos e terminada a cumplicidade política dos regentes da justiça do momento.

Enquanto isso, Angola, por estes e outros motivos, é vista como um dos países mais corruptos do mundo, segundo o Índice de Percepção da Corrupção, da Transparência Internacional, referente a 2016. No *ranking* global do referido índice, Angola encontra-se na 164.^a posição, abaixo do Burundi, do Chade, do Haiti, da República Centro Africana e da República Democrática do Congo (RDC) (todos se encontram na posição 159.º)⁴, estando em paridade com a

³ Artigos 131.º, 4 e 127.º, 1, CRA.

⁴ Estes cinco países africanos têm a mesma avaliação, por isso se encontram na 159.^a posição do Índice de Percepção de Corrupção no mundo (2016), realizado anualmente pela Transparência Internacional (Corruption Perceptions Index 2016 –Transparency International).

Eritreia (164.º) e apenas acima do Iraque (166.º), Guiné-Bissau (168.º), Afeganistão (169.º) e Líbia (170.º).⁵ A nível regional, na África Subsaariana, Angola encontra-se na 18.ª posição⁶.

Desta forma, percebe-se como a corrupção afectou, e de que maneira, uma sociedade em crise, por sua vez sem muitas soluções para se recuperar, em curto prazo, a não ser mediante a realização de reformas necessárias e indispensáveis.

1.3.2 A nomeação de Isabel dos Santos pelo PR como normalidade de Estado

O Presidente da República, como titular do poder executivo, tem a faculdade de nomear os conselhos de administração das empresas públicas e, depois de muita especulação sobre a gestão da SONANGOL, E.P., o maior grupo de empresas públicas, em termos de produção de receitas para o Estado, nomeou um seu familiar em linha recta, PCA desta. Deste modo, “a mulher mais rica de África”, segundo a revista *Forbes*, detentora de um império privado, que passa por vários sectores da economia nacional, nomeadamente diversão, restauração, urbanismo e construção, cimentos, electricidade, telecomunicações, banca, imprensa, rádio e televisão, indústria gráfica e consultoria, junta nela, com esta nomeação, o seu poder económico privado, em alguns casos em situação de monopólio e o poder económico e financeiro e de influência, no plano interno e externo, da SONANGOL, E.P. que, para além de ser a empresa do Estado dos petróleos, tem investimentos em muitos outros sectores e tem também a prerrogativa de licitação dos blocos de exploração petrolífera do país, actuando, por vezes, para além do Ministério dos Petróleos (MINPET), como autoridade reitora do sector.

Esta nomeação não deixou de levantar polémica e causou receios em muita gente, quer a nível interno, quer externo, provocando diversas reacções, inclusivamente no interior da empresa, até mesmo porque a primeira coisa que a nova PCA fez foi apresentar um programa de governo da empresa assente na assessoria de três empresas de consultoria internacionais, que disseminaram pelas estruturas do grupo petrolífero nacional um conjunto de consultores nacionais e estrangeiros para iniciarem o seu programa de reformulação da SONANGOL.

1.3.2.1 Impugnação judicial do Acto Administrativo de nomeação de Isabel dos Santos ao cargo de PCA da SONANGOL, E.P.

A nomeação de Isabel dos Santos como a nova PCA da SONANGOL, E.P. levou a que o Presidente da República fosse acusado de nepotismo e de favoritismo, por várias vezes das forças de oposição⁷ e da sociedade. Até do interior do partido no poder vieram, à boca miúda, laivos

⁵ Com base no mesmo Índice (Corruption Perceptions Index 2016 – Transparency International).

⁶ Id., Ibid.

⁷ Esta nomeação foi criticada pelos responsáveis da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) e da Convergência Ampla de Salvação de Angola – Coligação Eleitoral (CASA-CE), as duas principais forças da oposição parlamentar e pelo Bloco Democrático (BD), oposição extraparlamentar.

de crítica. De imediato, um grupo de doze juristas (maioritariamente advogados) angolanos intentou, junto da Procuradoria-Geral da República (PGR), uma acção judicial contra o Presidente da República, por alegada violação da Lei da Probidade Pública, e junto do Tribunal Supremo, um pedido de providência cautelar, para impedir Isabel dos Santos de tomar posse no cargo de PCA do grupo SONANGOL, E.P.

Para estes juristas, esta nomeação viola a Lei da Probidade Pública (Lei n.º 3/10 de 29 de Março) que regula o exercício de funções públicas, pois, segundo alegações destes, o Presidente da República, “ao ter nomeado um seu familiar em linha recta” para um cargo público, cometeu “uma improbidade pública” e que “devia ter-se absterido, como manda a lei”. David Mendes, um destes doze juristas, explicou a acção pelo facto da Lei da Probidade Pública dizer que *“o agente público não deve nomear ou permitir nomeações e contratos quando há intervenção de sua esposa, dos seus familiares em primeiro grau em linha recta e até ao segundo grau da linha colateral”*.⁸

Escorados na ideia de que “é a própria lei que impõe [o] impedimento”⁹ de uma tal nomeação, o grupo de juristas formulou também o desejo de que a PGR iniciasse de imediato uma investigação em relação às motivações e actos do Presidente da República.¹⁰

1.3.2.2 Intimação do Tribunal Supremo a JES

Na sequência da petição da medida cautelar, o Tribunal Supremo, como nunca tinha acontecido em Angola, notificou o Presidente da República para que este se pronunciasse, num prazo de oito dias, sobre as razões de tal nomeação, tida pela acusação como ilegal.¹¹ Esta notificação foi transmitida aos advogados que apresentaram a providência cautelar, facto confirmado por David Mendes no programa “Angola fala só” da Voz da América (VOA): *“Parece-nos uma questão inédita, o Presidente da República ser citado para se justificar de um acto por ele praticado, para nós isso já é um ganho”*.¹²

David Mendes reiterou essa opinião a outro órgão de informação, em Outubro de 2016, como se pode constatar na citação seguinte.

⁸ Voz da América (Voice of America – VOA), op. cit.

⁹ Id., Ibid.

¹⁰ A referida Providência Cautelar foi proposta por 12 juristas angolanos que assinaram a petição que deu entrada na Procuradoria Geral da República, que, por sua vez, submeteu ao Tribunal Supremo, para se pronunciar sobre a referida providência cautelar em Luanda, a 10 de Junho de 2016, colocando em causa a legalidade da decisão de nomeação da empresária pelo chefe de Estado, José Eduardo dos Santos, tal como a solicitação de suspensão da mesma.

¹¹ A decisão do Tribunal Supremo surge na sequência da providência cautelar a pedir a suspensão da nomeação de Isabel dos Santos pelo Presidente da República.

¹² VOA, op. cit.

*“Só o facto de o tribunal ter aceiteado a providência, para nós já é um passo muito importante. Porque ao aceitar, no mínimo tem razões bastantes para não a indeferir e, pela primeira vez, vamos ter a possibilidade de um tribunal indagar um Presidente por um acto por ele praticado”.*¹³

1.3.2.3 Empresária afasta saída voluntária da SONANGOL, E.P.

Perante a pressão da opinião pública e tendo tomado conhecimento das acções junto da Justiça, Isabel dos Santos quebrou o silêncio e manifestou estar disponível a prestar *“todo e qualquer esclarecimento”* aos órgãos de Justiça, pois, *“como cidadã angolana”*, acreditava na Justiça e acreditava *“na existência da legalidade”*.¹⁴ Ademais, afirmou estar à *“disposição da Justiça e do país para responder a toda e qualquer convocação e prestar todo e qualquer esclarecimento”*, pois, no seu entendimento, *“como qualquer angolano, ou angolana”* tem *“o dever de cumprir a lei e prestar contas se estiver a agir fora da lei”*.¹⁵ Em sentido contrário, afastou qualquer possibilidade de saída voluntária da presidência do conselho de administração da concessionária petrolífera estatal e garantiu que a sua competência profissional não estava em causa para as funções para que foi nomeada pelo Presidente (seu progenitor), para liderar e conduzir o processo de reestruturação da SONANGOL, E.P., criticando o que classificou como *“intrigas políticas em período pré-eleitoral”*¹⁶ em Angola, tendo em conta as eleições gerais de 2017. *“Garanto que a minha determinação em conduzir com sucesso esta missão não está em nada diminuída e tenho confiança que levarei a SONANGOL a bom porto”*,¹⁷ terminando o seu mandato, independentemente de quem vier a vencer as eleições gerais de 2017.

Isabel dos Santos dava como garantia da sua capacidade de boa gestão o facto de ter vinte anos de actividade como empresária e do desempenho de funções de administração de empresas *“cotadas na bolsa na Europa”*. Os seus críticos, entretanto, responderam que a sua argumentação peca porque parcial, em relação à Europa (mais propriamente Portugal e paraísos fiscais fora da Europa) e é falaciosa em relação a Angola, pois as suas empresas de direito angolano nunca apresentaram contas publicamente e não demonstram transparência de gestão, nem estão submetidas à concorrência, beneficiando, pelo contrário, de privilégios e da situação de monopólio. O que é notável em relação às empresas Unitel e Movicel (a dupla face da cabeça de Jano), constituindo um cartel no ramo das telecomunicações que impede a entrada no

¹³ Entrevista concedida à Agência Lusa, aos 25 de Outubro de 2016.

¹⁴ DN, *“Nomeação de Isabel dos Santos para a Sonangol é legal, diz Supremo”*, 29/12/2016. Disponível em: <https://www.dn.pt/mundo/interior/nomeacao-de-isabel-dos-santos-para-sonangol-e-legal-diz-supremo-5577060.html>. Acesso: 30/12/2016

¹⁵ Id., Ibid.

¹⁶ VOA, op. cit.

¹⁷ Id., Ibid.

mercado nacional das telecomunicações de outros operadores, estrangulando as poucas e pequenas empresas que existiram, que permitiriam maior concorrência e maior e melhor oferta, dando aos consumidores diversas escolhas.

Apesar de também contar com apoios no interior do partido no poder e de fazedores de opinião do seu canal de televisão que justificaram a sua nomeação não apenas com o argumento da sua capacidade e eficácia na gestão de grandes grupos, com a igualdade de direitos entre os cidadãos, não devendo, a pessoa em causa, “*ser discriminada*” por “*ser filha do Presidente*”,¹⁸ mas também com um argumento culturalista, segundo o qual o nepotismo é “*forma natural de governação em África*”¹⁹, certa opinião dá como seguro que a recém-nomeada PCA da SONANGOL, E.P., perante a pressão crescente, proveniente de diversos sectores e quadrantes políticos, virá a abdicar do cargo próximo das eleições gerais de 2017, no sentido de criar um ambiente mais favorável ao partido no poder, evitando mais manifestações sociais e legais contra a sua nomeação.

1.3.2.4 Governo Provincial de Luanda (GPL) proíbe manifestação contra a nomeação de Isabel dos Santos

Pois, na sequência desta nomeação polémica, um grupo de cidadãos com visibilidade no espaço público convocou uma manifestação de protesto²⁰, quer contra a nomeação de Isabel dos Santos, quer contra a falta de pronunciamento do Procurador-Geral da República sobre a “*ilegalidade do acto administrativo de nomeação*”. Outros sectores da sociedade civil angolana desejavam manifestar-se contra a ausência de uma decisão sobre a providência cautelar contra essa nomeação. A manifestação convocada foi comunicada ao governador provincial de Luanda e nessa notificação, os organizadores, “*no cumprimento do seu dever legal de informação*” à autoridade política local, indicavam a data, o local de concentração e a hora da sua realização e aguardaram que este os notificasse, por escrito, no prazo de 24 horas, conforme determina a Lei sobre o Direito de Reunião e Manifestação (artigo 7.º, Lei 16/91, de 11 de Março).

O Governador de Luanda não somente não os notificou como fez saber, pelos meios de comunicação social, que esta estava proibida, invocando uma sobreposição de agenda, pois uma suposta agremiação religiosa havia igualmente notificado aquele governo provincial para realizar no mesmo local, dia e hora uma actividade sobre “O Papel da Mulher Religiosa na Consolidação da Paz em Angola”.

Apesar de tal proibição constituir, à luz da Constituição e das leis vigentes, uma violação dos direitos fundamentais dos cidadãos, pois o direito de manifestação (e de reunião), não carece

¹⁸ Gildo Matias em comentário à TV Zimbo em 2016.

¹⁹ João Paulo Ganga em comentário à TV Zimbo em 2016.

²⁰ A manifestação havia sido marcada para o dia 26 de Novembro de 2016. São estes os seus subscritores: Marcolino Moco, William Tonet, Fernando Macedo, Luaty Beirão e Sizaltina Cutiaia.

de qualquer autorização (artigo 47.º, 1, CRA), os organizadores resolveram não chocar com tal arbitrariedade do poder e adiaram a manifestação para outra data, deixando ao Governo Provincial de Luanda o ónus da sua recalendarização, já que tinha sido este a priorizar uma outra actividade em detrimento da deles.

Um segmento do partido no poder desencadeou então uma campanha de contrainformação, tendo o responsável pela comunicação institucional do Estado considerado que a

“manifestação contra a falta de decisão dos tribunais no processo contra a nomeação de Isabel dos Santos para a petrolífera estatal SONANGOL é uma ‘pressão’ sobre a Justiça e embora a manifestação seja um direito constitucionalmente consagrado, consideramos que este tipo de pressão sobre o sistema judicial pode condicionar a sua decisão.”²¹

Este porta-voz da Presidência voltou a utilizar o argumento da igualdade de direitos, pois segundo ele

“a nossa Constituição consagra o princípio da igualdade entre todos. À luz deste princípio, as pessoas merecem um tratamento igual e não podem ser prejudicadas por critérios de natureza política, religiosa ou, como no caso presente, familiar [e] ser filha do Presidente da República não pode ser um elemento negativamente discriminador”, enfatizou, acrescentando que ‘defender o contrário’ é ‘subverter o princípio da igualdade’.”²²

Malgrado o desgaste da imagem exterior do governo angolano, apesar da pressão da sociedade civil, com anúncio de manifestações, não obstante as campanhas contra a nomeação nas redes sociais, o Tribunal Supremo, após 90 dias em silêncio pronunciou-se, considerando que a Providência Cautelar, intentada pelos doze advogados contra o Presidente da República, por ter nomeado a sua filha para Presidente da petrolífera estatal, não procedia, defendendo que não se verificaram as ilegalidades apontadas pelos autores da acção, ou seja, o acto administrativo de nomeação de Isabel dos Santos para PCA da SONANGOL, E.P., pelo Presidente da República, seu pai, não violava a Lei da Probidade Pública, nem era contrário ao espírito e à letra da ordem legal do país.

Ao tomar conhecimento da decisão, o porta-voz do grupo de advogados, David Mendes, considerou que o Tribunal Supremo desconsiderou diversos aspectos relevantes do conteúdo da Providência Cautelar:

“Há questões que levantamos, entre elas, o princípio da igualdade, não foi tratado nesse acórdão, falou-se mais da probabilidade de danos materiais, mas nós levantamos danos materiais imediatos, levantamos danos genéricos e acima de tudo o cumprimento obrigatório da

²¹ DN, op. cit. Disponível em: <https://www.dn.pt/mundo/interior/nomeacao-de-isabel-dos-santos-para-sonangol-e-legal-diz-supremo-5577060.html>. Acesso: 30/12/2016

²² Id., Ibid.

*lei que o Presidente estaria sujeito [e que o acórdão deixava] muita coisa em branco, muita margem de questionamento do próprio acórdão”.*²³

Apesar da sua firme convicção de que o Presidente da República, ao não se abster de nomear a sua própria filha, cometeu “uma improbidade pública”, nos termos da Lei da Probidade Pública (2010) que regula o exercício da função pública, os signatários já esperavam uma tal decisão do Tribunal Supremo, pois,

“pela preparação que a televisão pública foi fazendo da opinião pública, trazendo até figuras portuguesas para virem defender a Isabel e José Eduardo dos Santos, mostrava já que havia uma preparação pública para aquilo que seria a decisão”.

Tendo preparado a “fundamentação” do recurso antecipadamente, tendo este acontecido imediatamente, pois, como o disseram, *“já tínhamos presente que haveríamos de recorrer”.*²⁴

1.3.2.5 Acção judicial contra o GPL por violação do direito de manifestação

O governador provincial de Luanda, pelo facto de ter impedido a manifestação, foi objecto de uma participação criminal junto do Ministério Público, por alegado abuso de autoridade e violação da lei, ao impedir que os signatários *“participassem na vida política e na direcção dos assuntos públicos”* (artigo 52.º, CRA), pelo que se reservaram, de acordo com a participação criminal, o direito de se constituírem assistente no processo.

Esta atitude deste conjunto de cidadãos mostra que há uma evolução na participação dos cidadãos no espaço público e na gestão das políticas públicas, pela afirmação de uma vontade de fazer funcionar, na prática, o Estado de Direito consagrado formalmente na Constituição da República, contra a subversão dessa ordem, feita pelo poder que apesar da retórica sobre o Direito e a Democracia, em concreto, normalmente ignora ou viola a ordem constitucional. Desde logo, porque os signatários da notificação da manifestação de 26 de Novembro de 2016, contra a *“denegação de justiça”*, em relação à *“acção de suspensão da eficácia do acto administrativo”* de nomeação de um parente em linha directa, interdito pela Lei da Probidade Pública, parecem dispostos a esgotar todas as vias legais para levar ao banco dos réus o governador provincial,²⁵ a quem acusam de violar *“de modo ostensivo e flagrante a Constituição da República”*. Com a agravante de não ter respondido à reclamação apresentada pelos promotores da manifestação, no prazo de 48 horas para que remarcasse a data de realização da manifestação, no mesmo local (Largo da Independência) e hora. Mas, também, porque há

²³ David Mendes cit. Agência Lusa, 29/12/2016. Disponível em: <http://noticias.sapo.ao/info/artigo/1494213.html>. Acesso: 30/12/2016.

²⁴ Id., Ibid.

²⁵ *Novo Jornal*, 8 de Janeiro de 2017.

uma onda de solidariedade e adesão a este tipo de iniciativas, cada vez maior e alargada a diversos sectores da sociedade, incluindo da área do partido no poder.

1.4 Controlo autoritário do espaço público como meio hegemónico do poder

Por seu lado, o poder procura conter esse movimento e reforça (ou renova) o controlo autoritário do espaço público, através de variados mecanismos, nomeadamente a manipulação do Estado e de seus mecanismos de regulação social, como é o caso da Justiça e, sobretudo, por um férreo, mas mais sofisticado, controlo da comunicação social e de todos os aparelhos ideológicos como são as universidades, as empresas de comunicação e imagem e a comunidade de inteligência, colocados ao serviço da reprodução do poder e da manutenção do regime autoritário.

1.4.1 Parcialidade dos Órgãos de Comunicação Públicos e o novo Pacote Legislativo da Comunicação Social

Ao longo do ano, verificou-se uma acentuada parcialidade dos *media* sob controlo do poder, sejam públicos (TPA, *Jornal de Angola* e Rádio Nacional e ANGOP), sejam privados que pertencem a membros do grupo hegemónico de poder (rádios, jornais, canais de televisão). Estes órgãos de comunicação continuam, umas vezes de forma mais subtil, outra despudorada, a não permitir o acesso à informação e ao debate de ideias, praticando censura e doutrinação da sociedade civil, em vez de informação e contraditório. Pessoas com ideias diferentes ou em oposição às do regime dificilmente são ouvidas ou mencionadas. De forma regular, os órgãos de comunicação social do Estado (e assimilados, aqueles que têm estatuto privado, mas são alimentados pelos dinheiros públicos) dão mais atenção à propaganda e (des)informação orquestrada pelo partido do poder e pelos gabinetes de imprensa do Estado, em detrimento de outras instituições políticas e da sociedade civil, que é quem paga os impostos que são usados para financiar as empresas públicas de comunicação, numa reiterada falta de respeito pelos cidadãos, também enquanto contribuintes e uma violação dos códigos deontológicos e das normas da Lei de Imprensa vigentes em Angola.

O poder ensaiou uma reforma da comunicação social que visava um maior afunilamento desse sistema e apresentou um pacote legislativo composto pelo conjunto de leis que regulam a comunicação social: Lei de Imprensa, Lei sobre o Estatuto do Jornalista, Lei sobre o Exercício da Actividade de Radiodifusão, Lei sobre o Exercício da Actividade de Televisão e Lei da Entidade Reguladora da Comunicação Social Angolana.

O articulado do pacote de leis apresentava uma regressão substancial da liberdade de imprensa e de expressão. Por exemplo, na Lei de Imprensa são atribuídos poderes ao Ministério da Comunicação Social que lhe permitem mandar encerrar uma determinada empresa de comunicação social, sempre que este, no seu entendimento, considere que aquela está a violar

as normas do exercício da actividade de imprensa. A Lei sobre a Entidade Reguladora da Comunicação Social Angolana (LERCA) prescreve que o Conselho Nacional de Comunicação Social (CNCS) passaria a ser constituído por pessoas indicadas pelos partidos políticos quando, para evitar a politização do sector, esse conselho deveria ser constituído por pessoas ligadas à comunicação social, capazes de agirem de forma imparcial e com mais acerto, por terem melhor conhecimento das matérias em conflito. Estes mecanismos constituiriam uma forma de maior controlo estatal da comunicação social (artigo 13.º, 2, LERCA).

Mas, apesar de tudo, a resistência a este modelo de governação autoritária, fortemente sustentada pela censura, autocensura e medo, tem sido cada vez maior e as vozes alternativas que se manifestam nos domínios político, económico e social são cada vez em maior número. Assiste-se, apesar desse esforço de controlo autoritário, a uma transição silenciosa, política, económica e social (geracional), o que tem como consequência também uma transição cultural (*lacto sensu*) que dá lugar a uma nova concepção de poder que tem referência não na força bruta da vontade exclusiva de um chefe, mas na liberdade e participação dos cidadãos na *civitas* e numa autoridade legitimada pelo consentimento dos cidadãos.

Em consequência da maioria abusiva de que o partido de poder desfruta na Assembleia Nacional, esse movimento de resistência não foi suficiente para que esta acção regressiva não avançasse e esse pacote de leis da comunicação social não fosse aprovado, no parlamento. Não foi bastante o voto contra dos grupos parlamentares na oposição e a frontal oposição da classe dos jornalistas que, pela voz do Secretário-Geral do Sindicato dos Jornalistas, se pronunciou a favor do recurso aos tribunais, no sentido de esses anularem algumas das normas do pacote legislativo da comunicação social, colocando também a hipótese de recorrer *in fine* aos Tribunais Internacionais se os do país não lhes derem ganho de causa. Esta ideia de recorrer aos tribunais internacionais, que é recorrente na sociedade civil, é motivada pelo facto de haver muita suspeição sobre a imparcialidade dos nossos juizes, sejam de tribunais de primeira instância (inferiores), seja de segunda instância (superiores).

1.4.2 Relevância Social dos “Debates Livres” da TV Zimbo

Neste ambiente de um cada vez maior controlo e manipulação da comunicação social, durante 2016, a TV Zimbo, por meio, do programa “Debate Livre”, teve grande impacto na opinião pública, contribuindo para uma cultura de confronto de ideias sobre o país, despertando a sensibilidade da sociedade para a importância do debate dos problemas sociais, políticos, económicos, culturais e, em alguns casos, sobre problemas internacionais. Este facto fez com que membros do governo, da sociedade civil, dos partidos políticos da oposição, empresários, docentes universitários e especialistas tenham tido a oportunidade de partilhar as suas visões sobre o país, embora a intenção primeira, até pelo desequilíbrio em termos numéricos a favor dos representantes do pensamento único, fosse o de fazer prevalecer uma visão inquinada dos factos.

Essa dinâmica, que pretendia apenas atender a classe média urbana, teve uma amplificação com a participação dos cidadãos através das chamadas telefónicas para colocar perguntas e através das redes sociais, onde reproduziam as gravações dos debates, dando seguimento ao debate dos temas discutidos nos ecrans, o que tornou o programa um dos programas mais vistos no País.

E, se o programa permitiu aos cidadãos o aprendizado do contraditório e o valor agregador da livre troca de ideais sobre os grandes temas de interesse nacional, este exercício representou também uma oportunidade de revelação dos talentos dos jornalistas que acabaram por ganhar o respeito dos poderes públicos, do público e das forças alternativas, contribuindo para a dissensão de tensões sociais e para a afirmação de uma moral de rejeição da bajulação, que pretendia ganhar foros de cidadania no meio político e mediático nacionais como padrão de comportamento que proporcionava uma evidente recompensa política, económica e quiçá social.

A repercussão desta atitude da TV Zimbo tornou-se ainda mais relevante quando a TPA insistiu em fechar, cada vez mais, a sua linha editorial em torno dos interesses estritos do Presidente da República (que concedeu o Canal 2 aos filhos) e realizava um jornalismo militante, controlado superiormente por um gabinete (GRECIMA) criado por si e um seu conselheiro para a comunicação social. O exponencial aumento da audiência do programa da TV Zimbo, a respeitabilidade conquistada junto dos anunciantes e a tirada jocosa do seu apresentador segundo o qual este era o “único programa de debate livre do país”, levou a TPA a procurar encurtar as distâncias de audiência, criando um programa com o mesmo formato e apresentado no mesmo dia da semana e igual horário: o “Fórum TPA”.

Nesse programa, surgiram como convidados diversas personalidades, membros do governo, representantes dos partidos políticos, da sociedade civil, notáveis e *experts* dos diversos domínios. Mas era evidente para todos os telespectadores e para a opinião pública que o objectivo dessa mudança de atitude era o de fazer concorrência directa ao programa “Debate Livre”, procurando reduzir-lhe a audiência, pois a TPA já antes havia ensaiado um programa de entrevistas a ministros que, tendo sido proibidos pelo Presidente da República de ir à Assembleia Nacional prestar contas aos deputados da sua acção governativa, teriam assim a oportunidade de dar uma satisfação à opinião pública directamente, para poderem dizer que a sua acção governativa, através dessas entrevistas, era escrutinada pela opinião pública. Porém, este programa não durou muito tempo. Tal como havia acontecido com o programa da rádio LAC – Antena Comercial, “Elas e Mundo”, foi tirado da grelha de programas com a justificação pueril de que era para ser reorganizado.

Em verdade, o Programa “Falar Claro”, retoma um modelo anterior em que há comentadores residentes, de diversas sensibilidades, estando sempre os defensores do discurso oficial em maioria. Nele, os jornalistas e comentadores são submetidos e seguem, sem que a possam influenciar, uma linha editorial rígida, de tendência partidarizada.

1.4.3 Participação, direitos fundamentais dos cidadãos e liberdades públicas:

liberdade de manifestação e de expressão

A Constituição de Angola consagra, no capítulo dos direitos fundamentais dos cidadãos, o direito de manifestação, sem que seja necessária qualquer autorização das autoridades, desde que estas sejam notificadas para fins de asseguramento da segurança dos manifestantes e da manutenção da ordem pública. No entanto, o governo continua a dificultar ou mesmo a denegar esse direito, impedindo *manu militari*, “por falta de autorização”, os protestos pacíficos anti-governo, com intimidação e detenções arbitrárias. Apenas são “autorizadas” as manifestações de apoio ao poder. Este continua a revelar dificuldade em lidar com os Direitos Humanos e em garantir as liberdades públicas e faz uso de força excessiva e prisões arbitrárias para impedir de forma brutal as manifestações de crítica à sua actuação ou de denúncia de desvios do erário público, desrespeitando flagrante e abertamente a Constituição da República e deixando uma imagem do poder e da sua honorabilidade aos olhos dos cidadãos.

Vários organismos internacionais têm assinalado tais dificuldades do regime angolano, nomeadamente, o Departamento de Estado dos EUA que, no seu relatório sobre os Direitos Humanos no Mundo de 2016, constata que “há violação sistemática dos direitos humanos”, no país e que estas violações “*consistiam em torturas, espancamentos, limites às liberdades de reunião, associação, expressão e imprensa, corrupção oficial e impunidade*”.²⁶

Constata ainda que “*há privação da liberdade de forma arbitrária, ou fora da lei, condições de prisão duras e que colocam vidas potencialmente em risco, prisões arbitrárias, detenção demorada, impunidade para os violadores dos Direitos Humanos, devido à falta de processos ou deficiência judicial, despejos forçados sem compensação, restrições a organizações não-governamentais, tráfico de pessoas, limites aos direitos dos trabalhadores e trabalhos forçados*”.

Essas restrições a liberdades e direitos fundamentais, que se verificam sobretudo na capital, onde há mais desenvolvimento organizacional e maior dinamismo da sociedade civil, acontecem também em outras cidades capitais de província e até já em capitais de município. São exemplos disso o caso de Caluquembe, onde uma marcha reivindicativa de estudantes do ensino médio foi reprimida à bala real, com vários feridos e múltiplas detenções, ou de Benguela, onde, num movimento sem precedentes, o governador da província deu ordens para prender um grupo de activistas do chamado Movimento Revolucionário, que protestava contra prisões arbitrárias e, encontrando a sua legitimidade na liberdade de livre manifestação, “garantida a todos os cidadãos”, pela Constituição (artigo 47.º, CRA), insistiu em sair à rua, apesar de a

²⁶ Relatório Sobre Direitos Humanos no Mundo de 2016, do Departamento de Estado norte-americano, publicado em Washington, citado também pelo artigo da DW África sob o título “EUA denunciam violações dos direitos humanos em Angola” publicado aos 04/03/2017. Disponível em: <http://www.dw.com/pt-002/eua-denunciam-viola%C3%A7%C3%B5es-dos-direito-humanos-humanos-em-angola/a-37810378>. Acesso: 05/03/2017.

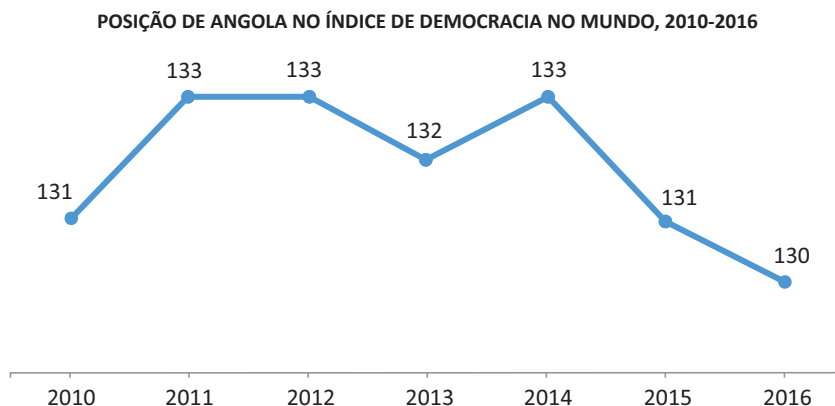
manifestação não ter sido “autorizada”. O sindicato dos professores (SIMPROF), perante a violação pelas autoridades do direito de greve e da repressão ao movimento reivindicativo que decorreu no Lubango, convocou também outras manifestações, nomeadamente no Bengo, onde se deparou, mais uma vez, com a falta de “autorização” e com a repressão.

Por estas e outras razões, no Freedom in the World (Índice da Liberdade no Mundo) realizado pela Freedom House, referente a 2016, Angola aparece como um país não-livre em relação às liberdades individuais e de imprensa e parcialmente livre em relação às liberdades de Internet.

ANGOLA NO ÍNDICE DE LIBERDADE NO MUNDO, 2016	
6	Direitos Políticos (PR)
6	Liberdades Civas (CL)
24	Pontuação Agregada
Não-livre	Status de Liberdade
Não-livre	Liberdade de Imprensa
Parcialmente livre	Liberdade de Internet

FONTE: CEIC com base no *Freedom in the World*, 2016.

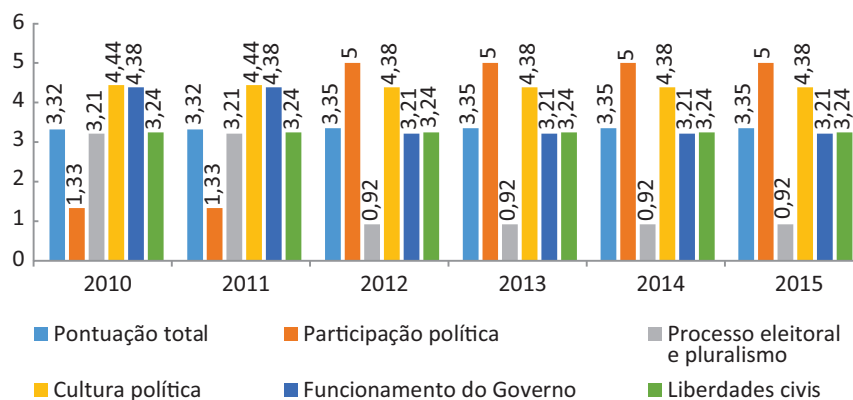
A situação da falta de liberdade que se arrasta desde sempre é também referida no Índice de Democracia no Mundo, realizado pela revista *The Economist Intelligence Unit*: entre 2010 e 2016, a posição de Angola permanece com uma classificação muito baixa e não mostra substancial evolução, como seria desejável, até para o desenvolvimento do ambiente político e dos negócios, no sentido de permitir a captação de mais investidores, tal como melhorar o bem-estar da população.



FONTE: CEIC com base no *The Economic Intelligence Unit*, 2010-2016.

O gráfico anterior mostra que o país, que sempre registou fracos índices de liberdade, num período de seis anos, tem uma ligeira e circunstancial variação ascendente de escala, seguida de uma descida para níveis igual e inferior ao inicial. A melhoria registada é não-sustentada, como é insignificante para o nível de imagem de que o país necessita e almeja alcançar. O que se traduz na necessidade de uma verdadeira reforma institucional para melhorar os seus indicadores de desenvolvimento, a todos os níveis, que corresponda à progressão dos níveis de participação política dos cidadãos, que evoluiu consideravelmente, como se pode observar no gráfico abaixo, onde se mostra que esse indicador, em 2016, situou-se acima dos 5,56 pontos, superando os últimos quatro anos anteriores, que foram de estagnação.

ÍNDICE DE DEMOCRACIA EM ANGOLA POR INDICADORES MUNDIAIS, 2010-2016



FONTE: CEIC com base no *The Economic Intelligence Unit*, 2010-2016.

Do ponto de vista prático, 2016 foi um ano de muitas movimentações políticas no território nacional, entre as quais se verificaram com maior incidência: a sucessão presidencial, manifestações, debates constantes sobre o futuro do país, determinação da providência cautelar contra a nova PCA da Sonangol e por sua vez a cultura do diálogo e crítica em relação à vida política que o país vive, etc.

No entanto, em relação ao funcionamento do governo, a pontuação continua estagnada em 3,21 pontos, desde 2010. O que na prática demonstra claramente que o funcionamento da máquina governativa tem sido muito débil, fraco, assolado pela corrupção e burocracia crónica dos serviços públicos. A prestação dos serviços públicos piorou consideravelmente, supostamente em função da crise financeira em que o país vive mergulhado. Situação mais agravada pela fraca pontuação atribuída ao Pluralismo e Processo Eleitoral que regista uma verdadeira estagnação. Neste período, não houve a valorização da intervenção dos partidos políticos na vida política do país, nem de notáveis ou personalidades portadores de um pensamento alternativo.

Também, em relação ao Processo Eleitoral, a realidade é semelhante. Não houve desenvolvimento dos processos eleitorais, nem medidas em relação a torná-los mais transparentes, fiáveis e verificáveis. Pelo contrário, em 2016 assistiu-se a um verdadeiro ataque do Executivo ao Processo Eleitoral, a partir do momento em que o Ministério da Administração do Território

(MAT) avocou o registo eleitoral e começou a praticar actos que a Constituição atribui como competência exclusiva da Comissão Nacional Eleitoral (CNE), órgão independente de administração das eleições. A não realização das eleições autárquicas pode também ter influenciado a avaliação deste quesito, levando o país à estagnação como se constata no gráfico acima referido.

Em relação à Cultura Política, igualmente não registou nenhuma modificação substancial, observando praticamente uma estagnação em 4,38 pontos desde 2010. No período em análise não se verificou nenhum fenómeno político e social que testemunhasse do desenvolvimento da cultura política da sociedade e dos actores políticos e sociais.

1.4.4 Politização das igrejas cristãs e repúdio da religião islâmica

Em vésperas de ano de eleições verificaram-se com frequência visitas de governantes às Igrejas e os elogios de responsáveis religiosos aos governantes. De forma mais aberta, houve um pastor de determinada congregação religiosa que assumiu publicamente a sua condição de participante da campanha política do partido no Poder, tendo chegado ao ponto de afirmar, por exemplo, que o vermelho na bandeira do partido no poder representa o sangue de Cristo, sem que as demais igrejas cristãs filiadas tenham reagido, apesar da enorme consternação social. O poder, alguns meses depois, retribuiu a tal protagonista com a nomeação para o cargo de administrador distrital²⁷ ou com outras prebendas, dando, deste modo, um sinal de aprovação de tais comportamentos. Ao mesmo tempo, aconteciam ataques frontais ou dissimulados por parte de algumas Igrejas cristãs contra a religião Islâmica e prosseguia a discriminação dos que a professam. Esta confissão continua, desde 1979, à espera da sua legalização.

1.5 Guetização da vida social como meio de controlo hegemónico

O governo tem levado a cabo de forma sistemática a demolição de casas dos bairros populares, com o pretexto de que as áreas de onde as famílias são retiradas são destinadas a construção de infra-estruturas públicas, nomeadamente rodoviárias ou económicas ou objecto de planos de requalificação que não integram essas famílias que normalmente são afastadas para zonas periféricas das principais cidades do país, onde não encontram condições de habitabilidade, de educação para as crianças, nem de trabalho. Muitas vezes, essas pessoas são colocadas em tendas e largadas à sua sorte anos a fio.

²⁷ Fernando Antunes Huambo foi nomeado, pelo Governador de Luanda, Higino Carneiro, Administrador do Distrito Urbano da Cidade Universitária, Município do Talatona, em Luanda. Disponível em: <http://agoraguenta.com/2017/01/24/pastor-polemico-nomeado-ao-cargo-de-administrador-na-provincia-de-luanda/>. Acesso: 23/01/2017. Importa lembrar que não foi a primeira vez que esse controverso pastor usou o seu capital religioso para servir às hostes do partido no poder, tendo já sido primeiro nomeado Administrador do Município de Nankova e, em seguida, logo após as eleições gerais de 2012, gratificado com o cargo de Administrador do Município de Menonge, ambos municípios da província do Cuando Cubango.

1.5.1 Várias famílias tiveram as suas casas demolidas pela segunda vez

No decorrer deste ano, aconteceram diversas demolições no país, nomeadamente na província de Luanda, onde atingiram diversas famílias que viram as suas casas destruídas pelas autoridades militares, mesmo já tendo sido autorizadas pela administração a construir naquela zona. As demolições na zona do Zango 3, periferia urbana de Luanda, afectaram famílias que já tinham sido vítimas de demolições, em 2009, nos antigos bairros Iraque e Bagdad, no Município de Belas, para dar lugar a um projecto imobiliário privado. Estas famílias, na altura do seu desalojamento nos bairros Iraque e Bagdad, foram deslocadas para a zona do Zango 3, onde, há dois anos, como afirmou um dos moradores à Voz da América, beneficiaram de terrenos loteados, atribuídos pelo Governo Provincial de Luanda, no âmbito do Programa Provincial de Habitação Social, para auto-construção de suas novas residências.

Agora, estas pessoas, que têm documentos probatórios, passados pela administração, foram surpreendidas por militares do Posto de Comando Unificado, sem qualquer aviso prévio e fundamento que justificasse o derrube das casas, a pretexto de terem construído em terrenos da Zona Económica Especial (ZEE).

1.5.2 O “caso Rufino”

O “caso Rufino” tornou-se emblemático da violência e arbitrariedade do poder contra as populações, tendo como móbil a demolição das suas casas. Rufino era um adolescente de 14 anos de idade, morto à queima-roupa por um soldado das Forças Armadas, supostamente a mando do seu chefe, o comandante da Guarnição de Luanda, quando, segundo testemunhas, tentava defender a habitação da família que estava a ser demolida por um tractor, no bairro Walale, construído pela população em terrenos alegadamente adstritos à Zona Económica Especial (ZEE).²⁸

O processo judicial do “caso Rufino”, o menor morto a tiro no Zango, por um dos militares do Posto de Comando Unificado (PCU), está parado e o suposto autor dos disparos continua solto. A denúncia foi feita pelo advogado dos familiares do menor, Luís Nascimento, para quem “a Procuradoria Militar e a Polícia Judiciária Militar já deviam ter entregado os acusados ao Serviço de Investigação Criminal (SIC), órgão competente para o efeito”.

De acordo com relatos de moradores, Rufino foi o segundo caso que acabou em morte fruto de demolições que têm sido levadas a cabo na zona do Zango por militares da PCU. Os militares sob comando da Guarnição Militar de Luanda, segundo Rafael Morais, coordenador da SOS-Habitat, organização que tem apoiado os desalojados, foram também acusados de roubo a populares e de violação de mulheres. E, como moradores do bairro Walale, vários outros dos bairros adjacentes, como Santa Paciência, Cajueiro, Vida Pacífica, queixam-se de estarem a ser violados os seus direitos pelos militares das Forças Armadas Angolanas (FAA). O Chefe do Estado-Maior General das FAA, em

²⁸ Rufino estava em pleno acto de defesa do seu direito à habitação e em defesa da sua propriedade privada, que são garantidos pela Constituição (artigos 85.º e 37.º, n.º 1 e 2).

comunicado, prometeu investigar tais ocorrências. O partido no poder, na pessoa do seu Secretário Provincial, veio a público acusar a Rádio Despertar de estar por detrás destes incidentes. O partido UNITA, por sua vez, desmentiu e pediu que fossem responsabilizados os culpados.

Os populares, vítimas dessas acções imputadas aos militares, fizeram uma exposição ao Presidente da República, na sua qualidade de Comandante-em-Chefe das FAA, em que pediam a exoneração do comandante da Guarnição Militar de Luanda.

1.5.3 Forças Armadas Angolanas (FAA) versus cidadãos dos bairros Walale e adjacentes

Nos bairros Walale, Santa Paciência, Cajueiro, Vida Pacífica, por causa das demolições que não pararam, o medo tomou conta das pessoas, tal como a informação de alguns desmandos praticados pelos militares ao serviço da Zona Económica Especial (ZEE). Cinco comunidades no Zango, nos arredores de Luanda afirmaram que viveram dias de terror com a intervenção de militares da PCU que em nome da ZEE demoliram as casas dos moradores.

Na visão dos populares, os militares protagonizaram cenas contra os moradores, como violação de senhoras, maus tratos aos senhores, crianças e idosos, roubo dos haveres das pessoas e extorsão, ao ponto das vítimas não saberem mais a quem recorrer para ajudá-los. Segundo os moradores, as tropas da PCU realizaram desmandos incontrolados, que, igualmente segundo os moradores, não poupavam nem mesmo senhoras idosas. Um dos afectados afirmou:

“Surgiram os militares às 3 horas da madrugada, mandaram acordar toda gente, com carros sem matrículas, recebem os telefones das pessoas, minha mãe de 70 anos de idade foi atirada ao chão, tiros é tiros, eles não querem saber de nada”.

As mulheres vítimas de abusos sexuais por parte dos militares foram supostamente ameaçadas, e por sua vez, não se sentiam seguras para denunciar os actos nem relatar ao microfone da emissora Voz da América (VOA), como afirmou Rafael Morais da SOS-Habitat:

“Muitas pessoas têm vergonha de denunciar estes actos de militares, por vergonha quem sabe, existem mesmo estes actos (violação praticada por militares), também há roubos, as Forças Armadas estão a extorquir as pessoas, a pedir dinheiro em troca de não partirem as casas, ontem mesmo recebi um telefonema de um cidadão que lhe foi extorquido 150 mil kwanzas que guardava para ajudar seus familiares em Benguela que se encontram doentes. É importante que este apelo seja ouvido pelas autoridades, Ministério Público, Família e Promoção da Mulher, Instituto Nacional da Criança, para investigarem e encontrarem solução para o que acontece aqui no Zango.”²⁹

1.6 O registo eleitoral como parte integrante das eleições gerais de 2017

O registo eleitoral constitui parte integrante do processo eleitoral, tal como é verificado em muitas regiões do mundo. Da Nova Zelândia à África do Sul, o processo eleitoral engloba, sem

²⁹ *Maka Angola*, Acesso em: 2016.

excepções, o registo eleitoral. O registo eleitoral define o processo eleitoral porque é a população votante que define as eleições. Pois,

*“os cadernos eleitorais são uma componente fundamental de qualquer sistema de votação. Os registos constituem a lista oficial de eleitores e são uma evidência prima-facie do direito dos eleitores a votar. Portanto, é necessário encontrar o equilíbrio certo nos procedimentos de registo: é preciso rigor, para garantir a integridade das listas de pessoas, e ao mesmo tempo é preciso flexibilidade, para garantir que os direitos das populações a inscrever e a votar são protegidos.”*³⁰

Em Angola, a organização deste registo compete a um “órgão de administração eleitoral independente” (artigo 107.º, n.º 1 da CRA) que no caso é a Comissão Nacional Eleitoral (CNE). No entanto, apesar do partido do governo ser amplamente maioritário no interior deste órgão de administração eleitoral independente, foi aprovada a Lei do Registo Eleitoral Oficioso (Lei n.º 8/15, de 15 de Junho) que transfere a competência do registo eleitoral para o Ministério da Administração do Território (MAT), que é um órgão auxiliar do Presidente da República, o que mostra o interesse deste em controlar o processo eleitoral, definindo o universo de votantes em função dos seus próprios critérios e interesses políticos.

Os partidos na oposição contestaram com veemência as responsabilidades atribuídas ao MAT pela Assembleia Nacional por meio da referida lei, para a realização do processo de registo eleitoral oficioso em Angola. Para estes,

*“o registo civil do cidadão implica atribuir a cidadania por via do bilhete de identidade, essa é tarefa do Executivo; agora, atribuir competência eleitoral ao cidadão, de acordo com a Constituição, isso é tarefa da CNE e não do Ministério da Administração do Território.”*³¹

A sociedade civil e a comunidade internacional, desde cedo, sinalizaram que essa competência devia ser atribuída e organizada pela CNE, manifestando receio em relação aos perigos de a organização e realização do registo eleitoral terem sido atribuídos ao MAT.

O MAT, no seu objectivo de convencer a sociedade de que tinha legitimidade legal para realizar o registo eleitoral, promoveu encontros com jornalistas, sociedade civil, representantes do corpo diplomático, autoridades tradicionais e religiosas, no intuito de explicar a sua tese sobre a mudança de “registo oficioso e obrigatório”, por autoridade administrativa independente, como prescreve a CRA, para registo presencial, vinculativo através da chamada “prova de vida”. O seu argumento é o de que o registo eleitoral não faz parte do processo eleitoral, cabendo assim à administração do Estado a sua realização e que não sendo possível fazer o registo oficioso, por manifesta falta de registo civil e bilhete de identidade dos cidadãos maiores, apenas restava à solução do registo presencial obrigatório. Esta perspectiva das autoridades não foi partilhada pelos partidos políticos na oposição, que reiteraram a sua posição, segundo a qual o MAT era um intruso no processo que se acaprou dos poderes da CNE que claramente marginalizada na organização e condução de todo este processo que lhe cabia, por lei.

³⁰ Id., Ibid.

³¹ Pedro Katchiungo, deputado à Assembleia Nacional pela bancada parlamentar da UNITA.

Perante tão flagrante violação da CRA e da Lei do Registo Eleitoral, um grupo de membros da CNE, ligados aos partidos políticos na oposição, endereçou uma petição a Assembleia Nacional, exigindo um pronunciamento sobre a atitude abusiva do MAT ao assumir competências próprias da CNE. O processo de registo eleitoral conduzido pelo MAT, tendo a CNE como expectadora, observou duas fases, tendo o período de actualização e de novos registos decorrido até ao fim de Dezembro, estando a segunda prevista o primeiro trimestre de 2017. Esta fase caracterizou-se pela falta de meios logísticos e credenciamento dos fiscais dos partidos políticos na oposição, para os quais, pela primeira vez, não houve financiamento. O Executivo admitiu erros no processo e prometeu eliminar as irregularidades no decorrer do registo.

1.6.1 Tribunal Constitucional define o papel do MAT no Processo de Registo Eleitoral (Acórdão n.º 412/16)

Os partidos na oposição solicitaram ao Tribunal Constitucional (TC) que se pronunciasse sobre a constitucionalidade da realização do registo eleitoral pelo MAT³². O plenário do TC, embora com um voto vencido, pronunciou-se a favor da conformidade do registo eleitoral realizado pelo MAT.

A maioria dos Juízes-conselheiros do Tribunal Constitucional consideraram que

*“a Lei do Registo Eleitoral Oficioso (Lei n.º 8/15, de 15 de Junho) não viola a Constituição da República (artigo 107.º, n.º 1 e 2, CRA) porque não estabelece qualquer transferência inconstitucional de competências da CNE para os órgãos da administração central e local do Estado, nem tão pouco consagra normas passíveis de constituírem violação dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos previstos na CRA. Deste modo, os artigos 15.º, 22.º, 28.º, 29.º, 56.º e 58.º da mencionada Lei do Registo Eleitoral Oficioso, não enfermam de qualquer vício de inconstitucionalidade de acordo com o Acórdão n.º 412/2016 do TC.”*³³

Porém, a Declaração de Voto vencido, ao apresentar a sua fundamentação,³⁴ considera que

“a natureza jurídica que o acórdão atribui a norma do artigo 107.º, 1, da CRA, não é a mais correcta, pois não se trata de uma norma programática, mas de uma norma-princípio. Para além de integrar o capítulo I, do Título IV, da CRA, com a epígrafe ‘princípios gerais’, na estrutura do artigo 107.º, o conteúdo da norma revela, quanto a mim, tratar-se de uma norma-princípio.

³² Foram requerentes os grupos parlamentares dos partidos na oposição, UNITA, CASA-CE, PRS e FNLA.

³³ Por voto da maior dos Juízes em plenária, o Tribunal Constitucional entendeu que não assiste razão aos requerentes (Grupos Parlamentares dos partidos na Oposição, entre os quais a UNITA, CASA-CE, PRS E FNLA) porque a Lei n.º 8/15, de 15 de Junho, não viola os n.ºs 1 e 2 do artigo 107.º da CRA, não estabelece qualquer transferência inconstitucional de competências da CNE para os órgãos da administração Central e Local do Estado, nem tão pouco consagra normas possíveis de constituírem violação dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos previstos na CRA. Deste modo, os artigos 15.º, 22.º, 28.º, 29.º, 56.º e 58.º da Lei n.º 8/15, de 15 de Junho – Lei do Registo Eleitoral Oficioso –, não enfermam de qualquer vício de inconstitucionalidade de acordo ao Acórdão n.º 412/2016.

³⁴ A Juíza-Conselheira Maria de Imaculada Melo, Declaração de Voto, anexado ao Acórdão n.º 412/2016. www.tribunalconstitucional.org.ao.

Estas normas apresentam várias características, dentre as quais apresentam um grau de fundamentalidade maior do que as outras regras, ocupam uma posição hierárquica mais elevada que as outras regras e gozam de maior proximidade ao direito justo. A norma do n.º 2 do artigo 107.º da CRA é norma – regra, por isso deve a sua conformação ao n.º 1 que é, em si mesma, hierarquicamente superior. O n.º 1 do artigo 107.º, da CRA, estabelece que ‘os processos eleitorais são organizados por órgão administrativo eleitoral independente, cuja estrutura, funcionamento, composição e competências são definidos por lei.’ Defendo por isso, que no caso concreto de Angola o registo eleitoral quer oficioso quer presencial fazem parte do processo eleitoral. Os processos eleitorais referidos na Constituição não têm que ver com o número de pleitos eleitorais mas com todos os actos relacionados com eleições. Mesmo que se atenda, como também estou de acordo, que ‘o registo eleitoral é um pressuposto para o exercício do direito de voto’; [logo é parte integrante e indispensável do processo eleitoral e] é tão-somente esse facto [que] deve ser conformado com a grande debilidade do registo civil que se verifica no país, daí resultar a necessidade de se fazer o registo eleitoral à margem do registo civil e que está, por inerência de funções, adstrito a administração directa apesar da intenção de se encontrar uma solução para a realidade angolana, ainda assim, esta via não deixa de violar a CRA, pelo que requer a busca de consensos mínimos para não se ofender a Constituição.”³⁵

³⁵ A Juíza-Conselheira Maria de Imaculada L. C. Melo, na sua Declaração de Voto argumentou que “1. A Lei n.º 8/15 de 15 de Junho, decorre ela própria de uma construção contra a Constituição na medida em que a competência legislativa sobre matéria eleitoral da Assembleia Nacional está prevista na alínea d) do artigo 164.º da CRA e não nas alíneas b) do artigo 161.º, isto é, e d) do artigo 166.º da CRA. Assim sendo, a forma do acto está prevista na alínea b) do artigo 166.º; isto é, sobre a matéria eleitoral as leis devem revestir a forma de leis orgânicas. Retiro dessa situação também desconforme com a Constituição, o facto de a Lei Eleitoral do Registo Oficioso não assumir a forma imposta pela CRA juntamente para poder justificar a separação do registo oficioso do processo eleitoral e construir o respaldo legal de que necessita. 2. A decisão que fez vencimento focou as premissas do aresto numa exclusão da administração autónoma, categoria em que se insere a CNE, do conceito de administração pública. O entendimento que se acolhe é o de que administração pública é directa, e nesta base pratica actos administrativo como o registo eleitoral e a administração autónoma é uma situação fora deste conceito, como se o acto administrativo fosse exclusivo da administração directa. Por esta razão não aceita que o registo eleitoral possa não ser efectuado pela administração directa, na medida em que ela que tem os meios para o efeito como se não coubesse ao Estado, no contexto de que estipula a CRA, criar as condições para que a CNE, funcione em toda a dimensão e plenitude. Defendo, concomitantemente, não fazer sentido o acórdão considerar que entender-se a CRA ter atribuído a função de registo à CNE é fazer uma interpretação demasiada extensiva deste artigo constitucional. Por isso independentemente dos fins do registo, este é, no caso de Angola, por determinação da CRA, uma fase do processo eleitoral, nos termos já referenciados atrás. A Constituição de 2010, em matéria eleitoral, rompeu com a tradição que vinha desde 2008, que combinando com a Lei Constitucional e realidade eleitoral gerou sempre um ambiente caracterizado por suspeitas de não transparência por parte da oposição que desde 1992 não reconhece a validade de nenhum pleito eleitoral como livre e justo e, por isso, de entre as medidas que tomou no sentido de superar a situação foi de atribuir a Administração Eleitoral a um órgão autónomo da Administração Pública. Com isso retomou justificadamente o processo eleitoral de 1992, em que o registo eleitoral foi realizado pela CNE. É isso que se retira objectivamente daquilo que a CRA. Consagra no artigo 107.º da CRA que consubstancia a preocupação da lei mãe com a salvaguarda da lisura do processo eleitoral e dá solução a um ambiente de suspeição. Por seu turno, é isso que manifesta a Lei n.º 12/12, de 13 de Abril, que se pronuncia também sobre a reorganização da CNE. Por estes factos entendo que toda hermenêutica constitucional deve assentar essencialmente no preâmbulo e nas normas dos artigos 1.º, 2.º, 4.º e 105.º todos da CRA. Diversamente, ao que diz o acórdão, a interpretação que o legislador fez da norma do artigo 107.º é que não tem no texto e na teleologia da norma correspondência”.

Este acórdão do Tribunal Constitucional suscitou também um enorme protesto por parte dos partidos na oposição e da sociedade civil, aumentando o grau de desconfiança em relação aos órgãos judiciais, relativamente ao princípio da separação de poderes. Deu-se a sensação de que o Tribunal Constitucional, na maior parte dos casos, está sempre a legitimar os actos praticados pelo Executivo, mesmo que de forma clara, certos actos do poder executivo constituam violação explícita da Constituição e/ou da lei ordinária vigentes, o que proporciona um aumento dos níveis de desconfiança social, em relação à transparência do processo eleitoral e à independência do Tribunal Constitucional, de tal modo que os cidadãos têm dificuldade em confiar nas decisões do referido órgão de soberania porque dificilmente este órgão do poder judicial é imparcial quando se trata de questões de mudança de paradigma para o país e em processos de relevância social ou de grande expectativa.

1.6.2 Consequências possíveis da realização do registo eleitoral pelo MAT

Diante desta situação, em que o MAT, atropelando a Constituição, se substitui à CNE, como órgão independente da administração do Estado que não se submete ao princípio da subordinação hierárquica ao Executivo, para garantir transparência e credibilidade, são várias as consequências quer jurídicas quer políticas.

1.6.2.1 Consequências jurídicas

- a)** A Lei n.º 8/15, de 15 de Junho é parcialmente inconstitucional, porque viola de forma expressa a letra e o espírito do artigo 107.º, 1 e 2 da CRA.
- b)** O Acórdão n.º 412/16 do Tribunal Constitucional dificilmente encontra sustentação doutrinária ou jurisprudencial.
- c)** A violação da Constituição pela maioria parlamentar na Assembleia Nacional, ao aprovar a lei n.º 8/15 de 15 de Junho, configura um mau exemplo jurídico constitucional da sociedade, sendo que cabe ao parlamento proteger a Constituição.
- d)** No quadro legal actual, ao Presidente da República, enquanto instituição de soberania (Poder Executivo), não lhe é atribuída competência para administrar o registo eleitoral (por meio do MAT, seu órgão auxiliar). E nos termos da lei o registo eleitoral é parte integrante do processo eleitoral. Ao Presidente da República só lhe é atribuída a competência de convocar eleições (artigo 119.º, al. a) da CRA) e nada mais.

1.6.2.2 Consequências políticas

- a)** Descrédito do processo perante as populações.
- b)** Insatisfação profunda dos cidadãos.
- c)** Quebra de confiança dos eleitores em relação ao partido do poder.

- d) Suspeição de que o processo não seja transparente.
- e) Manifestação nas redes sociais contra o processo.
- f) Manifestação contra a permanência de Bornito de Sousa, como Ministro da Administração do Território, sendo o mesmo segundo cabeça de lista do partido MPLA as eleições.
- g) Confronto entre a polícia e os manifestantes contra a permanência de Bornito de Sousa enquanto Ministro de Administração do Território e candidato a Vice-Presidente do Partido MPLA.
- h) A constatação de que a realização do registo eleitoral pelo MAT é inconstitucional, mesmo que o Tribunal Constitucional tenha uma visão diferente, que não é aceite pela maioria da sociedade, pelo facto de não ser o único protetor da Constituição da República de Angola, mas sim todo o povo.

1.7 Lei de Amnistia em Angola e o desfecho do “caso 15 + 2”

A Assembleia Nacional, depois de ter havido um indulto presidencial, em 2015, por altura da comemoração do alcance da Paz, aprovou uma Lei da Amnistia (Lei 11/16, de 12 de Agosto) que justifica o seu interesse, no preâmbulo, com o facto de se ter comemorado, a 11 de Novembro de 2015, 40 anos de Independência de Angola, um *“marco histórico memorável para todos os angolanos, que ao longo de décadas de luta se entregaram no combate para o seu alcance”*³⁶. Sendo, por isso, de interesse

*“que este facto comemorativo se reflita na ordem social estabelecida, de um modo geral, sem que se excluam os cidadãos privados de liberdade, concedendo-lhes novas oportunidades políticas, sociais e de reintegração pessoal e familiar.”*³⁷

Nesse espírito, a Lei de Amnistia beneficiou cerca de oito mil cidadãos, que cometeram crimes até 11 de Novembro de 2015.³⁸ Esta lei abrange cidadãos nacionais e estrangeiros e prevê um regime geral de amnistia para as contravenções e crimes comuns, puníveis com penas de prisão até 12 anos, com excepção dos crimes dolosos cometidos com violência ou ameaça contra pessoas. Prevê igualmente um regime geral de amnistia para todos os crimes militares cometidos até 11

³⁶ Lei 11/16, de 12 de Agosto de 2016.

³⁷ Id., Ibid.

³⁸ Esta lei teve a aprovação de todas as bancadas parlamentares, sendo 142 votos da bancada parlamentar do partido de governo, sobejamente maioritário, nenhum voto contra e 33 abstenções. O líder da bancada parlamentar do partido de poder, na sua declaração política, já tinha saudado a medida. A Lei n.º 11/16, de 12 de Agosto foi publicada no Diário da República no dia 12 de Agosto de 2016. Segundo o texto dessa lei, são “amnistiados todos os crimes comuns puníveis com pena de prisão até 12 anos”.

de Novembro de 2015, com excepção dos crimes dolosos “cometidos com violência ou ameaça a pessoas de que resultou a morte”, ou com utilização de armas de fogo, bem como tráfico de estupefacientes, de pessoas e órgãos, violação ou promoção ao auxílio à imigração ilegal. O “perdão” é aplicável aos processos “pendentes por factos ocorridos até 11 de novembro de 2015”, data em que Angola comemorou 40 anos da independência nacional. Também os “agentes dos crimes não abrangidos pela amnistia terão as suas penas perdoadas em um quarto (1/4)”, ponderada às circunstâncias legais.

A Lei de Amnistia, contudo somente terá aplicação total desde que não haja, nos três anos seguintes, reincidência dos beneficiários. A lei prescreve o “perdão” sob condição resolutiva, isto é, o perdão é “o beneficiário não reincidir, nem praticar infracção dolosa a que corresponda pena de prisão superior a um ano, nos três subsequentes à data de entrada em vigor da presente Lei ou à data em que vier a terminar o cumprimento da pena ou durante o cumprimento desta”. Para de que nos crimes em que haja condenação com indemnização, *“o benefício da amnistia ou perdão é concedido mediante reparação ao lesado pelo período de até um ano”* (artigo 4.º, LA).

A lei é clara também ao referir que a amnistia *“não extingue a responsabilidade civil, nem a disciplinar emergente de factos amnistiados”* e que *“o prazo da propositura da acção por indemnização no tribunal competente por perdas e danos conta-se a partir da sua entrada em vigor”*. Para além de considerar como *“perdidos a favor do Estado”* todos os objetos de crime apreendidos, *“quando pela sua natureza ou pela circunstância do caso oferecer sério risco de serem utilizados no cometimento de novas infracções”*, bem como os *“frutos produzidos pela prática de tais crimes”* (artigo 5.º, LA).

O Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos disse publicamente tratar-se de uma iniciativa do Presidente da República, de carácter humanista, e asseverou que os serviços penitenciários, em coordenação com os tribunais, estavam preparados para tratar de todos os casos abrangidos por este diploma legal, com o objectivo também de descongestionar as penitenciárias.

Esta amnistia foi particularmente apreciada porque permitiu aos activistas do “Processo dos 15 + 2”, condenados arbitrariamente, em primeira instância, a penas entre dois anos e três meses e oito anos e seis meses, e que estavam a aguardar a decisão do recurso ao Tribunal Supremo, verem o seu processo arquivado, não voltando mais para a prisão porque foram também abrangidos por ela. Um dos advogados dos activistas, explicou que se

*“o artigo 1.º desta lei estabelece que todos os crimes comuns puníveis com uma pena de até 12 anos serão amnistiados”, então, ‘apesar da lei não mencionar especificamente a amnistia dos chamados crimes contra a segurança de Estado’, estes também estão contemplados, até porque o ‘artigo 3.º destaca quais são os crimes que não vão ser abrangidos por esta lei, [dando como exemplo] os de homicídios, crimes praticados com arma de fogo e imigração ilegal.”*³⁹

³⁹ Walter Tondela, Advogado de defesa no “caso 15 + 2”.

Para além de que “os activistas – dizia esse advogado – estão inocentes porque há o princípio da presunção de inocência”, enquanto uma sentença transitasse em julgado, “porque houve um recurso com efeito suspensivo”, logo os arguidos são presumidos inocentes. E, no quadro da nova lei, o Tribunal Supremo abandonou análise dos factos e simplesmente foi decretada a aplicação da Lei da Amnistia. Antes da decisão, a defesa havia lamentado que a amnistia não esclarecesse a existência ou inexistência de crime no caso dos activistas. Um outro advogado do “Processo dos 15 + 2” realçou o facto de não se tratar de “nenhum favor real, porque se mantém a convicção que eles não cometeram crime algum. Estavam a lutar por uma causa e de forma pacífica, usando a própria lei.”⁴⁰

A Lei da Amnistia foi também objecto de juízos críticos de criminalistas e membros da sociedade civil, que a consideraram “incongruente” ou pouco precisa. A primeira observação consistia em que

“a Lei n.º 11/16, de 12 de Agosto, para além dos crimes sexuais, apresenta situações de incongruência, por exemplo, em relação ao bem jurídico vida humana. O n.º 2 do artigo 1.º estabelece que ‘São ainda amnistiados todos os crimes militares, salvo os crimes dolosos cometidos com violência de que resultou morte, previsto no n.º 3 do artigo 18.º e no n.º 3 do artigo 19.º, ambos da Lei n.º 4/94, de 28 de Janeiro – Lei dos Crimes Militares.’ O legislador determina de forma clara os crimes não abrangidos pela amnistia. Ora, os artigos 18.º e 19.º têm como epígrafes (Violência contra superior e Violência contra inferior, respectivamente). Curiosamente, quer o n.º 3 do artigo 18.º, quer o n.º 3 do artigo 19.º estipulam que ‘Se das ofensas corporais previstas neste artigo resultar como efeito necessário a morte, a pena será de prisão maior de 20 a 24 anos.’”⁴¹

Observa-se ainda que

“as situações são as mesmas e o bem jurídico penal protegido em ambos artigos é a vida humana e até aqui não há problema. O problema levanta-se em relação ao artigo 20.º da mesma lei que tem como epígrafe (Violência contra militares de igual graduação ou equivalente). O n.º 3 do artigo 20.º estabelece idêntica situação, pena e protege o mesmo bem jurídico penal ‘vida humana’ previsto nos n.º 3 dos artigos 18.º, 19.º e sem deixar margem para dúvida a redação é peremptória. ‘Se das ofensas corporais previstas neste artigo resultar como efeito necessário a morte, a pena será a de prisão maior de 20 a 24 anos’. Este crime não vem excepcionado no n.º 2 do artigo 1.º da Lei n.º 11/16, de 12 de Agosto. Significa a título de exemplo e materializando, se um cidadão militar com a patente de Coronel, foi ofendido voluntária e corporalmente, por um Capitão e da ofensa resultou a morte haverá sempre, caso não tenha sido ainda condenado, responsabilização criminal e a pena é de 20 a 24 anos e o inverso também é válido (n.º 3 do

⁴⁰ David Mendes, advogado de defesa no “caso 15 + 2”.

⁴¹ Kemba, B., “A Lei de Amnistia e os Crimes Sexuais: algumas incongruências” in *Club-k*, 16 Agosto 2016.

artigo 18.º e 19.º). Mas, se um Coronel ofendeu voluntária e corporalmente outro Coronel e da ofensa resultou a morte, o Coronel que ofendeu está aministiado, pela Lei n.º 11/16, de 12 de Agosto, tudo porque o legislador ‘esqueceu-se!’ do n.º 3 do artigo 20.º. Mais uma vez, os legisladores material e formal andaram muito mal, pois é nosso entendimento que o critério para exclusão deve ser, antes de mais, o bem jurídico penal protegido e no caso em concreto são os mesmos.”⁴²

Na segunda observação do juízo crítico verificou-se então que

“a Lei n.º 11/16, de 12 de Agosto que pode ser susceptível de provocar várias interpretações sobre a bondade dos seus fundamentos, prefiro atribuir-lhe este: Propiciar condições favoráveis a modificações profundas da legislação de carácter Penal, entretanto na prática lança aos operadores do direito e da justiça o grande desafio o grande desafio de implementação rápida e eficaz da referida lei e um sentido de conversão profunda e verdadeira de quem foi alvo desta graça estatal e uma prudência para que ninguém fique de fora e/ou ‘bastardos’ beneficiem duma graça que lhes não alcança, como seja: (i) há sentenças que tendo transitado em julgado e que a condenação tenha sido em concurso de infracções (artigo 102.º do Cód. Penal) em que um dos crimes seja abrangido pela norma amnistiante (crime punível com pena igual ou inferior a 12 anos) e outro crime não que terão de ser reformuladas num grande exercício de reapreciação dos motivos, da personalidade do delinquente e da intensidade do dolo como se de um único crime se tratasse excluindo assim todo o juízo normativo que esteve na base da punibilidade em concurso; (ii) A exegese refinada para os comportamentos em que no mesmo acto um agente reunia qualidades especiais (ex. funcionário público) e o seu co-autor e/ou cúmplice não reunia e tendo sido comunicada a qualidade especial do primeiro co-autor, requererá uma separação de culpas permitindo que a amnistia atinja apenas quem não reunia a referida qualidade, tornando incomunicável a qualidade especial para que quem não esteja investido desta qualidade possa, em obediência ao princípio da igualdade (artigo 23.º da CRA), sentir-se coberto pelo mesmo manto que todos os outros cidadãos, não funcionários públicos, com comportamento criminal análogos ao seu.”⁴³

O mesmo autor afirmou que

“O n.º 2, do artigo 1.º da Lei n.º 11/16, de 12 de Agosto merece realçado por resultar que no abstracto todos os crimes militares foram amnistiados excepto os casos de requisitos cumulativos de (i) ser o crime punido com a pena de prisão maior de 20 a 24 anos e (ii) ter-se verificado o dano morte. Aqui apenas uma questão para reflectir: se o militar encarregue da guarda de recursos financeiros os utilizar em proveito próprio, será um crime militar ou crime comum? Consoante a resposta poderemos estar ou não diante duma violação do princípio da igualdade

⁴² Id., Ibid.

⁴³ Satula, B., “Impressão e interpretação à nova Lei da Amnistia”, in *Club-K*, 13 de Agosto de 2016.

de tratamento. Por fim, vale dizer que apesar da Assembleia Nacional no âmbito da sua competência ser soberana e ter fixado o âmbito da lei, vale dizer que o Peculato (313.º do Código Penal) e Concussão (314.º do Cód. Penal) não são os únicos crimes graves cometidos por funcionários públicos, pois que a lei n.º 03/14 de 10 de Fevereiro no seu Capítulo VII comporta outros crimes que reclamam a qualidade de funcionário público e que apesar das brandas penalidades podem provocar ao erário público danos iguais ou mais graves que os provocados pelo Peculato e pela Concussão, entretanto como disse e parafraseando um jurista que muito admiro ‘não me repugnam nada’ os termos desta Lei, mesmo se acho que ela deveria ser melhor desenhada.”⁴⁴

A terceira observação afirmou que

“O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, na condição de Titular do Poder Executivo, com a legitimidade conferida pela Constituição de 2010, enviou no mês de Julho de 2016, à Assembleia Nacional, uma proposta de lei de amnistia, após aprovação no Conselho de Ministro (órgão auxiliar do Titular do Poder Executivo). Por esta razão, há duas formas de se analisar esta controversa proposta de amnistia: uma mais literal e outra mais sistemática. Vejamos: a) Na realidade, o Presidente da República, neste sistema cesarista napoleónico, que inventaram na CRA (Constituição da República de Angola) tem o poder de iniciativa legislativa geral nos termos do artigo 120.º, i) e 167.º, n.º 4. À sua iniciativa chama-se proposta de lei. É a interpretação literal da CRA. b) Mas, poder-se-á entender que o Presidente não pode ter iniciativa legislativa na matéria de reserva absoluta de competência da Assembleia, mas o facto é que uma coisa é propor uma lei, outra é aprová-la. c) Do ponto de vista genérico, num Estado de Direito e Democrático, um presidente que foge ao escrutínio do Parlamento, não pode ter iniciativa legislativa, como forma de preservação da independência dos órgãos de soberania. A amnistia é uma questão de ‘Direitos, Liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos’ (artigo 164.º, b) CRA) e que por isso só a Assembleia se devia pronunciar: ter a iniciativa e ser proponente. Esta interpretação é sistemática e de acordo com os Princípios do Estado Democrático de Direito, deve prevalecer, ainda que não exista nenhum artigo a dizê-lo explicitamente. Pese o atipismo constitucional em vigor, não podemos deixar de reconhecer o encadeamento feito pelo legislador material quanto as normas de Direitos Fundamentais ou aos normativos de Direitos Fundamentais, alojados na Parte I da Constituição, no art.º 1.º, que trata das normas sobre o regime dos Direitos Fundamentais: ‘Angola é uma República soberana e independente’, aqui temos Angola como objecto, e adiante temos: ‘baseada na dignidade da pessoa humana’, que é o sujeito. O n.º 2 do art.º 2.º CRA, garante que ‘A República de Angola promove e defende os direitos e liberdades fundamentais do homem, quer como individuo quer como membro de grupos sociais organizados’. Este normativo é determinante e incontornável para interpretação da al.º b) do art.º 21.º, que enquadra como tarefas fundamentais do Estado; ‘assegurar os direitos, liberdades e garantias fundamentais’. E logo noutra

⁴⁴ Ibid., Ibid.

esquina temos a âncora do Título II, que consagra as normas sobre direitos fundamentais, e em 'prima facie' enquadra os artigos 26.º, 27.º, 28.º, 56.º, 58.º, 62.º, 63.º, 64.º, n.º 6, 65.º e 67.º todos da CRA e ainda a al.º b) do art.º164.º CRA que coloca como reserva absoluta de competência legislativa da Assembleia Nacional, legislar sobre "(...) direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos".⁴⁵

Apesar das incongruências observadas e identificadas pelos referidos autores, a verdade é que, um conjunto de cidadãos inocentes foi beneficiado pela referida medida, permitindo também desafogar um pouco as penitenciárias em Angola.

⁴⁵ Tonet, W., "Proposta de Lei de Amnistia do Presidente da República", in *Club-k*, Acesso: 20/08/ 2016.

2. COMPROMISSO COM A SAÚDE

2.1 Introdução

A questão da saúde tem, cada vez mais, vindo a ganhar preponderância na esfera pública internacional, com particular destaque para as abordagens em torno das problemáticas da qualidade de vida e do desenvolvimento sustentável. Tal é assim, pelo menos, desde as últimas décadas do século passado, pois foi nesse momento que dois fenómenos decisivos se manifestaram simultaneamente: por um lado, a intensificação da degradação ambiental, caracterizada pela falência da biodiversidade e pelo chamado “aquecimento global”, e, por outro, a aceleração do esgotamento das principais fontes não-renováveis de energia, nomeadamente o petróleo e o carvão. De tal modo que as atenções, tanto dos especialistas como dos grupos de pressão e dos governos, se deslocaram dos recursos naturais para os recursos humanos, fazendo com que a saúde passasse a ser um tema da máxima importância.

Dito por outras palavras, a percepção generalizada de que as principais matérias-primas, todas elas de base mineral, registavam restrições e, concomitantemente, teriam o seu fim a curto prazo motivou a procura de alternativas duradouras, tendo sido a capacidade de criação e de realização humana reconhecida como o maior dos recursos, já que dela dependem todos os outros. O desgaste inevitável do *stock* de capital natural deu ensejo, portanto, a uma maior valorização dos capitais físico e mental.

Hoje, o lugar da saúde no interior dos esforços para o progresso social encontra-se respaldado nos diversos compromissos oficiais assumidos por grande parte dos países do mundo. A título de exemplo, mencione-se os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), também designados por “Agenda 2030”. Trata-se de uma agenda global aprovada, por unanimidade, por uma cúpula composta por representantes de 193 Estados-membros da ONU, em Setembro de 2015,⁴⁶ e cujas metas relativas à protecção sanitária prevêem, dentre outros desafios, o seguinte:

“Achieve universal health coverage, including financial risk protection, access to quality essential health-care services and access to safe, effective, quality and affordable essential medicines and vaccines for all.”⁴⁷

⁴⁶ Esta nova agenda global visa dar continuidade e aprofundar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM).

⁴⁷ United Nations, *Transforming our World: the 2030 agenda for sustainable development*, United Nations, 2015, p. 18.

Nota-se que, não obstante o reconhecimento da existência de uma componente económica *stricto sensu*, ligada ao papel da saúde na produtividade ou nos índices de rendimento do trabalho, através da qual as condições sanitárias ao dispor das populações são vistas como um investimento entre outros, o que, no fundo, predomina, nas diferentes abordagens sobre qualidade de vida e desenvolvimento sustentável, é a dimensão universal da saúde, dimensão essa que tem a ver com o facto de ser a saúde um bem público, ou seja, um bem não-exclusivo e indivisível, traduzido, em termos jurídicos, na noção de “direito fundamental”, conforme plasmado, *grosso modo*, em todas as constituições modernas.

Só a boa saúde e a felicidade dela decorrente são capazes de gerar a motivação necessária, a qualquer população, para a participação activa nos processos produtivos. É daí, aliás, que resultam os elevados índices de esperança de vida registados nos países considerados mais desenvolvidos do mundo, uma vez que, nestas regiões do planeta, o financiamento da saúde, sobretudo da rede pública, representa, de facto, uma prioridade nacional, com atribuições de verbas que rondam os 30% do respectivo Produto Interno Bruto (PIB).

Em Angola, à semelhança do que acontece noutros países com baixo índice de desenvolvimento humano, o baixo índice de esperança de vida à nascença é, em grande medida, o reflexo do irrisório peso que a saúde, em particular, e o sector social, em geral, têm tido na despesa pública interna. A despeito de ser a saúde consagrada, constitucionalmente, como direito fundamental, e apesar do Estado angolano ter ratificado quase todos os protocolos internacionais sobre o assunto, o acesso igualitário a serviços sanitários eficazes e de qualidade continua longe de ser uma realidade.

Este capítulo, que se insere no campo da epidemiologia descrita,⁴⁸ procura traçar o perfil sanitário angolano em 2016 através de uma abordagem das doenças de notificação obrigatória, dos indicadores-chave da saúde, da saúde preventiva e curativa, bem como do financiamento. O seu propósito é o de indicar onde, quando e sobre quem determinada enfermidade afecta, o que implica determinar até que ponto as estratégias adoptadas têm diminuído a ocorrência de doenças, para além de fornecer subsídios com vista a uma melhor decisão sobre as medidas de prevenção e controlo sanitário.

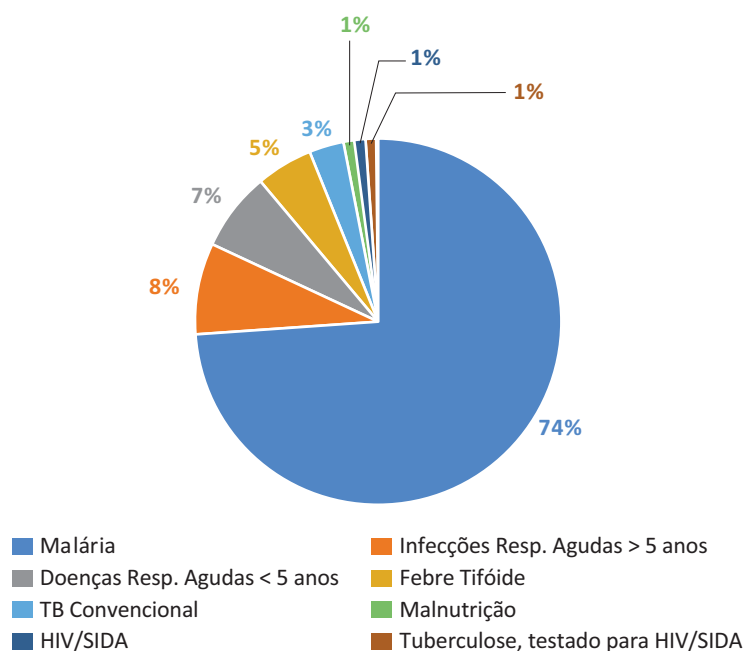
⁴⁸ “É o estudo da distribuição de frequência das doenças e dos agravos à saúde colectiva em função de variáveis ligadas ao tempo, ao espaço – ambientais e populacionais –, às pessoas, possibilitando o detalhamento do perfil epidemiológico com vistas para a saúde.” Cruvinel, K., *Epidemiologia Descritiva*. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/14122/material/Epidemiologia%20descritiva%202016.2.pdf>. Acesso: 21/08/2016.

2.2 Quadro epidemiológico

Mais uma vez, o quadro epidemiológico de Angola viu-se dominado pelas chamadas doenças de insalubridade, as quais têm como causa directa a falta de saneamento básico do meio. À excepção das doenças diarreicas agudas, cujos dados não se acharam disponíveis,⁴⁹ as doenças de insalubridade foram responsáveis, no cômputo geral, por mais de 90% dos casos notificados.⁵⁰

Este facto aponta, desde logo, para a manutenção da precariedade das condições materiais de vida das populações, a maior parte das quais privadas dos mínimos serviços de saneamento básico. A falta de qualidade da água para o consumo humano e do ar que se respira, assim como a ausência de esgotos domésticos e de locais adequados de destinação do lixo sólido em grande parte das regiões, sobretudo nas áreas rurais e periurbanas, continuam a ser os principais determinantes sociais da distribuição das enfermidades.⁵¹

QUADRO EPIDEMIOLÓGICO, 2016



FONTE: CEIC com base no DNSP, 2016.

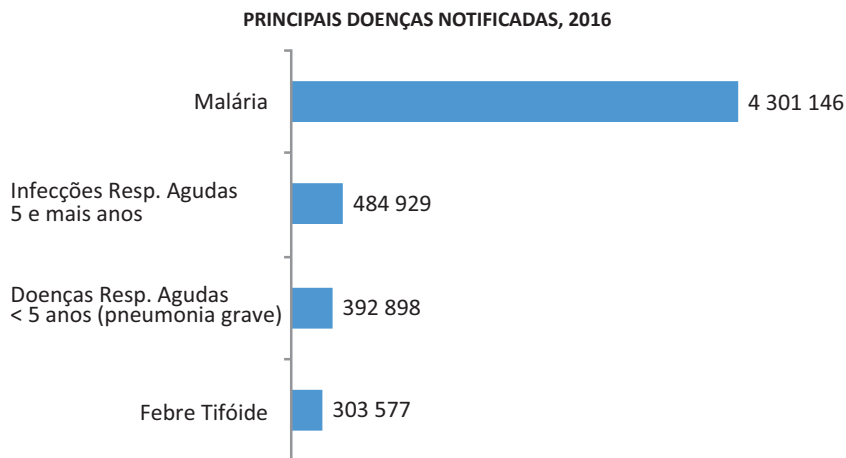
⁴⁹ Curiosamente, das informações disponibilizadas pela Direcção Nacional de Saúde Pública (DNSP), não constam os dados sobre as doenças diarreicas agudas.

⁵⁰ As notificações são realizadas no âmbito do Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica (SNVE), definido pelo Ministério da Saúde (MS).

⁵¹ Ver Capítulo 4 do presente relatório.

Com efeito, a malária voltou a ser, de forma invicta, a doença com maior prevalência, ao concentrar 74% dos casos notificados.

Quanto às outras enfermidades, apesar da maior parte ter registado diminuição no número de casos notificados comparativamente ao ano transacto, algumas delas mantiveram-se no grupo das quatro doenças mais notificadas. Ou seja, a redução da prevalência não fez com que tais doenças deixassem de figurar entre as grandes preocupações no quadro do sistema nacional de saúde pública. São os casos: das infecções respiratórias agudas graves na população com 5 e mais anos (484 929 casos); das doenças respiratórias agudas (DRA) (pneumonia grave) em menores de 5 anos (392 898 casos); da febre tifóide (303 577 casos).



FONTE: CEIC com base no DNSP, 2017.

Em contrapartida, há aquelas doenças que, embora não figurem entre as mais notificadas, registaram aumento nas notificações. Tome-se o exemplo da febre-amarela, cujo surto, iniciado em Dezembro de 2015, atingiu o seu pico nas 8.^a e 9.^a semanas epidemiológicas de 2016, superando a barreira dos 50 casos confirmados. Até 23 de Dezembro de 2016, data da declaração do fim da epidemia em Angola, foram registados um total de 4679 casos suspeitos, dos quais 384 resultaram em morte. Os casos confirmados totalizaram 884, com 121 falecimentos.⁵²

Considere-se, ainda, a malnutrição. Comparativamente a 2015, o número de casos aumentou em 0,5 pontos percentuais, tendo passado de 29 546 para 29 714.

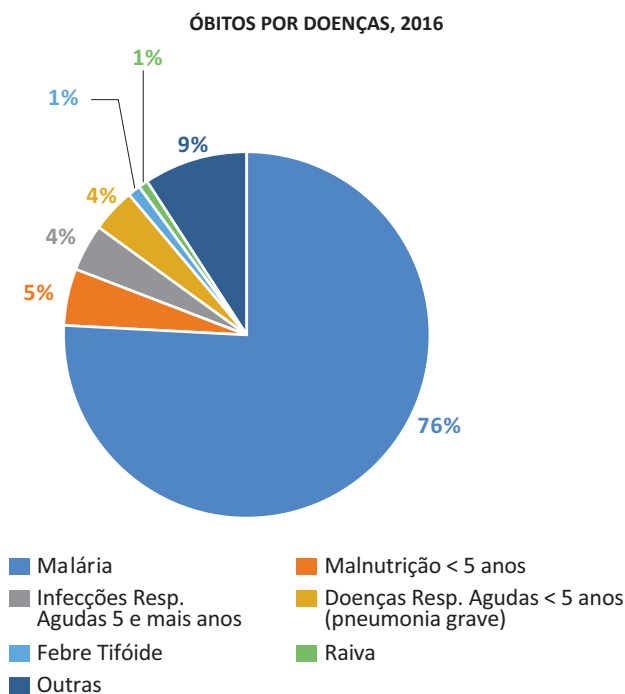
Este aumento de notificações da malnutrição, aparentemente irrelevante se comparado ao da malária, teve consequências na quantidade de óbitos causados pela doença. Se não

⁵² A informação epidemiológica (quantitativa e qualitativa) sobre o surto da febre-amarela no País ainda é exígua, precisam ser reforçada e mais detalhada, razão pela qual não se justificou a abertura, no presente capítulo, de uma secção na qual o assunto fosse abordado com profundidade.

causa qualquer estranheza que a malária tenha sido a doença com a esmagadora maioria de óbitos, calculados em 15 997, cerca de 76% do total, o mesmo não se pode dizer da presença da malnutrição, em menos de 5 anos entre as doenças que mais mortes causaram em 2016, 943 óbitos, ocupando a segunda posição, à frente de quatro das cinco doenças mais notificadas.

Em que medida estaria a ocorrer um regresso da malnutrição no grupo das principais doenças, tornando a constituir um problema grave de saúde pública? Pelo menos, um dado é certo: o de que existe uma relação entre o aumento da malnutrição e o momento de crise económica e financeira que Angola atravessa, devido não apenas à redução do financiamento dos serviços de saúde, mas também à precariedade das condições económicas no seio das famílias.

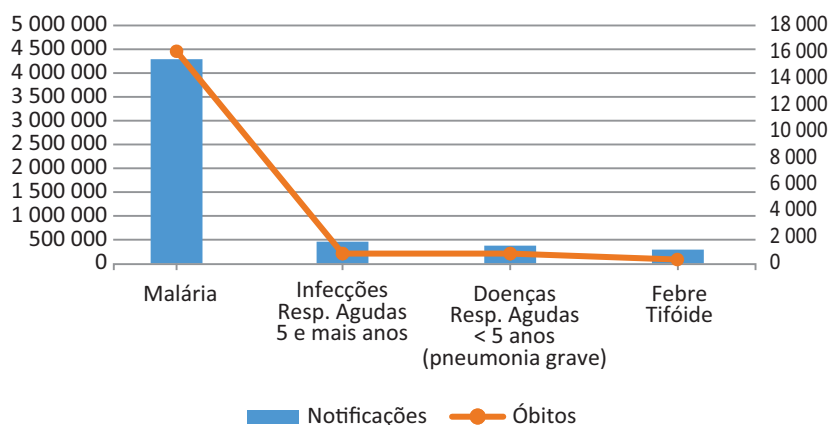
Salvaguardadas as devidas singularidades patológicas, a interpretação é extensiva ao aumento de mortes por raiva, doença que, para além de passar a fazer parte das doenças com a maior taxa de mortalidade, com 1,3% do total de óbitos, registou a maior taxa de letalidade, situada em 100%.



FONTE: CEIC com base no DNSP, 2017.

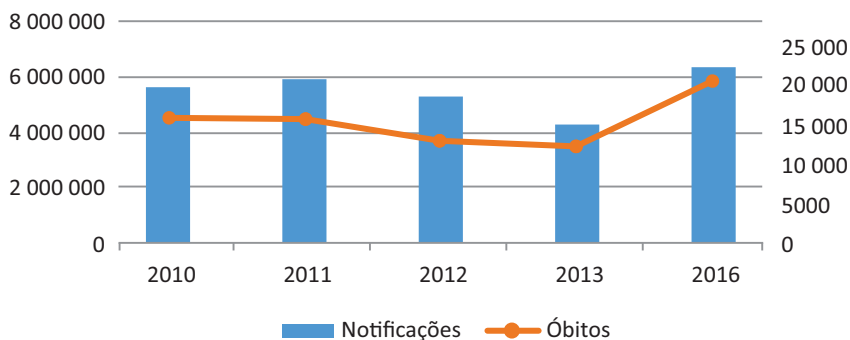
Levando em conta as quatro doenças mais notificadas, os dois gráficos abaixo permitem, portanto, observar as diferenças na relação proporcional entre notificações e óbitos. Enquanto a malária apresenta uma desproporção baseada no crescimento do número de óbitos, as demais doenças apresentam desproporções fundadas na diminuição da quantidade de óbitos. Em função disso, a malária foi a principal responsável pelo aumento do número de óbitos em 2016, pese embora tenha sido menos letal do que raiva.

NOTIFICAÇÕES E ÓBITOS POR DOENÇAS, 2016



FONTE: CEIC com base no DNSP, 2017.

NOTIFICAÇÕES E ÓBITOS POR ANO, 2010-2016



FONTE: CEIC com base no DNSP, 2017.

2.2.1 Malária

2.2.1.1 Contexto mundial e africano

Dados mundiais apontam que a malária continua a ser uma das doenças de maior impacto humanitário nos países considerados menos desenvolvidos, grande parte dos quais localizados no continente africano. Isto deve-se, obviamente, às péssimas condições de vida a que tem sido sujeitas as populações locais, principalmente aquelas habitantes das regiões “interioranas”. São regiões não-urbanas em que, via de regra, o défice de saneamento básico (presença abundante de charcos, de resíduos a céu aberto e de certo tipo de vegetação hospedeira), conjugado com a ausência de meios de prevenção sanitária (falta de Mosquiteiros Tratados com Insecticida

– MTI –, por exemplo), fornece o cenário ideal quer para a existência e reprodução de mosquitos, entre eles a fêmea do *Anopheles*, quer para a transmissão das espécies do parasita do *Plasmodium* que causam a malária nos seres humanos.⁵³

Segundo o *World Malaria Report 2016*, a única publicação de periodicidade anual que monitoriza a prevalência mundial da malária, de autoria da Organização Mundial da Saúde (OMS), dos cerca de 214 milhões de novos casos notificados no mundo inteiro em 2015, 90% tiveram lugar em África, 7% no Sudeste Asiático e na América do Sul e 2% no Médio Oriente. De igual modo, estima-se que a esmagadora maioria das mortes causadas pela malária ocorreu em África (92%), seguida pelo Sudeste Asiático e América do Sul (6%) e pela região do Médio Oriente (2%).⁵⁴

Estas estatísticas justificam-se na medida em que, ao contrário do que se fazia necessário, o continente africano foi, entre 2000 e 2015, a região do mundo que menos progressos obteve no combate à malária. África não conseguiu reduzir em mais do que 12% o número de casos notificados. E, no que respeita à diminuição da taxa de mortalidade, não ultrapassou os 50%, partilhando com o Sudeste Asiático a menor redução do número estimado de óbitos por malária, conforme mostra a tabela abaixo.

ESTIMATIVA DE CASOS NOTIFICADOS E DE MORTES POR MALÁRIA NAS REGIÕES DE INFLUÊNCIA DA OMS, 2000-2015										
Região de influência da OMS	Estimativa de casos notificados (Milhões)				redução	Estimativa de mortes				Redução
	2000	2005	2010	2015		2000-2015	2000	2005	2010	
África	214 000	217 000	29 000	188 000	-12%	764 000	67 000	499 000	395 000	-48%
Américas	2500	1800	1100	660	-17%	1600	1200	1100	500	-51%
Mediterrâneo Oriental	9100	8600	4000	3900	-57%	15 000	15 000	7000	7000	-51%
Europa	36	5.6	0.2	0	-100%	0	0	0	0	
Sudeste Asiático	33 000	34 000	28 000	20 000	-39%	51 000	48 000	44 000	3200	-37%
Pacífico Ocidental	3700	2300	1700	1500	-59%	8100	4200	3500	3200	-60%
Mundo	269 000	264 000	243 000	214 000	-18	83 900	738 000	554 000	43 000	-48%

FONTE: OMS, 2016.

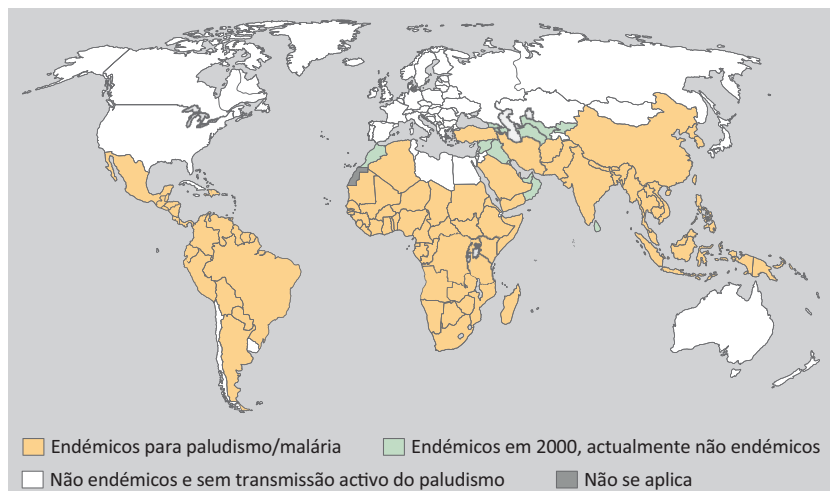
⁵³ Como é sabido, nem todos os parasitas do *Plasmodium* são portadores do vírus da malária. Conforme consta do artigo de Ananya Mandal, divulgado no site New Medical Life Sciences, somente cinco espécies de parasitas do *Plasmodium* causam a malária nos seres humanos, sendo as mais letais encontradas em África: *Plasmodium Falciparum*, *Plasmodium Vivax*, *Plasmodium Ovale*, *Plasmodium Malariae* e *Plasmodium Knowlesi*. Mandal, A., "Causas da malária". Disponível em: [https://www.news-medical.net/health/Malaria-Causes-\(Portuguese\).aspx](https://www.news-medical.net/health/Malaria-Causes-(Portuguese).aspx). Acesso: 15/01/17.

⁵⁴ OMS, *World Malaria Report 2016*, Geneva: OMS, 2016, p. XXXII.

Ainda de acordo com o *Report* da OMS, apesar da diminuição de 41% na taxa de incidência da malária nos últimos quinze anos, apenas 11 países e territórios reduziram, de forma efectiva, os níveis de transmissão directa da doença. O mesmo significa dizer que, no conjunto, os países mais ricos e/ou mais industrializados registaram apenas 1% de prevalência e não tiveram qualquer participação na taxa geral de mortalidade por malária.

À excepção do Egipto, da Líbia, da Tunísia e do Marrocos, países nos quais já não ocorre a transmissão activa da doença, África conforma o que se pode designar por “faixa endémica da malária”. A classificação é aplicável, também, à América do Sul e ao Sudeste Asiático. Ainda que passível de controvérsia, porquanto o termo *endemia* se refere à incidência geograficamente delimitada de uma enfermidade, ela permite atentar para o facto de que, nas regiões em causa, a manutenção da transmissão da malária acontece graças tanto à persistência dos focos de reprodução do vector (a fêmea do mosquito *Anopheles*), como, em grande medida, às outras formas de propagação da doença, que são a transfusão de sangue infectado pelo parasita do *Plasmodium*, quer através de doação voluntária, quer por via congénita (da placenta para o feto) e a reutilização de seringas infectadas. Daí os elevados índices de mortalidade neonatal e infanto-juvenil por malária nas regiões mais pobres do mundo, decorrente de gritantes deficiências em termos de recursos sanitários.

MAPA MUNDIAL DE INCIDÊNCIA DA MALÁRIA, 2015



FONTE: OMS, 2016.

Neste sentido, mais do que ilustrar a geografia mundial da malária, o mapa acima representa a geografia mundial da pobreza, pois não é nada coincidente que sejam as regiões mais pobres do mundo as mais afectadas pela doença, a exemplo da África Subsaariana, região na qual cerca de 43% da população ainda está sob risco de contrair a malária, porque não protegida pelos métodos primários de controlo vectorial.⁵⁵

⁵⁵ Estão na África Subsaariana os países onde mais pessoas morrem por malária, que são a Nigéria, 26% do total de mortes, e República Democrática do Congo (RDC), com 10%.

2.2.1.2 Prevalência e mortalidade

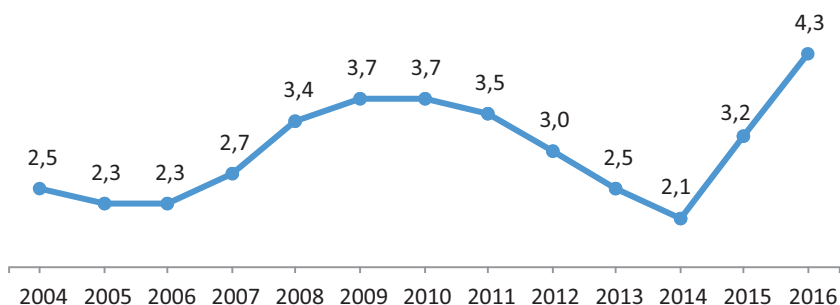
Localizada na África Subsaariana e partilhando com os outros países dessa região as principais características do subdesenvolvimento mundial, Angola encontra-se com efeito entre os países em que a malária tem registado, em termos proporcionais, de ano a ano, as mais elevadas taxas de prevalência e morte. Na verdade, Angola fez parte, em 2015, dos nove países com mais mortes por malária em todo o mundo, representando, juntamente com Moçambique, cerca de 7% do peso global.⁵⁶

Tudo indica que a situação se agravou em 2016, já que, neste ano, a malária acometeu cerca de 4 301 146 pessoas em todo o País, resultando numa taxa de prevalência de 15,6%. Foram notificados 1 046 876 casos a mais do que 2015, ano em que se contabilizaram 3 254 270 casos.⁵⁷ Operou-se, desde modo, um aumento de 16 pontos percentuais nas notificações, tendo a taxa de prevalência recebido um incremento de 2,7%.

Apesar de a malária ser considerada uma prioridade à luz do programa de Prestação de Cuidados de Saúde (PCS),⁵⁸ a sua prevenção, o seu controlo e a sua eliminação, conforme preconizado pelas metas oficiais, estão muito longe de vir a consumir-se como realidade factual.

Como o gráfico abaixo mostra, em 2016, registou-se o nível de notificação mais alto que a malária já alcançou desde 2004. Em termos homólogos, foi a segunda vez, depois da passagem de 2014 para 2015, que as notificações foram incrementadas em mais de 1 milhão de casos. Com a acentuação da curva ascendente, quebrou-se a tendência flutuante e projectou-se um novo ciclo de proliferação da doença.

MALÁRIA – NOTIFICAÇÕES (EM MILHÕES), 2004-2016



FONTE: CEIC com base no DNSP, 2017.

⁵⁶ VOA. “Casos de malária caem no mundo. Moçambique e Angola representam sete por cento”. 13/12/2016. Disponível em: <https://www.voportugues.com/a/casos-malaria-caem-mocambique-e-angola/3634031.html>. Acesso: 14/12/2016.

⁵⁷ CEIC-UCAN. *Relatório Social de Angola*, Luanda, Angola Catholic University Press, 2016, p. 65.

⁵⁸ Este programa é composto por três subprogramas, designadamente: 1) Prevenção e Luta Contra as Doenças Prioritárias, em que se enquadra a prevenção, o controlo e a eliminação da malária; 2) Atenção Específica para Grupos Etários da População; 3) Promoção de Hábitos e Estilos de Vida Saudáveis.

Calcula-se que, em média, 3 milhões de pessoas adoecem de malária, todos os anos, em Angola.

É preciso, no entanto, ressaltar que é bem provável que um considerável número de casos notificados como malária tenha, na verdade, resultado de erros (quando não, imprecisões) de diagnóstico, em virtude do surgimento de novas estirpes, como o dengue e a chikungunya.⁵⁹ Note-se que até mesmo o vírus da febre-amarela chegou a ser, num primeiro momento, igualmente confundido, a partir de diagnósticos a pacientes infectados, com o parasita do *Plasmodium*, quando, no fundo, se tratava do surto de uma doença comprovadamente muito mais grave que a malária.

Vale, a propósito, lembrar que o mesmo já aconteceu, há poucos anos atrás, quando do surto da leptospirose e do rotavírus, tendo sido os sintomas dessas duas doenças tecnicamente confundidos com os da malária. Ou seja, a falta de laboratórios de análises clínicas dotados de meios humanos e técnicos eficazes faz com que haja, não raro, não só confusão entre doenças, mas também duplicação – e até mesmo triplicação – de notificações. Tais erros, por sua vez, estão na base da fraca prevenção e do mau tratamento das enfermidades em apreço. São também eles (os erros de diagnóstico), por isso, causas indirectas de mortes de muitos pacientes.

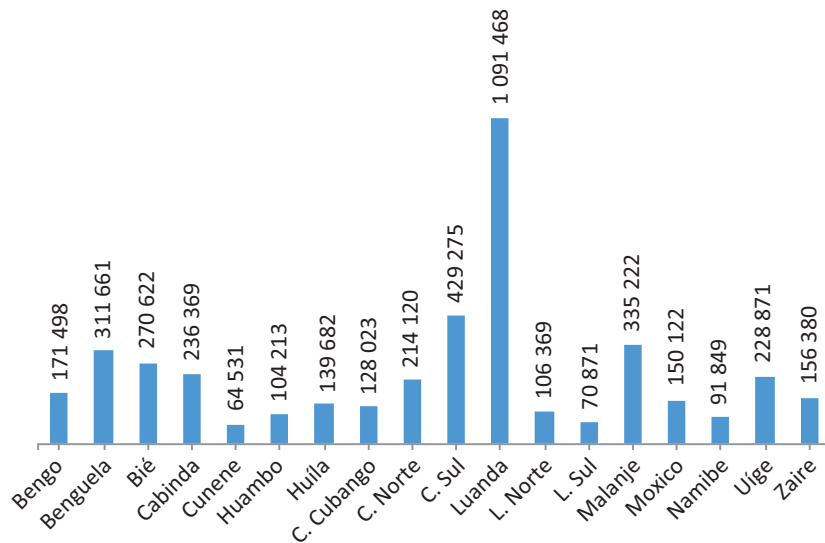
Não obstante apresentem as mesmas formas de transmissão (picada de mosquito-vector do vírus, transfusão de sangue contaminado e contacto congénito) e alguns sintomas idênticos (dores musculares e articulares, febre alta, etc.), o dengue, a chikungunya e a malária diferenciam-se, sobretudo, pela origem viral. O dengue é causado por um arbovírus da família *Flaviviridae*, que tem como portador o mosquito *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus*, ao passo que a chikungunya é causada por um arbovírus do género *Togaviridae*, transmitido pelos mesmos mosquitos-vectores da dengue.⁶⁰ Por conseguinte, só por intermédio de análises laboratoriais rigorosas é possível uma identificação diferencial dessas doenças em relação a malária.

Constata-se, no gráfico seguinte, que a província de Luanda foi, novamente, a que registou o maior número de casos de malária, com um total de 1 091 468 notificações. De facto, a sua imensa população (cerca de em 2016) e as grandes dificuldades de saneamento e salubridade do ambiente torna-a a mais vulnerável de todas as províncias. Com isso, a capital de Angola concentrou 25% da prevalência nacional da doença – ainda assim, menos 2% em relação ao ano anterior –, seguida pelas províncias do Cuanza Sul (10%), Malanje (8%) e Benguela (7%).

⁵⁹ Popularmente conhecida, em Angola, como catolotolo.

⁶⁰ Vazeille, M. *et al.*, "Failure to demonstrate experimental vertical transmission of the epidemic strain of Chikungunya virus in *Aedes albopictus* from la Réunion Island, Indian Ocean", in *Mem Inst. Oswaldo Cruz*, Rio de Janeiro, Vol. 104 (4), p. 632-635, July 2009.

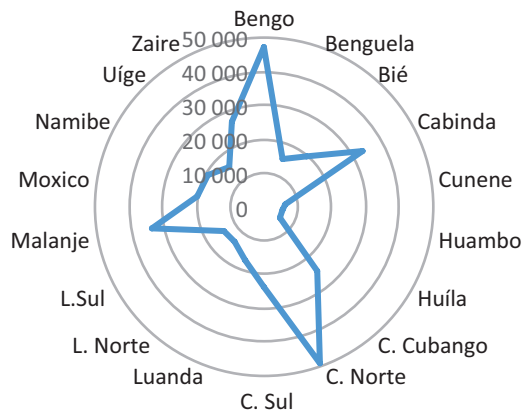
MALÁRIA – NOTIFICAÇÕES POR PROVÍNCIA, 2016



FONTE: CEIC com base no DNSP, 2017.

Já no que concerne ao grau de incidência por província, os dados revelam um cenário diferente. Com uma taxa de incidência de 48.668,7 por 100 000 habitantes, a província do Cuanza Norte foi a que mais novos casos de malária observou, seguida pelas províncias do Bengo (47.450,6/100 000 habitantes), Malanje (33.682,5/100 000 habitantes) e Cabinda (33.406,3/100 000 habitantes). Sendo essas províncias, à exceção de Cabinda, localizadas no interior do território nacional, cujos níveis de urbanização (disponibilidade de infra-estruturas urbanas) se revelam os mais baixos e precários, esses dados apenas vêm testificar uma verdade consabida: a de que, em Angola assim como em toda a parte, a malária é uma doença típica de zonas rural (ou ruralizadas), dada a proximidade com o meio silvestre e também pelo pouco acesso ao saneamento básico e a assistência médica preventiva.

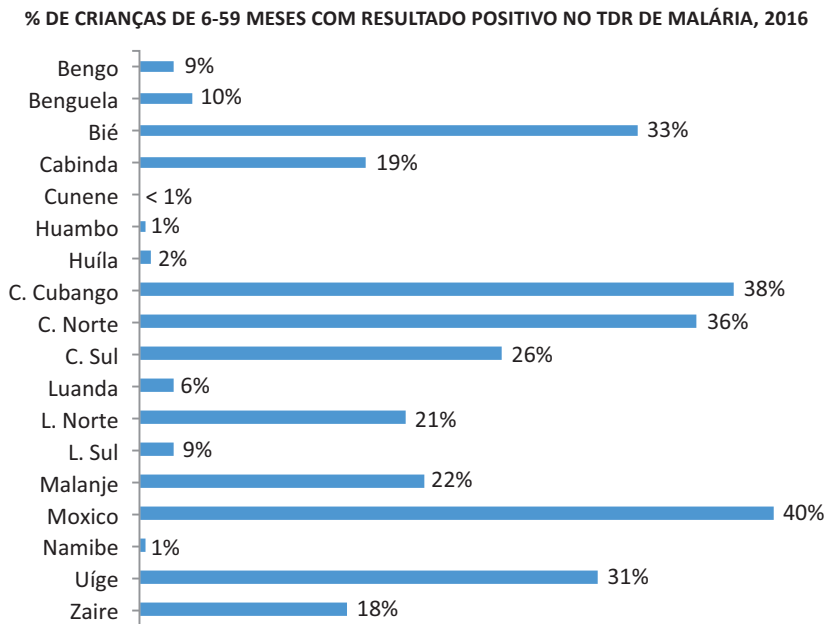
TAXA DE INCIDÊNCIA DA MALÁRIA POR PROVÍNCIA, 2016



FONTE: CEIC com base no DNSP, 2017

No entanto, a menor taxa de incidência registou-se na província do Huambo, como mostra o gráfico anterior, apesar de ser a terceira província com o maior índice de densidade demográfica rural. A explicação para esse aparente paradoxo, pode ser achada nos níveis de cobertura sanitária preventiva, os quais, muito provavelmente, estiveram acima dos das demais províncias.

O grupo etário mais vulnerável à doença continuou a ser o das crianças dos 6 aos 59 meses de idade, com 1 531 695 de casos.⁶¹ Neste particular, a província do Moxico foi a que apresentou o quadro mais alarmante, com 40% de resultados positivos no Teste de Diagnóstico Rápido (TDR) da malária aplicado a crianças na referida faixa etária, sequenciada pelas províncias do Cuando Cubango (38%), Cuanza Norte (39%) e Bié (33%).



FONTE: CEIC com base no INE (IIMS 2015-2016), 2016.

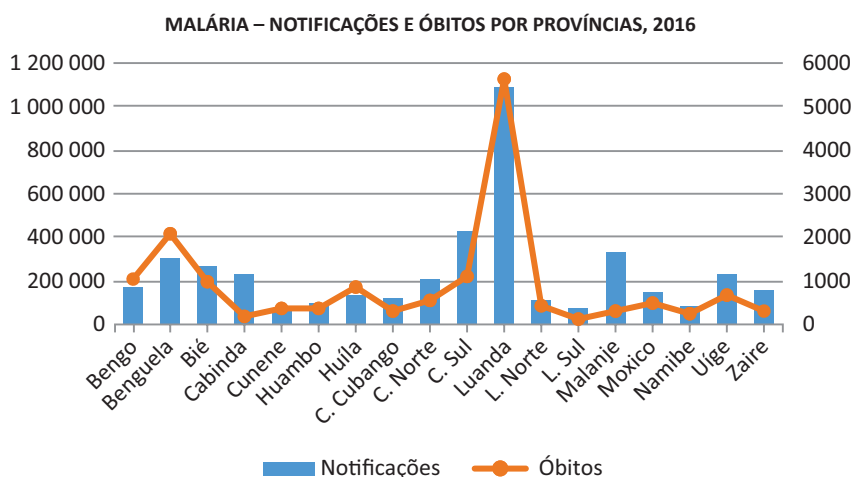
Por consequência, houve um aumento significativo do número de mortes por malária: de 7833 em 2015 passou para 15 997 em 2016, perfazendo um incremento de 8156 óbitos. A média anual de óbitos fixou-se à volta dos 6 mil e quinhentos, enquanto o rácio de

⁶¹ Embora não ofereça um retrato integral da realidade, porque capta apenas uma parcela das ocorrências médicas nas unidades sanitárias da rede pública de saúde, os dados do programa de Atenção Integrada às Doenças da Infância (AIDI), acerca das doenças mais diagnosticadas em crianças menores de cinco anos, permitem perceber a tendência de predominância da malária em relação às outras enfermidades: malária (256 334), doenças respiratórias agudas (82 976), doenças digestivas agudas (45 444), pneumonia (27 665) e malnutrição (3131). Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial, *Relatório de Balanço das Actividades do Governo 2013-2016*, Luanda, Março de 2017, p. 234.

mortes por dia situou-se em 43,8, à razão de 1,8 mortes por hora. O que faz da malária, incontestavelmente, um flagelo em Angola. Quer dizer: a doença deixou de ser apenas um problema de saúde pública, como são a raiva e a tuberculose, e transformou-se num caso de segurança nacional.

Por intermédio do gráfico seguinte, percebe-se que houve uma correspondência entre notificações e óbitos. Vê-se, claramente, que, via de regra, quanto maior o número de notificações, maior a quantidade de óbitos, evidenciando-se, assim, o insucesso das medidas de saúde curativa no que diz respeito à malária.

A esta luz, a província de Luanda inscreveu-se como um caso-modelo, com 5653 óbitos para 1 091 468 notificações.

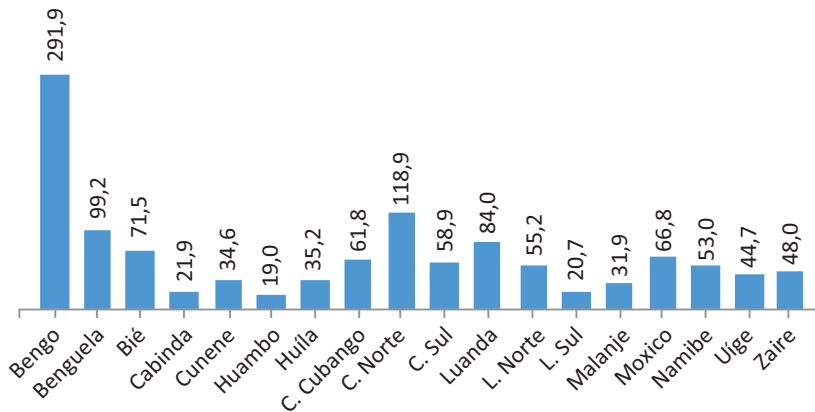


FONTE: CEIC com base no DNSP, 2017.

Mas tal como se viu na relação entre notificações e incidência, apesar de ter observado o maior número de óbitos no contexto geral do País, Luanda não foi a província com a maior taxa de mortalidade por malária. Este peso ficou com a província do Bengo, com 291,9 mortes por 100 000 habitantes, seguida pelas províncias do Cuanza Norte (118,9/100 000 habitantes) e Benguela (99,2/100 000 habitantes). As três províncias tiveram taxas acima da taxa nacional, que foi de 63,8 mortes por 100 000 habitantes, quatro vezes acima da meta definida no *Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 (PND)*.⁶²

⁶² Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial (MPDT), *Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017*, Luanda, Dezembro de 2012, p. 122.

MALÁRIA – TAXA DE MORTALIDADE (/100.000 HABITANTES), 2016



FONTE: CEIC com base no DNSP, 2017.

A tendência de mortalidade não se distinguiu da tendência de casos notificados no que diz respeito à vulnerabilidade no seio da população. As crianças menores de 5 anos foram as principais vítimas, as que mais vieram a falecer por malária, com uma taxa de mortalidade de 138,0.

Em termos probabilísticos, o risco de adoecer e vir a falecer por malária é, sem dúvida, maior para as crianças menores de 5 anos. É como aludem os dados constantes do *Relatório Estatístico* da DNSP referente a 2016:

- O risco de adoecer e de morrer no grupo de menores de 5 anos foi 1,6 vezes superior ao do grupo etário dos 5 aos 14 anos de idade.
- O risco de adoecer no grupo de menores de 5 anos foi 2,8 vezes superior ao do grupo etário dos 5 aos 14 anos e o risco de morrer foi 5,9 vezes superior.⁶³

MALÁRIA – INCIDÊNCIA E MORTALIDADE POR GRUPO ETÁRIO, 2016

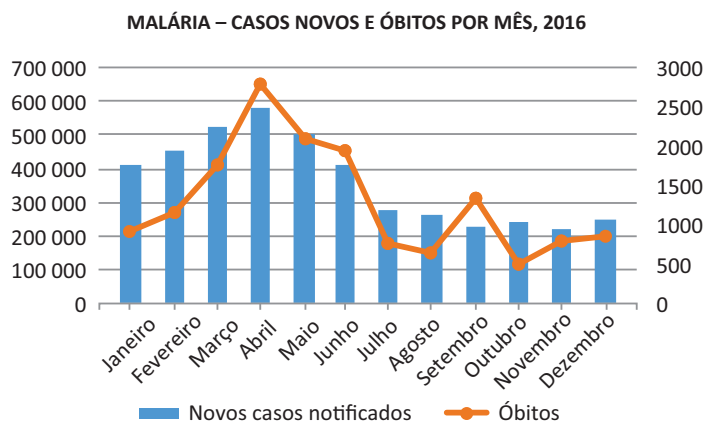
Grupo etário	Notificações	Óbitos	Taxa de incidência (/100.000 habitantes)	Taxa de mortalidade
Menores de 5 anos	1 531 695	6965	30553,2	138,0
5 a 14 anos	1 316 693	5885	19455,2	87,0
Maiores de 14 anos	1 452 758	3147	10935,3	23,7
Total	4 301 146	15 997	17159,3	63,8

FONTE: DNSP, 2016.

E, como é dado a observar no gráfico que se segue, o risco de adoecer e de morrer foi maior no primeiro semestre do ano. Sobretudo no período chuvoso, em que se notabiliza a multiplicação de focos de reprodução de mosquitos e outros insectos de tipo pestilento através de charcos e lagoas, o número de casos e o número de mortes aumentaram consideravelmente, tendo o mês de Abril como clímax, com 2882 óbitos para 582 895 casos.

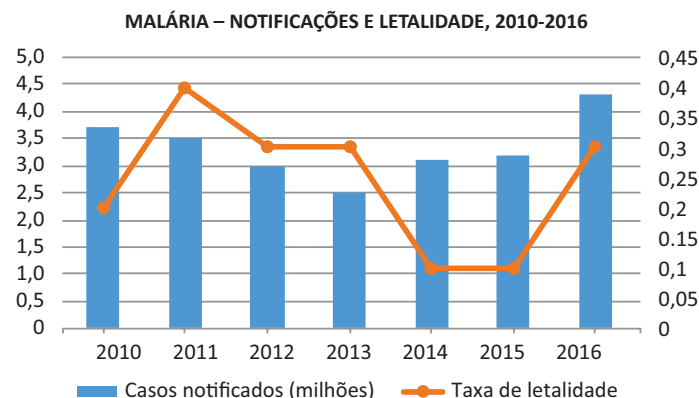
⁶³ DNSP, *Relatório Estatístico*, Luanda, 2016, p. 17.

Segundo detalha o já anteriormente citado *Relatório Estatístico* da DNSP, o alto número de casos notificados e de óbitos verificados no referido período “foi consequência do surto epidêmico de síndrome febril, incluindo a malária que assolou o país desde o último trimestre de 2015, cujas causas principais foram: o limitado saneamento do meio, as fortes cargas pluviométricas, a ruptura de stocks em TDRs (testes de diagnóstico rápido), ruptura de stocks em ACTs (tratamento combinado a base da artemisinina). Por outro lado, a chegada tardia das crianças às unidades sanitárias, após vários dias de manipulação das mesmas em postos de saúde ilegais e a prática de tratamentos tradicionais, contribuíram também para o aumento da mortalidade.”⁶⁴



FONTE: CEIC com base no DNSP, 2017.

Não por acaso, houve um aumento, de quase 0,20, da taxa de letalidade da malária, que de 0,18, em 2015, passou para 0,37, em 2016, retomando os níveis alcançados em 2012 e 2013. Eis aí, portanto, uma consequência lógica da correlação entre o aumento exponencial do número de casos e o aumento significativo do número de óbitos.



FONTE: CEIC com base no DNSP, 2017.

⁶⁴ Id., Ibid., p. 20.

O facto de ser uma das menores taxas de letalidade no universo das doenças notificadas jamais deve ser interpretado como um dado positivo, uma vez que, em termos absolutos, a malária mata muito mais do que qualquer outra doença, chegando mesmo a ser, aliás, a primeira causa de morte no País.⁶⁵

2.2.1.3 Prevenção e tratamento

Em Angola, à semelhança do que é prática na maioria dos países da África Subsaariana, são principalmente dois os métodos de intervenção para a prevenção vectorial da malária: por um lado, a realização de campanhas de sensibilização e educação da população para a adopção de bons hábitos e costumes de higiene, tendo em conta os ricos de infecção; por outro, o uso de MTI e a desinfestação com pulverização e fumigação de Diclorodifeniltricloroetano (DDT).⁶⁶

O primeiro método tem como objectivo a mudança de atitude por parte da população, sobre no seio das famílias e comunidades residentes nas áreas rurais e zonas periurbanas, em relação ao saneamento doméstico, de modo a serem eliminados os focos de reprodução de mosquitos e outros insectos nocivos à saúde humana nas residências e ao seu redor. Já o segundo visa não só proteger as pessoas da picada do mosquito portador do vírus da malária, mas também eliminar este e outros vectores de doença.

Para além de certa periodicidade sazonal, ocorrendo com grande repercussão apenas na época do ano com a maior incidência da malária (primeiros seis meses), as campanhas de sensibilização e educação da população não têm tido a abrangência que se requer. A julgar pelos meios a que mais se recorre (publicidade na televisão e folhetos informativos) e pelos locais em que mais acontecem, tais campanhas ficam restritas a uma população com características urbanas, nomeadamente letrada e com acesso aos meios de comunicação de massa. Sem o recurso a brigadas de sensibilização porta-a-porta e à transmissão da mensagem preventiva por via oral e em línguas locais, é pouco crível que ocorrerão mudanças de vulto.

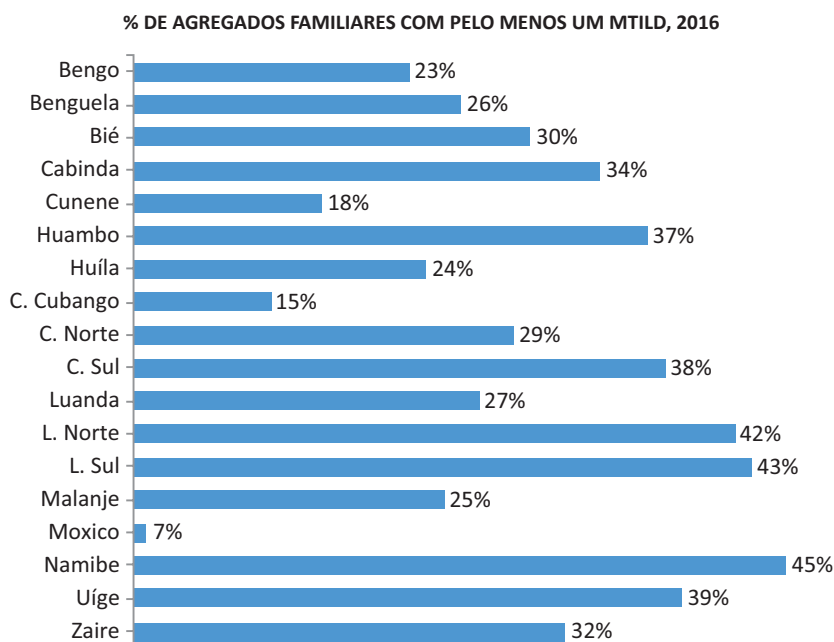
De qualquer forma, há que admitir que a sensibilização e educação da população no que diz respeito à malária continuará a ser de pouco efeito dada a manutenção das condições de vida da maioria das famílias, condições essas definidas pelo inaccessos aos serviços públicos complementares, tais como recolha de lixo e desinfestação por fumigação.⁶⁷

⁶⁵ De Janeiro a Setembro de 2016, a malária vitimou mais 12 050 pessoas do que os acidentes de viação, a segunda causa de morte no País. Ver ANGOP. “Acidentes de viação fazem mais de dois mil mortos em nove meses”, 28/10/2016. Disponível em: http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/economia/2016/9/43/Angola-Acidentes-viacao-fazem-mais-dois-mil-mortos-nove-meses,ee172ad2-0e4c-4d2d-8d44-8e44c164ced2.html. Acesso em 29/10/2016

⁶⁶ Para a prevenção da malária em mulheres grávidas, são administradas duas doses completas de Sulfadoxina Pirimentamina no âmbito do Tratamento Intermitente de Preventivo (TIP).

⁶⁷ Faz muito tempo que, mesmo ao redor das principais cidades do País, o chamado “carro de fumo” não é visto a circular.

Por sua vez, a quantidade de mosquiteiros distribuídos, em 2016, manteve-se muito aquém da cobertura necessária. Ademais, o seu acesso foi bastante desigual por agregados familiares de províncias. Paradoxalmente, os agregados familiares das províncias mais afectadas pela malária foram os que menos acesso tiveram aos Mosquiteiros Tratados com Insecticida de Longa Duração (MTILD): Moxico (7%), Cuando Cubango (15%) e Bengo (23%).

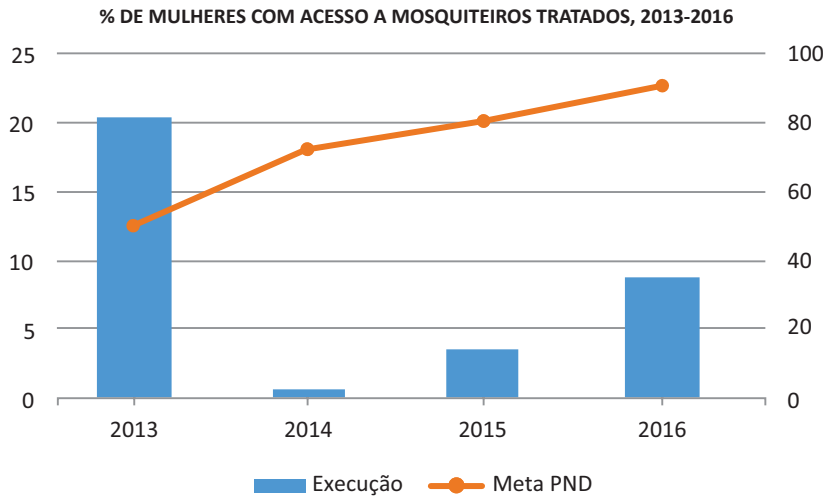


FONTE: CEIC com base no INE (IIMS 2015-2016), 2016.

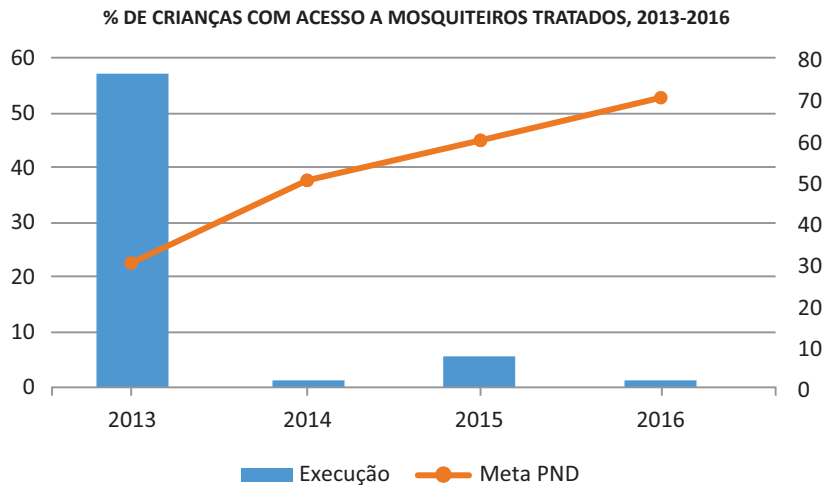
De acordo com dados constantes do Relatório de Balanço do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2016, no período em alusão, foram distribuídos apenas 806 909 mosquiteiros tratados, 340 031 dos quais a mulheres grávidas, no âmbito da campanha para a cobertura universal de redes mosquiteiras.⁶⁸ Isto permite destacar os seguintes défices em 2016:

- O grau de execução da meta oficial relativa ao número de mulheres grávidas com acesso a mosquiteiros tratados foi de 8,7%, o segundo pior desde 2013.
- O grau de execução da meta oficial relativa ao número de crianças menores de cinco anos com acesso a mosquiteiros tratados foi de 1,1%, o pior desde 2013.

⁶⁸ Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial, *Relatório de Balanço das Actividades do Governo 2013-2016*, op. cit., p. 230-233.

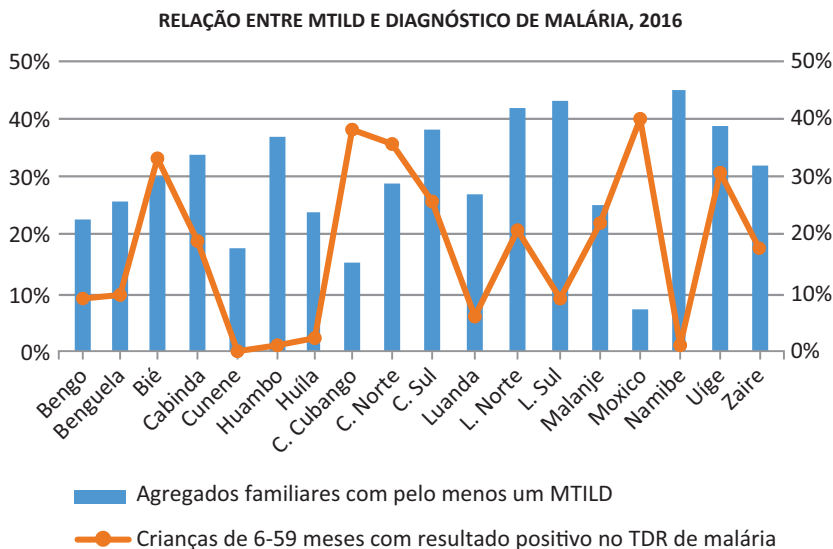


FONTE: CEIC com base no MPDT, 2017.



FONTE: CEIC com base no MPDT, 2017.

A insuficiência dessas percentagens em relação à demanda do País fica patente no gráfico seguinte. E tendo sido esta a realidade dos agregados que se beneficiaram de pelo menos um MTILD, não é difícil imaginar qual terá sido a realidade daqueles agregados que nem de um MTILD se beneficiaram, principalmente em províncias como Cuanza Norte, Bié e Uíge.



FONTE: CEIC com base no INE (IIMS 2015-2016), 2016.

O tratamento tem sido, essencialmente, feito por meio da administração do Coartem (um antimalárico composto por arteméter e lumefantrina) e de antipiréticos. Embora sejam exíguos os dados disponíveis sobre os casos diagnosticados e tratados, é incontestável, por tudo o que ficou afirmado, que o tratamento pouco tem contribuído para a redução do número de casos e, conseqüentemente, para a estabilidade do número de óbitos.

Veja-se, por exemplo, que de 2013 a 2016, no âmbito da prestação de cuidados integrados de saúde para a sobrevivência infantil e infanto-juvenil, dos 433 262 casos diagnosticados em crianças, somente 95 821, o equivalente a 22,1%, foram tratados com Coartem.

2.2.2 Infecções respiratórias agudas (IRA) graves na população de 5 e mais anos

Como já se deixou mencionado, as IRA graves, à exceção da pneumonia grave, foram, depois da malária, as doenças mais notificadas a nível nacional. No entanto, os casos notificados pelo SNVE são apenas relativos à população de 5 e mais anos. Considerando-se a tendência histórica das IRA graves, é seguro afirmar que as crianças menores de cinco anos continuaram, em 2016, a representar o grupo etário em situação de maior risco de contrair doenças crónicas como a asma e as bronquites.

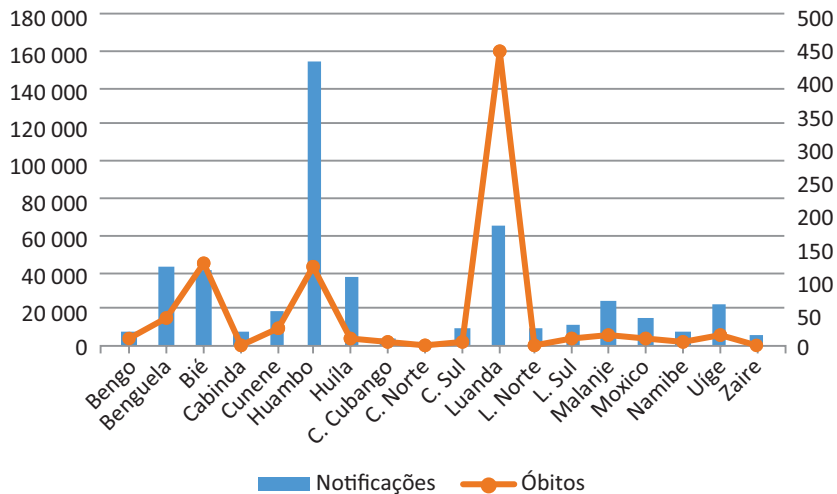
Neste sentido, convém reter que os dados disponíveis espelham apenas pouco mais de 40% do número total de casos de IRA graves.⁶⁹

⁶⁹ Se levado em conta que, em 2015, o número de casos notificados de IRA foi 1 151 385.

No total, foram notificados 484 929 casos de IRA graves na população de 5 e mais anos, menos 186 792 do que em 2015. Em tendência contrária, o número de óbitos sofreu um incremento de 7,6%, ao passar de 845, em 2016, para 785 mortes. O mesmo ocorreu com a taxa de letalidade: do universo de casos notificados, 0,17% resultaram em morte, em 2016, contra 0,10%, em 2015.

As províncias de Huambo e Luanda foram as que registaram o maior número de casos, 154 320 e 66 068, respectivamente. Luanda também foi a província com o maior número de óbitos por IRA graves (445), tendo sido Huambo a terceira (117), depois de Bié (125).

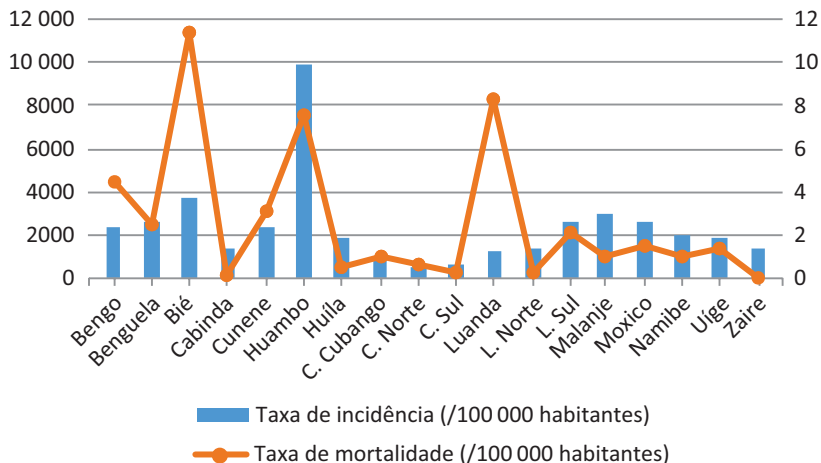
IRA GRAVES 5 E MAIS ANOS – NOTIFICAÇÕES E ÓBITOS POR PROVÍNCIA, 2016



FONTE: CEIC com base no DNSP, 2017.

Por isso, não surpreende o facto de Huambo e Bié terem sido as províncias que registaram a maior quantidade de casos novos. Com Luanda, elas também partilham as maiores taxas de mortalidade.

IRA GRAVES 5 E MAIS ANOS – TAXA DE INCIDÊNCIA E MORTALIDADE, 2016



FONTE: CEIC com base no DNSP, 2017.

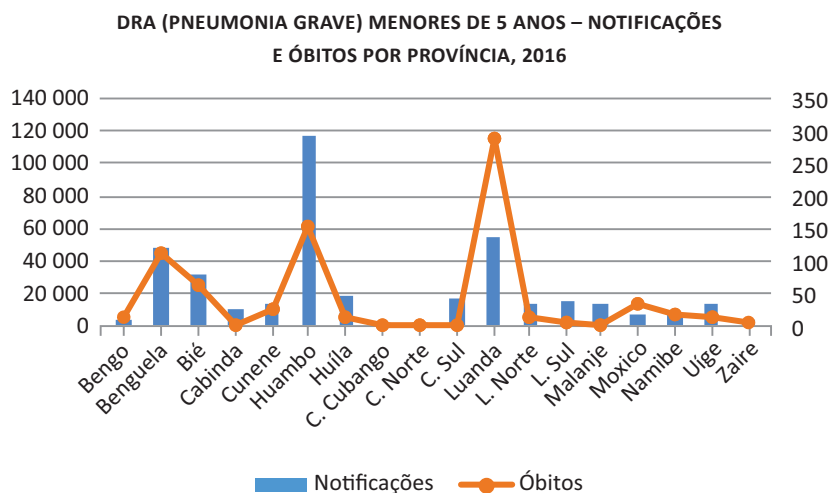
É certo que o clima, atendendo à situação geográfica de ambas, constitui a principal variável a ter em conta. O relevo característico da região do planalto central configurou, desde sempre, factor responsável pela circulação de poluentes atmosféricos portadores de rinovírus e adenovírus, para além de bactérias, como a *Bordetella pertussis*, causadoras das IRA graves. Outro factor de risco é a fraca protecção a que estão sujeitas muitas famílias, sobretudo pelo tipo de habitação e pela falta de agasalhos, em face das baixas temperaturas que se verificam na estação do cacimbo (de Maio a Agosto) naquela região do País.

No caso de Luanda, diversos factores de risco terão estado associados à elevada taxa de mortalidade, quais sejam a grande concentração populacional, o fraco saneamento básico e a poluição do ambiente, derivada das actividades económicas desenvolvidas no interior e no entorno da província.

2.2.3 Doenças respiratórias agudas (DRA) (pneumonia grave) em menores de 5 anos

A pneumonia grave em menores de 5 anos foi, em todo o País, a terceira doença mais notificada, registando 392 898 casos, menos 175 244 do em 2015. O número de óbitos que- dou-se em 768, representando menos 197 mortes do em 2015. Ao invés de diminuir, a taxa de letalidade aumentou em mais 0,2%, passando de 0,18, em 2015, para 0,20%, em 2016. O que significa que, apesar de terem regredido, as mortes ainda assim foram em maior número em relação aos casos notificados do que no ano transacto.

A desagregação destes dados por província mostra que, assim como no caso das IRA graves, as províncias de Luanda e Huambo foram as que registaram piores índices, quer de notificações, quer de óbitos.



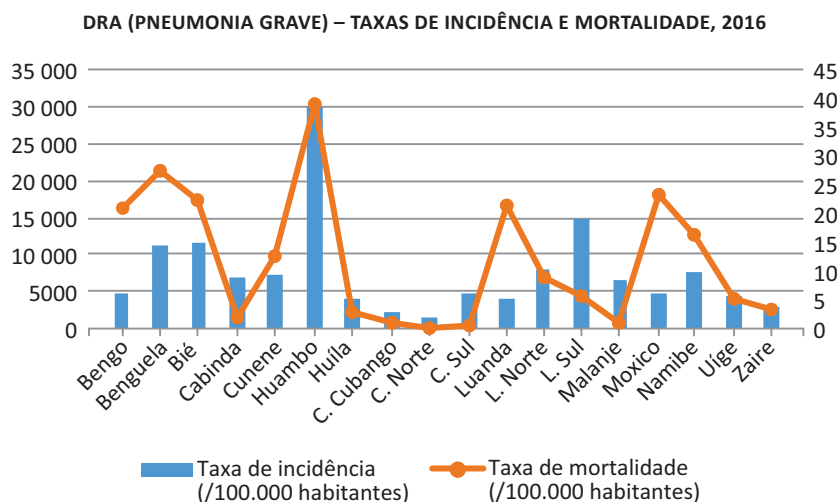
FONTE: CEIC com base no DNSP, 2017.

No universo da população menor de 5 anos, a franja mais vulnerável tem sido a das crianças de 1 a 4 anos. Em 2016, esse grupo etário concentrou 54,5% dos casos notificados e 50,3% do número de óbitos.

DRA (PNEUMONIA GRAVE) – ÓBITOS EM MENORES DE CINCO ANOS POR ANO E GRUPO ETÁRIO, 2016						
Grupo etário	Ano					
	2014		2015		2016	
	Notificações	Óbitos	Notificações	Óbitos	Notificações	Óbitos
Recém-nascidos	17 280	81	23 748	110	12 754	56
1-11 meses	202 011	370	23 030	353	165 799	325
1-4 anos	263 932	423	314 194	502	214 345	387
Total	483 223	874	568 142	965	392 898	768

FONTE: DNSP, 2017.

Quanto às taxas de incidência e de mortalidade, a província do Huambo superou todas as demais, com 30 054,0 casos novos por 100 000 habitantes e 39,0 mortes por 100 000 habitantes.

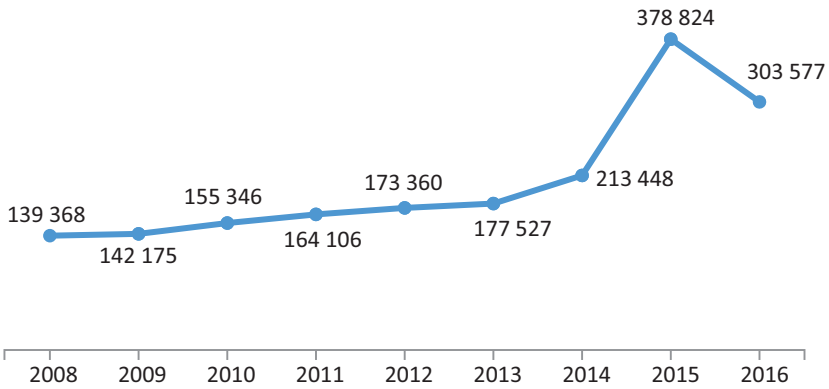


FONTE: CEIC com base no DNSP, 2017.

2.2.4 Febre tifóide

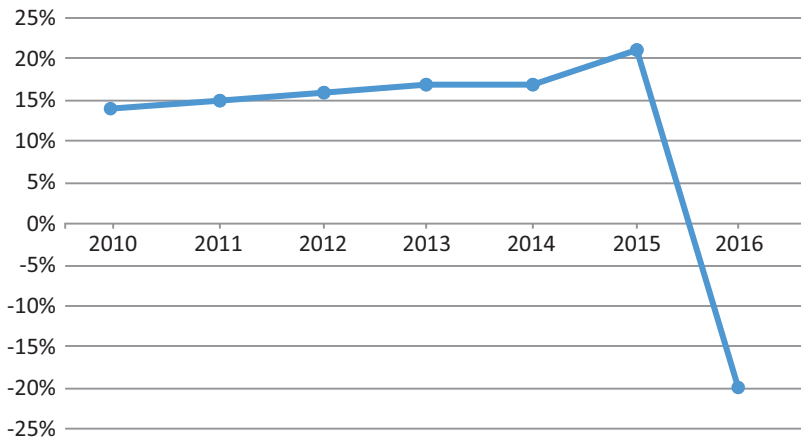
Os dados referentes à febre tifóide mostram que, pela primeira vez em nove anos, as notificações caíram em mais de 19%, passando de 378 824 casos, em 2015, para 303 577 casos, em 2016. Contudo, o mesmo não sucedeu com o número de óbitos, o qual passou de 239, em 2015, para 329, em 2016, atingindo, assim, um patamar nunca antes alcançado em anos anteriores.

FEBRE TIFÓIDE – NOTIFICAÇÕES, 2008-2016



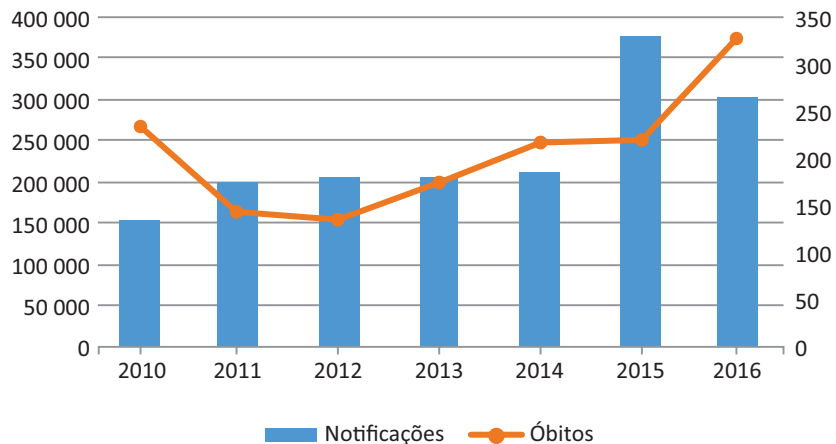
FONTE: CEIC com base na DNSP, 2017.

INCREMENTO DE CASOS DE FEBRE TIFÓIDE, 2010-2016



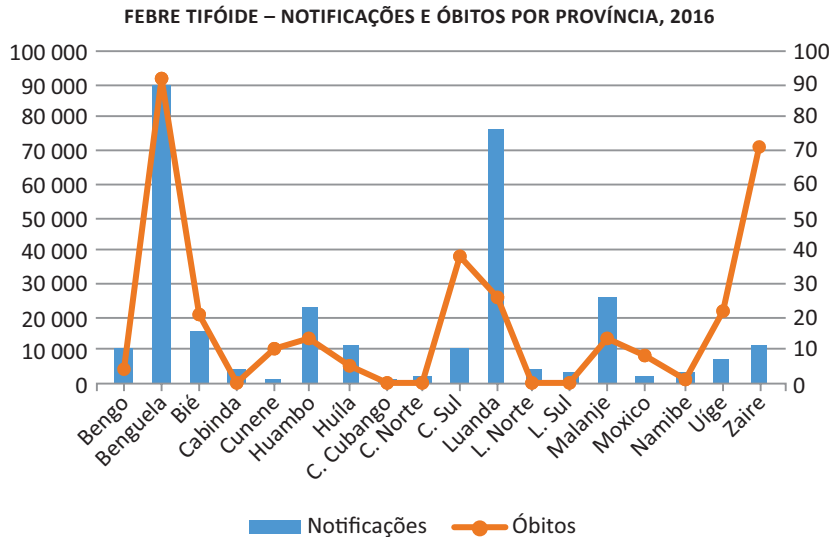
FONTE: CEIC com base na DNSP, 2017.

FEBRE TIFÓIDE – NOTIFICAÇÕES E ÓBITOS POR ANO, 2010-2016



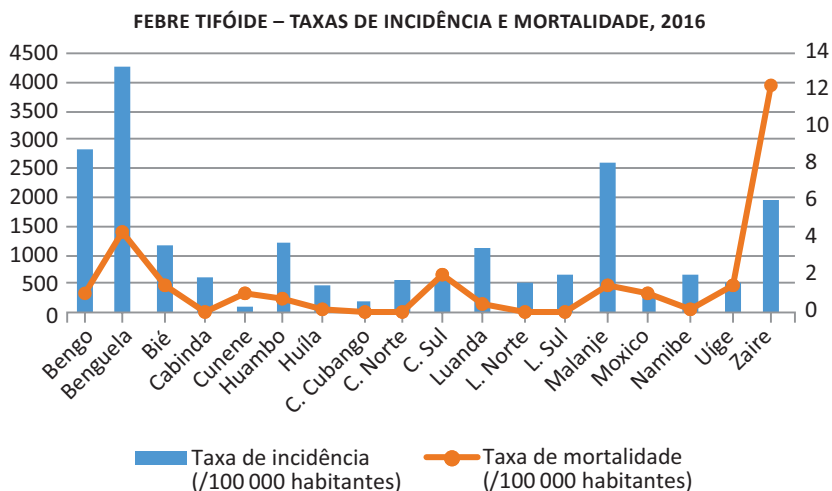
FONTE: CEIC com base na DNSP, 2017.

A província em pior situação foi Benguela, com um total de 92 óbitos para 89 314 casos de notificações, seguida pelas províncias de Luanda (26 óbitos para 76 765 casos) e do Zaire (71 óbitos para 1137 casos).



FONTE: CEIC com base na DNSP, 2017.

Mas se Benguela foi a província que registou o maior número de casos novos (4265,9/100 000 habitantes), foi Zaire a que registou a maior taxa de mortalidade (12,2/100 000 habitantes), bastante acima da média nacional, revelando não existência de péssimas condições de saneamento básico, mas, também e sobretudo, fraca capacidade de cobertura sanitária para o diagnóstico e o tratamento da febre tifóide.



FONTE: CEIC com base na DNSP, 2017.

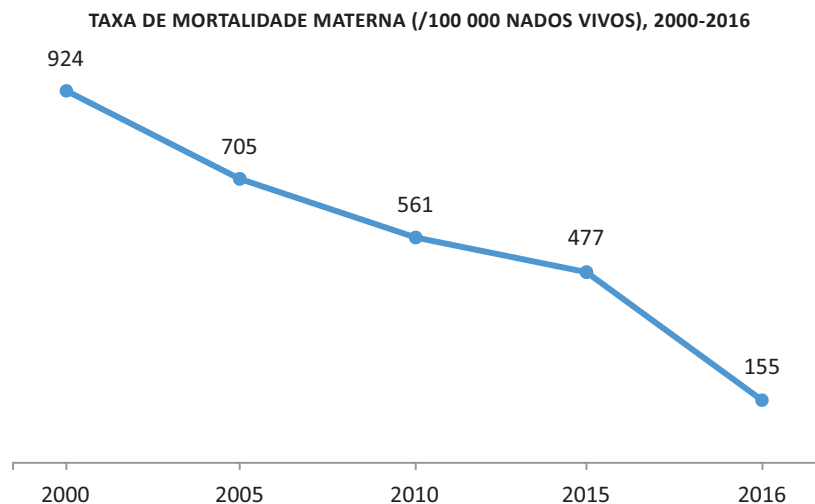
2.3 Indicadores-chave da saúde

Os indicadores-chaves considerados na presente secção são aqueles reputados de maior relevância do ponto de vista do progresso social, quer dizer, os que maior influência exercem na posição de Angola no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a saber: mortalidade materna, mortalidade infantil e prevalência do VIH/SIDA.

2.3.1 Mortalidade materna

De acordo com os dados oficiais, é notório que a mortalidade materna no País tem tido uma trajectória decrescente, tomando como ponto de partida o ano 2000. Em 2016, a mortalidade materna foi de 155 casos por cada 100 000 nados vivos, 48,4% abaixo da meta estabelecida.⁷⁰ Isto correspondeu a uma taxa de 4,72 por 1000 mulheres grávidas, valor muito abaixo da média da África Subsaariana. No total, ocorreram 1716 mortes de mulheres em gestação ou em trabalho de parto.

Conforme consta do gráfico seguinte, de 2015 para 2016, a taxa de mortalidade materna decresceu em 322 casos de morte, observando-se, assim, uma queda acima de qualquer outra registada nos três quinquênios anteriores: 219, de 2000 a 2005; 144, de 2005 a 2010; e 84, de 2010 a 2015.



FONTE: CEIC com base na OMS, 2015; DNSP, 2017.

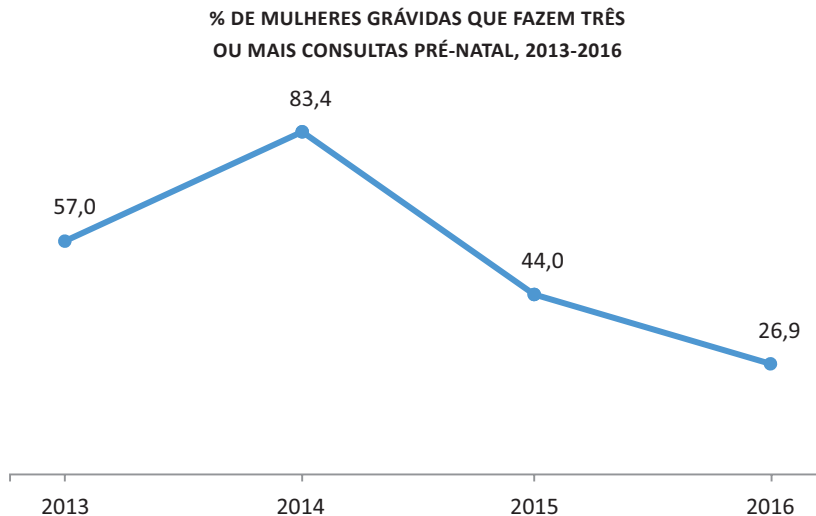
Entretanto, impõe-se a relativização deste decréscimo, uma vez que os dados oficiais concernentes à mortalidade materna, ou seja, a mulheres que morrem devido a complicações na

⁷⁰ Ver Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial (MPDT). *Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017*, op. cit., p. 123.

gravidez ou no parto são pouco abrangentes. Baseiam-se, essencialmente, em registos institucionais, de mortes maternas notificadas pelas unidades sanitárias públicas, havendo pouca informação sobre aqueles casos ocorridos em clínicas privadas, militares e policiais, e muito menos sobre os óbitos ocorridos fora do sistema de saúde formal.

Faz-se necessário, por isso, a ampliação da base de recolha e tratamento de dados do SNS, a fim de este ser capaz de produzir um mapa integral das ocorrências sanitárias no território nacional, integrando o registo dos partos efectuados em espaços domésticos ou por parteiras tradicionais.

Uma das razões que faz supor que o número de mortes de mulheres grávidas e em trabalho de parto tenha sido maior do que aquele atestado pelos dados oficiais é a diminuição do acompanhamento à mulher gestante por profissional de saúde qualificado (médico, enfermeira ou parteira). Se há uma tendência decrescente na percentagem de mulheres grávidas que fazem três ou mais consultas pré-natal, é bem provável que a taxa de mortalidade materna tenha aumentado – ou diminuído muito pouco – em decorrência da queda do número de mulheres com acesso aos serviços de saúde reprodutiva.

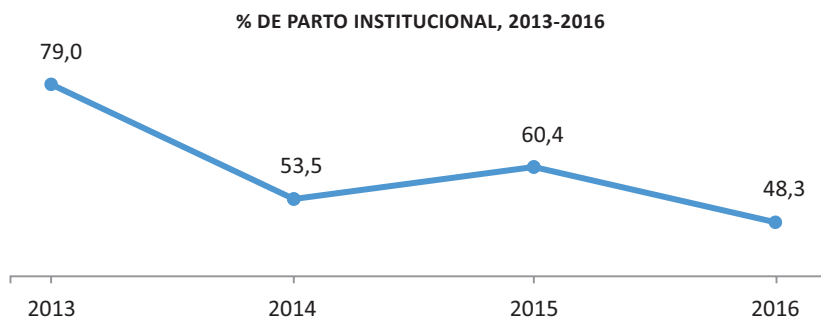


FONTE: CEIC com base no MPDT, 2017.

Neste particular, as zonas rurais parecem ser as mais prejudicadas. Como aponta o Inquérito de Indicadores Múltiplos de Saúde (IIMS), embora “a cobertura de cuidados pré-natais é de 92% nas áreas urbanas, a cobertura diminui a 63% nas áreas rurais.”⁷¹

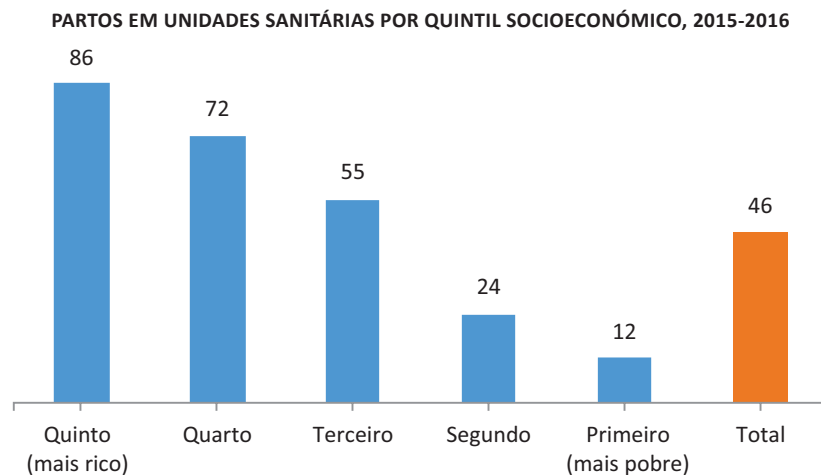
⁷¹ INE, *Inquérito de Indicadores Múltiplos de Saúde 2015-2016*. Principais Resultados, Luanda: INE/ /MINSA/MPDT, 2017, p. 8.

Outro dado que corrobora a mesma hipótese é o decréscimo da percentagem de parto institucional, relativo ao número de mulheres grávidas que, tendo feito três ou mais consultas pré-natal, deram à luz em unidades sanitárias públicas.



FORNTE: CEIC com base no MPDT, 2017.

Segundo os dados do IIMS, as “mulheres no quinto quintil socioeconómico são mais propensas a dar à luz numa unidade sanitária que as mulheres no primeiro quintil (86% contra 12%).”⁷² Dito por outras palavras, quanto mais pobre, maior a probabilidade de a mulher gestante não ter acesso aos serviços de saúde no momento do parto.

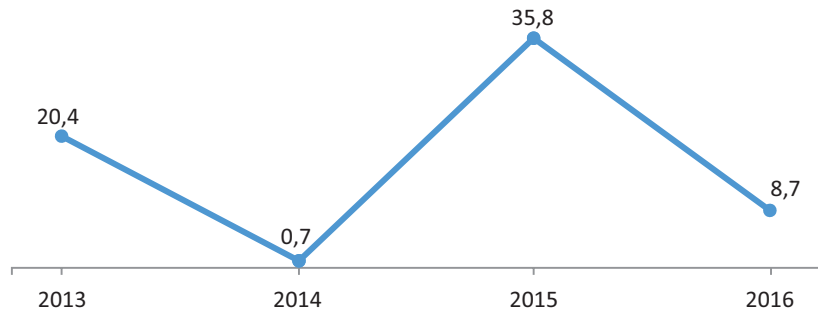


FORNTE: CEIC com base no INE (IIMS 2015-2016), 2017.

Para além daquelas causas associadas à gravidez, como aborto espontâneo, gravidez ectópica, ruptura uterina, hemorragia, infecção puerpéra e eclampsia/pré-clampsia, causas indirectas têm ganhado prevalência, como a malária, hepatite e VIH/SIDA. No caso particular da malária, este dado não surpreende, tendo em conta que continua a ser o número de mulheres grávidas com acesso a MTILD.

⁷² Id., Ibid.

% DE MULHERES QUE RECEBERAM MTILD, 2015-2016



FONTE: CEIC com base no INE (IIMS 2015-2016), 2017.

Cuidados pós-parto dentro de um período de 48 horas são igualmente importantes para a redução dos riscos de morte materna. De acordo com os dados do IIMS, fixou-se em apenas 23% a percentagem de mulheres que tiveram consultas pós-natal nos primeiros dois dias após o parto entre 2015 e 2016. Esta percentagem é de 31% e 12% nas zonas urbanas e rurais, respectivamente, e de 11% e 36% entre as mulheres sem instrução e com o nível de escolaridade secundário ou superior, respectivamente.

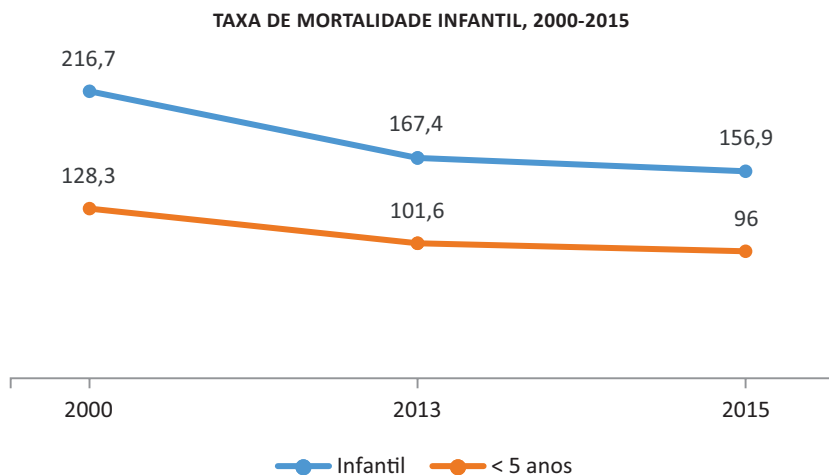
2.3.2 Mortalidade infantil

A mortalidade infantil constitui um problema que afecta uma grande parte da população, com destaque para os países menos desenvolvidos.

A taxa de mortalidade infantil é a probabilidade de uma criança morrer entre o nascimento e primeiro ano de vida, em 1000 nados-vivos.⁷³ A mesma espelha o nível de desenvolvimento humano de um país.

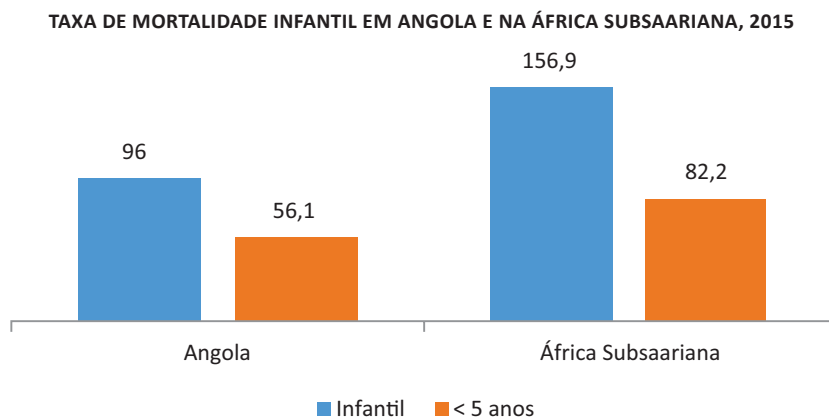
A taxa de mortalidade infantil no país sofreu uma ligeira redução de 5,5% em 2015 relativamente ao seu valor de 2013, conforme o gráfico seguinte. A taxa de mortalidade infantil passou de 101,6 mortes por 1000 nados-vivos em 2013 para 96 mortes por 1000 nados-vivos em 2015. Verificou-se, igualmente, uma diminuição da taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos em 2015. Esta passou de 167,4 mortes por 1000 nados vivos em 2013 para 156,9 mortes por 1000 nados-vivos em 2015.

⁷³ Ver PNUD, *Human Development Report 2016*, New York, 2017.



FONTE: WHO, *Statistics Report 2015* e *Human Development Report 2016*.

Angola continuou, em 2016, a apresentar taxas que ascendem à média do continente africano. Se compararmos com a África Subsaariana, verificamos que Angola apresenta, em 2015, quase o dobro da média das taxas de mortalidade infantil e abaixo dos 5 anos dos países da África Subsaariana. Para a África Subsaariana, esses valores correspondem a 56,1 e 82,2 mortes por 1000 nados-vivos, respectivamente. Estes indicadores colocam Angola na lista dos países com baixo desenvolvimento humano.



FONTE: *Human Development Report 2016*.

Importa referir, contudo, que os dados publicados pelo INE relativos à mortalidade infantil discordam dos publicados pelo PNUD, uma vez que constam uma taxa de mortalidade infantil de 44 mortes em 1000 nados-vivos entre 2011 e 2015.

2.4 Saúde curativa

2.4.1 Infra-estruturas hospitalares

As infra-estruturas hospitalares constituem um dos indicadores mais relevantes para a avaliação do nível de cobertura no âmbito da saúde curativa. É através da disponibilidade de meios infra-estruturais que se mede o grau de acesso e de satisfação dos utentes dos serviços de saúde.

Para dar resposta à demanda por saúde curativa, ou seja, por cuidados pessoais, abrangentes e continuados à população através de consultas médicas e tratamento regulares, a rede pública de saúde contou, em 2016, com um total de 2905 unidades médico-sanitárias, que, como se sabe, se encontram organizadas segundo uma estruturas que comporta três níveis de prestação de serviços, a saber: 1) municipal (hospitais municipais, centros e postos de saúde); 2) regional e provincial (hospitais gerais); e 3) nacional (hospitais centrais), conforme detalhado na tabela que se segue.

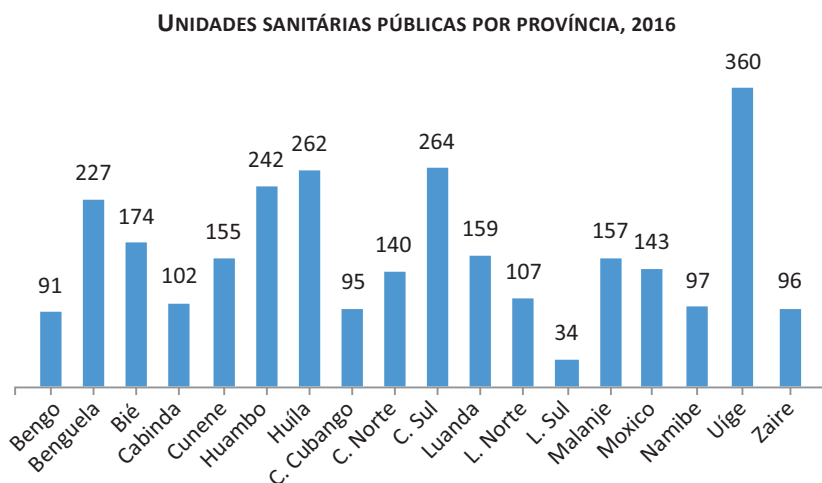
SERVIÇOS PRESTADOS E COBERTURA DA POPULAÇÃO PARA CADA TIPO DE UNIDADE SANITÁRIA CONFORME A REGULAÇÃO DO SISTEMA DE ATENDIMENTO PRIMÁRIO (REGUSAP)		
Unidade de saúde	Serviços prestados	População de referência
Posto de saúde I	Cuidados primários (consultas, vacinação, monitorização do crescimento de crianças, cuidado pré-natal, planeamento familiar e remédios essenciais)	5000
Posto de saúde II	Cuidados primários + laboratório	20 000 a 40 000
Centro de saúde	Cuidados primários + laboratório + partos (aberto 24 horas)	75 000
Centros de saúde de referência/ /Hospitais municipais	Primeiro nível de referência. Cuidados primários + laboratório + partos + internamento + radiologia + recuperação nutricional + saúde oral	150 000 (rural) 500 000 (urbano)
Hospitais Central e Geral	Segundo nível de referência cuidados primários + laboratório + partos + internamento + radiologia + recuperação nutricional + saúde oral + cirurgias + transfusões de sangue + internamento especializado, medicina interna, pediatria e ginecologia e obstetria Alguns hospitais gerais oferecem mais serviços	750 000

FONTE: Connor, C. (Abt Associates Inc.) *et al.* *apud* Mapas Sanitários, 2009.

Em relação a 2009, registou-se um incremento de 496 unidades, o que quer dizer que, por ano, foram criadas 82 novas unidades sanitárias. Ainda assim, esta expansão significou pouco menos de um terço do incremento operado no decurso dos seis anos anteriores (de 2003 a

2009), período em que o número de unidades sanitárias triplicou, devido à explosão da construção, sobretudo, de centros e postos de saúde e de hospitais municipais a partir de 2000.⁷⁴ Houve, portanto, um grande afrouxamento do ritmo de crescimento das obras públicas na área da saúde.

À primeira vista, como ilustra o gráfico seguinte, verifica-se uma clara desproporção relativamente à distribuição das unidades médico-sanitárias por província. Províncias como Uíge e Cuanza Sul, com uma densidade populacional que não ultrapassou os 2 milhões de habitantes, detêm o maior número de unidades: 360 para a primeira e 264 para a segunda. Ao passo que Luanda e Huíla, as províncias mais habitadas, com 7 460 871 e 2 654 836 habitantes, respectivamente,⁷⁵ detêm um número inferior de unidades.



FONTE: CEIC com base na DNSP, 2017.

Mas não se pode concluir, desde logo, que haja uma correspondência entre um maior número de unidades médico-sanitárias e maior acesso aos serviços de saúde, posto que o nível de cobertura sanitária depende não apenas da quantidade de infra-estruturas, mas, em grande medida, dos tipos de unidades disponíveis. A este propósito, o caso mais exemplar é, sem dúvida, o de Luanda: embora possua menos postos de saúde do que Benguela e Huambo, a capital angolana, pelo seu peso demográfico, dispõe de mais hospitais centrais e centros de saúde de referência do que qualquer outra província.

⁷⁴ Connor, C. (Abt Associates Inc.) *et al.*, *Avaliação do Sistema de Saúde de Angola*, New York: USAID, 2010, p. 74.

⁷⁵ INE, *Nota de Informação. Dados da Projecção de Angola – População de Angola em 2017*. Luanda, 18 de Janeiro de 2017, p. 1.

De qualquer modo, não há dados fiáveis e detalhados que permitam aferir como as tipologias de infra-estruturas sanitárias estão distribuídas pelo território nacional. Há que saber, por exemplo, se todos os municípios (164) dispõem, de facto, de um hospital municipal, já que, até 2009, apenas 155 o dispunham.⁷⁶

Na mesma esteira, é difícil estimar quantas unidades médico-sanitárias existentes estão em pleno funcionamento ou se a capacidade instalada serve para a cobertura da população de referência. Subtende-se apenas, das informações oficiais, que várias unidades não dispõem de infra-estruturas adequadas, estando umas a sofrer obras de reabilitação e outras a aguardar pelos respectivos projectos de reabilitação, como são os casos dos hospitais provinciais do Cuanza Norte, Uíge e das Lundas Norte e Sul, dos hospitais Psiquiátrico, Pediátrico e Sanatório de Luanda, dos hospitais municipais do Cuito Cuanavale, Cuvelai, Kuemba e da Kangamba, bem como do Centro Ortopédico do Município de Viana, em Luanda.⁷⁷

Quanto aos postos de saúde, resta apenas levar em conta constatações empíricas e relatos populares, que apontam para a probabilidade de um número considerável de postos de saúde, sobretudo aqueles instalados nas zonas rurais, estar parcial e/ou totalmente desactivado, em função de constrangimentos de vária ordem, que vão desde a falta de condições materiais de trabalho (como água, luz eléctrica e equipamento médico) até à falta de recursos humanos (médicos e enfermeiros), passando pela falta de vias terrestres de acesso às referidas zonas, principalmente nos períodos chuvosos.⁷⁸

Por sua vez, a participação das unidades médico-sanitárias privadas no conjunto do Sistema Nacional de Saúde tem crescido num ritmo acelerado nos últimos anos. Em 2016, foram identificadas, em todo o País, cerca de 2192 unidades, sendo 105 clínicas, 753 centros médicos, 249 consultórios médicos, 110 gabinetes de especialidade, 105 laboratórios e 870 postos de enfermagem.⁷⁹ Como não podia ser diferente, grande parte destas unidades localizam-se nas

76

UNIDADES SANITÁRIAS POR TIPO, 2003-2009							
Tipos de unidades	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Hospital central	9	9	9	9	9	9	9
Hospital geral	33	33	33	33	33	45	45
Hospital municipal	52	116	116	132	132	146	155
Centro de saúde	162	272	272	313	216	359	359
Posto de saúde (I&II)	696	1026	1026	1468	1472	1841	1841
Total	965	1456	1456	1955	1962	2400	2409

FONTE: USAID *apud* MISA, 2009.

⁷⁷ Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial, *Relatório de Balanço das Actividades do Governo 2013-2016*, op. cit., p. 239.

⁷⁸ Como comprova a situação dos serviços de saúde no Município de Kalandula. Ver, mais adiante, Monografia do Município de Kalandula.

⁷⁹ *Idem*, p. 236.

principais províncias, pois é lá que residem as populações com maior capacidade de consumo de bens e serviços. Só em Luanda, em 2005, havia já 628 unidades privadas legalizadas, e tantas outras funcionando de forma ilegal.

É perceptível que, enquanto a expansão da rede pública desacelera, a rede privada tem crescido exponencialmente, com a participação de empresas, organizações da sociedade civil e igrejas, que detêm, hoje, a propriedade de uma larga malha de hospitais, clínicas, postos de saúde e laboratórios. Estas unidades sanitárias não actuam somente no plano curativo, mas também desenvolvem acções a nível de diagnóstico e de administração de vacinas, prestando serviços que preenchem um espaço de procura que a rede pública, em muitos casos, não está capacitada de satisfazer. Assim sendo, a rede privada oferece cuidados de saúde alternativos e, nomeadamente em relação aos cuidados secundários e terciários, mais eficazes e qualificados, valendo-se, como não podia deixar de ser, do fluxo financeiro proveniente de liquidações directas dos utentes e dos contratos de seguros de saúde, cuja adesão tem aumentado significativamente no seio da classe popular menos remediada.⁸⁰

É certo, contudo, que a proliferação de unidades médico-sanitárias privadas, algumas das quais impulsionadas pelo lucro fácil, pela permissividade da legislação regulatória e pela falta de maior rigor na fiscalização sanitária, não deve deixar de constituir preocupação das autoridades, atentando para os diversos testemunhos, tornados públicos por muitos utentes, a propósito da má prestação de serviços por parte de clínicas e postos de saúde privados.

Uma outra vertente da saúde curativa que tem participado de forma activa na prestação de serviços de saúde, mas que é pouco referida, é a da medicina tradicional. Embora os dados sejam inexistentes, sobretudo em relação às zonas rurais, cujas populações são as que mais recorrem às terapias tradicionais, o caso da capital angolana, mais uma vez, serve como exemplo: em 2016, a província de Luanda albergou cerca de 29 instituições de medicina tradicional e natural e um total de 269 terapeutas tradicionais, com atendimento médio de 9725 pacientes por mês.⁸¹

2.4.2 Recursos humanos

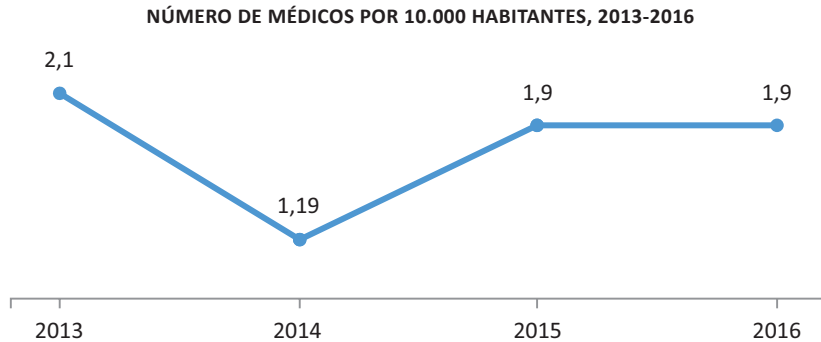
O Sistema Nacional de Saúde ainda apresenta um quadro deficitário no que tange à existência e distribuição recursos humanos clínicos e hospitalares. Uma prova de que se têm revelado

⁸⁰ A inexistência de dados globais relativos à cobertura do seguro de saúde em Angola não é motivo para se desconsiderar pesquisas de mercado que apontam para uma grande adesão a este serviço por parte de certas camadas sociais. A propósito, ver a pesquisa realizada no primeiro semestre de 2015 pela consultora Return on Ideas para o Observatório Angola, publicada no semanário *Expansão*, 27 de Novembro de 2015, p. 6-8.

⁸¹ Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial, *Relatório de Balanço das Actividades do Governo 2013-2016*, op. cit., p. 236.

pouco efectivas e eficazes as medidas de política pública que visam à formação de pessoal médico, de enfermagem e técnico, de acordo com as necessidades do País.

A despeito da inexistência de dados, a relação médico/habitante reflecte o bastante a dimensão da carência. Mesmo com uma grande cota de médicos estrangeiros (em 2013, eram 1668 angolanos e 2272 estrangeiros), apenas há 1,9 médicos por 10 000 habitantes.



FORNTE: CEIC com base no MPDT, 2017.

2.4.3 O caso de Luanda

Em Março de 2016, o jornalista e activista Rafael Marques levou a cabo duas reportagens sobre a situação do acesso à saúde curativa em Luanda. As reportagens, publicadas no sítio do autor na Internet, descrevem, por meio de texto e imagens (fotos e vídeos), o dia-a-dia no interior dos dois maiores hospitais centrais do País, designadamente Josina Machel e Américo Boavida.

Pela repercussão que obtiveram junto na opinião pública, estas reportagens funcionaram como fontes alternativas às informações oficiais. Mais do que números, elas trataram de detalhar as péssimas condições de atendimento dos pacientes, bem como as vicissitudes por que passam os familiares.

Hospital Josina Machel

Numa das salas de internamento do bloco pediátrico do Hospital Américo Boavida, o que de imediato despertou a atenção do repórter foi a falta de higiene, o ambiente abafado e, mais grave, os pacientes de tenra idade deitados em panos, a receber soro, como ilustra a imagem seguinte.

continua

continuação



FONTE: Rafael Marques, 2016.

O cenário repetiu-se nas outras salas da pediatria: junto dos pacientes, familiares sentados, à espera, horas a fio, por uma qualquer informação médica sobre o estado das crianças internadas. O chão de cimento onde sentavam estava sujo. Na parte de fora, ao redor do hospital, vista pelas janelas do edifício, o ar que se respirava rivalizava com o ar abafado

O hospital carecia de quase tudo. Não havia medicamentos nem sangue. Não obstante, o processo de doação de sangue era lento.

“Basta um vislumbre ao centro de recolha para se ter ideia da lentidão do processo. Há praticamente apenas um técnico e um assistente a realizarem todo o processo, em condições de trabalho caóticas. É um milagre que sejam capazes de processar correctamente a informação. A lista dos doentes que precisam de transfusão e dos respectivos doadores é feita circular por um guarda privado do hospital. Entre as dez da noite e a uma da manhã, o técnico tinha assistido apenas seis pessoas.”⁸²

O descaso protagonizado pelos poucos médicos e enfermeiros de plantão saltaram à vista do repórter. Segundo um testemunho colhido no local, *“em média morrem 25 a 30 crianças por dia no Hospital Américo Boavida, sobretudo por falta de assistência médica básica. Por falta de espaço na morgue, muitas vezes deixam os mortos nas enfermarias.”⁸³*

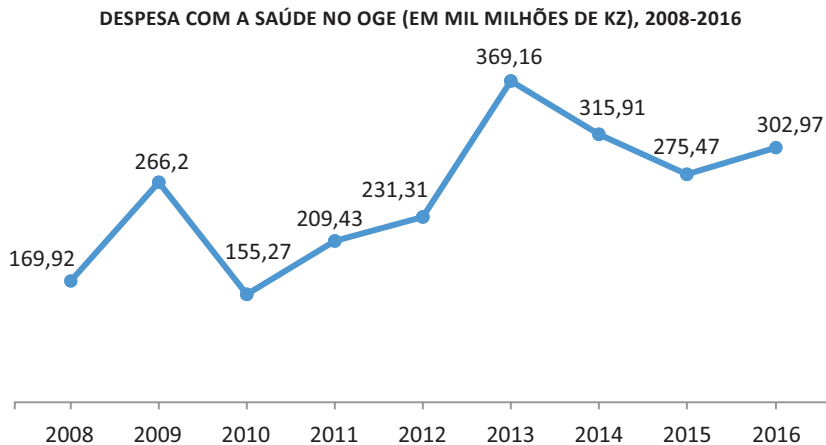
⁸² Marques, R., “Morte e incuria nos corredores do Hospital Américo Boavida”, in *Maka Angola*. Disponível em: <https://www.makaangola.org/2016/03/morte-e-incuria-nos-corredores-do-hospital-americ-boavida/>. Acesso: 15/05/2016.

⁸³ Id., *Ibid.*

2.5 Despesa com a saúde

2.5.1 Na perspectiva do OGE

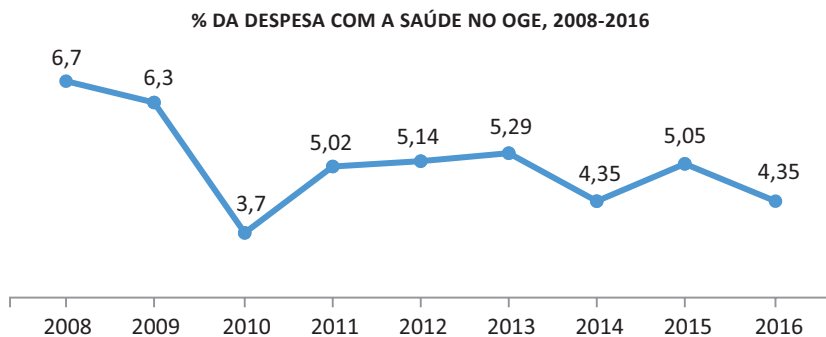
Após dois anos consecutivos de diminuição e desinvestimentos no sector da saúde, conforme espelhado no gráfico abaixo, em 2016, a despesa pública com saúde registou uma ligeira recuperação, ainda assim muito abaixo do necessário. Em termos nominais, o aumento foi de apenas 10%: passou de Kz 275,47 mil milhões em 2015 para Kz 302,97 mil milhões em 2016.



FONTE: CEIC com base no OGE, 2009-2016.

No final de 2015, o Sistema Nacional de Saúde quase entrou em colapso devido à falta de medicamentos nos hospitais, provocando a morte de muitas pessoas em todo o país. Embora se tenha verificado em 2016 um aumento nas verbas públicas alocadas ao sector da saúde, tal aumento não parece suficiente para colmatar os problemas enfrentados em 2015.

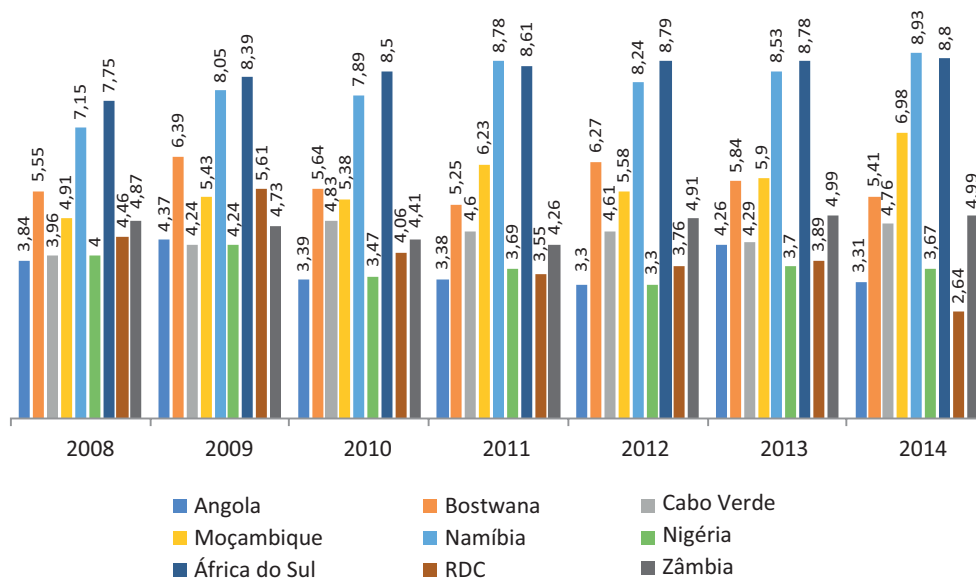
Em 2016, o peso das despesas públicas com saúde no total das despesas do Estado sofreu uma ligeira redução (0,7 pontos percentuais), situando-se em 4,35%, muito abaixo dos 15% estabelecidos no “Compromisso de Abuja”.



FONTE: CEIC com base no OGE, 2009-2016.

Em relação ao PIB, os últimos dados disponibilizados pelo Banco Mundial (BM)⁸⁴ apontam que o peso médio das despesas com a saúde em Angola, entre 2007 e 2014, foi de cerca de 3,66%. Conforme o gráfico que se segue, esta percentagem está muito abaixo daquela apresentada por outros países africanos.

COMPARAÇÃO ENTRE ANGOLA E ALGUNS PAÍSES AFRICANOS
– DESPESAS TOTAIS COM A SAÚDE (% DO PIB), 2008-2016



FONTE: CEIC com base no BM, 2016.

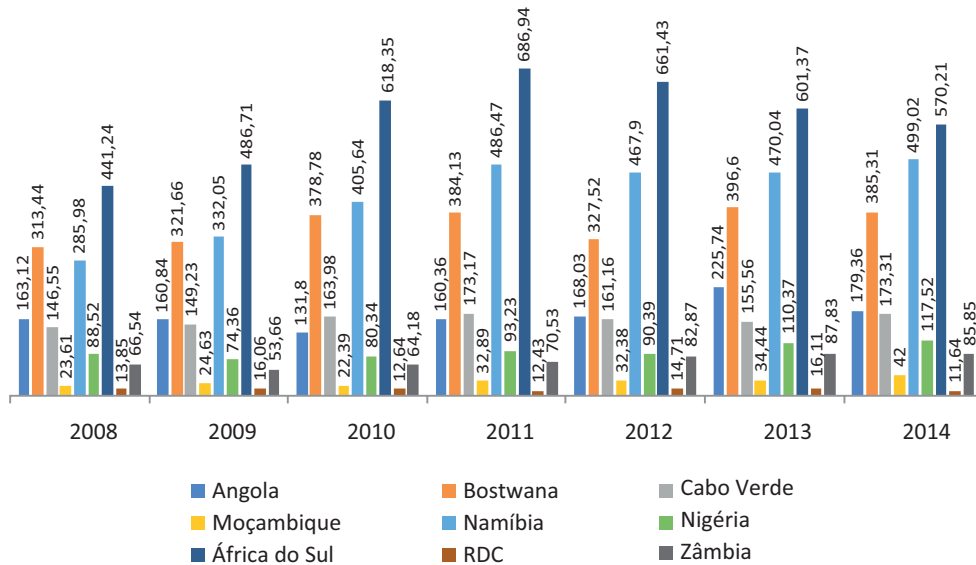
2.5.2 Despesa *per capita*

O indicador da despesa *per capita* com a saúde permite conhecer, com maior precisão, quanto de recursos o poder público destina a cada cidadão para cobrir as necessidades com a saúde. Segue-se, no entanto, que este indicador não mostra a distribuição real dos referidos recursos.

Segundo o Banco Mundial, em termos médios, de 2008 a 2014, Angola gastou em saúde, por habitante, cerca de 162 dólares americanos, posicionando-se à frente da Nigéria e Moçambique, mas atrás do Botswana, Namíbia e África do Sul, cujas despesas *per capita* com saúde ascenderam os 400 dólares americanos.

⁸⁴ Ainda não estão disponibilizados dados relativos às despesas com saúde para os anos de 2015 e 2016.

**COMPARAÇÃO ENTRE ANGOLA E ALGUNS PAÍSES AFRICANOS
– DESPESA PER CAPITA COM A SAÚDE (EM USD), 2008-2014**



FONTE: CEIC com base no BM, 2016.

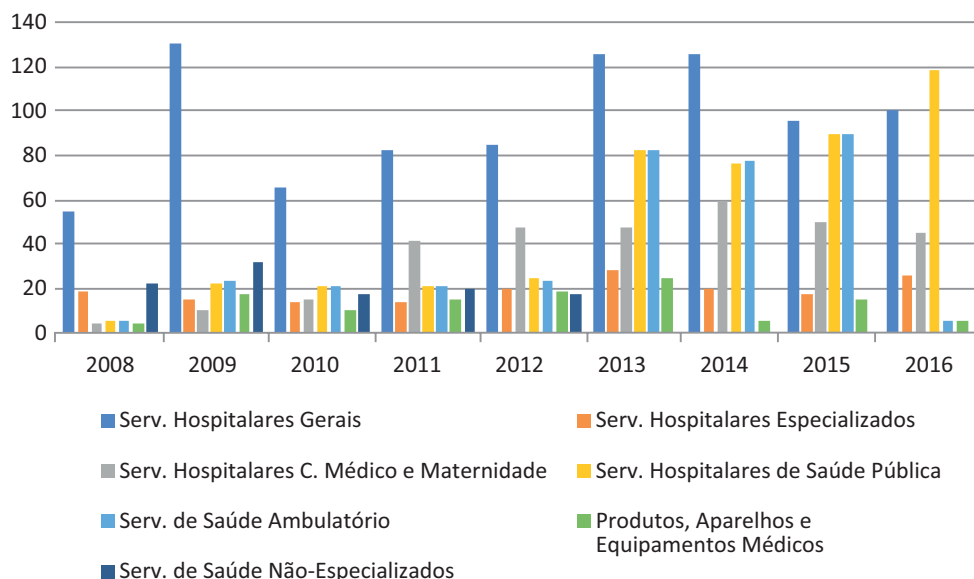
No caso de Angola, há que considerar que, em comparação com os demais países africanos, os custos relativos aos serviços de saúde foram, até 2015, mais elevados. Aliás, como se vê na secção seguinte, à excepção de 2016, aos serviços de saúde foi sempre atribuída a maior parte do financiamento público para a saúde. O que resulta num maior fosso entre o valor médio que o Estado se disponibiliza a cobrir a despesa de cada cidadão (USD 160) e o custo real total que este tem de suportar em cada ano com cuidados de saúde.

Uma vez que não existe, no país, qualquer tipo de comparticipação do Estado ou subsídios alocados diretamente à demanda dos serviços médicos, constata-se que o esforço de cada cidadão angolano em suportar os custos com a saúde é muito superior em relação ao de um cidadão de qualquer um dos países africanos em referência.

2.5.3 Distribuição da despesa por áreas de actividade da saúde

Das verbas alocadas ao sector da saúde em 2016, a maior parcela foi destinada aos Serviços de Saúde Pública (Kz 118.88 mil milhões). Desde 2014 o montante alocado a estes serviços tem registado um crescimento, superando assim o montante destinado aos Serviços Hospitalares Gerais (Kz 100.19 mil milhões), os quais, durante o período de 2008 a 2015, beneficiaram da maior fatia das verbas destinadas ao sector da saúde, conforme o gráfico seguinte.

**DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA POR ÁREAS DE ACTIVIDADE DA SAÚDE
NO OGE (EM MIL MILHÕES DE KZ), 2008-2016**



FONTE: CEIC com base no BM, 2016.

Os Serviços de Cuidados Médicos e Maternidade e a rubrica Produtos, Aparelhos e Equipamentos Médicos registaram uma redução das verbas alocadas. Por sua vez, os serviços Hospitalares Especializados e os Serviços de Saúde Ambulatórios registaram um ligeiro aumento.

2.5.4 Distribuição da despesa por programas de saúde

No curso dos últimos anos, o financiamento a programas de saúde, através de dotações do OGE, tem sido irregular, realidade que contrasta com o propósito de edificação de um Sistema Nacional de Saúde eficiente no combate aos principais fenómenos epidemiológicos. Denota-se não haver, em grande medida, uma correspondência entre o que se planifica e o que se financia, donde os défices de execução das políticas públicas no sector da saúde.

Depois de registarem cortes bruscos na passagem de 2014 para 2015, os Programas de Gestão e Ampliação da Rede Sanitária, de Combate às Grande Endemias e de Melhoria da Saúde Materno-Infantil viram, em 2016, as suas dotações orçamentais aumentarem em Kz 3 mil milhões, Kz 13 mil milhões e mil milhões, respectivamente.

DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMAS DE SAÚDE (EM MIL MILHÕES DE KZ), 2010-2016							
Programas	Ano						
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Programa de Combate às Grandes endemias	7,43	5,63	4,92	6,25	16,71	5,18	18,61
Programa de Luta contra o VIH/SIDA	1,54	1,6	1,82	5,19			
Programa de Melhoria da Saúde Materno-Infantil	0,67	2,21	2,2	5,38	10,50	2,10	3,10
Programa Nacional de Doenças Mentais e Toxicod dependência	0,07			0,13			
Programa de Combate à Cólera			0,75	0,75			
Programa de Gestão e Ampliação da Rede Sanitária					23,59	6,55	9,08
Programa Melhoria da Qualidade dos Serviços de Saúde					14,49	10,86	8,73
Programa de Prestação de Cuidados de Saúde					0,96	0,09	0,01
Programa de Desenvolvimento do Sector Farmacêutico e de Gestão de Disponibilidade de Médicos					11,93	7,18	6,80
Programa de Prestação de Cuidados Primários e Assistência Hospitalar						9,01	12,31
Programa de Gestão e Desenvolvimento do Aprovisionamento e Logística do Sector da Saúde						10,57	3,44
Programa de Saúde Pública Veterinária						0,16	0,19

FONTE: CEIC com base no OGE, 2009-2016.

Mas, exceptuando os Programas de Combate às Grande Endemias e de Melhoria da Saúde Materno-Infantil, que registaram, até 2016, um financiamento constante, ainda que com valores flutuantes, todos os programas já ficaram sem alocação de verbas em mais de três anos. Desconhecem-se as reais motivações de tais inconstâncias, sendo certo que falta de liquidez por parte do Estado não será, já que uma coisa é austeridade orçamental e outra é deixar de financiar programas estruturais para a melhoria da qualidade de vida das populações. Dentre os doze listados, estão em pior situação os Programas Nacional de Doenças Mentais e Toxicod dependência, de Combate à Cólera, de Prestação de Cuidados Primários e Assistência Hospitalar, de Gestão e Desenvolvimento do Aprovisionamento e Logística do Sector da Saúde e de Programa se Saúde Pública Veterinária, que tiveram verbas alocadas apenas em dois anos.

Tendo em conta os anos em que a maior parte dos programas foram financiados, a impressão com que se fica é de que as verbas são alocadas apenas nos momentos de maior gravidade,

quer dizer, de maior propagação de determinadas doenças, como ocorreu no combate à cólera em 2012 e 2013.

Da tabela anterior, saltam ainda à vista outros elementos passíveis de realce:

- Há três anos consecutivos que não há registo de financiamento público ao Programa de Luta contra o VIH/SIDA, o que leva a admitir que este programa, juntamente com as ações de combate à tuberculose (dada a convolação de ambas as enfermidades), esteja a ser, exclusivamente, suportado por doações internacionais provenientes de fundos de ajuda de instituições parceiras do Estado angolano no sector da saúde.
- Esta ajuda internacional também se constata na implementação do Programa de Melhoria da Saúde Materno-Infantil, que vem merecendo, desde há alguns anos, o grande apoio do UNICEF e de outras instituições internacionais.
- Diferente é o caso do Programa Nacional de Doenças Mentais e Toxicodependência, que tem sido, de certo modo, negligenciado. De 2013 a Outubro de 2016, apenas 19 pacientes (com doenças mentais associadas ao consumo de drogas) tiveram algum tipo de acompanhamento psicológico.⁸⁵
- Afirma-se como positiva, apesar da fraca disponibilidade financeira, a valorização dos recursos humanos existentes e do reforço da capacidade de gestão administrativa hospitalar através do Programa de Desenvolvimento do Sector Farmacêutico e Gestão de Disponibilidade dos Médicos.
- É preocupante a ausência de programas dirigidos ao combate à malnutrição, que, como ficou referido acima, carece de uma melhor resposta sanitária. Pois é certo que a malnutrição torna as pessoas vulneráveis a contrair outras doenças, como tuberculose, e, no caso dos portadores do VIH, a desenvolver o SIDA.

Em suma, se existe alguma coerência no financiamento público da saúde, pode concluir-se que ela consiste na concentração dos serviços nos hospitais centrais, e no esvaziamento da função das unidades sanitárias primárias. Eis uma das principais razões do actual estado de inaccessão aos serviços de saúde por parte de uma grande franja da população.

⁸⁵ Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial, op. cit., p. 301-302.

3. COMPROMISSO COM A EDUCAÇÃO

3.1 Introdução

A educação é um dos sectores sociais que, nos últimos anos, mais sofreu as graves consequências dos cortes orçamentais derivados da crise económica e financeira que o país atravessa, cujas causas, ao que tudo indica, não se esgotam da queda dos preços do barril de petróleo no mercado internacional.⁸⁶

A redução nas despesas com o ensino público prejudicou, enormemente, a continuidade de programas essenciais para a melhoria dos índices de rendimento no seio dos alunos, como o da merenda escolar dirigido ao ensino primário.⁸⁷ De igual modo, impediram a concretização de medidas não menos relevantes com vista à expansão da cobertura escolar, como a de assegurar transporte para crianças matriculadas em escolas distantes do local de residência, com particular realce para as zonas rurais.⁸⁸ Isto sem mencionar os constrangimentos causados à gestão corrente: construção e reabilitação de infra-estruturas escolares, instalação de equipamentos laboratoriais, contratação de novos professores e fornecimento gratuito de material didáctico.

⁸⁶ Ver *Rede Angola*. “Educação só tem dinheiro para o essencial, diz ministro”, 07/07/2016. Disponível em: <http://www.redeangola.info/educacao-so-tem-dinheiro-para-o-essencial-diz-ministro/> Acesso: 21/08/2016.

⁸⁷ Não deixa de causar estranheza o facto de ser o Ministro da Educação, Pinda Simão, a encarar a redução da despesa com o Programa da Merenda Escolar como um “mal menor”, quando se sabe que o sector da educação continua a ser preterido em favor de outros, como a defesa e segurança: “*O programa tem tido menos recursos em relação ao momento que se iniciou, é verdade, é como referi aqui: qual o mal menor? A criança estar na sala de aulas e poder estudar e considerar que as famílias também têm alguma responsabilidade, em termos de escolarização dos seus filhos, então fazer um esforço em casa e proporcionar esse direito em ter alguma alimentação ou financiar a merenda escolar e impedir que uma parte da população que, por falta de recursos, possa estar na escola? Então, escolhemos o mal menor.*” SAPO 24. “Programa de Merenda Escolar angolano cada vez mais com menos recursos”, 06/07/2016. Disponível em: http://24.sapo.pt/article/lusa-sapo-pt_2016_07_06_1055150950_programa-de-merenda-escolar-angolano-cada-vez-mais-com-menos-recursos. Acesso: 20/08/2016.

⁸⁸ No seu relatório anual de balanço, o Ministério da Educação (MED) afirma: “*Criado o Despacho Presidencial n.º 279/16, de 15 de Setembro que aprova o contrato para aquisição de 1.500 (mil e quinhentos) autocarros para o transporte escolar, mas devido a situação financeira vigente no País a sua execução foi suspensa através do Despacho Presidencial n.º 39/2016 de 16 de Novembro. Aguarda-se pelas negociações entre o MED e o [Ministério das Finanças] MINFIN para apresentação de soluções alternativas para resolução da problemática da mobilidade das escolas no interior do País.*” MED. *Relatório de Balanço do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017. Balanço 2016*, Luanda, 2017, p. 1.

Pode dizer-se, com efeito, que a redução no financiamento do ensino público veio a agravar os muitos défices da educação, fazendo com que velhas deficiências persistissem e novas surdissem, como mostram as conclusões do diagnóstico do Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação (PNDE) – “Educar Angola 2017-2030”.⁸⁹ Desde o escasso acesso à educação pré-escolar até à falta de professores nos ensinos primário e secundário, passando pela regressão nos números da alfabetização,⁹⁰ os dados disponíveis indicam que, sob múltiplos aspectos, não houve, de facto, ruptura entre o novo sistema de ensino (2004 até à data), introduzido pela segunda reforma educativa, e o antigo sistema de ensino (1977-2003). Do que se interpreta, em última análise, que a educação continuar a não figurar dentre as máximas prioridades nacionais, a despeito de toda a retórica oficial.⁹¹

É caso, portanto, não apenas de se reavaliar criticamente o modelo educativo adoptado, mas, sobretudo, de se repensar o lugar estratégico da educação no interior da vida social angolana, exigência que implica, muito mais do que consensos mínimos, a mobilização de toda a sociedade.

Este capítulo avalia o quadro acima descrito a partir do comportamento dos principais indicadores educacionais em 2016, com o propósito de determinar o grau do insucesso no alcance das metas internas previstas no âmbito das políticas públicas para a educação, assim como no incumprimento dos objectivos mundiais relativos à garantia da igualdade de oportunidades no acesso ao ensino de qualidade.

Em virtude da indisponibilidade de informações estatísticas oficiais quer sobre o ensino superior quer sobre os ensinos primário e secundário desagregados, a exposição enfoca, exclusivamente, a educação pré-escolar e o ensino geral, destacando, no interior das diferentes secções, os seguintes itens: 1) cobertura escolar; 2) corpo docente; 3) infra-estrutura escolar; e 4) rendimento escolar.

⁸⁹ Ver *África 21*. “Uma radiografia ao ensino”, 22/12/2016. Disponível em: <http://www.africa21online.com/artigo.php?a=22118&e=Sociedade> Acesso: 29/12/2016.

⁹⁰ Id., Ibid.

⁹¹ Em Abril de 2016, o Vice-Presidente da República, Manuel Vicente voltou a garantir, na contramão do que a realidade tem demonstrado, que o “*O Governo angolano vai dar seguimento às políticas públicas do sector social, apesar dos constrangimentos de ordem interna e externa, no sentido de garantir o bem-estar de todos os cidadãos, através do financiamento e coordenação dos programas e projectos em curso nos sectores social e económico.*” Mercado. “Governo vai prosseguir políticas apesar de constrangimento”, 21/04/2016. Disponível em: <http://www.mercado.co.ao/geral/governo-vai-prosseguir-politicas-publicas-apesar-de-constrangimentos/> Acesso: 05/05/2016.

3.2 Cobertura escolar⁹²

É comum referir-se que o sector da educação alcançou progressos magníficos na última década e meia, sobretudo no que diz respeito à cobertura escolar. Como argumento, invoca-se a evolução da taxa de escolarização a partir da introdução do novo sistema de ensino.⁹³ Por outro lado, considera-se que a diminuição da exclusão escolar tem sido satisfatória porque a cobertura escolar, sobretudo na classe de iniciação e nos ensinos primário e secundário, sempre se manteve acima das metas previstas no Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 (PND). Como se lê no *Relatório de Balanço do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017. Balanço 2016*, de autoria do MED:

*“Os resultados alcançados foram satisfatórios visto que tivemos a maior parte dos indicadores com um grau de cumprimento acima de 80% e em alguns casos ultrapassamos os 100% das metas previstas. Esses indicadores revelam que, para o período de 2013 a 2016 (sic), houve um melhor desempenho na implementação do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017, fruto da execução das acções e dos programas do Ministério da Educação”.*⁹⁴

Ora, o que parece ser constantemente negligenciado por tais avaliações é o facto de o acesso escolar não constituir uma variável independente ou um dado absoluto. Por mais intrigante que seja, os elogios à ampliação da escolarização perdem de vista que a população em idade escolar não parou de crescer, e que o seu cálculo, antes realizado na base de estimativas antiquadas e pouco fiáveis, deve agora ser actualizado em função do Censo 2014. Razão pela qual as metas oficiais precisam ser encaradas em função de uma revisão das projecções anteriores do crescimento da população em idade escolar.

À luz desta revisão, não é difícil constatar que, até 2016, a cobertura escolar se manteve insuficiente em relação ao crescimento da população em idade escolar. As matrículas no ensino geral alcançaram cerca de 78,3% da cobertura escolar, menos 5,7% do que a respectiva meta.⁹⁵ Em termos homólogos, registou-se uma queda da cobertura escolar de aproximadamente 3%, visto que, em 2015, a soma das matrículas da classe de iniciação com as do ensino primário e secundário correspondeu a 81,2% da população em idade escolar, resultando numa quebra da tendência de crescimento, em média de 3,1%, observada até então.

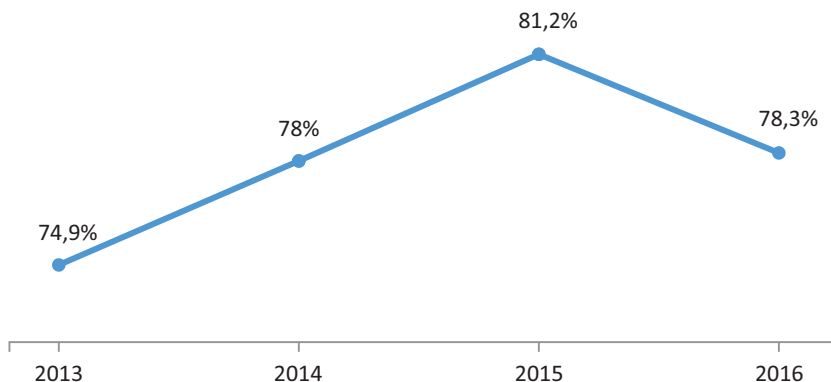
⁹² No sentido em que é aqui usado, o termo “cobertura escolar” (a capacidade do sistema de ensino em atender a população em idade escolar) estabelece uma relação de sinonímia com o conceito de “taxa bruta geral”, sendo esta a média das taxas brutas de todos os níveis de ensino considerados.

⁹³ Ver, dentre outras matérias publicadas na imprensa, ANGOP: “Triplicou o número de alunos no sistema educativo angolano – Pinda Simão”, 15/08/2008. Disponível em: <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/19371/triplicou-o-numero-de-alunos-no-sistema-educativo-angolano-pinda-simao>. Acesso em 02/02/2015. *Jornal de Angola*. “Educação para o progresso”, 27/09/2014. Disponível em: http://m.ja.sapo.ao/opinio/editorial/educacao_para_o_progresso Acesso: 02/02/2015.

⁹⁴ MED. *Relatório de Balanço do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017*. Balanço 2016, op. cit., p. 25.

⁹⁵ MPDT. *Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017*, Luanda, Dezembro de 2012, p. 211.

COBERTURA ESCOLAR (INICIAÇÃO, ENSINOS PRIMÁRIO E SECUNDÁRIO), 2013-2016



FONTE: CEIC com base no MED, 2014-2016.

De um ponto de vista meramente estatístico, é possível afirmar que a referida regressão ocorreu em razão de uma fraca recuperação das matrículas perdidas em cada um daqueles três níveis considerados. Muito embora tenha havido maior inclusão escolar nos ensinos primário e secundário, a verdade é que ela foi escassa, ou seja, insuficiente para superar o crescimento anterior, tanto quanto para “compensar” o decréscimo de 2,0% de matrículas na classe de iniciação.

Conforme ilustra a tabela abaixo, a desaceleração do movimento ascendente de matrículas incidiu sobre o ensino secundário. No 1.º Ciclo, as matrículas cresceram menos 8,4% do que no ano transacto. Ao passo que, no 2.º Ciclo, a diferença para menos foi de 16,2%.

COBERTURA ESCOLAR POR NÍVEIS DE ENSINO, 2016				
Indicadores	Classe de Iniciação (5 anos)	Ensino Primário (6 a 11 anos)	Ensino Secundário (12 a 18 anos)	
			1.º Ciclo (12 a 14 anos)	2.º Ciclo (15 a 17/18 anos)
População em Idade Escolar ⁹⁶	977 470	4 841 346	1 773 486	2 180 723
Matrículas	712 300 (-2,0%)	5 937 800 (+12,0%)	1 136 300 (+4,8%)	702 100 (+11,5%)
Taxa Bruta de Escolarização	72,8%	122,6%	64,0%	32,1%

FONTE: CEIC com base no MED, 2014-2017; INE, 2014.

⁹⁶ Tal como se procedeu no *Relatório Social de Angola 2015*, as estimativas da população em idade escolar aqui apresentadas tiveram como base de cálculo as informações constantes do Censo 2014.

Mas mesmo no ensino primário, com um saldo positivo de 12,0%, nota-se que a inclusão escolar ainda assim foi modesta. Pois o facto de a sua taxa bruta se situar acima de 100% não pressupõe que toda a população com idade de 6 a 11 anos esteja matriculada, uma vez que o ensino primário vem sendo, proporcionalmente, o nível de ensino com os mais altos índices de ingresso tardio nas diferentes classes.

Estes índices, em adição às taxas de reprovação, estão na base da ineficiência do fluxo escolar, logo, da presença de alunos com idades acima de 11 anos. Por consequência, centenas – se não mesmo milhares – de crianças, tendo ou não frequentado a educação pré-escolar, não conseguem vaga no ensino primário na medida em que muitos lugares se encontram preenchidos por crianças mais velhas. Uma situação que as coloca diante de duas alternativas: ficar sem estudar ou ingressar em estabelecimentos escolares ilegais (colégios privados clandestinos e explicações domiciliares), sendo esta última alternativa apenas possível sob a condição dos pais disporem de mínimos recursos financeiros para o efeito. É o que se verifica, sobretudo, em bairros periurbanos e rurais, onde tais estabelecimento escolares compõem um segmento do mercado informal de bens e serviços sociais básicos, o qual funciona como alternativa à inoperância do Estado.

Já de um ponto de vista contextual, que implica encarar a cobertura escolar como um dos desafios assumidos pela política educacional actualmente em vigor,⁹⁷ fica claro, mais uma vez, que o incremento de infra-estruturas, nomeadamente salas de aula, e de professores não só não tem acompanhado o crescimento da população em idade escolar, mas também, o que é mais preocupante, foi o pior dos últimos quatro anos. As informações oficiais registam o facto,⁹⁸ porém não especificam o seu provável impacto na redefinição das metas oficiais ligadas ao acesso escolar.

De qualquer modo, o MED reconhece, no Relatório de Balanço acima referido, que o aumento no número de matrículas, em particular no ensino primário, não ficou a dever-se apenas ao aumento no número de salas de aula de construção definitiva. Houve também o preenchimento de vagas em salas provisórias e/ou improvisadas e a criação de turmas ao ar livre. Consta, inclusive, que escolas de algumas regiões do país funcionaram com os três turnos diários,⁹⁹

⁹⁷ Com a implementação do PND 2013-2017.

⁹⁸ MED. *Relatório de Balanço do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017. Balanço 2016*, op. cit., p. 26.

⁹⁹ Id., *Ibid.*, p. 25-26.

o que quer dizer que crianças frequentaram o ensino primário no período nocturno,¹⁰⁰ quando este é destinado a pessoas adultas. Isto revela, por conseguinte, que a suposta redução da exclusão escolar aconteceu, em parte, graças à disponibilidade de péssimas condições de ensino, às quais centenas de crianças foram submetidas.

3.2.1 Cobertura escolar na educação pré-escolar

A despeito da sua extrema importância, a educação pré-escolar continua a ser, dentro dos, o segmento do sistema de ensino angolano mais deficitário. A universalização do acesso, prevista nas metas nacionais e internacionais relativas à garantia da protecção e do desenvolvimento integral da criança, está muito longe de ser uma realidade. Em contraste com o que os pronunciamentos oficiais amiúde sugerem,¹⁰¹ os dados afirmam e confirmam que não houve expansão da rede de educação e cuidados da primeira infância. O que houve, sim, foi o encolhimento da oferta de assistência à população infantil em face do seu crescimento ao longo dos últimos anos.

De acordo com informações divulgadas pelo Ministério da Assistência e Reinserção Social (MINARS), órgão do governo angolano responsável pela coordenação dos programas de Cuidados da Primeira Infância (CPI) e que superintende o funcionamento dos Centros Infantis (CI) em parceria com o MED, 47 000 crianças foram matriculadas em creches e jardins infantis em todo

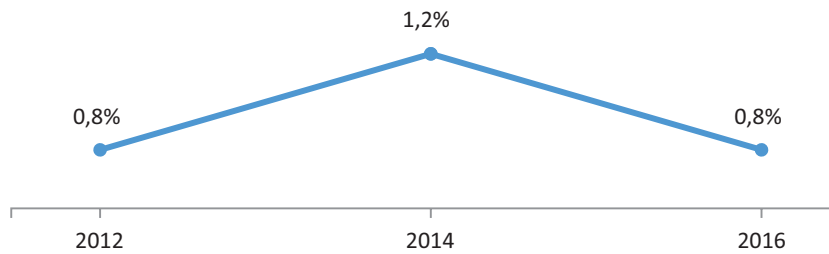
¹⁰⁰ A situação arrasta-se desde há alguns anos. Ver, dentre outras matérias publicadas recentemente na imprensa, “CASA-CE preocupada com crianças que estudam à noite em Malanje” in VOA. 25/03/2015. Disponível em: <http://www.voaportugues.com/a/casa-ce-preocupada-com-criancas-que-estudam-a-noite/2694188.html>. Acesso: 14/11/2015. “Reforma Educativa leva crianças a estudar à noite” in *O País*. 23/02/2011. Disponível em: <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/29106/reforma-educativa-leva-criancas-a-estudar-a-noite>. Acesso em 14/11/2015. É digno de nota que o Ministro da Educação reconhece tal realidade, ainda que a justifique: “*Isso acontece porque algumas destas crianças não tiveram oportunidade de serem encaixadas no ensino diurno. E por uma questão de alternativa foram enquadradas à noite. Mas importa referir que a maior parte destas crianças têm acima dos 15 anos de idade. (...) Mas o número destas crianças que estudam a noite é muito reduzido. Não sei lhe precisar a taxa real em termos estatísticos, mas posso assegurar-lhe com toda a confiança que é uma quantidade muito diminuta*”. E ao contrário do que consta das informações oficiais do próprio Ministério da Educação e de reportagens produzidas pela imprensa sobre o assunto, Pinda Simão garante que a frequência de crianças à escola no período nocturno “*se verifica apenas em Luanda, por ser o centro das grandes necessidades académicas*”. *Rede Angola* (“Grande Entrevista”). 15/09/2014. Disponível em: <http://www.redeangola.info/especiais/angola-nao-e-contra-o-acordo-ortografico-estamos-ainda-a-estudar-todos-os-factores/>. Acesso em 14/11/2015.

¹⁰¹ Ver Portal Oficial do Governo de Angola. “Executivo cumpre 11 Compromissos da Criança”. 10/11/2014. Disponível em: <http://www.governo.gov.ao/VerNoticia.aspx?id=24843>. Acesso: 03/12/2016. *O País*. “Angola avançou na protecção das crianças, mas persistem desafios”. 19/06/2015. Disponível em: <http://opais.co.ao/angola-avancou-na-proteccao-das-criancas-mas-persistem-desafios/>. Acesso em 05/12/2016.

o país.¹⁰² Por estimativa, este número absoluto correspondeu a uma cobertura de 0,8%, o quer dizer que, em 2016, aproximadamente 5 224 689 crianças de 0 a 4 anos de idade não tiveram qualquer protecção social directa, quer do Estado quer de instituições privadas vocacionadas e licenciadas para o efeito.

Em comparação a 2014, ano em que o número de crianças assistidas foi 62 279,¹⁰³ ocorreu um decréscimo significativo de matrículas, que rondou os 34,6%. Por consequência, o desempenho da taxa anual caiu 0,4% para o nível alcançado há quatro anos,¹⁰⁴ verificando-se, assim, um regresso à estaca zero, tendo em conta que, como ficou dito, 2012 marcou o fim de um ciclo de políticas sociais que se pretendeu superar nos próximos quatro anos seguintes.

**COBERTURA NA PRIMEIRA INFÂNCIA
(INCLUÍDA A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR), 2012-2016**



FONTE: CEIC com base no UNICEF, 2015; MINARS, 2014-2016; INE, 2014.

Embora não se saiba quantas foram, das 47 000 matriculadas, as crianças em idade pré-escolar, estima-se em não mais de 1,9% a participação da população de 3-4 anos de idade nos programas de CPI,¹⁰⁵ 7,4% a menos do em 2009.¹⁰⁶ Esta taxa líquida, claramente irrisória, revelou o quase completo insucesso das medidas de política pública adoptadas para a educação pré-escolar perante dois horizontes: 1) a meta de 20% estabelecida na Estratégia de Expansão

¹⁰² ANGOP. “Angola: País tem 537 Centros Infantis”, 10/10/2016. Disponível em: http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/sociedade/2016/9/41/Angola-Pais-tem-537-centros-infantis,8aac16c-4-af6c-4a70-b986-c59e9c81761c.html. Acesso em 02/12/2016. A precisão deste dado deve, de todo modo, ser posta em dúvida, já que a mesma fonte (o Director Nacional da Criança do MINARS, Sebastião Muondo), em data anterior, afirmou terem sido assistidas, em 2016, “mais de 43 mil crianças”, e não exactamente 47 000. O País. “Mais de 43 mil crianças recebem educação na primeira infância”, 19/06/2016. Disponível em: <http://opais.co.ao/mais-de-40-mil-criancas-recebem-educacao-na-primeira-infancia/>. Acesso em 02/12/2016.

¹⁰³ Portal Oficial do Governo de Angola, op. cit.

¹⁰⁴ Ver UNICEF. *Análise da Situação: Crianças e Mulheres em Angola*, UNICEF, 2015, p. 89.

¹⁰⁵ Diferentemente da estimativa apresentada no *Relatório Social de Angola 2015*, feita com base nos dados do *Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População 2008-2009* (IBEP), a presente foi calculada a partir dos dados do Censo 2014. Razão que justifica a defasagem entre uma e outra, sendo que se supõe serem os dados populacionais do Censo 2014 mais fiáveis.

¹⁰⁶ Ver INE. *Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População, 2008-2009*, Luanda, 2010, p. 37.

da Rede de Educação e Cuidados da Primeira Infância (EERECPI) 2014-2017; e 2) a meta de 30% definida nos 11 Compromissos com a Criança.

Fica patente, com efeito, que permanece bastante reduzida a disponibilidade de CI, com maior incidência de exiguidade para as províncias do interior e, em termos regionais, para as áreas rurais. Das 537 unidades existentes¹⁰⁷, pouco mais de um terço funciona sob condições precárias, sobretudo no que diz respeito aos Centros Infantis (CI) públicos, para além daquelas que se encontram praticamente inoperantes, sem perspectivas de virem a ser reabilitadas no curto prazo. Do mesmo modo que veio a ser impossível atingir a meta de instalação de 1250 CI em 2014, revela-se objectivamente inalcançável a meta de 6375 CI em 2017, conforme estabelecido na EERECPI 2014-2017.¹⁰⁸

Não só se tem investido muito pouco na construção de novos CI públicos, assim como no recrutamento, na formação e na valorização salarial dos vigilantes e educadores de infância, mas também se tem descuidado das poucas unidades que restam, mesmo que apenas como infra-estruturas físicas. Isto faz com que a pressão sobre a rede pública seja enorme e, com efeito, que muitas crianças sejam excluídas, principalmente aquelas cujos pais não disponham de meios para recorrer às contravenções usuais, a exemplo da “cunha” (uma modalidade de tráfico de influência) e da famosa “gasosa” (uma modalidade de corrupção).

Tome-se como exemplo o caso da província do Moxico, com seis CI comunitários em funcionamento, 25 vigilantes e 18 educadores de infância: apenas 265 crianças, das cerca de 170 743 residentes, foram matriculadas, resultando numa cobertura de 0,1%,¹⁰⁹ 06% abaixo da média nacional. Por mais dramático que possa parecer, certamente há províncias em pior situação, como Bengo, Cunene, Cuando Cubango, Lunda Norte e Sul.

De facto, do ponto de vista quantitativo, não se pode falar propriamente da existência de uma rede pública de CI. A grande maioria dos CI aos quais as poucas famílias confiam a educação dos seus filhos são privados e comparticipados, ou seja, inacessíveis a mais de três quintos das crianças devido aos preços extremamente elevados, já que praticados sem nenhuma

¹⁰⁷ ANGOP. “Angola: país tem 537 Centros Infantis”, op. cit. Este número deve, entretanto, ser relativizado, pois existem muitas creches e jardins infantis ilegais ou não-licenciados, a maior parte dos quais em Luanda, província que, devido à sua densidade populacional – mas não só –, concentra perto de 70% dos CI.

¹⁰⁸ Ver ANGOP. “Educação a primeira infância prevê atingir 30 por cento até 2017”, 03/06/2013. Disponível em: http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/sociedade/2013/5/23/Educacao-primeira-infancia-preve-atingir-porcento-ate-2017,b94ca41b-cc97-4f25-8e73-ba7f6b5dd3c1.html. Acesso em: 13/12/2016.

¹⁰⁹ ANGOP. “Defendida Inclusão de Crianças em Centros Infantis”, 15/06/2016. Disponível em: http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/sociedade/2016/6/28/Defendida-inclusao-crianca-centros-infantis,cc5ee34b-29a4-4d12-a376-968fe08fdee7.html. Acesso: 02/12/2016.

normalização ou regulação da parte do Estado.¹¹⁰ Em Luanda, cuja rede privada concentra perto de 80% dos CI, muitos dos quais ilegais e outros até mesmo clandestinos e instalados inadequadamente na faixa periurbana na cidade,¹¹¹ as mensalidades variam entre 15 mil e 50 mil kwanzas, para as creches, e entre 45 mil e 55 mil kwanzas, para os jardins infantis.¹¹² Sem contar com as taxas de inscrição e (re)confirmação de matrícula, que são outra fonte de lucro exorbitante, as famílias ainda têm outras despesas extras, como, por exemplo, com o custo do uniforme.

Muitas destas instituições privadas, no entanto, passaram a enfrentar, no mínimo há dois anos, sérias dificuldades no seu funcionamento interno, correndo mesmo o risco de encerrar actividades, uma vez que muitas famílias, porque se tornaram mais remediadas em virtude da crise económica e financeira que o país atravessa, deixaram de pagar as propinas mensais,¹¹³ situação que só vem agravar, ainda mais, a desigualdade de condições de acesso ao ensino pré-escolar.

Mas para além da indisponibilidade de creches e jardins infantis públicos, próximos ou distantes das áreas de residência, e dos preços proibitivos praticados pelos CI privados, o desconhecimento por parte das famílias sobre o papel das instituições de educação e cuidados da primeira infância e sobre os direitos da criança persiste como um dos principais motivos da baixa frequência na educação pré-escolar. Segundo o já aqui citado Diagnóstico do PNDE, cerca de 38% – a mesma cifra apontada pelo IBEP 2008-2009¹¹⁴ – dos pais e encarregados de educação inquiridos alegaram que os filhos não frequentavam programas de CPI por serem demasiado pequenos para ir à escola.¹¹⁵ E não é difícil concluir, a partir da observação empírica, que, para a maioria destas crianças, a função da creche e do jardim infantil foi exercida por outros espaços de reprodução social, nos quais passaram a maior parte do tempo, sob vigilância ou não dos pais: as ruas ou o mercado informal, para o contexto urbano e periurbano, e a aldeia ou a lavra, para o contexto rural.

¹¹⁰ Só em Fevereiro de 2017 foi manifestada a intenção do governo de “normalizar” os preços praticados pelas CI privados, restando, até aqui, a respectiva materialização. Ver *Jornal de Angola*. “Preços das creches são normalizados”, 7/02/2017. Disponível em: http://m.ja.sapo.ao/sociedade/precos_das_creches_sao_normalizados. Acesso: 08/02/2017.

¹¹¹ Ver a reportagem realizada em 2014, nos municípios de Luanda, Viana, Belas e Cacuaco, pelo semanário *Agora* cit. *Club-K*. “Ilegalidade. Creches oferecem condições precárias a preços de luxo”, 23/04/2016. Disponível em: http://club-k.net/index.php?option=com_content&view=article&id=17927:ilegalidade-creches-oferecem-condicoes-precarias-a-precos-de-luxo&catid=2&Itemid=1069&lang=pt. Acesso: 08/02/2016.

¹¹² *Jornal de Angola*. “Preços exorbitantes para educar”, 29/01/2017. Disponível em: http://m.ja.sapo.ao/reportagem/precos_exorbitantes_para_educar. Acesso: 30/01/2017.

¹¹³ *O País*. “Crise compromete funcionamento de Centros Infantis”, 25/10/2015. Disponível em: <http://opais.co.ao/crise-compromete-funcionamento-de-centros-infantis/>. Acesso: 02/12/2016.

¹¹⁴ Ver a análise deste dado em UNICEF. *Análise da Situação: Crianças e Mulheres em Angola*, op. cit., p. 89-90.

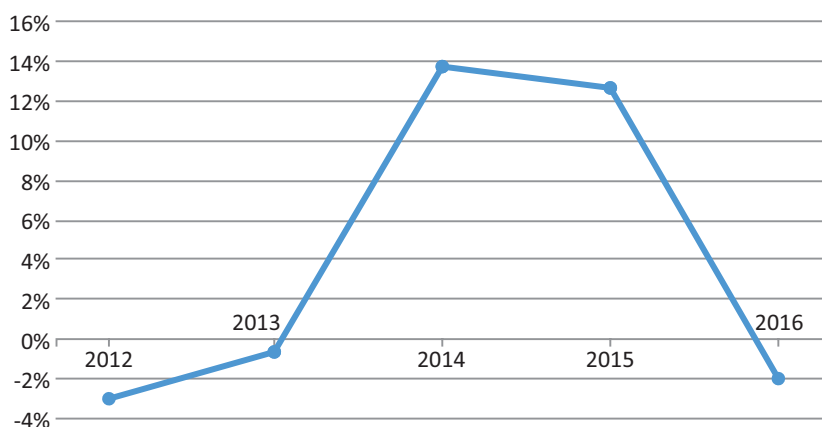
¹¹⁵ *África 21*. “Uma radiografia ao ensino”, op. cit.

Isto significa que, em certa medida, a educação pré-escolar ainda é encarada como privilégio – o que, na prática, não deixa de sê-lo – a que apenas têm acesso os filhos de alguns poucos que por ela podem pagar, e não como um bem social necessário ao processo de socialização formal dos indivíduos, sem o qual a criança fica privada de valências determinantes para o seu ulterior desenvolvimento psico-motor e intelectual.

3.2.1.1 Cobertura escolar na classe de iniciação

Pela terceira vez nos últimos cinco anos, a cobertura escolar na classe de iniciação obteve salto negativo, em razão do decréscimo da taxa de anual de incremento, que se fixou em $-2,0\%$.

TAXA ANUAL DE INCREMENTO DE MATRÍCULAS NA CLASSE DE INICIAÇÃO, 2012-2016

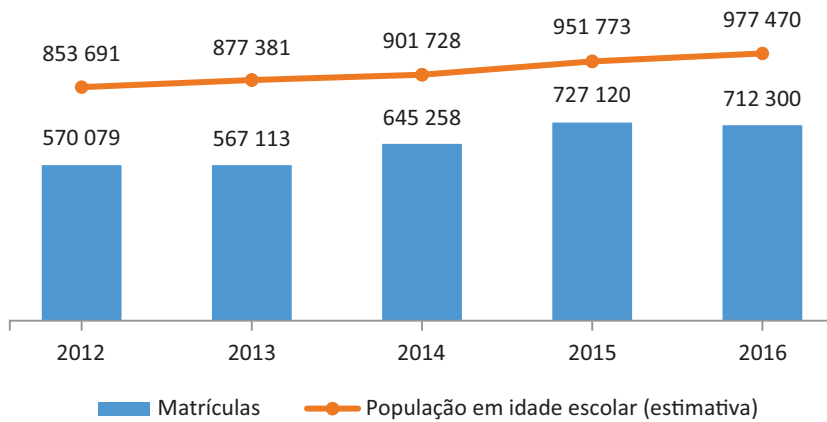


FONTE: CEIC com base no MED, 2011-2016.

À diferença dos níveis primário, secundário e superior, na classe de iniciação, a relação entre a taxa de incremento anual de matrículas o total de matrículas por cada ano é directa, uma vez que na educação pré-escolar não se coloca (ou não se deveria colocar¹¹⁶) o problema da irregularidade do fluxo. A inclusão escolar é uma variável ligada, quase que de maneira exclusiva, à variação do número de novas vagas em função da dinâmica de crescimento da população em idade escolar.

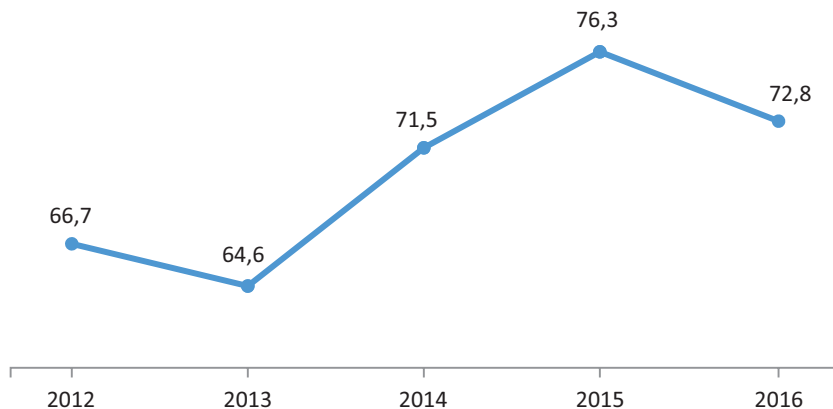
Assim, vê-se no gráfico seguinte que, depois do movimento ascendente do número de matrículas ter atingido o seu ponto mais alto em 2015, a disparidade em relação à população em idade escolar aumentou em 3,5%.

¹¹⁶ Pelo menos até 2014, a iniciação incluía muitas outras crianças com idade acima de 5 anos, o que contribuía para a preocupação em relação à qualidade das aulas neste nível de ensino. UNICEF. *Análise da Situação: Crianças e Mulheres em Angola*, op. cit., p. 90.

MATRÍCULAS E POPULAÇÃO NA CLASSE DE INICIAÇÃO, 2012-2016

FONTE: CEIC com base no MED, 2011-2016.

O aumento do défice de cobertura na classe de iniciação pode, ainda, ser constatado pela queda da taxa bruta de escolarização, como ilustra o gráfico abaixo.

TAXA BRUTA DE ESCOLARIZAÇÃO NA CLASSE DE INICIAÇÃO, 2012-2016

FONTE: CEIC com base no MED, 2011-2016.

Tal significa, pois, que está em curso uma recuperação moderada de novas vagas, para níveis anteriores ao ano de 2010, cuja sustentabilidade dependerá, com certeza, da criação de infra-estruturas físicas e contratação de educadores destinadas exclusivamente à educação pré-escolar, e não da inserção de turmas iniciais em escolas do ensino primário, como tem ocorrido e consta de orientações baixadas pelo MED, conforme citado anteriormente. No fundo, a medida em causa desmerece a educação pré-escolar, em geral, e a classe de iniciação, em particular, tendo em conta que as trata como meras precedências do ensino primário, sem qualquer natureza específica.

3.3 Cobertura docente

Com o cancelamento dos concursos de ingresso no funcionalismo público em 2015 e, mais ainda, com a suspensão dos processos de contratação dos candidatos admitidos em 2014, assistiu-se a um aumento considerável do défice de professores na rede pública e, por extensão, em todo o sistema de ensino em 2016. Foi o maior défice registado no conjunto da função pública, porquanto há muito que os professores da rede pública representam a maior fatia de trabalhadores do sector.¹¹⁷

Na verdade, ao invés de, no mínimo, se ter mantido fixo, como seria de esperar, o número de professores diminuiu bastante,¹¹⁸ pois nem sequer os reformados e falecidos têm sido substituídos. Por agravo, em razão de constantes atrasos salariais, de péssimas condições laborais e de falta de valorização da profissão,¹¹⁹ alguns efectivos, mormente os mais jovens, abandonaram a carreira em troca de novos empregos, porventura na esfera do privado, mais compatíveis com os seus projectos de vida profissional. Houve também aqueles professores que saíram do sistema porque trabalhavam com mais de uma efectividade na função pública, o que é proibido por lei e, diante da denúncia do facto, certamente optaram pelo cargo melhor remunerado e socialmente valorizado.¹²⁰ As vagas deixadas, tanto por uns quanto por outros, não foram, portanto, preenchidas, uma vez que nenhum dos candidatos admitidos em 2014 ingressou na carreira em 2016.

Pode mesmo dizer-se que a propalada crise financeira e económica que o país atravessa, conjugada com a pouca atenção institucional dispensada ao sector da educação, gerou uma

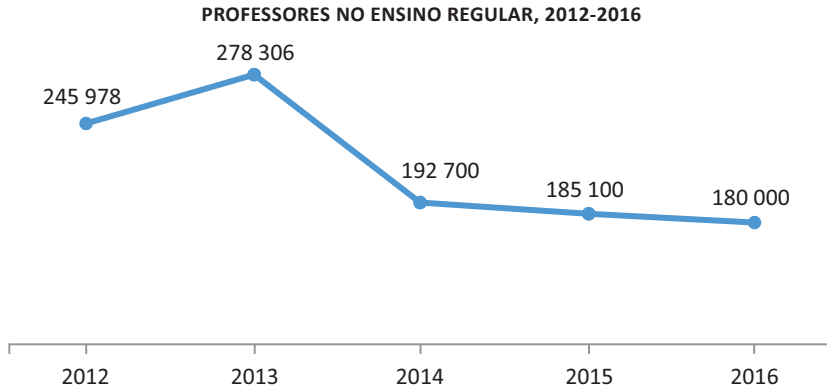
¹¹⁷ Os dados do *Estudo da População e Administração Pública* e do *Resumo Estatístico da Função Pública* 2016, ambas publicações de autoria do Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MPTSS), indicam que, apesar do decréscimo no número de efectivos, o sector da educação continua a concentrar o maior contingente de funcionários e agentes administrativos. Em 2015, os efectivos da educação representaram 54,0% dos 372 873 efectivos, passando, em 2016, para 48,8% dos 360.380. ANGOP. “Angola: país regista decréscimo de funcionários públicos”, 11/01/2017. Disponível em: http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/educacao/2016/0/4/Huila-Falta-professores-forca-encerramento-escolas-provincia,a3e0ad6e-7a91-4ff3-810d-3ca01deac045.html. Acesso: 20/01/2017.

¹¹⁸ Facto que só seria normal em função de uma igual diminuição no número de matrículas por força da regularização do fluxo escolar.

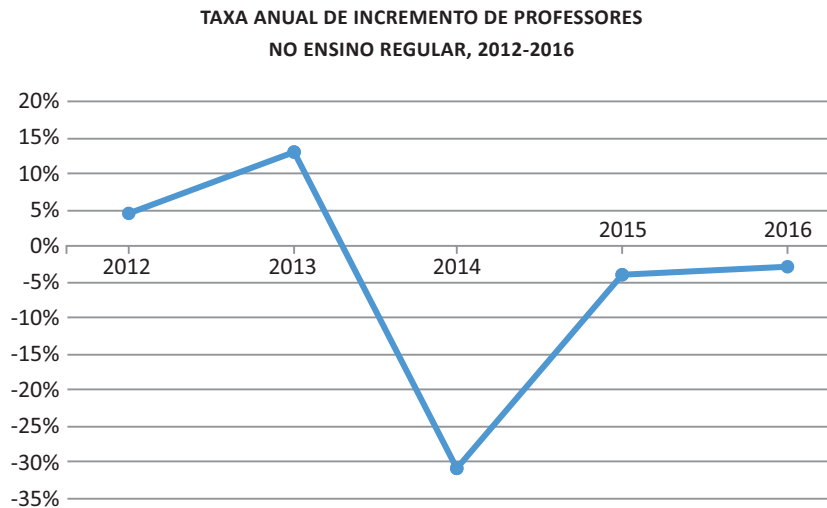
¹¹⁹ A seguinte fala do Secretário Provincial do Sindicato Nacional dos Professores (SIMPROF) na província da Huíla, Guilherme Silva, dá uma ideia, mesmo que parcial, dos constrangimentos por que passam muitos professores pelo país fora: “*Nós temos bons professores, só que há professores que galgam quilómetros, gastam o seu salário pagando táxis e no fim do mês não têm quase nada, sobretudo os professores do ensino primário.*” DW. “Início do ano letivo: crise angolana afeta alunos e professores na província Huíla”, 26/01/2016. Disponível em: <http://www.dw.com/pt-002/in%C3%ADcio-do-ano-letivo-crise-angolana-afeta-alunos-e-professores-na-prov%C3%ADncia-da-hu%C3%ADla/a-19008599>. Acesso: 23/02/2016.

¹²⁰ Em Luanda, cerca de 5000 professores foram declarados em trabalho há vários anos com dupla ou tripla efectividade pela Inspeção da Educação. Ver *Nova Gazeta*. “Professores obrigados a devolver dinheiro”, 06/2016. Disponível em: <http://novagazeta.co.ao/?p=12038>. Acesso: 02/12/2016.

“crise de professores”. Esta, na verdade, não teve, conforme mostram os dados globais, início em 2015, e sim na passagem de 2013 a 2014, momento em que taxa anual caiu 30,8%, o equivalente a 85 606 professores, contrariando uma tendência de crescimento que, *grosso modo*, vinha desde 2002.



FONTE: CEIC com base no MED, 2017; PND 2013-2016.



FONTE: CEIC com base no MED, 2017; PND 2013-2016.

Em diferentes pontos do país, o agravamento da escassez de professores foi constatado. Em Luanda, por exemplo, o número de professores em falta no ensino primário e secundário ultrapassou os 3500 (3644), segundo dados divulgados pela Direcção Provincial da Educação,¹²¹ que, apesar disso, anunciou a abertura de mais 300 salas de aula para ano lectivo 2016.

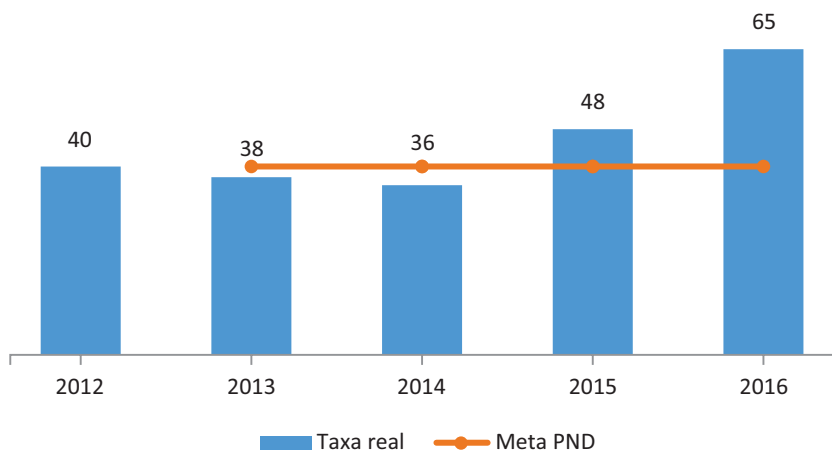
¹²¹ VOA. “Angola – faltam quase quatro mil professores em Luanda”, 09/01/2016. Disponível em: <http://www.asemana.publ.cv/spip.php?article115628>. Acesso: 24/02/2016.

Uma reportagem sobre o assunto, publicada no portal de notícias *A Semana*, descreve o quadro crítico com que muitas escolas da capital se confrontaram – e ainda se confrontam.

Em termos relativos, no entanto, outras províncias enfrentaram cenário um tanto pior, já que, em algumas delas, há mais de três anos que não se admitia novos quadros na carreira. Foi assim na Huíla, considerada como um dos casos mais gritantes, onde a Direcção Provincial da Educação, Ciência e Tecnologia contabilizou 3995 professores em falta.¹²² Por consequência, mais de 18 escolas do 1.º e 2.º Ciclos do ensino primário, localizadas nos Municípios de Chipindo, Cuvango, Jamba, Caconda, Caluquembe, Chicomba e Cacula, foram encerradas em 2012 e assim permaneceram até 2016,¹²³ o que levou à exclusão de 108 000 crianças do sistema de ensino.¹²⁴

Mesmo que questionáveis, porque, ao que parece, não reflectem o decréscimo no número de professores na transição de 2013 a 2014, os dados disponíveis sobre o rácio aluno/professor mostram, no gráfico abaixo, o impacto negativo da falta de professores no ensino geral em 2015 e 2016. Uma vez que, no cômputo geral, as matrículas não pararam de aumentar nestes dois últimos anos, apesar do ritmo descompassado em relação ao crescimento da população em idade escolar, o rácio aluno/professor acabou por se situar acima de 60,0.

RÁCIO ALUNO/PROFESSOR NO ENSINO GERAL, 2012-2016



FONTE: PND, 2012; MED, 2016.

¹²² DW. "Início do ano letivo: crise angolana afeta alunos e professores na província Huíla", op. cit.

¹²³ Ver ANGOP. "Huíla: falta de professores força encerramento de 18 escolas na província", 26/01/2016. Disponível em: http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/educacao/2016/0/4/Huila-Falta-professores-forca-encerramento-escolas-provincia,a3e0ad6e-7a91-4ff3-810d-3ca-01deac045.html. Acesso em: 08/03/2016.

¹²⁴ "O Sindicato Nacional dos Professores [na província da Huíla], por sua vez, em conjunto com os pais e encarregados de educação falam em números mais elevados." DW. "Início do ano letivo: crise angolana afeta alunos e professores na província Huíla", op. cit.

Entretanto, a distribuição deste rácio ainda apresenta enormes assimetrias, quer entre os diferentes níveis de ensino quer entre as diferentes províncias e regiões. Tal se deve ao facto de a maior parte dos professores continuar concentrada nas províncias litorâneas e nas zonas urbanas, em detrimento das províncias do interior e das zonas periurbanas e rurais, muitas das quais de difícil acesso, principalmente em tempos de chuva.

Para suprir a escassez acumulada de professores ao longo dos últimos quatro anos, seriam necessários não menos de 55 000 novos efectivos, número que, somado ao corpo docente já existente, permitiria restabelecer, em 2017, o rácio aluno/professor de 40,0, conforme a meta definida.

3.4 Infra-estrutura escolar

Os dados disponíveis sobre a infra-estrutura escolar apresentam-se, invariavelmente, limitados ao número de salas de aula. A constatação vale tanto para novo quanto para o antigo sistema de ensino, como aparece explícito num importante documento oficial datado de 2001.¹²⁵ Razão pela qual as salas de aula passaram a ser, na prática, o único indicador válido para a avaliação das condições materiais indispensáveis ao processo de ensino-aprendizagem.

É como se para educar uma criança angolana sempre tivesse bastado, em termos de recursos materiais, quatro paredes, carteira, quadro, giz e apagador. De sorte que a limitação de informação não deixa de ser, ela mesma, a revelação de uma lacuna inscrita na própria realidade.

Pois é público e notório que, mesmo depois da implementação da reforma educativa, a esmagadora maioria das escolas do país continuam a não possuir, no interior das suas instalações, mais do que salas de aula, gabinetes administrativos e casas de banho.¹²⁶ Ou seja, são espaços de ensino burocratizado, porque destituídos de infra-estruturas auxiliares e de interacção prático-educativa, como refeitório, biblioteca, laboratório, sala de informática, pavilhão

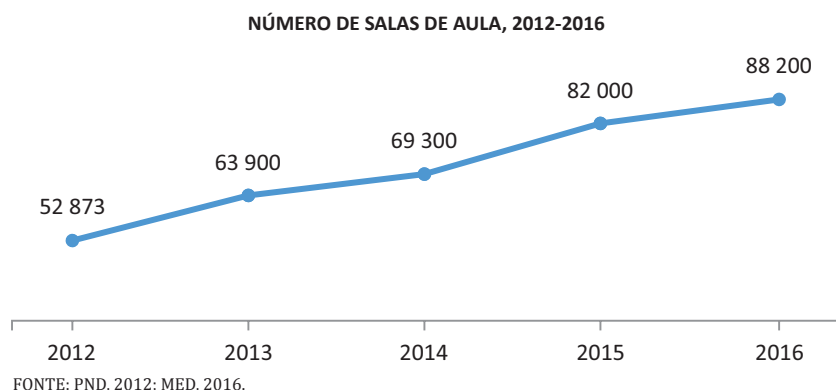
¹²⁵ Governo da República de Angola. *Estratégia Integrada para a Melhoria do Sistema de Educação 2001-2015*, Luanda, 2001, p. 23.

¹²⁶ Ver Azancot de Menezes, *Um olhar da implementação da Reforma Educativa em Angola. Estudo de caso nas províncias de Luanda, Huambo e Huíla*, Luanda, 2010. Estudos como este revelam a necessidade de um mapeamento periódico das escolas do país sob o ponto de vista das suas infra-estruturas.

gimnadesportivo e oficina de arte e cultura,¹²⁷ determinantes para a prossecução daquilo a que a pedagogia moderna designa por “educação integral”.¹²⁸

De acordo com os referidos dados, nos últimos quatro anos, o número de salas de aula manteve-se crescente: passou de 25 875 em 2012 para 88 200 em 2016, totalizando um aumento de 66,8%. Em tese, este aumento teria proporcionado perto de 1600 mil novas matrículas, numa média de 400 mil por ano, repartidas pela classe de iniciação e pelo ensino geral. Note-se, porém, que o ritmo de crescimento do número de salas de aula foi irregular ao longo de todo o período considerado, desacelerando na transição de um ano para o outro, conforme mostram as séries temporais seguintes:

- De 2012 a 2013, o aumento foi de 11 027, ao passo que, de 2013 a 2014, foi de apenas 5400, menos de 50%.
- De 2014 a 2015, o aumento foi de 12 700, ao passo que, de 2015 a 2016, ficou-se em 6200, menos de metade.

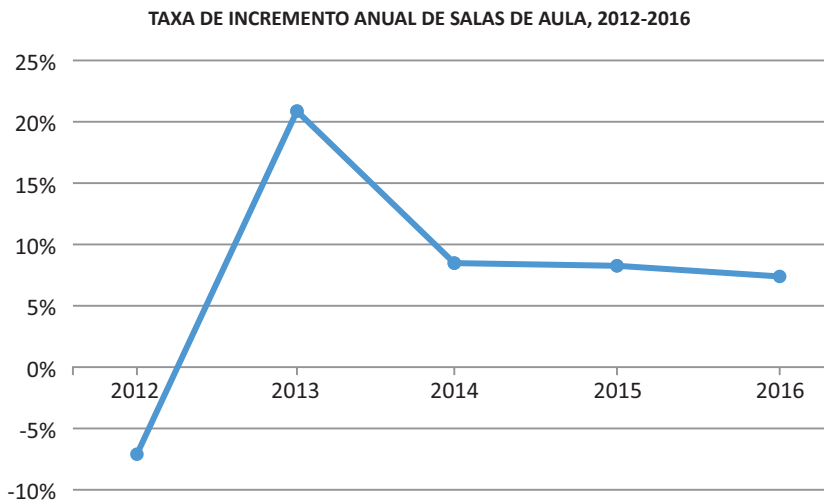


¹²⁷ Ver MED & UNICEF, *Estudo preparatório para a regulamentação da Lei 13/2001 sobre a gratuidade do ensino primário em Angola*, Luanda (no date). Trata-se, aliás, de uma carência material que torna impraticável certas inovações constantes da base curricular introduzida pela Reforma Educativa, como é o caso da disciplina de Educação Musical, cujo ensino, na maior parte das escolas, não envolve a componente prática.

¹²⁸ “A concepção de educação integral que a associa à formação integral traz o sujeito para o centro das indagações e preocupações da educação. Agrega-se a ideia filosófica de homem integral, realçando a necessidade de homem integrado de suas faculdades cognitivas, afetivas, corporais e espirituais, resgatando como tarefa prioritária da educação, a formação do homem, compreendido em sua totalidade. Na perspectiva de compreensão do homem como ser multidimensional, a educação deve responder a uma multiplicidade de exigências do próprio indivíduo e do contexto em que vive. Assim, a educação integral deve ter objetivos que construam relações na direção do aperfeiçoamento humano.” Guará, I. “É imprescindível educar integralmente”, in *Caderno CENPEC: educação, cultura e ação comunitária*, n.º 2, São Paulo, 2006, p. 16. Para um entendimento do conceito a partir do contexto abrangente da pedagogia integral, ver Tom Murray, “What is the integral education? From progressive pedagogy to integral pedagogy”, in *Integral Review*, Vol. 5, n.º 1, June, 2007, p. 96-134.

Esta desaceleração resultou, diretamente, da redução das verbas alocadas para construção, reabilitação e apetrechamento de infra-estruturas públicas, nomeadamente escolas previstas no quadro da expansão física da rede escolar, facto que gerou, por um lado, a anulação ou o cancelamento de obras planificadas e, por outro, o redimensionamento de empreitadas na maior parte das províncias, cuja conclusão tem sido protelada por constantes atrasos. Razão pela qual a oferta de salas de aula ficou muito aquém não só da procura crescente da população em idade escolar, mas também das projecções oficiais.¹²⁹

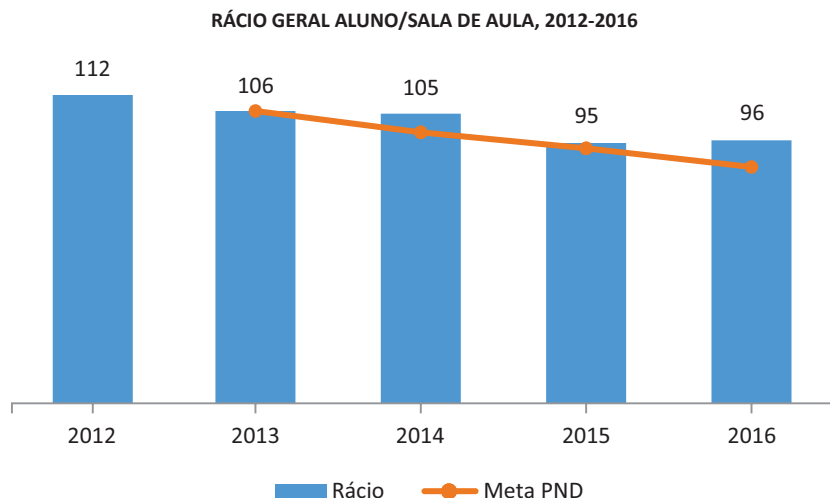
Assim, ao contrário do movimento crescente do número de salas de aula, a taxa de incremento anual registou uma tendência decrescente, que teve início em 2014, após uma recuperação de 27,9% em 2013. De 20,8% em 2013 a 7,5% em 2016, o incremento caiu quase 14,0%, quando se fazia necessário que rendesse não menos de 40,0%.



FONTE: CEIC com base no MED, 2014-2016.

Para além de um efeito externo, com o aumento do índice de exclusão escolar, o decréscimo da taxa anual de incremento teve um efeito interno, com o aumento do número de alunos por sala de aula. Mais do que não ter alcançado a meta, o rácio aluno/sala de aula cresceu 1 ponto percentual, passando de 95 em 2015 para 96 em 2016, o que não deixou de constituir surpresa, já que não acontecia, no mínimo, desde 2012.

¹²⁹ Ver, dentre outras reportagens sobre o assunto, ANGOP. “Cuanza Norte: Ministro prevê conclusão das obras de construção de escolas em 2017”, 15/10/2016. Disponível em: http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/educacao/2016/9/41/Cuanza-Norte-Ministro-preve-conclusao-das-obras-construcao-escolas-2017,4256c2ab-db00-4da0-9476-254ddb125e31.html. Acesso: 02/12/2016. Idem. “Autoridades preocupadas com os atrasos das obras”, 04/10/2014. Disponível em: http://m.ja.sapo.ao/regioes/huila/autoridades_preocupadas_com_os_atrasos_das_obras. Acesso: 02/07/2016. Portal Oficial do Governo de Angola. “Ministro prevê apoios ao sector da educação”, 26/06/2015. Disponível em: <http://www.governo.gov.ao/VerNoticia.aspx?id=28253>. Acesso: 12/01/2016.



FONTES: PND, 2012; MED, 2016.

À semelhança de quase todas as médias nacionais, este rácio oculta diferenças ao nível da cadeia de ensino. São diferenças que apontam para disparidades gritantes, sobretudo quando vistas à luz da geografia do país. Apesar da indisponibilidade de informações desagregadas e actualizadas, a observação da trajectória regressiva do incremento de salas de aula permite afirmar que, em relação à maioria das zonas rurais, o rácio aluno/sala de aula no ensino primário manteve-se acima de 150, conformando turmas superlotadas e turnos duplos ou triplos por dia para atender a todas as classes de ensino. Acresce a isso as péssimas condições das escolas, onde as aulas são ministradas em instalações improvisadas ou até mesmo ao relento,¹³⁰ com alunos e professores expostos às intempéries na natureza.



FONTES: *O País*, 2015.

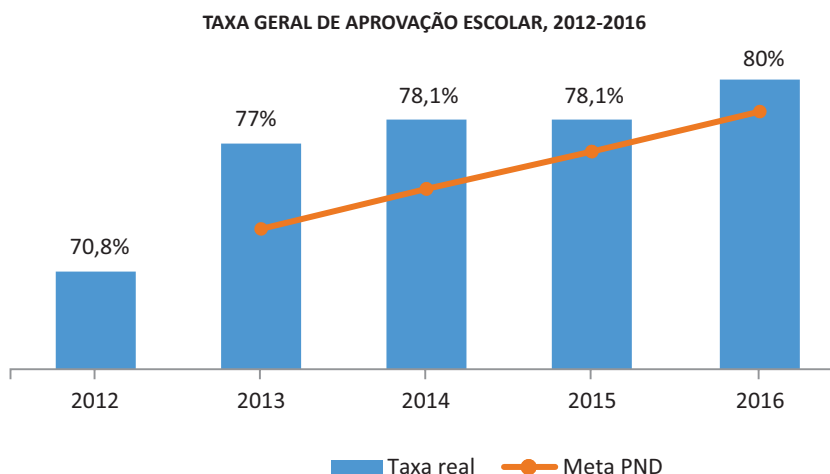
¹³⁰ Importa lembrar, mais uma vez, que o MED chegou a reconhecer que o incremento de matrículas em 2016 foi, também, graças “a utilização de salas de aula improvisadas, criação de turmas ao ar livre no ensino primário e o funcionamento de três turnos diários em algumas cidades”. MED. Relatório de Balanço do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017. Balanço 2016, op. cit., p. 25.

Mas a falta de condições de acomodação para alunos e professores também se verifica em certas escolas, em particular da rede pública, localizadas nos centros urbanos. Mesmo em cidades como Luanda e Benguela, não é raro constatar escolas com casas de banho inoperantes e salas de aula permanentemente sujas, sem o número suficiente de carteiras e sem iluminação adequada. Em muitos casos, há uma falência dos serviços de manutenção das escolas, perante a qual as autoridades educacionais têm vindo a furtar-se das suas obrigações legais.

Exemplo disto foi a proposta apresentada pelo Gabinete Provincial de Educação de Luanda (GPEL) no sentido de os alunos do ensino geral passarem a pagar uma comparticipação mensal, no valor de 150 kwanzas, com o objectivo, segundo alegação, de se fazer face à “*escassez de meios financeiros para suportar as despesas com o material gastável e de higiene e ao défice de trabalhadores de limpeza nas escolas*”.¹³¹ Não se trata, portanto, apenas de uma proposta que subverte o princípio da gratuidade do ensino e, com efeito, viola a Lei,¹³² mas, acima de tudo, de um reconhecimento da incapacidade do Estado em cumprir com uma das suas fundamentais tarefas sociais.

3.5 Rendimento escolar

Não obstante a escassez de professores e de salas de aula, as estatísticas oficiais indicam progressos no que tange ao aproveitamento escolar. À luz dos referidos dados, a soma da quantidade de alunos aprovados nos ensinos primário e secundário não diminuiu desde 2012, apresentando uma média anual de crescimento de 2,3%. Com excepção de 2015, ano em que a taxa de aprovação não variou em termos homólogos, mas ainda assim superou a meta prevista, todos os outros anos foram de curva ascendente, como mostra o gráfico abaixo.



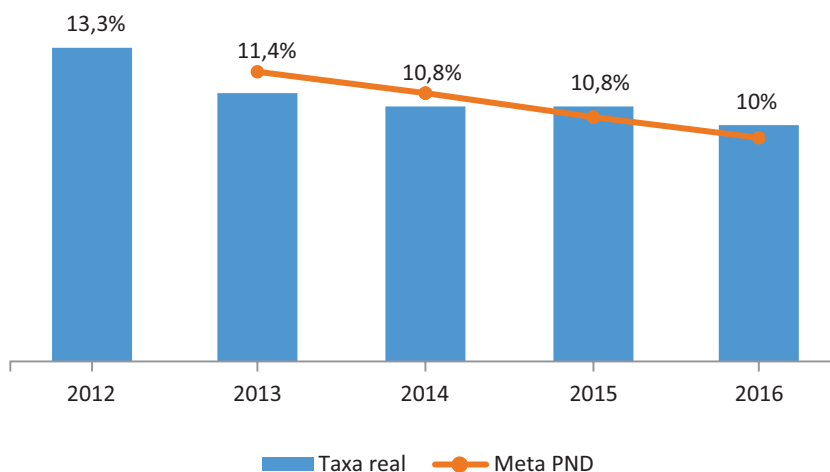
FONTE: PND, 2012; MED, 2016.

¹³¹ *O País*. “Cobrança de valores no Ensino Geral viola a Lei”, 12/06/2016. Disponível em: <http://opais.co.ao/cobranca-de-valores-no-ensino-geral-viola-a-lei/>. Acesso: 02/12/2016.

¹³² A Constituição da República, no seu artigo 21.º, alínea g), e a Lei de Bases do Sistema de Educação (LBSE) – Lei n.º 13/01, de 31 de Dezembro, no seu artigo 7.º.

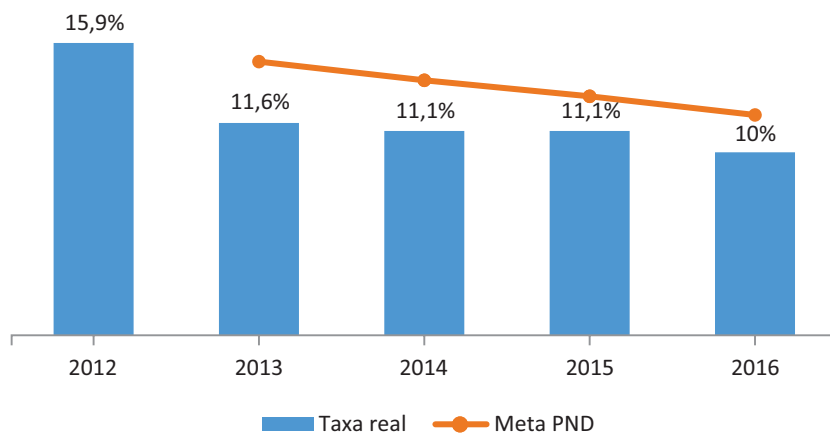
Em 2016, com uma taxa de aprovação de 80,0%, o aumento situou-se em 1,5% acima da meta. Quer dizer que, em cada 1000 alunos matriculados no subsistema de ensino geral, 800 transitaram de classe, 100 reprovaram e 100 abandonaram. Em números absolutos, foram 6 230 000 aprovações contra 780 000 reprovações e igual número de abandonos. No que resultou que o insucesso escolar (soma das taxas de reprovação e abandono¹³³) caiu 1,9%, passando de 21,9% em 2015 para 20% em 2016.

TAXA GERAL DE REPROVAÇÃO ESCOLAR, 2012-2016



FONTE: PND, 2012; MED, 2017.

TAXA GERAL DE ABANDONO ESCOLAR, 2012-2016



FONTE: PND, 2012; MED, 2016.

¹³³ As informações oficiais não distinguem abandono de evasão escolar, dois conceitos que, apesar de aproximados, não se confundem. O abandono ocorre quando o aluno deixa de frequentar as aulas durante o ano lectivo. Já a evasão acontece quando o aluno reprovado deixa de proceder à reconfirmação da matrícula no ano lectivo seguinte. Tudo indica, portanto, que a taxa de evasão em 2016 foi subsumida na taxa de reprovação referente ao ano lectivo 2015.

Segundo o MED, os progressos alcançados no rendimento escolar derivaram do prosseguimento de uma série de acções que visaram corrigir o fluxo, levadas a cabo no âmbito da gestão corrente do sistema, por um lado, e da aplicação das medidas de política educacional definidos no PND 2013-2017, por outro, das quais se destacam:

- Cursos de capacitação e superação dirigidos aos professores, com vista a atribuir ao corpo docente um perfil científico, técnico e pedagógico adequado.
- Fornecimento da merenda escolar, visando a promoção de dietas saudáveis e hábitos alimentares sustentáveis no seio dos alunos e o combate ao abandono escolar.
- Implementação da medida, concebida no âmbito da reforma educativa, referente à transição automática¹³⁴ nas classes ímpares.¹³⁵

No entanto, é de todo questionável o real alcance destas acções quer sobre o processo de ensino e aprendizagem quer sobre a frequência dos alunos às aulas e a sua permanência na escola ao longo dos últimos anos. Isto pelas seguintes razões objectivas.

Em primeiro lugar, os referidos cursos de capacitação e superação dirigidos aos professores não têm sido abrangentes, ou seja, não atingem com a mesma regularidade o corpo docente de todas as regiões do país. E ainda que assim não fosse, eles não serviriam para substituir a formação académica em magistério de que grande número de professores ainda necessita.¹³⁶ Por outro lado, o seu efeito sobre a melhoria da qualidade de ensino, particularmente no que respeita à interacção entre professor e aluno em sala de aula, seria cada vez menor, dado o facto de o rácio aluno/professor ter vindo a aumentar.

Em segundo lugar, a universalização da merenda escolar nas escolas públicas do ensino primário ainda representa um enorme desafio.¹³⁷ Em 2016, o Programa da Merenda Escolar

¹³⁴ Também designada por “passagem automática” em documentos oficiais e na imprensa. Optou-se por aquela outra por se tratar da expressão mais usual internacionalmente e mais conforme à natureza

¹³⁵ MED. *Relatório de Balanço do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017. Balanço 2016*, op. cit., p. 26. No ensino primário, a transição automática aplica-se às primeiras classes de cada um dos três ciclos, isto é, na transição da 1.ª para a 2.ª classe, da 3.ª para a 4.ª classe e da 5.ª para a 6.ª classe. No ensino secundário, ao que se sabe, ela passou a valer apenas para as primeiras classes dos dois ciclos (7.ª e 9.ª).

¹³⁶ Os dados disponíveis de seis províncias indicavam que, até 2010, 32% de professores na classe de iniciação, 27% no ensino primário, 10% no 1.º Ciclo do ensino secundário e 12% no 2.º Ciclo não tinham qualquer formação como professores. As províncias em pior situação eram Cunene e Namibe.

¹³⁷ O Programa da Merenda Escolar não ficou de fora do corte orçamental que atingiu diferentes programas sociais. Como assinala a Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), as verbas alocadas para a merenda escolar no OGE sofreram um corte de 18% entre 2014 e 2016. Neste ano, tais verbas representaram apenas 0,117% da atribuição do sector da educação. ADRA. *Educação no OGE*, Luanda, UNICEF/ANGA, 2015, p. 1-5.

beneficiou cerca de 1 089 072 alunos de 3177 escolas a nível nacional,¹³⁸ o que correspondeu a uma cobertura de apenas 18,3%. Em 2015, só em Luanda, com mais de 1 000 000 de alunos matriculados, menos de 7% foram beneficiados. Houve mesmo o caso, em escolas de alguns dos municípios da capital, como Viana e Cazenga, de alunos que manifestaram completo desconhecimento da existência do benefício.¹³⁹

Em terceiro e último lugar, a aprovação automática, de *per si*, não garante o sucesso na aprendizagem. Sem as práticas da avaliação contínua, do acompanhamento individual dos alunos pelo monodocente e das aulas de recuperação para aqueles alunos com baixo ritmo de aprendizagem, ela acarretaria enormes distorções na cadeia de ensino sob a falsa ideia de um fluxo escolar regular. As insuficiências trazidas das classes e níveis anteriores passariam a ser acumuladas nas classes e níveis subsequentes, o que, na realidade, já ocorre. Um exemplo foi constatado na província de Malanje, onde centenas de alunos concluíram o ensino primário no ano lectivo 2015 sem dominar os conteúdos mínimos de língua portuguesa e matemática, isto é, sem saber ler, escrever e realizar operações básicas de cálculo matemático.¹⁴⁰ É daí, aliás, que advém a polémica em torno da adopção e implementação da referida medida no contexto do sistema de ensino angolano.

Para o MED, a transição automática tem sido mal interpretada e aplicada em certas escolas,¹⁴¹ ao passo que, na versão dos professores, a referida medida implica desafios de ordem metodológica, pedagógica e de recursos humanos para os quais as escolas não estão preparadas.¹⁴² Neste sentido, resta saber em que medida a progressão da taxa de aprovação representou, de facto, um avanço no rendimento escolar e, no mais, na qualidade de ensino.

¹³⁸ MED. *Relatório de Balanço do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017. Balanço 2016*, op. cit., p. 4.

¹³⁹ Ver *O País*. “O lanche que não chega a todos”, 17/06/2015. Disponível em: <http://opais.co.ao/um-lanche-que-nao-chega-a-todos/>. Acesso: 15/03/2016.

¹⁴⁰ VOA. “Alunos em Malanje saem da escola sem saber ler e contar”, 31/05/2016. Disponível em: <http://www.voaportugues.com/a/angola-malanje-ensino-alunos-professores/3355799.html>. Acesso: 14/06/2016.

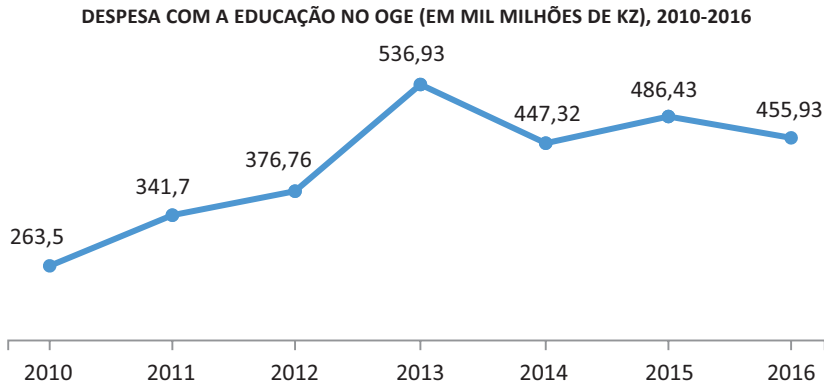
¹⁴¹ Numa outra entrevista, concedida ao semanário *Novo Jornal*, o Ministro da Educação pronuncia-se sobre o assunto nos seguintes termos: “A tendência geral das pessoas é pensar que na escola primaria não há reprovação. Mas a reforma educativa não é isso. [...] Os nossos colegas que estão na escola, não sei se é por uma questão de ignorância ou por uma questão de insuficiência de comunicação interpretam que não há reprovações.” *Novo Jornal*. “A reforma educativa não tem rosto – Pinda Simão, Ministro da Educação”, 02/09/2013. Disponível em: <http://novojournal.co.ao/artigo/13508/-a-reforma-educativa-nao-tem-rosto-pinda-simao-ministro-da-educacao>. Acesso: 04/02/2016

¹⁴² Ver Michingi, Kezita. *As Controvérsias da Reforma Educativa em Angola: Uma Análise Crítica das Percepções dos Professores do 1.º Ciclo do Ensino Primário*. Dissertação de mestrado apresentada no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Lisboa, 2013.

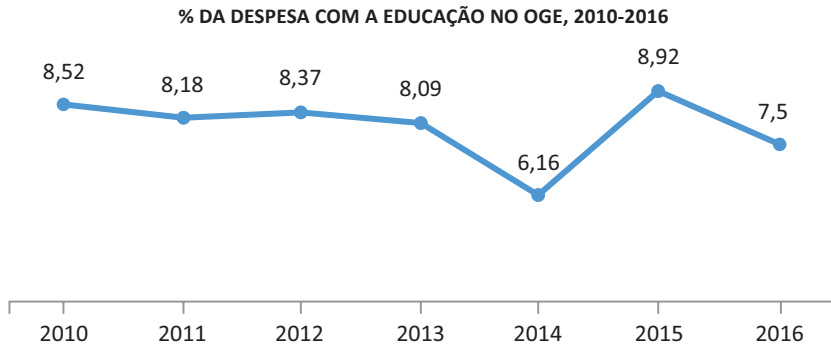
3.6 Despesa com a educação

3.6.1 Na perspectiva do OGE

Em 2016, a dotação orçamental para o sector da educação em foi de 455.93 mil milhões de Kz, valor em 6% inferior ao de 2015, conforme ilustrado no gráfico que se segue. Este valor representa 7,5% das despesas totais do Estado no referido ano, percentagem igualmente inferior à de 2015.



FONTE: CEIC com base no OGE, 2009-2016.



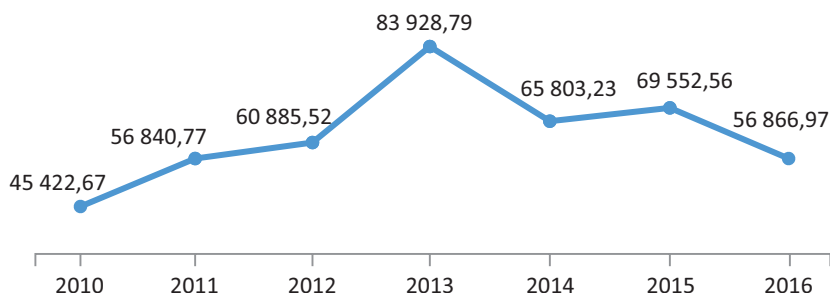
FONTE: CEIC com base no OGE, 2009-2016.

3.6.2 Despesa *per capita* (estimativa)

Os gráficos que se seguem apresentam a despesa *per capita* com a educação e, especificamente, com os diferentes níveis de ensino (primário, secundário e superior) referente ao período de 2010 a 2016. Para o seu cálculo, levou-se em consideração o total de alunos matriculados nos referidos níveis de ensino nos últimos seis anos.

Em 2016, a despesa *per capita* total sofreu uma redução de 18,23% comparativamente a 2015. Passou de 69.552,56 de kwanzas por aluno em 2015 para 56.866,97 de Kz por aluno em 2016, contrariando, mais uma vez, uma tendência de crescimento que se operou até 2013.

DESPESA PER CAPITA TOTAL COM A EDUCAÇÃO (EM KZ), 2010-2016



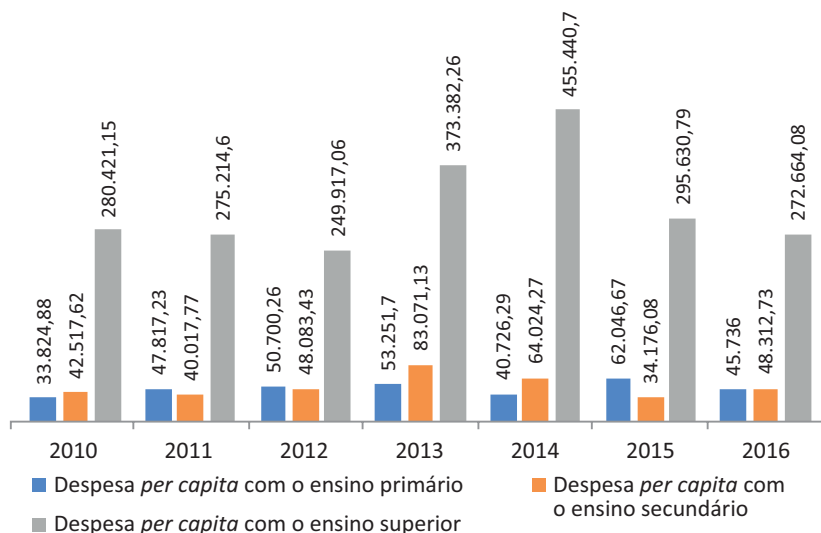
FONTE: CEIC com base no OGE, 2009-2016.

O ensino primário e o secundário continuam a apresentar os menores níveis de despesa *per capita* em relação ao ensino superior. Isso deve-se ao facto de aqueles níveis de ensino acolherem o maior número de estudantes matriculados, tendo sido, em 2016, de 5 937 800 e 1 838 400 de alunos, respectivamente. O ensino superior contou com um total de 241 284 estudantes matriculados.

Em 2015 a despesa *per capita* no ensino primário foi de 62.046,67 kwanzas por aluno e em 2016 esse valor diminuiu para 45.736 de Kz por aluno, correspondendo a uma diminuição de 26% em relação a 2015. A diminuição verificada deveu-se a redução, em 2016, das verbas alocadas para o ensino primário.

A despesa *per capita* no ensino secundário passou de 34.176,08 de Kz por aluno em 2015 para 48.312,73 de Kz por aluno em 2016, o que representa um aumento de 41%. Este aumento deveu-se ao incremento da dotação orçamental destinada ao ensino secundário em 2016.

DESPESA PER CAPITA COM OS DIFERENTES NÍVEIS DE ENSINO (EM KZ), 2010-2016



FONTE: CEIC com base no OGE, 2009-2016.

Em 2016, a despesa *per capita* no ensino superior foi de 272.664,08 de Kz por estudante, valor inferior ao de 2015 situado na ordem dos 295.630,79 de Kz por estudante. As verbas alocadas ao ensino superior aumentaram em apenas 1.8%, como já foi referido anteriormente, enquanto o número de estudantes matriculados aumentou em 10,5%. Este último passou de 218 433 estudantes em 2015 para 241 284 estudantes em 2016.

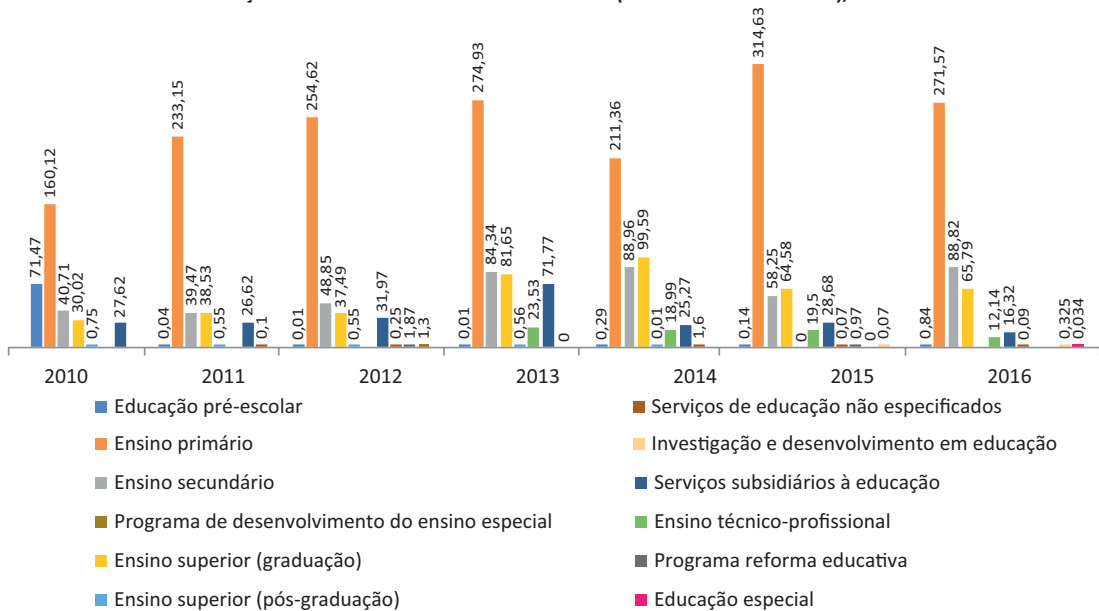
3.6.3 Distribuição da despesa por níveis de ensino

O ensino primário continua a ser o nível de ensino que mais verbas tem vindo a receber dentre os diferentes níveis de ensino. Em 2016, a dotação orçamental para o ensino primário foi de 271,57 mil milhões de kwanzas. Relativamente a 2015, o montante destinado ao ensino primário sofreu uma redução na ordem dos 43,05 mil milhões de Kz ou 13%.

Em 2016, verificou-se um aumento das verbas alocadas aos ensinos pré-escolar, secundário e superior. O montante destinado ao ensino pré-escolar foi de cerca de 843,18 milhões de Kz, valor cerca de 5 vezes superior ao de 2015 (139,49 milhões de Kz).

As verbas alocadas ao ensino secundário registaram um aumento de 52,5% relativamente a 2015. Passaram de 58,23 mil milhões de Kz em 2015 para 88,81 mil milhões de kwanzas em 2016. A dotação orçamental para o ensino superior foi também superior à de 2015, mas nesse caso em apenas 1,8%. Passou de cerca de 64,57 mil milhões de Kz em 2015 para cerca de 65,78 mil milhões de Kz em 2016.

DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA POR NÍVEIS DE ENSINO (EM MIL MILHÕES DE KZ), 2010-2016



FONTE: CEIC com base no OGE, 2009-2016.

O montante alocado ao ensino técnico-profissional em 2016 foi de 12,14 mil milhões de Kz, correspondendo a uma redução de 37,7% em relação a 2015.

4. ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO

4.1 Introdução

Água e saneamento básico são componentes absolutamente determinantes para a salvaguarda do bem-estar social e económico de qualquer sociedade. Sem água, a vida humana é impossível na Terra. O seu valor é incomensurável em vários domínios, entre eles o doméstico, industrial, enérgico e agrícola, visando vários fins, desde a produção e confecção de alimentos, higiene pessoal e do meio, produção de bens industriais e geração de energia eléctrica, para citar apenas estes exemplos. A escassez de água é um potencial gerador de muitos males sociais, entre eles a fome, guerras e migrações irregulares e descontroladas.

O actual quadro de acesso à água potável no mundo mantém-se preocupante, visto que um número considerável da população mundial não tem ainda acesso à água potável, sendo 319 milhões da África Subsaariana, ou seja, 32% da população da região, 554 milhões de asiáticos, que correspondem a 12,5% da população da região, e 50 milhões de sul-americanos, que perfazem 8% da população daquela região.¹⁴³ De entre estas regiões, a Papua Nova Guiné tem a taxa mais baixa, sendo apenas 40% da sua população que tem acesso à água potável, seguida de mais países: Guiné Equatorial com 48%, Angola com 49%, Chade e Moçambique com 51%, a República Democrática do Congo e Madagáscar com 52% e Afeganistão com 55%.¹⁴⁴

É dever dos governos do mundo assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável de água e saneamento para todos os seus cidadãos e cidadãs, visando alcançar o sexto dos 17 Objectivos Sustentáveis de Desenvolvimento (OSD) até 2030. Desde 2010, a Organização das Nações Unidas (ONU) reconheceu o direito à água e saneamento como direito humano e universal dos povos. Muitos governos do mundo afirmam que a sua legislação interna consagra as duas componentes como um direito humano universal e possuem políticas voltadas para a sua consecução, mas no campo factual ainda se verifica um considerável número de população mundial privado do mesmo direito com sérias consequências no domínio da saúde.

¹⁴³ Cerqueira, Marta, “12% da população mundial não tem acesso a água potável, 2017”. Disponível em: <https://sol.sapo.pt/artigo/554268/12-da-populacao-mundial-nao-tem-acesso-a-agua-potavel>. Acesso: 06/06/2017.

¹⁴⁴ UNICEF, 2016, pp. 126-128.

Angola possui 47 bacias hidrográficas principais e 30 sub-bacias. É uma prova das suas potencialidades em recursos hídricos, sendo, por isso mesmo, o segundo maior País na África Austral, superado apenas pela República Democrática do Congo (RDC).

Segue-se, porém, que 56% dos agregados familiares do país não têm acesso à água potável. Em compensação, Angola regista uma relativa melhoria posicional no *ranking* no tocante ao acesso às instalações melhoradas de saneamento, pois 60% dos seus agregados familiares gozam deste direito, contra 40% que ainda defecam ao ar livre, no capim e/ou no mato. Todavia, a componente de saneamento do meio é ainda deveras preocupante, pois apenas 37,6% dos agregados familiares depositam os resíduos sólidos em lugares apropriados nas zonas urbanas, onde vive 73% da população do país, o que explica em parte a presença dos focos de lixo expostos nas vias públicas, um pouco por todo o País, sendo Luanda o exemplo mais acabado.

O presente capítulo analisa esta problemática de água e saneamento básico no país, numa perspectiva macro, focando-nos em 6 pontos: acesso à água potável, “Programa Água para Todos” (PAT), fontes de abastecimento de água, saneamento básico, implicações sociais de água e saneamento e água e saneamento no OGE, com base na informação recolhida fundamentalmente de fontes oficiais.

4.2 Quadro global de acesso à água

4.2.1 Agregados familiares com acesso à água potável

Como ficou mencionado mais acima, Angola possui vastas e ricas potencialidades hidrográficas, ocupando a segunda posição na região austral, seguido da República Democrática do Congo. Estes recursos hídricos são originários dos topos planálticos das províncias do Centro-Sul (Huambo e Bié) e do Leste (Moxico), escoando uma parte deles para o oceano Atlântico por intermédio dos rios Congo, Cuanza e Cunene, enquanto a outra parte para o oceano Índico, através dos rios Zambeze e Okavango. Destes destaca-se o rio Cuanza, o maior rio no interior do território angolano a partir do qual a cidade capital (Luanda) beneficia do abastecimento de água. Este rio de vasto caudal faz um percurso de 960 km, desde Mumbué (Chitembo/Bié) até desaguar no Oceano Atlântico.¹⁴⁵

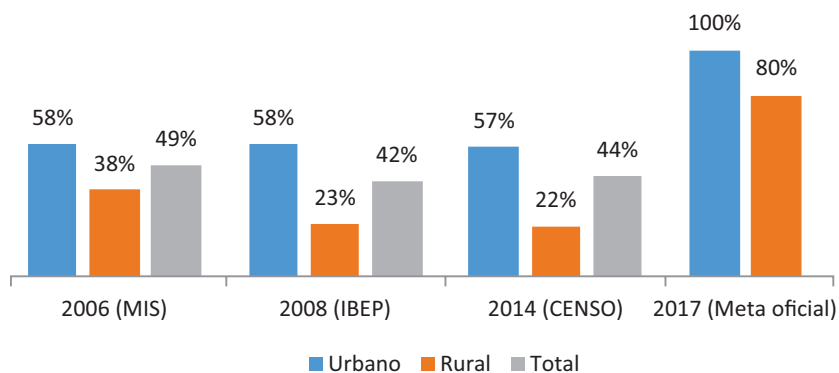
Apesar das potencialidades de Angola em recursos hídricos, no plano prático o Executivo Angolano ainda não conseguiu convertê-las em direitos concretos da maioria da sua população no acesso à água em quantidade e qualidade desejáveis, conforme constatou o Conselho Mundial de Água: “mais de 10% da população não tem acesso à água potável, parte que atinge

¹⁴⁵ Ribeiro, C. de J. A. *et al.*, *O Subsector de Água Potável de Luanda – Uma Perspectiva de Regulação*. Universidade Católica de Angola, Mestrado em Economia e Gestão de Energia, 2016 (inédito, documento não publicado), p. 6.

cerca de metade das pessoas em Angola, Moçambique ou na Guiné Equatorial, problema relacionado com 3,5 milhões de mortes”.¹⁴⁶

Os dados do Censo de 2014 confirmam o quadro deficitário ainda existente no país sobre o acesso à água potável pela população angolana, conforme o gráfico seguinte indica.

% DE AGREGADOS FAMILIARES COM ACESSO À ÁGUA POTÁVEL, 2006-2014



FONTE: ICF Internacional, 2006; INE, 2008-2014 *apud* ADRA e UNICEF, 2016.

De acordo com o gráfico acima, apenas 44% dos agregados familiares de Angola têm acesso à água potável, uma taxa bastante baixa e que converge ligeiramente com o Relatório de UNICEF, no qual Angola aparece com a terceira taxa de cobertura mais baixa do mundo (49%), formando um trio com a Papua Nova Guiné (40%) e a Guiné Equatorial (48%), os únicos países que até 2016 tinham menos de metade da sua população com acesso a fontes melhoradas de água.¹⁴⁷

Observa-se, no mesmo gráfico, uma tendência global regressiva dos agregados familiares no acesso à água potável, sendo mais gritante nas zonas rurais em que a cifra decresceu de 38% em 2006 para 22% em 2014.

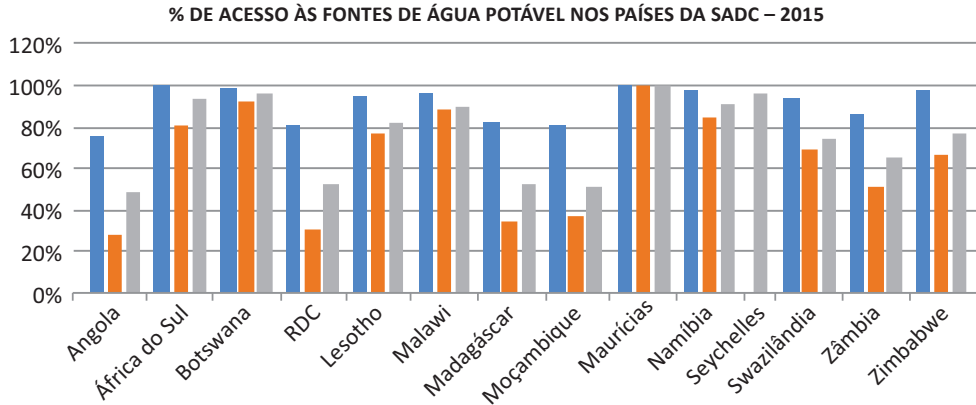
Em sentido contrário, os dados de Inquérito de Indicadores Múltiplos de Saúde (IIMS) 2015-2016, apresentam um quadro relativamente mais satisfatório, pois a cifra do total dos agregados com acesso à água potável subiu para 53%, sendo 67% para as populações urbanas e 32% para as rurais. Quer isto dizer que, de 2014 a 2016, mais 9% dos agregados familiares ganharam acesso a fontes melhoradas de água, 10% destes nas zonas urbanas e rurais, respectivamente. Este resultado é bastante questionável considerando o contexto de crise económica que o país tem estado a viver e em função do qual os programas relacionados com a água terem sofrido reiterada e sistematicamente cortes orçamentais no mesmo intervalo temporal, em oposição ao crescimento demográfico da população, que passou de 25 789 024 em 2014 para 27 503 526 em 2016.¹⁴⁸

¹⁴⁶ Lusa, *Boletim Angola*, Março de 2017.

¹⁴⁷ UNICEF, 2016, pp. 126-128, dados que se reportam a 2015, um ano depois do Censo 2014.

¹⁴⁸ IMS, 2015-2016, p. 12, INE, 2016, p. 31 e INE, 2017, p. 1. Por esta razão, até prova em contrário, neste capítulo tomámos os dados do Censo como sendo os mais fiáveis para as análises que nos propusemos fazer.

Na região da SADC apenas Moçambique, República Democrática do Congo e Madagáscar¹⁴⁹ se aproximam ligeiramente da situação de Angola, conforme o gráfico infra ilustra.



FONTE: UNICEF, 2016.

Como ilustra o gráfico supra, na região da SADC apenas a população das Ilhas Maurícias tem acesso à água potável a 100% quer no meio urbano quer no rural. Quanto à África do Sul, só a sua população urbana goza igualmente deste direito a 100%, uma vez que a população do meio rural conta ainda com um défice de 19% embora a sua cifra seja a quarta mais alta da região.

No quadro global, com excepção apenas das Ilhas Maurícias, verifica-se que a situação é mais precária nas zonas rurais em comparação com as urbanas. No caso particular de Angola, como mencionado no primeiro gráfico, apenas 22% dos agregados familiares têm acesso à água potável contra 57% dos agregados das zonas urbanas. Os dados do segundo gráfico agravam ainda mais a diferença entre as duas zonas, pois enquanto nas zonas urbanas 75% da população tem acesso à água potável, nas zonas rurais apenas 28% goza deste direito. O quadro é igualmente assimétrico entre as 18 províncias do país. Cabinda apresenta a maior cifra (73%), seguida de Benguela (58,6%) e Cuanza Norte (56,9%), contrariamente à província do Cunene, que apresenta a cifra mais baixa (23,3%), seguida pelas duas Lundas (Norte 26,7% e Sul 28%).¹⁵⁰

O Executivo angolano propôs-se reverter o quadro até 2017, tendo estabelecido a meta de 80% para os agregados familiares das zonas rurais e a de 100% para os das zonas urbanas; porém, as possibilidades para alcançá-las são pouco prováveis, tendo em conta a tendência global regressiva que o primeiro gráfico apresenta, associada com a crise económica que tem assolado o país desde 2015 e em resultado disso os cortes orçamentais aos programas estruturantes deste subsector.¹⁵¹

¹⁴⁹ Actualmente suspenso da SADC.

¹⁵⁰ INE, 2016, p. 70.

¹⁵¹ ADRA & UNICEF. *Água e Saneamento no OGE*, Luanda: ADRA/UNICEF, 2016, p. 3. Cf. MPLA. *Angola a crescer mais e a distribuir melhor*. Programa do Governo do MPLA para 2012-2017, Luanda, 2012, p. 64.

4.3 Programa Água para Todos (PAT)

4.3.1 Caracterização geral do PAT

Em função da desigual cobertura no fornecimento de água potável no meio rural em comparação com o urbano, foi gizado o Programa Água para Todos (PAT) que arrancou em 2007, cuja meta era de atingir uma taxa de cobertura global na ordem dos 80% nas zonas rurais até ao ano de 2012.

No âmbito do PAT, a população rural é entendida como aquela que é mais desfavorecida, residente nas zonas do sector primário da economia e com necessidades diferenciadas de uso de água.¹⁵²

O programa foi dividido em três fases. A primeira fase, ocorrida em 2007, correspondeu ao projecto-piloto, que procurou “*avaliar as reais condições de execução do programa*”.¹⁵³ Durante esta fase, constatou-se que apenas 22% da população rural tinha acesso à água potável.¹⁵⁴

A segunda fase, 2008/2009, estava virada para o desenvolvimento do programa, nomeadamente nos “*municípios mais populosos e abrangidos pela descentralização e desconcentração administrativa*”¹⁵⁵ em que se almejava atingir uma cobertura na ordem dos 40%. Previu-se concluir o programa no triénio 2010 a 2012, sendo a meta atingir um grau de cobertura na ordem dos 80%,¹⁵⁶ Tal não tendo acontecido, pelos fracos resultados alcançados até ao ano 2012, o programa foi estendido ao quinquénio 2013 a 2017, mas mantendo as suas metas iniciais inalteráveis.

Segundo os dados do Informe da Comissão Técnica de Coordenação do PAT, referentes ao balanço de 2015, no ano do arranque da primeira fase do programa, haviam integrado 2 070 174 habitantes, que tiveram acesso à água potável, num universo estimado de 8 815 974. Os dados foram actualizados em 2015, em função dos resultados da aplicação de uma taxa de crescimento anual da população, na ordem dos 2,7% dos dados admitidos. Todavia, para a nossa surpresa, constatamos que a mesma Comissão traz dados desajustados no seu informe de 2016, em que estimou que antes do início do PAT em 2007, haviam integrado 1 672 797 habitantes, num universo estimado de 7 123 719.

¹⁵² Comissão técnica de coordenação do Programa Água para Todos, informação relativa ao abastecimento de água nos meios rurais de 2015.

¹⁵³ Pestana, N., 2011.

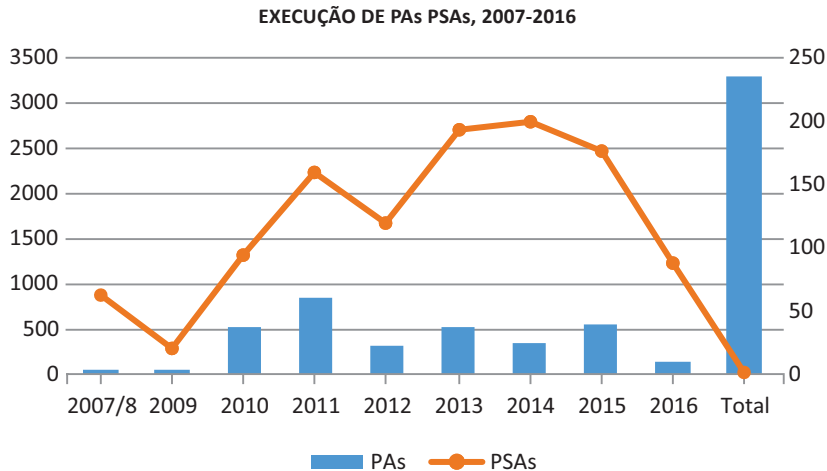
¹⁵⁴ *Plano de Acção do PAT*, Fevereiro de 2010.

¹⁵⁵ Pestana, N., p. 41.

¹⁵⁶ *Ibid.*

4.3.2 Execução anual dos PAs e PSAs, 2007 a 2016

No âmbito do PAT têm sido montados pontos de água (PAs) e pequenos sistemas de água (PSAs) em todo país para dar resposta ao défice de abastecimento de água no meio rural. O gráfico abaixo fornece-nos a visão panorâmica quantitativa da execução anual dos PAs e PSAs montados de 2007 a 2016.



FORNE: SEA-MINEA, 2016.

Os PAs são algumas das soluções encontradas em todo país, visando garantir o abastecimento de água, onde a captação, distribuição, tratamento e armazenamento, em determinados casos, se concentram num mesmo ponto, como são os casos dos furos com electrobomba – que serve para alimentar apenas um chafariz em determinados casos, podendo ser capaz de alimentar uma lavandaria comunitária ou um bebedouro de gado.

Por sua vez, os PSAs têm estado a servir de solução para o abastecimento correspondente a um sistema contendo captação, tratamento, armazenamento e distribuição a mais do que um chafariz, podendo incluir igualmente lavandarias, balneários e ligações domiciliárias nas instalações públicas. O gráfico acima exposto permite-nos verificar que a execução dos pequenos sistemas de abastecimento de água (PSAs) que teve o ponto mais alto em 2014, em que o Programa montou 199 pequenos sistemas, registou um retrocesso nos anos seguintes, tendo culminando com a montagem de apenas 88 PSAs em 2016.

Em relação aos PAs, verificamos que o ponto mais alto foi em 2011, ano em que se atingiu a execução de 855 pontos, contrariamente ao ano de 2016, em que se atingiu a terceira cifra mais baixa.

A divergência de dados dificulta o entendimento objectivo e exaustivo sobre a variação anual dos PAs e PSAs, pois sobre o mesmo facto existem 4 quadros de dados contraditórios

entre si. Além dos dados do gráfico atrás referenciados, o Ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, quando discursava na 11.ª reunião de balanço do PAT, fez menção de 1003 PSAs e 3140 PAs que teriam sido construídos até finais de 2015, fruto da execução de 4143 projectos inseridos no PAT.¹⁵⁷

Ao contrário deste e dos dados do gráfico anterior, o *Relatório* do MINFAMU que faz o balanço quinquenal do Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza (PMIDRCP), refere que de 2010 a 2015, foram construídos 2774 PAs e 885 PSAs.¹⁵⁸ Finalmente na auto-avaliação que o Executivo faz no *Relatório de Balanço 2013-2016*¹⁵⁹ apresenta um quadro bastante positivo pois refere que em termos de PAs foram construídos 4667 em 2013, 5216 em 2014, 6272 em 2015 e 6417 em 2016, respectivamente, tendo alcançado um grau de execução na ordem de 87,46%. Quanto aos PSAs, o mesmo documento refere que foram construídos 585 em 2013, 764 em 2014, 979 em 2015 e 1066 em 2016, respectivamente, cujo grau de execução atingiu 124,97%.

Ademais, os programas municipais de combate à pobreza, executaram também no período de 2010 a 2015 projectos no domínio de água que reforçam o PAT. Estes, resultaram na construção de 2230 chafarizes, 111 fontenários, 793 PAs, 1164 PSAs, 145 lavandarias, melhoramento de 1082 cacimbas e abertura de 450 furos¹⁶⁰. A tabela seguinte fornece mais pormenores sobre estes aspectos.

¹⁵⁷ Gomes, 2016.

¹⁵⁸ Ministério da Família e Promoção da Mulher, 2015, p. 9.

¹⁵⁹ Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial, 2017, p. 137.

¹⁶⁰ O *Relatório de Balanço 2013-2016* (Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial, p. 137) apresenta cifras bastante altas de chafarizes/fontenários construídos e furos de água abertos. Quanto aos chafarizes e fontenários, de acordo com o referido documento, foram construídos 5225 em 2013, 5927 em 2014, 6901 em 2015 e 7252 em 2016, respectivamente, resultando num grau de execução de 84,13%. No mesmo intervalo temporal, o Executivo teve um desempenho de 97,9% com a abertura de furos de água, distribuídos anualmente da seguinte forma: 5807 em 2013, 5683 em 2014, 6272 em 2015 e 6440 em 2016, respectivamente.

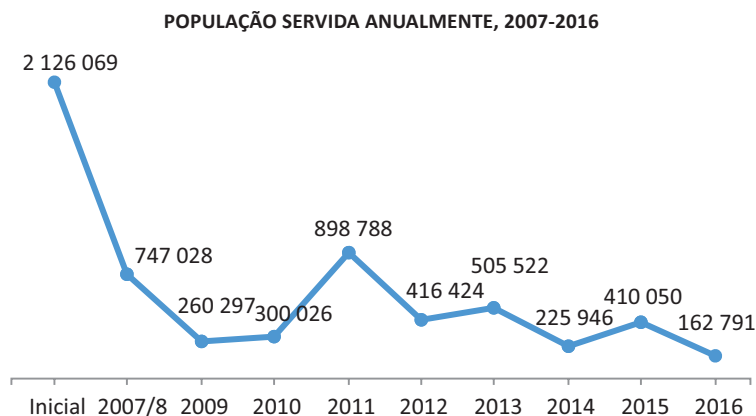
NÚMERO DE ACÇÕES CONCLUÍDAS NO ÂMBITO DOS PMIDRCP COMO REFORÇO DO PAT, 2016

Províncias	Chafarizes	Furos	Fontenários	PA	PSA	Cacimbas melhoradas/ /tratadas	Lavandaria
Bengo	64	20	5	12	19	0	0
Benguela	45	71	10	203	46	37	2
Bié	106	69	17	58	106	0	1
Cabinda	103	5	6	3	70	303	0
Quando Cubango	11	0	0	29	24	0	4
Cuanza Norte	485	0	5	0	79	0	0
Cuanza Sul	111	35	0	9	25	0	0
Cunene	33	1	0	46	30	0	4
Huambo	55	0	0	21	45	0	0
Huíla	102	4	28	54	54	50	39
Luanda	200	105	0	31	150	90	46
Lunda Norte	101	51	5	28	217	1	0
Lunda Sul	118	14	0	16	86	17	0
Malanje	151	12	0	81	81	219	25
Moxico	34	54	5	33	56	190	0
Namibe	30	0	0	67	57	0	5
Uíge	434	0	16	43	6	168	18
Zaire	47	9	14	59	13	7	1
Total	2230	450	111	793	1164	1082	145

FORNTE: MINFAMU, 2015.

4.3.3 Cobertura anual do PAT

O gráfico abaixo traça-nos o quadro quantitativo da população beneficiária do PAT anualmente, de 2007 a 2016.

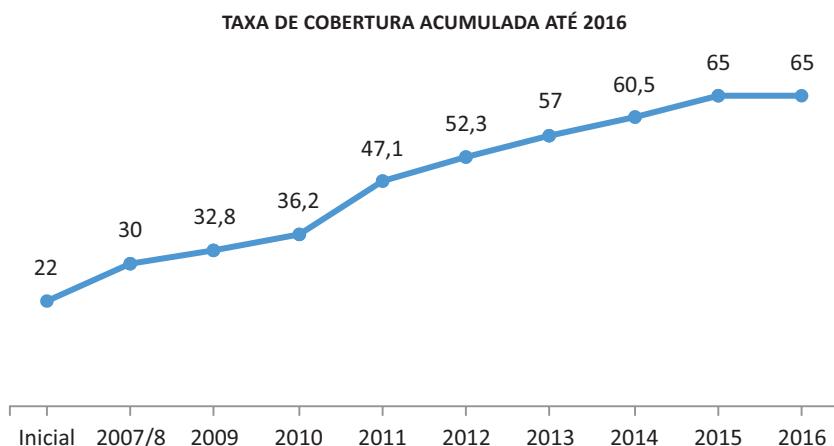


FORNTE: SEA-MINEA, 2016.

No gráfico anterior, verifica-se que houve algumas alterações em termos de serventia anual do PAT sendo que em 2016 atingiu-se a menor cifra, compreendendo 162 791 beneficiários, em oposição ao ano 2011, altura em que foram servidos 898 788 populares. O sucesso de 2011 deveu-se, por um lado, ao facto de ser um período em que as receitas orçamentais de Angola eram muito elevadas, o que permitia fazer avultados investimentos no domínio de água e não só. A outra razão possível terá a ver com o facto de ser um ano pré-eleitoral em que foram feitos esforços gigantescos para alcançar a cifra desenhada para o PAT até 2012, visando eventualmente reverter os seus resultados em dividendos político-eleitorais.

4.3.4 Cobertura acumulada do PAT

O gráfico a seguir permite-nos saber como variou, anualmente, a taxa de cobertura do PAT desde a sua fase inicial.



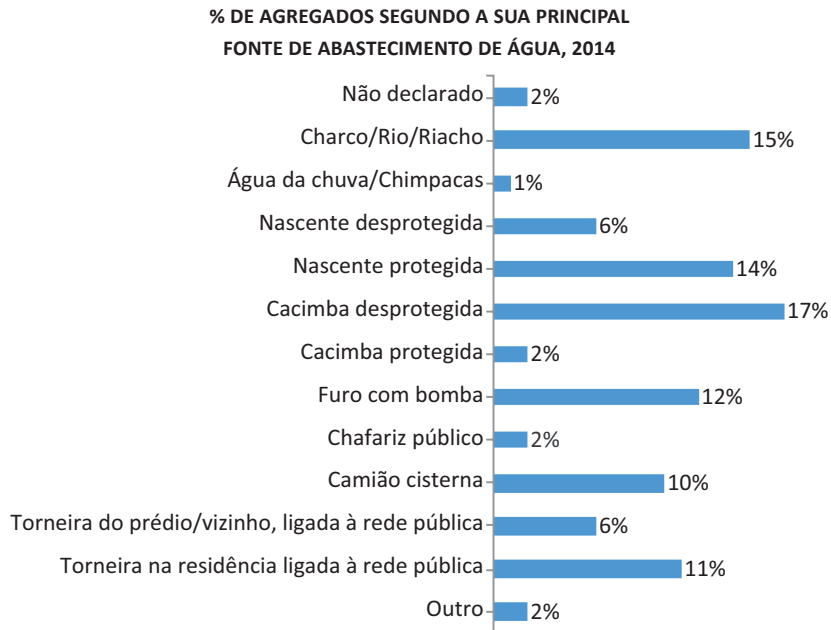
FONTE: SEA-MINEA, 2016.

No gráfico supra, há uma evolução positiva na taxa de cobertura acumulada do PAT, desde 32,8% em 2009 até 66,9%, referentes ao ano de 2016. Todavia, constata-se que se está ainda aquém dos 80% de taxa de cobertura global, meta idealizada para ser atingida inicialmente em 2012 e em 2017, depois da extensão do Programa. Para além destes incumprimentos, muitas das infra-estruturas construídas para a implementação do PAT hoje estão completamente inoperantes, pelo que no quadro factual muito dificilmente se atingirá a meta definida.

Convém referenciar que os dados do mesmo gráfico, quando confrontados com os do Censo de 2014, obrigam-nos a levantar uma série de interrogações, pois, de acordo com os dados do Censo, até 2014 apenas 22% dos agregados familiares do meio rural tinham acesso à água potável, ao contrário dos 60,5% que o gráfico apresenta. Esta diferença, que é substancial, leva-nos a questionar toda a cadeia das cifras que o gráfico expõe e a deduzir até que o PAT é um fracasso apesar de toda grandiloquência que tem sido construída à sua volta.

4.4 Fonte de abastecimento de água para beber

De acordo com o Censo de 2014, os agregados familiares que adquirem água da rede pública, chafariz público, furo com bomba, cacimba ou nascente protegida, consomem água de fontes apropriadas. O gráfico abaixo apresenta a sua desagregação por fonte de abastecimento de água.



FONTE: INE, 2016.

Segundo o gráfico acima, apenas 11% dos agregados familiares dispõem de água canalizada no domicílio, enquanto 6% dependem da torneira do prédio ou do vizinho, ligada à rede pública e 2% dos agregados adquirem água do chafariz público. Em sentido divergente do gráfico, os dados do IIMS¹⁶¹ indicam que 22% dos agregados familiares nas zonas urbanas têm acesso a água canalizada, dentro da casa ou do quintal.

Uma percentagem significativa dos agregados familiares do país ainda consome água proveniente de fontes inapropriadas com destaque para os camiões cisternas (10%)¹⁶², cacimbas desprotegidas (17%) e charcos, rios ou riachos (15%), ao contrário de uma percentagem abaixo de 50% que consome água vinda de fontes apropriadas, entre estas 12,3% dos furos com bomba e 14,4% de nascentes protegidas.

¹⁶¹ INE, 2015-2016, p. 2

¹⁶² Os dados do IIMS (INE, 2015-2016, p. 12) para além de elevarem esta cifra para 21%, incluem nela outras subfontes que o Censo não captou, muito embora a realidade sociológica das cidades confirme, principalmente nas zonas periféricas. Tratam-se de carroças com tanques pequenos e motos de 3 rodas.

Os dados do IIMS¹⁶³ apresentam um quadro diferente, pois indicam que 67% da população urbana tem acesso a fontes apropriadas de água, contra 32% da população rural, estando apenas uma minoria da população urbana (31%) à margem deste direito, face a uma significativa maioria (67%) da população rural, mas paradoxalmente existe maior disponibilidade de água nas zonas rurais. Ademais, 43% da população rural que não possui fontes de água para beber, dentro de casa ou do quintal, demora 30 minutos ou mais para obter água, contra apenas 19% da população urbana que passa pelo mesmo calvário social.

O IIMS¹⁶⁴ inclui igualmente a água da chuva e das chimpacas na categoria de fontes de água apropriada para se beber, uma categorização da qual discordamos, tendo em conta a elevada susceptibilidade de contaminação da água das chimpacas pela sua exposição ao ar livre e a água das chuvas pela sua frequente mistura com as partículas da poeira que encontram nos tectos, para além do eventual estado higiénico deficitário dos recipientes através dos quais a mesma é recolhida e conservada.

É questionável considerar de forma taxativa a rede pública e o chafariz público como sendo fontes apropriadas de água, pois a água que transportam não chega ao consumidor com a mesma qualidade que adquire nas Estações de Tratamento (ETA) e Centros de Distribuição (CD) devido à sua antiguidade, ligações clandestinas, roturas e por isso vulnerável à infiltração de águas contaminadas,¹⁶⁵ como se poderá constatar no depoimento seguinte:

*“A água que está a sair nas torneiras de casa tem características contrárias a que os livros de ciência da natureza ensinam. Portanto, é amarelada, com cheiro esquisito e por conta disso, muitos munícipes estão a negar-se a usá-la para o consumo”.*¹⁶⁶

Por isso, é necessário que os agregados familiares do país tenham a cultura de tratar a água antes do seu consumo; porém, os dados do IIMS¹⁶⁷ indicam ainda um fosso considerável entre a necessidade e a realidade factual, pois 67% dos agregados familiares ao nível nacional não tratam a água; destes, 52% residem nas zonas urbanas e 90% nas zonas rurais.

Por outro lado, o país apresenta um défice de instalações de água para satisfazer a demanda da população, conforme a tabela seguinte demonstra.

¹⁶³ Id., p. 2.

¹⁶⁴ Id., p. 12.

¹⁶⁵ Ribeiro, *et al.*, 2016,

¹⁶⁶ *Jornal Grande Notícia*, 2016.

¹⁶⁷ INE, 2015-2016, p. 12.

SITUAÇÃO DOS SISTEMAS DE ÁGUA POR PROVÍNCIA, 2015-2016						
Província	Indicadores					
	Instalações de abastecimento de água	Sistemas de tratamento de água	Sistemas de tratamento de água montados	Estado de funcionamento das instalações de abastecimento de água		
				Operacional	Inoperacional	Em reabilitação constante
Bengo	6	6	1	5	1	0
Benguela	9	9		7	2	1
Bié	9	4		4	5	1
Cabinda	4	4		3	1	1
Cuando Cubango	6	4	2	4	2	1
Cuanza Norte	10	10		6	4	3
Cuanza Sul	12	12		11	1	1
Cunene	6	6		5	1	1
Huambo	11	11		5	6	6
Huíla	14	14		13	1	1
Luanda	14	14		14	0	4
Lunda Norte	11	11		7	4	2
Lunda Sul	4	4		1	3	0
Malanje	14	11		11	3	2
Moxico	9	6		5	4	1
Namibe	5	5		4	1	1
Uíge	16	14		9	7	3
Zaire	6	5		5	1	1
Total	166	150	3	119	47	30

FONTE: DNA, 2016.

De acordo com a tabela acima, das 166 instalações de água que o país tem desde 2016, 150 têm sistemas de tratamento enquanto 16 delas estão desprovidas destes equipamentos, 119 são operacionais contra 47 em estado de inoperacionalidade. No biénio 2015-2016, o país montou apenas 3 sistemas de água, 1 no Bengo e 2 no Cuando Cubango enquanto 30 instalações estão em estado de reabilitação e/ou construção.

Claramente, a tabela apresenta um quadro deficitário da resposta das autoridades às necessidades de água potável da população em 2016, por duas razões: 1) a existência de uma cifra elevada (56%) de agregados familiares do país que ainda não tem acesso à água potável e 2)

o facto de que a água fornecida através da rede pública corresponde a apenas 19% das fontes apropriadas de água. O quadro de Luanda é paradigmático, onde se constata um défice de distribuição de água potável na ordem de 60%, apesar de possuir 14 instalações e com mais de 4 outras em reabilitação.¹⁶⁸

4.5 Custo de água

Entrou em vigor no país uma nova tarifa de água e luz eléctrica a partir do dia 1 de Janeiro de 2016. A tarifa foi dividida em 3 escalões: o primeiro de 0 a 10 m³ o segundo de 10 a 30 m³ e o terceiro com mais de 30 m³. Os utentes do 1.º escalão passaram a pagar 59,00 Kz por cada 1000 litros de água, os do segundo no valor de 94,00 Kz e os do terceiro, correspondentes aos serviços de comércio e indústria, a preço de 95,00 Kz por cada 1000 litros.¹⁶⁹

O reajuste foi extensivo à tarifa da água dos fontenários e das “girafas”, conforme a tabela abaixo demonstra. O quadro tarifário não é uniforme em todas as províncias do País, devido às diferenças nos custos de produção.

TARIFA DE ÁGUA, 2016					
Ord.	Categoria tarifária		Tarifário variável	Tarifa fixa mensa	Regras de aplicação
1	Domésticos	Tarifa básica	59,00kz/m ³	0,00kz	0 a 10 m ³
2	Domésticos	Tarifa de transição	94,00kz/ m ³	0,00kz	10 a 15 m ³
3	Domésticos	Tarifa geral	137,00kz/ m ³	332,00kz	> 15 m ³
4	Comércio e Serviços		137,00kz/ m ³	3.900,00kz	Todo o Consumo
5	Indústria		124,00kz/ m ³	11.700,00kz	Todo o Consumo
6	Chafarizes		42,00kz/ m ³	0,00kz	Todo o Consumo
7	Girafa		137,00kz/ m ³	0,00kz	Todo o Consumo

FONTE: Ribeiro *et al.*, 2016

Nota-se na tabela acima que a tarifa se reparte em duas partes: uma variável cuja aplicação se limita a cada metro cúbico de água consumida, porquanto a outra que é fixa se aplica ao consumo de água que exceda os 15 m³. Constata-se igualmente a segmentação dos clientes corporativos em comércio e serviços e indústria, os quais ficam sujeitos a tarifas diferenciadas para todo o consumo, sendo uma variável e outra fixa. Contrariamente aos clientes corporativos, os segmentos chafarizes e girafa, estão sujeitos à tarifa variável apenas, denotando uma clara intenção de não encarecer a água potável para os cidadãos comuns que muitos dependem destas duas fontes.

¹⁶⁸ Id., *Ibid.*, p. 14

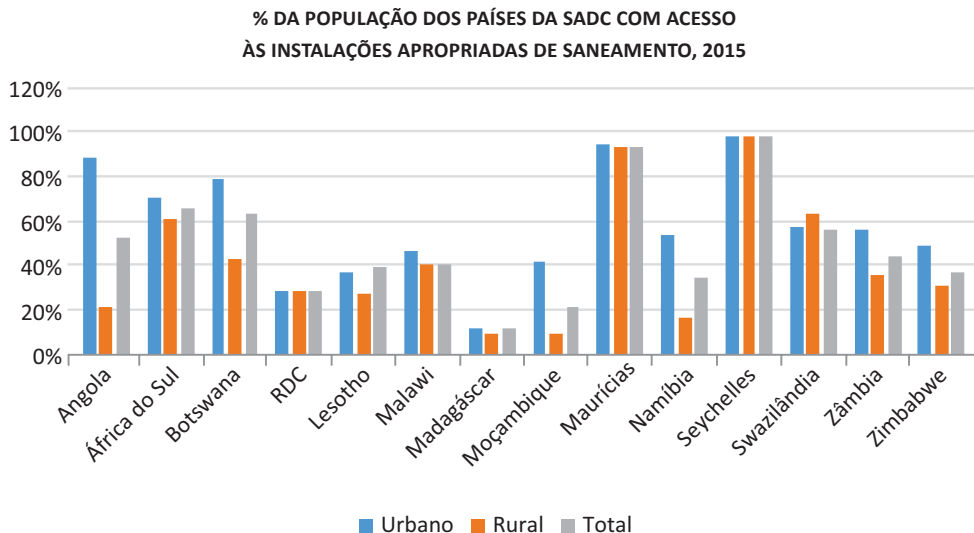
¹⁶⁹ Lourenço, 2016. Os dados de Lourenço divergem ligeiramente com os apresentados na tabela acima nas categorias de comércio e serviços e indústria.

De acordo com Manuel,¹⁷⁰ o cenário que a tabela anterior descreve é de uma subida considerável dos preços de água, na ordem de 281,8% para o sector industrial e de 51,3% para o consumidor de Luanda que esteja inserido na categoria do primeiro escalão, embora os responsáveis do sector aleguem que os preços médios praticados no nosso país continuam abaixo da média da região, mesmo depois dos aumentos que foram feitos.

No quadro geral, do binómio água/saneamento, a situação do país é relativamente melhor no tocante a este último elemento.

4.6 Quadro global de saneamento básico

A posição de Angola na região da SADC, no que diz respeito ao saneamento básico, é relativamente confortável. O gráfico abaixo apresenta quantitativamente o quadro completo da Região.



FONTE: UNICEF, 2016.

De acordo com o gráfico acima, as Ilhas Seychelles e as Maurícias apresentam a maior taxa de população com acesso às instalações melhoradas de saneamento básico na Região da SADC, da mesma forma que ocupam a posição mais alta no domínio de água, juntamente com o Botswana. Em contrapartida, os países com a taxa mais baixa são: República Democrática do Congo (29%), Moçambique (21%) e Madagáscar (12%).

¹⁷⁰ Manuel, O., "Preços da luz e da água para empresas duplicaram com os novos aumentados", in *Expansão*, 15 de Janeiro de 2016.

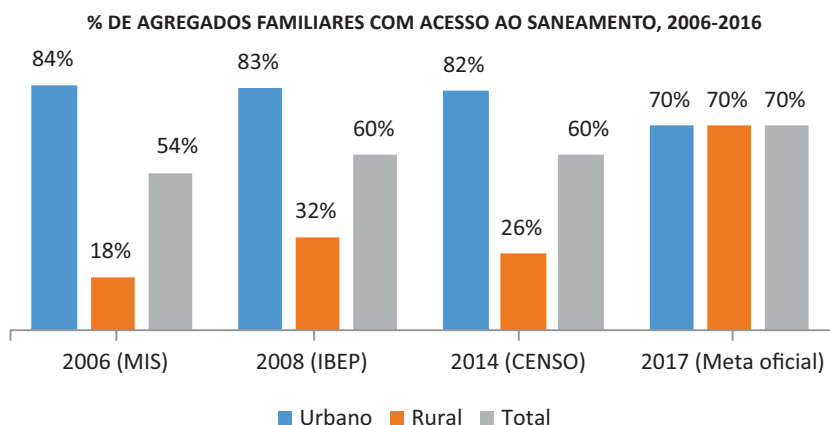
No cômputo geral, o acesso às instalações melhoradas de saneamento básico é maior nas zonas urbanas, assim como é o acesso à água potável. Apenas 2 países fazem exceção a essa constatação: Swazilândia, único país em que a taxa da zona rural (63%) é superior à da zona urbana (57%) e Ilhas Seychelles, país que apresenta uma taxa nivelada em todas as zonas (98%).

Angola é o único país da Região em que o quadro de acesso ao saneamento básico é melhor que o de acesso à água potável, mas mantém-se nos dois cenários o fosso entre a zona urbana e a rural, sendo mais acentuada no acesso ao saneamento básico.

Os dados de Angola sobre o acesso ao saneamento básico são divergentes. O gráfico anterior apresenta uma cifra inferior, na ordem de 52%, contrariamente aos dados do Censo de 2014, reportados no gráfico abaixo, que a elevam ligeiramente a 60%, de igual modo contrários aos 47% indicados pelo IIMS.¹⁷¹

Todavia, o fosso entre a zona urbana e rural é mais gritante nos dados do gráfico abaixo do que nos do gráfico anterior, quando o IIMS aponta para uma regressão quanto às zonas rurais de 14%, em comparação com os dados do Censo 2014.

O quadro de saneamento básico não variou significativamente desde 2006 a 2014. Nas zonas rurais houve uma tendência progressiva, ainda que mínima, de 18% em 2006 a 32% em 2008, mas de 2008 a 2014 verificou-se uma regressão, embora também mínima (26%). Nas zonas urbanas, assistiu-se a uma tendência regressiva crescente, mas bastante insignificante. Confira-se no gráfico seguinte esta informação.

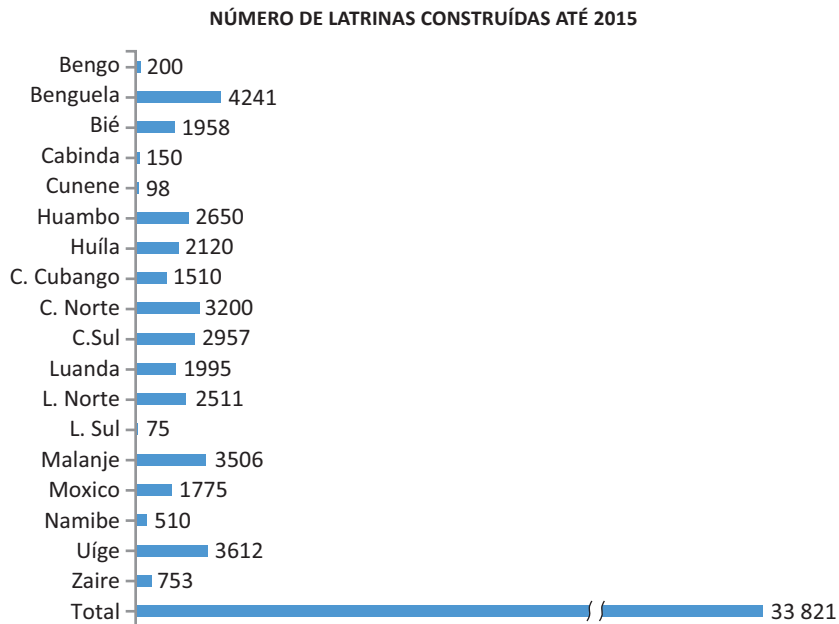


FONTE: ICF Internacional, 2006; INE, 2008-2014 *apud* ADRA e UNICEF, 2016.

¹⁷¹ INE, *op. cit.*, p. 16.

Do ponto de vista geográfico, o quadro de acesso às instalações sanitárias apropriadas apresenta grandes diferenças entre as 18 províncias do país, sendo Luanda a província com a taxa mais elevada (91%), acompanhada pelas províncias de Cabinda e Huambo, contra a província de Cunene, que à semelhança do indicador relativo ao acesso à água potável, também apresenta a taxa mais baixa de acesso às instalações sanitárias apropriadas (12%), seguida pela da província vizinha da Huíla.

No âmbito do Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza (PMIDRCP), de 2010 a 2015 foram construídas 33 821 latrinas comunitárias em todo país, destacando-se as províncias de Benguela (4241), Malanje (3506), Uíge (3612), C. Sul (3360), C. Norte (3200) e Huambo (2750). O gráfico abaixo fornece o quadro completo desta operação.



FONTE: MINFAMU, 2015.

O objectivo do Executivo é de elevar a fasquia para 70% ao nível nacional. No entanto, é pouco provável que se venha alcançar este objectivo, pelas mesmas razões evocadas atrás em relação aos objectivos relacionados com a água.

O país padece de uma carência gritante em infra-estruturas sanitárias, como se pode apreender do facto de apenas 6,05% de instalações sanitárias domésticas do meio urbano estarem ligadas a uma rede pública de esgotos, contra 1,22% do meio rural. A maior parte dos agregados familiares do meio urbano (71,13%) tem as suas instalações sanitárias ligadas a uma fossa séptica, enquanto a parte minoritária (19,54%) utiliza retrete ou latrina ligada a fossa

séptica. No meio rural ocorre o inverso, ou seja, a maior parte (67,07%) utiliza uma retrete ou latrina ligada a uma fossa séptica e a minoria (25,94%) uma sanita ligada a fossa séptica.¹⁷²

A prática da lavagem das mãos está relacionada com o uso das instalações sanitárias, pois um dos momentos cruciais de higienização é o que se segue à realização das necessidades fisiológicas dentro ou fora de instalações apropriadas, com vista a evitar doenças (principalmente as diarreias) que decorram da ingestão de alimentos contaminados pelas bactérias ou outros agentes patogénicos (adquiridos depois do acto fisiológico e transportados pelas nossas próprias mãos). Não existem dados suficientes que nos permitam aferir sobre o grau da interiorização desta prática por parte dos agregados familiares do país em 2016. Todavia, os dados do IIMS¹⁷³ ajudam-nos a perceber que foi possível confirmar em 38% de agregados familiares, o local onde os seus membros lavam habitualmente as mãos. Destes, 64% tinham água e sabão (que é a forma ideal de se executar esta prática), contra 19% que responderam não terem água, sabão ou outros produtos de limpeza. Pelos vistos, a prática de lavagem das mãos ainda é um grande desafio para os agregados familiares do país, tal como é o acesso às instalações de saneamento básico no meio rural, assim como o saneamento do meio, conforme o ponto a seguir nos vai mostrar.

4.6.1 Saneamento do meio (resíduos sólidos)

O saneamento do meio, relacionado com a eliminação dos detritos sólidos e líquidos produzidos pelos agregados familiares, é outro grande desafio, bastante presente na sociedade angolana. Os dados do Censo 2014 indicam que apenas 26,3% dos agregados familiares do país depositam os resíduos sólidos em lugares apropriados, sendo 37,6% residentes em zonas urbanas contra 8% das zonas rurais. Verifica-se que, no meio rural, 87% dos agregados familiares depositam o lixo ao ar livre, 8% enterram-no, 4% queimam-no e 1% colocam-no no contentor. Já no meio urbano, 59% depositam-no ao ar livre, 31% em contentores, 6% enterram-no e 3% queimam-no.¹⁷⁴

De referir que dados do Ministério do Ambiente apontam que o país produz por ano 3,5 milhões de toneladas de lixo, dos quais 1,3 milhões, o equivalente a um terço, são produzidos em Luanda, num rácio que se estima situar-se entre 75 a 80 gramas por cada habitante.¹⁷⁵ Dado o ritmo actual de crescimento demográfico, as autoridades admitem implicitamente um cenário desafiador, ao prever o aumento do volume de produção dos resíduos na capital na ordem de 146% até ao ano 2025,¹⁷⁶ sabendo que a capacidade de recolha e tratamento dos mesmos crescerá desproporcionalmente.

¹⁷² INE, 2016, p. 71.

¹⁷³ INE, 2015-2016, p. 15.

¹⁷⁴ Id., p. 74.

¹⁷⁵ Ver Gomes, 2016.

¹⁷⁶ Ver Anjos, 2016.

Não conseguimos apurar o dado referente às estimativas do volume de lixo que se recolheu no país em 2016 para aferirmos com objectividade sobre o eventual hiato existente entre o volume produzido e o recolhido. No entanto, considerando que na sequência da crise económica as verbas para o subsector de saneamento têm sido sistematicamente reduzidas, conforme é detalhadamente referido mais adiante na subsecção 4.7, podemos deduzir com alguma segurança que em 2016 o volume de lixo que todos os cidadãos e cidadãs do País produziram foi de longe superior ao que as operadoras conseguiram recolher.

No caso particular de Luanda, no decurso do ano de 2015 testemunhou-se a retirada de várias empresas que anteriormente desempenhavam o papel de operadoras de lixo. Tal ocorreu, alegadamente, por incapacidade de cobrirem as despesas operacionais face à diminuição significativa das suas receitas, por consequência directa da redução das verbas que o Governo Provincial de Luanda (GPL) passou a alocar a este subsector, 10 milhões de dólares americanos por mês, contra os 30 milhões de dólares americanos que o subsector recebia antes da emergência da crise económica.¹⁷⁷ Em 2016, Luanda ficou a depender de 5 operadoras apenas: Queiroz e Galvão, que operou no Município de Luanda, Mota Engil, no Belas, Odebrecht, em Cacucaco, Nova Ambiental, em Viana, e a Elisalno, no Cazenga.¹⁷⁸ Esta situação agravou sobremaneira o quadro de saneamento básico em Luanda no decurso de 2016, que já era deficiente mesmo no período anterior, quando o subsector recebia avultadas somas de dinheiro, mas ainda assim o seu custo era (e continua a ser) mais alto em Angola do que noutros países do mundo.

“Em Angola o preço de recolha de resíduos sólidos urbanos por tonelada é \$ 177,00, no Brasil \$ 37,00, na Escócia \$ 70,00, nos EUA \$ 62,00. A média africana é de \$ 35,00. Por que razão, em Luanda, se paga \$ 177,00 por tonelada de resíduos sólidos recolhidos? [sic].”¹⁷⁹

Com efeito, a situação de deterioração de saneamento básico em 2016 esteve mais acentuada em Luanda, mas de uma maneira geral a situação foi genérica a todas as províncias e as razões foram também as mesmas, como se pode depreender no caso de Menongue, onde o Administrador Municipal, Miguel Dala Popular, anunciou o condicionamento da limpeza das artérias da circunscrição pelas empresas operadoras de lixo ao seu pagamento.¹⁸⁰ Aliás, não foi por mera casualidade que a epidemia da febre-amarela que eclodiu em Luanda, em resultado da deterioração das condições de saneamento, se propagou também noutras províncias, onde igualmente fez muitas vítimas humanas.¹⁸¹

¹⁷⁷ Ver Neto, 2016.

¹⁷⁸ Ver *O País*, 2016.

¹⁷⁹ Id., Ibid.

¹⁸⁰ Bula, L., *Falta de pagamento condiciona recolha de resíduos sólidos*, *Jornal de Angola*, 7 de Janeiro de 2016;

¹⁸¹ Anjos, A. dos, “Estudo associa lixeira a maus hábitos”, *Jornal de Angola*, 5 De Abril de 2016

As autoridades de Luanda vieram ensaiando diferentes medidas para contrapor à problemática do lixo, entre elas os “Sábados vermelhos”, no segundo semestre de 2015 e a campanha de 45 dias liderada por uma comissão nomeada pelo Presidente da República, encabeçada pelo Secretário de Estado do Ministério do Interior, no primeiro trimestre de 2016, contando com a participação das forças de defesa, segurança e ordem interna,¹⁸² cuja missão era

*“extinguir os grandes focos de lixo espalhados um pouco por toda a província de Luanda, que as autoridades sanitárias associam aos surtos de febre-amarela, diarreia e paludismo que assolaram a capital do país nos últimos dias”.*¹⁸³

As outras províncias seguiram também o exemplo de Luanda, tendo adoptado modelos participativos de gestão de lixo. São exemplos disso o Zaire, com a execução do “Programa verde” na cidade de Mbanza Congo, Ondjiva (Cunene), Lobito (Benguela), com um modelo que inclui a participação financeira dos municípios e empresas, Huambo e Dundo (Lunda Norte).¹⁸⁴ Da co-participação física, Luanda evoluiu para a co-participação financeira.

4.6.2 Co-participação dos cidadãos e cidadãs nos custos de saneamento

Tendo em conta as dificuldades do Governo Provincial de Luanda em suportar sozinho os custos de saneamento da cidade capital, accionou a Lei 08/5, de 11 de Agosto que regulamenta o pagamento da taxa dos serviços de limpeza e saneamento visando a arrecadação de receitas que permitam otimizar tais serviços.¹⁸⁵ À luz deste instrumento legal, a partir do mês de Abril de 2016, o serviço de limpeza e saneamento passaria a contar com a co-participação financeira das empresas sediadas em Luanda e dos municípios, através de pagamento de uma taxa mensal acoplada ao consumo de energia eléctrica¹⁸⁶ no valor de 500,00 a 10.000,00 kwanzas, em função do local de residência. A taxa dos municípios do Icolo e Bengo seria de 500,00 kwanzas, a dos de Cazenga, Cacucaco, Viana e Belas 1.500,00 kwanzas, distritos urbanos de Luanda, Talatona, Vila Pacífica, Sequele e Kilamba, 10.000,00 kwanzas e as empresas pagariam entre 16.000,00 a 150.000,00 kwanzas.¹⁸⁷

¹⁸² Id., Ibid.

¹⁸³ Id., Ibid.

¹⁸⁴ Sapalo, A., “Dundo tem novo modelo de recolha de lixo”, in *Jornal de Angola*, 21 de Março de 2016. Ver também Domingos, J., “Novo modelo para a recolha de resíduos”, in *Jornal de Angola*, 19 de Março de 2016, Silipuleni, E., “Realizada mega campanha de recolha de lixo”, in *Jornal de Angola*, 20 de Janeiro de 2016, e *Jornal de Angola*, “Recolha de lixo com novo modelo”, 15 de Janeiro de 2016.

¹⁸⁵ Massango, N., “Taxa de limpeza é paga este mês”, in *Jornal de Angola*, 8 de Abril de 2016.

¹⁸⁶ Os municípios que não têm energia pública nas suas casas estariam sujeitos à cobrança directa.

¹⁸⁷ Dias, J., “Taxa de lixo é acoplada à energia”, in *Jornal de Angola*, 15 de Abril de 2016. Ver também Manaça, M., “Cidadãos vão pagar de 500 a dez mil kwanzas pelo lixo”, in *O País*, 8 de Abril de 2016 e Rosa, K. da., “Presidente orienta melhorias à proposta”, in *Jornal de Angola*, 23 de Abril de 2016.

Um decreto exarado pelo Presidente da República reviu em baixa as taxas dos moradores das centralidades do Sequele, Kilamba, distritos urbanos de Luanda e alguns condomínios, apaziguando assim o clima que estava a ficar tenso pelas divergências que esta medida política estava a gerar no seio da sociedade luandense. Desta feita, ao contrário dos 10.000,00 kwanzas propostos inicialmente, eles passariam a pagar até¹⁸⁸ 2.500,00 kwanzas. No entanto, o Ministério das Finanças reviu ligeiramente em alta a taxa a ser aplicada às grandes, médias, pequenas e micro-empresas, sendo que as primeiras passariam a pagar 164.000,00 kwanzas, as segundas Kz 49.000,00 kwanzas, as terceiras 30.000,00 Kwanzas e as últimas 24.000,00 kwanzas, respectivamente.¹⁸⁹

Na visão do Secretário para o Ambiente, Syanga Abílio, esta medida política é inovadora, pois fundamenta-se na gestão integrada do lixo que, para além de incluir a partilha de responsabilidades entre os particulares, os privados e o Estado, a sua operacionalização assenta numa perspectiva de cadeia de valor de lixo que parte da educação aos produtores (quer sejam pessoas singulares ou colectivas), prossegue na linha da recolha, transporte, armazenamento, aproveitamento e tratamento até culminar com a deposição final. Portanto, a badalada medida lança as bases para a emergência da indústria de lixo, capaz de gerar outras valências económicas como acontece noutras partes do mundo.¹⁹⁰

A medida política de Luanda sobre o lixo tende a ser imitada pelas demais províncias, tendo-se as da Huíla e Cabinda adiantado em assumir publicamente esta pretensão; porém, desconhecemos a sua eventual tradução em actos concretos no decurso de 2016. Porém no caso particular de Luanda, da definição da medida à sua aplicação, registou-se uma morosidade considerável, em parte, presumimos nós, devido à resistência de alguns dos seus destinatários em se sujeitarem a ela, como são os casos de algumas empresas e condomínios que se recusam terminantemente em pagar as taxas definidas, alegando incapacidade financeira e/ou vínculo a empresas privadas que já prestam serviços de limpeza às suas zonas.¹⁹¹ Por outro lado, há também quem coloque em causa a adequação do seu critério de base “zona de residência” ao invés de volume de produção.¹⁹²

Apesar de todas as medidas aplicadas para resolver o problema de lixo em Luanda, ele permanece insolúvel em muitos pontos da cidade, principalmente nas zonas periféricas, com todas as implicações negativas que esta situação representa para a saúde dos munícipes.¹⁹³

¹⁸⁸ A taxa estende-se a alguns bairros do Benfica, Futungo e Morro Bento.

¹⁸⁹ Costa, D., “Taxa do lixo reduzida em mais de 80 por cento”, in *O País*, 3 de Maio de 2016.

¹⁹⁰ Rosa, K. da., “Presidente orienta melhorias à proposta”, in *Jornal de Angola*, 23 de Abril de 2016.

¹⁹¹ Abias, F., “Governo provincial de Luanda com multas em Janeiro”, *Jornal Expansão*, 22 de Dezembro de 2016.

¹⁹² *Jornal O País*, “Não há vontade política para se resolver a questão do lixo”, 22 de Abril de 2016.

¹⁹³ Lemba, M., “Recolha de lixo em Luanda sem grandes efeitos desejados”, *Jornal Liberdade*, 21 De Outubro de 2016.

4.7 Implicações sociais de água e saneamento

A água e o saneamento têm implicações directas na saúde das populações. Com efeito, o consumo de água imprópria e a falta de saneamento são responsáveis pela transmissão de inúmeras doenças, entre elas, a malária, a cólera, diarreias, pólio, febre-amarela e a febre tifóide, as quais causam a morte de milhões pessoas em todo o mundo. Nesta vertente, Angola regista um incremento percentual de febre tifóide de 13% em 2009 a 21% em 2015 devido à fragilidade das suas estruturas de saneamento assim como a degradação das condições de consumo de água e de alimentos.¹⁹⁴

As doenças diarreicas agudas (DDAs) têm igualmente uma relação directa com as condições de água e saneamento. Em 2015, o país registou um aumento de 56 630 casos em comparação com o ano anterior, perfazendo um total de 347 118 casos de DDAs notificados em crianças menores de 5 anos de idade embora em contrapartida a taxa de letalidade esteja em declínio.¹⁹⁵

De igual modo, a prevalência da malária registou um incremento de aproximadamente 2% em 2015, em relação ao ano anterior, totalizando 3,2 milhões de casos clínicos em todo país.¹⁹⁶ Entre as 18 províncias, Luanda destacou-se com uma cifra de 27%, seguida pelas províncias de Cuanza Sul e de Malanje. Factores como o défice de saneamento básico e do meio ambiente, tornaram Luanda a província mais vulnerável à malária e no quadro geral o país todo, permitindo-lhe continuar a ser a principal causa de mortes no país, apesar dos dados da Direcção Nacional de Saúde Pública (DNSP) apontarem para uma ligeira redução da taxa de mortalidade por esta doença no intervalo de 2004 (0,5%) a 2015 (0,3%).¹⁹⁷

Importa referenciar que por causa do défice do nosso quadro de saneamento básico e do meio ambiente, o país foi assolado pela epidemia de febre-amarela a partir dos finais de Dezembro de 2015 a 23 de Dezembro do ano seguinte¹⁹⁸, com o epicentro no Município de Viana, estendeu-se ao ano seguinte e rapidamente se espalhou noutras províncias do interior. Esta epidemia, para além de ter ceifado um número considerável de vidas humanas¹⁹⁹, expôs também as fragilidades do nosso sistema nacional de saúde, que eram facilmente notáveis

¹⁹⁴ CEIC-UCAN, 2015, pp. 73-74.

¹⁹⁵ Id., p. 72.

¹⁹⁶ Id., p. 65.

¹⁹⁷ Id., p. 67.

¹⁹⁸ Data que foi oficialmente declarado o fim da epidemia no país.

¹⁹⁹ De acordo com os dados da Direcção Nacional de Saúde Pública, foram registados um total de 4679 casos suspeitos, dos quais 384 resultaram em óbito. Foram igualmente confirmados um total de 884, "dos quais, 121 morreram. A percentagem de confirmação foi de 18,8%. A província com maior número de casos confirmados entre os suspeitos foi a província do Bié, com 36,36%, seguida da Lunda Norte, com 31,71%".

pela falta de tudo um pouco nas unidades sanitárias, desde luvas, seringas, agulhas e diversos materiais gastáveis como foi o caso paradigmático do Hospital David Bernardino de Luanda.²⁰⁰

Convém recordar que, salvaguardada a distância no tempo, duas outras epidemias relacionadas com o défice de água e saneamento visitaram o nosso país num passado muito recente, com assinaláveis perdas humanas. Tratam-se do Marburg, em Outubro de 2004, com epicentro na província nortenha do Uíge, e da cólera, em 2006 com o epicentro na Boavista (Luanda), tendo-se ambas as epidemias propagado por outras províncias do país. Desde que foi declarado o fim do Marburg, não foram notificados novos casos no país, contrariamente à cólera, que ainda tem vindo a registar novos casos, embora em proporções inferiores, quando comparados com a dimensão que a epidemia havia atingido em 2006.

Tendo em conta a relação existente entre os dados, podemos deduzir que o défice no acesso à água potável e ao saneamento pela população angolana e as doenças daí resultantes contribuíram também de alguma forma para a taxa alta de mortalidade infantil de menores de 0 a 5 anos de idade que Angola ainda apresentou em 2015. É sabido que este indicador tem vindo a registar progressos desde o ano de 1990. Todavia, a cifra actual ainda mantém Angola na posição do pior país do mundo para uma criança nascer.²⁰¹ Assim sendo, a pirâmide das prioridades devia ser invertida, dando primazia à água e ao saneamento, sabendo que quanto maior for o investimento nestes dois sectores, menores serão os gastos públicos com a saúde pública.²⁰²

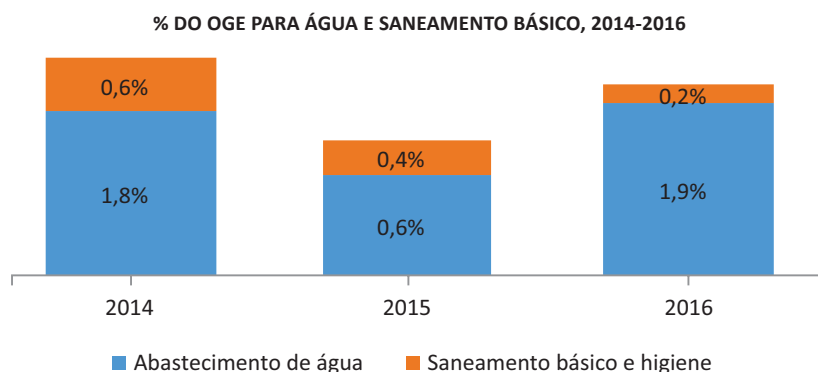
²⁰⁰ VOA. “Angola: Surtos de febre-amarela e de malária expõem fragilidade sanitária”, 2016. Disponível em: <http://www.voaportugues.com/a/angola-surtos-febre-amarela-malaria/3256087.html>. Acesso: 21/5/2017.

²⁰¹ Em 1990, a taxa de mortalidade infantil de menores de 0 a 5 anos em Angola era de 226 por cada 1000 crianças nascidas vivas. Até 2015, o país fez uma redução na ordem de 30,5% que correspondem à uma taxa de 157. Todavia, este progresso foi tão insuficiente que não conseguiu tirar Angola da classificação negativa mais alta do mundo sobre este indicador. Cf. UNICEF, 2016, p. 118. Os dados do IIMS (INE, 2015-2016, p. 115) apresentam um quadro totalmente diferente, segundo o qual, de 2011 a 2015, a mortalidade infantil de menores de 0 a 5 anos em Angola, reduziu de 81 para 44 mortes por cada 1000 nados-vivos. Este dado, a ser verdade, representa um sucesso considerável de Angola no que diz respeito a este indicador. No entanto, surge um terceiro dado diferente dos dois anteriores, lançando assim mais confusão na análise desta questão. Trata-se do *Relatório de Balanço do Governo* (Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial, 2017, p. 242) que indica que a mortalidade infantil de menores de 5 anos em Angola se manteve invariavelmente na ordem de 68 em 2015 e 2016, respectivamente. Face a esta discrepância de dados, um problema que é recorrente com os dados oficiais, preferimos dar o benefício da dúvida ao dado da UNICEF, até prova em contrário.

²⁰² No caso particular do saneamento, \$ 1,00 investido nele equivale a poupança de \$ 4,00 nos gastos com a saúde da população. Ver *O País*, “Não há vontade política para se resolver a questão do lixo”, 22 de Abril de 2016.

4.7.1 Água e saneamento básico no OGE

O OGE 2016 alocou ao sector de água e saneamento 2,1%, dos quais 1,9% para o subsector de água e 0,2% para o de saneamento. Estes valores contrariam as recomendações internacionais que definem para os países da África Subsaariana a alocação de uma fatia mínima de 3,5% do PIB, sendo 2,6% para água e 0,9% para o saneamento, com vista a alcançarem os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) até 2030.²⁰³ O gráfico abaixo apresenta as alocações orçamentais ao sector de água e saneamento de 2014 a 2016.



FONTE: OGE, 2014-2016 apud ADRA e UNICEF, 2016.

O gráfico acima demonstra uma tendência global de cortes nas alocações orçamentais destinadas aos sectores de água e saneamento no período de 2014 a 2016. Os cortes fizeram-se sentir mais no subsector de saneamento básico e higiene onde a diminuição foi absolutamente crescente nos 3 anos consecutivos. Paradoxalmente, o país foi atacado em Dezembro de 2015 pela epidemia de febre-amarela que ceifou centenas de vidas, mas ainda assim no ano seguinte voltou a verificar-se redução na percentagem alocada ao subsector de saneamento básico e higiene.

O subsector de água sofreu um corte na ordem de 61,1% de 2014 (1,8%) a 2015 (1,1%) porém no ano seguinte (2016) conheceu um acréscimo que permitiu-lhe superar ligeiramente a cifra de 2014 com a diferença de 1%. A tabela abaixo permite perceber quantitativamente os cortes ao nível dos programas estruturantes de água e saneamento básico.

ALOCAÇÃO ORÇAMENTAL PARA PROGRAMAS ESTRUTURANTES, 2014-2016			
Designação do Programa	Valor alocado por ano (mil milhões de Kz)		
	2014	2015	2016
Programa Água para Todos (PAT)	31,121	19,974	9,361
Reabilitação dos Sistemas Urbanos de Águas e Saneamento	120,40	48,39	66,03
Programa de Gestão de Resíduos Sólidos	37	18,36	9
Programa de Saneamento Total Liderado pelas Comunidades (SANTOLIC)	105	115	96

²⁰³ ADRA & UNICEF, op. cit., p. 1.

De acordo com a tabela anterior, no período de 2014 a 2016, todos os programas estruturantes relacionados com a água e saneamento básico sofreram cortes orçamentais, alguns deles significativos, como são os casos do PAT (70%) e o programa de gestão de resíduos sólidos (76%), enquanto outros ligeiros, como indicam os casos do programa de reabilitação dos sistemas urbanos de águas e saneamento (31%) e o SANTOLIC (8,5%). A declaração do Ministro da Energia e Água, João B. Borges, indica que o PAT tem vindo a sofrer cortes financeiros desde o primeiro ano que começou a ser executado.

*“A implementação desde 2007 do Programa Água para Todos foi marcada pela contenção da disponibilidade de recursos financeiros, contenção que continua em 2016 e que vai obrigar a um esforço de racionalização, optimização e a busca de soluções de sustentabilidade”.*²⁰⁴

Sem dúvida, esta situação recorrente teve repercussão na execução negativa que marcou o PAT em 2016, avaliada pelo próprio Executivo em 0,69%, cuja variação homóloga é igualmente negativa, estando na ordem de 99,67% e um grau de execução acumulada de 40,28%.²⁰⁵

Os cortes aos programas estruturantes de saneamento básico, apesar de serem motivados pela crise económica que o país enfrenta, estão em contradição com o quadro factual de grande parte das cidades do nosso país, sendo Luanda o exemplo mais acabado, marcado pela acumulação de resíduos sólidos expostos nas vias públicas, alagamentos, principalmente quando chove, e a falta de rede de esgotos para o escoamento das águas residuais e pluviais, o qual fertiliza o ambiente para o surgimento e rápida propagação de doenças relacionadas com o défice de saneamento do meio ambiente, tais como a cólera, a febre-amarela, a dengue, a chikungunya e a malária.

Grande parte dos recursos financeiros que o sector de água e saneamento recebe é canalizada às zonas urbanas em detrimento das rurais que, no entanto, possuem maior número de pessoas sem acesso à água potável e ao saneamento básico; porém, as verbas que estas recebem são 9 vezes inferiores às que são destinadas às capitais de províncias, sedes municipais e Luanda Metropolitana.²⁰⁶

Do ponto de vista de gestão dos mesmos recursos, a tendência recorrente é a de serem retidos e geridos a partir do nível central e apenas parte significativamente reduzida dos mesmos é que é alocada aos órgãos provinciais e municipais, ainda que o programa, como é o caso do PAT, pela natureza do seu enfoque requeira uma gestão descentralizada. A título de exemplo, 87% das verbas contempladas no OGE 2016 para o abastecimento de água foram alocadas ao Ministério e apenas o remanescente (13%) o foi aos órgãos provinciais e municipais.

²⁰⁴ Ver Gomes, 2016.

²⁰⁵ Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial, op. cit., p. 333.

²⁰⁶ Id., Ibid

5. ASSISTÊNCIA SOCIAL

5.1 Introdução

Na década de 1990, começam a surgir em Angola organizações de luta pela garantia dos direitos sociais básicos, baseadas na distribuição de bens à população mais necessitada. Na mesma década, também se verificou a transição de Angola para uma “democracia multipartidária”, que impulsionou o aparecimento de Organizações Não Governamentais (ONGs) e outras organizações sem fins lucrativos, entre outras que têm contribuído para a prevenção de problemas sociais no seio das famílias, bem como para a promoção dos direitos de cidadania. Algumas dessas organizações constituíram-se como meios de pressão e organização, permitindo a cada dia uma maior abertura democrática, que possibilitam uma maior tomada de consciência sobre a assistência social como direito previsto na Constituição angolana.

Neste capítulo, reportam-as as acções realizadas pelo Ministério da Assistência e Reinserção Social (MINARS) no âmbito da materialização da política nacional de assistência social, ainda em fase de construção. Mas fazemos um enfoque no trabalho de assistência social realizado pelas áreas da acção social e de assistência à pessoa com deficiência.

5.2 Acção social

O OGE 2016 contemplou a execução de prioridades no domínio da política para o sector social, cujos programas de acção estão norteados, entre outros, pelos seguintes objectivos:

- a)** Actualização da Política de População.
- b)** Implementação racionalizada da Estratégia Nacional de Desenvolvimento de Recursos Humanos.
- c)** Valorização da Família e melhoria das suas condições de vida.
- d)** Promoção da Igualdade de Género.
- e)** Valorização e protecção social do Idoso.
- f)** Protecção integral dos Direitos da Criança.
- g)** Integração dos Movimentos Migratórios na Política Nacional de População.
- h)** Melhoria das condições de vida dos Ex-Militares e suas famílias.
- i)** Promoção do Desenvolvimento Humano e Educacional.

- j) Promoção de forma sustentada do estado sanitário da população angolana.
- k) Promoção do acesso de todos os cidadãos aos benefícios da cultura sem qualquer tipo de discriminação.

Chama a atenção a alínea e), pois prevê a “*valorização e protecção social do Idoso*”, assunto que tratámos no *Relatório Social 2015*, uma vez que a realidade já revelava pouca atenção à situação do idoso em Angola, inclusive a partir do OGE. Um ano depois, pelo OGE o Estado já mostra certa preocupação em relação a este sujeito social, que dedicou a sua juventude em favor da sociedade.

O OGE 2016 contemplou 12,6% para a protecção social, sendo que a maior parte deste é dedicada a protecção social não especificada, conforme a tabela que se segue.

DESPESA PÚBLICA COM A PROTECÇÃO SOCIAL, 2016	
Beneficiário	Valor em Kz
Família e infância	812.823.803,00
Velhice	70.996.109,00
Desemprego	138.185.233,00
Doença e incapacidade	1.084.240.518,00
Serviços de protecção social não especificados	8.274.273.589,00
Total protecção social	10.380.519.252,00

FONTE: OGE, 2016.

A tabela acima reflecte um paradoxo frequente na política de assistência social angolana. O Estado que promete valorizar mais a pessoa é o mesmo que a discrimina, desrespeita, que retira do indivíduo a possibilidade de ser atendido condignamente no equipamento social em que recebe assistência, isto é, o Estado

*“visa a conservação e a prosperidade dos seus membros, que se materializa pelo acesso a direitos iguais no âmbito do seu número e população total, aquele em que os cidadãos mais povoam e se multiplicam é, infalivelmente, o melhor; aquele sobre o qual um povo decrece e perece é o pior.”*²⁰⁷

Olhando para este cenário, podemos entender que em Angola ainda não temos consciência de que fazer assistência social não é um favor; não se trata de um acto solidário, trata-se de um direito previsto na Constituição, que deve ser respeitado. É dever do Estado criar equipamentos sociais adequados para a garantia do bem-estar da população mais vulnerável.

²⁰⁷ Rousseau, J., 2011, p. 62-86.

Assim, este quadro revela também que a pobreza no seio desses grupos considerados vulneráveis (desempregados, idosos, crianças, incapacitados e doentes) ainda é revelada como uma face do descarte de mão-de-obra barata, que faz parte da nascente expansão capitalista, reflexo da chamada crise financeira que tem produzido uma população sobran-te, aquela que se tornou não empregável, que sobrevive na informalidade, no subterrâneo, sobrevivente da repressão fiscal, que mais que regulação social, visa afastar os pobres e a pobreza das zonas urbanas do país.

Para este capítulo, entende-se que a assistência social realizada no âmbito do trabalho da Área de Acção Social do MINARS no ano em referência abarcou acções públicas e priva-das, formais e informais que visaram aliviar as necessidades das pessoas mais vulneráveis e contribuir para a elevação do seu nível de vida. Estas foram realizadas no âmbito de alguns projectos, inseridos em três programas fundamentais: o Programa de Apoio Social, o Progra-ma de Geração de Trabalho e Renda e a linha de Assistência à Pessoa Idosa.

Assim, passaremos a analisar o trabalho que foi feito pela Área de Acção Social do MI-NARS em 2016 para alcançar tal desiderato, fundamentalmente na assistência social aos grupos mais vulneráveis da sociedade.

5.2.1 Programa de Apoio Social (PAS)

O Programa de Apoio Social (PAS) abarca o projecto de Assistência Alimentar e não Ali-mentar as Famílias em Situação de Vulnerabilidade, de Assistência às Populações Afectadas por Sinistros e Calamidades, de Assistência às Pessoas vulneráveis com Doenças Crónicas, de Melhoria das Condições Habitacionais das Pessoas Vulneráveis, de Apoio Social às Institui-ções Sob Controlo do Executivo, bem como de Apoio Social com Ajudas Técnicas e Meios de Locomoção à Pessoa com Deficiência.

Este programa beneficiou, do OGE em 2016, de 759.245.273 Kz para a materialização desses projectos, sendo que o MINARS não forneceu dados referentes ao apoio prestado às Pessoas vulneráveis com Doenças Crónicas, bem como sobre a Melhoria das Condições Habi-tacionais das Pessoas Vulneráveis. Isso pode ser um sinal de que não foi prestada assistência a esses grupos específicos, o que revela limitação no serviço.

De acordo como MINARS, em 2016 o projecto de assistência alimentar e não alimentar a famílias carenciadas e em situação de vulnerabilidade, atendeu a 6496 famílias, revelando uma redução acentuada no período em causa, pois foram apoiadas na ordem de 71%, com-parativamente ao período anterior.

O OGE para o Ministério da Família e Promoção da Mulher (MINFAMU), mostra que o Programa de operacionalização do cartão social Kikuia, com abrangência nacional, visa o

apoio a famílias carentes, além de conter outra rubrica referente ao Programa Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza (PMIDRCP) para o qual foi destinado o valor de 8.085.921.310,00 Kz; o Programa de Apoio às Famílias Vulneráveis (Cartão Kikuia), que beneficia de 5.928.810.000,00 Kz, bem como o Programa de Rendimento Mínimo para Pessoas em Situação de Risco que custou 311.190.000,00 Kz ao cofre do Estado. Percebe-se que este cartão visa fundamentalmente garantir um apoio alimentar às famílias vulneráveis.

A rigor, podemos perceber que se trata também de um programa de apoio social, que visa a assistência social a determinados grupos vulneráveis. Esta dispersão de acções não facilita a intervenção técnica e pode ser reveladora de incertezas em relação à política nacional de assistência social. Para o ano que vem interessa conhecer melhor alguns desses serviços de Apoio Social a população vulnerável, concentrados em outros ministérios.

A assistência alimentar constitui a base da efectivação de um direito humano fundamental e revela um problema antigo no país, traduzido na falta de alimento para sobreviver. Neste âmbito urge um mapeamento nacional para o conhecimento da geografia da fome em Angola, mas que tenha em conta a visível dicotomia entre o custo do alimento e o poder aquisitivo da população, especialmente a mais vulnerável.

Neste contexto, não se justifica a redução do número de famílias atendidas, pois o número de famílias vulneráveis aumentou consideravelmente, basta olharmos para os jornais e percebermos o número de empresas que foram à falência, o número de chefes de família que ficaram sem emprego, conforme os dados dessa realidade nos capítulos 2 e 3 deste Relatório.

Em relação à assistência social às populações afectadas por sinistros e calamidades, constatamos que foram apoiadas com bens alimentares e não alimentares um total de 26 961 pessoas afectadas, tendo atingido um grau de cumprimento na ordem de 35,95%, face à meta anual. Este grau de cumprimento foi negativo, pois não beneficiou sequer metade da população necessitada.

Em relação ao Apoio às populações vítimas das chuvas no Lobito, toda a assistência é implementada pelo Governo da Província de Benguela e Comissão Provincial da Protecção Civil e Bombeiros, que é presidida pelo governador provincial. Este dado fornecido pelo MINARS não mostra que este grupo foi atendido com sucesso, apenas revela que precisa haver maior coordenação entre os agentes prestadores de assistência nas diferentes províncias.

5.2.2 Programa de reforço da capacidade institucional

As estratégias e prioridades foram materializadas pelo Estado angolano de acordo com o *Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 (PND)*, tendo-se primado pela criação de condições para a integração social e económica de alguns grupos populacionais como os ex-militares, as crianças na rua e órfãos, as pessoas com deficiência, as pessoas com doenças crónicas e os idosos.

Nesta perspectiva, a assistência social é parte da política social estatal voltada ao atendimento a esses grupos vulneráveis, o que exige a concepção da natureza e papel do Estado, entendido como instância que revela diferentes interesses da sociedade. Interesses que não são homogêneos, mas heterogêneos e (re)produtores de contradições nas relações sociais, na medida em que o Estado não pode ser um ente separado da sociedade, nem da política de assistência social, pois suas acções estão condicionadas pelo contexto sócio-histórico em que emergem.

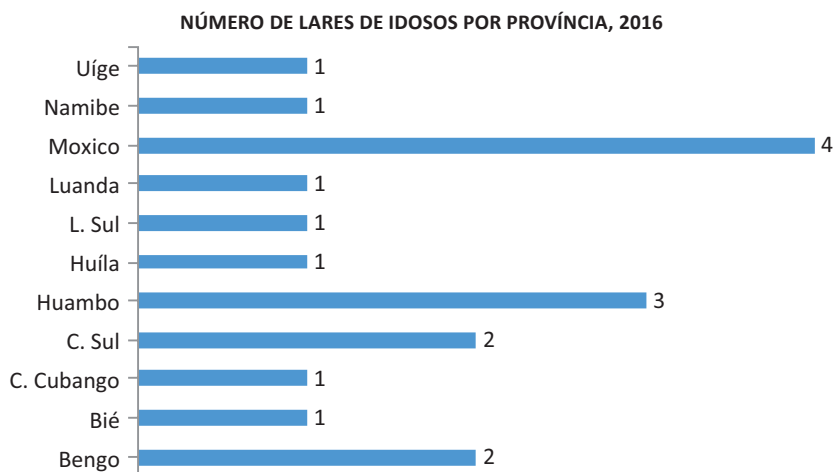
Assim, toda esta preocupação do Governo em 2016 materializou-se na concepção de políticas específicas, na criação de uma base legal adequada e implementação de programas e projectos, com especial atenção à demanda da criança.

5.2.3 A linha de assistência à pessoa idosa

No âmbito deste Programa, foram desenvolvidas em 2016 actividades de Assistência à Pessoa Idosa na Comunidade, bem como Terapia Ocupacional no Lar e na Comunidade. Essa modalidade de acção pode ser reveladora de um esforço no sentido de se prover para o idoso acções que visam prevenir dano e garantir estabilidade à assistência prestada.

O Censo de 2014 mostra que existem, em Angola, 612 430 pessoas idosas com 65 anos de idade ou mais, representando 2,4% da população do país. O MINARS refere que destas 18 655 beneficiaram de assistência social com bens alimentares e não alimentares para viver em 2016.

O gráfico seguinte mostra a distribuição dos 18 Lares de idosos pelo país, localizados em 11 províncias, nomeadamente Benguela (2), Bié (1), Cuando Cubango (1), Cuanza Sul (2), Huambo (3), Huíla (1), Lunda Sul (1), Luanda (1), Moxico (4), Namibe (1) e Uíge (1) que visam proteger em regime de acolhimento, os idosos em situação de abandono familiar, por negligência ou falta de meios de subsistência, que resultam da suspensão da guarda parental.



FONTE: MINARS, 2016.

O gráfico anterior mostra claramente que a província do Moxico, seguida pela do Huambo, embora não sejam as mais populosas do país, dispõem de um maior número de equipamentos sociais para acolhimento e assistência ao idoso. Será que albergam um número elevado de idosos que necessitam de tais serviços? Esta é uma questão a que precisaremos responder na próxima edição do *Relatório* do MINARS, que nos permitirá perceber melhor o critério para uma província beneficiar de mais serviços, em relação a outra.

O MINARS revela que, no período de Janeiro a Fevereiro, verificou-se um aumento no número de idosos institucionalizados (87), ou seja, passando de 931 para 1018; este aumento não foi contínuo, tendo-se verificado uma diminuição nos meses seguintes, devido ao falecimento de alguns idosos e a reintegração de outros nas suas famílias.

Este aumento no número de idosos institucionalizados mostra simultaneamente um agravar da questão social expressa na pobreza vivenciada por muitas famílias, já afectadas pelas mudanças na sociedade.

Neste ano, não foram licenciados novos estabelecimentos da pessoa idosa, nem tão pouco registamos informações das províncias sobre o trabalho de fiscalização dos estabelecimentos pelos órgãos especializados ou mandatados.

5.2.4 Os deslocados e repatriados angolanos no exterior do País

Os dados do MINARS, fundamentados no Decreto n.º 1/01 de 5 de janeiro e na Convenção das Nações Unidas de 1951, relativa ao Estatuto de Refugiados, mostram que já não há deslocados em Angola; por isso, deu-se por terminado o Programa para o Regresso e Reassentamento das Populações Afectadas Directamente pelo Conflito Armado em 2016.

Quanto ao repatriamento, com a criação do Conselho Nacional para os Refugiados (CNR) e a extinção do Departamento Nacional de Refugiados (DNR), este sector deixou de assistir os refugiados, assim como a gestão do programa de repatriamento que terminou em 2015, com a aplicação da Cláusula de Cessação do Estatuto de refugiado aos cidadãos angolanos que se encontravam nesta condição. Portanto, o MINARS não está a atender a este grupo, uma vez que o considera inexistente na trama dos grupos mais vulneráveis da população angolana.

5.2.5 Outras actividades desenvolvidas

No domínio da Acção Social, registamos o acordo de financiamento assinado entre o Governo de Angola e a Delegação da União Europeia para a implementação do Projecto de Apoio à Protecção Social em Angola – APROSOC, financiado pelo 10.º Fundo Europeu para o Desenvolvimento – FED, no âmbito do Programa Indicativo Nacional para Angola 2008-2013, que tem como objectivo principal contribuir para melhorar a assistência social à população vulnerável de Angola, através de intervenções sistemáticas adaptadas ao contexto nacional.

O projecto tem sido desenvolvido por um consórcio de empresas em regime de gestão des-centralizada (Louis Berger) e também em regime de gestão conjunta pela UNICEF.

De forma a fazer uma gestão participativa das actividades e acções referentes a cada um dos Resultados Esperados, as componentes e o MINARS organizaram-se em diferentes grupos de trabalho:

- a) Comité de Direcção do Projecto (CDP), presidido pelo Ministro da Assistência e Reinserção Social, com participação dos representantes da Delegação da União Europeia, do Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial e do UNICEF incluindo as duas componentes do projecto. O CDP reúne uma vez por ano para aprovação dos planos de actividades e orçamentos.
- b) O Comité de Coordenação Técnica (CCT) do Projecto participam os gestores do projecto por parte das acima referidas entidades, que são ponto focal do APROSOC no MINARS e as duas Componentes.
- c) Grupo de Trabalho do APROSOC (GTA), coordenado pela Ponto Focal do projecto do MINARS, integra os directores das diferentes áreas do Ministério para partilha da informação e aprovação de produtos e actividades do projecto.
- d) Seis (6) subgrupos temáticos coordenados, na sua maioria, por directores das áreas do MINARS directamente ligadas com os *dossiers* do APROSOC: 1. Comunicação e Visibilidade; 2. Estudos e Pesquisas; 3. Formação e Capacitação; 4. Intercâmbio; 5. Municipalização da Acção Social (MAS); 6. Sistema de Gestão da Acção Social (SIGAS).

Trata-se de um projecto promissor, que já em 2016 deu alguns passos para a sua materialização. Porém, o MINARS não forneceu dados concretos sobre o mesmo, pelo que exploraremos melhor na próxima edição do *Relatório Social*.

5.2.6 Legislação elaborada

O Ministério da Assistência e Reinserção Social teve a sua atenção dirigida também à produção e apresentação de propostas de diplomas visando materializar em 2016 os seguintes objectivos:

- a) Definição do quadro legal de garantia da acessibilidade.
- b) Adequação da estrutura orgânica dos órgãos consultivos.
- c) Regulamentação da medida de colocação de menores em família substituta.
- d) Definição do estatuto de educação pré-escolar.

Com efeito, foram programados quatro projectos de diplomas, tendo sido apreciados, aprovados e publicados a Lei das Acessibilidades e o Regulamento do Conselho Nacional da Acção Social.

Razões ponderadas justificaram também a produção de outros diplomas não programados, sendo de destacar o Projecto de Decreto Presidencial que cria e aprova o Regulamento do Cadastro Social Único e o Sistema de Alerta de Rapto de Menores, instrumentos muito importantes para a organização e funcionamento da assistência aos diferentes grupos mais vulneráveis com os quais trabalha o MINARS.

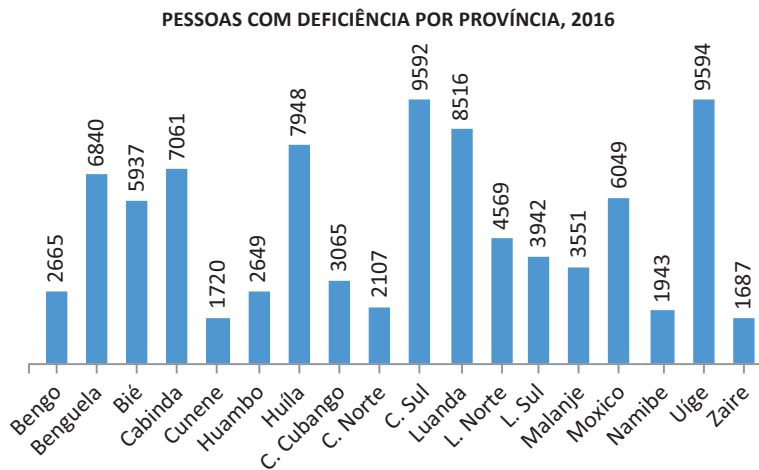
5.3 A situação social da pessoa com deficiência

Ao fazer o retrato descritivo da pessoa com deficiência, no presente capítulo, é necessário perceber que este Relatório do MINARS se refere àquelas

“pessoas que têm incapacidades duradouras físicas, mentais, intelectuais, ou sensoriais, que em interacção com várias barreiras podem impedir a sua plena e efectiva participação na sociedade em condições de igualdade com os outros”

conforme o artigo 1.º da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência das Nações Unidas (2006).

No país, existem 89 438 Pessoas com Deficiência (PCD), identificadas pelo MINARS, as mesmas foram assistidas nas seguintes províncias.



FONTE: MINARS, 2016.

Por via das suas Direcções, o MINARS está a realizar o processo de actualização de dados dos cidadãos beneficiários directos da acção do Estado. Este cadastramento pode servir de base para a melhoria da organização e do funcionamento do sistema de respostas da política nacional de assistência social para as pessoas com deficiência, o que seria uma mais valia para o enfrentamento das dificuldades com que estas se deparam no dia-a-dia.

Os dados do Censo 2014 mostram que a prevalência da deficiência da população em Angola é equivalente a 2,5%, o que corresponde a 656 258 pessoas portadoras de deficiência, das quais 365 858 são (56%) do sexo masculino e 290 400 (44%) do sexo feminino.²⁰⁸

Essa realidade, por um lado, mostra que desta população portadora de deficiência, uma minoria beneficia do serviço de assistência social em Angola, por outro, pode ser reveladora da limitação dos serviços disponíveis, ou até da necessidade de haver transportes públicos, estradas, instituições adequadas às suas incapacidades. Pode ainda ser um sinal de que a maioria destas pessoas com deficiência não são parte dos grupos mais vulneráveis da população, ou seja, não necessitam dos serviços de assistência e de reinserção social.

5.3.1 Programas e projectos desenvolvidos pelo MINARS

Para o atendimento às pessoas com deficiência, o Programa de Apoio Social (PAS) foi implementado a nível nacional, tendo sido materializado, conforme o ponto que segue.

5.3.1.1 Programa de apoio social

No âmbito do apoio social a este grupo vulnerável, o MINARS distribuiu dispositivos de compensação em 2016.

Nas províncias do Bengo, Benguela, Bié, Cabinda, Cunene, Cuando Cubango, Cuanza Norte, Cuanza Sul, Huambo, Huíla, Luanda, Lunda Norte, Lunda Sul, Malanje, Moxico, Namibe, Uíge e Zaire, foram entregues 932 cadeiras de rodas.

Nas províncias do Bengo, Benguela, Bié, Cabinda, Cunene, Cuando Cubango, Cuanza Norte, Cuanza Sul, Huambo, Huíla, Luanda, Lunda Norte, Lunda Sul, Malanje, Moxico, Namibe, Uíge e Zaire, as pessoas com deficiência receberam 210 pares de muletas. Os dados do MINARS não revelam se as pessoas que receberam as muletas são as mesmas que beneficiaram das cadeiras de rodas, ou de outros dispositivos de compensação. Isso é mais um dado preocupante em torno da necessidade de o sistema de assistência a este grupo ter claro o modo de prestação do apoio, que atenda as necessidades reais dessas pessoas, ou que fique claro que se trata apenas de um meio de aliviar a dificuldade deste e não de resolver de modo auto-sustentado.

Os 1618 pares de canadianas fornecidos para apoiar as pessoas com deficiência nas províncias do Bengo, Benguela, Bié, Cabinda, Cunene, Cuando Cubango, Cuanza Norte, Cuanza Sul, Huambo, Lunda Sul, Malanje, Moxico, Namibe, Uíge e Zaire foram indispensáveis para estimular o sonho de cada beneficiário do programa e também revelam certa preocupação do Estado com a autoestima destes sujeitos, seus projectos de vida, e desta forma, preocupação com o futuro do País.

²⁰⁸ INE, 2014, p. 48.

Apesar de se notar certa falta de clareza nos critérios para atribuição de um dispositivo de compensação, para além do tipo de deficiência, é de louvar que 03 pessoas com deficiência beneficiaram em 2016 de relógio falante. Chama-nos atenção o facto de os beneficiários terem sido todos da província de Cuanza Norte.

Apesar da assistência não se limitar a distribuição de bens, ao longo do ano de 2016 foram distribuídos 42 andarilhos nas províncias do Bengo, Benguela, Bié, Cabinda, Cunene, Cuando Cubango, Cuanza Norte, Cuanza Sul, Huambo, Lunda Sul, Malanje, Moxico, Namibe, Uíge e Zaire. Esse processo beneficiou algumas (42) pessoas para as quais a vida melhorou consideravelmente em termos de facilidade de locomoção. Parece-nos também um tipo de apoio que tem grande influência na elevação da autoestima dos indivíduos, o que de certo modo pode constituir um impulso para a sua (re)inserção social.

Ainda como mecanismo de facilitar a vida da pessoa com deficiência, agora visual, em 2016 foram assistidas 3 pessoas, que receberam 3 pares de óculos nas províncias do Cuanza Norte e Luanda. Estes meios possibilitarão aos beneficiários terem maior independência e assim buscarem novos meios de sobrevivência nas comunidades em que estão inseridos. Justifica-se o facto da província do Cuanza Norte ter beneficiado, uma vez que no cartograma por deficiência apresentado pelo Censo em 2014 esta surge como uma das províncias com maior prevalência de pessoas com deficiência no país. Mas para Luanda não sabemos qual a justificativa que pode ter servido como critério de prioridade. É notável certa falta de clareza nos critérios usados para as pessoas com deficiência terem acesso aos bens e serviços de assistência social.

O país ainda tem um elevado número de pessoas com deficiência. Em 2016, foram distribuídos 26 triciclos manuais nas províncias de Benguela, Bié, Cabinda, Cunene, Cuando Cubango, Cuanza Norte, Huambo, Uíge e Zaire para melhorar a condição de vida e de mobilidade de algumas pessoas com deficiência física. O número é ínfimo para o universo de necessitados que o país possui, mas é também um grande contributo na vida dos que beneficiaram.

De acordo com o *Relatório* do MINARS de 2016 na província do Cuando Cubango foram distribuídos 2 triciclos motorizados no âmbito do apoio social as pessoas com deficiência. É de louvar, pois foi a única província que deu atenção especial, com apoio, às pessoas que necessitaram desses meios para melhorar a sua vida social.

5.3.2 Outras acções para a integração social da pessoa com deficiência

Com objectivo de atender as pessoas com deficiência, o MINARS realizou um *Workshop* com gestores de empresas sobre a divulgação da Lei 12/16 de 15 de Janeiro, que aprova o Regulamento sobre a reserva de vagas e procedimentos para a contratação da pessoa com deficiência.

Entende-se que a divulgação da legislação em favor das pessoas com deficiência é um passo muito importante para a informação e orientação à sociedade.

Foi ainda realizado um *Workshop* sobre intervenção oportuna em crianças com deficiência, nas instituições de atendimento à primeira infância, e um Ciclo de debates sobre a inclusão da pessoa com deficiência na sociedade.

Em comemoração do dia 3 de Dezembro, Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, também foram realizadas actividades festivas e reflexivas.

Apesar de haver muita outra legislação relativa à pessoa com deficiência em Angola, que ainda não é aplicada com rigor; talvez por não ser conhecida, por ser vista em desfavor ao interesse do capitalista, ou pela falta de condições políticas para a sua materialização e devida fiscalização.

5.3.3 Parceiros

Os parceiros nacionais e internacionais com que o MINARS, através da Direcção Nacional de Integração da Pessoa Com Deficiência, cooperou neste domínio em 2016 são: o Projecto de Assistência Técnica ao Programa de Apoio à Protecção Social (APROSOC) e associações de pessoas com deficiência, nomeadamente ANDA, LARDEF, Fundação LWINI e AJAPRAZ.

Em 2016, os parceiros empenharam-se na revitalização do RBC e na capacitação dos técnicos sociais e sociedade civil no âmbito da expansão da rede de protecção de base; beneficiaram das suas acções pessoas com deficiência nas Províncias de Uíge, Bié, Moxico e Luanda.

Esses dados mostram a importância do trabalho em parceria. Neste âmbito, há a necessidade de estas acções serem alargadas, como mecanismo para permitir um maior envolvimento de pessoas singulares, colectivas e da sociedade em geral, entendendo que fazer parte de um grupo vulnerável da sociedade não constitui uma opção, mas pode ser determinada pelas circunstâncias sócio-históricas e políticas em que as pessoas vivem ao longo da sua vida.

Isto mostra que a sociedade precisa de unir forças para que o MINARS possa, a curto prazo, garantir bens e serviços sociais básicos suficientes para responder não apenas às necessidades comuns, como também às específicas de cada pessoa necessitada, nos termos da garantia de Assistência como um direito previsto na Constituição da República.

Contudo, vale concluir que devido à crise económica e financeira, apesar dos esforços feitos pelos Governos Provinciais, os resultados do trabalho realizado pelo MINARS estão muito aquém da meta programada, com um grau de cumprimento de 43,31%, face à meta anual. Esta mostra um resultado negativo para o trabalho realizado, cujo modo de actuação precisa de ser revisto, para que não haja este grande fosso entre o programado e o executado.

Como política de Estado, a Assistência Social em Angola precisa de ser um espaço para a defesa e atenção aos interesses e necessidades sociais dos grupos mais vulneráveis da sociedade, uma estratégia indispensável no combate à pobreza, à discriminação, à vulnerabilidade e à

subalternidade económica, cultural e política em que vive grande parte da população no país. Logo, é imperioso o investimento na assistência social como direito, sem discriminação, como um serviço do qual todo o cidadão precisa ter conhecimento.

Conclui-se que são de responsabilidade da Assistência Social ações de prevenção e provimento de um conjunto de garantias ou seguranças que cubram, reduzam e previnam exclusões, riscos e vulnerabilidades sociais, que respondam às necessidades decorrentes de problemas pessoais ou sociais de seus utentes, e não apenas ações de mitigação e assistencialismo, conforme verificamos na maioria das vezes.

Nesta perspectiva, a Assistência Social e os que a constroem como política de direito precisam ser capazes de construir vínculos e compromissos claros entre trabalhadores da assistência social e utentes no âmbito do desenho dos programas, dos serviços e das ações de assistência social, tendo em conta as necessidades individuais e aquelas que são comuns.

6. RECURSOS NATURAIS E SUA IMPORTÂNCIA PARA AS COMUNIDADES RURAIS

6.1 Introdução

A generalidade da população de Angola que vive no meio rural depende, para a sua sobrevivência, dos recursos naturais, seja da terra, da floresta (matas), das áreas de pastagem e da água aí disponível. Estes recursos são utilizados de forma colectiva como propriedades comunitárias, ao passo que os ecossistemas e recursos não são propriedade privada, em que os quais podem ser utilizados a bel-prazer. São, por esta via, bens comuns da comunidade, tanto no que diz respeito ao espaço geográfico, superando fronteiras, quanto ao espaço temporal, para as gerações futuras. Estas propriedades comunitárias são fundamentais para o bem-estar e para a salvaguarda da identidade cultural das populações locais, cuja sobrevivência está condicionada pela sua capacidade de exploração desses recursos.

Estes recursos são também utilizados como fonte de alimentos e rendimentos, portanto, um importante elo de segurança dos meios de vida das populações, a tal ponto que constituem um tema fundamental no que concerne aos direitos humanos dos camponeses²⁰⁹ em geral, mormente agricultores, pescadores, criadores de gado, pessoas sem terra e aqueles mais marginalizados e vulneráveis.

As propriedades comunitárias regem-se por uma diversidade de múltiplos conjuntos flexíveis de direitos de propriedade, que os distintos titulares de direitos podem usufruir de forma permanente ou temporária. Estas propriedades comunitárias são viáveis se governadas de forma colectiva, e proporcionam incentivos para que seja feita a utilização racional e sustentável dos recursos naturais do ponto de vista ambiental e se obtenham rendimentos que se reflectam em prol da produtividade dos ecossistemas.

As propriedades comunitárias não são “terrenos baldios desocupados”, relíquias ou sistemas retrógrados, como muitas vezes são consideradas em Angola. São, na realidade, a base de subsistência de uma boa parte da população rural, cujos direitos de posse têm de ser reconhecidos e assegurados juridicamente perante a actual onda de ocupação de terras. Os territórios

²⁰⁹ De uma forma geral, as definições científicas para “camponês” proclamam que se trata de uma categoria extremamente heterogénea e que indivíduos e grupos que nela se integram engajam-se em múltiplas formas de meios de vida, incluindo a agricultura, produção animal, artesanato, caça e pesca, colecta, microcomércio, trabalho para terceiros e diversas outras ocupações especializadas ou não.

tradicionais são sustentáveis desde que os seus habitantes sejam capazes de exercer controle e poder sobre eles. Tal passa por uma gestão do espaço e formas de manejo dos seus recursos que fazem com que o território e seus habitantes sejam reconhecidos pela sociedade e pelas autoridades, garantindo as necessárias condições para que as comunidades se mantenham e se reproduzam. O reconhecimento dos direitos de posse colectivos constitui, portanto, um elemento fulcral para o alcance do desenvolvimento sustentável e para a realização do direito à alimentação das populações locais.

Há uma perspectiva no interior da sociedade angolana, sobretudo no meio urbano, que, dominada pela visão neoliberal, privilegia noções como propriedade privada, consumo e mercado, impulsionada pelos meios de comunicação de massa, designadamente pela publicidade, que faz tábua rasa de outras perspectivas sobre a realidade do país, que não se coadunam com o mercantilismo nem com os seus circuitos mercantis.

Regra geral, nas sociedades orientadas pelo modelo económico neoliberal predominam o desprezo e a discriminação social relativamente aos camponeses, não obstante a população urbana depender da produção de alimentos e das matérias-primas provenientes do campo e do facto de a maior parte desses produtos provir do sector dito “tradicional”. Sucede, porém, que os camponeses são vistos, pelas mais variadas razões e preconceitos, nomeadamente pelo empresariado e grande parte da classe dominante, e até por parte significativa da população urbana, como sendo “atrasados” e um empecilho para o desenvolvimento.

Tal perspectiva desenvolvimentista está assente sob um ângulo estritamente económico de custos e benefícios, deixando de fora o ecossistema local como reserva de produtos para extração ou produção futura; como lugar de dispersão das pragas; como garantia de mananciais abundantes e perenes; como agente activo na manutenção de um microclima ameno; como protector contra os ventos que provocam a erosão eólica; e, não menos importante, como beleza cénica e fonte de harmonia e deleite.

No presente capítulo analisa-se os tipos de recursos naturais e a gestão que é feita pelas comunidades locais, assim como a sua importância no asseguramento da biodiversidade no país. Em seguida, são referidos os impactos negativos e os conflitos que podem resultar na perda de direitos de acesso e de usufruto desses recursos por parte das comunidades rurais bem como a falta de “voz” e representação política. Finalmente, são elencadas as actividades levadas a cabo pelas organizações e instituições, assim como aspectos de gestão relacionados com a temática.

6.2 Conceito e tipos de recursos naturais

Referimos como sendo recursos naturais do meio físico o solo, a água e o ar, que integram os diferentes ecossistemas terrestres e que, para além de necessários para sustentar a vida humana, comportam diferentes espécies da fauna e da flora. Uma ampla variedade de *habitats*

e recursos naturais são “comunitários” (também denominados de “comuns”), pois são utilizados colectivamente pelas populações locais. São exemplo o usufruto de planícies, florestas, savanas, baixas de rios, encostas montanhosas, lagoas, cursos de água, áreas costeiras, áreas de piscicultura, etc., pelas comunidades rurais. Estes recursos contribuem de diversas formas para os distintos meios de vida dessas comunidades, às quais garantem: água para uso doméstico, abeberamento do gado e irrigação; pastagem para o gado; *habitat* para fauna selvagem; áreas para culturas agrícolas e para colecta de alimentos e de produtos medicinais; materiais para construção; produtos para combustão; produtos vegetais e animais comestíveis; recursos piscícolas; matéria bruta para ferramentas, artesanato, etc. Portanto, os “comuns” são recursos naturais que uma comunidade, grupo de comunidades ou grupo de pessoas possui, administra e/ou usa colectivamente em apoio à sua segurança alimentar e para sustentar os seus meios de subsistência e bem-estar.²¹⁰

Os recursos renováveis são aqueles que, entre os recursos naturais, possuem o seu próprio mecanismo de renovação ou de regeneração. Podem ser utilizados indefinidamente pelo homem se os processos naturais de reconstituição não forem degradados. Tal implica a necessidade de uma exploração feita de forma a gerir estes processos e de uma gestão que assegure a renovação natural destes recursos. Le Crosnier²¹¹ salienta que, para Elinor Ostrom, os “Comuns” não são apenas recursos, mas também lugares de negociação:

*“A noção de Comuns prende-se a uma forma de gestão particular: trata-se, para uma determinada comunidade, de criá-los, mantê-los, preservá-los, assegurar sua renovação, não num museu da natureza, mas como recursos que devem ficar disponíveis, que se deve evitar esgotar. Só existem ‘comuns’ com as comunidades que fazem a sua gestão, que sejam locais, auto-organizadas ou tendo regras colectivas fortes, inclusive leis e decisões de justiça. Os Comuns são lugares de expressão da sociedade e, nesse título, lugar de resolução de conflitos.”*²¹²

Os distintos tipos de recursos são usados sob diferentes regimes de propriedade, referindo-se propriedade a um conjunto de direitos de apropriação sobre determinado recurso. Podem ser distinguidos quatro tipos básicos de propriedade: (i) acesso livre; (ii) propriedade privada;

²¹⁰ Por exemplo, na região das comunidades pastoris e agro-pastoris do sul de Angola pratica-se muito a recolecção, sobretudo de frutos silvestres, raízes, cogumelos e de plantas diversas. Esta actividade recolectora desempenha um papel importante na dieta alimentar e na geração de renda. Um estudo feito pela COSPE (ONG italiana que trabalhou em Angola) na província do Namibe, citado no *Relatório de Revisão dos Mecanismos de Coordenação e Resposta à Seca no Sul de Angola*, mostra sete sectores de uso de produtos florestais na região sul, a saber: medicinal 84%; alimentar 50%; agro-pastoril 49%; veterinário 6%; ritual 5%; artesanal 4% e cosmético 2%, o que revela a importância destes recursos sob os pontos de vista económico, social e cultural. In Nações Unidas em Angola, *Revisão dos Mecanismos de Coordenação e Resposta à Seca no Sul de Angola*. Luanda, 2014, p. 16.

²¹¹ Crosnier, Y., *Une bonne nouvelle pour la théorie des biens communs. Les biens communs, modèle de gestion des ressources naturelles*, Paris: Ritimo, Vol. 2, pp. 18-21, 2010.

²¹² Id., Ibid.

(iii) propriedade comum ou, simplesmente, “comuns” e (iv) propriedade estatal. Regimes de acesso livre são aqueles em que não há direitos de propriedade bem definidos. O acesso ao recurso não é regulado, sendo aberto para todos.

No caso da propriedade privada, os direitos de acesso e uso do recurso pertencem a um proprietário individual ou a uma corporação, que tem, ainda, a oportunidade de transferir este direito a uma outra pessoa. Nesta situação, a propriedade pode ser considerada como o direito a controlar um recurso de forma exclusiva. Em regimes de propriedade comum, o recurso é apropriado por uma comunidade de usuários bem definida, que por sua vez têm o poder de excluir outros usuários, ao mesmo tempo que regulam o uso interno e o acesso ao recurso. Finalmente, a propriedade estatal refere-se a situações em que o recurso é controlado por um governo central, seja em âmbito nacional, regional ou local; nestes casos, é o Estado quem regula o acesso e uso do recurso. Embora simplista, a classificação destes quatro tipos de regime de propriedade é analiticamente importante. Na prática, podem ser encontradas diferentes combinações das formas de propriedade atrás mencionadas.

6.3 Biodiversidade

A biodiversidade agrícola, também denominada de agro-biodiversidade, representa a variedade e a variabilidade de animais, plantas e microrganismos que são utilizados directa ou indirectamente na alimentação e na agricultura. Compreende a diversidade de recursos genéticos (variedades, raças animais) e das espécies utilizadas como alimentos, forragem, fibras, combustível, como produtos terapêuticos, etc. Inclui também todas aquelas espécies que mesmo não sendo colhidas ajudam na produção (microrganismos do solo, predadores, polinizadores) e aquelas que são encontradas num meio ambiente mais amplo e que sustentam os ecossistemas (agrícolas, pastoralistas, florestais e aquáticos) e participam na sua diversidade.

A biodiversidade agrícola é o resultado da interação entre o meio ambiente, os recursos genéticos, a gestão dos sistemas e as práticas usadas pelas populações locais na sua exploração. A cultura e os saberes locais podem, por conseguinte, serem considerados como fazendo parte da biodiversidade agrícola, no mesmo parâmetro que as práticas agrícolas desenvolvidas pelo homem e que modelam e conservam essa biodiversidade. Angola possui grande biodiversidade de flora e fauna e, para preservar essa riqueza natural, precisa de políticas públicas locais que racionalizem o acesso e a utilização desses recursos, bem como protejam as suas reservas e recuperem as áreas degradadas.

6.4 Comunidades e gestão dos recursos naturais

A comunidade é uma unidade social e geográfica complexa, que alberga distintos tipos de membros com algo em comum, como uma história, uma identidade cultural, um parentesco ou uma autoridade partilhada, normas comuns de acesso e uso dos recursos naturais ou uma

ocupação comum de um território ou espaço geográfico. Os limites sociais e geográficos de uma comunidade são, na generalidade, flexíveis, podendo ser renegociados e readaptados ao longo do tempo. Também podem estar definidos apenas muito vagamente como, por exemplo, zonas de floresta (mata), cujos limites podem ficar tão distantes dos assentamentos e das principais áreas de uso actual que não podem ser definidos de forma clara. Embora estes limites possam parecer confusos aos agentes externos à comunidade, os titulares de direitos conhecem perfeitamente quem são os membros e quais são os limites das respectivas comunidades. A natureza constitui parte essencial da vida diária das comunidades rurais angolanas, moldando os mundos social, material e espiritual das pessoas.

A gestão dos recursos naturais pode ser definida como sendo um conjunto de decisões que são tomadas para os explorar, regulamentar o acesso e os modos de utilização e de exploração. Estas decisões são tomadas individualmente ou colectivamente por aqueles que vivem naquele espaço, que a ele têm acesso ou que têm direito de usufruto. A gestão dos recursos naturais implica o conhecimento das relações sociais e processos de negociações entre os actores que conduzem a modos de funcionamento e à definição de necessidades e regras operacionais. Gerir um recurso natural implica definir e aplicar regras fixando e atribuindo: (i) direitos de acesso ao recurso; (ii) regras de gestão e suas modalidades de aplicação; (iii) direitos e técnicas de exploração e de valorização; (iv) direitos de exclusão; (v) direitos de alienação ou de destruição do recurso, se tal for o caso.

As propriedades comunitárias são regidas por diversos sistemas de uso e posse consuetudinária, desenvolvidos pelas sociedades locais, com normas, regulamentos, instituições, práticas e procedimentos que foram evoluindo ao longo do tempo e com a prática. Estes sistemas de direitos consuetudinários adquiriram legitimidade social e são as comunidades locais que os negociam, mantêm ou modificam. Estes direitos podem sobrepor-se no tempo e no espaço geográfico. Por exemplo, os criadores de gado podem ter direitos temporários, de acordo com a estação, na utilização de uma determinada área para pastagem e uso de forragem arbustiva, e direitos para caçar e usar pontos de água específicos. Outras pessoas podem ter o direito de utilizar árvores da mesma área e colectar lenha e plantas medicinais sob determinadas condições. Entretanto, outras pessoas podem ter o direito de fazer uso dessas terras para agricultura em determinados períodos.

As decisões que norteiam a utilização dos recursos naturais regem-se por aspectos socioeconómicos, jurídicos e institucionais. Este aspecto é da maior importância porque nenhuma solução técnica poderá ser viável se não estiver adaptada ou for adaptável à lógica do camponês, decisor final no dia a dia. As sociedades tradicionais autóctones estabeleceram, de uma maneira geral, situações relativamente equilibradas com o meio natural do qual sobrevivem. Toda a actividade produtiva é exercida no quadro dos direitos de acesso e de exploração dos recursos mobilizados. Assim, uma parcela de terra apenas pode ser explorada por aquele(s) que detêm direitos sobre a mesma. Pastorear o gado numa determinada área, utilizar um ponto de água

ou colher frutos de determinada árvore, por exemplo, são direitos muitas vezes reservados a apenas determinados actores.

A repartição dos direitos entre os actores explica uma parte importante das diferenças económicas entre famílias, e, portanto, a diversidade de estratégias de produção: desigualdades no que concerne aos direitos fundiários ou o controle de um terreno particularmente produtivo podem ser determinantes na diferenciação económica. A inexistência ou falhas de um sistema de regras está muitas vezes na origem de fenómenos de sobreexploração dos recursos naturais, com a consequente degradação das pastagens, erosão dos solos, etc.

Entre os decisores a ter em consideração na Angola “rural” destacam-se (i) os agricultores sedentarizados, que podem assumir uma diversidade de situações, (ii) os criadores de gado que fazem recurso à mobilidade para o pastoreio dos seus rebanhos e (iii) os grandes proprietários, singulares ou corporações. A estas grandes categorias juntam-se ainda (iv) os grupos mais ou menos marginalizados e menos numerosos, como pescadores, caçadores recolectores, etc. No caso dos agricultores sedentarizados e dos criadores de gado, a sua dependência face às condições agro-meteorológicas constitui um elemento transversal a todos eles. Existe, contudo, uma diversidade de características diferenciadoras como: organização social e âmbito conferido à iniciativa individual; sistemas fundiários de propriedade e modalidades de acesso e controlo dos recursos naturais; sistemas de exploração agrícola; respostas técnicas usadas no aproveitamento da natureza; influência do contexto económico e político. O camponês determina as suas estratégias com base em diversos parâmetros, mormente aqueles relacionados com a gestão de riscos climáticos e económicos, as modalidades de afectação dos recursos no seio das comunidades e os correspondentes circuitos de decisão, a propriedade fundiária, a maior ou menor sensibilidade à conservação dos recursos naturais, etc.

Actualmente, em meio rural angolano, a gestão fundiária ou de certos factores de produção vem recaindo, muitas vezes, sobre um outro grupo de actores não residentes, que pode ser denominado de “agentes económicos externos”. Esta situação conduz a comportamentos específicos, geralmente negativos ou, no melhor, de indiferença, face aos recursos naturais. Incluem-se, neste grupo, (i) os proprietários absentistas (funcionários públicos ou não, comerciantes, militares, migrantes, etc., residentes em centros urbanos); (ii) comerciantes detentores de gado, que geralmente conferem à criação de gado uma função de entesouramento – acumulação de riqueza, e que entregam os rebanhos a pastores profissionais, mas irresponsáveis no que concerne à gestão dos espaços pastoris; (iii) angolanos vivendo no exterior mas que detêm espaços rurais sobre os quais conservaram direitos de posse; (iv) indivíduos “estranhos” (“estrangeiros”) à região (nacionais ou estrangeiros, que se instalaram em território comunitário ou que exploram determinado recurso); (v) sociedades agro-industriais do sector corporativo, que possuem e gerem vastas superfícies de terras, com impactos negativos, que podem assumir amplitude considerável sobre o meio ambiente e modos de vida das populações locais em geral.

Em Angola, as grandes aquisições de terras tiveram o seu início no período colonial, com a instalação de unidades de produção agro-pecuária de tipo patronal, processo que foi gerando resistências e revoltas das populações locais contra os ocupantes. Na segunda metade do século XX, com o aumento dos preços das *commodities* no mercado internacional, sobretudo do café, mas também do sisal, do tabaco e do algodão, ocorreu uma corrida às terras pelos colonos, estabelecendo-se grandes fazendas dedicadas sobretudo à exploração dessas culturas.

Entre 1975 e 1992, depois da independência nacional e consequente da fuga dos fazendeiros devido à guerra civil que se instalou, as populações retomaram, em grande parte, as terras que haviam perdido. Paralelamente, algumas fazendas foram confiscadas e nacionalizadas, transformando-se em empresas estatais ou cooperativas. Entretanto, em 1992 iniciou-se a instauração da economia de mercado e a privatização de empresas, incluindo as antigas fazendas agro-pecuárias, no mesmo modelo de cadastro colonial, provocando o ressurgimento de novos conflitos de terras entre interesses privados e interesses colectivos/comunitários.²¹³

A globalização e os interesses energéticos e de segurança alimentar global, surgidos com crise alimentar que se deu em 2007-2008, conduziram ao surgimento de motivações fundiárias globais, em busca de ocupação de grandes proporções de terras para fins de exploração de culturas agrícolas, com vista à produção de alimentos e de biocombustíveis, com todos os riscos daí advenientes para os pequenos agricultores.

Centenas de milhares de hectares de terra arável vêm sendo ocupados, maioritariamente por multinacionais estrangeiras ou com parcerias nacionais. São numerosos os casos que têm sido trazidos a público pela comunicação social. Entre outros, podem ser referidos os seguintes: a empresa portuguesa Eurico Ferreira pretende explorar 30 000 ha na província do Zaire, para produção de energia renovável através da plantação de cana-de-açúcar. Biocom, consórcio constituído pela Odebrecht, Sonangol e pela empresa privada angolana Damer, em Cacuso, Malanje, com 81 201 ha para produção de cana-de-açúcar e etanol. Lonrho Agriculture (Reino Unido): Uíge, Zaire e Bengo – 25 000 ha direccionados sobretudo para a cultura do arroz. Pólo Agro-industrial de Capanda, em Malanje, um investimento de parceria público-privada com o objectivo de utilizar 411 mil hectares de terra considerada disponível nos Municípios de Cacuso, Malanje e Cangandala, visando a produção agrícola – milho, mandioca, cana-de-açúcar, oleaginosas e fruteiras – e sua industrialização. O grupo chinês CITIC tenciona instalar uma empresa de produção de arroz e outras culturas numa área de 600 mil hectares em local a definir. Outro grupo chinês, Huafeng, também prevê explorar milhares de hectares. Por sua vez foram entregues ao Fundo Soberano 72 000 ha destinados a sete fazendas. Na província do Cuando Cubango, o Projecto das Fazendas Agro-Pecuárias do Cuchi ocupará cerca de 200 mil hectares de terras entre os rios Cuchi e Cuelej, resultado de uma parceria com as empresas brasileiras Costa Negócios, Modolax e LM-Grupo. No Cunene, a sociedade S. Tulumba Investimentos e Participações iniciou a ocupação de mais de 85 000 ha.

²¹³ Pacheco, F., *A questão da terra para fins agrícolas em Angola*. Luanda, s/d.

6.5 Recursos naturais e conflitos

Os recursos do continente africano são fortemente disputados numa renhida batalha em que a agricultura assume um papel preponderante. Governos, empresas, multinacionais, fundações e agências para o desenvolvimento fazem enorme pressão para comercializar e industrializar a agricultura africana, não sendo Angola excepção. Os protagonistas são, em boa parte, conhecidos e estão empenhados em contribuir para que a agricultura industrial e o agro-negócio se convertam nos principais produtores de bens alimentares do continente. Para isso, não só financiam projectos para transformar operações agrícolas no terreno, como também alteram e manipulam as leis em vigor para acomodar a agenda do agro-negócio. O florescimento do modelo empresarial em África depende da privatização da terra e das sementes. Em todo o caso, o objectivo é transformar um bem comum num lucrativo bem empresarial.

O aparecimento de novos actores no domínio da gestão dos recursos naturais em Angola conduz a novos conflitos e aumenta a complexidade daqueles já existentes. A intervenção de empresas que exploram os recursos naturais, mormente empresas agrícolas, madeireiras, mineiras etc., aumenta a pressão sobre os recursos e modifica as regras locais existentes, sobretudo as normas colectivas de acesso e usufruto. Resguardados e beneficiados pela fragilização do papel do Estado, estes actores vão ocupando um espaço cada vez maior no domínio da exploração dos recursos naturais nomeadamente pela ocupação de extensões de terra cada vez mais vastas. As suas actividades concorrem com aquelas das famílias camponesas, tanto pela ocupação do território como pela utilização de recursos como a terra, florestas e água. Este fenómeno é particularmente visível nas zonas mais favoráveis ao desenvolvimento de uma agricultura capitalista, sobretudo terras aptas à mecanização (terrenos planos), próximo de vias de comunicação e zonas dispostas de água para irrigação. *“Não estão a destruir apenas as nossas lavras, estão também a matar a nossa história, a história dos nossos ancestrais. Estão a destruir os nossos monumentos, terras onde os nossos pais cresceram e foram enterrados”*. Esta afirmação de um camponês do Município da Cela, Cuanza Sul, em recente defesa das terras das suas comunidades, ilustra bem o impacto que a ocupação de terras tem sobre as comunidades.²¹⁴

O relatório Avaliação do Projecto de Desenvolvimento Rural e Agricultura Sustentável, da Caritas de Malanje, afirma que

“a entrega de terras ao sector privado, recomeçou nos anos noventa. No período da administração colonial as terras entregues eram transformadas em fazendas. Actualmente as entregas de terras aos novos empresários, é baseada nas demarcações feitas durante a administração colonial, que em geral não respeitava os interesses das comunidades locais. Os novos empresários, com muito poucas excepções, não conseguiram afirmar-se, sobretudo por falta de capacidade para gerir e utilizar as terras nestas “novas” fazendas. Mesmo assim, continua a haver uma grande procura de terras e regista-se a cedência de terras para receberem investimentos privados, de origem estrangeira e mais

²¹⁴ In *Novo Jornal* 479, de 21 de Abril de 2017.

raramente de origem nacional. Na maior parte dos casos, estas terras que são cedidas, são terras ocupadas pelas comunidades, podendo ter sido ou não antigas fazendas. Em Malanje, existem conflitos fundiários e há necessidade de mitigá-los e prevenir o surgimento de novos conflitos, pois actualmente há uma procura acentuada de terras, feita por pessoas estranhas às comunidades rurais desta região, devido às promessas de investimento estrangeiro que se vão concentrar nesta província. As comunidades precisam de apoio em assistência técnica e jurídica, informação sobre a lei de terras, para intermediar a resolução dos conflitos com as entidades envolvidas neste processo de ocupação e defenderem as terras comunitárias conforme como está previsto na lei”.²¹⁵

A ADRA, no seu Relatório anual, assinala que

“...os conflitos fundiários em Angola tendem a aumentar por todo o país como resultado do crescente movimento de ocupação de terras para a instalação de fazendas, e mais recentemente a constituição de reservas fundiárias no quadro do Programa Nacional de Habitação lançado pelo Executivo em 2009. Esse quadro vem despertando a consciência dos camponeses sobre a necessidade da legalização das suas terras, em busca de protecção na Lei de Terras que defende expressamente os direitos fundiários das comunidades, aspecto reforçado pela Constituição da República. O apoio às comunidades na defesa dos seus direitos fundiários tem sido uma das linhas de trabalho da ADRA e insere-se numa perspectiva mais ampla de promoção da cidadania nas zonas rurais. Em 2010, em quase todos os municípios onde a organização actua decorreram acções de divulgação da legislação fundiária, na medida em que têm crescido as solicitações das comunidades relacionadas com o acesso à informação neste domínio, face à insegurança com que se debatem, gerada pelo movimento de ‘assalto’ às terras comunitárias. Um dos efeitos imediatos dessas acções é o aumento crescente de comunidades rurais que procuram legalizar as suas terras. As iniciativas mais relevantes ocorrem no Huambo, onde, por exemplo, em 2010, três comunidades do município do Bailundo (Nossenga, Bango e Chinhamba na comuna de Luvemba) e igual número no município da Caála (Cambembwa, Capingala e Sassoma na comuna de Calenga) mobilizaram recursos financeiros próprios e iniciaram processos de delimitação das suas terras. Todas essas comunidades estão localizadas em zonas onde se têm registado ocupações de terras, provocando conflitos entre camponeses e ‘ocupantes’. Nesse rol de conflitos, o caso mais expressivo é o da comunidade de Cambembwa, que teve de recorrer aos serviços de um advogado, estando em curso um processo judicial no Tribunal Municipal da Caála.

Na Huíla, desenvolveram-se acções de assessoria e apoio ao Núcleo de Criadores Tradicionais dos Gambos, em parceria com a Associação Construindo Comunidades (ACC) e a empresa GFA na perspectiva de fortalecer a sua capacidade de intervenção na defesa das terras para pastos, principalmente as localizadas em rotas de transumância fundamentais para o funcionamento da economia das comunidades pastoris. Assim, o Núcleo de Criadores Tradicionais dos Gambos encetou durante o ano de 2010 vários contactos com as autoridades do município relacionados com a vedação do Parque Nacional do Bicuari

²¹⁵ MISERIOR, *Relatório de Avaliação do Programa de Desenvolvimento Rural e Agricultura Sustentável*, Luanda, 2010, p. 10.

*que limitou as rotas de transumância. Como resultado desses contactos, as autoridades acabaram por suspender o processo de vedação e os criadores voltaram a utilizar normalmente as suas rotas”.*²¹⁶

A mesma organização prossegue nos seus relatórios mais recentes, o que significa que os problemas fundiários se vêm exacerbando.

A crescente exclusão e a perda ou limitações no acesso aos recursos naturais, verdadeiros meios de produção para as famílias camponesas, fragilizam todo o seu sistema de produção e estratégias de sobrevivência. Para além da consequente erosão dos meios de vida dos agregados familiares, a fragilização dos seus sistemas de produção contribui para o incremento da destruição dos recursos, já que estas famílias terão tendência em procurar novos espaços de cultura ou de pastagem, invadindo territórios localizados em ecossistemas frágeis.

Para além da dificuldade em se estabelecerem nestes territórios sistemas de produção sustentáveis, a sua degradação terá efeitos negativos a médio e longo prazo sobre as estratégias de modos de vida das famílias camponesas, não apenas no momento presente, como também no futuro.

“Conflito” é um processo de procurar obter recompensas pela eliminação ou enfraquecimento dos competidores. Consiste na luta de populações ou grupos diferentes por objectivos que são de difícil conciliação. Trata-se de uma “situação” – seja social, cultural, económica ou política – que emerge quando actores encaram interesses mutuamente incompatíveis. Resulta de processos e dinâmicas diferentes que determinam sua natureza, tipo, evolução ou escala. Pode ser fruto de uma disputa quanto a relações de poder, valores culturais, riquezas ou recursos naturais ou ambientais. Até mesmo a luta quotidiana por parte de indivíduos ou de grupos e a interacção entre eles com o objectivo de satisfazer uma necessidade específica pode, às vezes, representar uma fonte de tensão e conflito. Estas situações podem ser potenciais diferendos entre as partes, diferendos patentes entre as partes, potencial de conflito entre as partes, conflito latente entre as partes, conflito patente entre as partes e conflito que descambou em violência entre as partes.²¹⁷

Em Angola, diversos conflitos têm surgindo em consequência da exclusão progressiva do acesso dos camponeses aos necessários recursos e a resultante fragilização dos seus sistemas de produção. Numerosos são os exemplos de conflitos sobre recursos naturais e diferendos de terras que têm ocorrido. A seguir são descritos alguns casos, exemplificando-se diferentes tipos de conflitos retirados do *Relatório da Pesquisa sobre Diferendos e Conflitos de Terras e as Formas da sua Resolução*, encomendado pela Rede Terras, sob liderança institucional da ADRA Angolana e financiada pela Ajuda Popular da Noruega (APN).²¹⁸

²¹⁶ ADRA, no seu Relatório Anual, 2010, p. 22.

²¹⁷ ACORD – Agência de Cooperação e Pesquisa para o Desenvolvimento. Temática do Conflito. ACORD. Nairobi, Kenya, 2003.

²¹⁸ Santos, G., Zacarias, I., *Pesquisa sobre Diferendos e Conflitos de Terras e as Formas da sua Resolução*, Luanda, 2010.

Os casos 1 e 2 configuram conflitos que datam desde o período colonial, ao passo que os casos 3 e 4 são conflitos desencadeados depois da independência nacional. O caso 3 constitui um exemplo a partir do qual se podem tirar lições sobre o posicionamento do Governo, quando os direitos de uma maioria são postos em causa. O caso 5 expõe um conflito resultante da retomada de áreas entretanto ocupadas pelas comunidades locais. Conflitos decorrentes da expropriação recente de terras de uso comunitário são relatados nos casos 6, 7 e 8. O caso 9 apresenta uma situação resultante da pressão sobre recursos naturais em momentos de extrema dificuldade. O caso 10 descreve o drama de uma família obrigada a abandonar consecutivamente as suas terras como consequência da pressão demográfica e do crescimento urbano. O caso 11 descreve uma situação de conflito entre fazendeiros que tomaram conta de áreas comunitárias. Por sua vez, o caso 12 descreve uma situação de elevada complexidade derivada de interesses de distintos tipos de actores sobre uma mesma área. O caso 13 constitui um exemplo de como comunidades locais procuraram assegurar os seus direitos fundiários. Contudo, e apesar da legislação a seu favor, deparam com dificuldades e várias resistências nos procedimentos.

Caso 1: Fazenda Portelas, Município de Caimbambo, Benguela

“Portelas” é o nome do antigo proprietário da fazenda, na era colonial. Anteriormente esta área chamava-se Catala. Aquando da expropriação das suas terras, as populações foram instalaram-se para além do rio Cubal, nas aldeias de Colindi e Lulambo – comuna do Tumbulo (Município do Cubal), onde foram acolhidas por populações vizinhas; e também em Kavongo (comuna do Cayave), a Sudoeste da Fazenda. Parte desta população trabalhava na fazenda, para onde era transportada diariamente em viaturas da fazenda, a fim de ir trabalhar e retornar às suas casas. O conflito armado conduziu ao abandono da fazenda pelos proprietários, permitindo que a população retomasse as suas terras, entretanto abandonadas. Mesmo depois de retomar as terras, a população foi obrigada a abandoná-las novamente, agora em virtude da guerra, havendo retornado às mesmas apenas depois da paz (2002). A população argumenta que se instalou naquilo que é terra dos seus ancestrais, independentemente de ser fazenda.

A partir de 2007, a fazenda passou a ser explorada por um novo “proprietário”, que começou a pressionar a população no sentido de abandonar todo o perímetro da fazenda. Como era uma antiga fazenda de sisal, para além da produção horto-frutícola no leito do rio, a população abandonou parte da fazenda (leito do rio Cubal) onde se estava a fazer os investimentos e instalou-se na parte sul (área que só tinha sisal e acidentada). Como o fazendeiro também necessita de mão-de-obra, tem estado a pressionar a comunidade de forma paulatina. Nesta altura, quer retomar definitivamente toda a área da fazenda, tal como o era no tempo colonial. Mesmo sem apoio, a população tem mostrado resistência em abandonar novamente as suas antigas terras, instalando-se um clima de grandes tensões.

continua

continuação

Houve várias tentativas de negociação entre a comunidade e o fazendeiro, que envolvia também a Administração Municipal. No entanto, a comunidade não considera aquilo como negociação, pois acha que nunca emitiu as suas opiniões em relação ao assunto, porque quando há tais encontros, primeiro aparece o carro da polícia com sirenes de emergência, para provocar medo à população. No último encontro presidido pelo Administrador Municipal (cessante), este fez um ultimato para que a população se retirasse da área da fazenda, numa clara demonstração de defesa dos interesses privados em detrimento daqueles da população local. Criou-se, com esta situação, um clima de desespero, animosidade e de tensões na relação com o fazendeiro, apesar de alguns serem trabalhadores desta fazenda. A situação é, nesta altura, dramática e a população clama por um apoio em termos de como lidar com a situação, num momento em que a administração não quer saber da população.

Caso 2: Jombe II, Município da Conda, Cuanza Sul

Os conflitos em relação às terras do Jombe II datam desde a era colonial, como foi dito por um dos nossos interlocutores: “...vivemos em terras cobiçadas desde o antigamente...”. Naquele tempo, o primeiro branco que apareceu nesta área, em 1914, para ocupar as terras, foi morto e comido pela população. A reacção colonial em relação a esta atitude da população foi prender todos os sobas, que foram desterrados para São Tomé e Príncipe, de onde apenas voltaram dois (Cayolola e Tchicuambi).

Depois destes acontecimentos, a Igreja procurou apaziguar os ânimos. Seguiu-se então a ocupação desta terra pelos colonos, dentre os quais o Sr. Matos Cardoso, e mais tarde o Sr. Mário Cunha, cuja empresa se chamou Sagrada Esperança. Este último explorou estas terras até 1975. O esquema que estes fazendeiros usaram para conviver com as populações foi de mantê-los no território da fazenda, organizando-os em pequenos aglomerados populacionais que, ao mesmo tempo, trabalhavam para a fazenda, ou seja, obrigavam-nos a plantar café e palmeiras, cuja produção era vendida ao fazendeiro, para além de pequenas áreas que serviam de cultivo para o sustento de cada família. Foram instalados também pequenos bairros onde ficavam acantonados os contratados vindos de outras áreas do país.

Em 1976, a fazenda foi nacionalizada pelo governo e transformou-se numa Unidade Económica Estatal (UEE) de produção de café e óleo de palma, sem, no entanto, tocar na população. Trata-se de uma área de cerca de 60 000 hectares. A partir de 1983, devido ao conflito armado, quer o Governo, quer a população abandonaram estas terras. Em 1992, com a pequena paz observada, a população voltou a ocupar as suas terras de origem, incluindo a sede da fazenda (Nhime). Nesta altura, a fazenda foi vendida pelo Governo a um novo empresário “branco”, o Sr. Álvaro Joaquim de Sá, que encontra

continua

continuação

nestas terras a comunidade. Este fazendeiro começou a forçar as comunidades a saírem da fazenda, destruindo os seus bens, incluindo carpintarias e pontecos que ligavam os bairros. A reacção da comunidade não se fez esperar e, como protesto, a população partiu todos os marcos da fazenda que existiam desde a era colonial. Desta acção resultou a prisão de 15 jovens da comunidade, que foram depois postos em liberdade por pressão da comunidade. Este fazendeiro não resistiu ao conflito, tendo vendido a fazenda à Empresa SAGRIME, SARL.

Houve então várias tentativas tendentes à resolução do conflito, que envolveram a Administração Municipal, o Governo Provincial, a organização Mãos Livres e, recentemente, um advogado do Huambo. As primeiras aproximações para a solução do conflito definiam que a população que ocupou a sede da fazenda deveria retirar-se para outro local dentro da fazenda, considerando que não está a ser explorado todo o território da mesma e reconhecer a titularidade da fazenda à Empresa. Por seu turno, a Empresa deveria apoiar a comunidade durante o processo de mudança e construção de novas casas. Na fazenda, existem 10 bairros e estes, com excepção do Nhime, podiam manter-se e usarem as parcelas que até aqui têm vindo a usar. Até aí a situação parecia ser pacífica. Entretanto, na prática, o empresário negou-se a apoiar a população, obrigando-a a sair compulsivamente. Por outro lado, a população aumentou consideravelmente a tendência de subtrair algumas terras antes trabalhadas pela fazenda. O fazendeiro mandou derrubar as culturas da população com tractores e as tensões entre os dois actores aumentaram consideravelmente.

Há sectores da população, sobretudo os jovens, que querem recorrer à força e à violência contra o gerente da fazenda, tal como aconteceu na era colonial, e prometem não sair da fazenda, mesmo que isto custe a vida de todos. Todavia, os líderes comunitários esforçam-se por convencer que o recurso à violência não é a solução sustentável. O Governo Provincial persuadiu o fazendeiro no sentido de cumprir com o acordado, mas estes esforços não tiveram efeitos. A situação continua tensa e preocupante.

Caso 3: Fazenda na comuna de Wiyangombe, Município de Caimbambo, Benguela

A comuna de Wiyangombe não está isenta das pressões de ocupação das fazendas em detrimento das populações locais. Nos últimos anos, foi instalada mais uma fazenda, dedicada essencialmente à pecuária. Enquanto a fazenda não foi vedada e não tinha muito gado, a pastagem e outros recursos naturais eram partilhados com as comunidades circunvizinhas. A dada altura, o fazendeiro entendeu fazer vedações, limitando o acesso das comunidades aos espaços para pastagem e à água. Criou-se um conflito entre o fazendeiro e a comunidade.

continua

continuação

Como alternativa, a comunidade recorreu à Administração Comunal, no sentido de solicitar apoio na solução do diferendo. Ao contrário do que em geral acontece (defesa dos interesses privados), a Administração Comunal procurou defender os interesses das comunidades. Este diferendo fez com que a Administradora Comunal se deslocasse a Benguela, no sentido de negociar com o fazendeiro. Independentemente dos resultados desta negociação, a Administração Comunal mandou parar com as vedações que estavam a ser erguidas pela fazenda, no sentido de favorecer a vida normal das comunidades locais.

Caso 4: Kapanda, Vale do Chimbolelo, Município dos Gambos, Huíla

Na localidade de Kapanda tiveram início, há cerca de 10 anos, fortes conflitos de terras entre fazendeiros e comunidades locais. Na altura, foi implementada uma nova fazenda, cuja extensão se alargava até ao parque do Bicuar. Ao serem feitas as vedações, algumas residências e caminhos que a população usava para ter acesso aos pastos e à água foram incluídos no perímetro da fazenda. Este choque entre os sistemas de maneio provocou animosidades entre o fazendeiro e a população. As organizações da Sociedade Civil que, na altura, intervinham no Município dos Gambos e na Quihita (Chibia), como a ALSSA (da dissolução desta, surgiu actualmente a ACC) apoiaram as comunidades residentes na defesa dos seus direitos de acesso à água e pastos. Destas intervenções e negociações, resultou a abertura de corredores de transumância e a desanexação do território correspondente ao Parque do Bicuar da fazenda.

Entretanto, as violações dos Direitos Humanos por parte do fazendeiro continuaram até à presente data, tais como: tendências de alargamento da fazenda, vedação de alguns corredores anteriormente abertos, apreensão do gado da população que aparecesse nas imediações da fazenda, os cárceres privados da população, entre outras, tornaram esta área como a mais tensa do Vale do Chimbolelo. A ACC continua a apoiar as comunidades na defesa dos seus direitos, denunciando casos de violação de direitos das comunidades e procurando negociar posições entre estas e o fazendeiro.

Apesar destes esforços, continuam as acusações entre a ONG e o fazendeiro. O primeiro é acusado de “agitador” das comunidades, e o segundo é acusado de violações graves dos direitos mais elementares das comunidades (consagrados na lei). O último diagnóstico realizado pela ACC, descreve o seguinte, em relação à situação actual: *“A localização da Kapanda é privilegiada quanto às tensões na relação com os fazendeiros que vão ocupando as terras da Tunda dos Gambos. A população vê os corredores de passagem do gado e seus caminhos vedados pelas fazendas, as suas reservas de pasto ocupadas pelo retomar de novas fazendas, alargamento das fazendas já há alguns*

continua

continuação

anos ocupadas, chantagens para cederem terras e receberem, em troca, alguns litros de água. Devido à fome, os filhos (adolescentes) dos habitantes de Kapanda prestam trabalho nas fazendas aí presentes e recebem, em troca, uma ínfima remuneração. As bombas manuais que existiam foram interditas pelos fazendeiros que instalaram motobombas para as suas fazendas". Este caso é um exemplo de violações flagrantes e permanentes, da Lei de Terras e dos Direitos Humanos das comunidades locais.

Caso 5: Fazenda Muholo, Município da Matala na Huíla

A fazenda Muholo, na comuna de Capelongo, sector da Freixiel, na margem do rio Cunene, com cerca de 50 hectares, cujas terras teriam sido usurpadas à população, vem desde o tempo colonial. Entretanto, esta fazenda já passou de um proprietário para outro, ainda no tempo colonial. Com a independência, num ambiente de guerra e deslocados, as populações vindas do Município de Chicomba se refugiaram nesta antiga fazenda por orientação das autoridades administrativas, há cerca de 17 a 20 anos. Começaram a trabalhar a terra e constituíram uma associação de camponeses. Mesmo com o fim da guerra, cerca de 70 famílias decidiram aí permanecer.

Mais recentemente, apareceu um suposto dono que diz ter comprado a fazenda, mas não exhibe documento nenhum, segundo as autoridades e comunidades locais. Isto gerou reclamações, tensões e resistências das populações, sobretudo porque lhes disseram que tinham que sair dali porque a fazenda tinha sido vendida ao novo "dono". Desde então, tem havido mais tensão do que diálogo entre as partes. Houve mesmo uma situação em que o tractor do suposto "dono", que veio fazer a preparação de terra, foi impedido pelas comunidades. Estas complicações já geraram confusão entre a gerência do dito "fazendeiro" e as comunidades que foram parar à Polícia Nacional. Recentemente, houve destruição de culturas das comunidades protagonizada pela gerência da fazenda, embora o "dono" diga nada saber sobre o assunto.

Caso 6: Expropriação das terras da comunidade de Jamba Calungo, Município do Sumbe, Cuanza Sul

Os terrenos da área de Jamba Calungo, no Município do Sumbe, que sempre pertenceram às comunidades locais, foram entregues a um privado para fazer agricultura e poci-lgas. Por pressão do privado, desconhecimento da lei e falta de recursos e informação em como se defenderem, as populações tiveram de se retirar para a área de Cangundja.

Caso 7: Expropriação de terras da comunidade de Ote, Município do Sumbe, Cuanza Sul

Na zona de Ote, na área de Cassosso, onde a população sempre trabalhou a terra, um privado legalizou as terras das comunidades, incluindo habitações, lavras e rios da

continua

continuação

mesma área. Esta situação está a gerar tensões, e a vida das comunidades locais em termos sociais, sobrevivência e rendimento está em risco.

Caso 8: Comunidade de Wambele, Município do Sumbe, Cuanza Sul

A poucos quilómetros da cidade do Sumbe, antes do rio Keve, estende-se um vale de terras ricas. Parte deste vale foi ocupado pelas populações ao longo de anos, para fazer agricultura não somente para subsistência, mas também, e sobretudo, para comercializar e assim gerar rendimentos. No mesmo espaço existe uma associação de camponeses que legalizou as suas terras. As demarcações e letreiros da área estão bem visíveis. Para além da associação de camponeses, existe um grupo de mulheres que também tem parcelas no mesmo vale. Recentemente, estas terras foram cedidas a um agente privado que, entretanto, decidiu “engolir” os demais ocupantes, alegando ser dono e proprietário daquela terra. A partir dessa altura gerou-se um conflito tendo o caso ido parar ao tribunal, onde ainda está em curso.

Caso 9: Bairro 1.º de Maio, na margem direita do rio Cunene, fora do perímetro irrigado, Município da Matala, Huíla

A cidade da Matala teve grande concentração de deslocados ao longo do conflito armado, entre 1975 e 2002, vindos de várias partes da província da Huíla e de outras partes do país. Este facto provocou muita pressão sobre o limitado espaço existente e sobre os escassos recursos da natureza. Em 1979, comunidades de vários bairros da cidade da Matala começaram a garimpar pedra numa zona rochosa, na margem direita do rio Cunene, onde o rio forma uma reentrância, bem perto do bairro 1.º de Maio.

A exploração de pedra era parte dos mecanismos de sobrevivência da população, num contexto de extrema pobreza, provocada principalmente pela guerra. Esta pedra servia para a construção de casas. Com o passar do tempo e pela exploração intensa de pedra, o lugar ficou limpo, sem pedra, pelo que as comunidades de diversos bairros passaram a fazer aí agricultura para subsistência e venda de produtos no mercado local. Nas imediações do mesmo espaço, já vivia uma família desde o tempo colonial que havia plantado árvores de fruta.

Alguns dos herdeiros são militares nas FAA, outros são da Polícia Nacional, em Luanda. Anos depois, de 2006 a 2008, com a política de privatização e investimento económico e turístico, apareceram dois empresários que vieram com trabalhadores para as parcelas das comunidades à força, chegando ao ponto meter no referido lugar um contentor, destruindo as culturas e as árvores de fruta (goiabeiras). Entretanto, os herdeiros da família acima referida iniciaram um processo contra os ocupantes. A esta iniciativa,

continua

continuação

juntaram-se as outras comunidades, mobilizaram-se em torno das chefias tradicionais, Comitês Locais do MPLA e das Organizações de Desenvolvimento de Área (ODAs) criadas com apoio da CARE Internacional, no âmbito do Projecto de Apoio à Descentralização. Houve várias reuniões sobre o assunto e um inquérito. Até ao momento não existe uma decisão formal sobre este conflito.

Caso 10: “Mais velho” obrigado a abandonar por várias vezes a sua terra no Município da Matala, Huíla

Um mais velho, hoje com mais de setenta anos de idade, do grupo étnico linguístico Humbi, nasceu no local onde hoje se ergue a cidade da Matala. Aí, junto com os pais, irmãs e outros parentes, tinham as lavras e currais de gado. Com o surgimento e avanço da cidade da Matala tiveram de abandonar as suas terras, indo instalar-se noutra lugar, onde construíram tudo de novo. Entretanto, anos mais tarde, ainda no tempo colonial, foi decidido que o referido lugar onde viviam seria para construção do aeródromo da Matala. Agora que já é muito mais velho, a sua terra está num espaço de interesse público e vai ter que sair dali, ou então ficar, mas obedecendo às regras de urbanização e ter um espaço limitado, sem currais de bois e lavras. No seu depoimento, este mais velho afirma que, primeiro, a terra é de Deus, em segundo é do Estado e depois é que é do homem. Ninguém nasce do céu, mesmo os que nascem num prédio, estes estão sobre a terra.

Caso 11: Anhara de Mombolo, Município de Cassongue, Cuanza Sul

A Anhara de Mombolo é uma extensa planície que faz limites com o Município de Balmombo, comuna de Maka-Mombolo. Desde a era colonial, foi sempre palco de disputas entre os fazendeiros, principalmente para a pastorícia. Segundo referem os mais velhos, esta anhara nunca chegou a ser ocupada na totalidade. As ocupações actuais também ainda não cobriram todo o território da anhara. Porém, numa atitude meramente egoísta, dois fazendeiros disputam o espaço. Um requereu uma área de cerca de 1000 hectares, em 1995, enquanto o outro ocupou uma área de 10 567 hectares (não se sabe qual é o estatuto legal desta última), cujo *croquis* se sobrepõe a uma parte da fazenda do anterior. Diz-se que havia um terceiro fazendeiro pretendente à mesma área, mas que, entretanto, desistiu. Segundo informações, o segundo fazendeiro aliciou as autoridades administrativas tradicionais, oferecendo-lhes cabeças de gado, no sentido de emitirem pareceres favoráveis. O primeiro fazendeiro também goza de influências por ser nativo e considerado filho da terra. Ninguém quer ceder e, por isso, o caso foi parar ao tribunal, de onde ainda não se tem o veredicto final. Segundo o primeiro fazendeiro, trata-se apenas de um oportunismo, pois o outro fazendeiro ainda tem muita terra livre nos seus limites, para além de ter requerido os cerca de 10 mil hectares, o que não justifica usurpar terra para quem apenas requereu a décima parte da terra que ele ocupa (mil hectares).

continua

*continuação***Caso 12: Perímetro da Catumbela, Município do Lobito, Benguela**

O Perímetro Irrigado da Catumbela, que corresponde a todas as terras anteriormente pertencentes à Açucareira, corre o risco de desaparecer, com consequências que em termos de ordenamento urbanístico podem ser desastrosas. São vários os conflitos que se vivem à volta destas terras. Existe uma “usurpação” dos terrenos, principalmente aqueles ocupados pelos camponeses, sendo-lhes dada uma importância que varia entre 5 a 30 mil kwanzas, no sentido de abandonarem as terras. Os camponeses aceitam porque, para além dos terrenos serem arrendados do GAHCC, não têm acesso a qualquer informação e, por isso, preferem receber uma quantia mínima do que nada.

Os fins para os quais os terrenos estão a ser ocupados não estão claros. Foi definida uma área para o Pólo de Desenvolvimento Industrial da Catumbela (PDIC); entretanto, há indústrias (Coca-Cola e Cuca) que não foram construídas nesta área, mesmo depois de esta área estar definida. Há várias placas nos terrenos fora do PDIC para futuras indústrias. Do lado do Bairro Cabaia, as construções (de carácter definitivo) invadiram os terrenos da Açucareira até à praia. A mesma área foi definida como reserva fundiária, para além do famoso projecto de aproveitamento da Orla Marítima. Há agricultores que estão a fazer investimentos em agricultura, com tecnologia de ponta. Na margem esquerda, a agricultura praticamente desapareceu – tudo exposto ao betão. Enfim, há muita coisa a acontecer em simultâneo e sob o olhar dos que têm a responsabilidade de gestão das terras, o que dá uma clara imagem de falta de um planeamento físico do território. Pelo que se sabe, nada está definido em termos de planificação física sobre o futuro desta área. Qual vai ser o resultado desta amálgama de investimentos? Quando é que se vai começar a pôr cobro à situação, fazendo cumprir a Lei? Como se vão resolver os conflitos decorrentes, depois de multiplicados os actores? Enfim, o que se pretende, então?

Caso 13: Delimitação de terras comunitárias nas aldeias de Chimoma e Jongo, Município do Chipindo, Huíla

As aldeias de Chimoma e Jongo têm um papel relevante na sociedade do Bunjei. Dessas aldeias são naturais pessoas que hoje fazem parte das elites sociais angolanas. À semelhança de outras comunidades de Bunjei, as duas aldeias não escaparam dos efeitos do conflito armado. Com o advento da paz, estão a reconstituir-se e a reestruturar-se económica, social e culturalmente.

Nos últimos tempos, fruto do acesso à informação e influência que as comunidades têm através de pessoas que aí nasceram e hoje vivem nas capitais de província, iniciaram um processo visando garantir a segurança fundiária das suas terras através da sua

continua

continuação

delimitação por via do que está consagrado na Lei de Terras, ou seja, o direito de domínio útil consuetudinário, que é gratuito e perpétuo. Esta primeira tentativa de delimitação de terras não surtiu efeitos. Em seguida, uma organização da Sociedade Civil de direito angolano, a Associação Juvenil de Apoio às Famílias Desfavorecidas de Angola (AJAFDA), começou a dar apoio directo às comunidades para realizar a delimitação. Concebeu e elaborou um projecto. Para tal, mobilizou recursos, estabeleceu contactos com as instituições afins. Entretanto, o projecto chegou ao fim e apesar dos esforços da AJAFDA ainda não há autorização local para se fazer a delimitação referida. Foram investidos recursos, energia, vontades, geraram-se expectativas, mas a delimitação não avançou.

6.5.1 Falta de “voz” dos camponeses

A ocupação de terras e destruição florestal que se vem verificando na generalidade do país não leva em consideração os direitos dos camponeses, dos pequenos produtores e de outros grupos locais que vêem os seus meios de vida ameaçados e restringidos e a sua cultura afectada, para além de, muitas vezes, se verem mesmo obrigados a abandonar as suas terras e territórios. Os camponeses não possuem “voz” e enfrentam uma série de desafios no sentido de se fazerem ouvir e defenderem os seus direitos aos diferentes níveis, do local ao nacional. Torna-se imprescindível que as comunidades se organizem e se façam ouvir e valer os seus direitos no quadro das instituições democráticas e direitos humanos, nomeadamente com o apoio de instituições e organizações da sociedade civil.

Agricultores e criadores de gado fazem a gestão de extensas áreas geográficas e partilham recursos com outras populações. Contudo, não estão suficientemente representados nas instâncias políticas onde deveriam estar por direito. No caso dos criadores de gado, em particular dos denominados povos pastores, esse facto é ainda mais evidente. Neste âmbito, o Seminário Nacional dedicado à Gestão das Terras Pastoris decorrido em Moçâmedes, de 22 a 23 de Novembro de 2016²¹⁹, sob os auspícios da FAO, evidenciou que, em Angola, a participação, representação e tomada de decisão das comunidades pastoris nos assuntos que lhe dizem respeito é baixa. Existem instituições públicas, ONGs, associações de natureza diversa e algumas organizações comunitárias que abordam as questões pastoris, porém não existe nenhuma plataforma que represente os interesses das comunidades pastoris, nem uma plataforma intersectorial sobre pastoralismo.

Há, portanto, necessidade de que seja prestada maior atenção ao tema através da sua apropriação por uma instituição que cumpra essas funções. Perante tais factos, foi recomendado:

²¹⁹ Seminário Nacional, *Guia Técnico: Melhorar a Gestão das Terras Pastoris*, Namibe, 22-23 de Novembro de 2016 – “Conclusões e Recomendações”.

(i) promover maior consulta às comunidades pastoris em questões que lhes digam respeito, bem como fortalecer as suas capacidades para participar efectivamente em tais processos; (ii) promover informação, formação e capacitação para que as organizações provedoras de serviços às comunidades pastoris aumentem a sua capacidade de trabalho; (iii) promover informação, formação e capacitação para que as organizações comunitárias melhorem a sua capacidade de participar nos assuntos pastoris que lhes dizem respeito; (iv) reconhecer que a sabedoria e os conhecimentos endógenos das comunidades, adaptados aos ambientes locais que os envolvem, são importantes e devem ser valorizados e potenciados; (v) promover espaços institucionais intersectoriais regionais, nacionais e internacionais de partilha, de reflexão e de aprendizagem sobre pastoralismo no sudoeste do país, incluindo a representação das comunidades pastoris; (vi) dar suporte às formas de organização comunitária dos pastores para fazer parte de fóruns regionais ou internacionais instituídos sobre o pastoralismo.

6.6. Importância das organizações e instituições camponesas

As “instituições” podem ser definidas como sendo “padrões de comportamento estabelecidos que são reconhecidos e valorizados pela sociedade”. Por instituições “comunitárias” entendem-se as regras que governam instituições intangíveis como o parentesco, matrimónio, herança e partilha de meios de produção. Incluem-se também organizações que operam a nível comunitário que sejam controladas pelos seus membros. Por sua vez, o conceito de “organizações” refere-se a grupos de indivíduos que desenvolvem um conjunto de tarefas com o objectivo de concretizar objectivos comuns. As organizações podem-se tornar institucionalizadas se adquirirem valor social e estabilidade. O desenvolvimento “institucional” refere-se às mudanças que são esperadas ocorrer nas estruturas sociais, e o desenvolvimento “organizacional” às mudanças limitadas às próprias organizações. Basicamente, as organizações de camponeses são instituições que permitem, num sentido amplo, regular acções individuais e colectivas levadas a cabo pelos interessados no sentido de salvaguardar os seus interesses económicos, culturais, sociais e políticos.

As organizações de produtores abarcam um amplo leque de actividades, desde a gestão de áreas comuns de floresta (mata) ou de pastoreio, uso de recursos aquíferos, recolha e venda de determinados produtos, garantir acesso a determinados insumos, como material agrícola, fertilizantes, sementes e, também, ao crédito.

As associações possibilitam aos produtores tirar vantagens das economias de escala assim como serem ouvidos pelos decisores e governo. Desta forma, os produtores também fortalecem o seu poder de negociação face aos fornecedores e compradores dos seus produtos, para além de também facilitarem ligações entre camponeses e investigação e entre camponeses e extensão rural. Ao mobilizarem capital humano, recursos financeiros e recursos produtivos, associações e cooperativas agregam, de alguma forma, forças simultaneamente humanas, materiais e financeiras. Isto permite aos seus membros responderem às exigências da economia agrícola.

No caso específico dos criadores de gado, em particular dos pastores, que se encontram entre os grupos mais marginalizados e incompreendidos, nos últimos anos tem havido, a nível internacional, um reforço global da sua organização e representatividade. Em 2007, representantes dos pastores de mais de 60 países de todo o mundo reuniram-se em Segóvia, Espanha, e elaboraram a “Declaração de Segóvia dos Pastores Nómadas e Transumantes” (Espanha, 14 de Setembro de 2007). Esta declaração apela aos governos e organizações internacionais para *“atender ao consentimento prévio e informado antes de realizar qualquer iniciativa pública ou privada que possa afectar a integridade dos territórios tradicionais, os sistemas de gestão dos recursos e a natureza dos povos indígenas móveis”*.²²⁰

A “Declaração de Mera” (Índia, 21 de Novembro 2010) foi preparada por representantes das mulheres pastoralistas de mais de 40 países e menciona explicitamente os direitos das mulheres pastoralistas, apelando aos governos e outros para *“garantir e defender o acesso pastoril aos recursos, incluindo ... as pastagens tradicionais”* e para *“respeitar os territórios de pastagem e padrões migratórios tradicionais [...] em consulta com as mulheres pastoralistas”*.²²¹ Com a mesma visão, pastores de 50 países formularam a “Declaração de Kiserian sobre a Pastoralícia” (Quênia, 15 de Dezembro de 2013) solicitando *“a protecção dos pastos e das pastagens específicas para a prática do pastoreio; a garantia dos direitos à terra, dos direitos de pastoreio e dos direitos dos detentores de animais; a protecção das rotas migratórias; a garantia de um mecanismo que promova a participação na formulação das políticas e na tomada de decisões; e a capacitação das organizações e comunidades/sociedades pastoris através do fortalecimento institucional e do desenvolvimento de capacidades”*.²²²

Por sua vez, a União Africana elaborou, em 2013, o “Quadro estratégico para o pastoralismo em África – Assegurar, proteger e melhorar as vidas, os meios de subsistência e os direitos das comunidades pastoris”. Segundo esta organização continental, este Quadro não trata simplesmente do melhoramento das condições de vida e de trabalho das comunidades pastoris em África, mas também do reforço e consolidação da paz, segurança e democracia.

O caso de estudo²²³ que a seguir se apresenta ilustra a importância que associações de camponeses e cooperativas têm na defesa dos interesses dos seus membros e no apoio à sua produção.

²²⁰ Disponível em: <http://www.danadeclaration.org/pdf/SegoviaDeclaration.pdf>. Acesso: 15/03/2016.

²²¹ Disponível em: http://www.iucn.org/wisp/resources/publications/good_practice_studies_/gender/?10816/MERA-Declaration. Acesso: 02/09/2016.

²²² Disponível em: https://cmsdata.iucn.org/downloads/the_kiserian_pastoralists_statement.pdf. Acesso: 23/05/2016.

²²³ Santos, G., Zacarias, I., *Pesquisa sobre Diferendos e Conflitos de Terras e as Formas da sua Resolução, Luanda*, 2010.

Estudo de Caso – Cooperativa do Donga II, Município da Gabela, Cuanza Sul

Na área de Donga foram criadas, no tempo colonial, três fazendas de café: Analberto, com cerca de 200 hectares, Pacheco e António Lopes. A fazenda Pacheco tem, no seu interior, as aldeias de Bacelar, Chingo e Silvão; na fazenda António Lopes existem as aldeias de Candele, Sossegado e Famosa. Depois da fuga dos seus proprietários aquando da independência de Angola, estas fazendas foram nacionalizadas em 1976 e passaram a fazer parte de unidades de produção da empresa estatal ENCAFÉ.

Cerca de 1985, com a falência da ENCAFÉ e degradação da situação militar no país, as populações, que até então viviam nos morros, nas imediações das suas antigas terras transformadas em fazendas de café, retornaram a essas terras. Em 1991 criaram a associação de camponeses Donga II, detentora de uma área estimada em 50 hectares, que depois evoluiu para cooperativa. Por várias vezes, junto às estruturas locais e ao Ministério da Agricultura, tentaram legalizar a fazenda Analberto em nome da associação de camponeses, mas não conseguiram. Depois apareceu o dono da fazenda, Joaquim Nunes, angolano, com quem negociaram a parcela ocupada, havendo este cedido a parte da fazenda que já era ocupada pela população. Em 2005, com o apoio da ONG internacional Save the Children, foi instalado um sistema de irrigação para beneficiar os associados. Entretanto, a associação continuou a insistir junto ao Ministério da Agricultura para obter a legalização das parcelas já ocupadas e a outra parte que não havia sido cedida.

6.7 Gestão da terra e de outros recursos naturais comuns

Por “gestão” entende-se o processo de governar; a forma como a sociedade é administrada e se harmonizam prioridades e interesses, muitas vezes opostos, de diferentes grupos de indivíduos. A gestão não inclui apenas as instituições oficiais do governo, mas igualmente os acordos informais e os processos mediante os quais os cidadãos participam na tomada de decisões, como os governos prestam contas da sua actuação aos cidadãos, e a sociedade obriga os seus membros a respeitar normas e leis.²²⁴

Em Angola, comunidades e grupos sociais que habitam os “comuns” gerem-nos há gerações de uma forma dinâmica, num processo de coevolução, envolvendo os distintos recursos e as comunidades. Para estas comunidades, os ecossistemas em que vivem e os recursos naturais são condição capital para a sua sobrevivência, base de sustentação e de reprodução das suas vidas, procurando sempre a perpetuação dos ecossistemas e garantindo a sua resiliência.

²²⁴ FAO, “Buena gobernanza en la tenencia y la administración de tierras”, *Estudios sobre tenencia de la tierra*, n.º 9, Roma, 2007.

Os direitos de acesso e usufruto dos “comuns” estão estreitamente vinculados aos direitos humanos, pelo que devem ser fortemente protegidos. Nesse sentido, foram assinadas, pelos países membros das Nações Unidas, diversas declarações e tratados internacionais. São exemplo o Pacto Internacional de Direitos Económicos, Sociais e Culturais (PIDESC), a que Angola aderiu, onde figuram, por exemplo, o direito à alimentação e o direito à autodeterminação. Outros instrumentos ratificados pelos Estados incluem, nomeadamente, a “Convenção internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial” e a “Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher”, ambas das Nações Unidas, que protegem os direitos de igualdade e não discriminação.

Os Estados têm a obrigação jurídica de respeitar, proteger e garantir esses direitos, que também se relacionam com as terras, a piscicultura e as áreas de floresta e de silvopastorícia de propriedade comunal. As directrizes estão fortemente arraigadas na legislação internacional sobre direitos humanos em vigor, fazendo referência, concretamente, à Declaração Universal de Direitos Humanos, ao Convénio n.º 169 sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Convénio sobre a Diversidade Biológica (CDB), a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (UNDRIP, acrónimo em inglês), assim como outros instrumentos sobre Direitos humanos conexos.

É com base nos Direitos Humanos e nas liberdades fundamentais que são apontados alguns princípios de gestão como a equidade, eficiência, transparência e prestação de contas, sustentabilidade, subsidiariedade, participação e mobilização da sociedade civil, segurança e estabilidade.²²⁵ A “Declaração de Antígua”²²⁶ reconhece a necessidade de gestão da terra centrada nas pessoas, devendo incluir direitos colectivos, corresponder a visões territoriais de desenvolvimento e reconhecer o papel decisivo dos agricultores familiares para a segurança alimentar de todos. A boa gestão requer o compromisso de múltiplos actores a nível local, nacional e regional e o estabelecimento de *trade-offs* entre prioridades e interesses concorrentes, exigindo a colaboração de todos.

A “Declaração de Roma” resultante da Cimeira Mundial da Alimentação (CMA), realizada em Roma, em Novembro de 1996, da qual Angola é signatária, subscrita por Chefes de Estado e de Governo, reafirma o “direito de toda pessoa a ter acesso a alimentos seguros e nutritivos, em consonância com o direito à alimentação adequada e com o direito fundamental de toda pessoa de estar livre da fome”. No “Plano de Acção” resultante desta Cimeira, os países foram incentivados a elaborarem políticas, programas e acções, com vista a melhorar os níveis de segurança alimentar em cada contexto nacional. Naquela conferência foi realçado que *“existe segurança alimentar quando as pessoas têm, de forma permanente, acesso físico e económico*

²²⁵ Ibidem.

²²⁶ International Land Coalition (ILC), *Antigua Declaration*, 2013.

a alimentos seguros, nutritivos e suficientes para satisfazer as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, a fim de levarem uma vida activa e sã”.

Para uma gestão responsável das terras comunitárias deve-se:²²⁷ (i) reconhecer e respeitar os sistemas legítimos de posse das populações locais, as quais têm o direito de gerir esses recursos de acordo com os seus costumes e de proteger os seus meios de subsistência; (ii) salvaguardar as comunidades locais contra ameaças e violações, estabelecidas e utilizadas nas leis e políticas. Esta salvaguarda deve, nomeadamente, proteger as terras agrícolas e de pastoreio e os corredores pastoris de violações ou da sua extinção em virtude de investimentos; (iii) defender os direitos legítimos de posse das comunidades locais. Devem ser levadas a cabo acções para fortalecer a capacidade de os camponeses exercerem esses direitos. Estas acções incluem uma melhor representação, meios de subsistência mais seguros, acesso à água e aos pastos, maior segurança pessoal e boas relações sociais. O gozo dos direitos é indivisível e compreende o fortalecimento dos direitos civis e políticos; (iv) salvaguardar o acesso à justiça para lidar com as violações dos direitos legítimos de posse; (v) actuar no sentido da prevenção e resolução de conflitos, disputas de posse e corrupção. Isto inclui a criação de instituições para a resolução de conflitos e o reconhecimento da resolução consuetudinária de conflitos.

Processos de planeamento e de tomada de decisões sensíveis aos conflitos devem ser criados e apoiados através de estratégias activas de aprendizagem e de consulta dos vários actores, complementados por sistemas integrados de avaliação e de gestão igualmente sensíveis aos conflitos. Ainda no sentido da boa gestão das terras comunitárias deve ser seguido um conjunto de princípios directores como: (i) reconhecer os direitos das comunidades rurais, mormente dos agricultores e criadores de gado, incluindo aqueles que fazem recurso à mobilidade como estratégia de produção; (ii) com base numa abordagem multisectorial, assegurar os procedimentos necessários à protecção e reforço do capital natural, humano, financeiro, físico, político e social das comunidades; abordar questões como a representatividade e voz dessas comunidades, e reconhecer o papel das instituições tradicionais (iii) a sensibilização e uma melhor compreensão da sociedade e economia camponesas por parte de políticos e decisores é essencial para processo político.

A boa gestão deve ter em consideração os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030), aprovados na Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (25-27 de Setembro 2015). Esta Agenda reúne 17 objectivos globais e 169 metas com o propósito de acabar com a pobreza até 2030 e promover universalmente a prosperidade económica, o desenvolvimento social e a protecção ambiental. O fortalecimento das capacidades das comunidades rurais para alcançar os objectivos sociais e de desenvolvimento, incluindo a erradicação da pobreza, meios de subsistência sustentáveis, a estabilidade social, a autodeterminação, o desenvolvimento rural, bem como a sustentabilidade ambiental dos recursos dos quais

²²⁷ FAO, “Melhorar a gestão das terras pastoris”, *Guia Técnico Sobre Gestão da Posse da Terra*, n.º 6, Roma, 2016.

dependem, devem, obrigatoriamente, constituir um foco central dos programas governativos e da actuação das distintas instituições e organizações da sociedade civil e internacionais. A boa gestão dos recursos naturais em Angola contribuirá, de sobremaneira, para o alcance desses Objectivos de Desenvolvimento Sustentável.

O Artigo 15.º da Constituição de Angola aborda a questão da terra no seu ponto 1: “A terra, que constitui propriedade original do Estado, pode ser transmitida para pessoas singulares ou colectivas, tendo em vista o seu racional e efectivo aproveitamento, nos termos da Constituição e da Lei”. 2. “São reconhecidas às comunidades locais o acesso e uso das terras nos termos da lei. No artigo 37.º, referente ao Direito de propriedade, requisição e expropriação, a Constituição de Angola refere no seu ponto 2 o seguinte: “A todos é garantida a propriedade privada e sua transmissão. O Estado respeita e protege a propriedade e demais direitos reais das pessoas singulares, colectivas e das comunidades locais só sendo permitida a requisição civil temporária ou expropriação por utilidade pública, mediante justa e pronta indemnização, nos termos da Constituição e da lei”.

A legislação angolana define “terras rurais comunitárias” como sendo os terrenos utilizados por uma comunidade rural segundo o costume relativo ao uso da terra, abrangendo, conforme o caso, as áreas complementares para a agricultura itinerante, os corredores de transumância para o acesso do gado a fontes de água e a pastagens e os atravessadouros, sujeitos ou não ao regime de servidão, utilizados para aceder à água ou às estradas ou caminhos de acesso aos aglomerados urbanos. No essencial, a Lei de Terras (Lei 9/04) aprovada em 2004 estabelece mecanismos que permitem a segurança da posse e uso da terra com destaque para o sector familiar e define mecanismos de protecção dos direitos das comunidades à terra, entre outras, a delimitação de terras comunitárias e a emissão de títulos de reconhecimento do direito à terra comunitária.

Na legislação angolana, existem outras leis inerentes à questão dos recursos naturais, como: (i) Lei das Sementes, que estabelece o controlo e fiscalização da produção, importação e exportação de sementes e mudas em todo o país, garantindo a qualidade da semente e da muda produzidas e comercializadas em todo o território nacional, criando as condições para o asseguramento da qualidade da semente e muda, por forma a contribuir para o aumento da produção agrícola e prevenir a entrada no país de sementes e mudas nocivas à agricultura; (ii) Lei de Recursos Biológicos e Aquáticos, que assegura o uso racional e sustentável dos recursos biológicos aquáticos do ambiente costeiro e ribeirinho; (iii) Lei das Águas, que promove do uso sustentável das águas; (iv) Lei de Base do Desenvolvimento Agrário, que define o estabelecimento de bases do desenvolvimento agrário para que a agricultura desempenhe o seu papel fundamental no desenvolvimento do país, contribuindo grandemente para o combate à fome e à pobreza; (v) Lei das Florestas, Fauna Selvagem e Áreas de Conservação Terrestres, que preconiza adoptar “as medidas necessárias à protecção do meio ambiente e das espécies da flora e fauna nacionais” e “à manutenção do equilíbrio ecológico”; (vi) Lei de Sanidade Animal, que

estabelece as normas gerais que regem a produção, tráfico, importação e exportação de animais, os seus produtos e subprodutos e rege fundamentalmente todas as actividades ligadas à sanidade, saúde pública, veterinária, tecnologia e indústria animal, importação, exportação de animais e armazenagem de produtos de origem animal; (vii) Lei dos Recursos Biológicos Aquáticos, que regula a conservação e renovação sustentável dos recursos biológicos aquáticos exigem do Estado a adopção de medidas reguladoras adequadas para o acesso ao seu uso e exploração de modo responsável. Por sua vez, a (viii) Lei de Bases do Ambiente, que parte do pressuposto que a experiência acumulada nos últimos anos tanto a nível internacional como nacional, tem produzido uma nova consciência global acerca das implicações ambientais do desenvolvimento humano, traduzida por uma cada vez maior responsabilização da sociedade como um todo, diante das referidas implicações.

Ressalte-se que, em Angola, os aspectos de gestão em meio rural ainda não são abordados com a profundidade necessária. Assim, aos 22 e 23 de Novembro de 2016 o Seminário Nacional dedicado à Gestão das Terras Pastoris promovido pela FAO e realizado em Moçâmedes notou, por exemplo, que a gestão das terras pastoris em Angola enfrenta diversas dificuldades, como sejam:²²⁸ (i) pouca clareza da liderança institucional responsável da questão fundiária no país; (ii) dificuldades de implementação da Lei de Terras e outros instrumentos legais que dispõe sobre o acesso e posse de terras dos pastores; (iii) problemas por relacionados à necessidade de promover o ordenamento territorial e um planeamento físico efectivo; (iv) fragilidade das instituições que lidam e administram a questão fundiária e a questão do cadastro social e fundiário; (v) problemática da delimitação de terras em zonas com rotas de transumância.

6.8 Análise organizacional e institucional a nível de província e município

Podem ser identificados três tipos comuns de representação dos camponeses e dos seus interesses na tomada de decisões aos vários níveis: representação “descritiva”, “reivindicativa” e “substantiva”. Quando os camponeses falam por si mesmos, trata-se de representação descritiva; se outros indivíduos ou instituições, que partilham suas aspirações, falam em seu nome, trata-se de representação reivindicativa; se tiverem representantes políticos livremente escolhidos a defendê-los e a actuarem em seu nome em espaços políticos e de tomada de decisões a representação é considerada substantiva.

Os camponeses não possuem representação “substantiva” na estrutura governativa do país e a sua representação “descritiva” é bastante restringida. Entretanto, mesmo que de forma muito precária e, na maior parte dos casos, sem atingir a necessária eficácia, algumas instituições e organizações têm procurado defender os direitos dos camponeses, com base numa

²²⁸ Seminário Nacional, Namibe, 22-23 de Novembro de 2016. “Conclusões e Recomendações”, *Guia Técnico: Melhorar a Gestão das Terras Pastoris*.

representação reivindicativa. Em seguida, apresenta-se uma síntese dessas actividades tanto a nível nacional como provincial.

- **Estruturas governamentais:** diversos ministérios, como o da Agricultura, Saúde, Energia e Águas e Educação desempenham um papel importante na promoção de actividades de desenvolvimento e asseguramento dos direitos das populações rurais. Contudo, o impacto das suas acções mostra-se bastante reduzido, não apenas por falta de meios e limitantes na capacidade humana, mas também consequência de programas mal concebidos e mal estruturados. O IDA (Instituto de Desenvolvimento Agrário) é a instituição do Ministério da Agricultura encarregue de trabalhar com agricultores tradicionais. A sua estrutura vocacionada para trabalhar directamente com os camponeses é a Estação de Desenvolvimento Agrícola (EDA). Tem auxiliado os camponeses na preparação dos anos agrícolas, distribuindo fertilizantes e sementes assim como outros insumos agrícolas.
- **Representantes políticos:** o parlamento constitui o órgão da representação do povo. É manifesta a heterogeneidade dos deputados no respeitante ao nível da sua compreensão dos problemas inerentes ao sector camponês e agricultura familiar e no seu compromisso para com iniciativas relacionadas com o desenvolvimento e redução da pobreza em meio rural. A generalidade dos deputados não compreende o camponês nem pactua com iniciativas que o defendam.
- **Autoridades tradicionais:** as distintas comunidades possuem as respectivas instituições do poder tradicional e suas chefaturas designadas comumente de “autoridades tradicionais”. Contudo, o seu papel vem sendo excessivamente politizado, havendo, paralelamente, a percepção de que o seu poder vai enfraquecendo. Na gestão dos comuns, matéria em que, ancestralmente, o seu papel é nuclear, tem-se verificado uma erosão progressiva do seu poder e autoridade.
- **Associações e cooperativas:** a nível municipal e comunal existem associações e cooperativas de camponeses ou ainda uniões e federações de associações e cooperativas de camponeses. De uma forma geral, os seus membros reconhecem que os benefícios mais importantes que estas organizações têm trazido são a facilitação do acesso ao crédito e defesa dos interesses dos agricultores junto do IDA para que este forneça apoio em *inputs* agrícolas. As associações e cooperativas, para além daquelas que não estão legalizadas, apresentam, na generalidade, fragilidades na estrutura organizativa e funcional. Regra geral, não têm Sede nem meios de trabalho para poderem prestar serviços aos seus membros. A Confederação das Associações de Camponeses e Cooperativas Agro-pecuárias de Angola (UNACA) tem como estratégia organizar os Camponeses em Associações e Cooperativas por forma a beneficiarem do apoio das Organizações da Sociedade Civil nacional e internacional e do Executivo angolano. Embora mantenha parcerias com organizações de referência como sejam a Via Campesina, a Organização Cooperativista dos Países de Língua Portuguesa (OCPLP) e a Plataforma Sub-Regional das Organizações Camponesas

da África Central (PROPAC), não tem um papel actuante nem eficaz na defesa dos direitos dos camponeses aos recursos naturais.

- **Nações Unidas e outras organizações internacionais:** no seu quadro de cooperação com Angola, a FAO vem desenvolvendo actividades no âmbito do reforço da capacidade de resiliência contra a seca das populações criadoras de gado no sul do país. Um dos objectivos do projecto PIRAN (Projecto Integrado Resiliência Angola Namíbia) consiste em treinar as comunidades seleccionadas em práticas de gestão de risco de desastre com base comunitária. O projecto "Reabilitação de Terras e Gestão de Áreas de Pastagem nos Sistemas de Produção Agro-Pastoris dos Pequenos Produtores do Sudoeste de Angola (RETESA)", financiado pelo Fundo Ambiental Global (GEF) e implementado pela FAO, sob a liderança dos Ministérios do Ambiente, Agricultura e Comércio, e os governos das províncias do Namibe, Huíla e Benguela, vem prestando atenção especial à boa gestão das terras pastoris, fundamentando-se nas "Directrizes Voluntárias sobre a Gestão Responsável da Posse da Terra, Pescas e Florestas no Contexto da Segurança Alimentar Nacional". Estas directrizes representam o primeiro documento negociado a nível internacional para abordar como a propriedade e os direitos de uso e acesso à terra, aos recursos pesqueiros e florestais devem ser tratados. Este documento, deliberado no âmbito Comité de Segurança Alimentar Mundial (CSA), foi oficialmente adoptado em 11 de Maio de 2012. Angola, como membro do CSA, participou do processo e subscreveu as Directrizes, comprometendo-se assim com a sua implementação. O parágrafo 4.8 refere que "os Estados devem respeitar e proteger os direitos civis e políticos dos ... pastores ... e observar suas obrigações de direitos humanos ao lidar com indivíduos e associações que actuam em defesa da terra, pescas e florestas". Outras agências que de uma forma ou outra apoiam o fortalecimento das comunidades rurais são a UNICEF (Fundo das Nações Unidas para as Crianças) e o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento).
- **Organizações da Sociedade Civil (OSC):** Em diversos momentos, vozes da sociedade civil têm procurado defender os direitos das comunidades rurais, sensibilizar e levar às instâncias superiores os seus problemas, mesmo que na generalidade dos casos com poucos resultados práticos. Por exemplo, diversas vezes se têm levantado em defesa dos camponeses, sobretudo contra a ocupação de terrenos nas províncias do centro e sul do país e a consequente perda de acesso aos recursos naturais de que necessitam. Pelas suas acções mais recentes, podem ser referenciadas, entre outras, a Associação de Defesa dos Direitos Humanos denominada Ame Naame Omunu (ANO),²²⁹ que na língua Ovawambo significa "Eu também sou pessoa". Também no sul de Angola, a Associação Construindo

²²⁹ Criada em Janeiro do 2017, na província do Cunene, tem como objectivo a protecção dos direitos humanos das comunidades locais. O foco dos direitos abrange, de forma específica, os direitos de terra, os direitos ao meio ambiente saudável e os direitos aos activos dos meios de vida, essenciais não somente para a sobrevivência, mas também para o pleno desenvolvimento das comunidades locais.

Comunidades (ACC) faz a defesa da causa fundiária dos povos pastores e agro-pastores por via da educação não-formal e advocacia social. Por sua vez, a Organização Cristã de Apoio ao Desenvolvimento Comunitário (OCADEC) actua igualmente no Sul de Angola apoiando os grupos minoritários Khoisan no acesso à terra. São também referência outras organizações e instituições como as Caritas Diocesanas da Huíla, Namibe e Cunene (Igreja Católica); a ONG MAFIKU, de Direito Angolano, que trabalha em desenvolvimento comunitário no sul de Angola; a ONG ADPP Angola que tem trabalho no domínio da agricultura no Cunene; o ACT Fórum Alliance²³⁰, que trabalha com famílias camponesas na resposta às mudanças climáticas na região semiárida no sul de Angola. A Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), uma das OSC com mais história e destaque em Angola, procura promover a cidadania e a inclusão social. Muito activa no tema da terra, no âmbito do seu Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável, destacam-se as seguintes linhas de trabalho: (i) desenvolvimento de acções de educação jurídica; (ii) apoio aos processos de legalização de terras nas comunidades; (iii) participação na resolução de diferentes tipos de conflitos de terras. Anualmente realiza o Encontro Nacional das Comunidades, onde representantes de comunidades rurais de distintos pontos do país se congregam para discutir temas que lhes dizem respeito e onde também se fazem presentes representantes de instituições públicas relacionadas com o meio rural. A Rede Terra é, nos termos do Art. 1.º das Disposições Gerais do Diário da República III Série n.º 63 de 27 de Maio de 2005, um consórcio de organizações apartidárias, não-governamentais e altruístas, cujo objecto social é a terra na sua vertente sócio-económica e jurídico-cultural. Após a sua criação, em 2002, participou na produção da actual Lei de Terras, através de debates e da apresentação de estudos vários à Assembleia Nacional. Este processo continua a ser em Angola uma referência em termos de procedimentos de advocacia social para influenciar legislação e também em termos de coordenação entre organizações não-governamentais de diferentes tipos e nacionalidades. Em meados do ano de 2016, um grupo de organizações de monitoria dos direitos humanos em Angola, composto por mais de duas dezenas de associações cívicas, apelou à Assembleia Nacional para que fosse criada uma comissão de inquérito para avaliar a situação dos direitos humanos nas localidades da província do Cunene, Município do Curoca, e agendasse um debate sobre a usurpação das terras comunitárias que ocorre no país.

- **Igrejas:** a Igreja Católica utiliza a solidariedade e caridade da sua Doutrina Social como fundamento da sua intervenção na sociedade e na abordagem da questão social. Aponta a problemática social como uma questão moral, colocando a necessidade de uma acção humanizadora. A este propósito, na mensagem do Papa Francisco para o Dia Mundial da

²³⁰ O ACT Forum Angola é constituído por seis membros, entre os quais três são organizações internacionais – Ajuda Igreja Norueguesa (AIN), Ajuda Igreja Dinamarca (AID) e Federação Luterana Mundial (FLM). Os restantes são nacionais: Conselho das Igrejas Cristãs em Angola (CICA), Igreja Evangélica Reformada em Angola (IERA) e representação de Pão para o Mundo (PPM).

Paz 2014, quanto a questão da terra enquanto um bem comum, no subtítulo “A fraternidade ajuda a guardar e cultivar a natureza”, o Papa refere que

*“A família humana recebeu, do Criador, um dom em comum: a natureza. A visão cristã da criação apresenta um juízo positivo sobre a licitude das intervenções na natureza para dela tirar benefício..., utilizando, com sabedoria, os recursos para proveito de todos, respeitando a beleza, a finalidade e a utilidade dos diferentes seres vivos e a sua função no ecossistema... a natureza está à nossa disposição, mas somos chamados a administrá-la responsabilmente. Em vez disso, muitas vezes deixamo-nos guiar pela ganância, pela soberba de dominar, possuir, manipular, desfrutar; não guardamos a natureza, não a respeitamos, nem a consideramos como um dom gratuito de que devemos cuidar e colocar ao serviço dos irmãos, incluindo as gerações futuras. De modo particular o sector produtivo primário, o sector agrícola, tem a vocação vital de cultivar e guardar os recursos naturais para alimentar a humanidade. A propósito, a persistente vergonha da fome no mundo leva-me a partilhar convosco esta pergunta: De que modo usamos os recursos da terra? As sociedades atuais devem reflectir sobre a hierarquia das prioridades no destino da produção. De facto, é um dever impelente que se utilizem de tal modo os recursos da terra, que todos se vejam livres da fome. As iniciativas e as soluções possíveis são muitas, e não se limitam ao aumento da produção. É mais que sabido que a produção atual é suficiente, e todavia há milhões de pessoas que sofrem e morrem de fome, o que constitui um verdadeiro escândalo. Por isso, é necessário encontrar o modo para que todos possam beneficiar dos frutos da terra, não só para evitar que se alargue o fosso entre aqueles que têm mais e os que devem contentar-se com as migalhas, mas também e sobretudo por uma exigência de justiça e equidade e de respeito por cada ser humano. Neste sentido, gostaria de lembrar a todos o necessário destino universal dos bens, que é um dos princípios fulcrais da doutrina social da Igreja. O respeito deste princípio é a condição essencial para permitir um acesso real e equitativo aos bens essenciais e primários de que todo o homem precisa e tem direito”.*²³¹

Em Angola, a Igreja Católica vem fazendo, através de iniciativas locais do seu clero e sobretudo, por tomadas de posição da sua hierarquia, a Conferência Episcopal de Angola e S. Tomé (CEAST), com as suas notas pastorais, como uma defensora dos direitos dos mais pobres e desprotegidos. Por exemplo, no comunicado resultante da II Assembleia Plenária anual decorrida de 12 a 19 de Outubro de 2016, pode ler-se que os Bispos constataram com preocupação “a ocupação prepotente de grandes extensões de terras para fins agro-industriais inconfessos e gananciosos, com total desrespeito para com as comunidades aí residentes que, impotentes, assistem a destruição das suas zonas de transumância, de

²³¹ Papa Francisco, “Fraternidade, Fundamento e Caminho para a Paz”, mensagem proferida durante a celebração do XLVII Dia Mundial da Paz, 1 de Janeiro de 2014, p. 13.

*agricultura familiar e até dos seus cemitérios, gerando não poucos conflitos.”*²³² A ocupação de terras na província do Cunene pela sociedade S. Tulumba Investimentos e Participações nos Municípios de Curoca e Ombandja numa extensão que se prevê venha a atingir os 85 000 ha, vem recebendo uma forte oposição das populações locais que vêem o seu acesso aos necessários recursos naturais comprometido. A Igreja Católica e diversas organizações ligadas à defesa dos direitos humanos têm procurado alertar para os malefícios e problemas que essas ocupações podem trazer.²³³

- **Sector privado:** raras empresas assumem, efectivamente, um compromisso social para com as populações locais, relacionado com a ética da responsabilidade corporativa social. Pequenas e médias empresas não vão além das relações de patronato e comerciais para com as comunidades locais. Apenas um número muito restrito se dedica ao fornecimento de insumos agrícolas. Os camponeses acabam por obter os seus insumos sobretudo no mercado informal, ou com base no comércio transfronteiriço, principalmente com a República da Namíbia. Serviços financeiros direccionados para agricultores e criadores, sobretudo para os mais pobres, tais como crédito e seguros, são praticamente inexistentes.

²³² Em outros países, a Igreja Católica mostra-se também bastante interventiva no que respeita às questões da terra e acesso aos recursos naturais por parte dos mais pobres. No Brasil, destaca-se a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que pretende ser uma presença solidária, profética, ecuménica, fraterna e afectiva, que presta um serviço educativo e transformador junto aos povos da terra e das águas, para estimular e reforçar seu protagonismo.

²³³ *Novo Jornal*, de 3 de Junho de 2016.

7. ACTORES DA SOCIEDADE CIVIL

7.1 O papel das instituições da sociedade civil

A inexistência de informações mais concretas sobre o impacto das acções levadas a cabo pelos actores da sociedade civil, de modo a permitir mensurá-las, não nos inibe, no entanto, de lançar mão de uma reflexão a partir daquilo que tem sido a sua intervenção no espaço público durante os últimos quinze anos.

A partir do que nos é dado a observar, actualmente, fica-se com a impressão de que se tenha superado a visão assistencialista e a cultura da caridade enquanto exigência que determinados segmentos sociais esperam de uma organização da sociedade civil, e que os faça bem. Esta mudança na maneira de encarar os actores da sociedade civil constitui um dos factores que mais impacto teve sobre a actuação desta nos últimos anos.

No entanto, não obstante inexisterem dados estatísticos fiáveis sobre o número de instituições da sociedade civil estima-se, com efeito, que menos de 10% dessas instituições, que actualmente actuam na sua plenitude, e mesmo dentre aquelas que estão inscritas no Instituto de Promoção e Coordenação das Ajudas às Comunidades, menos de 50% tiveram recursos para executar algum projecto específico durante o ano de 2016.

Ainda assim, regista-se o surgimento de novos actores que endossam o grupo, embora muito deles não sejam necessariamente Organizações Não Governamentais (ONG) e dispostos a desenvolver várias iniciativas num contexto onde se verifica uma tendência de redução das fontes externas de financiamento.

O argumento, muito em voga, segundo o qual é dever das instituições do Estado garantir o bem-estar de todos os cidadãos contrasta com a redução do volume de financiamento disponível e tem vindo a provocar um certo reposicionamento por parte das várias instituições da sociedade civil, com particular realce para as do tipo ONGs em relação ao seu papel e relevância, passando muitas destas a focar os seus esforços em acções concernentes ao acompanhamento e monitoria dos processos de definição, e implementação e monitoria das políticas públicas.

A partir desse momento de virar de página, as acções das organizações da sociedade civil ganharam espaço no debate nacional em questões de gestão do sector e não só. É assim que

as dúvidas até agora existentes sobre a origem dos recursos utilizados e a motivação desses organismos, as formas e estratégias para captar o interesse público em relação às suas causas e comunicação, deixaram de fazer sentido.

Neste particular, partindo de algumas experiências, abordaremos a gestão no seio das instituições da sociedade civil, sem perder de vista o facto de que os valores organizativos destas constituem o centro de todas as suas actuações.

Há até bem pouco tempo, quando se pensava na melhoria da gestão das organizações sem fim lucrativo, aludia-se principalmente a aspectos relacionados com a gestão dos recursos humanos, da comunicação, da captação de fundos, da planificação estratégica, etc. Não obstante, a experiência recente coloca em evidência o esquecimento de diversos aspectos no momento em que se fala do reforço da capacidade das organizações sem fim lucrativo.

Estes elementos, que analisaremos com detalhe na primeira parte do presente capítulo, possuem estreita relação com as mudanças que estão a ocorrer na nossa sociedade e acabam por afectar a forma como as organizações da sociedade civil operam e relacionam-se com outros actores da sociedade civil, instituições do Estado e sector privado.

Existe um amplo consenso em todo mundo sobre o facto de que as sociedades democráticas contemporâneas estão organizadas com base em três eixos, nomeadamente as administrações públicas, as empresas e as organizações da sociedade civil. Tais sectores estão obrigados a trabalhar de forma conjunta com vista à consecução de sociedades mais equilibradas.

Num contexto em que ocorrem rápidas mudanças, muitas pessoas questionam-se se as organizações da sociedade civil estão de facto preparadas e possuem as capacidades necessárias para enfrentar tais mudanças de forma a continuarem a contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e comunidades que apoiam; em outras palavras, se o papel das organizações da sociedade civil é “decorativo” e complementar às acções das demais instituições do Estado ou podem realmente as instituições da sociedade civil contribuir para impulsionar o desenvolvimento económico, político, social e cultural do país.

7.2 Contexto de mudança das Organizações da Sociedade Civil (OSC)

O actual momento, que é caracterizado pelo dinamismo e pela rapidez com que se produzem algumas mudanças ao nível do país situa-se, como referido anteriormente, em três sectores-chave, nomeadamente a administração pública, as empresas privadas e organizações da sociedade civil.

Quer queiramos quer não, as instituições dos três sectores acabam por estar relacionadas de uma maneira ou de outra, porque trocam ideias, recursos e responsabilidades.

E, neste sentido, as mudanças externas que afectam as organizações da sociedade civil são de natureza política, económica, de valores e de normas sociais, etc.

Sem pretendermos ser excessivamente extensos neste capítulo, vamos tratar de algumas mudanças que estão a produzir-se na nossa sociedade, porque afectaram de maneira marcante muitas das organizações da sociedade civil.

7.2.1 As mudanças ao nível das Instituições do Estado

As mudanças ocorridas na forma de funcionamento de algumas instituições do Estado nos últimos quinze anos têm importantes consequências sobre muitas organizações da sociedade civil com particular destaque sobre as do tipo ONGs.

Se na época da guerra alguns serviços, sobretudo os de assistência social aos mais necessitados, eram prestados pelas ONGs, hoje em primeiro lugar destacam-se os familiares e os vizinhos, que têm vindo a constituir-se como peças-chave no cuidado aos mais vulneráveis no âmbito do sector informal.

Continuam a existir casos em que a assistência aos desfavorecidos é prestada por grupos de indivíduos afectos aos diversos tipos de instituições da sociedade civil, que prestam os seus serviços com base no apoio externo que recebem de alguns financiadores ou mesmo que internamente mobilizam entre os seus membros. Existem igualmente casos em que estes serviços são prestados graças ao apoio participado de instituições públicas – no caso de instituições que prestam serviços de assistência médica, hospitalar, educação escolar, etc.

Uma nota curiosa, referente aos últimos anos, prende-se com o surgimento de um mercado no qual algumas empresas passam a oferecer serviços anteriormente prestados quase que exclusivamente pelas ONGs sobretudo durante a época do conflito armado.

Finalmente verificamos que algumas instituições públicas encarregues de fornecer serviços de assistência às populações mais vulneráveis vão assumindo cada vez mais o seu papel, embora no ano de 2016, como consequência da crise económica que se abateu sobre o país, muitos destes serviços fornecidos pelas administrações locais e outras entidades públicas fossem interrompidos.

Com demasiada frequência se ouve pessoas mal informadas afirmar que as organizações da sociedade civil em Angola perderam relevância; outras ainda dizem ser uma emanção das agendas de uma série de interesses externos ao país.

O argumento básico destas críticas tende a ignorar a variedade de actores que compõem o diverso mosaico de instituições da sociedade civil, pensando que o seu papel se esgota em intervenções assistencialistas ou actuações complementares às do governo, tal como eram anteriormente realizadas pelas organizações do tipo ONGs. Por esse motivo, é importante incluir o discurso do pluralismo de actores na esfera da sociedade civil ao refutar tais argumentos.

As instituições da sociedade civil terão de enfrentar o desafio de explicar qual é o seu papel no actual contexto político, económico e social que o país atravessa.

As instituições da sociedade civil, dada a sua diversidade de actores, propósitos e formas de actuação não são e nem podem ser no seu conjunto consideradas como uma emanção das agendas externas, não são um obstáculo para a acção governativa nem muito menos aliados acrícticos de toda acção governativa. Dentre estas há sem dúvida uma grande diversidade de perspectivas, ideias e posicionamentos contrários sobre um mesmo assunto.

De certa forma, o discurso negativo sobre as instituições da sociedade civil, aliado a cada vez mais escassas oportunidades de acesso a financiamento de muitas ONGs, tem feito com que se verificasse um certo abrandamento em relação ao recurso a instituições da sociedade civil por parte de algumas instituições públicas.

Evidentemente que em 2016 este abrandamento resulta da crescente incompreensão da necessária relação que se deve estabelecer entre instituições da sociedade civil, sector privado e instituições do Estado. Tais relações não têm de ser unicamente de confrontação, cooptação, mas também podem ser de colaboração e estar baseadas no respeito, aceitação e autonomia de cada um dos sectores.

7.2.2 A influência dos meios de comunicação e das novas tecnologias

As mudanças geradas pela crescente importância dos meios de comunicação nas estratégias de intervenção de muitas instituições da sociedade civil têm vindo a exercer grande influência nas acções desencadeadas pelas organizações da sociedade civil. No ano de 2016, a presença das organizações da sociedade civil nos meios de comunicação foi crucial para darem a conhecer as suas causas junto de toda a sociedade e em alguns casos junto das instituições do Estado, financiadores e opinião pública nacional e internacional.

Foi através dos meios de comunicação social que o Grupo de Trabalho de Monitoria de Direitos Humanos, uma plataforma de organizações da sociedade civil angolana que trabalha na promoção, divulgação, protecção e monitoria dos Direitos Humanos em Angola denunciou os casos de desalojamento de 39 comunidades na província do Cunene.

Aos casos como o que acima mencionamos podemos adicionar outros tantos que demonstram que a imprensa, por razões diversas, tem vindo a dar cada vez mais importância ao sector da sociedade civil.

Embora a imprensa tenha vindo a prestar cada vez mais atenção às iniciativas da sociedade civil, abrindo espaços para noticiar as suas realizações, nota-se que existe ainda uma certa dificuldade por parte da maior parte das organizações para aproveitar o espaço, sem pôr em risco os valores intrínsecos ao sector da sociedade civil.

Neste sentido, algumas organizações ou iniciativas de cidadãos da sociedade civil prestaram-se a participar em iniciativas de caridade que mais pareciam ser do tipo *charity show*, o que de certa forma acaba por desvirtuar a realidade, o trabalho e o papel da maior parte dos actores da sociedade civil.

Podemos citar como exemplos, neste caso, a forma como alguns actores se mobilizaram e tentaram tirar proveito das dificuldades pelas quais estava a passar o hospital pediátrico de Luanda durante a crise provocada pela epidemia de febre-amarela que se abateu sobre o país em 2016. Bem como a forma como alguns sectores da imprensa sobretudo estatal abordaram questões ligadas às intervenções de algumas organizações não-governamentais e indivíduos da sociedade civil, sobretudo ligados à promoção e defesa dos Direitos Humanos, poderá de certa forma contribuir para a deterioração da fraca confiança que alguns sectores têm em relação à sociedade civil, seu papel e relevância.

Um facto que ilustra bem o que acima referimos prende-se com a forma como os órgãos de informação pública abordaram a questão do eventual papel que algumas organizações da sociedade civil têm vindo a jogar ante uma hipotética estratégia de algumas instituições internacionais, que por via destas pretende derrubar o regime político vigente no país. Este debate teve um grande eco depois da entrevista feita pelo ex-director da Rádio Ecclesia, ao *Jornal de Angola*.²³⁴

Por outro lado, as mudanças ao nível das novas tecnologias que cada vez mais estão a ser incorporadas pelas organizações da sociedade civil como ferramentas de trabalho têm sido fundamentais. Tais ferramentas, para além de aumentarem as possibilidades de denúncia e activismo, têm permitido a muitas pessoas e instituições da sociedade civil melhorar a sua comunicação ao nível interno e externo, captação de apoios, inclusive financeiros, etc.

O que tecnicamente se tem vindo a chamar de ciberactivismo tem ganhado espaço dentre as formas de actuação das pessoas e instituições da sociedade civil; graças a estas ferramentas muitas organizações conseguem ampliar a sua voz, mobilizar apoios, como foi o caso da onda de solidariedade para com causas como as dos cidadãos presos no âmbito do processo denominado “15+2”, das vítimas das demolições do Zango 4 e tantas outras.

Ainda assim e apesar dos avanços registados no ano de 2016, é consabido que as organizações da sociedade civil terão de vencer o desafio que consiste em utilizar correctamente as oportunidades que as novas tecnologias e os meios de comunicação oferecem para melhorar o seu trabalho e aumentar o seu impacto, sem descuidar o facto de que na maior parte das vezes o que os meios de comunicação preferem é aumentar os níveis de audiência através de notícias que sejam impactantes, a curto prazo (trágicas), etc.

²³⁴ Nesta entrevista, o ex-director da Rádio Ecclesia dizia existirem organizações internacionais que financiam órgãos de comunicação social para derrubar o actual poder em Angola.

Neste sentido, denota-se um longo caminho a percorrer com vista a superar-se a tensão que a sociedade de comunicação coloca nas organizações da sociedade civil, que necessitam dos órgãos de comunicação para visibilizar as suas acções e, portanto, precisam de estabelecer um justo equilíbrio entre os seus esforços de comunicar e o respeito pela sua missão e valores do sector.

7.3 Aumento da participação cidadã através dos novos movimentos sociais e do voluntariado

Uma mudança que se tem consolidado, sobretudo, ao nível dos principais centros urbanos, onde se regista maior abertura democrática é a cada vez maior participação dos cidadãos no espaço público, através de grupos organizados de maneira formal ou informal.

Nota-se que a cultura da participação dos cidadãos no espaço público foi historicamente impulsionada por alguns segmentos social, tais como instituições sindicais, religiosas, partidos políticos, esferas que tradicionalmente encontravam de costas viradas e que, embora timidamente, tendem a se aproximar em situações relacionadas com a monitoria e o debate sobre políticas públicas.

Vale destacar, a título ilustrativo, o trabalho de monitoria social realizado por instituições religiosas sobretudo no que ao acompanhamento, análise, monitoria e debates, tendo como pano de fundo as políticas públicas e a actuação das instituições do Estado, dizem respeito. De igual modo merece destaque o programa de monitoria dos gastos públicos constantes nos Programas de Investimentos Públicos e nos orçamentos de alguns municípios das províncias do Zaire, Uíge, Cuanza Sul e Benguela desenvolvidos pelo Concelho das Igrejas Cristãs em Angola (CICA); o trabalho da Comissão Arquidiocesana de Justiça e Paz do Lubango, que desenvolve o mesmo trabalho que o CICA em alguns municípios da província da Huíla e Namibe; o trabalho de educação cívica e promoção do Direitos Humanos e da cidadania desenvolvido pela organização Mosaiko, afecta à Ordem Religiosa dos Padres Dominicanos.

Estas instituições, mencionadas no parágrafo anterior, têm vindo a aumentar o número de iniciativas que visam estimular a participação dos cidadãos na esfera pública; baseadas num forte compromisso social, implementam diversas acções junto de grupos específicos de cidadãos, mulheres, jovens, adolescentes, etc. Sem pretender entrar numa discussão filosófica – por não ser este o nosso objectivo –, apesar das habituais dificuldades em obter dados quantitativos relativos a um determinado ano, podemos dizer que cada vez tendem a ser mais em número, capacidade de influência e qualidade de abordagem os grupos formais ou informais da sociedade civil, que usando as mais variadas vias trabalham no sentido de tornar os indivíduos conscientes da sua co-responsabilidade em relação ao seu próprio bem-estar e ao bem-estar da sociedade em que vivem.

Espalhados por diversas cidades e municípios do país, tendem a ser cada vez mais visíveis os modos formais ou informais de organização dos cidadãos, conscientes da necessidade de

participar em acções e iniciativas que visam tornar os espaços comuns lugares mais agradáveis para se viver. Embora algumas destas dinâmicas não sejam necessariamente novas no que tange à data da sua origem, em 2016 destacaram-se pela sua dinâmica de mobilização, defesa dos interesses dos cidadãos, capacidade em dar visibilidade à sua causa, negociação ou pressão junto das autoridades, iniciativas protagonizadas por grupos organizados de cidadãos tais como no caso da Comissão de Moradores da Cidade do Kilamba, moradores do Zango, comunidades do Curoca, etc.

Esta forma de participação cidadã tem vindo a ganhar um novo fôlego, e brinda aos cidadãos oportunidades amplas de influenciar as decisões que os afectam, embora se reconheça ainda uma tendência que prima pelo seu não reconhecimento, quer por parte das autoridades responsáveis pelas tomadas de decisão, quer por parte de algumas ONGs que se mostram pouco preparadas para interagir de modo eficaz com actores da sociedade civil que, não sendo necessariamente ONGs, pretendem assumir a sua responsabilidade na resolução dos problemas da sua comunidade.

Considerar que os graves problemas suscitados pelo aumento de casos relacionados com a venda de drogas e bebidas alcoólicas a adolescentes, falta de condições de habitabilidade em alguns bairros, violência, criminalidade, etc., de que sofrem muitas localidades do nosso país, podem ser solucionados com medidas emanadas das instâncias centrais de governação, ou com o mero aumento de mais recursos financeiros e meios policiais repressivos, tem vindo a revelar-se uma opção equivocada, condenada ao fracasso. Seguramente que parte da solução reside no nível de mobilização e envolvimento dos cidadãos na esfera local, de modo a que cada um no local em que reside faça a sua parte.

Esta visão pragmática tem vindo a aumentar e não se deve esgotar unicamente na Lei das Comissões de Moradores aprovada em 2016 – certamente que ela tem vindo a florescer onde aumenta a cultura cidadã que acentua a responsabilidade dos indivíduos, fazendo com que estes se organizam para de modo voluntário enfrentar os problemas que os afligem. Em Angola, historicamente, a concretização da participação pública do cidadão tinha basicamente seguido dois percursos: a participação obrigatória, sobretudo no período de partido único, e a participação voluntária, com o advento do multipartidarismo.

Na actualidade, ao que parece, tem havido um maior consenso em torno da ideia segundo a qual a participação dos cidadãos na vida pública deve ser voluntária, autónoma e livre. Não obstante ainda existir o desafio de se evitar os perigos constantes resultantes da imposição de demasiadas regulações à participação cidadã, tal como as que constam do novo Decreto que regula à acção das ONGs e a Lei das Comissões de Moradores²³⁵ e as tentativas de apropriação dos espaços de participação da sociedade civil na esfera pública por parte

²³⁵ Ver respectivos Decretos-Leis que regulam o funcionamento das ONGs e Lei sobre as Comissões de Moradores.

das administrações locais, partidos políticos e outras estruturas do Estado como tem vindo a acontecer com algumas comissões de moradores, ou em fóruns de diálogo e concertação entre as instituições públicas e os cidadãos.

Em relação à regulamentação das ONGs, muitas das vozes que se levantam contra falam da necessidade de se criar uma regulação mais ajustada à realidade, priorizando, em certa medida, que o próprio sector da sociedade civil se auto-regule, ao passo que para o espaço de participação cidadã defende-se que esta deve ocorrer de modo autónomo, livre, sem interferências das entidades públicas.

Em 2016, fruto de uma visão distorcida do papel da sociedade civil e da participação dos cidadãos no espaço público, continuou a verificar-se uma certa tendência intervencionista, às vezes excessiva por parte de determinadas instituições públicas, um recrudescer de mensagens com alto teor assistencialista por parte de alguns meios de comunicação, fruto de uma cultura cívica que não transmite o valor e a importância do compromisso dos cidadãos com a monitoria das políticas públicas e da actuação dos entes públicos.

Neste contexto, muitas organizações da sociedade civil, sobretudo as pertencentes ao sector das não-governamentais queixam-se do facto de que as pessoas tendem cada vez mais a oferecer apenas o seu apoio pontual às causas, ao invés de estabelecerem compromissos continuados, facto que limita muito as acções das ONGs e não lhes permite aumentar o seu impacto junto da sociedade.

Embora sentindo a necessidade da realização de estudos mais aprofundados sobre os diferentes motivos que animam ou não os cidadãos a participar em dinâmicas e iniciativas promovidas pelas organizações da sociedade civil, algumas pessoas referem que “o individualismo altruísta” o “egoísmo colaborador”, tal como indica Beck (200), se destacam dentre um leque de motivações que pode ser mais alargado e estão na base dos motivos pelos quais cada vez é maior o número de jovens que se destacam ao nível da participação nos espaços públicos de maneira individual ou em grupos organizados, de forma diferente do que tem sido as habituais ONGs.

É imperioso que as ONGs aceitem esta realidade e aprendam a conviver com mais um desafio que consiste em: trabalharem para mobilizar pontualmente um maior número de cidadãos e, ao mesmo tempo, reforçarem-se para obter destes um compromisso de longo prazo para com as causas que defendem.

7.3.1 Incremento da denúncia social ante as situações de desigualdade, injustiça e desenvolvimento sustentável

Uma das mudanças mais importantes que se produzem nas organizações da sociedade civil é o aumento da sua capacidade para visibilizar e até denunciar casos de violação de direitos humanos, corrupção, etc.

No ano de 2016, de forma individual ou colectiva, os cidadãos afectos a grupos de consumidores, organizações ambientalistas, moradores de uma determinada zona, organizações de defesa dos direitos humanos, etc., constituíram uma voz muito importante ante situações de injustiça causadas por instituições governamentais, empresas privadas, ou por interesses particulares.

Esta faceta de denúncia que vêm assumindo cada vez mais algumas organizações da sociedade civil, tem vindo a gerar tensões entre as várias organizações da sociedade civil, instituições públicas, interesses individuais, empresas privadas, bem como no seio de toda sociedade.

Diversas organizações que trabalham em prol dos Direitos Humanos jogaram um papel importante ao visibilizarem situações nas quais comunidades rurais perdiam as suas terras, como foi o caso do Curoca, ou as suas casas, como foi o caso do Zango 4, e tantas outras situações, obrigando a uma tomada de posição das autoridades angolanas e também fazendo chegar a sua visão dos factos ao nível nacional e internacional.

Existem, de um lado, organizações não-governamentais que consideram importante evitar-se situações nas quais algumas organizações e pessoas da sociedade civil buscam somente o ataque frontal e a confrontação com as instituições públicas, empresas como forma de ganhar visibilidade no espaço público, às vezes optando por caminhos que não facilitam a busca de soluções e muito menos de propostas concretas para solução do problema. Por outro lado, são também conhecidas organizações que num outro extremo apresentam-se como instituições da sociedade civil, muitas delas funcionando numa lógica que visa apenas promover a imagem do poder político, a coberto de ajuda que prestam aos mais necessitados e das causas cívicas que dizem defender.

Em ambos os casos, a actuação destas organizações tem vindo a contribuir para a visão distorcida que muitos cidadãos têm acerca da sociedade civil, e potencializam o incremento da visão retrógrada que olha para o sector privado, instituições públicas e até para a sociedade civil como parte do problema e nunca como parte importante da sua solução.

Neste sentido, convém não esquecer o facto de que uma das facetas das organizações da sociedade civil é a de engajar-se no diálogo com os diferentes sectores da sociedade, preservando contudo a sua autonomia, independência e capacidade de análise crítica.

Algumas organizações optaram por se tornar apenas organizações prestadoras de serviços, pondo de lado o trabalho de mobilização para o exercício activo da cidadania, e o que é mais importante, demarcando-se de toda e qualquer iniciativa que vise advogar em prol de melhores políticas e desempenho das instituições públicas, parte importante do papel da sociedade civil enquanto actores que lutam em prol da transformação social.

Em 2016, as acções de denúncia protagonizadas por algumas organizações e pessoas da sociedade civil provocaram algumas tensões no relacionamento entre as instituições do Estado, empresas e interesses privados alvos de tais denúncias.

Muitas organizações não-governamentais entendem que encontram sérias dificuldades para aceder ao Estatuto de Utilidade Pública, ou a fundos para obterem financiamento ou apoio dos organismos afectos ao Estado, por denunciarem situações de injustiças, e formularem críticas a algumas acções governativas.

Esta tem sido uma das razões pelas quais organizações como a Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente, a Associação Justiça e Paz, a Associação Mãos Livres e tantas outras ainda não mereceram o reconhecimento por parte do Estado como instituições de utilidade pública.

Este facto demonstra claramente a dificuldade sentida durante o ano de 2016 por organizações não-governamentais que não dispõem de fontes alternativas de financiamento para se engajarem de maneira construtiva em acções de *lobby* e *advocacy* quando tais acções implicam iniciativas de denúncia de casos de violação de direitos, críticas a acção governativa, etc.

7.4 Aumento das desigualdades sociais e das assimetrias regionais

Tanto as organizações da sociedade civil que desenvolvem os seus trabalhos nas zonas urbanas como nas zonas rurais, experimentam alguma pressão pelo facto de, à simples vista, crescer a sensação de que os seus resultados são cada vez mais escassos.

Numerosos estudos e informações indicam que as diferenças entre as regiões mais ricas e as mais pobres do nosso país tendem a ampliar-se; de igual modo, a distância entre aqueles que têm mais e aqueles que nada têm ou que menos possuem tende a crescer de ano para ano.

Esta situação tem vindo a gerar um certo desânimo não apenas no seio das pessoas que trabalham em diferentes ONGs, mas também junto das diversas instituições nacionais e internacionais que as apoiam.

Ao mesmo tempo, o sentimento de que muitas das iniciativas promovidas pelas ONGs são meros paliativos e nunca chegam a atacar as causas estruturais da pobreza – da desigualdade social e da pobreza – tem vindo a aumentar sobretudo junto da opinião pública nacional e internacional e de algumas instituições financiadoras.

Esta tendência de pensamento que se vai consolidando é, de certa forma, difícil de contrariar e levanta muitos questionamentos em relação ao trabalho que tem vindo a ser realizado pelas diversas instituições da sociedade civil, sobretudo as do tipo ONGs.

Ainda assim, algumas das ONGs, sobretudo as mais comprometidas com as ideias que norteiam a sua existência, tentam trabalhar sob uma concepção de desenvolvimento e solidariedade que vai para além da caridade de curto prazo, que se mobiliza apenas em momentos críticos em que acontecem determinadas calamidades, como foi o caso da seca em algumas províncias do sul de Angola ou do surto epidémico da febre-amarela em 2016.

Algumas ONGs que compreendem a complexidade de operar num contexto marcado pelas desigualdades sociais e assimetrias regionais começam a incorporar no seu trabalho uma série de iniciativas que visam criar uma base social informada e comprometida com as causas que defendem, ao nível dos sectores públicos, privados e do resto da sociedade.

Esta actuação explica-se pelo facto de que, para eliminar-se as causas estruturais, é importante que ocorram mudanças ao nível dos valores e formas de comportamento de toda a sociedade, principalmente da parte daquelas pessoas que são menos desfavorecidas.

Paralelamente a tudo isto, tem vindo a crescer ainda que timidamente o número de iniciativas impulsionadas pelas organizações da sociedade civil tendentes a captar um maior compromisso por parte do sector privado, não apenas na sua condição de financiador, mas com o propósito de que este venha assumir uma postura pautada pela responsabilidade social ao longo das suas actividades empresariais.

De ano para ano, tem vindo a aumentar o número de pessoas que defendem ser importante a realização de projectos no terreno de apoio às pessoas que vivem situações difíceis e, ao mesmo tempo, mobilizar-se a favor de políticas públicas mais adequadas, aumento do volume de receitas destinado ao sector social, etc.

Por outro lado, constata-se ainda existirem muitas situações nas quais algumas organizações da sociedade civil procuram apenas despertar sentimento de caridade da parte dos cidadãos, e empresas que possuem alguns recursos mediante iniciativas de *marketing* sem, contudo, tentarem captar o compromisso real destas pessoas com a pobreza e a injustiça social em Angola.

Esta tensão entre caridade e desenvolvimento esteve muito presente em muitas iniciativas solidárias lançadas por diversas personalidades mediáticas durante o ano de 2016, e levanta a necessidade de uma reflexão profunda acerca dos valores e da missão das organizações da sociedade civil.

7.5 Uma sociedade civil cada vez mais plural e multifacetada

Durante muito tempo, a visão simplista fazia alusão apenas as organizações não-governamentais como sendo as únicas representantes da multitude de actores que compõem o mosaico da sociedade civil em Angola. Tal visão considera as demais formas de organização dos cidadãos como actores que no máximo dos máximos poderiam ser beneficiários das acções das ONGs.

Hoje não é tão simples demarcar os limites ou fazer distinções entre as ONGs e seus beneficiários dentro da multiplicidade de actores que se identificam como pertencentes à esfera da sociedade civil.

De qualquer das formas já é incontestável o facto de que as ONGs tal como as conhecemos não são os únicos e muitas das vezes nem sequer são hoje os mais legítimos representantes de todos actores que compõem o universo da sociedade civil em Angola.

Algumas poucas organizações não-governamentais revelaram-se capazes de trabalhar de forma articulada ou estabelecendo sinergias com outras formas de intervenção na esfera da sociedade civil, onde actores tais como alguns movimentos, pessoas individuais e grupos não-formais se têm vindo a destacar.

Em 2016, iniciativas como as protagonizadas pelos jovens que se autodenominam de “revús”, ciberactivismo, actos filantrópicos e de solidariedade protagonizada por grupos formados por cidadãos ou indivíduos da sociedade civil, cuja forma de actuação diferem de modo significativo das ONGs, tiveram um grande destaque e captaram as atenções dos meios de comunicação e da sociedade ao nível nacional e internacional.

O facto de a maior parte das organizações não-governamentais trabalhar para apoiar causas muito concretas, como por exemplo educação de crianças e jovens numa determinada localidade, erradicação da fome no sul de Angola, luta contra o flagelo provocado pelo HIV e a SIDA, apoio a pessoas com problemas ligados ao autismo e *deficit* de atenção, etc., permite-lhes em determinadas temáticas terem um conhecimento profundo das situações; porém, numa sociedade plural e multifacetada, os excessos de particularismos têm feito com que algumas das causas defendidas pelas organizações não-governamentais não sejam aplicáveis ao nível nacional devido a uma actuação à escala micro, por falta de uma estratégia de actuação que, embora tenha de intervir sobre causas particulares, não perca a visão de conjunto que tende a ser mais global.

7.6 Surgimento de novos desafios sociais

Numa dinâmica social que se renova de ano para ano, outro dos grandes desafios que tiveram de enfrentar os actores da sociedade civil durante o ano de 2016 foi o de se permanecer fiel às suas raízes, abraçar causas mais plurais num mundo cada vez mais complexo e especializado.

Neste sentido, foi evidente a dificuldade manifestada por algumas instituições da sociedade civil na hora em que eram chamadas a decidir se continuariam a operar da mesma maneira, abraçando as mesmas causas pelas quais tinha optado, muitas destas há mais de quinze anos, ou inovar e se adaptar aos novos desafios da sociedade.

Apesar de que diferentes actores tenham trabalhado nelas desde há muitos anos, existem problemas ou desafios sociais que estão longe de serem ultrapassados, porque se avançou

muito pouco na sua resolução. Alguns destes desafios assumem características particulares por gozarem de fraca visibilidade mediática, e até de pouco interesse por parte dos potenciais financiadores.

Dentre estes desafios começaríamos por destacar a questão da integração laboral e social dos ex-militares, sobretudo aqueles que sofrem devido às incapacidades físicas e psíquicas derivadas da guerra, o respeito pelo meio ambiente em zonas onde se explora com grande intensidade recursos naturais como madeira, diamantes e outros, a defesa das crianças, mulheres e todas as pessoas que sofrem devido a violência doméstica.

A par destes assuntos, temos desafios ligados ao reconhecimento dos direitos dos homossexuais e lésbicas, o apoio a organizações que lutam em favor dos Direitos Humanos, ou o financiamento de iniciativas que visam fomentar a capacidade das pessoas empobrecidas para gerar rendimentos de forma autónoma.

Para além destes desafios, as organizações da sociedade civil também lidam com desafios próprios dos novos tempos, dentre os quais e apenas para citar alguns o facto de que têm em muitos dos casos de competir com empresas privadas de consultoria que cada vez mais são contratadas para fazer trabalhos anteriormente realizados quase que exclusivamente por ONGs, lidar com a dificuldade de retenção de quadros experientes num contexto em que escasseiam os fundos provenientes dos doadores internacionais, e estruturar um bom sistema de monitoria que lhes permita prestar contas e demonstrar o impacto das suas acções.

Para todos estes desafios, as organizações da sociedade civil têm de buscar novas formas de resolver velhos problemas com que se deparam, ao mesmo tempo que encontrar novas soluções para os novos problemas. Pelo que foram poucas as iniciativas que visaram apoiar o desenvolvimento de capacidades para inovação e aprendizagem contínua das organizações da sociedade civil, sobretudo das ONGs.

7.7 Fortalecimento institucional das Organizações da Sociedade Civil (OSC)

A noção de fortalecimento institucional dos actores da sociedade civil num contexto como o que se viveu em Angola durante o ano de 2016 ganha particular relevância, já que desde há muito tempo passou a fazer parte dos principais discursos que abordam as questões de desenvolvimento.

Cientes de que esta é uma questão que deve naturalmente constar não apenas da agenda das instituições da sociedade civil, mas também das preocupações das agências internacionais e dos governos em muitas partes do mundo, vamos analisar o seu desenvolvimento ao longo do ano de 2016.

Apesar do crescente reconhecimento do papel incontornável da sociedade civil como actor-chave do desenvolvimento social e económico de Angola publicamente manifestado quer pelas

autoridades angolanas quer pelos organismos internacionais, existiram muito poucos mecanismos de apoio ao fortalecimento da capacidade institucional das organizações da sociedade civil em Angola durante o ano de 2016.

Embora reconhecendo-se que o fortalecimento institucional da sociedade civil seja um aspecto importante para consecução de objectivos tais como estabilidade macroeconómica, crescimento e diversificação da economia, em termos práticos voltou a verificar-se uma fraca aposta por parte do executivo angolano e dos seus parceiros internacionais de cooperação em programas de reforço da capacidade institucional da sociedade civil.

Exceptuando o apoio feito pela Embaixada da Noruega através da ONG Ajuda das Igrejas da Noruega²³⁶, da Embaixada da Holanda e pouco mais, foram notórias a falta de visibilidade e o limitado montante financeiro dedicado exclusivamente ao fortalecimento institucional dos actores da sociedade civil em Angola durante o ano.

A pouca atenção dedicada, em termos de recursos financeiros destinados a programas de reforço institucional dos actores da sociedade civil em Angola, contradiz de certa forma as várias declarações feitas pelos organismos internacionais e governo de Angola, segundo o qual as organizações da sociedade civil devem jogar um papel importante em determinadas tarefas conducentes ao alcance dos novos objectivos globais de desenvolvimento.

Neste capítulo, analisa-se de maneira crítica as principais razões pelas quais as organizações da sociedade civil não produziram os resultados desejados ou porque tiveram impactos limitados as várias iniciativas protagonizadas por diferentes instituições internacionais de cooperação visando dar respostas à problemática do reforço da capacidade institucional da sociedade civil.

As várias pessoas entrevistadas durante o processo de elaboração deste capítulo, quando questionadas sobre as razões pelas quais elas consideravam terem falhado muitas das louváveis iniciativas tendentes ao fortalecimento institucional da sociedade civil, eram unânimes em relação aos seguintes factores:

- O fortalecimento institucional realiza-se com a participação directa das pessoas e organizações implicadas, na definição do problema, na identificação das estratégias de fortalecimento, facto muitas das vezes ignorado pelos diferentes mecanismos que visavam o fortalecimento das instituições da sociedade civil em Angola.
- Dificuldades por parte de alguns financiadores de entender a ideia segundo a qual o fortalecimento institucional é um processo, facto que ressalta a sua dimensão temporal e a necessidade de se estabelecerem correctamente os tempos em que este deveria ter ocorrido.

²³⁶ Ver plano estratégico para Angola da ONG internacional Ajuda das Igrejas da Noruega para o período de 2016 a 2020.

- Muitos dos mecanismos de apoio à sociedade civil ignoraram o facto de que o fortalecimento institucional é multidimensional, o que implicaria um conjunto de intervenções centrada em diferentes níveis: ao nível dos indivíduos, das instituições, mas também das próprias instituições do Estado.
- Perdeu-se de vista muitas das oportunidades de reforço das capacidades já existentes; basicamente, poder-se-iam ter implementado muitas mais iniciativas que visem identificar líderes existentes no sector e reforçar organizações que funcionavam perfeitamente, ao invés de se insistir na criação de novas organizações da sociedade civil, mais fáceis de submeter às agendas de quem pretendia fazer tal reforço.
- Na maior parte dos casos, os programas de fortalecimento institucionais não dispunham de sistemas objectivos e eficazes de monitoria e medição dos impactos, facto que dificulta até hoje aferir os resultados.
- Muitas das vezes, faltou flexibilidade e capacidade de adaptação ao contexto de Angola, fazendo com que falhassem muitas estratégias, actividades e recursos, sobretudo aquelas que requeriam uma mudança de mentalidade, o desenvolvimento de certas capacidades técnicas e a transmissão de conhecimentos e habilidades por parte de pessoal com mais experiência de trabalho em Angola.

De modo mais preciso e resumido, podemos dizer que muitas das estratégias de reforço institucional dos actores da sociedade civil falharam, porque não tiveram em conta a necessidade de se trabalhar em três níveis ao mesmo tempo: o nível das pessoas, das organizações e do sector.

Daí que em 2016, salvo raras excepções, viu-se a gritante dificuldade que a maior parte das organizações da sociedade civil sentia em estabelecer e consolidar relações de parceria e colaboração com determinados sectores ligados à máquina administrativa do Estado. Mesmo para o caso de organizações que vêm mantendo uma certa interacção com algumas instituições públicas desde há alguns anos, as relações que estabelecem estão longe de ser consideradas como sendo de colaboração.

O mesmo ocorre em relação com o sector privado, onde as relações de colaboração entre empresas e instituições da sociedade civil foram ao longo do ano de 2016 bem menores, se as compararmos com o sector público.

Embora a experiência e os discursos dos vários actores da sociedade civil considerem a colaboração entre diversas instituições da sociedade civil um aspecto importante e crucial para o fortalecimento institucional das mesmas, a verdade é que o nível de colaboração e articulação entre as mesmas em 2016 esteve muito aquém do que seria desejado.

Podendo haver algumas ligeiras excepções como sendo os casos: das organizações não-governamentais que fazem parte do Grupo de Monitoria dos Direitos Humanos, da Rede de ONGs

que actua na área dos Direitos Humanos, Rede de Educação para Todos, e de algumas poucas iniciativas conjuntas realizadas pontualmente por instituições da sociedade civil.

No âmbito organizativo, um dos aspectos fundamentais do fortalecimento institucional das organizações da sociedade civil prende-se com a questão da prestação de contas e com a maneira como funcionam na maior parte dos casos os seus órgãos de governação.

É bem sabido, com efeito, que as instituições da sociedade civil devem prestar contas em relação ao que tem sido a sua actuação não apenas aos financiadores e as autoridades, mas também aos seus membros, beneficiários de forma muito particular, e à sociedade em geral.

A vertente da transparência relacionada com a apresentação regular dos relatórios financeiros e narrativos às instituições que as financiam tende a ser assegurada pelo estabelecimento de acordos.

Contudo, constata-se ainda um *deficit* em termos de transparência, porque regra geral as instituições da sociedade civil continuam a fazer poucos esforços no sentido de colocar à disposição das pessoas interessadas informações sobre as avaliações dos projectos ou mesmo do seu desempenho institucional para que se possa comparar os níveis de cumprimento ou de incumprimento da sua missão enquanto organização.

Por outro lado, eventuais avanços em relação à prestação de contas, passam pelo pleno funcionamento dos órgãos estatutários de muitas instituições da sociedade civil, sobretudo aquelas que funcionam como ONGs; a questão que se levanta muitas das vezes é o facto de que na maior parte dos casos tais órgãos não funcionam com normalidade, apesar de constarem dos seus estatutos.

O facto de os órgãos internos previstos nos estatutos da maior parte das ONGs não funcionarem tem vindo a fazer com que os órgãos executivos acabem por assumir o papel dos órgãos de governo, assumindo o seu papel em relação à definição das directrizes e estratégias a serem seguidas pelas ONGs, facto que de certa forma condiciona o desempenho de muitas delas.

Finalmente, ao nível das pessoas, o fortalecimento institucional deveria olhar para as competências e capacidades que as pessoas que trabalham a diferentes níveis nas mais variadas tipologias de actores da sociedade civil precisam de desenvolver para o cumprimento eficaz da sua missão.

7.8 Desafios das Organizações da Sociedade Civil (OSC)

O futuro das organizações da sociedade civil em Angola pressupõe necessariamente a superação de três grandes desafios, nomeadamente, o desafio ligado ao estabelecimento de relações de colaboração com os sectores públicos, privados e entre outras organizações da sociedade civil; o desafio ligado a restauração da confiança junto dos diferentes actores sociais;

e em último, mas não menos importante, o desafio da inovação tendo em vista a criação de capacidades para o fortalecimento institucional.

Neste sentido, vamos abordar aqui em separado cada um dos três desafios tendo como base a actuação dos diferentes tipos de organizações da sociedade civil nos últimos anos, com particular destaque para o ano de 2016.

7.8.1 O desafio do estabelecimento de relações de colaboração com os sectores públicos, privados e entre as OSC

É evidente que para aumentar o seu impacto e melhorar a sua credibilidade, as organizações da sociedade civil terão de colaborar mais entre si, independentemente dos tipos e formas organizativas que cada uma decida adoptar. De facto, muitos cidadãos questionam-se em relação ao facto de que muitas instituições da sociedade civil não colaboram entre si, chegando, às vezes, a assumir uma postura de concorrentes, entre aquelas que desenvolvem intervenções muito parecidas ou no mesmo âmbito.

Quer no passado, quer ao longo do ano de 2016, ficou patente o facto de que alguns posicionamentos tomados conjuntamente por diferentes organizações da sociedade civil tiveram muito mais impacto. É fundamental que esta predisposição para cooperar em torno de propósitos convergentes se estenda cada vez mais às diferentes instituições do Estado, bem como do sector privado.

Todas as instituições, públicas, privadas e da sociedade civil que actuam sobre uma mesma região podem encontrar soluções para enfrentar os diferentes desafios que surgem. Por exemplo, muitos dos conflitos entre empresas privadas e cidadãos nas regiões diamantíferas poderiam ser melhor enfrentados caso este tipo de colaboração fosse já uma realidade usual em Angola.

A adequada gestão das relações de cooperação e colaboração entre organizações da sociedade civil, entre estas e os sectores públicos e privados é no essencial uma questão ainda não superada.

Embora que timidamente, e em casos muito pontuais, algumas iniciativas de resolução de conflitos ligados à terra, apoio às populações com fundos provenientes de empresas privadas e outras poucas iniciativas ocorridas em 2016 indicam que existem condições para que este tipo de colaboração aumente.

Um dos pré-requisitos para o surgimento de muitas mais iniciativas conjuntas entre instituições da sociedade civil, sector privado e instituições públicas passa pela superação da desconfiança existente entre os diferentes sectores, o reconhecimento e o respeito pelas diferenças.

O facto de cada vez serem mais as empresas que incorporam o discurso sobre a responsabilidade social na sua maneira de actuar pode igualmente significar uma oportunidade para os sectores da sociedade civil, que reivindicam a necessidade de que as empresas retribuam algo em favor das comunidades e da sociedade onde desenvolvem as suas actividades empresariais, ao mesmo tempo que procuram minimizar e até eliminar os impactos negativos das suas acções.

Por outro lado, ainda prevalece em alguns sectores da sociedade a ideia do assistencialismo, da caridade e do voluntarismo mal-entendidos, factos que acabam por criar falsas expectativas em relação ao real papel dos actores da sociedade civil junto de algumas pessoas ligadas às instituições públicas do Estado e do sector empresarial. Tal visão dificulta de algum modo o estabelecimento de relações de parcerias com algumas instituições da sociedade civil, sobretudo aquelas que realizam um bom trabalho, tendo como base os seus valores e procuram influenciar políticas públicas como forma de alcançar as desejadas transformações sociais. Naturalmente que em relação a isto há ainda muito caminho a percorrer.

À parte da necessidade de mais colaboração entre os três sectores – sociedade civil, instituições do Estado e sector privado –, há a necessidade de se trabalhar no sentido da criação de confiança entre os sectores. Isto significa que altos funcionários do Estado, das empresas privadas e das instituições da sociedade civil, teriam de fazer muito mais esforços para se aproximarem, de modo a que cada um entenda a realidade dos outros sectores.

Por último, é necessário tomar consciência de que avanços nas relações de cooperação entre os três sectores de nenhum modo podem significar fazer desaparecer as necessárias fronteiras entre os sectores, mas sim superar algumas barreiras desnecessárias em prol do bem comum.

7.8.2 O desafio da confiança

Apesar das muitas e destacadas iniciativas desenvolvidas por pessoas e instituições da sociedade civil ao longo dos tempos, é significativo o número de cidadãos que ainda não entendem o papel e a relevância das organizações da sociedade civil num Estado Democrático e de Direito.

Se no passado as organizações da sociedade civil do tipo ONG eram vistas apenas como instituições de caridade ou meras prestadoras de serviços sociais básicos, hoje, para muitas pessoas, a sociedade civil é maioritariamente formada por indivíduos e instituições “anti-sistema”. Esta visão distorcida é em parte fruto das actuais dinâmicas políticas e sociais, marcadas pelo aumento do número de ONGs, movimentos cívicos e personalidades da sociedade civil que tentam influenciar políticas públicas através de acções de denúncia, reivindicação, crítica da actuação das instituições do Estado.

No ano de 2016, através da utilização de meios e estratégias que vão desde o protesto nas ruas, advocacia e *lobby* junto das instituições à denúncia nos diferentes meios de comunicação

social nacional e estrangeiro e redes sociais, muitas organizações fizeram ouvir a sua voz, em prol das causas que dizem defender. Estas iniciativas que tendem a intensificar-se de ano para ano provocam da parte de algumas pessoas e instituições fortemente vinculadas ao poder político reacções inamistosas, ante aquilo que consideram ser ataques às instituições do Estado protagonizadas por pessoas e instituições da sociedade civil em nome de uma agenda alheia ao que estes consideram ser o interesse nacional. Por este motivo, e ao contrário do que ocorria na década de 90, ao superar a fase inicial do surgimento das ONGs e do reconhecimento formal da existência de organizações da sociedade civil, actualmente um dos grandes desafios destas é o de ganhar a confiança da maior parte da população.

Se, no passado, um dos caminhos para aumentar a credibilidade das instituições da sociedade civil passava pela gestão dos recursos humanos, financeiros e materiais, hoje, a credibilidade passa por aspectos tais como prestação de contas, demonstração dos resultados alcançados, transparência em relação à maneira de trabalhar e à forma como capta os recursos, etc.

7.8.3 O desafio da inovação

Tem sido apanágio das organizações da sociedade civil inovar e experimentar continuamente novas formas de actuação. Supõe-se que esta é uma das suas principais características, apesar de que por diversas vezes já foram tornadas públicas críticas segundo as quais algumas instituições da sociedade civil têm vindo a perder a sua capacidade de inovar e dedicam-se a actuar de forma semelhante ao que faziam num passado em que abundavam as oportunidades de financiamento, num contexto de crise humanitária generalizada que requeria muitas intervenções de carácter assistencialista.

Num contexto em que os financiamentos são cada vez mais escassos, as organizações são chamadas a intervir no sentido de ajudarem a encontrar soluções para novos problemas; daí que o desenvolvimento de capacidades do pessoal que trabalha em instituições da sociedade civil constitua um dos principais desafios.

As organizações da sociedade civil com mais capacidade para inovar têm sido aquelas que contam com pessoal mais bem preparado para os desafios a que estas se propõem. Este desafio tem-se revelado difícil, uma vez que com as dificuldades de acesso aos recursos para intervenção junto dos beneficiários, também se multiplicam as dificuldades de acesso aos recursos e oportunidades formativas para os seus membros.

Outro aspecto-chave pelo qual passa uma melhoria no funcionamento de muitas organizações da sociedade civil tem sido a captação de pessoal com preparação suficiente para lidar com as novas tecnologias de informação e comunicação, uma questão básica para comunicação no interior da organização e entre estas e o resto da sociedade.

8. MONOGRAFIA DO MUNICÍPIO DE KALANDULA²³⁷

8.1 Introdução

A presente monografia analisa a situação social, política e económica do Município de Kalandula, nomeadamente de dez (10) bairros repartidos entre o asfalto e as aldeias interligadas por “picadas” de terra batida, que configuram a divisão administrativa dessa localização da província de Malanje, que se situa a Noroeste de Angola.

O estudo de caso é resultado da pesquisa de campo realizada durante a segunda quinzena de Agosto, e insere-se no projecto “dinâmicas da pobreza urbana e rural e diferenciação social”, numa articulação entre os métodos quantitativo e qualitativo, consubstanciada na aplicação de 240 questionários a agregados familiares, na recolha de informações secundárias através dos órgãos administrativos, assim como na realização de entrevistas a responsáveis da administração local.

A pesquisa teve como objectivo observar e captar no terreno as dinâmicas da pobreza no contínuo urbano-rural e a diferenciação existente entre grupos sociais, relações de género e uma avaliação da execução dos principais programas de governação municipal no que concerne às condições sociais e modos de vida das populações. A discussão está desenvolvida, fundamentalmente, a partir da colecta de dados qualitativos e quantitativos, designados por Kalandula Baseline Survey de 2016.

8.2 Características geográficas, administrativas e demográficas

Como referido mais acima, o Município de Kalandula é um dos 14 municípios da província de Malanje, com uma superfície territorial de 7037 quilómetros quadrados, e é geograficamente limitado a Norte pelos Municípios do Alto Cauale e Massango, a Este pelos Municípios da Marimba, do Caombo, do Kiwaba-Nzaji e de Malanje, a Sul pelo Município de Cacuso e a Oeste pelos Municípios de Samba Caju e de Ambaca, pertencentes à província do Cuanza Norte.

²³⁷ Em co-autoria com os seguintes investigadores do Chr. Michelsen Institute (CMI): Aslak Orre, Eyolf Jul-Larsen, Inge Tvedten e Iselin Strønen.

Actualmente, de acordo com o Recenseamento Geral da População e Habitação – Angola 2014, com uma população de 87 017 habitantes, sendo 42 290 do sexo masculino e 44 727 do sexo feminino,²³⁸ Kalandula é o segundo município mais populoso, com 9%, a seguir ao de Malanje,²³⁹ capital da província com o mesmo nome. Um facto relevante é que até ao eclodir do conflito armado naquela localidade contabilizavam-se 140 000 habitantes, o que significa dizer que essa região perdeu quase metade da sua população anterior.

O município está subdividido em 5 comunas (vila de Kalandula, Kota, Kinji, Kateco Kangola e Kuale) e a seguir em regedorias. Cada uma das 5 comunas, com excepção da sede, é dirigida por um administrador comunal e estão igualmente organizadas ao longo das avenidas principais, com um total de 18 regedorias²⁴⁰ que estão constituídas em dezenas ou centenas de aldeias, sem referência cartográfica, e são chefiadas por regedores, que por sua vez respondem perante um regedor comunal (o que significa, o regedor chefe da comuna), que trabalha junto ao administrador comunal.²⁴¹

O seu clima é tropical húmido mesotérmico, localmente designado por “cacimbo”, com temperaturas médias anuais entre 20 °C e 25 °C. O mês mais frio é o de Junho, com uma média anual de 21 °C, e os meses mais quentes ocorrem em Março e Abril, com uma média de 25 °C. Durante o ano registam-se duas estações climáticas que são: a chuvosa, com duração de nove (9) meses (15 de Agosto/15 de Maio) e a estação húmida ou cacimbo, de 15 de Maio a 15 de Agosto.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA DE KALANDULA			
Município	Comuna	Superfície terrestre	Demografia
Kalandula	Kota	7037 km ²	87 017 habitantes
	Sede ²⁴³		
	Kinji		
	Kuale		
	Kateco-Kangola		

FONTE: Administração Municipal de Kalandula, 2015.

²³⁸ INE, Resultados Preliminares do Recenseamento Geral da População e habitação – Angola, Luanda, 2016.

²³⁹ Id., Ibid.

²⁴⁰ Kalandula, Pipa, Kinjica, Kitumbo, Lucala Dalahoho, João Pascoal, Miluanga, Kissanga, Kassama, Kangongo, Dala Katucula, Kateco Kangola, Mucunda.

²⁴¹ Orre, A., Kalandula e os CACS: *Voz activa ou prestação de contas?* Bergen: CMI, Working Paper, Vol (11), 2009.

²⁴² A comuna sede é organizada administrativamente pelos seguintes bairros: Camaué, Mufumeira, Cangambo, Cazela, Tanque, Povoação n.º 1, Povoação n.º 2, Sandombo, Aldeia, Cafuba e Guyelo e Kalandula de Baixo. Importa referir que a comuna sede dispõe de uma nova zona residencial no âmbito do plano nacional de construção de 200 casas sociais em todos os municípios. Este projecto situa-se ao longo de 5 km, perto da via adstrita às Quedas de Kalandula, ou seja, localizado no bairro Tanque. De igual modo, a comuna do Kota dispõe de moradias sociais edificadas no quadro do investimento público para a habitação.

A vila de Kalandula foi fundada a 2 de Setembro de 1929 e dista cerca de 85 km de Malanje, sendo que ainda conserva as marcas arquitectónicas do período colonial, não obstante a existência igualmente de outras marcas, que são as da guerra civil.

A avenida principal da comuna sede foi construída num raio de 30 quilómetros e a expansão da pequena cidade dividida entre a parcela de Kalandula de Cima e a parcela de Kalandula de Baixo, depois do fim do conflito armado e do regresso das populações, foi-se organizando ao longo das laterais, albergando a recentemente construída sede da administração municipal, o renovado palácio do administrador, o novo comando municipal da polícia nacional a 3 km de distância,²⁴³ a estação radiofónica de Kalandula, umas quatro ou cinco lojas comerciais, um posto de combustível da Sonangol, um hotel e uma hospedaria, uma capela da Igreja Católica, um guiché BUE, a sede da ADRA,²⁴⁴ uma agência do Banco de Poupança e Crédito (BPC) e a repartição municipal da Educação, para além de três unidades escolares do ensino primário e do 1.º Ciclo do ensino secundário, o mercado municipal e o hospital municipal, na rua adjacente.

Não há qualquer unidade de indústria no município, e a vida socioeconómica faz-se em torno do pequeno comércio e da transportação de pessoas e mercadorias produzidas pelos pequenos camponeses, como veremos mais adiante. Ao passo que as restantes quatro comunas estão organizadas em torno de uma avenida principal e bairros espalhados pelos limites fronteiriços.

O Município de Kalandula é conhecido principalmente por causa do seu pólo de atracção turística: as Quedas de Kalandula, a segunda maior do continente africano, a seguir às Cataratas de Victoria, situadas na República do Zimbabué. Na mesma região, mas em duas outras comunas, encontram-se outros pólos de atracção tais como as *Quedas de Musseleje*²⁴⁵ e as de *Mbango-Anzenza*,²⁴⁶ e pouco mais, que constituem os principais eixos do pólo de desenvolvimento turístico.²⁴⁷

A monografia sobre o Município de Kalandula está estruturada em seis secções. Na primeira secção – da introdução –, faz-se uma breve apresentação do município, as características geográficas, administrativas e demográficas, ilustrando sobretudo os recursos dessa localidade.

²⁴³ O antigo edifício da polícia encontra-se num estado avançado de degradação; paralelo a este, podemos verificar a construção do palácio municipal de justiça.

²⁴⁴ Associação para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), cuja filial de Kalandula trabalhou com 25 quitandeiras no projecto de empreendedorismo; 50 mulheres do Fórum das mulheres de Kalandula; 12 associações de empreendedores do Kuale e 45 jovens da escola de arte e ofício como grupos de referência.

²⁴⁵ Situada entre as comunas do Kinji e Kota.

²⁴⁶ Situada na comuna do Kateco-Kangola.

²⁴⁷ Este órgão de gestão foi criado através do Decreto Presidencial n.º 54/11, de 24 de Março de 2011.

Na segunda secção, analisa-se as condições sociais dos agregados familiares a partir de entrevistas realizadas com chefes de família, sobas, mulheres e outras entidades locais, bem como através de uma colecta de dados quantitativos recolhidos no município. Há, por isso, captação e análise das percepções locais sobre a pobreza, que é transversal aos vários segmentos sociais de Kalandula.

A terceira secção aborda as relações de género. De acordo com o Plano de Desenvolvimento de Kalandula 2013-2017, a população feminina representa cerca de 53,1% do total da população,²⁴⁸ embora essa representatividade não se reflecta com a mesma proporção nos sectores do emprego, apoio à agricultura, educação, renda, e política; aliás, não existe qualquer programa de género no referido plano, e o único órgão que responde, especificamente, pelas questões das mulheres é a Organização da Mulher Angolana (OMA) pertencente ao partido Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA).

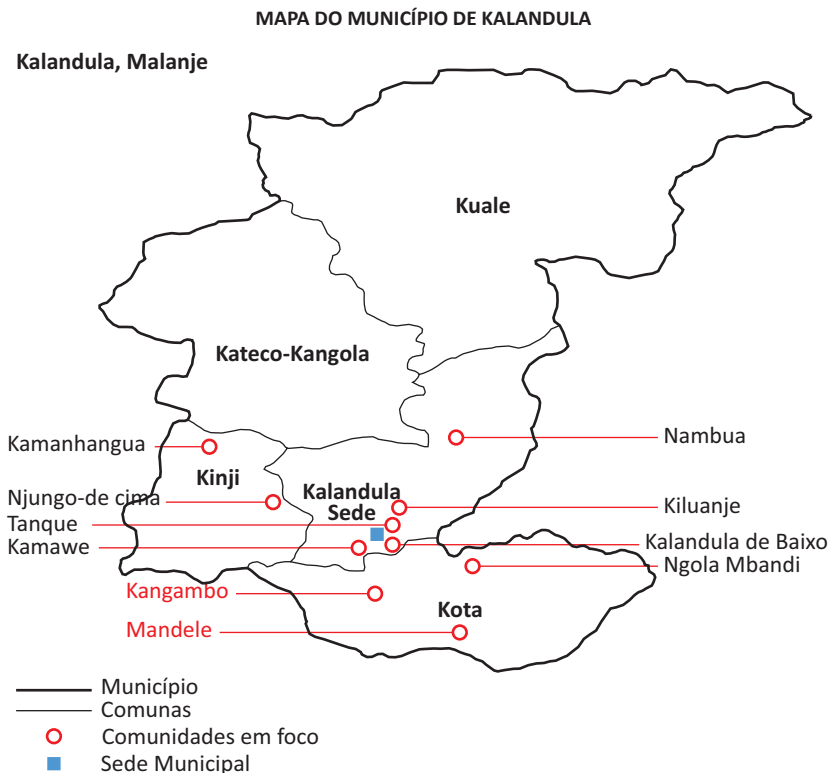
Quanto à quarta secção, nela apresenta-se as principais culturas produzidas nesse município e o *modus operandus* da sua produção e comercialização, bem como as dificuldades encontradas pelos camponeses.

A quinta secção focaliza-se na análise sobre o acesso à terra para a produção agrícola e para a fixação de residência e a captação dos actores locais intervenientes nesse processo.

A sexta secção consiste numa análise dos principais serviços públicos, com particular realce para a saúde e educação, bem como o registo civil.

Na sétima secção aborda-se demoradamente os programas de governação e o consequente acesso aos serviços públicos. Neste particular, o foco da secção estará na análise do período de 2008 a 2016, avaliando, com feito, os “mamarrachos” do desenvolvimento de Kalandula, naquilo que há de mais paradoxal.

²⁴⁸ Administração Municipal de Kalandula, Plano de Desenvolvimento de Kalandula 2013-2017, op. cit., pp. 6-9.



FONTE: Hanna Tvedten Jorem, com base na Administração Municipal, 2013.

8.3 Condições sociais dos agregados familiares

Nos últimos anos, observaram-se mudanças substanciais na análise antropológica do agregado familiar.²⁴⁹ Trata-se de um deslocamento da percepção da família como unidade delimitada para uma visão que enfatiza a sua permeabilidade, na forma e na estrutura.

Um segundo aspecto teve como base esse deslocamento da compreensão do agregado familiar apenas enquanto unidade social, mobilizada em torno de interesses comuns para uma compreensão da família como um *locus* de interesses e obrigações em competição, particularmente em torno do género e da idade.

Em consequência desses deslocamentos, as relações intrafamiliares são vistas, actualmente, como tendo sido afectadas significativamente por processos políticos, económicos e

²⁴⁹ Moore, Henrietta L. *A Passion for Difference. Essays in Anthropology and Gender*. Oxford: Polity Press, 1994; O’Laughlin, B., “A Bigger Piece of a Very Small Pie: Intra-household Resource Allocation and Poverty Reduction in Africa”. In *Development and Change*, Vol. 38 (1), 2007, pp. 21-44; Randall, S., Ernestina, C., “Poverty in African Households: The Limits of Survey and Census Representations.” In *The Journal of Development Studies* Vol. 52 (2), 2015, pp. 162-177.

sociais fora do domicílio. Em razão disso, tais processos são entendidos como tendo afectado cada um dos membros individuais de um dado agregado familiar de diversas maneiras.²⁵⁰

Em Kalandula, assim como noutras zonas rurais de Angola, os agregados familiares enquanto unidade social e económica têm estado sob considerável pressão nas últimas décadas – atingindo um ápice com a actual crise económica que teve início, mais ou menos, em finais de 2014²⁵¹ e que tem afectado as pessoas até às pequenas aldeias e unidades domésticas, das grandes às mais pequenas.²⁵²

Os sistemas tradicionais de clãs, parentesco e família alargada determinavam em grande parte quem se poderia casar, onde estabelecer o lar, a propriedade e o cuidado das crianças, como se relacionar com a separação/divórcio e onde enterrar os membros dos agregados familiares falecidos, que desempenhavam uma função central nas cosmologias dos povos.²⁵³

As mudanças estruturais, sob a forma de colonialismo, guerra, migração, urbanização, desigualdade e pobreza, têm pressionado a coesão social em geral e o agregado familiar em particular. Isso tornou a família mais vulnerável enquanto uma unidade social, mas também a forçou a ser mais permeável/flexível nos seus esforços para lidar com essas mudanças estruturais.

Tendo como base o trabalho de campo realizado em dez comunidades em Kalandula, numa combinação de recolha de dados qualitativos e quantitativos, neste capítulo descreveremos e analisaremos o agregado familiar enquanto unidade social e económica básica do município e da comuna.

Começaremos, pois, por apresentar os números-chave sobre a organização da família e a distribuição de indicadores de pobreza e bem-estar das famílias. Seguir-se-á uma análise das dinâmicas domésticas sob a forma de relações intra e inter-agregados e as suas implicações para a pobreza e o bem-estar, com base numa combinação de técnicas de discussões em grupos focais e estudos de casos de famílias individuais em relação à capacidade desses agregados lidarem com actual situação de limitação política e agravamento económico.

²⁵⁰ Essas mudanças não se reflectem na definição do agregado familiar utilizada na economia quantitativa, o que é uma das razões pelas quais os inquéritos dão uma imagem estática e não dinâmica do agregado familiar – e por que uma combinação de abordagens quantitativas e qualitativas fornece a melhor base para a compreensão da pobreza.

²⁵¹ Ver CEIC-UCAN. *Relatório Social de Angola 2015*.

²⁵² Plano de Desenvolvimento de Kalandula, 2013-2017.

²⁵³ Dias, J., *Changing Patterns of Power in the Luanda Hinterland: The Impact of Trade and Colonisation on the Mbundu ca. 1845-1920*. Main: Paideuma, 1986. Há uma reconhecida escassez de estudos históricos/etnográficos mais recentes da área de estudo.

8.3.1 Características dos agregados familiares

O casamento tradicional é a forma mais comum de organização das uniões conjugais em Kalandula, com poucas pessoas casadas formalmente na igreja ou na conservatória, num contexto em que a realização dessas cerimónias é difícil e dispendiosa. As pessoas também se tornam chefes de família precocemente, para além do facto de que muitos casais jovens vivem em uniões conjugais sem arranjos tradicionais nem oficiais.

A existência em números consideráveis de mães solteiras reflecte uma situação em que a família alargada perdeu a sua autoridade para pressionar os homens a assumirem as suas obrigações e responsabilidades pelos filhos. E, finalmente, a proporção relativamente grande de divorciados e viúvas reflecte igualmente uma situação volátil de muitas famílias, cujos membros estão desagregados, particularmente os homens que morreram prematuramente por causa da guerra civil até 2002.

ESTADO CIVIL DO CHEFE DE AGREGADO	
Estado civil do chefe de agregado	Percentagem
Solteiro	11,7
Casamento civil	2,1
Casamento tradicional	43,5
União de facto	23,9
Divorciado(a)/Separado (a)	2,1
Viúvo(a)s	15,1
Em falta/Não se aplica	1,7

FONTE: Kalandula Baseline Survey, 2016.

A definição de agregado familiar operacionalizada no estudo teve como base os seguintes pressupostos: composto por “uma ou mais pessoas que compartilham e usam os mesmos recursos e que podem ou não viver sob o mesmo tecto e podem ou não estar relacionadas por parentesco”. Analisando as características dos agregados familiares nas comunidades em estudo, variam de um a 17 membros com uma média de 5,7²⁵⁴. São agregados relativamente pequenos num ambiente rural, sendo o resultado de uma combinação da simplicidade de estabelecer unidades separadas do agregado familiar – com acesso fácil à terra própria e às casas baratas feitas de material local – com o pedágio da pobreza, incluindo uma elevada taxa de mortalidade infantil de 230/1000²⁵⁵ no meio rural.

²⁵⁴ Infelizmente, não temos dados mais detalhados sobre a composição dos agregados familiares em termos de núcleo (mãe, pai, filhos), extensos (parentes, irmãos, sobrinhos, sobrinhas, etc.) e não-familiares. A nossa impressão do campo é de que a composição mais comum é de pais, filhos e possivelmente netos.

²⁵⁵ UNICEF, *Situation Analysis. Children and Women in Angola*. Luanda, 2015.

COMPOSIÇÃO DOS AGREGADOS FAMILIARES	
Características dos agregados	Percentagem
Média dos agregados	5,7
Homem/Mulher por agregados	47,8 / 51
Membros dos agregados 1-14 anos	43,1
Membros dos agregados mais de 65 anos	6,3
Homem/Mulheres chefes do agregado	70,5 / 29,5
Agregados polígamos (%)	14

FONTE: Kalandula Baseline Survey, 2016.

Quase metade dos membros dos agregados familiares tem menos de quinze anos de idade. Embora isso normalmente implique um alto índice de dependência, as crianças pequenas até oito a dez anos são partes activas da força de trabalho em Kalandula, particularmente na agricultura. A baixa proporção de idosos (+ 65 anos) nos domicílios reflecte a combinação de baixa expectativa de vida/altas taxas de mortalidade e a situação de marginalização em que muitos idosos se encontram no seio familiar a partir do momento em que se tornam improdutivos.

Cerca de 29,5 por cento das famílias são do sexo feminino, o que se aproxima da média nacional.²⁵⁶ Enquanto algumas mulheres expressam que a vida de casada é difícil devido à sobrecarga das pesadas tarefas domésticas, a liberdade limitada e a violência doméstica, sendo particularmente expressivas num contexto rural/tradicional como Kalandula, colocam também consideráveis desafios práticos para essas mulheres, bem como socioculturais.

Um quinto dos agregados familiares chefiados por homens são polígamos. A poligamia tem uma longa tradição em Kalandula, sendo que no passado significava um sinal de riqueza e prestígio na comunidade. No entanto, a poligamia parece estar menos formalizada com uma distinção turva entre ter “co-esposas” e ter “namoradas/amantes”. Há também variações na natureza das relações das “co-esposas”, que são integradas social e economicamente na casa do marido; as mulheres que são de facto independentes confiam em si mesmas – às vezes estabelecem com os homens apenas relações de aparente dependência de masculinidade perante a comunidade.

8.3.2 Dinâmicas internas dos agregados familiares

Tendo descrito as principais características dos agregados familiares nas comunidades, esta secção centrar-se-á na forma como os agregados familiares lidam com as relações intra e inter-agregado. Os dados recolhidos *in locus* mostram que a grande maioria das famílias são pobres e lutam para se tornarem como unidades sociais individuais/independentes. As diferenças e

²⁵⁶ INE, 2016.

mudanças nas posições económicas são, de facto, um determinante principal da composição e organização do agregado familiar.

91 por cento dos agregados familiares de Kalandula têm a agricultura como uma parte central da sua estratégia de subsistência e 69,9 por cento têm a agricultura como principal ocupação, embora com poucas opções para excedentes de produção e rendimento; 11,3 por cento das famílias têm membros com emprego formal (público ou privado).

Numa discussão do grupo focal, os participantes insistiram que seis em cada dez agregados na aldeia pertencem à categoria muito pobre (*kukunhi*), e os restantes quatro são pobres (*ngadiama*). Nenhum agregado, argumentaram, classificado como rico (*nguenje*) – que segundo eles só existe em Kalandula Sede e nas cidades de Luanda e de Malanje “onde as pessoas têm emprego”.

As famílias *kukunhi* caracterizam-se por não terem membros suficientes para produzir em quantidades suficientes para a alimentação e para a venda. Muitas destas famílias são chefiadas por mulheres sem terem a disponibilidade de força de trabalho masculina que as possa ajudar/apoiar com a produção agrícola e na busca de rendimento. As crianças nesses domicílios geralmente não vão à escola, em parte porque os pais não podem pagar e em parte porque são necessárias em casa, bem como no trabalho do campo.

Maria José é chefe de família de um desses tipos de agregados. Ela tem seis filhos com idades entre 11 anos e seis meses, o seu marido abandonou-a para ficar com a segunda esposa (quando ele descobriu que ela tinha comprado um colchão sem o consultar) e ela depende totalmente da agricultura. Encontra-se num círculo vicioso: como não produz o suficiente para se alimentar a si e aos seus filhos, tem de trabalhar para os outros (400,00 Kz por dia ou um balde de mandioca); quanto mais trabalha para os outros menos ela é capaz de produzir para seu próprio proveito. As suas perspectivas de longo prazo também são desencorajadoras: como confirmado em grupos focais de mulheres, a maioria dos homens não está interessada em estabelecer relações vinculativas com mães solteiras e, sem crianças a frequentar a escola, a pobreza provavelmente passará para a próxima geração.

As famílias *nguenje* que conhecemos em Kalandula tendiam a ser compostas por um casal em união de facto/coabitante, os seus filhos e também por membros adicionais, como pais, irmãos e netos. Não só têm membros suficientes para produzir o suficiente nas suas lavras para comer e vender, como alguns membros dessa família alargada também têm outras fontes de emprego e renda sem comprometer a produção agrícola. Ter múltiplas fontes de renda é visto como a melhor estratégia para a mobilidade social ascendente.

Uma segunda característica dos agregados *nguenje* é que eles têm uma história de contactos, em áreas urbanas como as cidades de Luanda e de Malanje. As pessoas que regressaram da cidade foram expostas a outros modos de vida e oportunidades económicas, e algumas

também vêm com dinheiro suficiente para iniciar a agricultura em uma certa escala. Além disso, alguns dividem as suas famílias em parte rural e urbana de modo a combinar agricultura com renda em dinheiro – embora a crise actual tenha tornado esta opção cada vez mais difícil de se realizar.

Domingos José é um professor aposentado (embora se queixe de que raramente recebe o dinheiro); vive com os três filhos e a esposa, e dois filhos adicionais ao agregado que ele considera parte da família. Um deles frequenta os estudos em Kalandula sede e vive em Luanda, onde trabalha como segurança de uma empresa privada e ajuda o pai a vender farinha de mandioca (bombó). A irmã de Domingos, divorciada, mora no mesmo pátio com duas filhas adolescentes. Tendo uma família extensa, Domingos exerce várias actividades ao mesmo tempo: ele tem três lavras que estão na responsabilidade da mulher, da irmã e da filha e a mão-de-obra adicional é contratada quando necessária. Ele é o explicador das crianças na escola improvisada do bairro. Vende electricidade do seu gerador para os vizinhos e amigos que necessitam de energia para recarregar os seus telemóveis. Ele dirige também uma barraca no mercado municipal onde vende peixe com a ajuda de uma das sobrinhas, filha da sua irmã.

A maioria dos agregados *ngadiama* que conhecemos é constituída por um casal de adultos com filhos, e têm que lutar diariamente para articular o trabalho nas lavras e outras possíveis fontes adicionais de renda, bem como a realização das tarefas domésticas. As razões principais para o tamanho limitado de tais agregados “completos” são aquelas que não podem dar-se ao luxo de ter membros da família alargada a morar consigo de acordo com as expectativas socioculturais; eles são, muitas vezes, forçados a permitir que as filhas grávidas tenham de partir para a casa dos seus maridos, pois um membro adicional no agregado pode significar dificuldade para alimentá-lo e cuidá-lo convenientemente.

A inexistência de flexibilidade nos agregados familiares pobres também é dificultada pela continuidade da estrita divisão sociocultural do trabalho entre homens e mulheres. As mulheres nas comunidades são responsáveis pela maior parte do trabalho agrícola e praticamente todas as tarefas domésticas (incluindo cuidar das crianças, limpar a casa, fazer a comida e acarretar a água) e as meninas são socializadas nesses papéis sociais desde tenra idade. Enquanto dos homens se espera que sejam os principais fornecedores de renda para os agregados. Porém, a falta de oportunidade de emprego suficientemente remunerável torna essa tarefa impossível. Ainda assim, os rapazes geralmente seguem os passos dos pais, trabalhando muito menos do que as raparigas.

Teresa tem 30 anos, é casada e tem quatro filhos com idades compreendidas entre oito anos e três meses. As principais fontes de subsistência e de renda são dois campos de sequeiro que possui e cinco pequenas parcelas de horticultura. Ela faz praticamente todo o trabalho nos campos, bem como as tarefas domésticas com a ajuda das duas filhas mais velhas (quando ela está cansada e se recusa a trabalhar, o marido “parte para cima” dela com violência (“Vai me dar surra”). Às vezes o marido ausenta-se por semanas à procura de trabalho, mas raramente

consegue levar alguma coisa para casa. Teresa mudou-se para aldeia de origem do seu marido depois que se casaram, e queixa-se de que é difícil não ter a família à sua volta e que muitos na aldeia a tratam como estranha (*mukwakiza*).

André é um jovem de 25 anos de idade, vive com o seu avô, a mãe e três irmãos mais novos, e tem um filho que passa a maior parte do tempo com a mãe – que permanece com a sua família numa outra aldeia – e que ele sustenta “quando tenho dinheiro”. Come e vive sob o tecto dos pais, tendo de trabalhar arduamente para manter a sua vida independente. Ele disse que tem formação de electricista, mas não tem como trabalhar porque as pessoas não podem comprar um gerador ou instalar painéis solares; enquanto instrutor de condução também não pode exercer (pois ninguém pode dar-se ao luxo de tirar uma licença ou carta de condução nos dias que correm) – e reconhece que, por enquanto, é apenas um camponês empobrecido.

A maioria das famílias *kukunhi* e *ngadiama* depende do apoio externo para sobreviver, particularmente em tempos de dificuldades, ou procuram melhorar a posição socioeconómica em que se encontram. Uma das implicações dos constrangimentos estruturais identificados no início deste capítulo é que esse apoio é muito difícil e não existe como proveniente das instituições públicas. O Estado não apoia, e a família extensa, os vizinhos e amigos muitas vezes não têm os meios para ajudar. Apesar do elevado nível de pobreza, 69,9 por cento dos agregados familiares não receberam qualquer tipo de apoio externo seis meses antes das entrevistas e apenas 26,3 por cento receberam apoio principalmente das famílias alargadas, dos vizinhos e dos amigos. Os “sortudos”, muitas pessoas insistiram, são aqueles com parentes em Luanda (“quando eles visitam e têm que trazer pelo menos algo para comer ou de que necessitam”).

A permeabilidade da família como unidade social e económica é bem exemplificada pela história de Fernando, que tem 19 anos, vive em casa dos pais e tem um filho que passa o tempo com a mulher noutra aldeia. Fernando é o mais novo de entre os seis irmãos. O seu pai foi casado pela primeira vez com uma senhora com quem teve três filhos, mas abandonou-a quando conheceu a mãe de Fernando (“mas continuou a apoiar a primeira esposa” de acordo com Fernando). Eles viveram juntos durante 20 anos, mas em 2013 o pai conheceu uma mulher mais jovem que ele, abandonou a primeira relação e forçou-os a abandonarem a casa em que residiam (“Não havia nada que pudéssemos fazer sobre isso”). A pequena família vive agora em condições muito precárias e luta diariamente para sobreviver, pois depende do dinheiro do irmão de Fernando, que é pastor de uma igreja local.

O agregado familiar continua a ser a unidade social e económica mais importante para as pessoas em Kalandula. No entanto, a marginalidade estrutural e a pobreza colocam as famílias sob crescente pressão social.

As estruturas tradicionais de parentesco, a família alargada e o agregado familiar foram em grande parte substituídas pela necessidade de tomar decisões com referência a preocupações imediatas relacionadas com a pobreza e a mobilidade social. Para ser flexível e relacionar-se

com desafios diários, a combinação de meios económicos e a composição do agregado familiar em termos de número, idade e sexo é vital.

As unidades familiares mais pequenas e mais pobres estão efectivamente presas na condição de pobreza, tendo de concentrar todos os seus esforços e recursos na produção agrícola e nas tarefas domésticas, com poucas ou nenhuma opção de estratégia/investimento alternativo.

Os agregados familiares intermediários são geralmente capazes de equilibrar as necessidades de mão-de-obra na agricultura e no consumo, mas são altamente vulneráveis a choques externos, como chuvas fracas, aumentos de preços e despesas de saúde; muitas vezes experimentam deteriorações quase que irreversíveis das suas situações sociais.

Os agregados familiares considerados mais ricos têm muitas vezes maior número de membros capazes de obter várias opções de rendimento, incluindo nas áreas urbanas, e estão em condições de planear o futuro, por exemplo, enviando os seus filhos à escola.

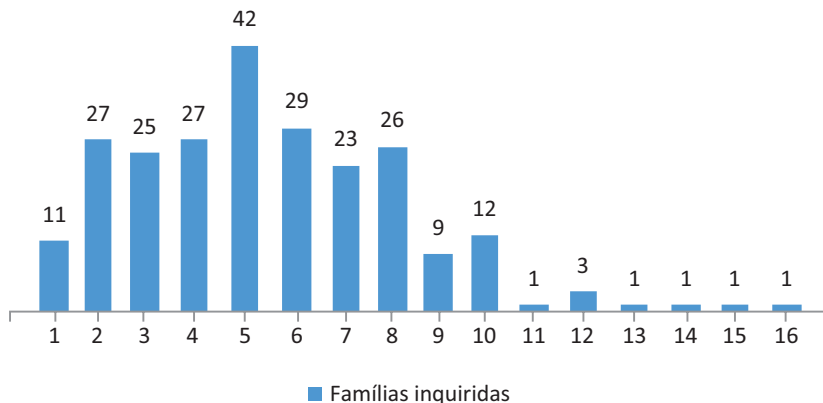
Para todos, no entanto, a crise actual transformou as famílias em unidades sociais mais vulneráveis, com processos cíclicos de fissão e fusão de membros do agregado familiar.

8.4 Aspectos socioeconómicos e questões de género

As relações sociais entre os indivíduos iniciam-se na família. Em Kalandula, os dados apontam que 29,5% das famílias são chefiadas por mulheres contra 70,5% lideradas por homens. As famílias inquiridas têm em média 5,7 pessoas por agregado, tendo sido considerada a sua dimensão e a natureza – se parental ou monoparental.

Das 239 famílias inquiridas, naquele município de Malanje, a média é 5,7 membros por agregado.

NÚMERO DE MEMBROS POR AGREGADO FAMILIAR, 2016



FONTE: Kalandula Baseline Survey, 2016.

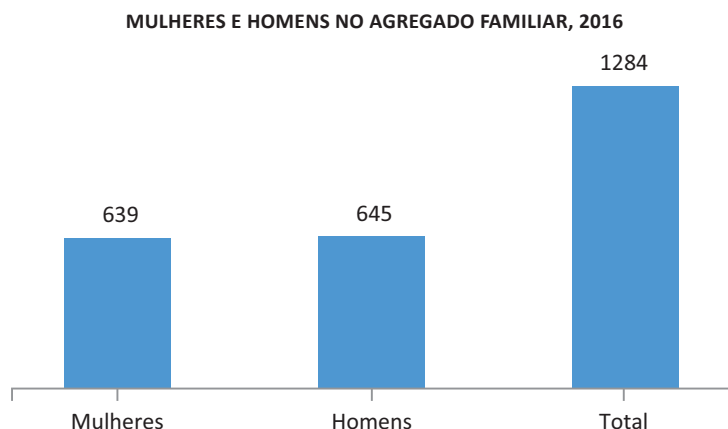
8.4.1 Papéis sociais e relações de género

O papel da mulher na família continua a ser central e de grande relevância. A pesquisa mostra que as mulheres são responsáveis pelas tarefas de higiene, limpeza, alimentação e até sustento (trabalhando como camponesas, vendedoras, funcionárias públicas ou empregadas de limpeza) sem descuidar a sua função de cuidar e harmonizar as relações familiares. Entretanto, o significado e o sentido atribuídos à mulher continuam a supervalorizar o seu papel na esfera reprodutiva. A flagrante falta de programas sociais de apoio às mulheres camponesas aumenta a possibilidade da sua marginalização política e enraíza ainda mais os valores patriarcais.

A pesquisa conseguiu abranger um total de 1284 pessoas, representando 239 agregados. Deste número, as mulheres estão em inferioridade numérica, cerca de 49% contra cerca de 51% de homens. Entretanto, se analisada a taxa de natalidade da amostra por género, a média é de 3 meninas em 5,7 pessoas por agregado.

A quantidade maioritária dos homens pode explicar-se pela aleatoriedade da amostra. Entretanto, alguns homens estão a regressar a Kalandula, geralmente porque não conseguiram concretizar as suas expectativas nas províncias para onde se deslocaram; em contrapartida há igualmente um novo sentido de orientação das mulheres mais jovens, embora ainda sejam minoria, que buscam mais educação e trabalho em melhores condições, deslocando-se para outros municípios ou outras províncias para frequentar o ensino médio ou a universidade.

Há que associar a este movimento migratório as mulheres e homens que vivem fora do agregado e meninas que são entregues a “famílias de acolhimento” (geralmente de Luanda com condição económica mais favorável) para “ajudar”²⁵⁷ a cuidar de eventuais filhos menores.

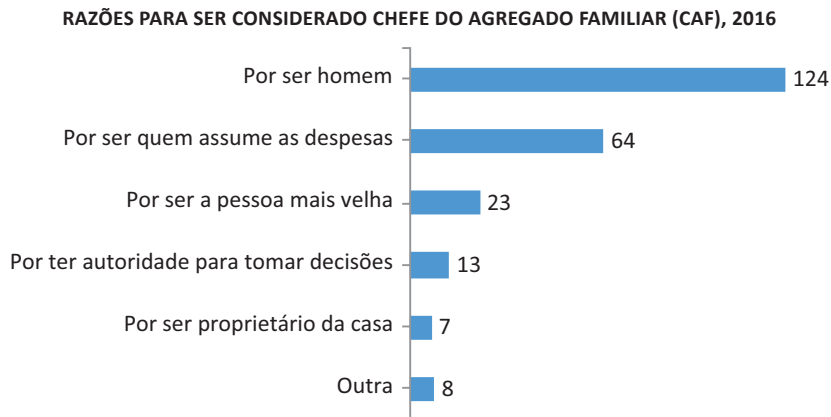


FONTE: Kalandula Baseline Survey, 2016.

²⁵⁷ Esta ajuda geralmente consiste em a menina tomar conta dos filhos menores da família de acolhimento. Esta, por sua vez, assume as despesas com alimentação, vestuário e educação. Na verdade, é uma forma enraizada e encapotada de obtenção mão-de-obra barata em troca de compensações que se desenrolam no seio das famílias de acolhimento.

A chefia dos agregados é maioritariamente masculina e jovem, situando-se nas faixas etárias entre os 22 aos 37 anos de idade. Com um peso de mais de 70% no total, este dado precisa de ser assumido tendo em atenção dois aspectos: o primeiro tem a ver com o facto de existirem agregados que são formalmente chefiados por homens, como são os casos em que os homens têm mais de uma parceira, e o segundo é de ordem cultural, em que as mulheres não se reconhecem como chefes de família, por ser uma função tradicionalmente atribuída aos homens.

Entretanto, a questão da chefia do agregado não está apenas relacionada com o sexo, mas também com a idade e com a capacidade que o chefe tem de prover o sustento da família e, conseqüentemente, de tomar as decisões mais importantes do agregado. Quando questionamos as razões de determinada pessoa ser indicada como chefe do agregado, os resultados confirmam a forte influência do patriarcado.



FONTE: Kalandula Baseline Survey, 2016.

Quanto ao estado civil, mais de 40% são casados pelo processo tradicional, ou seja, através do alembamento, mais de 23% vivem maritalmente, e apenas 2,1% declaram estar casados pelo processo civil. O peso da cultura e tradição são um forte aspecto da vida e organização rural; entretanto, a falta de conhecimento jurídico sobre os direitos e deveres que emergem da relação conjugal, incluindo a necessidade de promover o reconhecimento da união de facto, aprofundam os efeitos da desigualdade e da falta de protecção social, especialmente das mulheres, que deixam de ter acesso à devida protecção social por morte, quando e se houver lugar.

A monogamia, enquanto um sistema de relações conjugais, é preponderante em relação à poligamia, com mais de 52% contra 14% de relações poligâmicas, tendo havido declarações de homens com até 3 esposas. As relações extraconjugais são uma fonte de conflito familiar, tanto emocional como financeiro, uma vez que o homem tem de repartir os seus rendimentos entre as parceiras, gerando uma diminuição na quantidade de dinheiro e/ou produtos disponíveis para cada uma.

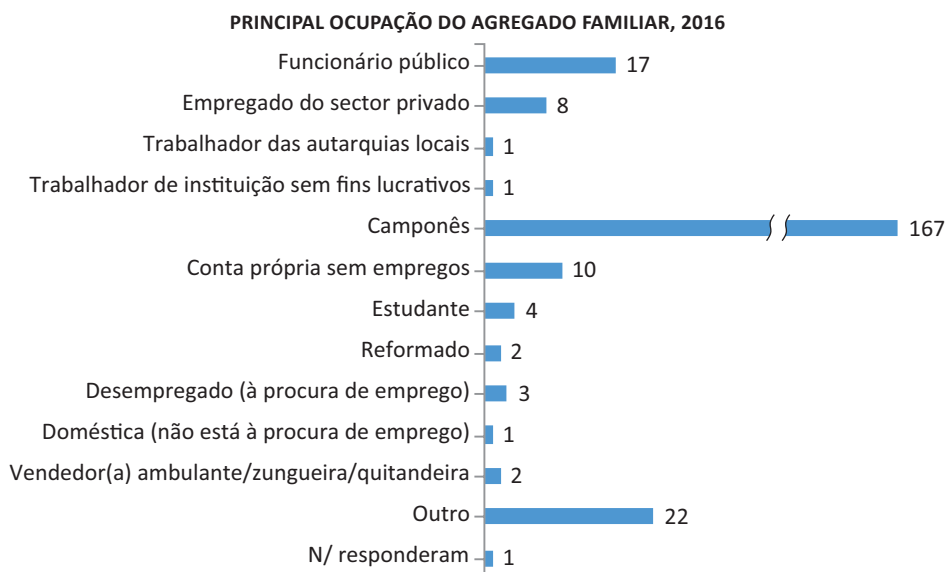
Esta questão não obteve resposta em 79 agregados. Tanto a quantidade de não respondentes como o número dos declarantes monogâmicos devem ser tomados com a necessária ponderação, tanto pela delicadeza, quanto pela intimidade e censura pública da questão, compreendendo que, em alguns casos as declarações poderão ser contrárias à prática. Outrossim, é o facto de não terem sido consideradas relações extraconjugais ocasionais, como relações conjugais concorrentes. Entretanto, há um sinal importante a assinalar: alguns homens estão a refrear-se nesse comportamento em detrimento da sua situação económica, ou seja, quanto menos rendimento mais fiel.

8.4.2 Aspectos socioeconómicos e relações de género

A pesquisa constatou que a dimensão socioeconómica no seio do agregado familiar é um factor preponderante na dinâmica de relações entre as pessoas. A principal actividade económica é a agricultura. Assim, as questões de trabalho e de renda têm implicações profundas nos laços familiares e sociais. Certa mulher chegou a declarar que se sentia solteira, pelo facto de o seu marido encontrar-se doente e, conseqüentemente, sem capacidade para trabalhar na lavoura e com isso, de contribuir para o sustento da família.

8.4.2.1 Emprego e renda

Em Kalandula, mais de 69% dos respondentes são camponeses, seguido de algum emprego subalterno no sector público com 7%, trabalho por conta própria com 4% e outras actividades com 9%. Nestas, é bom assinalar que grande parte dos respondentes declarou que o CAF é camponês e tem outra actividade como: pedreiro, comerciante ou funcionário do Estado, ou seja, a principal actividade é ser camponesa ou camponês.



FONTE: Kalandula Baseline Survey, 2016.

A jornada de trabalho de um camponês inicia-se no intervalo entre as 5 e as 7 horas e termina entre as 15 e as 17 horas. Entretanto, a carga de trabalho entre homem e mulher é substancialmente diferente se adicionado o trabalho doméstico. Para as mulheres, a jornada começa mais cedo e termina mais tarde. Levantam-se entre as 4 e as 6 horas da manhã para organizar a casa, preparar o pequeno-almoço e acarretar água, terminando com a confecção do jantar, entre as 18 e as 19 horas. Fazendo um cálculo global das horas de trabalho, resulta no equivalente entre 10 a 12 horas de trabalho para os homens e de 14 a 16 horas de trabalho por dia para as mulheres. Essa disparidade do trabalho e do tempo de trabalho resulta em maior sobrecarga para a mulher e maiores prejuízos para a sua condição física.

Não há em Kalandula um sector privado com capacidade e disponível para absorver a mão-de-obra local. Do que se constatou, existem alguns armazéns no domínio do comércio geral de bens, que emprega pouco mais de 2 a 3 funcionários, dois hotéis com uma média de 5 funcionários e nada mais. O Balcão Único do Empreendedor tinha as portas fechadas e não foi possível saber se funcionava.

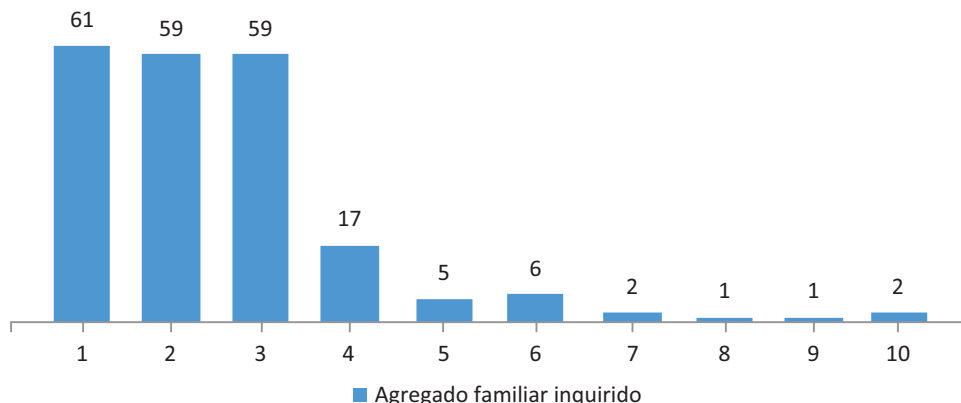
Em Kalandula, a falta de bens e serviços é grande e de circulação de moeda física também. Em algumas aldeias foi possível verificar que, para a transacção de bens, as pessoas utilizam a permuta, ou seja, a troca directa de bens. A mandioca é o principal produto de troca.

Cerca de 91% dos agregados possuem lavras. Para as camponesas, a capacidade de gerar renda depende essencialmente da capacidade de trabalho, que está geralmente associada à condição física e ao número de pessoas envolvidas em um trabalho, numa mesma lavoura ou lavras contíguas. Assim, as mulheres com marido contam com a força de trabalho deste no cultivo, já as mulheres solteiras ou viúvas contam apenas com a sua força de trabalho. As solteiras, viúvas e idosas reclamam de não ter força suficiente para trabalhar, ficando desprovidas de alimentos e até mesmo de lavras, já que o sistema de concessão de terra varia entre um regime comunitário e individual, mas perde a terra quem não a trabalha. Os homens com mais de uma mulher contam com a força de trabalho de cada uma das mulheres, que podem trabalhar na lavoura do marido ou ter as suas próprias.²⁵⁸

Outro factor importante é o número de lavras por agregado e o tamanho dessas lavras. A maior parte dos respondentes tem entre 1 a 3 lavras e os tamanhos variam entre 15/25 m, 30/30 e 30/40 m.

²⁵⁸ Embora a maior parte das mulheres entrevistadas tenha declarado ter a sua própria lavoura.

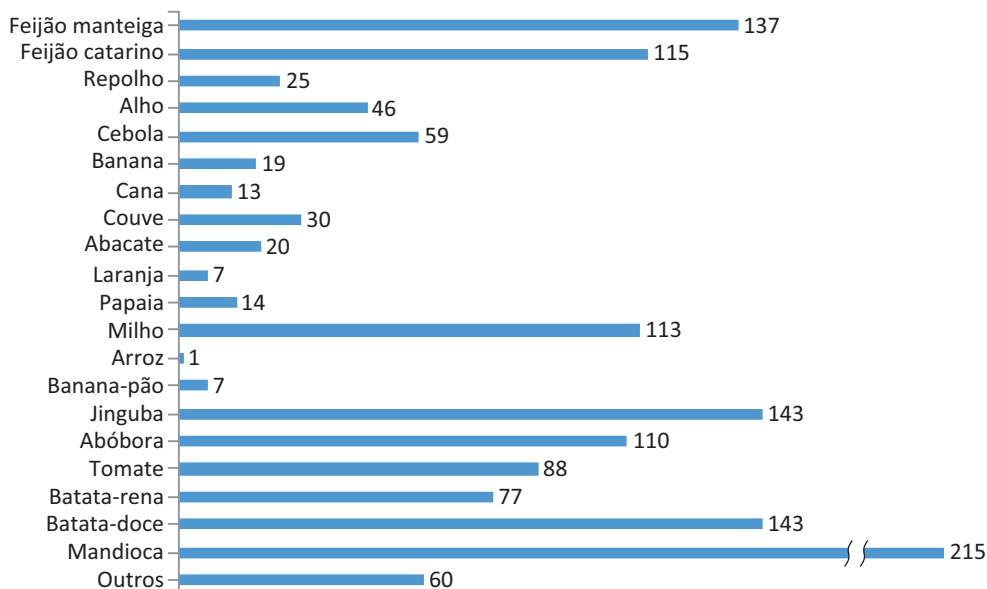
NÚMERO DE LAVRAS POR AGREGADO FAMILIAR, 2016



FONTE: Kalandula Baseline Survey, 2016.

A maior parte das famílias depende, grandemente, do que cultiva e colhe durante as campanhas agrícolas, seja para o consumo familiar, seja para algum comércio, porque dependente. O período agrícola corresponde aos ciclos chuvosos; normalmente inicia-se com a queda da primeira chuva em Abril e Setembro ou Novembro, e antes disso os camponeses dedicam-se a preparar o terreno para o plantio. Entre os produtos mais cultivados encontram-se a mandioca, o feijão-manteiga, a jinguba, o feijão-atarino, milho, abóbora e a batata-doce. Em termos económicos não há vantagem competitiva entre os camponeses de Kalandula, na medida em que não cultivam, entre eles, produtos diferenciados.

PRODUTOS CULTIVADOS NA ÚLTIMA CAMPANHA AGRÍCOLA, 2016



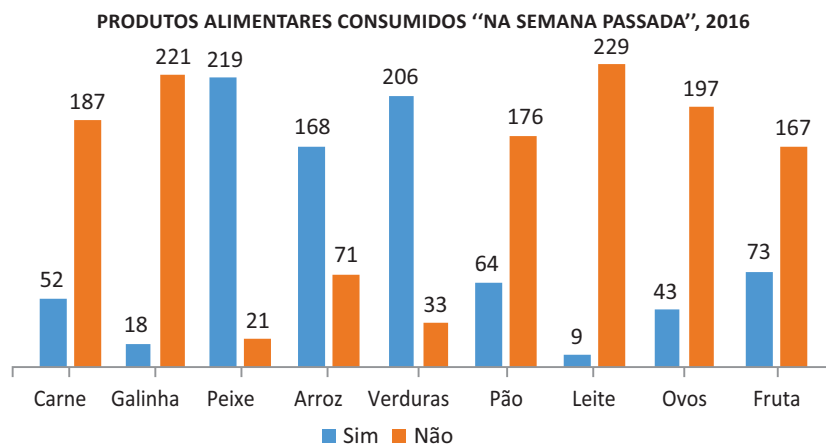
FONTE: Kalandula Baseline Survey, 2016.

Mais de metade das camponesas entrevistadas declarou que vende o excedente da mandioca. Porque, entretanto, há muita oferta e pouca procura, os preços são baixos, podendo 3-4 quilos de bombó²⁵⁹ custar entre Kz 250,00 a 300,00²⁶⁰ sendo que uma lavra pode render entre uma tonelada e meia a duas toneladas e meia de bombó por colheita²⁶¹. Os produtos mais rentáveis são a jinguba e o feijão, cujo saco de 50 quilos pode custar mais de trinta mil kwanzas.

É prática comum em Kalandula as aldeias receberem comerciantes provenientes de Luanda para trocar produtos, geralmente: óleo vegetal, sal, roupa, sabão e/ou calçados. A crise financeira também afectou este modo de aquisição exigindo dos camponeses maiores quantidades de mandioca para a mesma quantidade de produto.²⁶² As poucas mulheres que são também vendedoras, lavadeiras, empregadas domésticas ou funcionárias de limpeza obtêm um rendimento que varia entre os Kz 18.000,00 e 28.000,00.²⁶³

8.4.3 Condicionantes na alimentação dos agregados familiares

A questão da alimentação piorou em 2016, não só pela escassez de alguns produtos alimentares, mas, principalmente, pela subida de preços de produtos básicos, como sal, óleo vegetal, arroz, feijão, pão, leite, açúcar, carne e peixe.



FONTE: Kalandula Baseline Survey, 2016.

²⁵⁹ Mandioca desidratada.

²⁶⁰ Ver secção seguinte.

²⁶¹ É importante referir que por falta de equipamentos de colheita mais sofisticados e de condições para stockagem, a colheita não é feita de uma só vez, mas faseadamente tanto para economizar para o consumo, como para a obtenção de um rendimento extra. Assim, uma lavra plantada pode durar até um ano de consumo.

²⁶² Antes de 2014, os camponeses não só utilizavam menos quantidade de mandioca para transaccionar com outros bens, como era mais fácil encontrar esses bens no mercado.

²⁶³ Strønen, I., et al., *Dificuldades Permanentes: Pobreza Feminina em Malanje Rural, Angola*, Bergen/Luanda: CMI/CEIC-UCAN, Vol. 16, n.º 4, 2017.

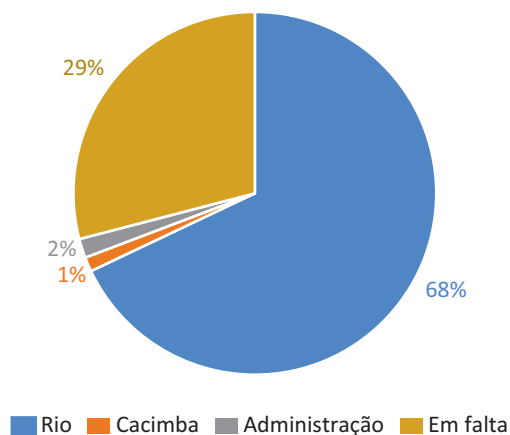
Neste quadro, as famílias estavam a alimentar-se geralmente de funje e kizaca, algumas vezes com peixe, sem sal e sem óleo. Tendo a refeição quente ao pequeno-almoço e jantar, e reaproveitando as sobras do almoço. Entretanto, nos grupos focais realizados, várias mulheres relataram que a alimentação diminuiu de qualidade e, em certa medida, de quantidade. Produtos como óleo vegetal, sal, frango, carne e verduras já não faziam parte da dieta. Os casos de crianças com anemia aumentaram em 2016, como informou um dos médicos do Hospital Municipal, devido a uma dieta desequilibrada e sem alguns nutrientes necessários.

A situação nutricional das mulheres e das crianças é fundamental, não apenas porque afecta a sua produtividade e a sua reprodutividade, mas também o seu desenvolvimento humano e social, afectando as habilidades e capacidades de aprendizagem e crescimento.

8.4.4 Condicionantes dos agregados familiares no acesso à água potável

A principal fonte de água para as populações são os rios que circundam Kalandula; embora existam alguns furos feitos pela administração no município sede, a maior parte deles não funciona por falta de luz eléctrica para drenar a água. A qualidade da água foi apontada como sendo outro problema, principalmente ao longo do tempo chuvoso, em que a água fica turva, causando diarreia às crianças.

PRINCIPAIS FONTES DE ÁGUA PARA BEBER, 2016



FORNTE: Kalandula Baseline Survey, 2016.

A actividade de acarretar água é essencialmente atribuída às mulheres. Diariamente, as mulheres providenciam água para limpeza da casa e consumo. Para lavar a roupa ou para higiene pessoal, geralmente deslocam-se ao rio. Os dados revelam que as mulheres gastam entre 5 e 30 minutos por viagem para acarretar água. As fontes de água geralmente distam entre 500 metros e mais de 2 quilómetros. Segundo relataram, uma família pode consumir até 100 litros em três dias. Quanto à qualidade, a maioria reconheceu que é muito má.

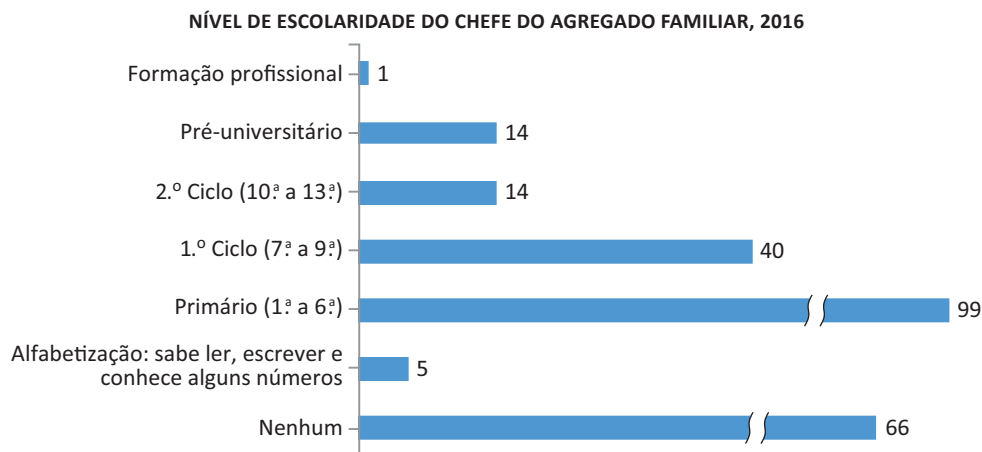
QUALIDADE DA ÁGUA PARA BEBER, 2016	
Qualidade	Percentagem
Muito má	13,8
Má	5,44
Mais ou menos	7,53
Boa	2,51
Muito boa	5,44
Sem opinião	3,77
Em falta / Não se aplica	1,7
Total	100

FONTE: Kalandula Baseline Survey, 2016.

O acesso a água foi apontado pelas mulheres como um problema que reclama por solução prioritária, já que além de despende muito tempo, exige que as mulheres e as crianças despendam muito esforço físico.

8.4.5 Acesso à educação e questões de género

A educação em Kalandula acaba por ser o resultado da presença de estruturas físicas, recursos humanos, acesso das famílias a estas estruturas e recursos e disponibilidade das mesmas em termos de tempo, prioridades e até de recursos financeiros para suportar os gastos com o material escolar. A começar pelo próprio CAF, a pesquisa mostrou que, no grupo de Kalandula comuna sede, a maioria tem entre a 1.ª e a 6.ª classes. É fundamental assinalar que mais de 60 respondentes declararam que o CAF é analfabeto.

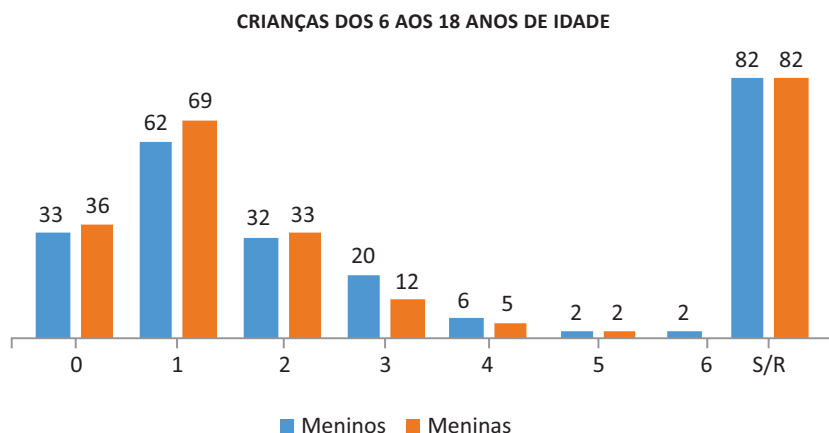


FONTE: Kalandula Baseline Survey, 2016.

Em média, pelo menos 3 pessoas nesses agregados sabem ler e escrever. Os dados desagregados por género indicam que existem mais rapazes que sabem ler e escrever do que

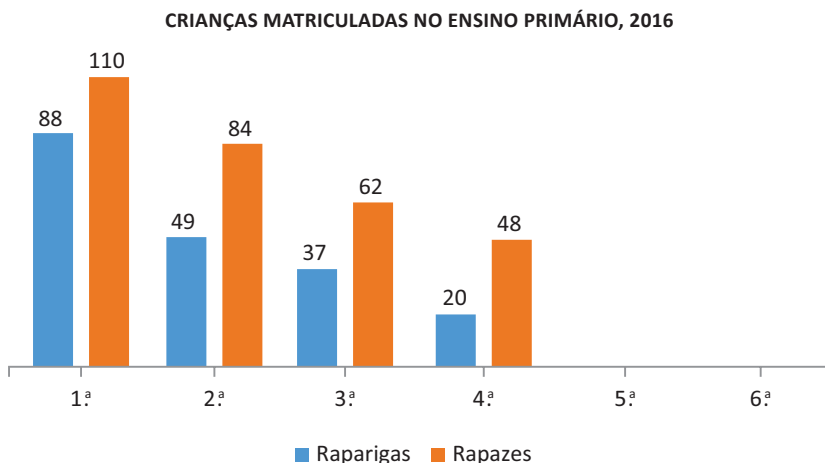
raparigas, sendo que pelo menos 130 agregados têm crianças entre os 3 e 5 anos, ou seja, algumas em idade pré-escolar.

Quando olhamos para as crianças entre os 6 e os 18 anos de idade, pelo menos 160 agregados responderam positivamente, representando um total de 446 crianças em idade escolar, sendo que quando desagregado, como se atesta no gráfico abaixo, as meninas representam a maioria, com 52%.



FONTE: Kalandula Baseline Survey, 2016.

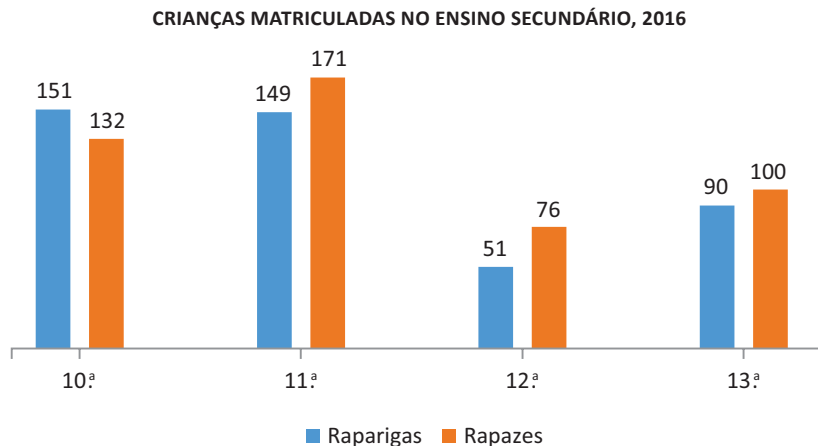
Quando analisado o gráfico seguinte referente ao ensino primário distribuído por gênero e por classe, verifica-se que as meninas são a maioria até à 2.^a classe, sendo que a partir da 3.^a até ao ensino médio começa a haver uma redução de raparigas, que varia de 30 a 8 raparigas por classe. Várias razões podem estar na base dessa variação, tais como: reprovação, migração, desistência e abandono.



FONTE: Kalandula Baseline Survey, 2016.

As raparigas são as que mais rápido abandonam a escola, devido à prática cultural do casamento e da maternidade precoces. A partir dos 15 anos²⁶⁴, as meninas consideradas adultas, na aceção tradicional, juntam-se aos seus parceiros e começam a ter filhos. Geralmente é nessa idade que a menina passa a ser considerada adulta, por causa do casamento, e adquire o estatuto de senhora, possuindo a sua lavra e administrando o seu lar. Em termos sociais, deixa de juntar-se às meninas solteiras da sua idade e passa a associar-se às mulheres casadas, inclusive – adultas – de maior idade. Transitando da infância à idade adulta, as meninas perdem a oportunidade de aprender, brincar e até de acompanhar as suas alterações fisiológicas. Não existem programas de inclusão ou acompanhamento educacional para estas raparigas.

Entretanto, o acesso à educação é limitado tanto pela distância de algumas escolas como pela falta de escolas de nível médio em número suficiente e inexistência de nível superior. Nas aldeias, as escolas ou salas anexas que existem, praticamente não têm condições, nem de trabalho para os professores, nem de aprendizagem para os alunos. São muito pequenas, não têm carteiras, não possuem serviços de apoio, como casa de banho ou espaços de recreio. Além deste factor, muitas famílias vivem a pressão da subida do custo do material escolar e a consequente falta de recursos, o que para algumas foi determinante para retirar as crianças da escola.



FONTE: Kalandula Baseline Survey, 2016.

Quanto às crianças fora do sistema de ensino, a pesquisa mostra que dos agregados inquiridos aproximadamente 82 crianças não estão a estudar, sendo 52% dessas representadas pelas raparigas e 48% pelos rapazes. O número não é elevado; entretanto, é importante

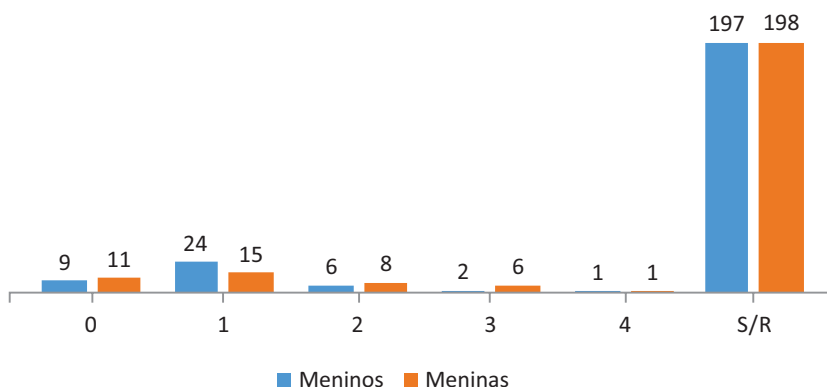
²⁶⁴ A noção de maioridade em alguns meios rurais do país dá-se com o início do ciclo menstrual da jovem mulher, em sentido contrário à concepção formal constante na Constituição da República, que consagra a maior idade aos 18 anos.

ressaltar que mais de 190 agregados não responderam, ou porque já não têm no agregado crianças ou porque essas crianças foram enviadas para fora do agregado familiar, e por essa razão é desconhecida a sua situação escolar.

Segundo os respondentes dos agregados, esta situação de exclusão é motivada por razões de ordem institucional, económica e cultural, designadamente falta de meios financeiros, falta de escola do nível secundário, distância entre a zona de residência e a escola, falta de professores, casamento precoce, para cuidados dos irmãos, por engravidar, por ser menina, por mudar de aldeia, por viver com outros parentes, por falta de apoio e até por falta de vontade da criança.

Entretanto, quando analisadas as causas que interferem na ida ou na continuidade dos estudos pelas meninas, nota-se que são três as principais: cuidado de outras crianças, cuidado do seu próprio bebé ou porque se encontra grávida.

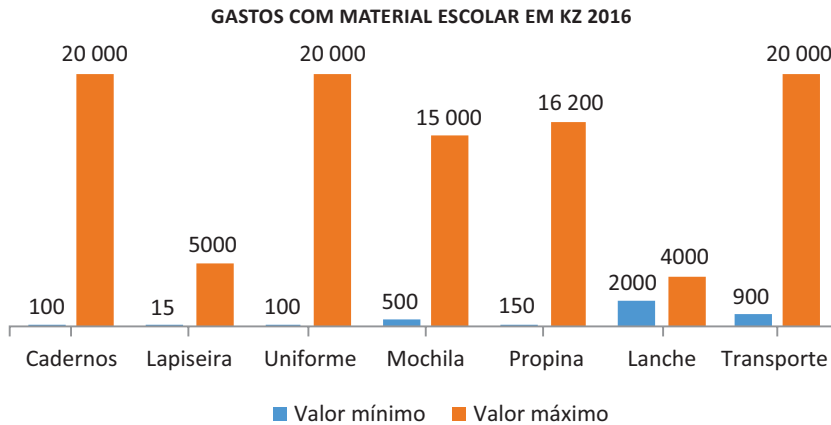
CRIANÇAS QUE NÃO FREQUENTAM A ESCOLA, 2016



FONTE: Kalandula Baseline Survey, 2016.

Uma das principais dificuldades notadas é o custo com a educação. Para muitas famílias o peso das despesas escolares tem sido determinante para o futuro dos filhos, quer seja para que permaneçam como para que desistam. A principal reclamação é a subida dos preços do material escolar.

Em média, as famílias inquiridas gastam até 20.000,00 Kz por mês apenas com cadernos. Entretanto, é importante considerar que esse não é um valor regular, já que se tem por hábito comprar o material no princípio do ano, com possíveis reposições ao longo do ano, que podem variar entre três a seis meses em média.



FONTE: Kalandula Baseline Survey, 2016.

O acesso à educação é uma questão fundamental, ao analisar-se a sua dimensão de direito humano. Apesar de a maioria beneficiar do sistema público, é importante verificar tanto a localização geográfica da Escola, quanto a sua acessibilidade em termos funcionais e de qualidade. Em Kalandula, a maior parte das escolas estão localizadas na sede, sendo que algumas aldeias que se encontram a 20 a 50 quilómetros de distância ou não possuem escolas ou possuem salas anexas.

Na sede de Kalandula, existem escolas do ensino primário e secundário, não escolas do ensino médio ou universidades.²⁶⁵ Entretanto, o Plano de Desenvolvimento de Kalandula aponta para a existência de 22 escolas em todo município,²⁶⁶ com carácter definitivo, em 2013, representando um total de 111 salas. Já em 2006, o PNUD²⁶⁷ constatou existirem 15 edifícios definitivos, representando um total de 18 salas.

Ao mesmo tempo, aumentam as construções provisórias ou, se quisermos, precárias. Em 2006, o PNUD apontava para 49 construções provisórias, representando 98 salas de aulas. Em 2013 o plano de desenvolvimento do município informa que existiam 145 salas a funcionar em locais impróprios, representando um crescimento quantitativo de instalações provisórias e um aumento da precariedade física e funcional do ensino. Este *déficit* de estruturas afecta significativamente a qualidade, como se pode constatar no terreno.

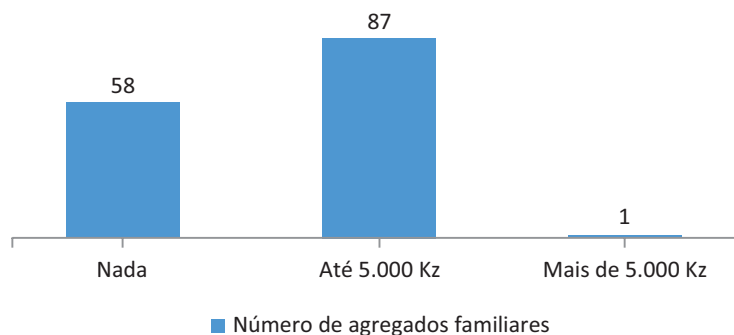
Para além do acesso e das infra-estruturas, acresce também a corrupção ou cobranças irregulares aos encarregados de educação, seja no acto de matrícula ou ao longo do ano. Mais de 80 respondentes informaram que tiveram de pagar até pelo menos 5.000,00 kwanzas no acto de matrícula para garantir que os seus filhos pudessem estudar.

²⁶⁵ Ver “Estabelecimentos escolares em Kalandula”, pp. 31-32.

²⁶⁶ Plano de Desenvolvimento de Kalandula, 2013-2017.

²⁶⁷ Perfil do Município, 2013.

**AGREGADOS FAMILIARES QUE PAGAM PELAS MATRÍCULAS
ESCOLARES NA ESCOLA PÚBLICA MAIS PRÓXIMA DE CASA, 2016**

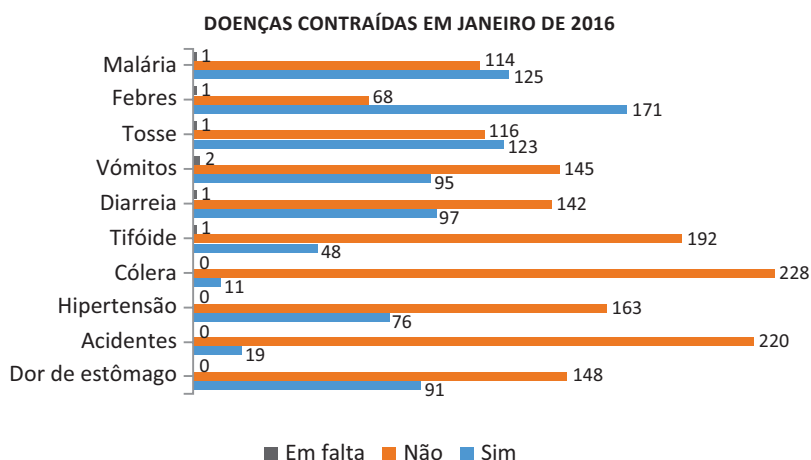


FONTE: Kalandula Baseline Survey, 2016.

8.4.6 Acesso à saúde e questões de género

O domínio da saúde em Kalandula vai ser abordado na perspectiva das unidades instaladas à disposição da população, como hospitais, centros e postos médicos, na perspectiva da utilização desses serviços e das doenças notificadas em um dado período. Sem descurar a preocupação do saneamento, da alimentação, renda e políticas públicas.

Em termos de doença, foram analisadas as doenças notificadas em Junho de 2016 e verificou-se que a malária e a tosse foram as principais, seguidas de “febres”, que embora ocorra em número elevado, não é considerada uma doença e sim um sintoma. No caso da malária, mais de 50% dos inquiridos declarou que alguém a contraiu no agregado, indicando claramente que a malária predomina e continua a afectar muitas pessoas.

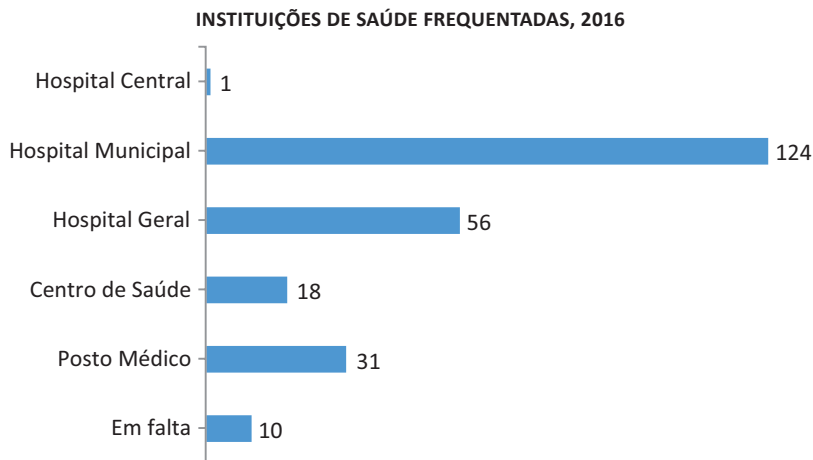


FONTE: Kalandula Baseline Survey, 2016.

As mulheres, entretanto, queixam-se de dores fortes no corpo inteiro, especialmente na cabeça, coluna e pernas. Uma das razões prende-se com a natureza do próprio trabalho de campo, que consiste essencialmente em cultivar lavras cerca de 30/15 m ou 30/40 m em um certo período de tempo, com apenas enxada e catana. Acresce a isto o facto de as mulheres terem de acarretar água do rio, lavar a roupa, moer o bombó e a kizaca todos os dias, para as refeições, para além de outras tarefas domésticas.

O Município de Kalandula possui 24 unidades sanitárias.²⁶⁸ Para além dos serviços de medicina geral, realçamos em particular os serviços de cuidado à saúde materna, designadamente planeamento familiar, ginecologia e obstetrícia, que funcionam no Hospital Municipal e no Centro Materno-Infantil da Missão Católica.

Mais de 50% dos respondentes do inquérito afirmaram que preferem recorrer ao Hospital Municipal sempre que se encontram doentes, pelo facto de encontrarem melhor resposta no atendimento ou tratamento.



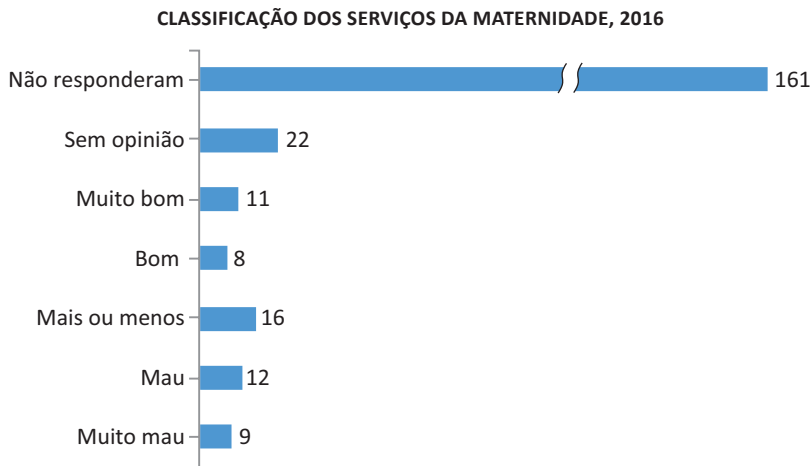
FONTE: Kalandula Baseline Survey, 2016.

O Hospital Municipal funciona com 2 médicos, um de nacionalidade cubana e outro de nacionalidade angolana e dispõe dos serviços de consulta externa e urgência, pré-natal, ginecologia, obstetrícia, pediatria e PAV. Entre os serviços, não existe, por exemplo, o bloco operatório, muito importante nas questões da maternidade, para o caso de realizar cesarianas; não dispõe de serviços de radiologia; não possui água corrente ou energia eléctrica; a ambulância de que dispunha estava avariada, na altura em que efectuámos a pesquisa. Como cuidar da saúde dos filhos é mais uma das obrigações das mulheres, muitas reclamaram da falta de medicamentos, do atendimento demorado, da falta de médicos, da falta de ambulâncias e até de outros serviços médicos, o que força as famílias a deslocarem-se a cidade de Malanje ou a Luanda, em busca de melhor tratamento.

²⁶⁸ Ver "Unidades Sanitárias de Kalandula", pp. 35-36.

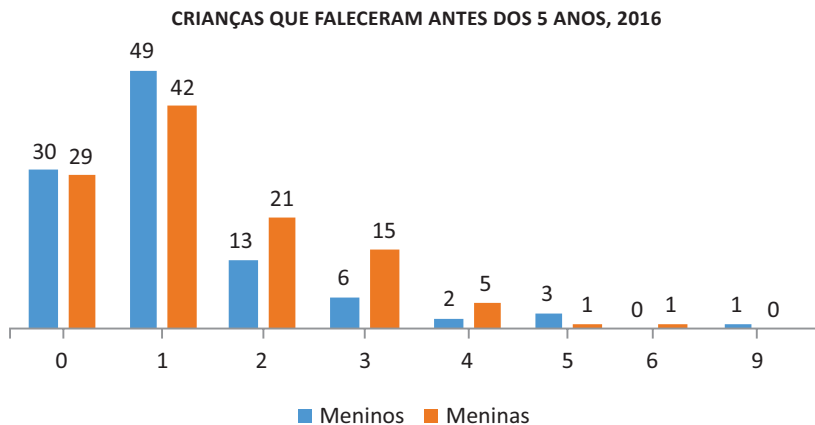
Apesar destas insuficiências, a maior parte das mulheres prefere realizar o trabalho de parto no Hospital Municipal ou no Centro Materno-Infantil, embora tanto para um quanto para outro, possam levar entre 5 minutos (as que vivem na vila de Kalandula e bairros adjacentes) a 30 minutos ou mais de uma hora, dependendo da localização da aldeia e das condições das estradas da mesma, considerando que a maioria não tem meio de transporte e por essa razão tem de caminhar ou ir de motorizada até à vila.

Entretanto, das 78 inquiridas sobre os serviços da maternidade, cerca de 15% considerou-os razoáveis.



FONTE: Kalandula Baseline Survey, 2016.

Ainda no domínio da saúde, 102 inquiridas afirmaram que uma mulher na família teve pelo menos uma criança que faleceu antes de atingir 5 anos de idade, sendo do sexo masculino. A taxa de mortalidade-infantil tem sido utilizada como um indicador importante para as questões de desenvolvimento, porque por um lado revela as dificuldades do sistema de saúde e por outro permite avaliar o compromisso público com a nova geração, e consequentemente com o futuro do País.

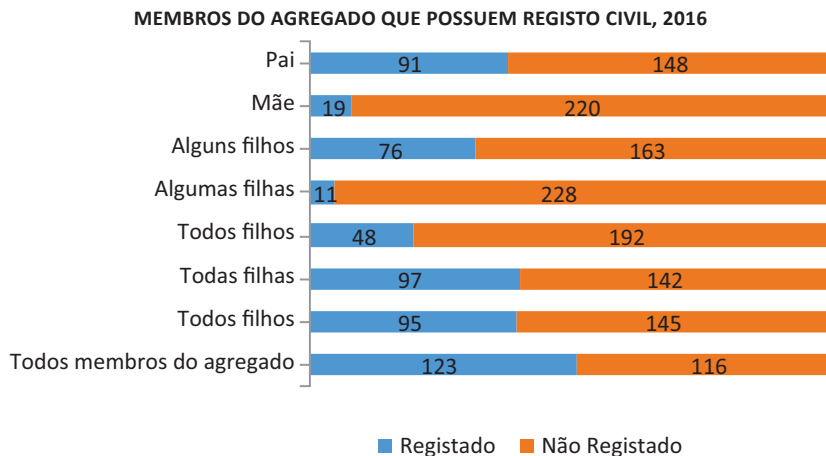


FONTE: Kalandula Baseline Survey, 2016.

8.4.7 Registo civil

O registo civil constitui a realização material do direito ao nome e à identidade e tem consequências importantes no estatuto de cidadão e no gozo de direitos como educação e emprego. A própria existência formal do cidadão depende deste registo, sem o qual a pessoa física não existe em termos formais e não é considerada nos referidos serviços. Assim, a possibilidade de exclusão a que ficam sujeitas muitas pessoas não registadas é maior e mais severa. 60,25% dos inquiridos responderam que todos os membros do agregado não estão registados.

Entre os filhos, a falta de registo é maior entre as meninas, demonstrando claramente o privilégio dos rapazes nas oportunidades sociais. Segundo os entrevistados, entre as causas estão a fuga à paternidade, a distância entre as aldeias e o serviço de registo, localizado apenas na vila sede de Kalandula, a demora no atendimento, a corrupção na prestação do serviço público e a falta de documento de identidade dos pais.



FONTE: Kalandula Baseline Survey, 2016.

Sem o registo civil, os menores de 18 anos geralmente não vão à escola ou estudam até pelo menos à 4.ª classe, não conseguem tratar do bilhete de identidade e, conseqüentemente, estão impossibilitados de circular dentro ou fora do país. Já os maiores de 18 anos encontram as tradicionais dificuldades em tratar do bilhete de identidade, empregar-se no sector formal, inscrever-se na segurança social, tratar de assuntos ligados à justiça, registar os seus filhos, estudar ou continuar a estudar e viajar de avião. Para todos os efeitos são angolanos não cidadãos. O reconhecimento da sua cidadania é fortemente comprometido pela falta de documentos de identidade e identificação formais como o boletim de nascimento, bilhete ou o passaporte aumentando, assim, as possibilidades de exclusão e marginalização dessas pessoas, o que agrava a sua condição socioeconómica.

Como se não bastasse a situação de privação de cidadania, é importante notar que há um movimento irreversível que empurra, gradualmente, as mulheres para fora do ciclo fechado

da vida reprodutiva. Seja devido às dificuldades que as mães passam, como pelo evoluir dos tempos, raparigas há que se deslocam para estudar fora do município, geralmente em Malanje, Uíge ou Luanda para frequentar o ensino médio ou superior e, posteriormente à conclusão desses níveis, resistem a regressar para o local de origem.

A falta de políticas públicas de género é um forte indicador disso mesmo, revelando o forte descaso público, a situação de uma franja significativa da população que com o passar do tempo vai perpetuar a situação de pobreza das mulheres e aprofundar o fosso da desigualdade de género.

Áreas como a saúde, educação, água, energia, agricultura (instrumentos, incluindo sementes para o trabalho agrícola), moagem, emprego e alimentos disponíveis e a um preço acessível continuam a fazer parte da agenda de preocupações das mulheres, que reclamam soluções para si e para as suas respectivas famílias, exigindo mais serviços nessas áreas, com melhor qualidade e recursos humanos e materiais disponíveis.

A situação da sobrecarga e da precariedade da mão-de-obra feminina, especialmente das solteiras, viúvas e idosas é outra preocupação fundamental quando se aborda a realidade rural, que reclama por soluções que devem passar seguramente por um sistema de protecção social mais inclusivo.

Assim, assinalamos que as questões de género, em particular do feminino em Kalandula não estão nas prioridades do governo local e contribuem para aprofundar a situação de pobreza e de desigualdade que nas secções adiante se afluora, quando apresentarmos abordagem aos serviços públicos.

8.5 Produção agrícola e principais culturas

A secção que se segue resulta do aprofundamento de algumas questões de natureza produtiva levantadas durante a pesquisa no Município de Kalandula, mais concretamente nos bairros Kangambo, Kamawe, Tanque, Ngola Kiluanje, Jungo de Cima (Njungo), Kalandula de Baixo, Ngola Mbandi e Mandele.

8.5.1 Contexto socioeconómico

A economia em Kalandula assenta na informalidade do pequeno comércio de bens e produtos, embora se possa observar que nos bairros se configura em torno do bombó²⁶⁹ derivado da mandioca, que é o principal produto de consumo, de comercialização e de

²⁶⁹ Produto derivado da mandioca.

exportação. Nos bairros que se situam mais próximo da vila sede ou ainda o casco urbano,²⁷⁰ assim como aqueles mais afastados, o comércio é dominado por comerciantes informais²⁷¹ não-locais, que residem temporariamente nesses bairros, mas com residências fixadas ou definitivas noutras regiões ou províncias, tais como o Município de Malanje sede da província, N'Dalatando e Luanda.

Por outro lado, no interior desses bairros não são notáveis vias de comunicação asfaltadas, rede de energia eléctrica, rede de distribuição de água potável nas casas, assim como não existem empresas do sector privado (formal) instaladas e empresas públicas ou mistas; os comerciantes informais são os que mais movimentam a economia local: fazendo trocas (permutas e venda), criam ou fomentam trabalhos temporários e introduzem ou aumentam o volume de dinheiro, facilitando mais ou menos a sua circulação ainda que de forma precária.

O nível de diferenciação de pobreza entre as famílias camponesas é definido pela capacidade produtiva – os que têm e conseguem produzir bombó em elevada quantidade, pressupondo geralmente terem mais lavras do que os outros, considerados mais pobres por não disporem de meios e capacidade de produção. É importante salientar, para se evitar equívocos, que as razões que justificam a diferenciação entre as famílias camponesas em situação de pobreza nos bairros de Kalandula não estão ligadas ao facto de dispor de maior ou menor posse de terra, pois esta é entendida como sendo colectiva.

As famílias com maior capacidade de produção e por isso menos pobres, via de regra, para além de possuírem lavras de maiores dimensões do ponto de vista do cultivo – espaço plantado –, possuem também outros bens duradouros e produtos de consumo doméstico que não são produzidos localmente: moinho, motorizadas, cabeças de bois, sementes, sabão, óleo vegetal e roupas usadas, etc., o que lhes permite enquadrar-se na actividade comercial intermédia.

8.5.2 Propriedade da terra e espaço cultivado

Em Kalandula, o nível de consciência colectiva sobre o espaço não cultivado no seio das famílias camponesas é entendido no sentido não valorativo, podendo qualquer pessoa ocupar uma parcela de terra desde que pertença à comunidade ou solicite ao soba, que é o responsável por esses assuntos. A lavra é delimitada pelo espaço cultivado e não pelo terreno ocupado

²⁷⁰ Casco urbano ou vila de Kalandula, como é designado localmente, para descrever uma rua, onde ao longo da qual observamos casas do tipo arquitectónico europeu – na sua maioria construídas no tempo colonial – com um comprimento, em relação ao espaço habitado, não mais de um (1) km, e uma largura, cortada ao meio pelo asfalto de mais ou menos 500 metros.

²⁷¹ Os comerciantes informais geralmente não possuem um documento e não pagam qualquer tipo de imposto. De outro modo, a maior parte destes comerciantes informais possuem lavras nestes bairros.

– essa delimitação de espaço inclui o não cultivado –, podendo assim uma família, ainda que seja muito pobre, possuir mais de três lavras.

A delimitação da lavra – ou espaço cultivado – é realizada mediante o instrumento de medição local, ou seja, a mubanga²⁷², que é a unidade básica para determinar os limites da terra enquanto espaço cultivado. As medidas são feitas com a palma das mãos, onde cinco ou seis palmas contabilizadas equivalem a um metro. Assim sendo, um braço – ramo de uma árvore com a equivalência de 1 metro – é usado para medir determinada extensão de terra até atingir a dimensão pretendida, a exemplo de 60 metros de largura. É desta forma que se realiza a primeira mubanga e, em seguida, as outras pretendidas são feitas obedecendo ao mesmo exercício, até atingir o número desejado (por exemplo, 60 linhas/100 metros). Finalmente, 60 linhas/100 metros equivalem a uma lavra de 60 mibanga por 100 metros, ou seja, 60 metros de largura e 100 metros de comprimento. Esta é uma prática presente em todos os bairros inquiridos, incluindo no Ngola Kiluanje, onde existe uma prática colectiva – trabalho em grupo – de fazer mibanga designado por Kisole.

No entanto, a mubanga, para além de representar as dimensões de uma lavra, é usada também para explicar o processo de preparação da terra para o cultivo, nomeadamente o intervalo estabelecido entre as plantas – mandioqueiras – numa mesma linha horizontal, assim como o espaço entre linhas cultivadas (mibanga).

Na maior parte dos bairros inquiridos, com excepção do Ngola Mbandi e do Mandele, é raro verificar a existência de lavra feita recorrendo à técnica de arado (uso de animais) ou feita por tractor (máquina). A maior parte das lavras são feitas recorrendo ao uso de enxadas e não medem mais de 100 metros ao quadrado.

Nos casos que marcam a excepção – Ngola Mbandi e Mandele – verificam-se que algumas lavras com mais de 6 hectares existem devido ao apoio da ADRA²⁷³ (com tractores para trabalhar a terra) e da IDA (doando bois).²⁷⁴ É necessário realçar que, segundo os inquiridos, os bois fornecidos pela IDA alguns anos atrás não se adaptaram ao terreno, tendo morrido todos os animais. O que nos foi dado a observar e segundo os inquiridos foram doações anteriores bem-sucedidas.

Quanto aos tipos de culturas, constatamos que a produção agrícola dos bairros Ngola Kiluanje e Mandele apresenta mais diversidade de culturas, incluindo batata-rena, o que é raro encontrar noutros bairros.

²⁷² Mibanga é o plural de mubanga.

²⁷³ Acção Agrária para o Desenvolvimento Rural e Ambiente.

²⁷⁴ Instituto de Desenvolvimento Agrário.

8.5.3 Ciclos de produção e tipos de cultura

Em Kalandula, concretamente nos bairros Tanque, Kamawe, Kalandula de Baixo, Kangambo, Ngola Kiluanje e Jungo as actividades agrícolas obedecem à seguinte calendarização:

- Trabalham a terra a partir de Outubro e Dezembro e cultivam ginguba, batata-doce, feijão Macunde e outras qualidades, inhame, etc.
- Em Janeiro e Fevereiro cultivam a abóbora (Mengeleka), apenas uma vez por ano.
- Cebola, abacate, tomate, inhame, cenoura, milho, beringela, alho são culturas cultivadas em época chuvosa e não estão sujeitas a uma calendarização rigorosa. Os camponeses que geralmente têm lavras localizadas nas zonas baixas, isto é, ao lado do rio, tendem a cultivar esses produtos em qualquer época.

Importa realçar que em Kalandula a maior parte dos camponeses tem apenas mandioqueiras plantadas nas suas lavras, alguns têm outras culturais (como é o caso da batata, por exemplo no bairro Jungo de Cima) plantadas no fim das mibanga de mandiocas em pouca quantidade, para o consumo doméstico. Estas culturas também são notáveis nas hortas ou canteiros domésticos de alguns camponeses.

8.5.4 Trocas comerciais e sobrevivência

Como podemos observar, a mandioca é o principal produto de troca em Kalandula sendo que as famílias camponesas geralmente em cada ano têm uma ou duas lavras disponíveis para a colheita, que em média serve para o consumo e para a venda.

Assim, os tipos de trocas feitas realizam-se em duas dimensões, que são: a permuta e a venda.

- **Permuta:** os principais produtos permutados com o bombó são: sal, óleo vegetal, gasóleo, pilhas (lanterna), vela, Omo (detergente para a roupa), sabão, peixe seco, fresco congelado, carne, roupas, calçados, etc. Estes bens também podem ser trocados com uma prestação de serviço, como chachar (sachar, limpar) a lavra de outrem, morgar e desmorgar o bombó, etc. Na moagem, uma “banheira” de bombó moída (farinha de mandioca) de 15 quilos troca-se por uma kapaya (capaia)²⁷⁵ de bombó.
- **Venda:** as quantidades de bombó produzidos obedecem aos preços constantes na tabela seguinte.

²⁷⁵ Uma kapaya (capaia) equivale a 5-7 kg de bombó. E uma banheira é menos de quinze quilos em relação ao peso médio.

COMPARAÇÃO DO PREÇO DO BOMBÓ EM KALANDULA E LUANDA, 2016			
Quantidade	Designação local	Kalandula (venda)	Luanda (compra)
3-4 kg	Siga / Barde	Kz 250-300	Kz 1.500
50 kg	Raso	Kz 5.000-6.000	Kz 15.000-14.000
150 kg	Insakado	Kz 8.000-9.000	Kz 20.000 -19.000
160-170 kg	Kusulado	Kz 10.000-11.000	Kz 26.000-24.000

FONTE: Mateus Agostinho e Inge Tvedten, 2016.

A falta de uma estrutura de comércio a nível das comunidades e a consequente dependência de comerciantes externos, leva os próprios camponeses a fazerem o escoamento dos seus produtos – ligando-se com a sede do município ou com outros pontos estratégicos onde encontram clientes para vender os seus bens. Esta estratégia de sobrevivência imposta pela “marginalidade estrutural” constitui uma ameaça constante aos rendimentos e à saúde das famílias camponesas. Pois estas ligações – de escoamento – as famílias mais pobres fazem-nas frequentemente a pé num percurso superior a 10 quilómetros.

8.5.5 Acesso à terra e pobreza

Access to land is crucial in Kalandula where agriculture remains the pivot economic and social activity. The great majority – that is more than 95 per cent of all households – rely exclusively on what the households are able to grow for their own consumption. Even among the small portion of the population in the semi-urban environment around Kalandula town, who also depends on other forms of income such as trade or public services, all have access to some fields where they grow staple food for auto consumption. Hired labour in agriculture is not very common.

The population in Kalandula classifies land in three main categories:

- Bush is uncleared land not in regular use. The exception are for the areas close to villages, which often are being used to keep animals such as goats, pigs and hens. Cattle is not common except for some rare cases for transport purposes.
- Given low population densities, uncleared land in Kalandula remains plentiful. As long as you have the capacity to clear new fields it is relatively easy to get access, but distances to the village may become a problem. This is particularly pronounced in the villages and townships near Kalandula town.
- Most of the bush is dryland, but uncleared wetlands also exist in most villages. The pressure on uncleared wetlands increases the closer one gets to town.
- Dryland is land with limited humidity mainly used for cultivation of cassava, which remains the staple food of the area. During approximately three months in the rainy season, one can also grow beans and a series of other vegetables in the dryland fields.

- For clearing the farmers use slash and burn methods. This is hard work requiring a lot of labour. After the cassava has been harvested after two to three years, the land needs to rest for at least as long a period as the growing season. The resting season may be combined with growing beans and vegetables during the rainy season. Slash and burn is also practiced between the growth periods.
- Despite an inferior quality, dryland is considered socially the most important land and all households among the more than 500 being surveyed have access to dryland. This is explained by staple food being produced on this type of land.
- Wetland is land with permanent or close to permanent humidity. It is found close to rivers and lakes, or simply in topographical lowlands. The land gives room for creation of gardens, often with more than one growing-season every year. It is used for growing a long range of fruits and vegetables but maize and rice may also be found.
- Gardens must also be cleared, but require less labour than clearing of dryland. Slash and burn is normally not used. Maintenance is also less labour intensive than maintenance of dryland.
- The number of households cultivating wetland gardens is found to be relatively modest. This must be explained by many households' lack of capacity to cultivate more than what they need in terms of cassava as staple food.

Private land (or estate land) is agricultural land owned or controlled by private estates where local farmers do not have control. It may include all the three previous categories. Estate owners seldom live in the municipality, most often they are represented by a manager. Estates often employ local small holders as workers, but the relationship is problematic. The share of private land in Kalandula is small compared to the customary land used by the smallholders, and so is the number of estates. This does not prevent the existence of many conflicts of interest between estate owners and the small farmers.

Similar to what is found many places in rural Africa, land is something much more than a simple asset needed to produce food. For the small holders in Kalandula land is intimately connected to the identity of each person and of the family group (lineage) she or he belongs to. Every family group in a village is connected to and identified with a defined area of land and each household will be allocated fields within this area. Family, individual and land forms in many respect an inseparable whole to the extent that no-one is considered a social individual without belonging to a family and without having land at her or his disposal. Without land you are a "no-person" and the land you dispose tells others who you are.

Despite low population densities and relative abundance of bush land, the tenure and regulation of land access are crucial elements for how people survive. In a situation where land together with family defines each individual's identity, it means that land has to be tenured as a common

and non-modifiable asset in the hands of the family group. Three important principals regulating peoples access to land are found in Kalandula:

- In a village, it is the descendants of the founder who appoint the village head (soba) and who are in control of the distribution of land between extended family groups. In a well settled village one will normally find three or four such groups that each have their own defined territory tenured internally among the eldest. New households settling in the village that do not belong to any of the existing family groups must contact the soba and receive land from him/her.
- Each individual receives land according to his or her position in the family group to whom the person is attached. Children depend on the land and production of their parents. Due to a relative abundance of land, couples receive land upon marriage and do not have to wait until the death of the parents. Since the population traces decent through women, the young groom is given land belonging to his matri-lineage and under the control of his mother's brothers. The bride is given access to the land of her husband. Depending on the households, husband and wife may dispose land jointly or separately. In the first time a young couple tends to cultivate jointly, but this seems to change towards more separate cultivation after some time and if the husband chooses to take a second wife, separation is almost automatic. Land given to a newly wedded couple may be bush or already cleared dryland depending upon availability in the family group. Wetland is seldom obtained at first. If the household at a later stage have the capacity to cultivate wetland gardens in addition to the cassava, they may require and receive this type of land.
- Since a young couple normally will settle in the village of the grooms father's family and the land they receives derives from the groom's matri-lineage, one could foresee a practical problem of access if the land of the mother's lineage is located far from where the couple lives. However, in most cases marriages takes place between closely located persons and do not constitute a problem for access.
- A household normally remain cultivating the land the couple received when they married. Expansion first takes place when the husband inherit land that was used by his mother's brothers. In case no-one is in need of more land, it returns into the family reserve to be utilised for others within the same family group. In the case of the death of a husband, women, in principle, are entitled to remain on the land she has shared or been given by him. She may also choose to return to her own family group and receive land there.
- The third important access regulating principle is reflected in a statement often referred to by the population: "the land belongs to those who work on it". This means that if someone has been given a piece of land that she/he is working regularly, it cannot be taken away from her or him. This is particularly true if it is the same person who also cleared the land. However, this principle also implies that no household can have more land than what it is capable to put under cultivation (including the fields put to rest).

- This principle applies not only at household level, but equally at the level of family groups. If one family group in a village has land available, while other groups are short of land, redistribution should be negotiated at village level. However, due to the relative abundance of land, such redistribution mechanisms seldom apply.

These three principles connected to first arrival, descent and work are quite common in smallholder agriculture in African countries. They imply that land cannot be sold or be object for other types of transactions. The rights one gets do not imply exclusive property, neither for individuals nor for family groups. One receives land at first arrival or when marrying, one can inherit more land if needed when maternal kinsmen die and one risk to loose land if one does not keep it under cultivation. As mentioned above, land is not a commodity, but must be considered a part of a social relationship defining family groups as well as the individuals constituting them. Like one female farmer said: “I cannot sell the land, it would be like selling a family member”.

However, norms and rules in a community are one thing, the practical everyday life often proves to be something different. Community members may choose to disregard or bend the rules to their own advantage so that conflicts and disagreements arise. Even though conflicts over land do not seem to appear frequently in Kalandula, they exist and some of them are important as demonstration of the relationship that exists between land rights and poverty. Except for quarrels about borders between the fields which are quite common but not very serious, another source of conflict is connected to inheritance. Close kin are sometimes found to fight about fields that previously belonged to a deceased mother’s brothers.

In a situation with relative land abundance it may appear as somewhat strange that people quarrel about inherited land. However, these struggles illustrate an important aspect for understanding how poverty is generated among the Kalandula population. Land may exist in abundance, but this does not mean there is abundance of land ready for cultivation.

Our studies show that there is a general shortage of dryland in the municipality. The survey shows that the great majority of the households dispose of too small land areas to satisfy what is needed in order for the household to survive comfortably. The reason for this seeming paradox between abundance of land and shortage of cleared land lies in the amount of work requested to clear it. Most of the households are relatively small and unable to mobilise enough labour to clear sufficient land for their own consumption needs. In a poverty perspective one may say that “the main reason for people’s poverty is not found in the lack of land, but in the lack of adequate labour to clear sufficient land for the households”. Instead of clearing new land, the households try to acquire dryland through inheritance and since it shows that inherited land is in shortage, conflicts arise. In conflicts it is always the weaker parts that suffer most and tend to loose. Some cases were observed where widows felt insecure because the land they previously had been cultivating were taken over or threatened to be taken over by their adult children.

Other examples of internal land differentiation also exist. Despite the norms against land being sold, a few cases of land sale were observed. Typically, this happened in the immediate vicinity to Kalandula Town where a certain population pressure could be found, but even there it only concerned wetland gardens. Not a single case of land sales in the rural areas was found. Internal economic differences in the Kalandula population arguably exist and some households may be found to acquire land at the expense of others. It must be emphasised however, that the general picture is one of relative equality. Since most of the population belongs to households with too little land to feed themselves, it is probably correct to classify the majority among them as poor.

In addition to the customary land we have been dealing with until now, there also exist a limited number of estates owned by absentee landlords. With regard to land ownership their judicial status may vary. From other provinces in Angola we know that estates are being established without satisfactory titling. For the time being few of the estates are in operation and the land is lying idle. In situations where rights and titles are being contested, the smallholders will start cultivating the land for their own purposes, and they do so with reference to the tenure principles described above: no-one can possess land they do not cultivate. From the perspective of the estate owners it proves extremely expensive to enforce their contested rights in the area and they tend to let the smallholders go on cultivating the land.

Also in the few cases of operational estates it was observed serious constraints in their production. Some of the problems seem to be connected to the local smallholders. The estates depend on the local population for labour. However, their control of this labour proves rather limited. People are recruited and work for a while only to disappear again as suddenly as they arrived (often in connection to reception of payment). Another problem is trespassing and destruction of fields and produces. The estates are reported to suffer a lot at the same time as their options to remedy these problems remain limited.

To sum up one may say that poverty in Kalandula is severe. Despite of not utilising any specific poverty measure than an assessment of the households' ability to survive, it remains adequate to classify the majority of the population in the municipality as poor or very poor. The problems related to people's access to land constitute one important element (among others) in explaining the generation of poverty in Kalandula. However, the generating mechanisms are only to a limited extent connected to processes of internal or external economic differentiation.

We do not find that external agents such as e.g. private estates reduce smallholders' access to land to any significant extent. Estates are few and those who exist seem to have serious problems in maintaining their own access to the land they operate. Nor do we find that internal economic differentiation constitutes much of a problem related to land access, mainly because the communities remain fairly equal and are based upon norms and rules that to a large extent promote social equality. Few if any groups or individuals are found to have enough economic and/or political power to increase their land areas at the expense of others.

If access to land may contribute to explain why people remain poor we think it has to be sought in some structural factors related to family and household composition. Even if land in Kalandula is found to be relatively abundant due to a low population density, we observe that the majority of the households seem to dispose of less land than what is required to produce the volume of food they need to survive. The reason behind the shortage must be sought in the considerable amount of labour required to clear enough arable land and turn it into dryland apt for extensive cultivation of cassava.

The composition of the households are simply too small to provide the adequate labour required and it is symptomatic that it is the households with most access to labour who seem to manage the best. Already living under very poor conditions with no or extremely limited access to cash, which could help recruit hired labour, it is not simple to find ways out of these problems.

8.6 Saúde

O Município de Kalandula conta com 25 unidades sanitárias, 2 das quais pertencentes à Missão Católica, designadamente um Centro Materno-Infantil e um Posto de Saúde. Das 23 unidades públicas, 16 funcionam razoavelmente e 9 não funcionam por falta de recursos humanos, reabilitação das infra-estruturas e de equipamentos adequados.²⁷⁶ Dos 3 médicos disponíveis, apenas um é angolano, sendo que os 2 expatriados de nacionalidade cubana trabalham sob contrato a prazo, de dois anos. O rácio médico por habitante é de 1/328.787, o que indica que o maior volume de ocorrências médicas é confiado às mãos dos técnicos médios e básicos de enfermagem, que, no conjunto, não são mais do que 35 efectivos. Quer ao nível provincial quer do município, não há um plano de atracção de quadros nacionais recém-formados na área da saúde. Trata-se, pode dizer-se, de uma consequência lógica do modelo de investimento público assimétrico em vigor, cuja tendência é a concentração dos recursos financeiros e humanos mais bem qualificados nos centros urbanos, a exemplo de Malanje, capital da província com o mesmo nome, como se pode verificar na monografia dedicada a este município no *Relatório Social de Angola 2014*.

Há constante falta de atendimento nos postos médicos ou de saúde que, para as estatísticas oficiais, estão em funcionamento. Os enfermeiros quase nunca estão de plantão, e quando estão é por muito poucas horas. Ou seja, não permanecem nos locais de trabalho. Cerca de 95% dos doentes são obrigados a acorrer ao Hospital Municipal de Kalandula – o maior do município, com capacidade de 53 camas –, em média a mais 5 km de distância. Ou também às unidades sanitárias da sede provincial quando as doenças são mais graves ou requerem tratamento de especialidade. Muitas famílias, contudo, não conseguem custear o transporte, que em regra se faz por meio de motorizadas, até à sede do município. Não foram raras as vezes em que os doentes não tiveram outra opção senão deslocarem-se a pé em busca de tratamento.

²⁷⁶ Ver *Relatório de Actividades da Administração Municipal de Kalandula 2015*, p. 7.

Quanto mais distante da sede do município for o local de residência, piores são as condições de assistência médica. Em muitas aldeias do interior, os únicos cuidados básicos de saúde a que as populações têm acesso são feitos através das visitas do chamado “trio cubano” às comunidades, onde realizam consultas de rotina sobretudo às crianças. Nestas visitas, as doenças mais diagnosticadas são a malária, frequente entre os meses de Fevereiro e Maio por consequências das chuvas, e a anemia, cujos casos se têm somado nos últimos anos devido a pouca, ou mesmo nenhuma diversificação da dieta alimentar, provavelmente como resultado do consumo de muitos hidratos de carbono (provenientes do funje de bombó) e poucas proteínas, vitaminas e fibras. Esta não deixa ser uma das consequências da crise económica e financeira que o país atravessa.

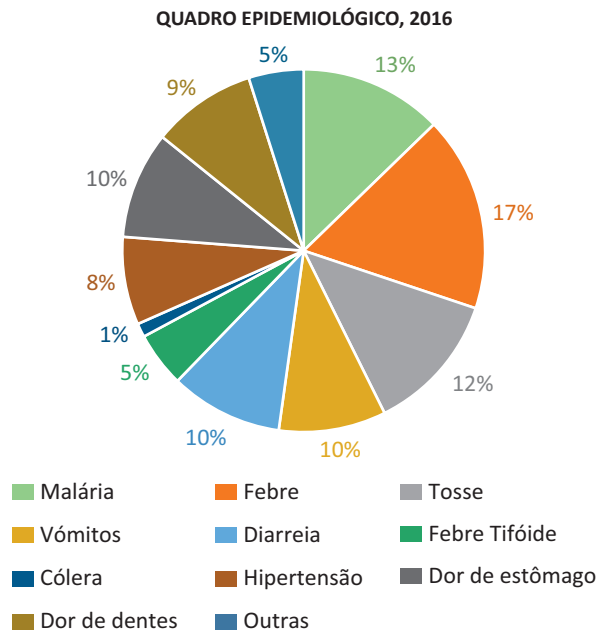
Com a rarefacção repentina da circulação do dinheiro na economia rural, os camponeses deixaram de vender a sua principal produção (a mandioca transformada em farinha de bombó), bem como poder adquirir outros produtos alimentares, como o peixe e carne, que antes equilibravam a cesta básica. Afecções como a dor de estômago com 38,1% casos, a dor de dentes com 39,9% e hipertensão arterial com 31,8 % são muito frequentes no seio da população, e as medidas de tratamento não encontram respostas imediatas. A hipertensão está sobretudo na base das mortes dos idosos no município. O elevado número de casos de hipertensão arterial tem como base as condições de trabalho, de habitabilidade e alimentares

Como alternativa ao sistema de saúde, as populações recorrem aos ofícios dos curandeiros locais, para a cura de certas patologias, e das parteiras tradicionais, para o trabalho de parto, muitas vezes sob condições de salubridade questionáveis. Todavia, a intervenção destes agentes, sobretudo das parteiras tradicionais, tem sido reconhecida e considerada de grande valia, quer pelas populações rurais quer pelas próprias autoridades administrativas, que procuram tê-las sob o seu mais directo controlo.

A par da intervenção médica, o acesso aos medicamentos constitui outra grande dificuldade. Também como consequência da crise financeira, eles passaram a escassear nas poucas farmácias das unidades públicas de saúde, na medida em que a importação de fármacos diminuiu de modo significativo. Esta carência tornou-se, no entanto, a oportunidade para o incremento da prática da corrupção no interior dos serviços de saúde pública, uma vez que as prescrições (vulgarmente conhecidas como “para-checks”), que permitem o acesso gratuito a determinados medicamentos, passaram a ser vendidas aos pacientes ou aos seus familiares. Sem dinheiro para adquirir os medicamentos nas farmácias privadas (por ex: uma lâmina de Quartem custa cerca de 2.500,00 kwanzas), que aliás não são mais do que 3 unidades em todo o município, as pessoas mais carenciadas e em situação aflitiva não têm outra opção senão submeter-se ao referido esquema, mesmo sabendo que, atendendo à escassez, a prescrição por si só não é garantia de acesso “gratuito” aos medicamentos.

Não surpreende, por isso, que, para além de serem as doenças mais notificadas não só pelas autoridades sanitárias,²⁷⁷ mas também pelos agregados (ver gráfico abaixo), a malária, as doenças respiratórias e diarreicas agudas e as parasitoses sejam também as que mais mortes causam, principalmente em crianças, já que o tratamento, à base de fármacos, tarda a chegar.

Nas três matrizes de problemas realizadas, a saúde aparece em todas como um dos três problemas mais importante no seio da comunidade. Enquanto a falta de posto médico constitui o foco do problema em relação à prestação dos serviços de saúde, a fraqueza consiste na falta de enfermeiro no bairro ou na aldeia.



FORNTE: Kalandula Baseline Survey, 2016.

Para além das principais doenças apresentadas no gráfico acima, é frequente no município de Kalandula o aparecimento de casos de malária durante o período chuvoso, ao passo que no seco verifica-se o agravamento de doenças respiratórias agudas, que afectam principalmente as crianças e estão na base da elevada taxa de mortalidade infantil.

Por outro lado, as crianças são igualmente vítimas da anemia como resultado da dieta e rotina alimentar, ou seja, a ausência de ingestão de alimentos com ferro. Os especialistas locais, em resposta ao aumento dos parasitas no organismo das crianças, defendem que as causas podem estar relacionadas com aleitamento materno até pouco depois de completarem os dois anos.

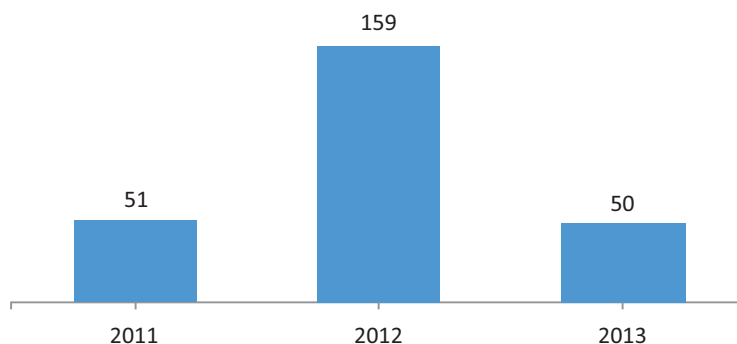
²⁷⁷ Ver Administração Municipal de Kalandula, *Relatório de Actividades 2015*, p. 12-13.

Na sua dissertação de mestrado, intitulada “Infecções Parasitárias: Estudo em População Angolana e Portuguesa”, cuja pesquisa foi realizada em 2012 nos municípios de Malanje (sede) e Kalandula e no distrito de Viana do Castelo, em Portugal, Mariza Araújo, ao comparar três localidades com dinâmicas sociais diferenciadas, pelo menos entre as duas primeiras e a segunda, chegou à seguinte constatação:

*“em Kalandula foi possível registar a sintomatologia dos doentes. Os sintomas referidos foram febre, astenia, choro (nas crianças), dor muscular, dor de barriga, diarreia, vômitos, ‘jiba’, tosse, hepatoesplenomegalia, obstipação, dificuldades respiratórias, urina escura e dor na bexiga. A maioria dos doentes referiu mais do que um sintoma. O acompanhamento das consultas no posto médico de Kalandula permitiu o contacto próximo com a realidade da maioria dos angolanos e ter uma visão global das características da população, das suas dificuldades e das carências do sistema nacional de saúde daquele país. A população de Kalandula é uma população muito jovem e a maioria dos doentes eram crianças até aos 10 anos de idade”.*²⁷⁸

Note-se que a taxa de mortalidade de crianças maiores de 1 ano é de 44,77 por cento, sendo que as causas, como mencionado, são, entre outras, a malária, as doenças diarreicas e respiratórias agudas e a malnutrição.

**DESPESA COM A REABILITAÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL DE KALANDULA
(EM MILHÕES DE KZ), 2011-2013**



FONTE: CEIC com base no OGE, 2011-2013.

O Hospital Municipal de Kalandula, reabilitado sucessivamente segundo a rubrica do OGE de 2011 a 2013, com um custo total de 260 milhões de kwanzas,²⁷⁹ é a principal unidade sanitária de referência e possui os serviços de Pediatria, Medicina Geral, Maternidade, Obstetria, laboratório de análises clínicas, serviços de internamento, mas faltam os serviços de Bloco Operatório, apesar de equipado e o seu funcionamento estar dependente de inauguração.

²⁷⁸ Araújo, M., “Infecções Parasitárias: Estudo em População Angolana e Portuguesa”, Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto, 2012.

²⁷⁹ Ver OGE para os anos 2011 (51.000.000,00 Kz), 2012 (159.333.036,00 Kz) e 2013 (50.000.000,00 Kz).

Estão em falta igualmente os serviços de hemoterapia, ambulância e pessoal médico e assistentes técnicos. O denominado “trio cubano”, como mencionado, tem desempenhado as suas funções mediante intervenção no âmbito do programa de vacinação nas comunidades visando, essencialmente, a medicina preventiva e a imunização de outras doenças. No caso das mulheres grávidas, habitualmente não têm frequentado as consultas pré-natais, e somente nos primeiros meses de 2016 tinham realizado cerca de 541 consultas pré-natais, aproveitando também para a vacinação.

*“O laboratório é recente e ainda pouco desenvolvido. Foi financiado para ONG Mãos Unidas e pela Missão Católica de Kalandula e iniciado em Agosto de 2010. Devido à falta de fundos, neste laboratório apenas é feita a pesquisa de Plasmodium sp., exame parasitológico de fezes e urina, urina tipo II, determinação da hemoglobina, grupos sanguíneos, testes de gravidez e alguns testes rápidos (imunologia e virologia). O laboratório é constituído por 3 áreas distintas. Uma sala de espera, uma sala de colheitas e uma zona polivalente”.*²⁸⁰

No que se refere ao atendimento “o laboratório recebe uma média de apenas 20 requisições por dia, porque as análises são pagas, e apesar de o preço ser simbólico, o grau de pobreza da população não permite a muitos fazerem análises. Os recursos são muito poucos, motivo pelo qual o laboratório tem poucos equipamentos e apenas um técnico. Apesar de todas as dificuldades, este laboratório é de grande importância para a população, uma vez que é o único do município”.²⁸¹

UNIDADES SANITÁRIAS DE KALANDULA				
Comuna	Unidade	Localização	Funcionamento	Nível
Sede	Hospital Municipal	Sede	Operacional	3
	Centro de Saúde Materno Infantil Njinga Mbandi	Sede	Operacional	2
	Centro de Saúde	Missão Católica	Operacional	2
	Posto de Saúde	Aldeia Kimbanga	Inoperante	1
	Posto de Saúde	Santa Maria	Operacional	1
	Posto de Saúde	Sector Pipa	Inoperante	1
Kota	Centro de Saúde	Sede do Kota	Inoperante	2
	Posto de Saúde	Kingongo	Inoperante	1
	Posto de Saúde	Kimbanda	Operacional	1
	Posto de Saúde	Amaral	Inoperante	1
	Posto de Saúde	Capole	Operacional	1
	Posto de Saúde	Terra Nova	Inoperante	1

continua

²⁸⁰ Id., Ibid., p. 36.

²⁸¹ Id., Ibid., p. 37.

continuação

Comuna	Unidade	Localização	Funcionamento	Nível
Kinji	Posto de Saúde	Sede do Kinji	Operacional	1
	Posto de Saúde	João Pascoal	Inoperante	1
	Posto de Saúde	Kitumbo	Inoperante	1
	Posto de Saúde	Muondo	Inoperante	1
Kateco-Kangola	Centro de Saúde	Sede do Kateco-Kangola	Operacional	2
	Posto de Saúde	Cabaça Muhongo	Operacional	1
	Posto de Saúde	Nabango Nzanza	Operacional	1
	Posto de Saúde	Caxito	Operacional	1
Kuale	Centro de Saúde	Sede do Kuale	Operacional	2
	Posto de Saúde	Kuale	Inoperante	1
	Centro de Saúde	Missão Adventista	Operacional	2
	Posto de Saúde	Buaca	Inoperante	1

FONTE: Direcção Municipal da Saúde de Kalandula, 2016.

8.7 Educação

À semelhança do que ocorre no âmbito da oferta de outros bens e serviços sociais básicos, como a saúde e o emprego, o acesso à educação no meio rural é extremamente precário, quando não inexistente, haja à vista, de acordo com os próprios dados oficiais, o elevado contingente de crianças em idade escolar fora do sistema de ensino – sob o risco, inclusive, de nunca ou tarde demais vir a ser incluído,²⁸² – bem como a baixa taxa de alfabetismo de indivíduos com 15 ou mais anos.²⁸³

Trata-se, pois, de um problema social gravíssimo e com *longue durée* histórica, consubstanciado na manutenção da exclusão de larga franja da população, relegada a uma espécie de indigência cultural perpétua, a despeito dos sinais aparentes de superação. Dito por outras

²⁸² Aqui e acolá, não têm faltado boas-intenções para motivar quem passasse quase uma vida inteira excluído do sistema de ensino. *Slogans* como “nunca é tarde para aprender” são usados em campanhas de alfabetização de adultos. Todavia, como todo o pessimismo mal informado, este optimismo não resiste ao teste da realidade, pois sempre é tarde para um ancião na faixa dos 70 anos desenvolver as suas faculdades intelectuais. De facto, não as desenvolverá, pela simples razão de já as ter perdido – transição da infância para a adolescência, da adolescência para a vida adulta e da vida adulta para a terceira idade – em pouco mais de 90%. Nestas circunstâncias, o aprendizado da leitura e da escrita, como uma forma de superação do drama do analfabetismo literal, não ganha mais do que um significado folclórico, uma modalidade de ritualística social, cuja única utilidade concreta é engrossar as estatísticas oficiais.

²⁸³ Ver INE. *Resultados Definitivos do Recenseamento Geral da População e da Habitação de Angola 2014*, Luanda, 2016, p. 53.

palavras, embora se lhe desconheça a dimensão exacta, por causa da ausência de instrumentos fiáveis para o seu dimensionamento, a dívida social²⁸⁴ angolana para com as populações rurais é enorme e cresce a cada dia, tendo, desde sempre, uma das suas mais perversas formas de manifestação na exclusão escolar.

É certo que a exclusão escolar no meio rural constitui o reflexo assombroso de um quadro crítico mais variado e abrangente, posto que os défices de acesso à educação e de qualidade de ensino também se verificam, não raro com maiores constrangimentos, em regiões urbanas, mesmo nas periferias dos grandes e mais importantes centros, como são os casos de Luanda e Benguela.²⁸⁵ Segue-se, entretanto, que não se pode, em nome de generalizações que mais mistificam do que esclarecem a realidade, negligenciar as diferenças e desigualdades sociais entre os espaços urbano e rural.

Estas diferenças e desigualdades podem ser observadas, por assim dizer, à vista desarmada. Note-se, por exemplo, a grande defasagem entre: 1) a taxa de alfabetismo da população urbana (79,4) e a da população rural (41,1); e 2) a percentagem de mulheres urbanas alfabetizadas (69,28%) e a de mulheres rurais alfabetizadas (25,07%). Ou seja, dos 44% da população que não sabe ler e escrever em todo o País, cerca de 33% reside em regiões rurais, sendo 21% mulheres.²⁸⁶

Isto demonstra, por conseguinte, que, ao mesmo tempo que se configura uma consequência da universalização precária do sistema nacional de ensino, o atraso educacional no meio rural conforma características específicas, para cuja apreensão se exige, como requisito, levar em conta causas e implicações gerais em articulação com causas e implicações particulares.

Com efeito, o Município de Kalandula não foge à regra e, sim, parece mesmo representar um paradigma do atraso educacional no contexto do meio rural angolano. Não apenas porque os seus indicadores educacionais revelam uma multiplicidade de insuficiências, mas também pelo facto de o cenário de extrema pobreza em que muitas famílias vivem propiciar a deslegitimação dos mecanismos formais de educação, na medida em que a escola deixou de ser – ou talvez jamais tenha sido – encarada consensualmente como um dos principais veículos de socialização e de mobilidade ascendente, o que faz com que a reprodução material imediata

²⁸⁴ “A chamada dívida social se baseia no pressuposto ético de que cada cidadão deveria ter suas necessidades básicas minimamente garantidas. À semelhança da dívida pública, ela seria uma dívida da sociedade com ela mesma. A cobrança desta dívida não se dá apenas por intermédio de impostos futuros, mas pela violência da miséria a assaltar nossa consciência e no desempenho econômico medíocre que caracteriza as nações que não investem na sua gente.” Neri, M. “A dívida social”, in *Conjuntura Económica* (“Temas Sociais”), Rio de Janeiro, Fevereiro de 2002, p. 1.

²⁸⁵ Em Luanda, um dos casos flagrantes é a comuna do Zango, Município de Viana. Ver CEIC-UCAN. *Relatório Social de Angola 2015*, Luanda: Angola Catholic University Press, 2016, p. 111.

²⁸⁶ INE. op. cit., p. 53 e 124. A referência ao ano de 2014 não impede que estes dados sejam considerados aproximados para 2015.

monopolize os interesses e a conduta das famílias, em prejuízo de qualquer tipo de investimento destinado à formação intelectual sobretudo das novas gerações.

8.7.1 Gestão da rede escolar

Em Kalandula, assim como em todos os outros municípios do país, a gestão da rede escolar é assegurada pela respectiva Repartição Municipal da Educação, um serviço desconcentrado da Administração Municipal, de que depende orgânica, administrativa e funcionalmente.²⁸⁷ Esta tripla dependência, no entanto, não exclui a subordinação programática em relação à Direcção Provincial da Educação de Malanje, que, por seu turno, procede em conformidade com as directrizes baixadas pelo Ministério da Educação, órgão máximo de tutela do sistema nacional de ensino.²⁸⁸

Em termos teóricos, a actuação da Repartição Municipal da Educação de Kalandula consiste em coordenar, através das Secções Comuns da Educação, a acção das direcções das escolas, com vista a garantir, dentre outras exigências, a satisfação das principais necessidades pedagógicas e a fiscalização do cumprimento das normas de funcionamento do sistema de ensino e dos programas de política educacional com incidência local.

Na prática, entretanto, o exercício de tais atribuições não sucede na plenitude e eficácia preconizadas, uma vez que inexistem os recursos materiais e humanos para o efeito. De modo que a gestão da rede escolar municipal se encontra reduzida a meros expedientes burocráticos quotidianos, ao levantamento de problemas concretos enfrentados pelas escolas, os quais quase nunca são alvo de solução da parte das instâncias superiores competentes.

8.7.2 Cobertura escolar

São inexistentes informações pormenorizadas sobre o grau de cobertura escolar em Kalandula. Segundo os dados oficiais brutos, a rede escolar é composta por um total de 20 escolas, algumas com “dependências” ou “salas anexas”, a maior parte das quais localizadas fora da comuna sede, em bairros e aldeias distantes do centro do município. Dezanove escolas atendem ao ensino primário e uma ao ensino secundário.²⁸⁹ Não existe nenhuma instituição dedicada ao ensino pré-escolar, o que significa, a princípio, que as crianças de 3 a 5 anos não têm quaisquer *chances* de aceder à educação na primeira infância. De igual modo, o investimento privado no sector da educação é praticamente nulo, havendo apenas uma unidade escolar não-pública, a escola do ensino primário pertencente à Missão Católica, mas que funciona como se fosse, na medida em que, nela, as matrículas e as aulas são totalmente gratuitas.

²⁸⁷ Lei n.º 17/10 – Lei da Organização e do Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, publicada em Diário da República, I Série, n.º 142, 29 de Julho de 2010, p. 1585.

²⁸⁸ Decreto-Lei n.º 7/03 – Estatuto Orgânico do Ministério da Educação, publicada em Diário da República, I Série, n.º 47, 17 de Junho de 2003, p. 2.

²⁸⁹ Administração Municipal de Kalandula, *Relatório de Balanço 2015*, Kalandula, 2016, p. 18.

Mesmo sem considerar uma série de ponderáveis, a oferta de 20 escolas estaria bastante longe de satisfazer a demanda em termos de acesso e inclusão escolar. Haveria uma clara desproporção entre a disponibilidade de infra-estruturas educacionais e a população em idade escolar: o rácio população de 5 a 15 anos/sala de aula rondaria os 148,9/1.²⁹⁰ Caso se conjecturasse um cenário de completo acesso e inclusão, o número de alunos por sala de aula situar-se-ia em mais de 200%, enquanto o número de alunos por turma excederia em mais de 100% o limite recomendável para o contexto educacional angolano, que é de 20 a 40 alunos por turma.

Torna-se evidente que o modelo de escolas do Ministério da Educação não contempla biblioteca, cantina escolar, campo para desporto e lazer; não fazem parte das instalações existentes no município nem na generalidade das escolas pelo país adentro.

A constatação da realidade indica, no entanto, que o desequilíbrio é ainda maior, sobretudo nas comunas, bairros e aldeias do *hinterland* do município. Das duas dezenas de escolas acima referidas, apenas cerca de 12 se encontram em permanente funcionamento no que respeita à manutenção das aulas. As restantes ou estão encerradas por falta de condições básicas (carteiras, quadros, iluminação, etc.), ou, apesar da falta de equipamentos, funcionam de maneira irregular. É o que acontece com muitas das chamadas “dependências” ou “salas anexas”, que, ao invés de unidades descentralizadas com a mesma disponibilidade em termos de infra-estruturas físicas, são, no fundo, cubatas destituídas do mínimo: sem assentos, com quadros improvisados sobre paredes de adobe e iluminação deficiente. Algumas delas, aliás, passaram a ser directamente asseguradas pelas próprias comunidades dos bairros e das aldeias em que estão implantadas, porquanto deixaram de merecer a atenção das direcções das escolas em que oficial e organicamente se inserem.

Tudo sugere, com isso, que, quanto mais distante da comuna sede, maior é o descaso a que a rede escolar está sujeita. A concentração da maior parte das escolas na comuna sede contribui, assim, em grande medida, para as desigualdades sociais entre o centro administrativo de Kalandula e as restantes quatro comunas.

Mas mesmo na comuna sede, as escolas enfrentam sérias dificuldades no seu funcionamento diário. A fraca higiene das salas de aula, as más condições de conservação das carteiras, a escassez de água potável e a ausência permanente de energia eléctrica nos estabelecimentos escolares são factores que influem, ainda que de maneira indirecta, no desempenho de alunos e professores. Maior deficiência é a inexistência de equipamentos escolares, como bibliotecas, espaços gimnodesportivos e oficinas para o ensino das artes, sem os quais se revela impossível cumprir integralmente com o previsto nos planos curriculares dos subsistemas de ensino

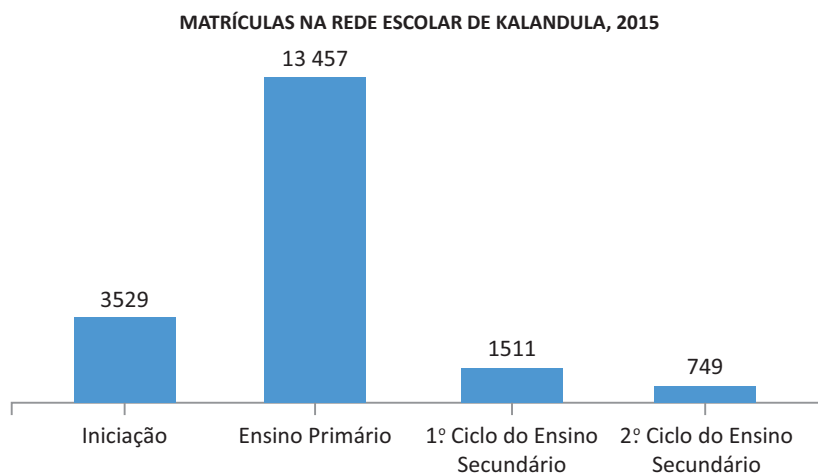
²⁹⁰ Os dados populacionais de Kalandula não se apresentam desagregados em faixas ou grupos etários. A população na faixa de 5 a 15 anos foi estimada por meio da soma do número de alunos matriculados com o número aproximado da população em idade escolar fora do sistema de ensino, de acordo com os dados constantes em Administração Municipal de Kalandula, op. cit., p. 17-18. Por isso, admite-se, à luz da margem de erro, a possibilidade de inclusão da população com idade.

primário e secundário, facto que, de resto, aponta para a inexequibilidade de parte considerável da recente reforma educativa.

De acordo com *Plano de Desenvolvimento do Município de Kalandula para 2014-2017*, seriam necessárias, até ao ano de 2017, 149 salas de aula para o ensino primário, à razão de 21 escolas com 7 salas de aula cada.

8.7.3 Matrículas

No ano de 2015, Kalandula registou um total de 19 246 matrículas no ensino regular, repartidas em: 3529 na iniciação, 13 457 no ensino primário, 1511 no 2.º Ciclo do ensino secundário e 749 no 2.º do ensino secundário. Não se dispõe de dados que possibilitem o cotejo com os anos anteriores, no sentido de saber se houve um decréscimo ou um acréscimo no volume de matrículas efectuadas. Daí ser, igualmente, impossível afirmar, com rigor suficiente, se houve um aumento ou uma diminuição da inclusão escolar, muito embora seja inegável que a capacidade escolar instalada não tem acompanhado a demanda efectiva, pois muitos pais alegaram, em diálogos informais, não ter os filhos matriculados por falta de vagas nas escolas, mesmo naquelas menos próximas da aldeia em que residem, informação que foi confirmada junto dos responsáveis de algumas escolas do município.

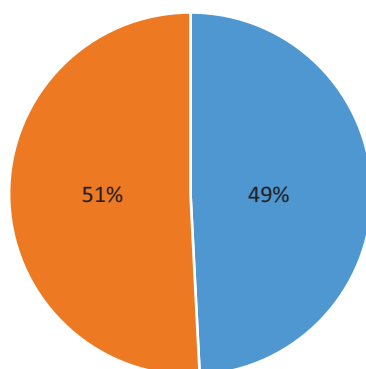


FONTE: CEIC com base na Administração Municipal de Kalandula, 2015.

Em compensação, a exclusão escolar não deixou de ser reconhecida e quantificada pelas autoridades locais. Os dados oficiais constam uma população em idade escolar fora do sistema de ensino de 3061. Um número que, decerto, não correspondeu à realidade, porque desactualizado em relação aos dados do Censo 2014, publicados um mês depois da elaboração do *Relatório de Balanço de 2015* da Administração Municipal de Kalandula. Quer isto dizer que, provavelmente, o grau de exclusão escolar tenha sido mais elevado, atingindo cerca de 4 mil crianças e adolescentes, com incidência para o sexo feminino, na faixa etária adequada para os referidos níveis de ensino.

Com exceção da classe de iniciação, em que o número de crianças do sexo feminino matriculadas correspondeu a 51%, a presença masculina foi superior à feminina entre os alunos matriculados. No cômputo geral, o sexo feminino representou apenas 40,9% das matrículas, apesar da população feminina ter sido – e ainda ser – maioria no universo da população em idade escolar. Este dado já de si indica, como se comprova mais adiante através da análise de dados sobre o abandono escolar, a existência de desigualdade sexual no acesso e na permanência escolar em Kalandula.

MATRÍCULAS NA CLASSE DE INICIAÇÃO POR SEXO, 2015



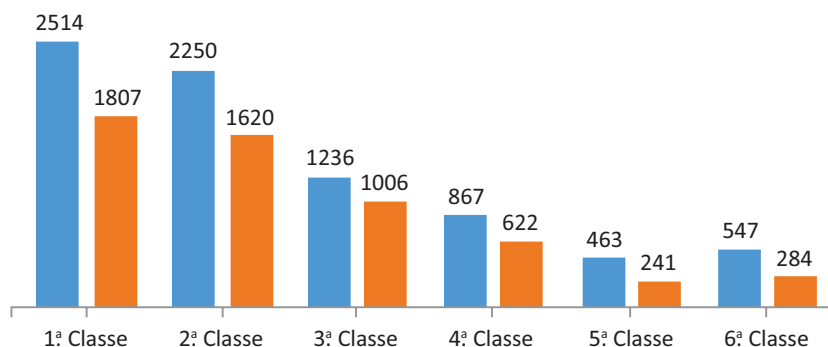
■ Masculino ■ Feminino

FONTE: CEIC com base na Administração Municipal de Kalandula, 2015.

Longe de constituir um mero acaso, a desigualdade sexual ou de género no contexto educacional do meio rural angolano tem raízes solícitas na cosmogonia e na organização social das comunidades. No caso de Kalandula, as entrevistas realizadas com os agregados familiares deixaram claro que as mulheres se encontram numa escala de hierarquia social.

No ensino primário, a desproporção entre sexos ocorreu em todas as classes. Como o gráfico abaixo parece indicar, a presença desigual dos sexos não começa no acesso, mas vai-se verificando ao longo do ano lectivo decorrente tanto de impeditivos sociais-familiares quanto dos de ordem cultural.

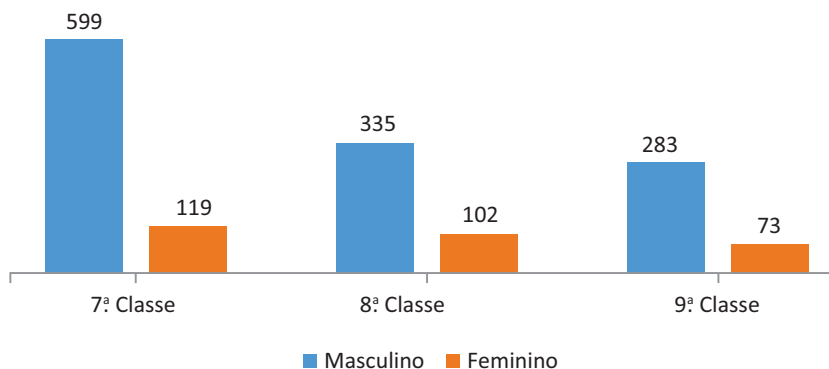
MATRÍCULAS NO ENSINO PRIMÁRIO POR SEXO, 2015



■ Masculino ■ Feminino

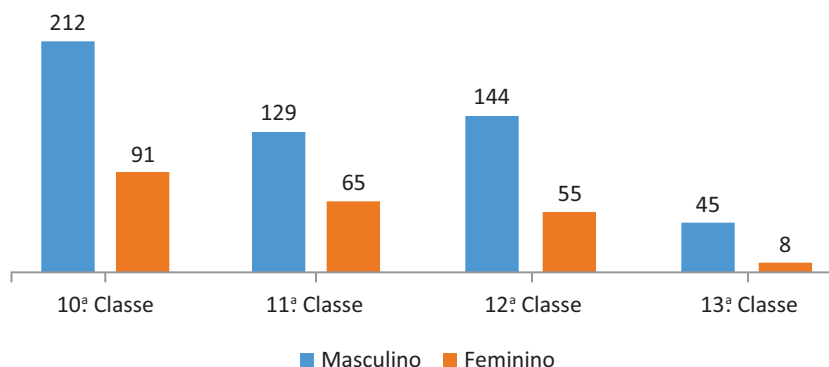
FONTE: CEIC com base na Administração Municipal de Kalandula, 2015.

MATRÍCULAS NO 1.º CICLO DO ENSINO SECUNDÁRIO POR SEXO, 2015



FONTE: CEIC com base na Administração Municipal de Kalandula, 2015.

MATRÍCULAS NO 2.º CICLO DO ENSINO SECUNDÁRIO POR SEXO, 2015

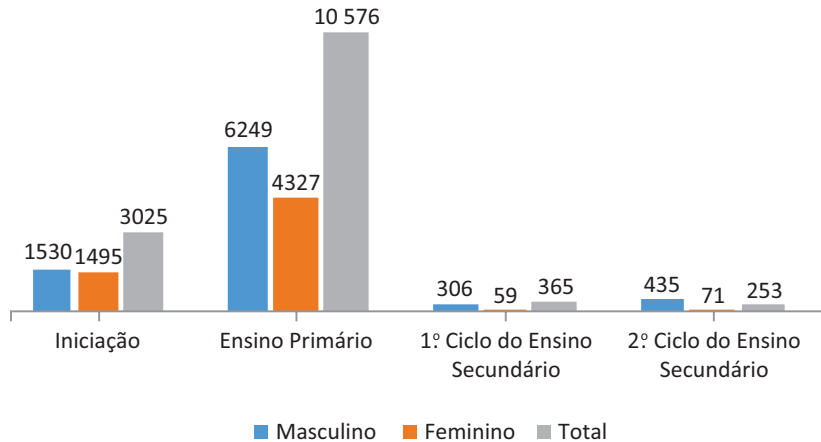


FONTE: CEIC com base na Administração Municipal de Kalandula, 2015.

8.7.4 Rendimento e abandono escolar

Quanto ao rendimento escolar, e sem considerar a iniciação, por não ser uma classe de ensino em que a avaliação do rendimento do aluno implique uma reprovação, o 2.º Ciclo do ensino secundário obteve, em termos comparativos, a maior taxa de aprovação de alunos, 81,7%, ao passo que o 1.º Ciclo, a menor, 59,3%. Destes alunos aprovados, os do sexo masculino foram os mais representativos, 61,5% no global, o que se pode considerar ter sido perfeitamente normal, já que eles preencheram, por intermédio das matrículas efectuadas, a maior parte das vagas disponíveis.

APROVAÇÃO NA REDE ESCOLAR DE KALANDULA, 2015



FONTE: CEIC com base na Administração Municipal de Kalandula, 2015.

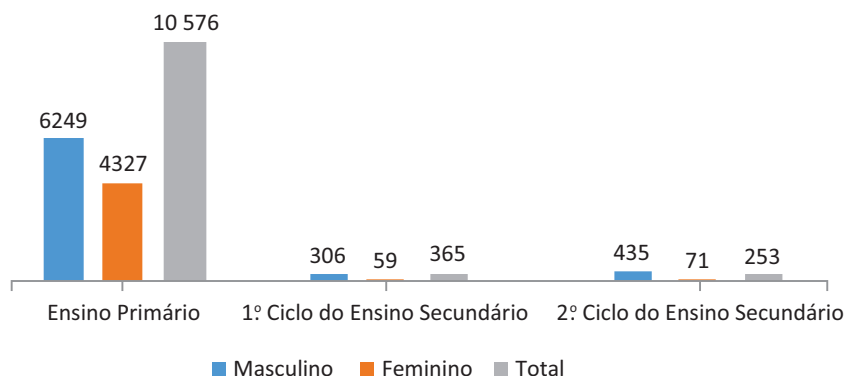
Curioso, pelo contrário, é que os alunos do sexo feminino tenham composto a maioria da taxa de reprovação, 53,9%, no ensino primário, diferente do que se operou nos dois ciclos do ensino secundário. Os dados localizam o peso deste alto índice de reprovação na 2.ª classe, onde a taxa de reprovação feminina foi de 69,2%.

Como se sabe, as reprovações escolares podem ter diferentes causas, estando todas elas, de uma forma ou de outra, vinculadas ao leque de requisitos objectivos usados para a avaliação do desempenho dos alunos. Mas parece não ser exactamente assim que as coisas acontecem em Kalandula. A percepção comum, no seio das comunidades, é a de que algumas reprovações terão resultado de procedimentos incomuns ou até mesmo alheios às normas deontológicas que regem a actividade docente.

Diversas famílias informaram que determinadas crianças reprovaram no ano lectivo transacto (2015) porque os pais não haviam pagado certa multa, no valor de 200,00 Kz, exigida por cada falta de comparência à escola, multa essa cuja existência veio a ser confirmada por mais de dois responsáveis escolares entrevistados.²⁹¹ Verídica ou não, no mínimo, esta informação lança uma teia de suspeição sobre os critérios de avaliação de desempenho dos alunos em vigor nas escolas de Kalandula.

²⁹¹ Na Escola “Rainha Nzinga Mbandi”, os responsáveis alegaram que os valores arrecadados serviam para cobrir “pequenas” despesas com a manutenção da escola, como produtos de limpeza para as casas de banho.

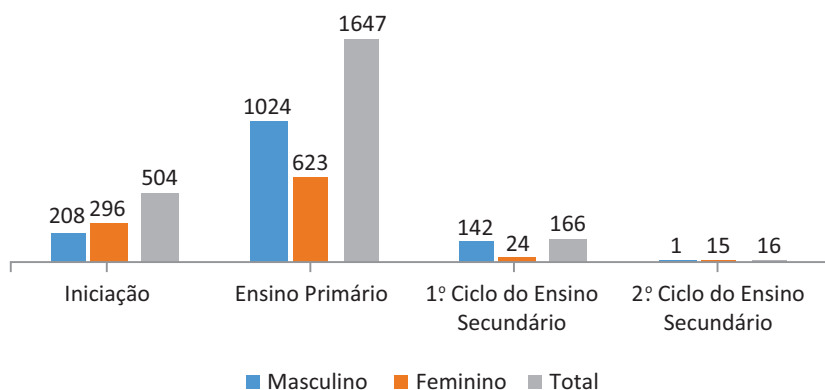
REPROVAÇÃO NA REDE ESCOLAR DE KALANDULA POR SEXO, 2015



FONTE: CEIC com base na Administração Municipal de Kalandula, 2015.

Assim, a elevada taxa de abandono escolar no ensino primário (mais de 1500, em 2015) tem tido como causa a desistência não só dos alunos que são obrigados a optar pelo ingresso precoce no mundo do trabalho rural, coadjuvando os progenitores, mas também daqueles que são reprovados mais de uma vez.

ABANDONO ESCOLAR NA REDE ESCOLAR EM KALANDULA POR SEXO, 2015



FONTE: CEIC com base na Administração Municipal de Kalandula, 2015.

8.7.5 Corpo docente

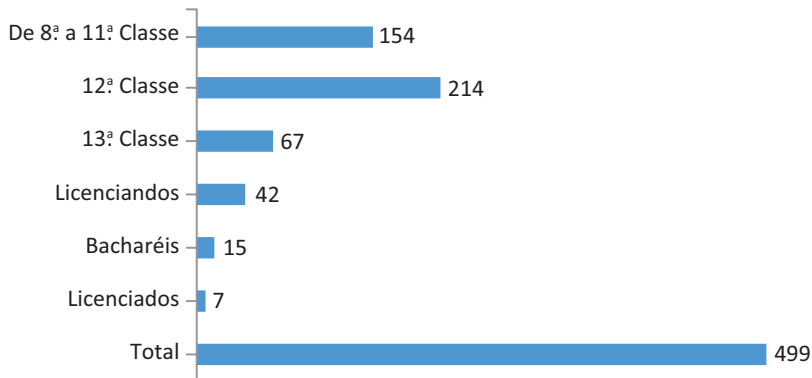
Não surpreende, em função do que ficou dito, que a exiguidade do corpo docente represente, desde há algum tempo a esta parte, outra das grandes insuficiências que caracterizam a rede escolar de Kalandula. Tal é facilmente constatado do ponto de vista empírico, tendo em conta as suas implicações mais directas.

Na verdade, a par da falta de condições materiais indispensáveis ao funcionamento pleno das escolas, a escassez de professores está na base das principais debilidades que enformam o processo de ensino e aprendizagem, uma vez que as turmas, dado o excesso de alunos, não

oferecem condições de interacção pedagógica e atenção individual dos alunos por parte dos professores, os quais, por seu turno, se vêem com sobrecarga de trabalho e sob o iminente risco de *stress* laboral. Ao mesmo tempo, ela é uma das razões do aumento da exclusão escolar, pois limita a expansão do acesso à luz do descompasso entre a estagnação do número de professores e o aumento do número da população em idade escolar.

No entanto, em flagrante contraste com as evidências extraídas do contacto com a realidade, as informações oficiais aludem à existência de um quadro docente composto por 502 professores, dos quais 114 são mulheres, distribuídos pelas cinco comunas do município.²⁹² O carácter duvidoso deste dado indicia-se, desde logo, quando desagregado por níveis de escolaridade dos professores, totalizando 499, e não 502.

NÚMERO DE PROFESSORES EM KALANDULA POR NÍVEIS DE ESCOLARIDADE, 2015

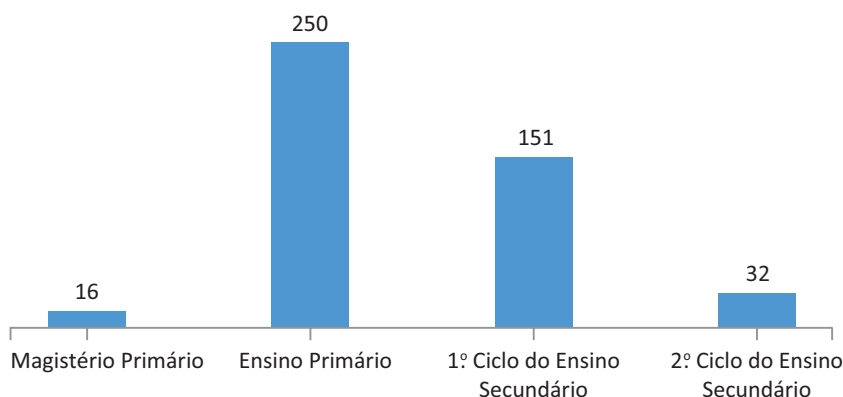


FONTE: CEIC com base na Administração Municipal de Kalandula, 2015.

Ainda assim, se visto sob o ângulo da proporção aluno/professor, 499 professores afiguram-se um número perfeitamente satisfatório, já que o rácio de 38,5 seria um ideal em face da realidade educacional no meio rural angolano, onde o número de alunos por professor deve rondar, em média, os 90,0. Malgrado, não é o que indica o levantamento feito pela própria Repartição Municipal da Educação das necessidades do sector em matéria de recursos humanos. Segundo este órgão, a rede escolar de Kalandula necessitaria, para o ano de 2016, de 449 novos professores para os diferentes níveis de ensino, sendo o ensino primário aquele com a maior demanda, 55%, seguido pelo 1.º Ciclo do ensino secundário, 33%.

²⁹² Ver Administração Municipal de Kalandula, op. cit., p. 16.

NÚMERO DE PROFESSORES EM FALTA NA REDE ESCOLAR DE KALANDULA, 2015



FONTE: CEIC com base na Administração Municipal de Kalandula, 2015.

Tal mostra que a quantidade do corpo docente é insatisfatória e está bastante abaixo de 499 professores. E mesmo que a ausência de dados pormenorizadas não permita aferir o número de professores em falta por comunas, escolas, classes de ensino e por cursos,²⁹³ fica patente que a disponibilidade de professores, em termos globais, é incapaz de satisfazer a necessidade de cobertura escolar local.

Um exemplo concreto pode ser dado, mais uma vez, com o caso da Escola Rainha Njinga Mbandi – a única cujos dados a respeito foram disponibilizados. Nela, o rácio aluno/professor na iniciação é de 80,0, ao passo que no ensino primário é de 97,6.²⁹⁴ Ora, sendo esta uma das principais escolas de Kalandula, localizada bem no centro da comuna sede, não é difícil supor que aquelas escolas das comunas e aldeias do interior estariam, a princípio, em pior situação, ou seja, com rácios mais elevados.

A situação revela-se ainda mais temerária se levado em consideração o aumento do número de professores em idade de reforma, já a caminho de 30 profissionais,²⁹⁵ sem qualquer previsão de virem a ser substituídos no quadro de pessoal docente por meio do ingresso de novos professores. Há dois anos que Kalandula, assim como os demais municípios de Malanje, não regista a admissão de novos professores na carreira, o que se deve, como se sabe, ao agravamento do défice orçamental no domínio da educação em função da crise económica e financeira que o País atravessa desde o ano de 2014.

Como consequência, no ano de 2015, Kalandula não pôde absorver a primeira geração de jovens formados em ciências da educação na única instituição de ensino secundário do

²⁹³ Para o caso dos cursos leccionados na única instituição de ensino secundário do município, o Instituto Médio de Formação de Professores “Comandante Cuidado”, criado em 2010.

²⁹⁴ Ministério da Educação, op. cit., p. 2.

²⁹⁵ Ver Administração Municipal de Kalandula, op. cit., p. 18.

município, o Instituto Médio de Formação de Professores “Comandante Cuidado”, criado em 2010. Estes jovens recém-formados tiveram de deixar Kalandula em busca de oportunidade de emprego em outras localidades da província e do país.

Nada garante, aliás, que este episódio não venha a repetir-se nos próximos anos. Muito pelo contrário, é bem provável que haja uma reedição, pois mesmo que a crise de contratação de professores para o ensino geral seja ultrapassada a breve trecho, a experiência sugere que a educação no meio rural dificilmente passará a ser vista como prioridade.

Outro factor que contribui para a exiguidade do corpo docente é, sem dúvida, o elevado grau de absentismo. De acordo com informações prestadas pelas autoridades e pelas populações locais, muitos professores não comparecem durante a maior parte do ano lectivo, já que, por alegada falta de residência fixa ou de trânsito a seu dispor, não residem no município: uns residem no município sede da província (a 176 km) e outros em Luanda (a 355 km).²⁹⁶ Pior ainda, há aqueles que jamais compareceram nas escolas em que foram colocados depois de admitidos, não obstante o seu nome continuar a figurar na folha de salário, enquadrando-se no conhecido fenómeno do “professor fantasma”.

Com vista a fazer face às constantes ausências dos professores ou mesmo à sua completa falta, as famílias acabam por confiar a educação dos seus filhos a agentes particulares. Tanto assim que, em certos bairros e aldeias, as crianças têm aulas não com um professor, mas sim com um “explícador”, que, embora seja o membro da comunidade com maior nível de escolaridade, na maior parte dos casos não possui qualquer formação pedagógica que o habilite ao magistério.

8.7.6 Despesa com a educação

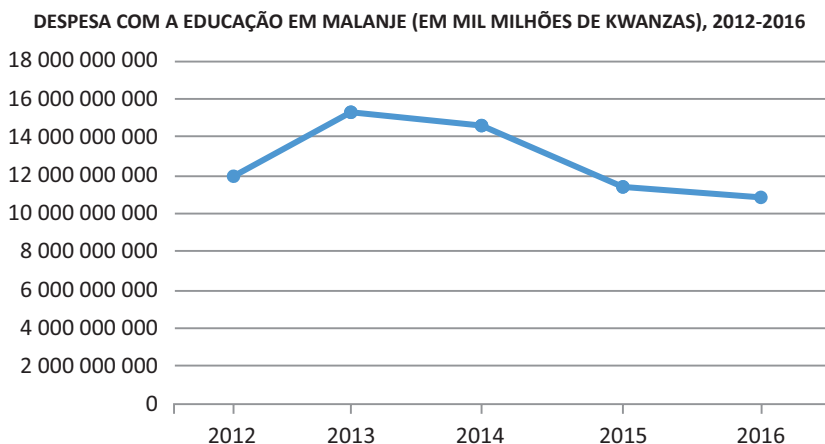
Por indisponibilidade de informações oficiais, desconhece-se o volume do investimento público na educação em Kalandula. Não se sabe, ao certo, que verbas corresponderam, ao longo dos últimos anos, à despesa prevista e executada com a manutenção das escolas, o fornecimento de material didáctico para os alunos, a capacitação contínua do quadro docente, dentre outros encargos correntes e prioritários. Sendo assim, é impossível mensurar a relevância dos gastos com a educação no contexto geral da despesa com os serviços sociais no município.

Diante desta lacuna, resta apenas, como alternativa, avaliar o investimento na educação ao nível provincial, assegurado, exclusivamente, por dotações provenientes do OGE. É claro que, neste como noutros casos, os dados provinciais não substituem os dados municipais, mas certamente permitem aferir até que ponto as muitas e graves deficiências materiais que permeiam

²⁹⁶ Não há – e, pelo que se saiba, jamais houve –, em Kalandula, nenhum qualquer plano de atracção e/ou retenção de quadros nacionais recém-formados na área da educação. Trata-se, pode dizer-se, de uma consequência lógica do modelo de investimento público assimétrico em vigor, cuja tendência é a concentração dos recursos humanos mais bem qualificados nos centros urbanos.

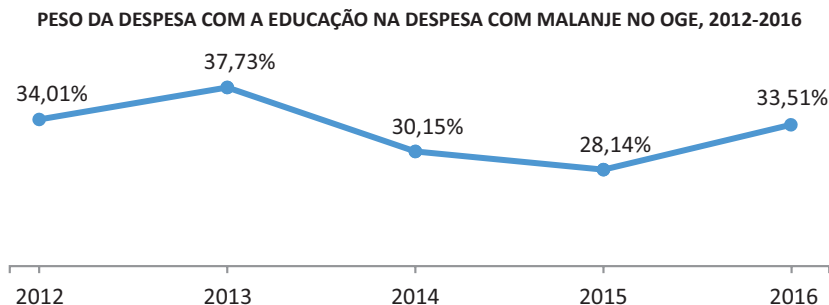
a rede escolar de Kalandula podem ser explicadas pela convergência entre fraco investimento público ao nível provincial e má gestão financeira ao nível municipal.

Chama desde logo a atenção o facto de a despesa com a educação em Malanje ter decrescido nos últimos quatro anos. O decréscimo operou-se numa média anual de pouco menos de mil milhões de kwanzas e a um valor total de mais de quatro mil milhões de kwanzas. Uma tendência que contraria o crescimento operado ao longo do quadriénio anterior, ainda verificado na transição de 2012 para 2013, com aumento de 22,2%.



FONTE: CEIC com base no OGE, 2012-2016.

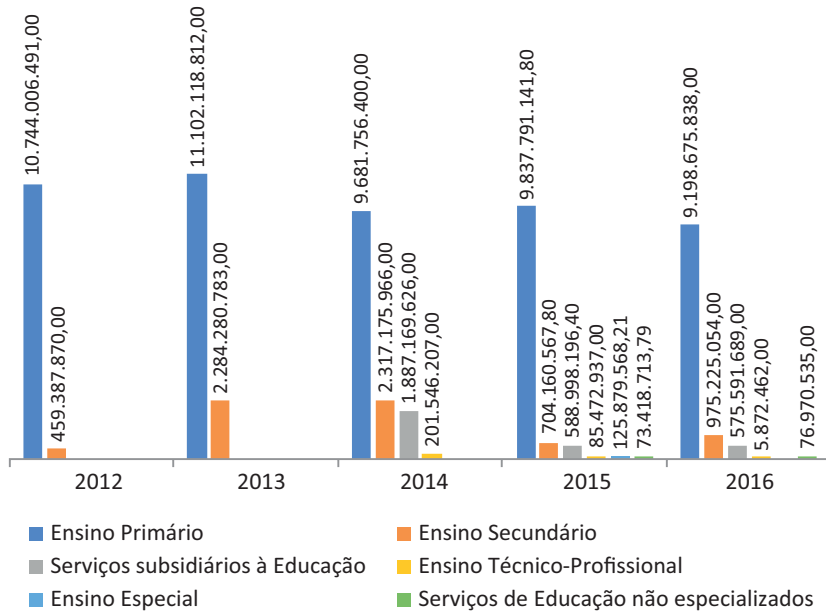
O gráfico abaixo mostra que a referida tendência decrescente se reflectiu, em grande parte, no peso relativo que a despesa com a educação tem na despesa com a província no OGE. A única excepção regista-se em 2016, com o aumento, em vez da diminuição, da percentagem. O que significa que, apesar do decréscimo em relação a 2015, as verbas alocadas em 2016 beneficiaram de um acréscimo em relação ao valor da despesa com a Província no mesmo ano. Quanto a 2014 e 2015, significa justamente o oposto, ou seja, que a despesa com a educação diminuiu no cômputo da despesa com a província, na medida em que outros sectores foram priorizados em detrimento da educação.



FONTE: CEIC com base no OGE, 2012-2016.

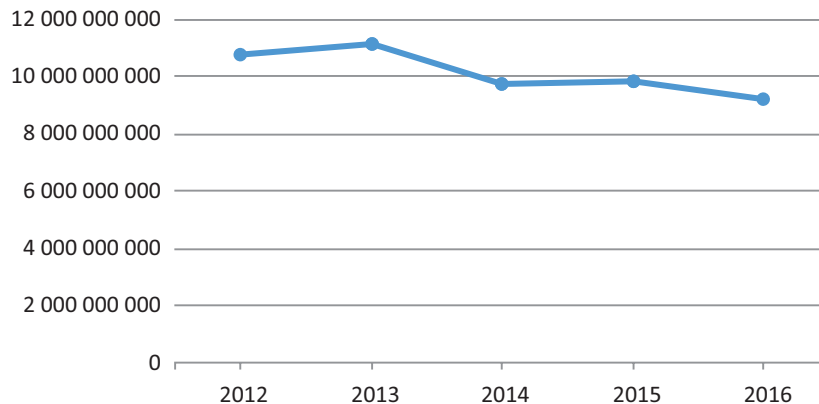
Como não podia ser diferente, o subsistema do ensino primário é o que tem concentrado a maior fatia da despesa, apesar de ainda assim insatisfatório. Os outros subsistemas, incluído o ensino secundário, e os diferentes serviços estão em situação pior, pois não têm beneficiado de financiamento público regular. O caso mais flagrante é do ensino especial, que apenas em 2015 foi contemplado. Pior ainda, é a ausência de atribuição de verbas ao ensino pré-escolar. Por si só, isto justifica, de resto, o que mencionamos acima, quanto à inexistência de instituições vocacionadas ao ensino pré-escolar em Kalandula.

DESPESA COM A EDUCAÇÃO EM DIFERENTES SUBSISTEMAS DE ENSINO EM MALANJE, 2012-2016

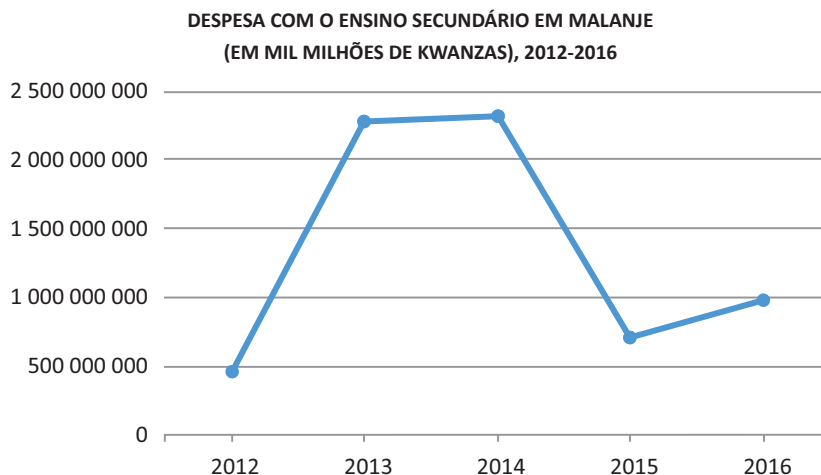


FONTE: CEIC com base no OGE, 2012-2016.

DESPESA COM O ENSINO PRIMÁRIO EM MALANJE (EM MIL MILHÕES DE KWANZAS), 2012-2016



FONTE: CEIC com base no OGE, 2012-2016.



FONTE: CEIC com base no OGE, 2012-2016.

8.8 Acção social das Igrejas

As igrejas, no contexto rural de Kalandula, são actores indispensáveis devido à sua acção ou ao tipo de actividades que exercem e chegam mesmo em muitas comunas e bairros a substituir a ausência regular do Estado. Existem no Município de Kalandula várias denominações religiosas, embora dessas apenas três têm desempenhado o seu trabalho com maior visibilidade social, que são: Igreja Católica, Adventista e Metodista.

A Igreja Católica, com notável inserção local tem desenvolvido projectos nas áreas sociais com destaque para a educação, a saúde e a assistência às famílias mais carenciadas através de dois lares para rapazes e raparigas, cujo trabalho ocorre nas instalações da missão católica de Kalandula, associado à acção de alfabetização levada a cabo pela Caritas.²⁹⁷

A Adventista, por seu lado, actua de igual modo nas áreas de assistência sanitária e educativa na comuna do Kuale, situada a norte do município numa distância de 105 quilómetros. As igrejas desempenharam e ainda desempenham um papel crucial de assistência às famílias, sobretudo os cuidados aos idosos e às crianças, e foram os únicos lugares que ofereciam relativa segurança durante o conflito armado e as vigências no período em que a UNITA controlava política e militarmente o Município de Kalandula e vastas extensões da província de Malanje.²⁹⁸

²⁹⁷ Ver Jensen, S., Pestana, N., *O papel das igrejas na redução da pobreza em Angola*, Bergen: Chr. Michelsen Institute, vol.1, 2010.

²⁹⁸ Ibidem.

Exemplos marcantes dessa devoção ao trabalho social em Kalandula são apresentados por dois religiosos, o Pe. Viana e a irmã Julieta, ambos membros da Missão Católica local, cada um a seu modo têm actuado em áreas fundamentais como a educação, para o caso do primeiro e a saúde, para o caso do segundo. Como eles, outros quadros locais formados pela missão católica têm desenvolvido tarefas cruciais nas comunas e nos bairros e mesmo auxiliando a governação local, como é o caso da irmã que desempenha actualmente as funções de directora do Hospital Municipal.

Este trabalho, contudo, não tem sido realizado sem constrangimentos vários. O Pe. Viana, que é membro do Conselho Municipal de Auscultação e Concertação Social (CACCS) disse-nos que participa do evento e, segundo ele, tem enfatizado permanentemente o tom sobre o sector da educação no município, alertando para as gravíssimas insuficiências e até inexistência de escolas nas comunas; quando essas existem, ainda que de forma precária, há falta de professores e de técnicos bem formados e com residência fixa localmente. Pois, em grande medida, os técnicos colocados para exercerem funções no município, ou não são originários de lá, ou quando o são permanecem a maior parte do tempo em Malanje, alegando que não há habitação para se fixarem e que Kalandula não lhes oferece condições condignas.



FONTE: Kalandula Baseline Survey, 2016.

8.9 Autoridades tradicionais

As autoridades tradicionais na província de Malanje em geral e no Município de Kalandula em particular contabilizam cerca de 5 centenas e meia de regedores (regedores adjuntos, chefes de grupo, sobas e sekulus) e segundo a literatura disponível estão organizadas em torno de três dimensões (o poder tradicional, estratificação social e os aspectos mágico-religiosos).

O poder tradicional, via de regra, está assente numa estrutura político-administrativa centralizada, na qual se destaca a figura do *muije* – o plural *mije* –, que é conotado com laços de parentesco muito complexos que nem sempre correspondem a unidades territoriais. Assim, numa unidade territorial podem existir um ou mais *mije* e, do mesmo modo, a um só *muije*

podem corresponder várias unidades residenciais ou aldeamentos – bairros. No primeiro caso, o poder é exercido pelo *muije* mais importante, em termos simbólicos ou económicos, e nem sempre o chefe do *muije* corresponde ao soba. Este, quando dispõe de poder suficientemente forte, é designado por *mueneixi* – senhor da terra – ou soba grande²⁹⁹. O soba é sempre um elemento escolhido de acordo com determinados preceitos de entre os indivíduos ligados a uma determinada linhagem. Acontece, porém, que o secretismo que estrutura esse tipo de relações com o poder leva a que, não raras vezes, haja conveniência na designação de um outro elemento para se ocupar dos assuntos correntes da comunidade, desempenhando assim um papel de soba administrativo³⁰⁰ que obedece às ordens do verdadeiro soba, o *mueneixi*.³⁰¹

Neste contexto, as autoridades tradicionais são dotadas de dois níveis do poder, o tradicional e o administrativo que podem, no entanto, ser exercidos pela mesma pessoa, sendo-lhe conferida a prerrogativa de dirigir a comunidade. Os sobas têm, por sua vez, cumulativamente os poderes executivo, judicial e legislativo, que são, naturalmente, acrescidos de outros de ordem económica ou produtiva (trabalho agrícola, colheitas; gestão da terra, gestão dos rituais locais). O local onde habita o soba tem a designação de *mbanza*, que significa aldeia, como o sítio onde se localiza a sua residência (ou o local de trabalho). Até há pouco tempo havia uma estratificação do poder tradicional que foi se perdendo, pois têm existido resistências em algumas comunidades, sobretudo de gerações mais novas, onde os sobas gradualmente vão ficando sem poder efectivo também por força da mobilidade social dos jovens.

Outras vezes, os sobas são acusados de serem eles os responsáveis pelas situações tensas e desvantajosas que estão geralmente associadas aos conflitos decorrentes da posse e da venda de terra a pessoas alheias aos bairros ou a interesses económicos nacionais e estrangeiros. Estes, por sua vez, actualmente estão mais reservados e têm desempenhado um poder simbólico de manutenção da coesão comunitária; outras vezes são relegados como meras figuras decorativas e com certa relevância, reduzida e apenas em aspectos complexos de natureza medicinal e espiritual.

Do ponto de vista político, sob expedientes vários, ocorreram por parte quer do Estado colonial quer do Estado independente influências normativas e práticas quotidianas que criaram ambiguidades e um certo vácuo na relação com as comunidades rurais, tendo as autoridades tradicionais como elo de ligação. O actual quadro jurídico angolano, apesar de reconhecer o papel dessas estruturas político-administrativas ao nível local ou regional, reserva-lhes um lugar abaixo da hierarquia estatal.

²⁹⁹ Actualmente o soba grande também tem a designação de Regedor.

³⁰⁰ O soba administrativo é o indivíduo que substitui a entidade principal de modo a proteger o verdadeiro soba.

³⁰¹ Pacheco, F., *Agricultura e sociedade rural na Angola dos anos 60 – O caso de Malanje*. 2.º Colóquio Internacional em Ciências Sociais sobre a África de Língua Portuguesa, Lisboa, s/d, p. 5.

Essas autoridades, que simbolizam também estruturas culturais e políticas bicéfalas, personificam de certa maneira a extensão do poder do Estado nas comunidades locais distantes do asfalto, ao mesmo tempo que são representantes dos interesses das comunidades e dos seus próprios, perante o Estado. Em circunstâncias várias, o Estado angolano, desde a independência nacional, tem procurado reforçar a presença localmente através da implementação de programas políticos e sociais centrais (i.e., da estrutura do Estado) por todo o país, algumas vezes subalternizando essas e outras estruturas que, para tal, dependem em muito da eficácia dessas autoridades e do papel que elas ainda conseguem exercer. A partir de então os corpos legais que incidem sobre o poder local passam a referir a figura destas autoridades, embora o seu campo de actuação se mantivesse ambíguo, fruto da tentativa de controlo e cooptação por parte do Estado³⁰², ao nível de uma estrutura administrativa local que exerce esse papel ou ainda através de formas como os subsídios, o que é feito presencialmente (em *cash*) pelos órgãos das administrações municipais associadas pelo sistema bancário. Na prática a imagem episódica que se retém é a de que as autoridades tradicionais são os pensionistas do Estado na forma como se perfilam nos municípios para receberem os seus subsídios mensais.

A actual Constituição da República, de 2010, diz no seu artigo 223, no primeiro ponto: “o Estado reconhece o estatuto, o papel e as funções das instituições do poder tradicional constituídas de acordo com o direito consuetudinário e que não contrariam a Constituição e a lei” e desde “que não sejam conflitantes com a Constituição, nem com a dignidade da pessoa humana”.

Da Kijinga que é, portanto, o símbolo actual e lugar de reserva do poder tradicional em Kalandula já só resta o significado do passado nostálgico para os mais-velhos. O poder tradicional tem sido, como se disse mais acima, relegado pelas gerações mais novas para o sítio de representação simbólica. Já não dispõe da força mobilizadora de outrora e tem sido substituído gradualmente pelo activismo assistencialista das ONGs que busca dar soluções imediatas para problemas sociais complexos que as comunidades rurais apresentam. A sobrevivência das autoridades tradicionais, no contexto actual de múltiplas transformações do meio rural, na relação com o Estado, com as comunidades de que são representantes e com a sociedade em geral, em muito está dependente da capacidade de elas próprias se adaptarem e de se reproduzirem a partir de expedientes ocasionais postos à margem por uma certa ilegalidade reconhecida pelo próprio Estado.

8.10 Os “mamarrachos” do desenvolvimento

Os últimos oito anos deixaram sinais de desenvolvimento em Kalandula, embora estes não sejam muito encorajadores. Um dos membros da nossa equipa de investigação passou algumas semanas a fazer trabalho de campo em Kalandula em 2008, especificamente na área de governação local e participação. A equipa que visitou Kalandula novamente em meados de 2016

³⁰² Id., Ibid.

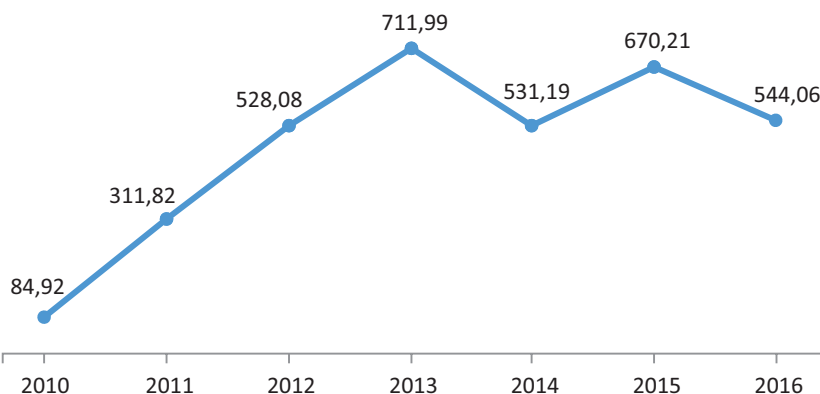
teve, por isso, a oportunidade de fazer uma avaliação das mudanças ocorridas na vila. Além de aplicarmos os mais variados métodos para captação das percepções e dos factos dos cidadãos e também aprender da (escassa) documentação que nos foi disponibilizada, a visita após oito anos deu-nos a oportunidade de fazer uma apreciação da aparência visual da vila sede do município.

A seguir, vamos chamar atenção ao fenómeno que mais distinguiu a face da vila em 2016 comparada com a de 2008: o grande número de obras públicas e edifícios inacabados, por concluir, fora de uso, e quase sempre em estado avançado de degradação ou mesmo tendo um visual de escombro. Ao longo da visita, fomos apelidando estas estruturas de “os mamarrachos do desenvolvimento”, pois todas elas tinham surgido como parte de algum plano de desenvolvimento que eventualmente tenha fracassado nos seus resultados.

Assinalamos, desde já, que estes projectos parecem ter fracassado porque evidenciam os investimentos públicos com altos custos, sem terem tido resultado de utilidade e satisfação do interesse público, nem em termos funcionais nem estéticos.³⁰³ Ademais, o estado de degradação da maioria dos projectos “mamarrachos” chegou a tal ponto que provavelmente já não são recuperáveis sem aplicar valores iguais ao investimento inicial.

É de salientar que todas as obras públicas em Kalandula, como é a regra em quase todos os municípios de Angola, foram financiadas através do Orçamento Geral do Estado. As linhas orçamentais são variadas, pois ao longo dos anos as obras públicas em Kalandula foram financiadas por meio das dotações orçamentais para o município, para a província de Malanje, ou de diversos institutos públicos ou projectos administrados directamente de Luanda. O que está em causa aqui é a qualidade da despesa pública. Segundo uma revisão que fizemos do OGE, entre 2010 e 2016, a despesa pública no município estava orçamentada num total de Kz 2,457 milhões, o equivalente a cerca de USD 25 milhões.

ORÇAMENTO DE KALANDULA PREVISTO NO OGE (EM MILHÕES DE KWANZAS)



FONTE: CEIC com base no OGE, 2012-2016.

³⁰³ Não sendo o foco do nosso estudo, não fizemos tentativas de estimar os valores envolvidos. Dada a falta de transparência geral da despesa pública, também seria um processo extremamente árduo conseguir dados fidedignos sobre essas obras.

Os exemplos a seguir mostram que, mesmo em casos em que a despesa pública é aplicada em projectos que em princípio trariam importantes benefícios públicos, em áreas carentes de serviços públicos do município, grande parte da despesa pública é desperdiçada.

8.10.1 O frigorífico quente do Mercado Municipal

Ao entrar na vila, um grande edifício azul marcou a primeira diferença visual que mais se destacava como novidade. O edifício, que serviria como uma peixaria, foi construído junto ao mercado por volta de 2010. O edifício estava lá, incluindo um sistema de refrigeração, um gerador para a sua própria energia e, ao lado do edifício, havia gabinetes da administração com motores de climatização (popularmente designado por ar-condicionado). Certamente, foi uma obra que custou centenas de milhares de dólares, na sua construção. Mas não tem utilidade para Kalandula. Algumas senhoras vendedoras do mercado disseram-nos que “daí nunca saiu nenhum peixe fresco nem congelado”. O peixe que se encontra à venda no mercado continua a ser o peixe salgado, seco pelo processo doméstico.

8.10.2 O turismo e as Quedas de Kalandula

O Município de Kalandula é sobretudo conhecido a nível nacional e internacional pelo espectacular fenómeno natural das Quedas de Kalandula. Desde o tempo colonial, assumiu-se que a vila, localizada a alguns quilómetros das quedas, poderia estabelecer um viável negócio de turismo com a capacidade de gerar emprego e desenvolvimento económico local. Os munícipes exprimiram a falta de emprego, em particular oportunidades para a juventude. Evidentemente, a vila actualmente não oferece os serviços e as infra-estruturas básicas necessárias para sustentar uma “indústria de turismo” em larga escala – ainda há falta de energia eléctrica, água canalizada, vias de acesso confortáveis e serviços variados nas áreas de saúde, restauração e hotelaria. Parte desta carência deve-se à herança da guerra, mas o tempo que passou desde a paz em 2002 era suficiente para estabelecer uma certa base. O que constatamos em 2008 foi um (1) hotel moderno e funcional na vila, completo, com um restaurante, piscina, e quartos de luxo ao nível internacional. Neste hotel, há cerca de 10 anos, organizavam-se expedições de “safari”. Pelo menos o hotel dispunha de um gerador enorme e acesso à água por sistema de gravidade, dada a abundância desse recurso no município. Em 2016, o hotel encontrava-se com uma grande escassez de clientes, a piscina estava vazia e em reparação, e havia muitos sinais de falta de manutenção e cuidado. Os entrevistados da vila confirmavam que o hotel carecia de falta de clientes.

Mesmo que recentemente mais dois pequenos complexos residenciais tenham sido abertos para receber hóspedes, era evidente que em Kalandula ainda não há sinais de desenvolvimento do turismo. Na zona adjacente às quedas existe apenas o parque de estacionamento e as pequenas infra-estruturas de cimento que foram construídas no tempo colonial. Desde 2008, não

há nenhum desenvolvimento local, salvo umas casinhas não-acabadas, todas sem tecto, que evidentemente foram pensadas como um “complexo turístico”. Ao lado dessas construções, existe uma grande placa que informa aos visitantes que a obra pertencia ao “Gabinete de Gestão do Pólo de Desenvolvimento Turístico de Calandula”, e que é resultado do decreto presidencial n.º 54/11. A placa diz que o complexo visa “o lugar e a cultura angolana enquanto conceito arquitectónicos”. Também se diz que a obra estava prevista para ser concluída em Maio de 2014. Em 2016, passado mais dois anos as obras desse complexo estão encobertas por capim.



FONTE: Aslak Orre.

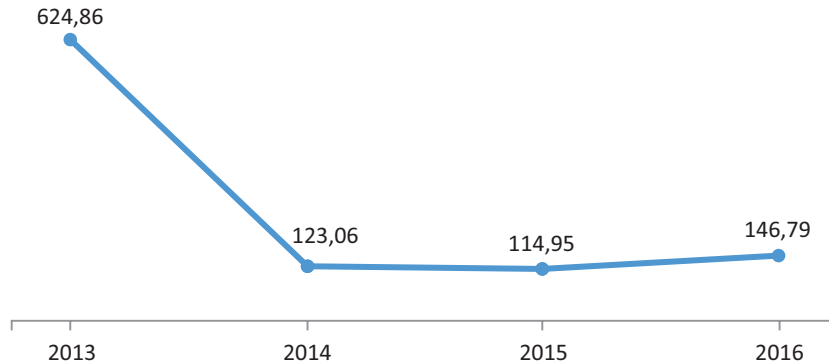
O “Pólo de Desenvolvimento Turístico de Calandula” tem tido uma linha no Orçamento Geral do Estado (OGE) que, durante os anos de 2013 a 2016, consumiu 1010 milhões de kwanzas (o equivalente a aproximadamente USD 10 milhões). Na medida em que este orçamento provavelmente tenha sido executado na prática – às vezes as verbas no orçamento não são realizadas, ou são desviadas para outros projectos – é realmente muito difícil; contudo não se verifica nenhum resultado palpável da execução das obras previstas ou ainda aplicação prática desses recursos alocados.



FONTE: Aslak Orre.

Salvo maior explicação da gestão do referido gabinete, que se supõe ter consumido elevadas somas de milhões de kwanzas, o certo é que, *in locus*, mais parece um “elefante branco”, pois o “Gabinete de Gestão do Pólo de Desenvolvimento Turístico de Calandula”³⁰⁴, durante as semanas da nossa pesquisa, não mostrou nenhum sinal de actividade, muito embora as instalações edificadas na vila parecessem de alto padrão urbanístico.

DESPESA EM INFRA-ESTRUTURAS NO PÓLO DE DESENVOLVIMENTO
DE KALANDULA, 2013-2016



FONTE: CEIC com base no OGE, 2012-2016.

Os munícipes de Kalandula contaram que actualmente o número de turistas que visitam as Quedas de Kalandula comparado com os anos passados reduziu consideravelmente, e que raramente pernoitam na vila por falta de condições adequadas de alojamento a preços atractivos. Visitam as quedas e logo de seguida regressam para Luanda ou para a cidade de Malanje. Consequentemente, os turistas também deixam pouco dinheiro no município, ou seja, o turismo residual de Kalandula não gera receitas para o Estado e muito menos para os habitantes da sede do município. Alguns rapazes “trabalham” nas quedas, supostamente, funcionando como “guias locais” dos turistas em troca de Kz 2.000,00 ou Kz 3.000,00, mas, após algumas pequenas conversas, verificámos que alguns dentre esses guias não dispunham de muito conhecimento sobre a história do lugar nem sobre o fenómeno natural. Ou seja, havendo um programa ou plano oficial e local de fomento para a emprego jovens de guias turísticos, era possivelmente precário e sem qualquer sustentabilidade.

A um quilómetro da vila encontrámos mais umas instalações turísticas já em estado de escombros. Várias casas foram construídas, cada uma com vários quartos para aluguer. Mas as casas já estavam a ser invadidas pelo capim, e as janelas tinham sido roubadas ou quebradas.

³⁰⁴ Este organismo é constituído por um director e dois directores adjuntos e integram ainda os seguintes membros, um de cada ministério: da Hotelaria e Turismo; da Administração do Território; do Urbanismo e Construção; das Finanças; dos Transportes; Ambiente; da Cultura; da Agricultura; do Interior; governo da província de Malanje e administração do município. Em suma, o gabinete do Pólo é uma superestrutura pública.

Enfim, não se sabe quanto dinheiro foi gasto na vila de Kalandula e nas imediações das quedas para fins de desenvolvimento turístico. O que é evidente é que, se as verbas no OGE foram aplicadas, não deram muitos resultados, pois o turismo em Kalandula não se desenvolveu entre 2008 e 2016.³⁰⁵

8.10.3 Serviços de cidadania

A nossa investigação em Kalandula foi possibilitada pelo Administrador Municipal, embora não tenhamos tido a oportunidade de ouvir a sua versão das constatações feitas, pois, durante a nossa estadia, ele se encontrava ausente da vila ou ocupado.³⁰⁶ A Administração encontrava-se com pouca gente e com pouca actividade visível, o que certamente reflectia o problema de que os recursos disponíveis à Administração Municipal em 2016 eram muito reduzidos – de tal maneira que a administração do município encontrava-se em atraso com o pagamento dos salários aos funcionários por vários meses.

Durante as muitas visitas que fizemos aos gabinetes municipais em busca de documentação oficial e funcionários para entrevistar, encontrávamos cabritos e galinhas a girar dentro dos edifícios. Uma velha máquina niveladora, cheia de ferrugem, estava estacionada à porta da Administração. O Administrador Adjunto informou-nos que dos cinco tractores que o município tinha distribuído durante os últimos anos às cinco comunas, nenhum estava a funcionar. “O problema é sempre o mesmo”, disse o Adjunto, “é a falta de manutenção”.

Referimos como exemplo os serviços de identificação civil. O gabinete da Repartição de Identificação (com o subtítulo “Cidadania e Inclusão Social” sobre a porta) encontrava-se fechado a cadeado. Um dos funcionários do gabinete, com quem nos cruzámos numa aldeia, disse que o gabinete “já não emitia nenhuma identificação fazia cinco meses” porque não tinha recebido o material necessário de Luanda. Também havia, teoricamente, a possibilidade de solicitar um bilhete de identificação no gabinete municipal do BUE (Balcão Único do Empreendedor), igualmente localizado na rua principal da vila.

O BUE dispõe das instalações mais modernas e cómodas da vila, mas também se encontrava sempre fechado – salvo um dia quando fomos atendidos por um indivíduo, o único dos 14 funcionários que se encontrava lá. Ele confirmou que o BUE não emite muitos bilhetes de identidade, pois a actividade do BUE diminuiu a “quase nenhuma actividade desde 2014” e que

³⁰⁵ Falava-se, em Agosto de 2016, de outros investimentos e iniciativas “turísticas” a serem empreendidas no município, mas longe das quedas. Segundo as informações que circulavam localmente, estes seriam complexos turísticos destinados à caça e ao “safari”. Não conseguimos verificar o estado em que se encontravam estas iniciativas.

³⁰⁶ Segundo as informações da Administração Municipal, o Administrador encontrava-se em Luanda a participar do VII Congresso do partido MPLA e, quando ele voltou para Kalandula, encontrava-se reunido em trabalho partidário.

hoje em dia a emissão de bilhetes e certidões de identificação “é mais na justiça” (isto é, na administração municipal). Em todas as aldeias que visitámos, a questão do bilhete de identidade foi levantada como um constrangimento sério que muito tem agastado a população local. Num encontro com um grupo de homens³⁰⁷, numa das aldeias visitadas, apenas 7 entre os 45 homens presentes confirmaram possuir um bilhete de identidade.

Os serviços de registo civil e notariado são dirigidos pela Direcção Municipal dos Registos, que tem sob sua tutela uma Conservatória do Registo Civil e um Posto de Identificação. Ambos os órgãos funcionam nas dependências da sede da Administração Municipal. Para procederem ao registo pessoal ou tratar de qualquer outro título de identidade e propriedade, as populações precisam se deslocar até à sede do município. Eis uma das principais razões que está na base do facto de a maior parte da população rural não ter registo civil. Ao contrário do que acontece com o registo eleitoral, os serviços de registo civil não vão ao encontro das pessoas nos espaços mais recônditos. Essa defasagem no acesso aos dois registos torna-se patente no facto de, ao invés do BI, muitas pessoas usarem o Cartão de Identidade Eleitoral como um documento de identificação pessoal junto das próprias instituições públicas.

Para além da barreira da distância, muitas famílias apontam a falta de dinheiro, tanto para custear a viagem até à comuna sede (em torno de 180,00 Kz) quanto para pagar o respectivo emolumento (500,00 Kz), como sendo a causa de muitas crianças não possuírem Cédulas ou Boletins de Nascimento. Isto vale, sobretudo, para aquelas crianças nascidas em partos caseiros.

Outra razão ainda a considerar tem a ver com facto de muitos pais não possuírem, eles mesmos, BI, documento exigido para o registo dos filhos. Nos grupos focais, algumas mulheres também evocaram que muitos homens, normalmente com mais de uma esposa, furtam-se da responsabilidade de registar os filhos que têm com a segunda ou terceira esposa, sob pretexto de falta de disponibilidade devido ao trabalho.

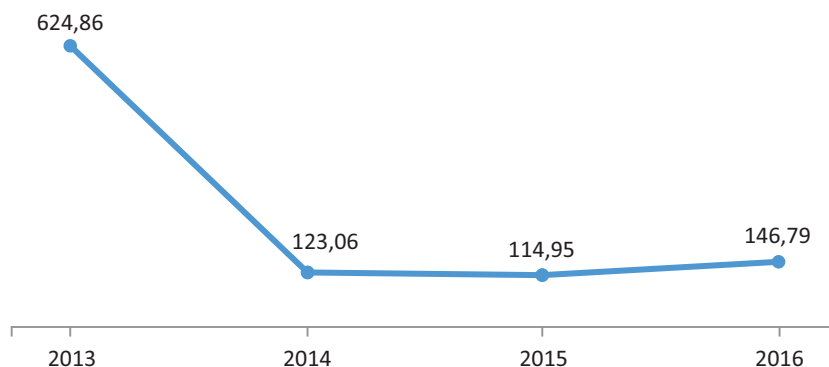
Para o caso das crianças em idade escolar, a falta de registo civil tem como principal constrangimento serem matriculadas apenas sob a condição dos pais apresentarem Cédulas ou Boletins de Nascimento antes do fim do ano lectivo.

Posição essa que o próprio Ministério da Educação decidiu adoptar como medida política para se atenuar os efeitos causados pela falta de documento de identidade no processo de ensino e aprendizagem das crianças.

Para os jovens, os constrangimentos são ainda maiores, pois sem o BI ficam impossibilitados de tratar de qualquer documento oficial que requer prova de identidade pessoal, grande parte dos quais exigidos em concursos de emprego e formação profissional, embora o Cartão de Identidade Eleitoral permita uma certa margem de manobra como ilustra o gráfico seguinte.

³⁰⁷ Entrevistamos as mulheres em reuniões separadas.

REGISTO CIVIL EM MALANJE, 2015



FONTE: Kalandula Baseline Survey, 2016.

Não existe nenhum órgão de justiça adistrito ao Ministério de Justiça e Direitos Humanos no Município de Kalandula para servir os mais de 80 000 habitantes, o que pressupõe dizer que a entidade que prende ou detém os cidadãos pelo cometimento de crimes ou em situação de litígios, é a mesma que depois julga os crimes, ou seja, não há uma procuradoria que fiscaliza a legalidade. Na falta de melhor explicação para tais constatações, no mínimo, aventa-se a possibilidade de esses crimes serem julgados em Malanje. A infra-estrutura que será o futuro palácio de justiça de Kalandula encontra-se inacabada, pois, ora se alega a falta de fundos para a sua conclusão, ora se denuncia que a empresa responsável por tal empreitada se furto às obrigações contratuais por falta de celeridade nos pagamentos e tem relações próximas com as entidades locais. Na avenida principal havia, entretanto, algumas instalações não-acabadas, que pareciam abandonadas há muito tempo, com um cartaz que informava que a obra prometia um palácio de justiça para a vila.

Na entrada da vila alguém construiu os alicerces das “futuras instalações do posto de atendimento fiscal de Calandula”, conforme um cartaz de chapa da Administração Geral Tributária. Essa obra também sem sinal de actividade. Havia mais “mamarrachos”. Uma “cozinha comunitária” no mercado da vila, feita de um contentor pintado com as cores de Angola tinha caído em desuso.

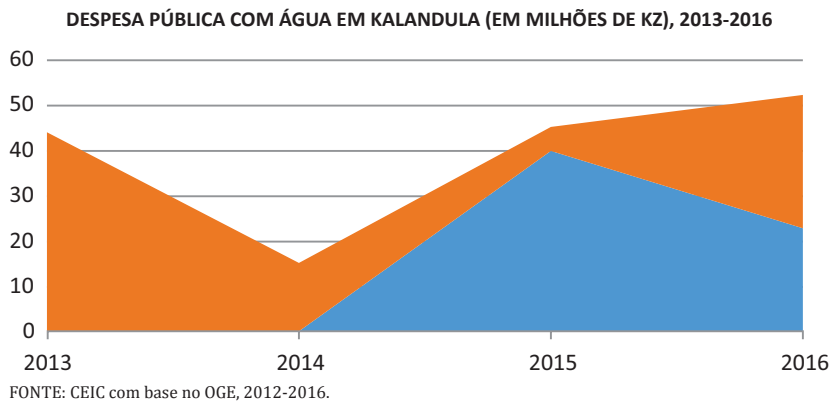
8.10.4 Serviços para o desenvolvimento humano

Como era previsível, nas aldeias rurais e bairros do curtíssimo casco urbano que visitámos, três impedimentos ao desenvolvimento humano foram quase sempre destacados pelos cidadãos: a falta de água potável, de escolas e de serviços de saúde. Os munícipes mostravam-nos, com calma e serenidade, as condições miseráveis – nas suas palavras – da água suja que as mulheres acarretavam à distância das aldeias, das salas de escolas sem nenhum tipo de equipamento pedagógico ou os postos de saúde sem conteúdo e médicos ou outros profissionais do sector.

Nada mais fez do que dar um “rosto humano” aos dados estatísticos do Perfil Municipal: no município, 89,5% da população tem como fonte de abastecimento de água poços descobertos, rios e riachos e os outros 10,5% tem acesso à água através de poços de manivela e chafarizes, não havendo nenhuma estação de tratamento de água,³⁰⁸ nem uma rede de distribuição.

A rede escolar é de má qualidade e carente de equipamentos escolares e de professores, sendo que 35% das crianças está fora do sistema de ensino. No quadro da assistência médico-sanitária, a situação é calamitosa. Existe uma grande escassez de medicamentos e os serviços de saúde contam apenas com 3 médicos cubanos, na sede do município, com proficiência em clínica geral e pediatria, como referido na secção anterior.

Não foi possível visitar as centenas de bairros e aldeias onde se diz ter havido mais investimentos em água, saúde e educação. Mesmo assim, onde fomos, sempre se encontravam obras inacabadas, ou mesmo escombros. Para já, os problemas de água são recorrentes. As poucas manivelas e chafarizes que foram instalados só funcionam por um tempo, até avariarem. Isto é um fenómeno “transversal” em vários municípios e comunas de Angola, e os bairros e aldeias de Kalandula não eram nenhuma excepção, apesar de que, entre 2013 e 2016, o OGE dedicou Kz 156 milhões (aproximadamente USD 1,6 milhões) para abertura de furos e o “Programa Água para Todos”.



Salientamos, por isso, o “mamarracho” do bairro Tanque, cujo nome provém do grande tanque de água construído durante o período colonial no ponto mais alto da vila. Em 2016, constata-se que, ao lado do tanque colonial, já se tinha construído outro tanque e mais uma estação de tratamento de água. Tudo tinha sido feito por “uma empresa sul-africana em 2009”. A ideia que orientava o projecto era captar água do grande rio das quedas, tratar a água e canalizá-la para o abastecimento da vila sede. Entretanto, como constataram os sobas do bairro: “Quando entra um novo Administrador, ele esquece o que o seu antecessor fez. Os tubos e sacos de filtração estão rebentados”. A ideia poderá ter sido lógica, dada a grande quantidade de água no rio.

³⁰⁸ Possivelmente existe uma estação de tratamento de água em operação na aldeia de Santa Maria a uns quilómetros da vila sede.

As infra-estruturas são grandes e parecem onerosas, mas não funcionam, e nunca funcionaram. Na aldeia Jungo de Cima encontrámos uma outra grande obra, inacabada e abandonada. A população da aldeia explicou-nos que lá só há uma sala de aula para as crianças da primeira e segunda classe. A partir da terceira, as crianças têm de caminhar cinco quilómetros para uma escola em Santa Maria, que não tem professores para dar aulas com a regularidade desejada. Há uns anos, tinha surgido uma empresa que iniciou a construir uma nova escola com 6 salas, todo um complexo do tamanho de meio campo de futebol.

Apesar de a estrutura ainda permanecer em estado aparentemente não demasiadamente degradado e ainda recuperável, as naves de betão não têm carácter suficiente para servir de escola. Havia uma placa ao lado da construção que simplesmente proclamava o nome do empreiteiro, PreLinha. As pessoas da aldeia não forneceram muita informação sobre a origem da obra, ou como foi feita a decisão de construir uma escola tão grande justamente ali, mas ficou claro que a decisão não foi tomada por meio de um processo participativo, e que a comunidade não podia finalizar a obra. Os mais velhos explicaram: “A obra tem dono, ninguém pode mexer”. Mais tarde, um entrevistado com bons contactos na Administração contou-nos que PreLinha é uma empresa “ligada a um general” e quem a trouxe para o município foi um dos antigos administradores municipais. Após a saída deste do cargo de administrador, a empresa PreLinha simplesmente desapareceu do município. Certamente, muito dinheiro foi gasto numa construção que não tenha sido útil para a população do Jungo de Cima, que continua sem uma escola condigna.

8.10.5 Energia eléctrica

Qualquer desenvolvimento económico local depende de energia eléctrica. A falta de tal recurso ou, como se diz popularmente, “a falta de luz”, era uma das lacunas que os populares mais reclamavam. Até hoje, o município não beneficia de energia da rede nacional, embora a escassos cem quilómetros exista a principal barragem e estação hídrica do país. A vila sede beneficiava, alternadamente, da energia de um gerador gigante ligado ao hotel que, embora operativo em 2008, já não funcionava em 2016 com regularidade. Havia mesmo o mecanismo de racionalização da energia alternativa durante a estadia em Kalandula. A Administração dispõe dum gerador menor, mas este não satisfaz mais do que 400 casas ao máximo e durante algumas horas à noite. Consumindo mais do que 500 litros de gasóleo por dia, o alto custo do combustível pesava muito à Administração – que não tinha outras verbas para combustível, senão do Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza (PMIDRCP).³⁰⁹ Aliás, este programa público de coordenação central, de 2011 a 2012, alocou para o município o total de 896 milhões de kwanzas.

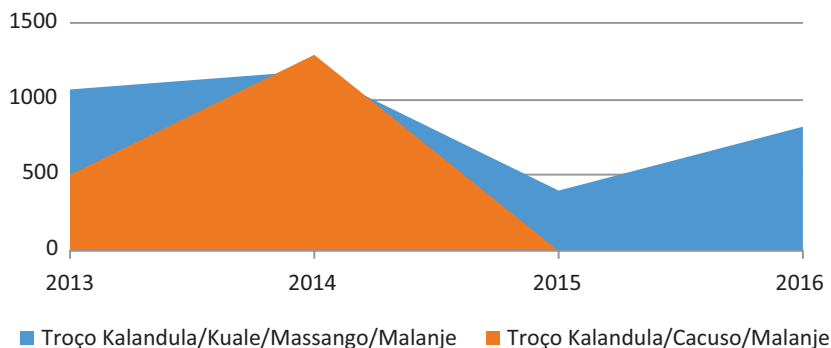
³⁰⁹ Segundo o Administrador Adjunto, as verbas do PMIDRCP eram praticamente as únicas disponíveis para a Administração em 2016.

As autoridades coloniais construíram uma mini-hídrica utilizando a força das quedas. Como quase todas as infra-estruturas no município, esta deixou de funcionar durante a guerra, mas foi recuperada por iniciativa privada para fornecer energia ao principal hotel da vila. Calculamos, pois, que o financiamento poderá ter provindo do OGE, concretamente da linha alocada para o “Pólo de Desenvolvimento Turístico de Calandula”, mas não conseguimos verificar isso. De qualquer maneira, a “recuperação” não resultava em energia hídrica, pois actualmente o dispositivo encontrava-se novamente avariado. Alguns sobas levaram-nos a visitar a planta, onde pudemos constatar o problema que nos foi descrito: as turbinas e o gerador eram novos, mas o fornecedor do equipamento tinha sido um cidadão originário da China, e as instruções do equipamento e os manuais estavam em língua Mandarim, o que exacerbava o problema de que ninguém no município sabia como operar aquela tecnologia. Novas linhas eléctricas estendiam-se pelos seis quilómetros da mini-hídrica para a vila, o que significava mais um investimento sem utilidade prática para os habitantes locais.

8.10.6 Obras públicas (construção de estradas)

O gráfico abaixo (2012 a 2016) ilustra as verbas alocadas para a reabilitação de duas vias essenciais que permitem ligar a sede de Kalandula às outras comunas e o município à capital da província e não só, de modo que possa haver circulação de pessoas e bens importantes para a mobilidade da economia local. Pelo menos o troço Cacuso/Kalandula, que tivemos a possibilidade de verificar, e que é a porta de entrada para parte de Luanda, encontra-se em condições razoáveis de transitabilidade; não obstante, muito ainda está por se fazer, nomeadamente posto de apoio, posto de combustível, barreiras de protecção, para além da iluminação. Pois a grande desvantagem é que em muitas vias nacionais não é possível circular durante a noite por falta de iluminação pública, de modo que se desaconselha viajar para lá das 16 horas.

**DESPESA PÚBLICA COM A CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS
EM KALANDULA (EM MILHÕES DE KWANZAS), 2012-2016**



FONTE: CEIC com base no OGE, 2012-2016.

Importa referir que pelo menos as verbas de 2013 estão indicadas no OGE e que o seu executor é o Ministério da Construção. Significa dizer que nem sempre a administração municipal – entidade local – gere as verbas alocadas para o município em determinados sectores estruturantes, embora não deixe de ter responsabilidades pela sua excussão.

Os “mamarrachos” de Kalandula – como verificado nos exemplos acima – foram muitos. Os escombros das obras públicas estão lá, à vista desarmada de qualquer um.³¹⁰ Quando expostos assim, em conjunto, sugerem que o retorno do investimento público no município é muito baixo, ou dito com a expressão em inglês: não se conseguiu “value for money”.

Ousamos fazer essa constatação, apesar de algumas obras públicas não serem escombros, pois encontram-se em pleno funcionamento. Na entrada da vila, há um pequeno, mas aceitável parque recreativo para crianças e jovens, e o novo hospital está em funcionamento apesar da falta de equipamentos e pessoal técnico. Um novo troço da estrada nacional Luanda-Malanje até à vila de Kalandula foi construído após 2008 e está em pleno funcionamento, embora a sua prioridade possa ser questionada.

Poderíamos inventariar as razões pelas quais tantas obras públicas em Kalandula não foram concluídas, ou se encontram num estado de abandono – e poderíamos ainda questionar o porquê de se ter gasto tanto dinheiro do erário público para infra-estruturas cujos resultados estão longe de serem alcançados ou são tão insuficientes.

Provavelmente, deve-se a falta de, ou insuficiente capacidade organizativa. Levantamos a hipótese de que a gestão pública em Angola enfrenta um problema administrativo e de coordenação dos planos e orçamentos para os investimentos e os seus sucessivos custos correntes de fiscalização, manutenção e operação das infra-estruturas. Este problema é conhecido em sistemas ultracentralizados como o de Angola. Para que os investimentos públicos em infra-estruturas tenham valor duradouro, é preciso prever e planear para sustentar os custos associados em todas as fases ao longo da vida útil de uma infra-estrutura, e a coordenação começa nos ministérios centrais e deve estender-se até os municípios e as aldeias mais periféricas. Os vários actores e instituições públicos têm de ser colectivamente responsáveis para não haver lacunas que impeçam o funcionamento das infra-estruturas. Sem tal coordenação, as obras muitas das vezes são inconclusivas, e eventualmente, transformam-se em escombros.

Uma outra hipótese é a de que os “mamarrachos” são consequências de, em conjunto, má gestão e fracasso induzido – ou seja, corrupção. Talvez houvesse servidores públicos e agentes privados que, em conluio, desviassem fundos públicos para fins privados – mesmo que as vítimas fossem a qualidade da obra e os munícipes, que permanecem com uma grande carência de

³¹⁰ Não foi o objectivo da nossa pesquisa fazer uma auditoria ou fiscalização às obras públicas, por isso não se tentou buscar informação detalhada sobre a história das obras.

serviços públicos. O que pensamos ser pouco provável é de que todos os problemas poderiam ter como explicação a má sorte.

Como se explica, por exemplo, que uma empresa estrangeira seja contratada para a construção de uma nova central de refrigeração, para logo a seguir deixar a obra inacabada? Pode haver negligência e esquecimento, mas mais provavelmente, alguém que se tenha beneficiado durante o processo de contratação dessa empresa, o que foi o principal objectivo real da obra.

Os cidadãos de Kalandula, com base nas dezenas de entrevistas que realizámos, acreditam nas duas explicações para o surgimento de “mamarrachos”. Muitas vezes ouvimos coisas como: “O governo não olha para nós. Muita riqueza no país, mas estamos a ser mal-olhados.” Uma frase que nos chamou atenção foi a de um soba de bairro que disse: “Aqui vivemos em cima do lixo, em cima da sujidade. O governo não se preocupa connosco.” Um funcionário da administração municipal disse que “é triste a situação que estamos a ver aqui no município”.

As constatações de Kalandula são claras: a situação social e humana é bastante dramática. Urge, por isso, para quem se interessa em levantar os indicadores de bem-estar e desenvolvimento humano através da despesa pública, melhorar a sua qualidade, colocando como prioridade a fiscalização das obras com base no reconhecimento do próprio Presidente da República numa das suas locuções durante um encontro do partido MPLA em 2016. Os munícipes de Kalandula vão certamente concordar que isso seja priorizado, mesmo para se evitarem mais “mamarrachos” no seu município.

CONCLUSÃO

O ano de 2016 registou um ambiente de distensão política assinalável no que se refere à participação dos cidadãos na gestão das políticas públicas, embora, ao mesmo tempo, se tenham verificado restrições às liberdades religiosa, de imprensa, de associação livre, de reunião e manifestação, não permitindo, nesse domínio, um avanço significativo do país nos índices internacionais.

No que tange às condições de vida da população, as melhorias foram rarefeitas, em grande parte do sector social. Muito pelo contrário, assistiu-se ao aprofundamento da desigual redistribuição da riqueza nacional, tendo como principal causa a exiguidade do financiamento público destinado às áreas-chaves para a garantia do bem-estar das famílias. Estas, sobretudo as mais pobres, viram-se entregues à sua própria sorte, vale dizer, à sua própria capacidade de “desenrascar-se”. Por um lado, porque não tiveram acesso aos escassos bens e serviços públicos minimamente qualificados e, por outro, porque não dispuseram de meios monetários para recorrer à oferta privada e comparticipada, em muitos dos casos especulativa, como passaram a fazê-lo as famílias menos remediadas, equivocadamente classificadas como “classe média angolana”.³¹¹

Ora, já no *Relatório Social de Angola 2015* chamou-se particularmente a atenção para as graves consequências advindas do facto de áreas como a saúde, educação e protecção dos grupos vulneráveis não estarem a beneficiar da disponibilidade financeira necessária à manutenção dos índices de cobertura até então alcançados. Contrariamente à promessa, em diversas ocasiões reiterada, do Governo angolano, segundo a qual, mesmo perante o momento de crise que o País enfrenta em virtude da queda dos preços do barril de petróleo no mercado internacional, a sua acção não deixaria de ter como prioridade, no âmbito da execução das políticas públicas, a melhoria das condições de vida da população, o que se constatou foi que o sector social tem sido um dos principais alvos dos cortes orçamentais, em detrimento de outros, como a defesa e segurança.

Longe de constituir uma ocorrência episódica ou transitória fora das malhas do discurso oficial, a reiteração de tais cortes aponta, na verdade, para uma opção muito clara, que consiste em continuar a conceber o desenvolvimento, acima de tudo, como uma questão de reprodução do poder político e de conservação da ordem institucional vigente, e não como um conjunto de transformações estruturais fundadas num projecto social que dá prioridade à efectiva elevação dos padrões de vida da população por meio da abertura a formas societárias que respondam às mais altas aspirações colectivas.

Neste sentido, houve uma ampliação das desigualdades sociais por via da reedição, em maior escala, da exclusão social das camadas mais baixas da população, as quais se viram na contingência de serem as primeiras convidadas a “apertar o cinto” em face da referida crise económica e financeira que se arrasta desde 2008/2009, como se a elas tivessem cabido os benefícios do crescimento

³¹¹ Para uma crítica-síntese ao uso e abuso do conceito de “classe média” feito, quer pelo discurso oficial e os seus ventríloquos académicos, quer pelos *media* e pelas agências de consultoria de mercado para caracterizar a classe popular emergente angolana, ver Silva, O., “A (suposta) classe média angolana”, in *Expansão*, 8 de Janeiro 2017.

económico verificado nos seis primeiros anos logo após o fim da guerra civil, conforme apontam os níveis médios elevados de crescimento do PIB³¹². Como se sabe, tal crescimento económico jamais veio a transformar-se em desenvolvimento³¹³. E em lugar de ter tido como destinatário o pequeno núcleo das famílias abastadas, por intermédio de uma política de justiça social que visasse compensações fiscais (tributação progressiva) ou do confisco de riqueza patrimonial e de outra natureza adquirida de maneira ilícita,³¹⁴ a factura dos sacrifícios foi, antes de mais, endereçada às famílias mais carenciadas, sob a forma do aumento da inflação, da perda do poder de compra dos salários e, não menos impactante, da precarização dos serviços públicos massificados através da insuficiência da despesa social.

Em consequência, as sucessivas reduções na despesa com serviços e equipamentos sociais, bem como com a capacitação e contratação dos respectivos profissionais, têm-se reflectido, de forma directa e determinante, na degradação, em alguns casos, e na estagnação, em outros casos, dos principais indicadores de desenvolvimento humano interno. Não surpreende, por isso, que, a cada ano que passa, se tornam menos viáveis as metas preconizadas, nomeadamente no que concerne à erradicação da pobreza e à promoção dos níveis educacionais e sanitários da população.

³¹² “Os períodos de crescimento da economia angolana foram: a fase longa, 1998/2012, com uma taxa média anual de 9,1%; a fase de ouro, 2004/2008, com uma taxa de 17,4%; a fase da crise, 2009/2012, com uma taxa de 4,3%.” CEIC-UCAN, *Relatório Económico de Angola 2012*, Luanda, Texto Editores, 2013, p. 53.

³¹³ Na esteira de Celso Furtado, pode-se afirmar, aqui, que o poder político angolano parece estar longe de perceber que não há desenvolvimento sem projecto social subjacente, o qual representa a expressão de vontade geral de agentes sociais historicamente determinados. Só um projecto social tem força capaz de metamorfosear crescimento económico em desenvolvimento. Ver Furtado, C., “O Nordeste: reflexões sobre uma política alternativa de desenvolvimento”, in *Essencial Celso Furtado*, São Paulo, Penguin Companhia, 2013, p. 364-404.

³¹⁴ Ao invés disto, José Eduardo dos Santos optou por legitimar “a acumulação primitiva de Capital”, isto é, tornou consensual o roubo, tendo, para tanto, recorrido, a um só tempo, à velha retórica pan-africana da vitimização e ao nacionalismo gangsterista: “Neste processo de luta contra a corrupção, há uma confusão deliberada feita por organizações de países ocidentais para intimidar os africanos que pretendem constituir activos e ter acesso à riqueza, porque de um modo geral se cria a imagem de que o homem africano rico é corrupto ou suspeito de corrupção. Não há razão para nos deixarmos intimidar. A acumulação primitiva do capital nos países ocidentais ocorreu há centenas de anos e nessa altura as suas regras de jogo eram outras. A acumulação primitiva de capital que tem lugar hoje em África deve ser adequada à nossa realidade. A nossa lei não descrimina ninguém. Qualquer cidadão nacional pode ter acesso à propriedade privada e desenvolver actividades económicas como empresário, sócio ou accionista e criar riqueza pessoal e património. O cidadão estrangeiro pode criar empresas de direito angolano e integrar-se na economia nacional. Um simples levantamento dos resultados das empresas americanas, inglesas e francesas no sector dos petróleos ou das empresas e bancos comerciais com interesses portugueses em Angola mostrará que eles levam de Angola todos os anos dezenas de biliões de dólares. Por que é que eles podem ter empresas privadas dessa dimensão e os angolanos não? As campanhas de intimidação que referi antes são feitas persistentemente contra os africanos porque não querem ter concorrentes locais e querem continuar a levar cada vez mais riqueza para os seus países.” Santos, J. E., Mensagem sobre o Estado da Nação, proferida na Assembleia Nacional, Luanda, 11 de Outubro de 2013.

No quadro da saúde, apesar do relativo progresso registado no âmbito da medicina preventiva, com a manutenção dos programas de vacinação, o acesso à assistência médica decresceu consideravelmente. A escassez de recursos técnicos básicos, como laboratório de análises clínicas, e de recursos humanos, como enfermeiros e técnicos de laboratório, pode ser apontada como uma das principais razões. Daí que se tenha registado o aumento de casos notificados das chamadas doenças de salubridade, com realce para a malária, que não deixou de ser a enfermidade com a maior taxa de mortalidade durante o ano. Por outro lado, a epidemia de febre-amarela, que se regista desde Dezembro de 2015 no território nacional, configurou uma prova a mais da ineficiência dos serviços de saúde pública. Para além da falta de meios materiais, ficaram evidentes as debilidades no que diz respeito à coordenação entre as diferentes instâncias intervenientes, o que resultou tanto em diagnósticos tardios, quanto em tratamentos pouco eficazes.

Devido à fraca capacidade de atendimento dos centros de saúde e postos médicos, os hospitais de referência ainda são alvos de enorme procura, com filas de espera imensas até mesmo nos bancos de urgência. A população mais prejudicada, neste contexto, é certamente a de crianças e gestantes. A julgar pelos dados disponíveis, fica claro que permanece insatisfatório o cumprimento do plano de saúde materno-infantil.

Por seu turno, a educação não tem saído menos ileso da austeridade por que passa o sector social. São flagrantes os enormes prejuízos causados pela suspensão dos contratos de novos professores para o ensino geral. Um deles, como não podia deixar de ser, é o crescimento exponencial do rácio professor/aluno, com consequências óbvias para o acesso e a qualidade de ensino. Em termos globais, transcorrida mais de uma década, Angola não tem progredido suficientemente na universalização do acesso à educação, sobretudo à educação na primeira infância e ao ensino primário, pois continua sem atingir nenhum dos seis objectivos estabelecidos pelo Fórum Mundial de Educação para Todos, realizado de 26 a 28 de Abril de 2000, em Dakar, de cuja declaração foi um dos países signatários. A não ser que se invista seriamente no que é essencial (formação técnico-pedagógica e valorização do quadro docente, edificação de infra-estruturas escolares de modelo integral, programas sócio-educativos, a exemplo da merenda escolar), a educação de qualidade, até mesmo para a maioria da população, continuará a ser uma mera quimera, uma palavra morta em documentos oficiais.

No espectro nacional, 56% dos agregados familiares não consome água potável contra apenas 44% que tem acesso, considerada a segunda taxa mais baixa do mundo. Em sentido contrário, 60% dos agregados familiares a nível nacional tem acesso às instalações melhoradas de saneamento básico, prevalecendo, com efeito, situações de insalubridade do meio. No intervalo de 2006 a 2014, registaram-se progressos nos indicadores de água e saneamento básico embora tivesse havido, pouco mais tarde, uma redução gradual nas despesas no período de 2014 a 2016. Todavia, é pouco provável que as metas de aumento das cifras preconizadas pelo executivo angolano para 2017 sejam alcançadas.

No domínio da assistência social, 2016 foi igualmente marcado pela incapacidade dos operadores da política social de cumprir as metas do programa, tendo-se verificado a execução de 43,31% do previsto, observando uma menor cobertura da acção social a favor dos grupos mais vulneráveis.

Os sectores sociais ao nível micro como na generalidade do País, designadamente de Kalandula, não obstante a posição geográfica que ocupa e os recursos naturais que possui, está muito longe de garantir as condições sociais mínimas para a população local. A falta de bens e o acesso limitado aos serviços públicos indicam que o problema é estrutural e que a sua solução passa pela devida atenção que lhe deve ser dada pelas entidades políticas aos níveis municipal e provincial. Kalandula é um exemplo eloquente do fracasso das políticas públicas ao nível local dos últimos 15 anos após o término do conflito armado, tendo em conta que as condições sociais são tanto mais precárias quanto maior for a distância que as separa do centro de decisões políticas. Pois, *in locus*, não é difícil constatar e demonstrar que se vem trabalhando ao nível das políticas públicas com uma visão distorcida de desenvolvimento com sérias implicações à escala nacional.

Portanto, em 2016, as famílias angolanas, sobretudo aquelas mais remediadas País adentro, viram o agravamento exponencial das suas condições sociais em contraste com o entusiasmo que se verificou em relação à realização das eleições gerais para 2017, criando-se expectativas elevadas de que o futuro próximo traria melhorias substanciais.

RESUMO DOS PRINCIPAIS FACTOS SOCIAIS E POLÍTICOS DE 2016

ENQUADRAMENTO

Neste apêndice, procede-se à síntese dos principais factos sociais e políticos nacionais ocorridos ao longo de 2016. A selecção teve como critério a repercussão que os mesmos obtiveram na imprensa, bem como o seu impacto na opinião pública nacional e estrangeira. Com efeito, a recolha de informação consistiu, exclusivamente, na consulta de jornais diários e semanários, portais na Internet e boletins de divulgação digital, sem qualquer privilégio de algumas fontes em detrimentos de outras.

No que diz respeito ao procedimento de exposição adoptado, os factos são agrupados em sequência temporal, tendo o mês como unidade de referência. Optou-se pela ordem de ocorrência, sem considerar a identidade temática dos factos, por ser uma forma menos indutiva, com vista a conferir maior liberdade de consulta ao leitor. Todavia, dependendo da formulação – mais ou menos extensa, mais ou menos clara –, manteve-se os títulos originais, em alguns casos, e atribuiu-se um novo título, em outros casos. Isto permitiu não apenas situar as matérias do ponto de vista cronológico, mas também preservar-lhes, em certa medida, a natureza noticiosa.

As disparidades que se verificam na distribuição dos factos por cada mês demonstram, por conseguinte, que o foco de selecção não recaiu sobre a quantidade das matérias, mas sim sobre a sua significação e relevância públicas.

Janeiro

Relações entre Angola e Portugal

- Na sequência, o Governo angolano considerou haver maturidade para “resolver” eventuais mal-entendidos de Portugal para Angola, por via do seu governo, considerando também haver “maturidade e serenidade bastantes” entre Lisboa e Luanda para “resolver e ultrapassar os eventuais mal-entendidos”, e transmitiu a Portugal a sua “vontade política de sedimentar as relações” entre os dois países.

Suspenso julgamento dos 17 activistas cívicos angolanos

- O julgamento do famoso “caso dos 15+2”, acusados de praticarem actos preparatórios de rebelião, foi suspenso, devido à falta de comparência das dezenas de declarantes convocados. Por sua vez, um dos advogados de defesa Michel Francisco, afirmou que a decisão foi tomada

pelo tribunal de Luanda depois de não ter comparecido nenhum dos mais de 50 declarantes arrolados no processo, e de apenas só dois terem sido ouvidos.

Cemitérios passam a informar sobre óbitos para travar eleitores fantasma

- Os cemitérios angolanos e as autoridades tradicionais vão ter de comunicar os óbitos aos Órgãos responsáveis pelo recenseamento eleitoral. Esta medida está prevista no regulamento sobre o registo eleitoral oficioso, que visa diminuir o número de eleitores fantasma. De acordo com o novo regulamento, em vigor desde 29 de Dezembro, além das Conservatórias do Registo Civil – que devem remeter, mensalmente, aos órgãos provinciais responsáveis pelo registo eleitoral, informações sobre o falecimento de cidadãos maiores de 18 anos – a mesma medida aplicar-se-á a outras entidades.

Lista de eleitores angolanos actualizada anualmente no mês de Novembro

- O Governo angolano vai passar a fornecer à Comissão Nacional Eleitoral, até 15 de Novembro de cada ano, a lista dos cidadãos maiores de 18 anos, conforme prevê o Regulamento sobre o Registo Eleitoral Oficioso. De acordo com o novo regulamento, a responsabilidade cabe ao executivo, que tem de manter e assegurar o processo logístico de actualização da lista de eleitores em formato digital, através do Ministério da Administração do Território.

Transportadora de Luanda em greve há 26 dias por nove meses de salários em atraso

- A União Nacional dos Trabalhadores Angolanos – Confederação Sindical (UNTA-CS) diz-se solidária com a greve dos trabalhadores da maior transportadora pública de Luanda, que entrou no seu 26.º dia de paralisação.
- Em causa estão, essencialmente, os nove meses de salários em atraso aos trabalhadores da empresa de Transportes Colectivos Urbanos de Luanda (TCUL).

Kangamba pede mediação de Marcelo nas relações com Angola

- Bento dos Santos “Kangamba” elogiou a eleição de Marcelo Rebelo de Sousa para Presidente da República de Portugal, apelando ao seu papel como “mediador” nas relações entre os dois países.

Quatro em cada 10 adolescentes angolanas são casadas ou vivem em união de facto

- Ministra da Família e Promoção da Mulher afirmou que Angola é um país onde quatro em cada dez raparigas adolescentes dos 12 aos 17 anos são casadas ou encontram-se a viver em união de facto, sobretudo nas zonas rurais das províncias da Lunda Sul, Moxico, Huambo, Bié e Malanje.

Governo prepara vacinação contra febre-amarela após surto mortal em Luanda

- O Ministério da Saúde de Angola prepara uma campanha de vacinação contra a febre-amarela no Município de Viana, arredores de Luanda, face à epidemia da doença que desde Dezembro já provocou a morte de sete pessoas. O arranque desta campanha de vacinação de bloqueio "na zona onde a epidemia está a ocorrer" depende da confirmação de um segundo laboratório.

Governador de Luanda admite declaração de "calamidade pública" devido ao lixo

- O governador Higinio Carneiro criou um posto de comando urbano para combater o problema do lixo na capital, considerando-a "calamidade pública".

Fevereiro

Sida e excessos do Carnaval de Luanda combatidos com meio milhão de preservativos

- Cerca de meio milhão de preservativos distribuídos gratuitamente em Luanda, numa campanha com 300 voluntários que visa combater os excessos do período de Carnaval. Os Organizadores e os serviços da Sida (ANASO) prevêem realizar 5000 testes de despiste do VIH/Sida, doença que afecta 500 000 angolanos.

Habeas corpus da Ordem dos Advogados Angolanos ficou sem apreciação seis meses depois

- O Tribunal Constitucional decidiu não se pronunciar sobre o recurso apresentado em Junho pela Ordem dos Advogados Angolanos (OAA) contra a prisão, de dois meses, do Presidente do Conselho Provincial da instituição, Arão Tempo, de 53 anos de idade.

Ministro do Interior relaciona activistas com tentativa externa de ter "governos dóceis"

- O Ministro angolano do Interior, Ângelo Veiga Tavares, relacionou, em Maputo, o caso dos 17 activistas angolanos em julgamento sob acusação de prepararem uma rebelião, com tentativas exteriores de colocar "governos dóceis" no poder.

Ministério Público do Huambo pede condenação da seita "Kalupeteka"

- O Ministério Público no Huambo, pediu a condenação de nove seguidores e do responsável da Igreja "Luz do mundo" e principal visado neste julgamento, José Julino Kalupeteka, que recusou a autoria dos confrontos ou de actos de violência, tendo a defesa pedido, na quinta-feira, a absolvição dos acusados.

Tribunal de Luanda usa jornal para notificar detido que tem de testemunhar

- O Tribunal de Luanda que julga 17 jovens activistas, notificou os declarantes para estarem presentes no julgamento, sucessivamente suspenso por falta de testemunhas, recorrendo a editais publicados no Jornal de Angola.

Amnistia Internacional (AI) considera prisão do angolano Nito Alves excessiva e inadequada

- Sílvia Norte, da Amnistia Internacional para Angola, considera que condenação do activista Nito Alves a seis meses de prisão efectiva "foi uma pena dura e excessiva".

Órgãos judiciais em Angola estão “manietados” e juizes são “uns coitados”

- Marcolino Moco afirmou que os órgãos judiciais em Angola estão “manietados” pelo regime de José Eduardo dos Santos e que os juizes “são uns coitados”, uma vez que não conseguem combater a “manipulação”.

Governo de Luanda recua e não avança para já com sentido reversível na principal via

- O governo provincial de Luanda voltou atrás e não avançou com o plano de sentido reversível da principal via de acesso da periferia ao centro da capital, enquanto revê o estado das vias alternativas.

Mortes por surto de febre-amarela em Angola chegam praticamente à centena

- O surto de febre-amarela em Angola causou já 99 mortos, de um total de 461 casos suspeitos notificados desde o início da epidemia, em Dezembro de 2015, refere Ministério da Saúde.

Tribunal de Luanda convoca antigo PM através de edital no Jornal de Angola

- O tribunal de Luanda que julga os 17 activistas angolanos acusados de prepararem uma rebelião quer ouvir o antigo Primeiro-Ministro Marcolino Moco, mas a convocatória foi feita com a publicação de um edital no Jornal de Angola.

País com 1210 casos de lepra notificados

- Angola conta com 1210 casos de lepra notificados pelas autoridades de saúde, essencialmente concentrados em Luanda e no centro do país, onde a doença será combatida com um plano estratégico de cinco anos.

Comissão de 10 ministros vai gerir registo eleitoral em Angola até 2017

- Uma comissão constituída por 10 ministros, criada pelo Presidente José Eduardo dos Santos, vai assumir a gestão do Plano Estratégico do Registo Eleitoral Oficioso, que antecede as eleições gerais de Agosto de 2017.

Ministério da Saúde angolano sem recrutamento de quadros há cinco anos

- O Ministério da Saúde não recruta novos quadros há cerca de cinco anos devido a problemas orçamentais, situação que tem agravado a capacidade de resposta dos hospitais.

Governo dos Estados Unidos pede a Luanda respeito pelos princípios democráticos

- O Subsecretário adjunto para os Assuntos Africanos do Departamento de Estado norte-americano insta governo a respeitar os princípios democráticos e da desobediência civil desenvolvidos no quadro da Constituição.

Prisão domiciliária de activistas angolanos é ilegal

- O Tribunal de Luanda não se pronunciou sobre eventuais novas medidas de coação aos activistas angolanos acusados de actos preparatório de rebelião. O advogado de defesa, Walter Tondela considerou a “prisão domiciliária ilegal”.

Embaixador Luvualu de Carvalho compara os 15 activistas angolanos a terroristas

- O embaixador Luvualu de Carvalho comparou os 15 activistas, presos quando estavam reunidos em Luanda, a três norte-americanos que discutiam na Internet o uso de armas de destruição em massa nos Estados Unidos. “Se essa reunião que os 15 angolanos organizaram acontecesse aqui nos Estados Unidos, os serviços de segurança tinham adoptado as mesmas medidas ou pior do que aquelas que foram tomadas pelas autoridades angolanas”.

Operação de limpeza vai tentar desbloquear circulação automóvel em Luanda

- Uma equipa coordenada pelo governo de Luanda começou com as operações de sucção de elevadas quantidades de águas que provocam longas filas de trânsito no acesso à capital, sobretudo na zona de Viana/Luanda, devido a enchente da bacia de retenção das águas, em resultado das fortes chuvadas.

Angola precisa de mais três milhões de vacinas contra epidemia de febre-amarela em Luanda

- As autoridades angolanas já têm disponíveis mais de quatro milhões de vacinas contra a febre-amarela, mas faltam ainda três milhões de doses para garantir a cobertura total de vacinação para Luanda, onde está concentrado o surto da doença.

Tribunal Constitucional angolano rejeita recurso da UNITA e viabiliza novo partido

- O Tribunal Constitucional negou provimento a um recurso da UNITA, contestando a legalização do novo partido político Aliança Patriótica Nacional (APN), alegando semelhanças nas bandeiras.

Polémica lei da nacionalidade angolana volta novamente ao parlamento dia 24

- A Assembleia Nacional discute e vota, após três adiamentos, a proposta de alteração à Lei da Nacionalidade, criticada pela oposição, mas aprovada na especialidade. A votação final da proposta chegou a estar agendada, mas foi retirada da discussão com a justificação de que necessita ser aprofundada.

Inspeção-geral da Saúde detectou 212 falsos profissionais desde 2012

- As autoridades detectaram, nos últimos três anos, 212 falsos profissionais no serviço nacional de saúde, revelou o inspector-geral do Ministério da Saúde.

Dois ex-governadores de Luanda negam em tribunal envolvimento com activistas

- Dois antigos governadores da província de Luanda recusaram qualquer relação com os activistas acusados em julgamento, garantindo que nunca foram contactados para integrar um alegado governo de salvação nacional.

Tribunal da Relação de Lisboa decreta nulidade do arresto a bens de "Kangamba"

- Bento dos Santos "Kangamba" tornou pública a decisão do Tribunal da Relação de Lisboa (TRL), que decretou a nulidade do arresto dos seus bens em Portugal, os quais, anunciou também, já lhe foram devolvidos.

Chuvas causam 17 mortos na província da Huíla

- O transbordo de um rio, em consequência de fortes chuvas, causou 17 mortos na província da Huíla.

Março**Mortos em cheias no Lubango sobem a 23 ainda com 30 desaparecidos**

- O balanço mais recente das chuvas que caíram sobre a cidade do Lubango, província angolana da Huíla, aponta para a morte de 23 pessoas, informou a protecção civil local.

Quase 700 casos suspeitos de febre-amarela em cerca de dois meses

- Angola regista 119 mortes de um total de 693 casos suspeitos de febre-amarela desde o início da epidemia, segundo o boletim diário da doença.

Jornal de Angola acusa Portugal de "lançar na lama" nome de dirigentes angolanos

- O Jornal de Angola denunciou, em editorial, a "instrumentalização da Justiça portuguesa" para "lançar na lama" o nome de dirigentes angolanos, referindo-se em concreto à investigação envolvendo o vice-Presidente, Manuel Vicente.

Indulto presidencial tirou das cadeias angolanas 2400 reclusos em 2015

- Cerca de 2400 reclusos foram libertados em Angola ao abrigo do indulto concedido em Setembro de 2015 pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, por ocasião dos 40 anos da independência nacional.

Tribunal de Luanda dispensa declarantes e avança para alegações no caso dos activistas

- O tribunal de Luanda que julga os activistas acusados de preparem uma rebelião decidiu prescindir de ouvir dezenas de declarantes arrolados, dando por concluída a fase de produção de prova, agendando alegações para 14 de Março.

Activistas levam “palhaçada” a tribunal e ficam fora do julgamento

- O tribunal de Luanda ordenou que 13 dos 17 activistas que estão a ser julgados por preparem uma rebelião fossem retirados da sala de audiências por apresentarem auto-caricaturas como palhaços estampadas nas *t-shirts* que envergavam.
- O protesto, como “atirou” um dos réus ainda no interior da sala do tribunal, visava criticar a forma como o julgamento tem sido conduzido e os sucessivos atrasos, com 15 dos acusados privados da liberdade há nove meses.

Activista angolano que recusa ir a julgamento regressa à prisão por ordem do tribunal

- O tribunal de Luanda decidiu reverter a medida de coação de prisão domiciliária aplicada a um dos 14 activistas angolanos acusados de preparem uma rebelião, que passará a prisão preventiva por este se ter recusado a comparecer no julgamento.

Epidemia de febre-amarela em Angola já atingiu 765 pessoas e causou 127 mortos

- As autoridades sanitárias angolanas registaram 765 casos suspeitos de febre-amarela, dos quais 33 foram confirmados, com um saldo de 127 mortes desde o início da epidemia, no final de Dezembro do ano passado.

Sobe para 32 total de vítimas das enxurradas na cidade do Lubango

- Os bombeiros recuperaram nos últimos dias mais sete corpos de vítimas das chuvas da segunda-feira passada no Lubango, sul de Angola, elevando para 32 o total de óbitos confirmados, informou à Lusa o porta-voz da Protecção Civil.

Chuvas fortes matam dez pessoas na província do Cuanza Sul

- As fortes chuvas que se fizeram sentir na madrugada de sábado no Cuanza Sul provocaram, no total, dez vítimas mortais e 15 feridos, comunicou o porta-voz do Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros de Angola.

Transformação de coligação em partido decide-se até Junho

- A Convergência Ampla de Salvação de Angola – Coligação Eleitoral (CASA-CE) convocou para o primeiro semestre deste ano a realização do seu II congresso ordinário, que poderá levar à transformação em partido.

Igreja Católica angolana diz que má gestão e corrupção agravaram crise

- A Igreja Católica angolana admitiu que a crise económica e financeira que Angola enfrenta não foi causada apenas pela queda do preço do petróleo, mas pela "falta de ética, má gestão do erário público e corrupção generalizada" no país.

José Eduardo dos Santos deixa vida política activa em 2018

- O Presidente do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e chefe de Estado angolano há 36 anos, José Eduardo dos Santos, anunciou que deixa a vida política activa em 2018, ano em que completará 76 anos.

Um ano depois da tragédia do Lobito moradores regressam às zonas de risco

- Um ano depois de chuvas fortes terem provocado 71 mortos e desalojado 1130 pessoas no Lobito, província angolana de Benguela, há moradores realojados que estão a vender os terrenos para regressarem às zonas de risco.

Angola não foi convidada para posse de PR português

- MIREX anuncia que ausência de Angola na cerimónia de tomada de posse do Presidente português Marcelo Rebelo de Sousa não "belisca" a situação entre os dois países.

Activista angolano Nuno Dala em greve de fome

- O activista angolano Nuno Dala, um dos 17 em julgamento sob a acusação de preparar uma rebelião, está em greve de fome para reivindicar melhorias da situação carcerária e do estado de saúde.

Tribunal adia alegações finais no julgamento dos activistas em Luanda

- O tribunal provincial de Luanda adiou, a pedido da defesa, a sessão de alegações finais do julgamento dos 17 jovens activistas angolanos acusados de tentativa de rebelião e atentado contra o Presidente da República.

UNITA pede declaração do estado de alerta máximo para Luanda face à actual crise sanitária

- A UNITA exortou o Presidente angolano a pronunciar-se e declarar estado de alerta máximo para Luanda e de calamidade nacional perante a crise que o sector de saúde atravessa actualmente.

Luanda mobiliza profissionais de saúde contra mortalidade sem precedentes

- O governador de Luanda apelou a um maior empenho dos profissionais de saúde face ao actual quadro sanitário da capital angolana e para conter a "taxa de mortalidade nunca antes registada".

Activistas conhecem sentença a 28 de Março

- O tribunal de Luanda agendou para 28 de Março a leitura da sentença do caso dos 17 activistas angolanos, com a defesa a pedir a absolvição por falta de provas.

Abril**Rafael Marques denuncia situação dos 17 activistas angolanos junto do governo dos EUA**

- O activista angolano Rafael Marques denunciou em Washington, junto do Departamento de Estado norte-americano, a situação em que se encontram os 17 activistas recentemente condenados em Luanda.

Rixa em cadeia angolana termina com um morto e sete feridos

- Uma rixa entre dois grupos de rivais na cadeia de Caboxa, na cidade angolana de Caxito, terminou com a morte de um recluso e ferimentos em mais sete, informa porta-voz dos Serviços Prisionais.

UNITA quer fórum nacional para consolidar a paz em Angola

- A UNITA defende a criação de um Fórum Nacional para o Aprofundamento e Consolidação da Paz e Reconciliação Nacional, recordando que 14 anos depois do fim do conflito armado, Angola ainda está em guerra, em Cabinda.

Jornal de Angola fala em “cumplicidade criminosa” portuguesa na guerra

- O *Jornal de Angola* critica Portugal, em editorial, acusando de “cumplicidade criminosa” alguns “sectores” na guerra civil que terminou há 14 anos e a actual “incompreensão absurda” portuguesa e europeia.

Epidemia de febre-amarela eleva total de mortos para 230

- A febre-amarela causou 230 mortes, entre 1645 casos suspeitos, anunciam autoridades sanitárias sobre a doença.

Tribunal condena líder de seita religiosa a 28 anos de prisão

- O tribunal do Huambo condenou o responsável da Igreja angolana "A Luz do mundo", Julino Kalupeteka, a uma pena de 28 anos de cadeia pelo homicídio de nove polícias, em Abril de 2015.

Serviço Prisional diz que família de activista recusa receber documentação

- O Serviço Penitenciário de Angola alegou que a família do activista angolano Nuno Dala, em greve de fome, se recusou a receber os cartões de crédito, um dos principais motivos do seu protesto.

MNE nega presença de tropas nacionais em conflitos em África

- O Ministro das Relações Exteriores de Angola negou que tropas angolanas tenham intervindo em conflitos em países africanos, como a República Democrática do Congo (RDC).

Últimas chuvas em Luanda provocaram 19 mortes, 50 feridos e quatro desaparecidos

- O balanço das chuvas em Luanda aponta um aumento do número de mortos, com o registo até agora de 19 óbitos, 50 feridos e quatro pessoas desaparecidas, informou a protecção civil e bombeiros.

Parlamento aprova lei sobre comissões de moradores sem votos da oposição

- O parlamento aprovou, com votos contra da oposição, as leis sobre a Organização e Funcionamento das Comissões de Moradores e sobre a Comunicação de Fixação e Alteração de Residências dos Cidadãos.

Ministro da Saúde quer política de financiamento que garanta protecção social

- O Ministro da Saúde defendeu que seja definida uma política de financiamento para o sector, que garanta a protecção social, no âmbito das reformas estruturais da economia angolana.

Governo recusa relatório dos EUA sobre violação de direitos humanos

- O Governo rejeitou as acusações do departamento de Estado norte-americano sobre violações dos direitos humanos no país, onde alegadamente se registam torturas, espancamentos, limites às liberdades de reunião, associação, expressão e imprensa devido à corrupção.

Polícia recolheu de civis quase 200 mil armas de fogo em oito anos

- Polícia nacional anunciou que cerca de 200 mil armas de fogo em posse de civis foram recolhidas nos últimos oito anos em Angola, no âmbito do processo de Desarmamento da População Civil.

Guerrilheiros de Cabinda afirmam que mataram 47 soldados angolanos

- A Frente de Libertação do Estado de Cabinda (FLEC) anunciou ter travado confrontos militares que provocaram a morte a 47 soldados das Forças Armadas (FAA) Angolanas.

Angola promete acabar com comércio de marfim no país

- Cairo – Angola comprometeu-se a acabar com o comércio de marfim no país e a aumentar o controlo do tráfico no aeroporto internacional da capital.

Polícia sem informação sobre investigação do homicídio de casal português

- Luanda – As autoridades policiais angolanas asseguraram que estão empenhadas em resolver o caso do homicídio do casal português em Luanda, ocorrido esta semana, mas assumem que falta informação à investigação do caso.

Rafael Marques ouvido em processo que acusa general de “esbulho de terras”

- O jornalista Rafael Marques prestou declarações na Direcção Nacional de Investigação e Acção Penal, em Luanda, no âmbito da queixa de apropriação de terras envolvendo o governador da província do Cuanza Sul.

Maio

Autor que inspirou activistas diz que prisão é sinal de fraqueza do regime

- O autor do livro que levou à condenação de 17 activistas por rebelião, considera que o “regime [angolano] está enfraquecido”, como indicia a “prisão de adolescentes”.

ONU avalia direitos dos migrantes em visita de especialista a Angola

- O relator especial sobre os direitos dos migrantes da Organização das Nações Unidas (ONU) iniciou esta terça-feira uma visita de trabalho de sete dias a Angola, para avaliação dos actuais programas, políticas e leis migratórias do país.

Human Rights Watch denuncia más condições prisionais dos activistas

- A organização Human Rights Watch considera, um mês após a condenação dos 17 activistas angolanos, que a liberdade de expressão em Angola é “ainda uma miragem” e denuncia as más condições prisionais no país.

Surto de malária matou 850 pessoas em Luanda entre Janeiro e Março

- O surto de malária em Angola provocou 850 mortos em Luanda só nos primeiros três meses do ano, província que segundo as autoridades de saúde conta ainda com cerca de 400 000 casos registados.

Autoridades anunciam que epidemia de febre-amarela em Angola está controlada

- As autoridades de saúde anunciam controlo da epidemia de febre-amarela que matou 290 pessoas sobretudo em Luanda.

MNE angolano aponta tentativa externa para criar distúrbios no país

- MIREX alegadas ter informações sobre tentativas da União Europeia de financiar órgãos de comunicação social em Angola com vista a derrubar o poder actual denunciadas pelo director da Rádio Ecclesia.

Angola vai ter lei para defender acessibilidade para todos

- O parlamento angolano agendou a votação final da proposta de Lei das Acessibilidades, documento que vai defender as pessoas com mobilidade reduzida, obrigando a que todos os edifícios tenham acesso facilitado.

Namíbia expulsa angolanos a viver ilegalmente no norte do país

- O Ministro das Relações Exteriores afirmou que as autoridades namibianas iniciaram expulsão do país cidadãos angolanos que há vários anos se instalaram no norte, sem documentos.

OMS considera surto de febre-amarela em Angola "de elevada preocupação"

- A Organização Mundial de Saúde considerou que o surto de febre-amarela em Angola "continua de elevada preocupação", depois das autoridades angolanas terem dado a epidemia como controlada.

Angola e Venezuela estudam acordo para reconhecer licenciatura

- Os governos de Angola e da Venezuela contam avançar este ano com acordos para a supressão de vistos em passaportes diplomáticos e de reconhecimento de cursos do ensino superior.

Epidemia de febre-amarela provoca quase 300 mortos em cinco meses

- A epidemia de febre-amarela provocou 293 mortos em quase cinco meses, com 2267 casos suspeitos, indica o boletim oficial sobre a doença referente à semana entre 25 de Abril e 05 de Maio.

Polícia admite novo fenómeno envolvendo raptos e resgates em Luanda

- A polícia nacional admite o rapto de cidadãos para obtenção de resgates como nova prática criminal que está a afectar a capital, Luanda.

Escritor Ondjaki venceu o Prix Littérature-Monde 2016

- Saint-Malo, França – O escritor angolano Ondjaki venceu o Prix Littérature-Monde 2016, pela obra *Os Transparentes*, na categoria literatura não francesa, com o haitiano Makenzy Orcel a vencer em literatura francesa, com o romance *L'ombre animale*. *Os Transparentes* foi publicado em Portugal em 2012 e em França pelas Editions Métailié, no ano passado, com o título *Les transparents*. Teve em Portugal "um êxito considerável", assinala a Editorial Caminho, que chancela a obra.

Família de Luaty Beirão garante que activista mantém protesto na cadeia

- A mulher de Luaty Beirão garantiu que o *rapper* luso-angolano mantém-se em protesto, se-minu na cela, exigindo o regresso à cadeia de Viana, arredores de Luanda, sendo alimentado apenas com comida fornecida por familiares.

Lançada obra para levar electricidade a 465 mil casas

- O Governo planifica construção de ligações para electrificar 465 mil casas em cinco províncias, obras que deverão ser garantidas por empresas chinesas ao abrigo da linha de financiamento aprovada em 2015.

Taxa do lixo na capital vem com a factura da luz e pode ser alargada a todo o país

- A nova taxa de limpeza de Luanda vai ser cobrada na factura de electricidade, chegando aos 164.000 kwanzas (989 euros) mensais para as empresas, modelo que o Governo admite poder alargar a todo o país.

Libertação de activista "deve permitir mais progressos" nos direitos humanos

- A Comissão Europeia considerou que a recente libertação do activista angolano Marcos Mavungo, em Cabinda, deve permitir “mais progressos na total aplicação” de direitos humanos consagrados na Constituição do país e “convencões internacionais e instrumentos regionais de direitos humanos a que o país aderiu”.

Congresso da terceira força política adiado por falta de espaço para sua realização

- A Convergência Ampla de Salvação de Angola – Coligação Eleitoral (CASA-CE), força política na oposição, adiou para Setembro a realização do seu II congresso, por questões administrativas e técnicas que se prendem, sobretudo, com a falta de espaço.

José Eduardo dos Santos recandidata-se à liderança do MPLA

- O Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, que anunciou que deixa a vida política activa em 2018, foi o única candidatura à liderança do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA).

Febre-amarela na origem de casos suspeitos na província da Lunda Norte

- A febre-amarela está na base do aumento de casos de síndrome febril na região do Guango, província da Lunda Norte, confirmaram análises feitas pelo Laboratório Nacional de Saúde pública, em Luanda.

Angola começa a recrutar milhares de professores, médicos e enfermeiros em Junho

- O governo vai contratar no segundo semestre do ano 18 444 trabalhadores para o sector da Educação, sobretudo professores, e 2146 para a Saúde, essencialmente médicos e enfermeiros.

Junho

UNITA pede investigação imparcial a incidentes que provocaram três mortos

- A União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), maior partido da oposição, quer respostas através de um inquérito imparcial sobre as causas do ataque à sua delegação parlamentar na província de Benguela, que resultou em três mortos.

Governo garante que crise não afecta apoio às crianças

- O Governo garantiu que, apesar das “condições conjunturais difíceis” devido à crise da cotação do petróleo, a reconstrução dos sistemas e infra-estruturas sociais de apoio à criança vai continuar, com vista à redução da mortalidade infantil.

FLEC/FAC decreta cessar-fogo de três meses e pede retoma do diálogo após morte de líder

- A direcção interina da Frente de Libertação do Enclave de Cabinda – Forças Armadas de Cabinda (FLEC/FAC) decretou unilateralmente um cessar-fogo de três meses, após a morte do líder e co-fundador do movimento, Nzita Tiago.

Juristas estudam impugnação à nomeação de Isabel dos Santos na Sonangol

- Um grupo de juristas angolanos analisar a possibilidade de impugnar judicialmente a nomeação da empresária Isabel dos Santos para Presidente do conselho de administração da petrolífera estatal Sonangol.
- Coligação CASA-CE diz que MPLA perdeu a “capacidade” para “travar” José Eduardo dos Santos. A CASA-CE acusou o partido MPLA de ter “perdido a capacidade para colocar um travão aos excessos do seu Presidente” com a escolha de Isabel dos Santos para liderar a petrolífera estatal Sonangol.

Maior hospital de Luanda passa a assistir partos

- O Hospital Geral de Luanda (HGL), o maior da capital, começou a realizar partos, incluindo cesarianas, um ano depois de concluída a reconstrução por empreiteiros chineses devido a problemas estruturais no edifício anterior.

Angola considera controlado surto de febre aftosa no sul e levanta proibições

- O Ministério da Agricultura considerou controlado o surto de febre aftosa que há um ano afectava o sul do país, levantando a proibição do movimento de animais nas províncias do Cuando Cubango e do Cunene.

UCAN assina parceria com o UNICEF

- A Universidade Católica de Angola (UCAN) assinou em de Junho uma parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) no âmbito da Protecção Social.

Pedido para libertação de activistas angolanos analisado por Tribunal Constitucional

- Familiares de 17 activistas a cumprir penas de dois a oito anos de prisão foram informados pelo Presidente do Tribunal Supremo que o pedido de *habeas corpus*, para os libertar, está em análise no Tribunal Constitucional.

Julho**Falsa enfermeira detida após tentar raptar recém-nascido em maternidade de Luanda**

- Uma mulher que se fazia passar por enfermeira numa maternidade de Luanda foi detida pela polícia quando tentava fugir com uma bebé da unidade hospitalar.

UNITA avança com pedido de inquérito aos negócios da Sonangol e Isabel dos Santos

- O partido UNITA pediu um inquérito parlamentar à Sonangol, afirmando que a petrolífera “tem sido utilizada como veículo para várias transacções em desconformidade com a sua missão e em violação à lei”.

Transportes urbanos de Luanda ameaçam greve por meses de salários em atraso.

- Os trabalhadores da empresa Transportes Colectivos e Urbanos de Luanda (TCUL) ameaçam greve caso não sejam pagos os quatro meses de salários em atraso e seja garantida, por escrito, a sua regularidade.

UNITA diz que Governo já sabe o que provocou incidentes mortais de Benguela

- O Presidente da UNITA, Isaias Samakuva, disse que o Ministério do Interior já tem todas as informações sobre os incidentes com militantes e deputados do partido em Benguela, que provocou três mortos, aguardando que as conclusões sejam divulgadas.

***Habeas corpus* para activistas angolanos ainda não chegou ao Supremo dois meses depois**

- O *habeas corpus* interposto a 01 de Abril pela defesa dos 17 activistas angolanos condenados até oito anos e meio de prisão, pedindo a libertação até decisão dos recursos, ainda não chegou ao Tribunal Supremo para ser analisado.

Rafael Marques apresenta participação contra Presidente

- O activista Rafael Marques interpôs uma participação contra o Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, por alegada violação da Lei da Probidade Pública, devido à autorização de construção de um edifício pela Mota-Engil em Luanda.

Serviços prisionais angolanos desconhecem pedido dos activistas para irem ao Supremo

- O Director dos Serviços Penitenciários de Angola disse esta segunda-feira desconhecer a carta em que 12 activistas angolanos solicitam transporte ao Tribunal Supremo, caso o

habeas corpus para a libertação não seja entretanto decidido, não se comprometendo com essa pretensão.

Advogados dizem que providência cautelar para travar Isabel dos Santos está parada

- A providência cautelar interposta por juristas angolanos para suspender a eficácia da posse da empresária Isabel dos Santos como Presidente do conselho de administração da petrolífera Sonangol está parada há mais de uma semana, acusaram os advogados.

Tribunal Constitucional recusa encontro com familiares de activistas angolanos detidos

- O Presidente do Tribunal Constitucional de Angola, Rui Ferreira, indeferiu quinta-feira o pedido de audiência de familiares de 17 jovens activistas angolanos, a cumprirem penas de até oito anos e meio de prisão.

OMS vai lançar campanha de vacinação para deter surto de febre-amarela em Angola e RD Congo

- A Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que vai lançar uma campanha de vacinação de emergência em Angola e na República Democrática do Congo (RD Congo) para deter o surto de febre-amarela na região.

Governo angolano diz que plano de renovação da frota aérea do Estado foi suspenso

- O Ministério da Administração do Território (MAT) anunciou que o plano de renovação da frota aérea do Estado foi formalmente suspenso, devido aos constrangimentos financeiros do país.

Activistas e familiares em conferência “contra intolerância política” em Angola

- Activistas angolanos, familiares dos jovens condenados a prisão por rebelião, músicos e políticos reúnem-se nos arredores de Luanda, numa conferência “contra a intolerância política” envolvendo o portal de investigação *Maka Angola*, de Rafael Marques.

José Eduardo dos Santos pede “paz e estabilidade” a um ano das eleições

- O Presidente José Eduardo dos Santos apelou à defesa da “paz e estabilidade” do país, tendo em conta o período de preparação das eleições gerais de Agosto de 2017, exortando ao “diálogo” para ultrapassar as divergências.

Eliminados mais de 55 mil funcionários públicos “fantasma” em oito meses

- O processo de recadastramento e registo biométrico dos trabalhadores do Estado angolano permitiu eliminar mais de 55 mil funcionários públicos “fantasma” entre Setembro e Maio, anunciou o Ministério das Finanças.
- Inquérito a confrontos com militantes da UNITA vai ser aprofundado.

- O Presidente disse que o inquérito do Ministério do Interior aos incidentes mortais, envolvendo deputados da oposição, em Benguela, duramente criticado pela União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), responsabilizada nessas conclusões, vai ser "aprofundado".

Mais 170 casos suspeitos de febre-amarela em quatro dias e total de 353 mortos

- Luanda – A epidemia de febre-amarela já matou 353 pessoas, entre 3464 casos suspeitos em seis meses, mais 170 casos, indicam dados da Organização Mundial de Saúde (OMS).

Quase 2600 delegados vão escolher em Agosto Presidente e Comité Central do MPLA

- Quase 2600 delegados escolhem em Agosto, em Luanda, durante o VII congresso ordinário do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a liderança do partido e o Comité Central.

Inquérito governamental responsabiliza militantes da UNITA por incidentes mortais

- Um inquérito do Ministério do Interior de Angola concluiu que disparos de armas de fogo, "retiradas indevidamente" à polícia, efectuados por militantes da UNITA, causaram a morte de duas de três pessoas, na província de Benguela, no mês passado.

Mães dos 17 activistas lançam campanha para pagar uniformes prisionais

- As mães de 17 activistas angolanos condenados por rebelião e libertados provisoriamente na quarta-feira iniciaram uma campanha internacional de recolha de fundos exclusivamente para pagar os uniformes prisionais dos filhos, agora acusados da sua destruição. Em causa estão frases de contestação ao Presidente José Eduardo dos Santos, ao sistema judiciário e à governação o país.

Inquérito sobre incidentes mortais com militantes da UNITA enviado à Procuradoria

- O Ministério do Interior remeteu à Procuradoria-Geral da República o inquérito aos incidentes mortais envolvendo deputados da oposição, em Benguela, para aprofundar os resultados e a "imprescindível" audição de "detentores de cargos políticos".

José Eduardo dos Santos concorre sozinho à liderança do partido no poder

- A candidatura de José Eduardo dos Santos à sua própria sucessão como Presidente do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) foi a única formalizada no partido até ao final do dia de quinta-feira, prazo limite para apresentação de listas.

Tribunal Supremo ordena devolução de bens de activistas

- O Tribunal Supremo de Angola notificou já o juiz da causa do julgamento dos 17 activistas angolanos, condenados em Março e libertados no final de Junho, para a restituição imediata dos bens arrolados ao processo.

Luanda quer quase 100% da população vacinada contra a febre-amarela

- As autoridades de saúde da província de Luanda iniciaram a última fase de vacinação contra a febre-amarela na capital angolana, que deverá chegar a mais 400 000 pessoas, permitindo atingir uma cobertura quase total até 19 de Julho.

Governo garante encomenda de medicamentos urgentes

- O Ministro da Saúde garantiu que já foram encomendados mais medicamentos para responder às necessidades actuais do país, destacando o anti-malárico Coartem. A malária é a principal causa de morte em Angola e só em Luanda, nos primeiros três meses do ano, morreram 850 pessoas entre 400 000 casos registados.

Alargada última campanha de vacinação da febre-amarela em Luanda

- Os representantes do sector da saúde de Angola, decidiram prolongar até sexta-feira a campanha de vacinação denominada "Assalto final à febre-amarela", que previa vacinar em quatro dias 400 mil pessoas, por só ter atingido cinco por cento desse número.

Vice-PR defende garantia de necessidades básicas para haver harmonia social

- O vice-Presidente de Angola defendeu, em Luanda, a garantia de necessidades básicas das famílias para se alcançar a harmonia social, a reconciliação nacional e a consolidação da paz.

Amnistia angolana abrange activistas mas termina em caso de reincidência

- A amnistia aprovada na quarta-feira pela Assembleia Nacional angolana vai aplicar-se também aos 17 activistas angolanos condenados, em Março, a cadeia por rebelião, mas a lei prevê que em caso de reincidência a pena seja cumprida.

Amnistia em Angola é “expediente” para “aliviar a pressão” sobre Presidente angolano

- O jornalista Rafael Marques afirma que a amnistia para crimes com penas até 12 anos, aprovada pela Assembleia Nacional, é um "expediente político" para "aliviar a pressão" sobre o Presidente José Eduardo dos Santos.

Quatro crianças morrem em Angola após acidente com camião carregado com gasolina

- Quatro crianças morreram carbonizadas e outras quatro ficaram gravemente feridas na sequência de um incêndio que se seguiu ao despiste de um camião cisterna carregado com gasolina, nos arredores de Saurimo, capital da província da Lunda Sul.

MPLA queixa-se de “campanha de desinformação” em publicação de livro em Portugal

- O Bureau Político do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) criticou quinta-feira duramente o lançamento em Portugal de um livro sobre aquele partido e sobre o primeiro

Presidente angolano, Agostinho Neto, queixando-se de uma nova "campanha de desinformação". Em causa está o livro *Agostinho Neto – O Perfil de um Ditador – A História do MPLA em Carne Viva*, do historiador luso-angolano Carlos Pacheco, lançado publicamente em Lisboa a 05 de Julho, visado no comunicado daquele órgão do Comité Central do partido no poder em Angola desde 1975.

Agosto

Classe jornalística apreensiva com proposta de Lei de Imprensa de Angola

- Os profissionais da comunicação social de Angola, manifestam-se apreensivos perante a nova lei Imprensa, que classificaram como um recuo legislativo. A posição foi manifestada por duas das principais associações de jornalistas em Angola, nomeadamente o Sindicato dos jornalistas angolanos (SJA) e o Instituto de Comunicação Social da África Austral (MISA-Angola).

A morte do menino Rufino inquieta sociedade angolana (“caso Rufino”)

- Uma onda de descontentamento surgiu em Luanda, em razão do incidente ocorrido em Luanda, por parte de efectivos das Forças Armadas angolana, quando em Agosto passada, realizaram demolições forçadas no bairro Walale, sito no Zango 2, com o pequeno que atendia pelo nome de Rufino António, contava com 14 anos de idade, estudava a 3.^a classe numa escola comparticipada. Rufino foi atingido por uma bala na região torácica, tudo porque apareceu na hora errada e no local errado. Os desalojamentos forçados tiveram início na madrugada de 3 de Agosto, quando os soldados do posto de comando avançado unificado da Região Militar de Luanda, equipados com helicóptero e tractores, invadiram o Zango 2, expulsando centenas de famílias que vivem ao relento em condições desumana.

Setembro

Condenados do “caso Jindungo” já estão em liberdade

- Lei da Amnistia beneficia o ex-vice-governador de Luanda Miguel Catraio e as três cúmplices, que foram condenados a 29 de Fevereiro. O antigo vice-governador de Luanda para o sector económico, Miguel Catraio, e as suas cúmplices, Justina Mufuma Lukoki “Jussila”, Mayamba Brígida dos Santos e Rita de Fátima Pegado, já estão em liberdade, tendo sido beneficiados pela Lei da Amnistia, que entrou em vigor a 12 de Agosto.
- Aprovada pela Assembleia Nacional no dia 20 de Julho, a Lei da Amnistia, poderá beneficiar cerca de oito mil detidos que cometeram crimes até 11 de Novembro de 2015 e com penas até 12 anos. A lei, já publicada em Diário da República, entrou em vigor no dia 12 de Agosto, mas a sua aplicação total está condicionada a três anos sem reincidência.

Polícia Nacional com grandes desafios

- O comando geral da Polícia Nacional procedeu à substituição de 400 agentes da Polícia de Trânsito de Luanda. Os novos agentes substituem os colegas mais antigos, medida com que aquele órgão da polícia nacional diz querer acabar com as famosas “gasosas” dos automobilistas. Por sua vez, a polícia angolana anunciou a detenção de três homens, que supostamente se dedicavam ao fabrico de armas fogo artesanais, no Município do Cuimba, província do Zaire, norte de Angola.

Outubro

Península do Mussulo terá plano directo

- A península do Mussulo carece há já algum tempo de um plano director, que vise a clarificação, definição e aplicação das normas que permitirão balizar actividades turísticas, com vista a travar com urgência o actual cenário de "desordem" na ocupação daquela área singular de Luanda. Segundo o Director do Gabinete Técnico de Gestão da Requalificação e Desenvolvimento Urbano do Perímetro Costeiro da Cidade de Luanda, Futungo de Belas, desde 2011 que existe uma orientação do Governo, cujo fito é coordenar um projecto que pretende reorganizar aquela área emblemática da capital.

Manifestação em protesto contra nomeação de Isabel dos Santos na presidência da Sonangol, E.P.

- Alguns membros da sociedade civil angolana pretendem realizar no próximo dia 26 de Novembro uma manifestação de protesto em Luanda, contra a nomeação de Isabel dos Santos na presidência da SONANGOL. Apesar de o Tribunal Supremo ter recebido a providência cautelar que pretende suspender a eficácia da posse de Isabel dos Santos do cargo de Presidente da petrolífera SONANGOL, aquele órgão de soberania terá dado oito dias para o Presidente da República e a empresária se pronunciarem a propósito.
- Por seu turno, está na forja uma manifestação contestando a falta de decisão por parte do Tribunal Supremo sobre a providência cautelar contra a nomeação de Isabel dos Santos para Presidente do Conselho de Administração da SONANGOL. Os organizadores da referida manifestação fizeram chegar uma carta à sede do Governo da Província de Luanda, dando a conhecer que a mesma se realizará de forma pacífica entre as 15:00 e as 20:00 do dia 26 de Novembro. A UNITA pondera juntar-se ao protesto programado por alguns sectores da sociedade civil angolana, para contestar a falta de decisão sobre a providência cautelar contra a nomeação de Isabel dos Santos para a administração da petrolífera Sonangol. A posição foi expressa pelo líder do “galo negro”, Isaías Samakuva, questionado sobre o assunto durante uma conferência de imprensa realizada em Luanda

Estado de Saúde em Angola

- O Ministério angolano da Saúde vai introduzir no calendário de vacinação, para o primeiro semestre de 2017, a vacina injectável contra a poliomielite, doença de que já há quatro anos consecutivo não há registo no país. Segundo a coordenadora do Programa Nacional de Vacinação, Alda de Sousa, dá conta que Angola, a nível da região africana foi já considerada pelo comité regional de certificação livre da pólio.
- Por outro lado, as estatísticas dizem que em Benguela, este ano, a malária matou 1887 pessoas, num total de 255 341 casos registados naquela região do litoral sul de Angola, anunciaram as autoridades sanitárias locais. Por sua vez, o chefe do programa provincial de combate à malária diz que a província tem estado a realizar tratamentos intermitentes preventivos nas mulheres grávidas, pulverização no interior das casas e nas comunidades de toda a província, bem como o programa de luta anti-vectorial, para o qual conta com o apoio da cooperação cubana.
- Já os casos de tuberculose têm sido o drama das autoridades sanitárias no Huambo, porque pelo menos mais de 100 pessoas morreram este ano de tuberculose, na província angolana do Huambo. Os dados foram fornecidos pelo director do Hospital Sanatório do Huambo: de um total de 8967 casos, dos quais 726 foram internados, morreram 113 pessoas. Por sua vez, o coordenador do Programa Mundial de Erradicação da Dranculose da Organização Mundial de Saúde (OMS) iniciou uma visita de trabalho a Angola, para ajudar no processo de certificação de erradicação da doença no país.

Escolaridade passa a ser obrigatória até ao 9.º ano

- O Governo angolano alargou a escolaridade obrigatória até ao 9.º ano, segundo a nova lei de bases do sistema educativo, que entrou em vigor após a promulgação pela Assembleia Nacional. O ensino mantém-se dividido entre os níveis de educação pré-escolar (03 meses a 05 anos de idade), o ensino primário (1.ª a 6.ª classe), o secundário (7.ª a 12.ª classe) e o superior (até seis anos de curso nas licenciaturas e três anos nos bacharelados).

Oposição faz avaliação negativa ao discurso sobre o Estado da Nação do Presidente da República

- Durante o discurso sobre o Estado da Nação, o Presidente da República pediu lisura e transparência no processo de preparação das eleições gerais de 2017 para que mesmas “correspondam de facto à real vontade dos eleitores”. José Eduardo dos Santos fez estas declarações no seu discurso sobre o estado da Nação na Assembleia Nacional, durante a sessão solene de abertura da quinta sessão legislativa da III legislatura. Dos Santos responsabilizou a política externa dos últimos presidentes dos Estados Unidos pela instabilidade em África e no Médio Oriente, pedindo uma “neutralidade mais activa” às Nações Unidas.
- Por seu turno, os Deputados da bancada parlamentar da União Nacional para a Independência de Angola (UNITA), actual maior partido da oposição angolana, exibiram na ocasião, cartões vermelhos dirigidos ao Presidente da República, durante o seu discurso na sede Assembleia

Nacional. Os líderes dos dois maiores partidos da oposição em Angola, UNITA e CASA-CE, manifestaram-se desapontados com o discurso sobre o Estado da Nação, proferido segunda-feira em Luanda pelo Presidente angolano José Eduardo dos Santos. O Presidente da UNITA, Isaías Samakuva, considera que o discurso não trouxe novidades, apenas um balanço da situação do país.

UNITA admite manifestações para exigir fim de irregularidades no registo eleitoral

- A União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) admitiu, em Luanda, a possibilidade de recorrer a uma manifestação no caso de continuarem supostas irregularidades no processo de registo eleitoral. Isaías Samakuva fez um balanço dos 60 dias decorridos desde o início do processo de registo eleitoral em Angola, para as eleições gerais de 2017, e para denunciar irregularidades, que classificou como "preocupantes".

Coligação angolana entrega no tribunal documentos para se tornar partido

- O Presidente da Convergência Ampla de Salvação de Angola – Coligação Eleitoral (CASA-CE), Abel Chivukuvuku, entregou no Tribunal Constitucional do processo para a transformação da coligação em partido.

Malária já causou quase 1900 mortos na província angolana de Benguela

- A malária matou 1887 pessoas, segundo dados fornecidos pela Direcção provincial da Saúde de Benguela de um total de 255 341 casos registados naquela região do litoral sul de Angola, anunciaram as autoridades sanitárias locais.

MPLA condena seitas em Angola que se aproveitam da "ignorância das pessoas"

- O MPLA, partido no poder, condenou o surgimento de seitas religiosas e de algumas igrejas, "cujas actividades exploram a ignorância de muitas pessoas".

Igrejas cristãs angolanas dizem que iniciativa de diálogo deve partir do MPLA

- O Conselho de Igrejas Cristãs de Angola (CICA) defende que seja do MPLA, partido no poder, a iniciativa de diálogo com as demais forças partidárias, sociedade civil e igrejas, para eliminar incompreensões que ponham em causa o desenvolvimento.

Novembro

Jornalistas obrigados a ter carteira profissional e licenciatura

- Os jornalistas em actividade no país vão ter de possuir curso superior para acederem à carteira profissional, obrigatória, conforme prevê a lei do Estatuto do Jornalista, aprovada pelo parlamento e que aguarda publicação. O artigo quarto define que o acesso à profissão de jornalista – e à carteira profissional obrigatória a emitir pela futura Entidade Reguladora da

Comunicação Social Angolana (ERCA) – “requer como habilitações literárias a licenciatura em Jornalismo, Ciências da Comunicação ou Comunicação Social”.

Polícia impediu manifestação contra Isabel dos Santos

- Um forte dispositivo de segurança, envolvendo polícia a cavalo e equipas cinotécnicas, esteve presente na tarde de ontem na praça 1.º de Maio, em Luanda, para onde estava anunciada uma manifestação contra a nomeação de Isabel dos Santos para a Sonangol. O aparato policial, com a presença de dezenas de agentes de várias unidades, foi constatado pela Lusa no local, não sendo conhecido qualquer incidente, depois de os organizadores da manifestação terem apelado à desmobilização dos apoiantes, face à proibição da sua realização, pelo Governo Provincial de Luanda (GPL).

Governo vai contratar mais de 9 mil professores e auxiliares

- O governo aprovou a abertura de mais de 9000 quotas para o ingresso no sector público da educação, abrangendo sobretudo professores para o ingresso no regime especial e geral do sector da educação nas 18 províncias do país. Só para professores, em vários níveis de ensino, entre o primário e o 2.º Ciclo, são aprovadas 6700 quotas, sendo as restantes para técnicos, motoristas e auxiliares.

Governo proíbe protesto contra Isabel dos Santos

- O governador de Luanda proibiu manifestação contra a nomeação de Isabel dos Santos, para a direcção da Sonangol.
- A decisão foi tomada com base num parecer de José Sita, que considerou dever ser dada prioridade à realização de uma marcha sobre “O Papel da Mulher Religiosa na Consolidação da Paz em Angola”, programada para o mesmo dia e o mesmo local do protesto contra a nomeação de Isabel dos Santos.

Universidades públicas contratam 253 trabalhadores

- Oito universidades públicas vão poder contratar 253 trabalhadores até ao final do ano, sobretudo professores, segundo um despacho governamental ao qual autoriza a atribuição de quotas para ingresso no sector.
- São beneficiadas com esta “atribuição de quotas para o ingresso no ensino superior” as universidades Agostinho Neto (que cobre as províncias de Luanda e Bengo), Katyavala Bwila (Benguela e Cuanza Sul), 11 de Novembro (Cabinda e Zaire), Luenji A’Nkonde (Malanje, Lunda Norte e Lunda Sul), Eduardo dos Santos (Huambo, Bié e Moxico), Mandume Ya Ndemofayo (Huíla e Namibe), Kimpa Vita (Uíge e Cuanza Norte) e Cuito Cuanavale (Quando Cubango e Cunene).

FLEC pede a Portugal para reassumir a administração de Cabinda

- A direcção político-militar da Frente de Libertação do Estado de Cabinda (FLEC/FAC) apelou ao governo português para “reassumir a plena administração” daquele território, reclamando a atribuição da nacionalidade portuguesa aos cabindas.

Dezembro

Raiva matou este ano mais de 30 pessoas no Bié

- A raiva matou este ano 34 pessoas no Bié de um total de 1773 casos de pessoas que foram mordidas por animais, informaram ontem as autoridades sanitárias locais.

UNITA esteve no Huambo e encontrou “fome, desemprego, falta de água e luz”

- O Secretário-Geral da UNITA, Franco Marcolino Nhany, esteve na província da Huíla e traçou um cenário desolador. O dirigente disse ter encontrado casos de fome e famílias que vivem sem água e luz em casa.

JES pede maturidade aos políticos nas eleições de 2017

- O Presidente José Eduardo dos Santos desejou que os actores políticos “façam prova de grande maturidade e responsabilidade” nas eleições gerais previstas para Agosto de 2017.

Quadra festiva terá reforço policial de 8 mil agentes

- A Polícia Nacional reforçou o número de efectivos em cerca de 8000 agentes para a prevenção de crimes durante a época festiva, que habitualmente registam um aumento.

Governo Angola admite haver maturidade para “resolver” eventuais mal-entendidos com Portugal

- O governo considerou haver “maturidade e serenidade bastantes” entre Lisboa e Luanda para “resolver, ultrapassar os eventuais mal-entendidos” e transmitiu a Portugal a sua “vontade política de sedimentar as relações” entre os dois países.

Julgamento de activistas angolanos suspenso

- Suspensão do julgamento dos 17 activistas angolanos acusados de praticarem actos preparatórios, devido à falta de comparência das dezenas de declarantes convocados. O advogado de defesa Michel Francisco afirma que a decisão foi tomada pelo tribunal de Luanda, depois de não ter comparecido nenhum dos mais de 50 declarantes arrolados no processo, e de apenas só terem sido ouvido dois.

Lista de eleitores angolanos actualizada anualmente no mês de Novembro

- O Governo vai passar a fornecer à Comissão Nacional Eleitoral, até 15 de Novembro de cada ano, a lista dos cidadãos maiores de 18 anos, conforme prevê o Regulamento sobre o Registo Eleitoral Oficioso. De acordo com o novo regulamento, a responsabilidade cabe ao executivo, que tem de manter e assegurar o processo logístico de actualização da lista de eleitores em formato digital, através do Ministério da Administração do Território.

Transportadora de Luanda em greve há 26 dias por nove meses de salários em atraso

- A União Nacional dos Trabalhadores Angolanos – Confederação Sindical (UNTA-CS) diz-se solidária com a greve dos trabalhadores da maior transportadora pública de Luanda, que entrou no seu 26.º dia de paralisação. Em causa está, essencialmente, os nove meses de salários em atraso aos trabalhadores da empresa de Transportes Colectivos Urbanos de Luanda (TCUL).

Kangamba pede mediação de Marcelo nas relações com Angola

- O general angolano e membro do comité central do MPLA Bento dos Santos “Kangamba” elogiou a eleição de Marcelo Rebelo de Sousa para Presidente da República de Portugal, apelando ao seu papel como “mediador” nas relações entre os dois países.

Quatro em cada 10 adolescentes angolanas são casadas ou vivem em união de facto

- Ministra da Família e Promoção da mulher afirma que quatro em cada dez raparigas adolescentes, entre os 12 e 17 anos, são casadas ou a viver em união de facto, este fenómeno afecta sobretudo as zonas rurais das províncias da Lunda Sul, Moxico, Huambo, Bié e Malanje.

BIBLIOGRAFIA

- Administração Municipal de Kalandula. *Perfil Municipal de Kalandula*. Kalandula: Administração Municipal de Kalandula, 2013.
- Administração Municipal de Kalandula. *Relatório de Balanço de 2014*. Kalandula: Administração Municipal de Kalandula, 2015.
- ACORD Agência de Cooperação e Pesquisa para o Desenvolvimento. *Temática do Conflito*. ACORD. Nairobi, Kenya, 2003.
- ADRA. *Educação no OGE*, Luanda: UNICEF/ANGA, 2015.
- ADRA & UNICEF. *Água e Saneamento no OGE*, Luanda: ADRA/UNICEF, 2016.
- África 21. “Uma radiografia ao ensino”, 22/12/2016. Disponível em: <http://www.africa21online.com/artigo.php?a=22118&e=Sociedade>. Acesso: 29/12/2016.
- Agência Lusa. *Boletim Angola*, Março de 2017.
- Agora cit. Club-K. “Ilegalidade. Creches oferecem condições precárias a preços de luxo”, 23/04/2016. Disponível em: http://club-k.net/index.php?option=com_content&view=article&id=17927:ilegalidade-creches-oferecem-condicoes-precarias-a-precos-de-luxo&catid=2&Itemid=1069&lang=pt. Acesso: 08/02/2016.
- ANGOP. “Triplicou o número de alunos no sistema educativo angolano - Pinda Simão”, 15/08/2008. Disponível em: <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/19371/triplicou-o-numero-de-alunos-no-sistema-educativo-angolano-pinda-simao>. Acesso em 02/02/2015.
- ANGOP. “Acidentes de viação fazem mais de dois mil mortos em nove meses”, 28/10/2016. Disponível em: http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/economia/2016/9/43/Angola-Acidentes-viacao-fazem-mais-dois-mil-mortos-nove-meses,ee172ad2-0e4c-4d2d-8d44-8e44c164ced2.html. Acesso em 29/10/2016.
- ANGOP. “Educação a primeira infância prevê atingir 30 por cento até 2017”, 03/06/2013. Disponível em: http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/sociedade/2013/5/23/Educacao-primeira-infancia-preve-atingir-porcento-ate-2017,b94ca-41b-cc97-4f25-8e73-ba7f6b5dd3c1.html. Acesso: 13/12/2016.
- ANGOP. “Angola: País tem 537 Centros Infantis”, 10/10/2016. Disponível em: http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/sociedade/2016/9/41/Angola-Pais-tem-537-centros-infantis,8aac16c4-af6c-4a70-b986-c59e9c81761c.html. Acesso: 02/12/2016.
- ANGOP. “Defendida inclusão de crianças em Centros Infantis”, 15/06/2016. Disponível em: http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/sociedade/2016/6/28/Defendida-inclusao-crianca-centros-infantis,cc5ee34b-29a4-4d12-a376-968fe-08fdee7.html. Acesso: 02/12/2016.
- ANGOP. “Angola: país regista decréscimo de funcionários públicos”, 11/01/2017. Disponível em: http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/educacao/2016/0/4/Huila-Falta-professores-forca-encerramento-escolas-provincia,a3e0ad6e-7a91-4ff3-810d-3ca01deac045.html. Acesso: 20/01/2017.
- ANGOP. “Cuanza Norte: Ministro prevê conclusão das obras de construção de escolas em 2017”, 15/10/2016. Disponível em: http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/educacao/2016/9/41/Cuanza-Norte-Ministro-preve-conclusao-das-obras-construcao-escolas-2017,4256c2ab-db00-4da0-9476-254ddb125e31.html. Acesso: 02/12/2016.
- ANGOP. “Autoridades preocupadas com os atrasos das obras”, 04/10/2014. Disponível em: http://m.ja.sapo.ao/regioes/huila/autoridades_preocupadas_com_os_atrasos_das_obras. Acesso: 02/07/2016.
- ANGOP. “Huila: falta de professores força encerramento de 18 escolas na província”, 26/01/2016. Disponível em: http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/educacao/2016/0/4/Huila-Falta-professores-forca-encerramento-escolas-provincia,a3e0ad6e-7a91-4ff3-810d-3ca01deac045.html. Acesso: 08/03/2016.
- Araújo, M. *Infecções Parasitárias: Estudo em População Angolana e Portuguesa*, Dissertação de Mestrado defendida na Universidade do Porto, Porto, 2012.
- Assembleia Nacional. *Constituição da República de Angola*, Luanda, 2010.
- CEIC-UCAN. *Relatório Social de Angola 2015*, Luanda, Angola Catholic University Press, 2016.
- CEIC-UCAN. *Relatório Social de Angola 2014*, Luanda, Angola Catholic University Press, 2015.
- CEIC-UCAN. *Relatório Social de Angola 2013*, Luanda, Texto Editores, 2014.
- Cerqueira, M. “12% da população mundial não tem acesso a água potável, 2017”. Disponível em: <https://sol.sapo.pt/artigo/554268/12-da-populacao-mundial-nao-tem-acesso-a-agua-potavel>. Acesso: 6/6/917.
- Crosnier, Y. *Une nonne nouvelle pour la Théorie des Biens Communs. Les biens communs, modèle de gestion des ressources naturelles*, Paris, Ritimo, Vol. 2, 2010.
- Cruvinel, K. “Epidemiologia descritiva”. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/14122/material/Epidemiologia%20descritiva%202016.2.pdf>. Acesso: 21/08/2016.
- Dias, J. *Changing Patterns of Power in the Luanda Hinterland: The Impact of trade and colonisation on the mbunduca – 1845-1920*. Main, Paideuma, 1986.
- DW. “Início do ano letivo: crise angolana afeta alunos e professores na província Huila”, 26/01/2016. Disponível em: <http://www.dw.com/pt-002/in%C3%ADcio-do-ano-letivo-crise-angolana-afeta-alunos-e-professores-na-prov%C3%ADncia-da-hu%C3%ADla/a-19008599>. Acesso: 23/02/2016.

- FAO. “Buena gobernanza en la tenencia y la administración de tierras”, in *Estudios Sobre Tenencia de la Tierra*, n.º 9, Roma, 2007.
- Governo da República de Angola. *Estratégia Integrada para a Melhoria do Sistema de Educação 2001-2015*, Luanda, 2001.
- INE. *Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População, 2008-2009*, Luanda, 2010.
- INE. *Resultados Preliminares do Recenseamento Geral da População e Habitação de Angola, 2014*, Luanda, Instituto Nacional de Estatística, 2015.
- INE. *Resultados Definitivos do Recenseamento Geral da População e Habitação de Angola 2014*, Luanda, Instituto Nacional de Estatística, 2016.
- Guará, I. “É imprescindível educar integralmente”, in *Caderno CENPEC: educação, cultura e ação comunitária*, n.º 2, São Paulo, 2006, pp. 23-45.
- Jensen, S. e Pestana, N. *O Papel das Igrejas na Redução da Pobreza em Angola, Vol. 1, Chr. Michelsen Institute, Bergen, 2010. Jornal de Angola. “Educação para o progresso”, 27/09/2014. Disponível em: http://m.ja.sapo.ao/opinio/editorial/educacao_para_o_progresso. Acesso em 02/02/2015.*
- Jornal de Angola. “Preços exorbitantes para educar”, 29/01/2017. Disponível em: http://m.ja.sapo.ao/reportagem/precos_exorbitantes_para_educar. Acesso: 30/01/2017.*
- Jornal de Angola. “Preços das creches são normalizados”, 7/02/2017. Disponível em: http://m.ja.sapo.ao/sociedade/precos_das_creches_sao_normalizados. Acesso: 08/02/2017.*
- Lei de Bases do Sistema de Educação (LBSE) – Lei n.º 13/01, de 31 de Dezembro.
- Mandal, A. “Causa da malária”. Disponível em: [https://www.news-medical.net/health/Malaria-Causes-\(Portuguese\).aspx](https://www.news-medical.net/health/Malaria-Causes-(Portuguese).aspx). Acesso: 15/01/17.
- Manuel, O. “Preços da luz e da água para empresas duplicaram com os novos aumentados”, in *Expansão*, 15 de Janeiro de 2016.
- MED & UNICEF. *Estudo Preparatório para a Regulamentação da Lei 13/2001 sobre a Gratuidade do Ensino Primário em Angola*, Luanda: Ministério da Educação/UNICEF, (no date).
- MED. *Relatório de Balanço do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017. Balanço 2016*, Luanda, 2017.
- Menezes, A. *Um olhar da implementação da Reforma Educativa em Angola. Estudo de caso nas províncias de Luanda, Huambo e Huíla*, Luanda, 2010.
- Mercado. “Governo vai prosseguir políticas apesar de constrangimento”, 21/04/2016. Disponível em: <http://www.mercado.co.ao/geral/governo-vai-prosseguir-politicas-publicas-apesar-de-constrangimentos/>. Acesso: 05/05/2016.*
- Michingi, K. *As Controvérsias da Reforma Educativa em Angola: Uma Análise Crítica das Percepções dos Professores do 1.º Ciclo do Ensino Primário*. Dissertação de mestrado apresentada no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Lisboa, ISCTE-IUL, 2013.
- MISERIOR. *Relatório de Avaliação do Programa de Desenvolvimento Rural e Agricultura Sustentável*, Luanda, 2010.
- Moore, H., *A Passion for Difference. Essays in Anthropology and Gender*. Oxford: Polity Press, 1994.
- MPLA. *Angola a crescer mais e a distribuir melhor*. Programa do Governo do MPLA para 2012-2017, Luanda, 2012.
- Murray, T. “What is the integral education? From progressive pedagogy to integral pedagogy”, in *Integral Review*, Vol. 5, n.º 1, June, 2007, p. 96-134.
- Neri, M. “A dívida social”, in *Conjuntura Económica* (“Temas Sociais”), Rio de Janeiro, Fevereiro de 2002, p. 1.
- Nova Gazeta. “Professores obrigados a devolver dinheiro”, 06/2016. Disponível em: <http://novagazeta.co.ao/?p=12038>. Acesso: 02/12/2016.*
- Novo Jornal. “A reforma educativa não tem rosto – Pinda Simão, Ministro da Educação”, 02/09/2013. Disponível em: <http://novojournal.co.ao/artigo/13508/-a-reforma-educativa-nao-tem-rosto-pinda-simao-ministro-da-educacao>. Acesso: 04/02/2016.*
- Novo Jornal. 479, de 21 de Abril de 2017.*
- O’Laughlin, B. “A Bigger Piece of a Very Small Pie: Intrahousehold Resource Allocation and Poverty Reduction in Africa”, in *Development and Change*, Vol. 38 (1), 2007, pp. 21-44.
- OMS. *Angola declara oficialmente fim da epidemia de febre-amarela*. Disponível em: <http://www.afro.who.int/pt/angola/press-materials/item/9290-angola-declara-oficialmente-fim-da-epidemia-de-febre-amarela.html>. Acesso: 21/5/2017.
- O País. “Cobrança de valores no Ensino Geral viola a Lei”, 12/06/2016. Disponível em: <http://opais.co.ao/cobranca-de-valores-no-ensino-geral-violou-a-lei/>. Acesso: 02/12/2016.*
- O País. “O lanche que não chega a todos”, 17/06/2015. Disponível em: <http://opais.co.ao/um-lanche-que-nao-chega-a-todos/>. Acesso: 15/03/2016.*
- O País. “Reforma Educativa leva crianças a estudar à noite”, 23/02/2011. Disponível em: <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/29106/reforma-educativa-leva-criancas-a-estudar-a-noite>. Acesso: 14/11/2015.*
- O País. “Angola avançou na protecção das crianças, mas persistem desafios”. 19/06/2015. Disponível em: <http://opais.co.ao/angola-avancou-na-proteccao-das-criancas-mas-persistem-desafios/>. Acesso: 05/12/2016.*

- O País*. “Mais de 43 mil crianças recebem educação na primeira infância”, 19/06/2016. Disponível em: <http://opais.co.ao/mais-de-40-mil-criancas-recebem-educacao-na-primeira-infancia/>. Acesso: 02/12/2016.
- O País*. “Crise compromete funcionamento de Centros Infantis”, 25/10/2015. Disponível em: <http://opais.co.ao/crise-compromete-funcionamento-de-centros-infantis/>. Acesso: 02/12/2016.
- Orre, A. Kalandula e os CACS: *Voz activa ou prestação de contas?* Bergen, CMI, Working Paper, Vol (11), 2009.
- Papa Francisco. “Fraternidade, Fundamento e Caminho para a Paz”, in *Mensagem Proferida Durante à Celebração do XLVII Dia Mundial da Paz*, 1 de Janeiro de 2014, pp. 13.
- Pestana, N. *Pobreza, Água e Saneamento Básico*, Luanda, CEIC-UCAN, 2011.
- Ministério da Energia e Água. *Plano de Acção do PAT*, Luanda, Fevereiro de 2010.
- Portal Oficial do Governo de Angola. “Executivo cumpre 11 Compromissos da Criança”. 10/11/2014. Disponível em: <http://www.governo.gov.ao/VerNoticia.aspx?id=24843>. Acesso: 03/12/2016.
- Portal Oficial do Governo de Angola. “Ministro prevê apoios ao sector da educação”, 26/06/2015. Disponível em: <http://www.governo.gov.ao/VerNoticia.aspx?id=28253>. Acesso: 12/01/2016.
- Randall, S., Ernestina, C. “Poverty in African Households: The Limits of Survey and Census Representations”, in *The Journal of Development Studies*, Vol. 52 (2), pp. 162-177, 2015.
- Rede Angola* (Grande Entrevista). 15/09/2014. Disponível em: <http://www.redeangola.info/especiais/angola-nao-e-contra-o-acordo-ortografico-estamos-apanas-a-estudar-todos-os-factores/>. Acesso: 14/11/2015.
- Rede Angola*. “Educação só tem dinheiro para o essencial, diz ministro”, 07/07/2016. Disponível em: <http://www.redeangola.info/educacao-so-tem-dinheiro-para-o-essencial-diz-ministro/>. Acesso: 21/08/2016.
- Ribeiro, C. et al. *O Subsector de Água Potável de Luanda – Uma Perspectiva de Regulação*. Universidade Católica de Angola (Trabalho de Avaliação Apresentado no Curso de Mestrado em Economia e Gestão de Energia – Mimeografo), Luanda, 2016.
- SAPO 24. “Programa de Merenda Escolar angolano cada vez mais com menos recursos”, 06/07/2016. Disponível em: http://24.sapo.pt/article/lusa-sapo-pt_2016_07_06_1055150950_programa-de-merenda-escolar-angolano-cada-vez-mais-com-menos-recursos. Acesso: 20/08/2016.
- Santos, G., e Zacarias, I. *Pesquisa sobre Diferendos e Conflitos de Terras e as Formas da sua Resolução*, Luanda, 2010.
- Seminário Nacional. *Guia Técnico: Melhorar a Gestão das Terras Pastorais. Conclusões e Recomendações*, Namibe, 22-23 de Novembro de 2016.
- Strønen, I. et al. *Dificuldades Permanentes: pobreza feminina em Malanje Rural, Angola*, Bergen/Luanda, CMI/CEIC-UCAN, Vol. 16, n.º 4, 2017.
- Tventden, I., Lázaro, G. *Marginalização e Pobreza em Malanje Rural, Angola*, Bergen/Luanda, CMI/CEIC-UCAN, Vol. 15, n.º 18, 2016.
- UNICEF. *Situation Analysis. Children and Women in Angola*. Luanda: UNICEF, 2015.
- UNICEF. *The State of the World's Children in 2016. A Fair Chance for Every Child*, New York, UNICEF, 2016.
- Vazeille, M. et al. “Failure to demonstrate experimental vertical transmission of the epidemic strain of Chikungunya virus in *Aedes albopictus* from the Réunion Island, Indian Ocean”, in *Mem Inst. Oswaldo Cruz*, Rio de Janeiro, Vol. 104 (4), p. 632-635, July 2009.
- VOA. “CASA-CE preocupada com crianças que estudam à noite em Malanje”, 25/03/2015. Disponível em: <http://www.voaportugues.com/a/casa-ce-preocupada-com-criancas-que-estudam-a-noite/2694188.html>. Acesso: 14/11/2015.
- VOA. “Angola faltam quase quatro mil professores em Luanda”, 09/01/2016. Disponível em: <http://www.asemana.publ.cv/spip.php?article115628>. Acesso: 24/02/2016.
- VOA. “Alunos em Malanje saem da escola sem saber ler e contar”. 31/05/2016. Disponível em: <http://www.voaportugues.com/a/angola-malanje-ensino-alunos-professores/3355799.html>. Acesso: 14/06/2016.
- VOA. “Angola: Surtos de febre-amarela e de malária expõem fragilidade sanitária”, 2016. Disponível em: <http://www.voaportugues.com/a/angola-surtos-febre-amarela-malaria/3256087.html>. Acesso: 21/5/2017.
- VOA. “Casos de malária caem no mundo. Moçambique e Angola representam sete por cento”. 13/12/2016. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/casos-malaria-caem-mocambique-e-angola/3634031.html>. Acesso: 14/12/2016.

